



UFPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

MARIA SIRLEIDY DE LIMA CORDEIRO

**CONCEPTUALIZAÇÕES DA REALIDADE: a construção cognitivo-discursiva do
evento impeachment/golpe no discurso jornalístico**

Recife
2019

MARIA SIRLEIDY DE LIMA CORDEIRO

**CONCEPTUALIZAÇÕES DA REALIDADE: a construção cognitivo-discursiva do
evento impeachment/golpe no discurso jornalístico**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Letras.

Área de concentração: Linguística

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Karina Falcone de Azevedo

Coorientador: Prof. Dr. Augusto Soares da Silva

Recife
2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Nathália Sena, CRB-4/1719

C794c Cordeiro, Maria Sirleidy de Lima
 Conceptualizações da realidade: a construção cognitivo-discursiva do
 evento impeachment/golpe no discurso jornalístico / Maria Sirleidy de Lima
 Cordeiro. – Recife, 2019.
 307 f.: il.

 Orientador: Karina Falcone de Azevedo.
 Coorientador: Augusto Soares da Silva
 Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de
 Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2019.

 Inclui referências e anexo.

 1. Conceptualizações. 2. Modelos mentais. 3. Mesclagem conceptual.
 4. Discurso jornalístico. I. Azevedo, Karina Falcone de (Orientador). II. Silva,
 Augusto Soares da (Coorientador). III. Título.

410 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2019-120)

MARIA SIRLEIDY DE LIMA CORDEIRO

**CONCEPTUALIZAÇÕES DA REALIDADE: a construção cognitivo-discursiva do
evento impeachment/golpe no discurso jornalístico**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Letras.

Aprovada em 29/3/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Karina Falcone de Azevedo (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Elizabeth Marcuschi (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Adriano Dias de Andrade (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Erik Miletta Martins (Examinador Interno)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof^ª. Dr^ª. Marianne Carvalho Bezerra Cavalcante (Examinadora Externa)
Universidade Federal da Paraíba

Aos meus pais, Severino (Lino) e Ivonete, pelo amor incondicional, pelos ensinamentos mais valiosos para a minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela graça da vida, pela proteção e bênçãos concedidas. Por colocar em meu caminho pessoas muito especiais que me acolheram, me ensinaram, me incentivaram e que, durante este estudo, me proporcionaram tantas alegrias e luz nessa caminhada.

A Karina Falcone, minha querida orientadora, pelas leituras atentas e orientações precisas, por ter acreditado em mim (sempre) e nesta pesquisa e por me proporcionar inúmeras oportunidades de crescimento nesses anos de convivência. Obrigada pelo carinho, atenção, disponibilidade, companheirismo e AMOR.

Ao meu co-orientador, Augusto Soares, por disponibilizar momentos de reflexão e debates teóricos que tanto contribuíram para este estudo. Por mobilizar todas as minhas certezas e por me fazer enxergar esse objeto de pesquisa a partir de outra perspectiva. Obrigada por tanto carinho, pela acolhida atenciosa e pela sua simplicidade e humildade.

À professora Beth Marcuschi, por eu ter a honra de tê-la em minha banca de defesa. Obrigada por me proporcionar esse momento de aprendizado, pois com sua calma, leveza e competência sempre me mostra o quanto que ainda preciso aprender e melhorar. Beth, a senhora é uma inspiração para mim!

Ao professor Erik Miletta, pelas preciosas sugestões na qualificação e pela atenção e disponibilidade.

À professora Marianne Cavalcante, por novamente compor essa banca de defesa e trazer leveza neste momento que marca a minha vida.

Ao professor Adriano Andrade, por fazer parte da banca de defesa dando contribuições muito importantes para este estudo.

Às professoras Edwiges Morato e Anna Bentes por terem proporcionado momentos de muito aprendizado, debates e reflexões. O tempo que passei na UNICAMP foi muito importante para esse estudo.

À professora Claudia Pfeiffer pelos momentos de aprendizado, pelos questionamentos e por me mostrar, de modo delicado e com muita leveza, possibilidades outras de analisar e compreender a língua, o discurso e o sujeito.

A professora Cinthya Melo, uma das minhas incentivadoras e quem dedica a mim tanto amor e atenção.

Aos professores do PPGL a Medianeira Souza, Fabiele Stockmans, Virgínia Leal, Benedito Bezerra, Judith Hoffnagel e Dóris Cunha pelos excelentes profissionais que são, pela simplicidade e pelos ensinamentos que levarei para a vida. Em especial a Suzana Cortez

que esteve presente na minha trajetória (no mestrado e no doutorado) e quem tanto contribuiu para este estudo.

A todos os funcionários da PPGL da UFPE, em especial a Jozafias Santos, Adriel e a Claudyvanne Silva (Clau), pela constante disposição e boa vontade nos atendimentos burocráticos.

À CAPES por ter me concedido uma bolsa de estudo durante a realização do doutorado e, também, pela bolsa de doutorado sanduíche. Sem essa ajuda não seria possível dedicação exclusiva à pesquisa.

Aos meus pais, Severino e Ivonete, pela confiança, apoio e pelo amor incondicional.

As minhas irmãs, Silvânia e Silvaneidy, e a minha tia, Severina, por entenderem minhas ausências e torcerem por mim.

A Élida e Jaciel, meus irmãos do coração, pelo sentimento maior que ultrapassa os laços de sangue e nos une como irmãos. Obrigada pelo companheirismo, pela boa convivência da qual compartilhamos experiências, somamos alegrias e dividimos os nossos problemas.

A minha amiga Claudia César (e sua família), pelas conversas e momentos divertidos, por torcer pelo meu sucesso e estar sempre me incentivando e mandando energias positivas de onde estiver.

A minha irmã de alma, Sheila, eu a conheci no período que estudei na UNICAMP em 2016. Pense num encontro feliz! Sou grata a Deus pela nossa amizade, pelas conversas teóricas que se materializam nessa tese e pelo incentivo de quando me encontrava “perdida” e “achada” nas discussões e na hora da escrita da tese.

Aos meus amigos do grupo de estudo “Discurso e Cognição”, Laura, Lilian, Vinícius, Estevão, Carol e Clarice. Vocês são luz em minha vida e espero tê-los sempre perto de mim. Além da troca de conhecimentos, vocês me ensinam a ser uma pessoa melhor (em termos de valores) e mais humana, a entender que a universidade é uma parte da vida e não “a minha vida”. Laura e Lili, as melhores e mais lindas mães do mundo! Diego Jorge e Vitor Hugo tiveram muita sorte. Vini, o melhor guia e organizador de ideias, uma pessoa muito especial e importante em toda a minha trajetória acadêmica na UFPE, a quem eu tento seguir pela sua humildade, sabedoria e competência em tudo que se dispõe a fazer. Obrigada, meus amigos!

Aos meus amigos do PPGL, Felipe (meu irmão), Léo Gueiros, Renato, Lucirley. Obrigada por me proporcionarem muitas alegrias, conversas, encontros acadêmicos e não acadêmicos e, principalmente, pela amizade que foi sendo construída entre nós.

As minhas amigas professoras, Sônia Virgínia, Clara Catanho, Jaciara Gomes, Hérica e Amanda. Vocês sempre me inspiravam enquanto profissionais e, hoje com o convívio,

também me inspiram como pessoas. Obrigada por me acolherem com tanto carinho e por me ensinarem, na prática, a lutar pelo que acreditamos!

A minha amiga Socorro (Help), por deixar essa caminhada mais leve. Obrigada pela torcida e por ser tão engraçada, gente fina e generosa.

Aos meus queridos amigos de infância, Tiago e Pedro, por estarem comigo mesmo à distância, por torcerem e me encherem de carinho a cada encontro. Quero estar sempre perto de vocês!

À Paula Soares e seus familiares (Patrick, Seu Paulo e D. Nilda). Conheci Paula quando estava em Portugal no doutorado sanduíche, desde esse encontro feliz, venho convivendo e me sentindo parte de sua família. Obrigada por tanta atenção e carinho!

Aos meus queridos alunos que acompanho desde a infância, Erik, Guilherme, Rafaela Marinho, Êmilly, Rayanne, Rayza, Anderson, Netinho, Rafael, Anne, Hyanka, Vitinho, Bruno, obrigada por tanto amor. Vocês me ensinaram muito.

Aos meus amigos do apartamento 302 (família), Gerlaine, Gui, Erivaldo, Jane, Jaciel e Clarice, com os quais convivi durante o mestrado e doutorado. Aprendi e ri muito com nossas diferenças e semelhanças. Obrigada pelo carinho, pelas arengas e pelos vários e vários momentos de alegrias. Com certeza, sou uma pessoa melhor depois de nossa convivência. Obrigada!

É impossível dizer alguma coisa exatamente da maneira como foi, porque o que você diz nunca pode ser exato, você sempre tem de deixar alguma coisa fora, existem partes, lados, correntes contrárias e nuances demais; gestos demais, que poderiam significar isto ou aquilo, formas demais que nunca podem ser plenamente descritas, sabores demais, no ar ou na língua, semitonalidades, quase cores, demais. (ATWOOD, Margaret, 1930, O Conto da Aia)

RESUMO

Desde a eclosão da denúncia de crime de responsabilidade em 2015, até a destituição da presidenta Dilma Rousseff em 2016, investigamos a disputa discursiva que se deu em torno da estabilização das conceptualizações golpe e impeachment no discurso jornalístico. As conceptualizações golpe e impeachment, além de significar o evento de modo distinto, apresentam posicionamentos políticos e ideológicos que podem (des)legitimar atores, ações e grupos sociais. Defendemos, neste estudo, a articulação entre a Análise Crítica do Discurso (ACD) e a Linguística Cognitiva (LC), uma vez que essa articulação proporciona tornar visível a interface cognitiva entre discurso e sociedade, a partir das mesclagens conceptuais. Desse modo, essa articulação possibilita métodos analíticos para mapear as ideologias e observar “modos de conceptualizar” as situações socialmente situadas. Portanto, tanto a ACD quanto a LC contribuem para uma análise discursiva e cognitiva e nos oferece uma visão ampliada sobre os processos de significação, os quais constroem/ativam modelos mentais, reproduzem ideologias e apontam as relações de poder. Ademais, explicitamos o poderoso papel institucional que o discurso jornalístico exerce nos processos de (des)legitimação e na estabilização de sentidos sobre o evento no tempo e no espaço. Nessa perspectiva, este estudo apresenta uma discussão sobre a construção cognitivo-discursiva das conceptualizações do evento impeachment/golpe, uma vez que tal construção (des)legitima perspectivas sobre a realidade. Para fundamentação teórica, retomamos estudos da Análise Crítica do Discurso e da Linguística Cognitiva. Sobre os estudos do Discurso, discutimos as perspectivas de van Dijk (2000; 2006; 2012; 2012a; 2014), Fairclough (2001), Wodak (2006), Dirven (2007), Falcone (2008; 2015), entre outros. Sobre os estudos da Cognição, salientamos os pressupostos teóricos de Langacker (1987; 1998; 2000; 2008), Fauconnier, (1994; 1997; 2009), Fauconnier e Turner (1996; 2002), Silva (1997; 2004; 2006; 2006a; 2013), entre outros, pois compreendemos que o ato de conceptualizar as coisas do mundo nos indica uma possibilidade de investigar os sentidos formulados pelo discurso jornalístico. A metodologia utilizada possui caráter essencialmente analítico e interpretativo com base na abordagem qualitativa. O *corpus* foi coletado nos jornais O Globo e Folha de S. Paulo. É importante ressaltar que a propensão por esses veículos de comunicação justifica-se pelo alto índice de circulação desses jornais no país. Dentre alguns resultados, verificamos que a conceptualização do evento sendo golpe é deslegitimada pelo o discurso jornalístico e circula à margem da conceptualização de impeachment, a partir da negação e de efeitos de esvaziamento, sendo estabilizada como uma possibilidade interpretativa sobre a realidade.

Enquanto que a conceptualização do evento sendo impeachment é construída pelos jornais a partir do efeito de objetividade e de “evidência”, instituindo conhecimentos que se estabelecem na sociedade como “a realidade” dos fatos e isso ancora/aciona uma forma de cognição social que ganha legitimidade no tempo e na história. Assim, esse discurso “evidenciado” constrói modelos mentais que se estabilizam na sociedade e se tornam difíceis de serem rompidos, pois são estabilizados como “a realidade”.

Palavras-chave: Conceptualizações. Modelos mentais. Mesclagem conceptual. Discurso jornalístico.

ABSTRACT

From the outbreak of the crime of responsibility in 2015, until the removal of President Dilma Rousseff in 2016, we investigated the discursive dispute that has arisen around the stabilization of coup and impeachment conceptualizations in journalistic discourse. The conceptualizations of coup and impeachment, besides signifying the event in a different way, present political and ideological positions that can (des) legitimize social actors, actions and social groups. In this way, we analyze, from discursive and cognitive actions, the conceptualizations that emerge in the discourse, which construct / activate mental models, reproduce ideologies and point out the relations of power. In addition, we explain the powerful institutional role that the journalistic discourse exerts in the processes of (dis) legitimation and in the stabilization of senses about the event in time and space. In this perspective, this study presents a discussion about the cognitive-discursive construction of the conceptualizations of the impeachment / coup event, since such construction (des) legitimates perspectives on reality. For theoretical reasons, we return to studies of Critical Discourse Analysis and Cognitive Linguistics. On the discourse studies, we discuss the perspectives of Van Dijk (2000, 2012, 2012a, 2014), Fairclough (2001), Wodak (2006), Dirven (2007), Falcone (2008, 2015), among others. On the studies of Cognition, we emphasize the theoretical presuppositions of Langacker (1987, 1998, 2000, 2008), Fauconnier, (1994, 1997, 2009), Fauconnier and Turner (1996, 2002), Silva (1997; 2013), among others, because we understand that the act of conceptualizing the things of the world indicates to us a possibility of investigating the senses formulated by the journalistic discourse. The methodology used is essentially analytical and interpretative based on the qualitative approach. The corpus was collected in the newspapers O Globo and Folha de S. Paulo. It is important to emphasize that the propensity for this vehicle of communication is justified by the high circulation rate of these newspapers in the country. Among some results, we have verified that the conceptualization of the event being a coup is delegitimized by the journalistic discourse and circulates outside the conceptualization of impeachment, from the negation and emptying effects, being stabilized as an interpretive possibility about reality. While the conceptualization of the event being impeachment is constructed by the newspapers from the effect of objectivity and "evidence", instituting knowledge that establishes in society as "the reality" of the facts and this anchors / triggers a form of social cognition that wins

legitimacy in time and history. Thus, this "evidence" builds discourse mental models that stabilize in society and become difficult to break because they are stabilized as "reality."

Keywords: Conceptualizations. Mental models. Conceptual blend. Journalistic discourse.

RESUMÉN

Desde la presentación de la denuncia de crimen de responsabilidad en 2015, hasta la destitución de la presidenta Dilma Rousseff en 2016, investigamos la disputa discursiva que se dio en torno a la estabilización de las conceptualizaciones golpe e impeachment en el discurso periodístico. Las conceptualizaciones golpe e impeachment, además de significar el evento de modo distinto, presentan posicionamientos políticos e ideológicos que pueden (des)legitimar actores sociales, acciones y grupos sociales. En este estudio, defendemos la articulación entre el Análisis Crítico del Discurso (ACD) y la Lingüística Cognitiva (LC), ya que esta articulación proporciona hacer visible la interfaz cognitiva entre discurso y sociedad, a partir de las mezclas conceptuales. De ese modo, esa articulación posibilita métodos analíticos para mapear las ideologías y observar "modos de conceptualizar" las situaciones socialmente situadas. Por lo tanto, tanto la ACD como la LC contribuyen a un análisis discursivo y cognitivo y nos ofrecen una visión ampliada sobre los procesos de significación, los cuales construyen/activan modelos mentales, reproducen ideologías y apuntan las relaciones de poder. Además, explicitamos el poderoso papel institucional que el discurso periodístico ejerce en los procesos de (des) legitimación y en la estabilización de sentidos sobre el evento en el tiempo y en el espacio. En esta perspectiva, este estudio presenta una discusión sobre la construcción cognitivo-discursiva de las conceptualizaciones del evento impeachment/golpe, una vez que tal construcción (des)legitima perspectivas sobre la realidad. Para fundamentación teórica, retomamos estudios del Análisis Crítico del Discurso y de la Lingüística Cognitiva. En los estudios del Discurso, discutimos las perspectivas de van Dijk (2000, 2006, 2012, 2014), Fairclough (2001), Wodak (2006), Dirven (2007), Falcone (2008, 2015), entre otros. En los estudios de la Cognición, subrayamos los presupuestos teóricos de Langacker (1987; 1998; 2000; 2008), Fauconnier, (1994; 1997; 2009), Fauconnier y Turner (1996; 2002), Silva (1997; 2004), entre otros, pues comprendemos que el acto de conceptualizar las cosas del mundo nos indica una posibilidad de investigar los sentidos formulados por el discurso periodístico. La metodología utilizada tiene un carácter esencialmente analítico e interpretativo basado en el enfoque cualitativo. El corpus fue recogido en los periódicos O Globo y Folha de S. Paulo. Es importante resaltar que la propensión por ese vehículo de comunicación se justifica por el alto índice de circulación de esos periódicos en el país. De entre algunos resultados, verificamos que la conceptualización del evento siendo golpe es deslegitimada por el discurso periodístico y circula al margen de la conceptualización de impeachment, a partir de la negación y de efectos de vaciamiento,

siendo estabilizada como una posibilidad interpretativa sobre la realidad. Mientras que la conceptualización del evento siendo impeachment es construida por los periódicos a partir del efecto de objetividad y de "evidencia", instituyendo conocimientos que se establecen en la sociedad como "la realidad" de los hechos y eso ancla / acciona una forma de cognición social que gana legitimidad en el tiempo y en la historia. Así, ese discurso "evidenciado" construye modelos mentales que se estabilizan en la sociedad y se vuelven difíciles de romperse, pues se estabilizan como "la realidad".

Palabras clave: Conceptualizaciones. Modelos mentales. Combinación conceptual. Discurso periodístico.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquematização das categorias teórico-analíticas	29
Figura 2 – Dinâmica da construção cognitivo-discursiva do evento impeachment/golpe no discurso jornalístico	45
Figura 3 – Tríade da perspectiva sociocognitiva proposta por van Dijk (2000)	68
Figura 4 – Esquema da produção do discurso (VAN DIJK, 2012a, p.148)	78
Figura 5 – Texto veiculado pelo domínio jornalístico.....	80
Figura 6 – Algumas edições do jornal O Globo do mês de abril de 2016.....	123
Figura 7 – Camadas de sentidos na construção das conceptualização do evento.....	125
Figura 8 – Jornal O Globo, 14/12/2015	126
Figura 9 – Golpes de Estado na América Latina. Elaboração nossa	131
Figura 10 – Esquema do diagrama simples de quatro espaços mentais (FAUCONNIER; TURNER, 2002)	140
Figura 11 – Conexão entre os inputs	141
Figura 12 – Espaços mentais dos inputs 1 e 2	145
Figura 13 – Espaço Genérico.....	145
Figura 14 – Espaço-mescla.....	148
Figura 15 – Esquema com a projeção entre domínio fonte e domínio alvo	155
Figura 16 – Mesclagem conceptual	158
Figura 17 – Esquema do diagrama simples de quatro espaços mentais	158
Figura 18 – A construção do discurso jornalístico na cobertura do evento impeachment/golpe: a ordem cronológica da discursivização	173
Figura 19 – Esquema do diagrama dos espaços mentais. Elaboração nossa.....	185
Figura 20 – Esquema do diagrama dos espaços mentais. Elaboração nossa.....	204
Figura 21 – A polarização e (des)legitimação dos grupos sociais no discurso jornalístico ...	213

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Processo de categorização do evento.....	59
Quadro 2 – Construção referencial do evento. Variação lexical	64
Quadro 3 – Construção discursiva da polarização no processo de (des)legitimação	98
Quadro 4 – Estruturas discursivas sobre a negação do golpe.....	127
Quadro 5 – Conceptualização de impeachment e negação do golpe.....	129
Quadro 6 – Estruturas discursivas sobre o golpe.....	133
Quadro 7 – Mapeamento dos sentidos entre os espaços mentais	149
Quadro 8 – Tipologia das Metáforas Conceptuais (NASCIMENTO, 2015, p. 41)	154
Quadro 9 – “Summary” da notícia	169
Quadro 10 – (Des)legitimação de atores e ações.....	176
Quadro 11 – Metáforas ontológicas.....	189
Quadro 12 – Mapeamento cognitivo-discursivo da metáfora: PAÍS É UM SER VIVO	190
Quadro 13 – Mapeamento cognitivo-discursivo da metáfora: CORRUPÇÃO É UMA DOENÇA	191
Quadro 14 – Materialidade linguística que sustenta/ ativa a construção do efeito de legalidade.....	195
Quadro 15 – A construção discursiva da Constituição/Democracia no discurso jornalístico	211
Quadro 16 – Estruturas discursivas que apontam a conceptualização de golpe.....	215
Quadro 17 – Construção discursiva da manobra política e jurídica	218

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gêneros textuais na construção do evento impeachment/golpe	166
--	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Levantamento do <i>corpus</i> ampliado.....	32
Tabela 2 – Levantamento do <i>corpus</i> restrito	32
Tabela 3 – Levantamento do <i>corpus</i> restrito	33
Tabela 4 – Levantamento do <i>corpus</i> específico	38
Tabela 5 – Levantamento dos textos do <i>corpus</i> específico	39

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	21
1.1	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	26
1.1.1	Percurso teórico-metodológico.....	27
1.1.2	Contextualização do <i>corpus</i>	30
1.1.3	A construção do <i>Corpus</i>	31
1.1.4	Categorias de análise.....	43
2	DISCURSO E COGNIÇÃO: <i>CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS</i>.....	47
2.1	A PERSPECTIVA COGNITIVA NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM.....	49
2.2	A COGNIÇÃO COMO UM FENÔMENO SOCIAL SITUADO: <i>A ABORDAGEM SOCIOCOGNITIVA</i>	54
2.3	A INTERFACE COGNITIVA NO ESCOPO DAS ANÁLISES DO DISCURSO.....	66
2.4	A ARTICULAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA ACD E A LC.....	70
3	INTERFACE COGNITIVA E A REPRODUÇÃO DE IDEOLOGIAS NA DISCURSIVIZAÇÃO DO EVENTO.....	75
3.1	MODELOS MENTAIS: <i>A INTERFACE COGNITIVA ENTRE DISCURSO E SOCIEDADE</i>	76
3.2	IDEOLOGIAS E CONTROLE DISCURSIVO E COGNITIVO.....	82
3.3	LEGITIMAÇÃO E DESLEGITIMAÇÃO.....	91
3.4	RELAÇÕES DE PODER E GRUPOS HEGEMÔNICOS.....	100
4	DISCURSO E CONCEPTUALIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO EVENTO IMPEACHMENT/GOLPE.....	107
4.1	COGNIÇÃO E TEORIAS SEMÂNTICAS: <i>DAS CONCEPÇÕES FORMALISTAS À CONCEPÇÃO SOCIOINTERACIONAL DO SIGNIFICADO</i>	108
4.2	SIGNIFICADO COMO CONCEPTUALIZAÇÃO.....	113
4.3	OS PROCESSOS DE CONCEPTUALIZAÇÃO E O SENTIDO SITUADO NO EVENTO IMPEACHMENT/GOLPE.....	121
5	MESCLAGENS CONCEPTUAIS: <i>ESTRATÉGIA COGNITIVA NA CONCEPTUALIZAÇÃO DO EVENTO</i>.....	137
5.1	DOS ESPAÇOS MENTAIS À EMERGÊNCIA DE UMA NOVA CONCEPTUALIZAÇÃO NA MESCLAGEM CONCEPTUAL: <i>CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS</i>	138
5.2	A AÇÃO DA MESCLAGEM CONCEPTUAL NA CONCEPTUALIZAÇÃO DO EVENTO NO DISCURSO JORNALÍSTICO.....	151

6	A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA E COGNITIVA DO EVENTO IMPEACHMENT/GOLPE NO DISCURSO JORNALÍSTICO.....	163
6.1	O PODER DO DISCURSO JORNALÍSTICO NA CONSTRUÇÃO DA REALIDADE: <i>UM MODO DE CONCEPTUALIZAR O EVENTO E REPRODUZIR IDEOLOGIAS DOS GRUPOS HEGEMÔNICOS</i>	164
6.2	A LEGITIMAÇÃO E ESTABILIZAÇÃO DISCURSIVA E COGNITIVA DA CONCEPTUALIZAÇÃO DO IMPEACHMENT.....	179
6.3	O EFEITO DE “ESVAZIAMENTO” E A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA E COGNITIVA DA CONCEPTUALIZAÇÃO DO GOLPE.....	200
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	227
	REFERÊNCIAS.....	233
	ANEXO A - PROGRAMAS SOCIAIS TÊM CORTES DE ATÉ 87% COM DILMA.....	240

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem por base a Análise Crítica do Discurso (ACD) e a Linguística Cognitiva (LC) com o objetivo de investigar a construção cognitivo-discursiva das conceptualizações sobre o evento impeachment/golpe no discurso jornalístico. A conceptualização apresenta-se como um processo de construção de sentido que articula as representações mentais – acerca das situações, participantes e perspetivações conceptuais e intersubjetivas sobre o mundo, socialmente e culturalmente situadas – e atua como uma forma de ação social que tem força para (des)legitimar atores, ações e grupos sociais por meio do discurso (LANGACKER, 2008; SOARES DA SILVA; 2006; 2013; FALCONE, 2015).

Assim, interessa-nos investigar a disputa que se deu em torno da estabilização das conceptualizações golpe e impeachment, visto que cada conceptualização é vinculada a um posicionamento – ideológico e político – e o modo como essa construção se institui no discurso jornalístico é relevante, pois imprime e (des)legitima compreensões sobre as coisas do mundo.

Nesse sentido, vemos a relevância social que o discurso jornalismo exerce institucionalmente na estabilização de sentidos sobre o evento no tempo e no espaço, uma vez que ele pode (des)legitimar perspetivas sobre a realidade. É sobre esse ponto que o estudo também se aprofunda e, a partir do funcionamento discursivo das estruturas linguísticas e das estratégias cognitivas, fornece uma análise cognitivo-discursiva para deixar evidente o que está “implícito” e “desnaturalizar” o que é posto como “evidente” e “objetivo” no discurso jornalístico.

A partir da circulação dos textos e do modo como os textos apresentam as estruturas discursivas, o discurso jornalístico norteia a compreensão dos leitores/ouvinte e, ainda, constrói/aciona modelos mentais. Conforme van Dijk (2014), os modelos mentais desempenham um papel relevante na compreensão e produção do discurso, visto que eles são a base que organiza os conhecimentos na representação de eventos específicos.

Desse modo, essa pesquisa defende que o modo como o discurso jornalístico apresenta o evento é uma possibilidade de conceptualizar e estabilizar uma perspetiva sobre o evento e não é “a realidade” neutra e objetiva. Pelo contrário, é uma conceptualização elaborada a partir de uma concepção de mundo dos jornais, da qual podemos analisar as relações de poder e os posicionamentos ideológicos.

Esse estudo também defende a articulação entre a ACD e a LC, uma vez que essa articulação proporciona tornar visível a interface cognitiva entre discurso e sociedade. A partir

dos estudos de Wodak (2006), de Dirven (2007) e de Hart (2010) essa articulação possibilita métodos analíticos para mapear as ideologias e observar “modos de conceptualizar” as situações socialmente situadas. Portanto, tanto a ACD quanto a LC contribuem para uma análise discursiva e cognitiva e nos oferece uma visão ampliada sobre os processos de significação em contexto de uso efetivo da língua.

De acordo com van Dijk (2012; 2015) o discurso é um das formas de controlar as compreensões sobre as coisas do mundo. Fauconnier e Sweetser (1996) postulam que a Teoria dos Espaços Mentais é central na investigação na produção de sentidos por meio dos discursos. Nessa perspectiva discursiva e cognitiva, este estudo apresenta uma possibilidade de compreender o processo pelo qual o sentido do evento impeachment/golpe foi construído e elaborado no discurso jornalístico.

Conforme Dias e Souza (2018, p. 39), “a imprensa, na maioria das vezes, acaba por reproduzir uma história que carrega prioritariamente os sentimentos, desejos e interesses da linha editorial do jornal”. Assim, a circulação dos discursos da mídia, além de institucionalizar uma realidade, apresenta os acontecimentos como “a realidade”, o que é problemático, pois nessa disputa pelo sentido do evento há os atores sociais que compõem o grupo social que defende o evento sendo impeachment, visto que o processo foi referendado pelo Senado e pela Suprema Corte, seguindo a Constituição/Democracia. E há os opositores dessa conceptualização, os quais defendem a conceptualização do evento sendo golpe, uma vez que o processo nasceu de um “acordo nacional”, sem a comprovação de crime de responsabilidade, como determinado pela lei 1079/1950.

É nesse movimento e nesse embate político e ideológico de grupos sociais que este estudo se instaura, analisando o modo como o discurso jornalístico pode influenciar a compreensão do leitor/ouvinte sobre o evento impeachment/golpe e identificando quais as estratégias utilizadas pela mídia para estabilizar as conceptualizações.

Considerando esses aspectos, este estudo buscou responder a seguinte questão: **como a conceptualização do evento impeachment/golpe foi estabilizada e (des)legitimada no discurso jornalístico?**

A questão parte da hipótese de que o discurso jornalístico estabiliza as conceptualizações golpe e impeachment de modo distinto, uma vez que a conceptualização do evento sendo impeachment é legitimada a partir do efeito de “legalidade”, enquanto a conceptualização do evento sendo golpe circula à margem da conceptualização do impeachment, o que evidencia um efeito de esvaziamento do evento sendo golpe e estabiliza uma polarização discursiva e cognitiva na construção do evento.

Desse modo, esta pesquisa se preocupa não para validar uma conceptualização ou outra, mas em explicitar, a partir de estratégias discursivas e cognitivas, a conceptualização que foi “evidenciada” pelo discurso jornalístico como “a realidade”, pois de acordo com Falcone (2008), este domínio reproduz valores estabilizados por preconceitos e estereótipos que reproduzem ideologias dos grupos dominantes.

Em face dessas reflexões, elegemos, portanto, os seguintes objetivos para nossa investigação:

Objetivo geral:

- ✓ Investigar as estratégias de estabilização de sentido e os processos de (des)legitimação na conceptualização do evento no discurso jornalístico, a partir de estratégias discursivas e cognitivas.

Objetivos específicos:

- ✓ Examinar o modo como as conceptualizações sobre o evento impeachment/golpe emergem no discurso e apontam as relações de poder imbrincadas nela;
- ✓ Analisar os processos de (des)legitimação na conceptualização do evento no discurso jornalístico;
- ✓ Observar a construção cognitivo-discursiva do evento impeachment/golpe no discurso jornalístico, explicitando os sentidos formulados [pela mídia] e os modelos mentais que atuam nas conceptualizações e ativam ideologias dos grupos dominantes;
- ✓ Analisar o funcionamento das estruturas discursivas na conceptualização do evento.

A partir desses objetivos, compreendemos e assumimos a relação constitutiva entre discurso ↔ cognição ↔ sociedade, pois além de analisar as estruturas discursivas e os modelos mentais – mapeando as atitudes, ideologias, opiniões sobre grupos sociais – podemos analisar, a partir da mesclagem conceptual, as conceptualizações estabilizadas pelo discurso jornalístico, explicitando a (des)legitimação e o modo como a mídia construiu o evento impeachment/golpe.

Discutir as noções de **legitimação** e de **deslegitimação** é compreender o conflito e a reprodução de ideologias, haja vista o controle da circulação dos sentidos e o mapeamento das

estratégias cognitivas que conceptualizam e estabilizam versões de realidade no discurso. A (des)legitimação como fenômeno de natureza discursiva e sociocognitiva constrói modelos que reproduzem ideologias e estabelecem relações de poder na sociedade (FALCONE, 2008).

Este estudo, portanto, oportuniza, dentro do escopo da Linguística, uma investigação que apresenta algumas estratégias utilizadas pelo discurso jornalístico para controlar, discursivamente e cognitivamente, a construção do evento impeachment/golpe, bem como discute processos pelos quais o sentido é estabilizado no discurso em situações socialmente situadas. No âmbito social, esta pesquisa torna-se relevante por apresentar movimentos discursivos e operações cognitivas para observar os implícitos e “desnaturalizar” as “evidências” veiculadas pelo discurso jornalístico, pois para van Dijk (1994), os discursos contidos na mídia podem construir normas e valores que legitimam as ideologias de um grupo social específico.

Partindo das ideias expostas, a tese está dividida em seis capítulos:

No **capítulo I** exibimos o percurso metodológico deste estudo. Neste capítulo explicamos os procedimentos que adotamos para organizar as categorias teórico-metodológicas que nortearam todo o estudo. Salientamos a abordagem qualitativa e explicitamos a postura social e ideológica propagada pelos jornais, revelando o período de tempo delimitado para coleta dos textos. Apresentamos, também, as ações que foram realizadas para obter o *corpus* ampliado, o *corpus* restrito e o *corpus* específico de nossa investigação, justificando os porquês de nossas escolhas e indicando as categorias de teórico-analíticas.

No **capítulo II** temos como foco apresentar a articulação teórica entre Discurso e Cognição. Nessa perspectiva, relacionar o Discurso com a Cognição resulta da necessidade de compreendermos que a língua está estreitamente vinculada a alguns processos mentais (FAUCONNIER, 2009), uma vez que as práticas discursivas constroem conceptualizações sobre a realidade a partir de nossa atuação linguística. Nesse capítulo, discutiremos a articulação teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso e da Linguística Cognitiva, apontando as aproximações e as divergências dessas duas áreas da Linguística e analisando o modo como os sentidos são estabilizados e podem reproduzir posicionamentos ideológicos sobre o evento.

No **capítulo III** dedicamo-nos a apresentar uma discussão e uma reflexão sobre a produção discursiva como algo que se estabelece, também, pelo viés cognitivo. Esse viés cognitivo se constrói socialmente envolvendo aspectos culturais, intersubjetivos e sociais. Nesse capítulo aprofundamos concepções importantes na construção deste estudo, tais como

modelos mentais, ideologias, relações de poder e (des)legitimação. Desse modo, os modelos mentais atuam como uma interface cognitiva a qual pode construir a relação entre discurso e sociedade e, ainda, deixar explícitos aspectos mais gerais como atitudes, ideologias, opiniões, preconceitos e relações de poder no discurso jornalístico. Veremos, também, o controle na formulação dos sentidos, bem como o abuso de poder na hora de construir discursivamente e cognitivamente o evento, pois, o discurso jornalístico legitima ou deslegitima as ideologias dos grupos e atores sociais.

No **capítulo IV** expomos a correlação entre os pressupostos da cognição às teorias semânticas para discutir e apresentar perspectivas da construção do significado no discurso. Este capítulo aprofunda a discussão sobre o funcionamento cognitivo e discursivo das estruturas linguísticas na formulação de sentidos para conceptualizar o evento impeachment/golpe. Assim, passamos a identificar que as construções exibidas pela mídia são construções cognitivo-discursivas não totalizantes, isto é, referem-se a uma perspectiva, a uma possibilidade de significar/conceptualizar as coisas do mundo. Apresentamos, também, uma discussão a qual salienta que a construção das conceptualizações do evento pode ser vista a partir de “camadas de sentido”, em que ao destacar o evento apenas com a conceptualização de impeachment, tal conceptualização tem sua camada revelada e exposta na superfície, enquanto a camada da conceptualização de golpe fica implícita, diluída, mas coexiste com a conceptualização de impeachment.

No **capítulo V** elucidamos uma discussão sobre a Teoria dos Espaços Mentais e o processo da mesclagem conceptual, discutindo como as mesclagens conceptuais atuam no discurso jornalístico para construir conceptualizações sobre o evento impeachment/golpe e, ao mesmo tempo, apontar para o fato de que a mesclagem conceptual é uma estratégia cognitiva que emerge no discurso para guiar a compreensão dos leitores/ouvintes sobre as situações socialmente situadas. Neste capítulo, compreendemos que a mesclagem conceptual é uma operação cognitiva que se refere “a estruturas conceptuais locais, uma vez que é construída dinamicamente e criativamente na memória de trabalho” (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 103). Desse modo, a mesclagem conceptual se configura como uma importante estratégia cognitiva que constrói numa nova conceptualização no discurso e pode orientar o que pensamos ou falamos numa ação local e criativa.

O **capítulo VI** dedica-se às análises do estudo, examinando (1) o poder do discurso jornalístico na construção da realidade: um modo de conceptualizar o evento e reproduzir ideologias dos grupos hegemônicos; (2) a legitimação e estabilização discursiva e cognitiva da conceptualização do evento sendo impeachment; e (3) o efeito de “esvaziamento” e a

construção discursiva e cognitiva da conceptualização do evento sendo golpe. Nessa perspectiva, a organização das estruturas discursivas elaborada pelos jornais e as mesclagens conceptuais apresentam um conjunto de saberes sociais, culturais e ideológicos que ativam conhecimentos e atuam na construção da conceptualização do evento como um acontecimento bom ou ruim, pacífico ou violento, legítimo ou ilegítimo, ancorando visões de mundo e construindo conceptualizações sobre o evento impeachment/golpe.

A organização desses capítulos, apresentados e destacados, orienta a investigação desta tese e apresenta a construção cognitivo-discursiva das conceptualizações sobre o evento impeachment/golpe no discurso jornalístico.

1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem por objetivo, em um primeiro momento, explicar os procedimentos que adotamos para organizar as categorias teórico-metodológicas que nortearam toda a tese. Em seguida, demonstraremos a delimitação que realizamos para obter o *corpus* ampliado, o *corpus* restrito e o *corpus* específico de nossa investigação, como também justificar o porquê de nossas escolhas, ao desenvolver uma contextualização dos jornais analisados. Neste tópico, intencionamos explicitar a postura social e ideológica propagada pelos jornais, os critérios de seleção do *corpus* ampliado, mostrando a sua origem e o tempo decorrido com a coleta. No ponto seguinte, vamos demonstrar mais especificamente a seleção do *corpus* restrito e do *corpus* específico. Por fim, na expectativa de responder às indagações propostas, vamos expor as categorias de análise da tese e os procedimentos que realizamos para elegermos tais categorias.

Como este capítulo se dedica aos procedimentos metodológicos, é relevante enfatizarmos que este trabalho tem por base uma proposta de caráter qualitativo, partindo de uma metodologia essencialmente analítica e interpretativa dos dados selecionados, recorrendo a uma abordagem quantitativa, quando necessária, para uma melhor exemplificação e organização dos dados.

1.1.1 Percurso teórico-metodológico

A conceptualização do evento no discurso jornalístico é um trabalho linguístico e também social, uma vez que o discurso é uma das práticas que pode nortear nossa compreensão sobre as coisas do mundo e, ainda, pode revelar sentidos sobre a realidade que legitimam valores e normas de um grupo social específico. Assim, a partir dos pressupostos teóricos abordados nos capítulos a seguir e visando atingir os objetivos dessa tese, é preciso, antes, desenvolver algumas considerações sistemáticas sobre a contextualização do *corpus* e do processo de seleção e análise do mesmo. Além disso, é importante também indicar o caminho teórico-metodológico traçado neste estudo e, assim, apresentar e justificar o quadro teórico-analítico proposto.

A metodologia utilizada é qualitativa, pois interessa-nos, sobretudo, os aspectos linguísticos – para observar o funcionamento discursivo e cognitivo da construção das conceptualizações e as estratégias textuais-discursivas imbricadas no processo de (des)legitimação do evento no discurso jornalístico. Ressaltamos, porém, que recorreremos à quantificação de dados durante a investigação, visto que entendemos a relevância de determinadas informações numéricas que contribuem para a compreensão dos fenômenos apontados neste estudo.

Antes de passar à análise do material linguístico, cumpre pontuar alguns aspectos relevantes que dão conta das características discursivo-textuais identificadas no *corpus*, constituindo, então, o fenômeno investigado: **a construção das conceptualizações impeachment/golpe estabilizadas no discurso jornalístico e os processos de (des)legitimação**. Assim, a análise investiga como as categorias teórico-metodológicas operam nesse processo e embate discursivo e cognitivo.

Elegemos como macro categoria teórico-analítica a “(Des)legitimação na construção das conceptualizações do evento”. Toda a análise é desenvolvida a partir da construção cognitivo-discursiva do evento impeachment/golpe no discurso jornalístico que observamos a legitimação da conceptualização do evento sendo impeachment e a deslegitimação da conceptualização do evento sendo golpe nos jornais analisados.

Entendemos que a “Interface cognitiva na reprodução de ideologias” é uma categoria de natureza discursiva e cognitiva que nos orientou na discussão da relação constitutiva da tríade: discurso-cognição-sociedade. Essa relação também sinalizou a importância dos modelos mentais nas práticas sociais para a reprodução de ideologias dos grupos

hegemônicos, na manipulação das informações e no controle discursivo e cognitivo dos fatos e opiniões.

Defendemos que a “Construção discursiva e cognitiva a partir da mesclagem conceptual” evidencia estratégias cognitivas, as quais operam como categorias teórico-analíticas para compreender, de modo mais aprofundado, as operações cognitivas que atuam na construção das conceptualizações do evento impeachment/golpe. Assim, além de explicitar uma operação cognitiva, podemos analisar a organização e o desdobramento discursivo dessas conceptualizações nos jornais. Desse modo, compreendemos que a construção da conceptualização do impeachment é construída como “a realidade”, enquanto a construção da conceptualização de golpe circula, no discurso jornalístico, como uma possibilidade interpretativa sobre o evento. Assim, esse tópico é importante para este estudo, pois não se preocupa na validação de uma conceptualização ou outra, mas pretende apresentar, a partir de estratégias discursivas e cognitivas, a versão que foi estabilizada como “a realidade” na conceptualização do evento. Além disso, também objetivamos evidenciar e revelar o funcionamento das estruturas linguísticas que estrategicamente deixam implícitas e esvaziadas a conceptualização do evento sendo golpe.

A categoria “Aspectos textuais-discursivos na conceptualização do evento” refere-se aos movimentos, especificamente, linguísticos abordados nos textos dos jornais O Globo e Folha de S. Paulo, apresentando o amplo funcionamento textual-discursivo no processo de negociação e articulação entre atores sociais, ações e grupos sociais para a construção da conceptualização do evento.

Por fim, e não menos importante, elegemos a categoria “Aspectos sócio-políticos no discurso jornalístico”. Tal categoria é ampla e relevante para essa pesquisa, uma vez que apresenta a complexa inter-relação entre os aspectos discursivos, as estratégias cognitivas e a dimensão sociopolítica do processo de conceptualização do evento, na perspectiva de mapear o modo como o discurso jornalístico controla a construção da conceptualização desse evento e reproduz aspectos sociais e políticos dos grupos que detém mais poder na sociedade. A partir dessa descrição, segue o esquema das categorias para ilustrar, sistematicamente, as categorias constitutivas dessa investigação:

Figura 1 - Esquematisação das categorias teórico-analíticas.



As categorias sistematizadas, nessa figura, e descritas acima revelam, de modo pontual, a organização teórico-metodológica dessa pesquisa, na perspectiva de apresentar o caminho percorrido e tentar elucidar os elementos que constroem e operam na conceptualização do evento no discurso jornalístico. É importante ressaltar, entretanto, que nesse tópico, queremos apenas explicitar, de modo panorâmico, a organização teórico-metodológica da tese, apresentando o caminho percorrido para atingir o objetivo de investigar a construção cognitivo-discursiva e os processos de (des)legitimação nas conceptualizações do evento impeachment/golpe no discurso jornalístico, além de mostrar como esse objetivo se justifica para esta investigação.

Esse esquema, a partir das discussões anteriormente descritas, faz uma articulação entre os aspectos textuais, discursivos e cognitivos sempre atrelados a contextos situados e sociais. Desse modo, a figura 1 apresenta a organização geral da pesquisa, a qual foi elaborada levando em conta uma dupla movimentação de setas que evidencia a dinamicidade e a relação constitutiva das categorias: (Des)legitimação na construção das conceptualizações do evento ↔ Interface cognitiva na reprodução de ideologias ↔ Construção discursiva e cognitiva a partir da mesclagem conceptual ↔ Aspectos textuais-discursivos na conceptualização do evento ↔ Aspectos sócio-políticos no discurso jornalístico.

É a partir dessa dupla movimentação que a prática linguística constitui (e é constituída) pelo processo de (des)legitimação na construção das conceptualizações do evento. Isso significa dizer que vários aspectos envolvem a conceptualização do evento, sendo todos esses relevantes para a nossa compreensão epistemológica do fenômeno. Entretanto, é no âmbito discursivo e cognitivo que se centra esta investigação. Outro elemento importante nessa esquematização e nessa movimentação é o formato de triângulo. Com esse triângulo, queremos remeter à tríade discurso-cognição-sociedade (VAN DIJK, 2000; 2006; 2016), uma vez que entendemos as práticas sociais como construções discursivas, históricas e socialmente situadas, em uma perspectiva dinâmica, que orienta ideologicamente a compreensão sobre a conceptualização do evento.

1.1.2 Contextualização do *corpus*

O *corpus* foi constituído a partir de um evento histórico em 2016 no Brasil, o qual resultou na destituição de Dilma Rousseff do cargo da Presidência da República do Brasil. A partir desse evento, foi realizado um levantamento de textos retirados dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* de divulgação pública *online*. Esse *corpus* ampliado foi coletado no período de dezembro de 2015 a setembro de 2016, época em que houve a abertura do processo de impeachment até o julgamento final realizado no Senado. É importante ressaltar que a propensão por estes dois veículos de comunicação justifica-se pelos seus altos índices de circulação no país¹. A seleção desses jornais assume um importante papel na investigação, já que defendemos a perspectiva de que os jornais não apenas constroem discursos sobre o evento, mas ajudam a criar tais discursos, deixando à margem ou silenciando versões de mundo que não são veiculadas pela mídia tradicional.

Jornal *Folha de S. Paulo*²

Trata-se de um dos jornais de maior circulação no Brasil, o qual se autoproclama como “o jornal mais influente do Brasil”, que em sua página apresenta como “princípios editoriais: pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independente”. Desse modo, é

¹ Informação retirada da Associação Nacional de Jornais. Disponível em: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/> Acesso em: 24 aug. 2018.

² Essas informações estão nos princípios editoriais do jornal *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/> Acesso em: 24 aug. 2018.

relevante observar a pluralidade de discursos veiculados no discurso deste jornal já que é um dos princípios que ele destaca em sua apresentação editorial.

Jornal O Globo³

Esse jornal teve sua fundação por Irineu Marinho e hoje corresponde às organizações do Grupo Globo, comandadas por quase oito décadas por Roberto Marinho. Tal jornal se autodefine e diz adotar a perspectiva de um jornalismo que “produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas” e exemplifica afirmando que

qualquer fato e qualquer pessoa: uma crise política grave, decisões governamentais com grande impacto na sociedade, uma guerra, uma descoberta científica, um desastre ambiental, mas também a narrativa de um atropelamento numa esquina movimentada, o surgimento de um buraco na rua, a descrição de um assalto à loja da esquina, um casamento real na Europa, as novas regras para a declaração do Imposto de Renda ou mesmo a biografia das celebridades instantâneas. O jornalismo é aquela atividade que permite um primeiro conhecimento de todos esses fenômenos, os complexos e os simples, com um grau aceitável de fidedignidade e correção, levando-se em conta o momento e as circunstâncias em que ocorrem. É, portanto, uma forma de apreensão da realidade (JORNAL O GLOBO, PRINCÍPIOS EDITORIAIS, *online*).

Desse modo, vemos que o jornal sabe da sua importância social, uma vez que pode construir conhecimentos e estabilizar sentidos sobre o evento. O Globo é um dos jornais de maior circulação no Brasil, conforme a Associação Nacional de Jornais.

Portanto, os textos analisados nesse estudo correspondem aos jornais O Globo e Folha de S. Paulo, os quais se apresentam como veículos que atrelam sua circulação a um formato institucional definido e, ao mesmo tempo, estabelece um viés que provoca um efeito de objetividade às informações por eles propagadas.

1.1.3 A construção do *Corpus*

A partir da seleção dos jornais explicitados acima, houve um levantamento de textos sobre o evento no período de dezembro de 2015 a setembro de 2016, constituindo o *corpus* ampliado. O acompanhamento do evento no discurso jornalístico propiciou o montante de 880 textos. Desses 880, 611 textos correspondem ao jornal O Globo e 269 ao jornal Folha de S. Paulo. Segue a tabela com o *corpus* ampliado:

³ Essas informações estão nos princípios editoriais do jornal O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/> Acesso em: 24 aug. 2018.

Tabela 1 - Levantamento do *corpus* ampliado.

Corpus ampliado		Total
<i>O Globo</i>	611	880
Folha de S. Paulo	269	

Todos esses textos da tabela 1 foram lidos e analisados, desencadeando outra seleção de textos que corresponde aos textos que compõem o *corpus* restrito, o qual é composto por 179 textos, sendo 144 do jornal O Globo e 35 do jornal Folha de S. Paulo. Segue a tabela 2 com esses dados.

Tabela 2 - Levantamento do *corpus* restrito.

Corpus restrito		Total
<i>O Globo</i>	144	179
Folha de S. Paulo	35	

Vale ressaltar que para o mapeamento do *corpus* restrito foi necessário fazer um levantamento dos espaços mentais mais recorrentes que o discurso jornalístico ativou na conceptualização do evento. Esses espaços mentais foram ativados nos textos a partir das construções discursivas dos jornais analisados, organizando e controlando o conjunto de informações que conceptualizam o evento.

Segue, abaixo, a tabela 3 com os textos do *corpus* restrito, contendo os textos veiculados pelos jornais analisados. A tabela apresenta os espaços mentais ativados nesses textos para estabilizar e desestabilizar as conceptualizações sobre o evento; seguido do título dos textos, do nome do jornal e da data que esses textos foram publicados.

Tabela 3 - Levantamento do *corpus* restrito.

Corpus restrito			
Espaços Mentais	Título dos textos	Jornal	Data
Manobra política	Ofensiva final	<i>O Globo</i>	16/04/2016
	Carta desagradou a senadores que irão decidir o impeachment	<i>O Globo</i>	17/04/2016
	Dilma convoca governadores para tentar conter debandada	<i>O Globo</i>	15/04/2016
	Oposição conquista adesões ao afastamento	<i>O Globo</i>	12/04/2016
	Placar tendência pró-cassação	<i>O Globo</i>	30/08/2016
	Representantes do PMDB e do PP se dividem	<i>O Globo</i>	12/04/2016
	Traições de aliados em votação sobre dívida preocupam Temer	<i>O Globo</i>	12/08/2016
	Cunha confirma votação em plenário no domingo	<i>O Globo</i>	12/04/2016
	Plenário terá telão para exibir protestos	<i>O Globo</i>	15/04/2016
	Câmara tem 342 votos declarados pró-impeachment	<i>O Globo</i>	15/04/2016
	Votos já são suficientes	<i>O Globo</i>	15/04/2016
Disputa política	O primeiro round	<i>O Globo</i>	12/04/2016
	A última trincheira de Dilma	<i>O Globo</i>	18/04/2016
	Julgamento começa com ataques a testemunhas	<i>O Globo</i>	26/08/2016
	Dilma e Temer negociam pessoalmente cada voto	<i>O Globo</i>	17/04/2016
	Lágrimas de acusação e defesa	<i>O Globo</i>	31/08/2016
	Guerra de suspeições	<i>O Globo</i>	26/08/2016
	O duelo pela presidência	<i>O Globo</i>	17/04/2016
	Propostas levadas por Dilma ao Congresso enfrentam resistência	<i>O Globo</i>	04/02/2016
	Manifestantes próDilma e PM entram em confronto em São Paulo	<i>Folha de S.Paulo</i>	31/08/2016
	Planalto faz ofensiva para virar voto de três senadores	<i>O Globo</i>	26/08/2016
	Pronta para o embate	<i>O Globo</i>	29/08/2016
	Lula articula vale-tudo em busca de apoio	<i>O Globo</i>	17/04/2016
Crime	‘Impeachment é o remédio jurídico da nossa democracia’, diz presidente da OAB	<i>O Globo</i>	27/08/2016
	A OAB e o impeachment	<i>O Globo</i>	14/04/2016
	Janaína Paschoal defende análise para além das pedaladas de 2015	<i>O Globo</i>	29/04/2017
	Os sete pecados capitais	<i>O Globo</i>	11/05/2017
	OAB decide apoiar o impeachment de Dilma Rousseff	<i>O Globo</i>	18/03/2016
	Sobram crimes para o impeachment	<i>Folha de S.Paulo</i>	07/04/2016
	Governo decreta sigilo sobre dados de ‘pedaladas’	<i>O Globo</i>	03/04/2016
	Pedaladas que podem custar a presidência	<i>O Globo</i>	11/05/2016
	‘Pedaladas’ secretas	<i>O Globo</i>	03/04/2016

	Palácio do planalto, a trincheira de Dilma	<i>O Globo</i>	02/04/2016
	Quem avalia são os políticos, não os juízes	<i>O Globo</i>	07/04/2016
	Criticando governo, confederação da agricultura apoia impeachment	<i>O Globo</i>	07/04/2016
STF	Apelação rejeitada	<i>O Globo</i>	15/04/2016
	Judiciário repudia ofensas e suspende manobra de Lula	<i>O Globo</i>	18/03/2016
	PRORROGAÇÃO: STF decidirá se Dilma deve ficar inelegível	<i>O Globo</i>	02/09/2016
	REVOLTA Indignação do PT na Câmara e no Planalto	<i>O Globo</i>	18/04/2016
	Impeachment: Cunha acusa STF de intervir na Câmara	<i>O Globo</i>	02/02/2016
Saúde	Temer: 'jamais interferiria na Lava-Jato'	<i>O Globo</i>	01/04/2016
	O remédio (para corrupção) é combater a impunidade'	<i>O Globo</i>	09/12/2015
	Não é golpe, mas remédio aos abusos	Folha de S.Paulo	30/12/2015
Partes do julgamento	Comissão aprova relatório pelo impeachment de Dilma	<i>O Globo</i>	12/04/2016
	Palácio do planalto, a trincheira de Dilma	<i>O Globo</i>	02/04/2016
	Comissão decide que votará relatório na segunda-feira	<i>O Globo</i>	06/04/2016
Negação do golpe	Impeachment cabe ao Legislativo, diz Barroso	Folha de S.Paulo	29/03/2016
	Collor, ex-presidente, não ver golpe	<i>O Globo</i>	31/08/2016
	O último ato	<i>O Globo</i>	30/08/2016
	Cristovam sinaliza pelo impeachment e diz que não teme rótulo de golpista	Folha de S.Paulo	04/08/2016
	A esquerda e Lula perdem a credibilidade	<i>O Globo</i>	06/04/2016
	Golpe, a palavra que dominou debate	<i>O Globo</i>	30/08/2016
	Para Cármen Lúcia, impeachment não é golpe se Constituição for respeitada	Folha de S.Paulo	23/03/2016
	Ministro esperava ter mais votos; oposição comemora	<i>O Globo</i>	12/04/2016
	Dilma cogita retirar menção a 'golpe' em carta aos senadores	<i>O Globo</i>	11/08/2016
	Não vai mesmo ter golpe	<i>O Globo</i>	17/04/2016
	Itamaraty enviou a embaixadas circulares com alerta de 'golpe'	<i>O Globo</i>	23/03/2016
	Relator refuta 'golpe' e pede saída de Dilma	<i>O Globo</i>	05/05/2016
	Tipos de golpe	<i>O Globo</i>	28/03/2016
	Senado é cultura	<i>O Globo</i>	12/05/2016
Crise/Corrupção	Programas sociais têm cortes de 87% com Dilma	<i>O Globo</i>	01/05/2016
	Dilma acusa oposição de dividir o país e volta a defender Lula	<i>O Globo</i>	08/03/2016
	Combate à corrupção já enfrenta ataques	<i>O Globo</i>	10/04/2016
	Como a crise desembocou no impeachment	<i>O Globo</i>	17/04/2016
	Um passo para o impeachment	<i>O Globo</i>	18/04/2016
	Golpe é inflação e desemprego	Folha de S.Paulo	19/05/2016
	Com medo de traições, governo deve adiar reformas	<i>O Globo</i>	05/04/2016
	Pátria educadora naufraga com governo	<i>O Globo</i>	11/05/2016
	Nem lá, nem cá: a tribo dos que não apoiam lugar nenhum	<i>O Globo</i>	17/04/2016
	Desafio é recuperar a confiança	<i>O Globo</i>	18/04/2016
	A soma de todos os erros	<i>O Globo</i>	11/05/2016

	Por uma segunda chance	<i>O Globo</i>	03/02/2016
Criminalização de Dilma	Relator aponta indícios de crimes de Dilma	<i>O Globo</i>	07/04/2016
	Para Anastasia, Dilma atuou em 'claro benefício político-pesoal'	<i>O Globo</i>	10/08/2016
	Barbosa depõe em inquérito que apura 'pedaladas'	<i>O Globo</i>	13/04/2016
	Defesa de Dilma estuda pedir fatiamento das votações	<i>O Globo</i>	28/08/2016
	RECURSO Dilma indica que irá ao STF se for considerada culpada	<i>O Globo</i>	30/08/2016
	Procurador acusa Dilma de 'contabilidade destrutiva'	<i>O Globo</i>	03/05/2016
	Delator: dívida eleitoral de Dilma foi paga com verba da presidência	<i>O Globo</i>	03/06/2016
	Sem mandato, Dilma poderá ser alvo da Lava-Jato	<i>O Globo</i>	29/08/2016
	Dilma impõe condições de ir a julgamentos: não quer perguntas	<i>O Globo</i>	05/08/2016
	Dilma não irá hoje à comissão do impeachment para se defender	<i>O Globo</i>	06/05/2016
	O que você precisa saber sobre o impeachment	<i>O Globo</i>	17/04/2016
	Dilma fez 'despedaladas fiscais', afirma Belluzzo	<i>O Globo</i>	27/08/2016
	OAB aponta crime e defende impeachment	<i>O Globo</i>	19/03/2016
	Oposição quer a renúncia da presidente	<i>O Globo</i>	04/03/2016
	Brasil tem veio golpista, diz Dilma à mídia estrangeira	<i>O Globo</i>	20/04/2016
	Advertência ignorada	<i>O Globo</i>	09/04/2016
	'Fomos vítimas de um golpe'	<i>O Globo</i>	31/03/2016
	Caixa ignorou recomendação de Conselho contra 'pedalada'	<i>O Globo</i>	09/04/2016
	Collor sofreu impeachment por muito menos', diz ex-mulher Rosane Malta	Folha de S.Paulo	29/12/2015
	'Golpistas podem ter chefe e vice-chefe'	<i>O Globo</i>	13/04/2016
	Relator vê conduta dolosa	<i>O Globo</i>	07/04/2016
	Votação deve começar às 14h de domingo	<i>O Globo</i>	13/04/2016
Defesa de Dilma	Manobra de defensores de Dilma para adiar sessão falha	<i>O Globo</i>	03/08/2016
	Planalto diz que relatório 'confirma defesa'	<i>O Globo</i>	07/04/2016
	Na defesa de Dilma, Cardozo indica que recorrerá à justiça	<i>O Globo</i>	05/04/2016
	A política como defesa	<i>O Globo</i>	04/04/2016
	Defesa de Dilma entra com pedido no STF para anular impeachment	Folha de S.Paulo	30/09/2016
	Defesa de Dilma será apresentada na segunda-feira	<i>O Globo</i>	02/04/2016
	Defesa de Dilma tenta minimizar danos do impeachment entenda	Folha de S.Paulo	31/08/2016
	Dilma usará Bolsa Família contra impeachment	<i>O Globo</i>	04/04/2016
	Pecado original	<i>O Globo</i>	05/04/2016
	'Temos que continuar lutando', afirma Dilma em último ato	<i>O Globo</i>	26/08/2016
	Analistas apontam estratégias para judicializar processo	<i>O Globo</i>	05/04/2016
	Estão julgando uma mulher honesta, diz Dilma, em defesa	<i>O Globo</i>	07/07/2016
	Disputa é voto a voto	<i>O Globo</i>	06/04/2016
	Só depois da Olimpíada	<i>O Globo</i>	29/06/2016
	Comissão deve aprovar hoje relatório favorável a afastamento	<i>O Globo</i>	04/08/2016

	Moro liga Lava-Jato a mensalão e Celso Daniel	<i>O Globo</i>	02/04/2016
Efeito de legalidade	Pedido de impeachment da presidente Dilma	<i>O Globo</i>	01/02/2016
	Cunha diz que impeachment é prova de que agiu com lisura no processo	<i>Folha de S.Paulo</i>	31/08/2016
	Dentro da Lei, dentro da Constituição	<i>O Globo</i>	12/04/2016
	Dilma cometeu 'autêntico atentado à Constituição', diz Anastasia	<i>Folha de S.Paulo</i>	10/04/2016
	Dilma diz que precisa reconhecer erros e passar por 'transformação'	<i>Folha de S.Paulo</i>	02/08/2016
	Rito acelerado	<i>O Globo</i>	10/08/2016
	Janot diz que são legais grampos com conversas entre Lula e Dilma	<i>O Globo</i>	26/05/2016
	Impeachment é chance de PT se refazer, diz senador Cristovam	<i>Folha de S.Paulo</i>	09/08/2016
	'Impeachment é uma coisa natural na democracia', diz Michel Temer	<i>Folha de S.Paulo</i>	25/08/2016
	Impeachment sem legitimação	<i>Folha de S.Paulo</i>	26/09/2016
	Natureza do impeachment	<i>O Globo</i>	11/05/2016
	O combate à corrupção nos governos do PT	<i>O Globo</i>	29/02/2016
	Impeachment no Estado democrático	<i>Folha de S.Paulo</i>	09/09/2016
	OAB declara apoio ao impeachment da presidente Dilma	<i>Folha de S.Paulo</i>	18/03/2016
	NUNCA ANTES: Em dia histórico, país deverá ter hoje impeachment e duas posses	<i>O Globo</i>	31/08/2016
	Defesa de Dilma deve recorrer ao Supremo	<i>O Globo</i>	10/05/2016
	Para governo dos EUA, impeachment seguiu ordem constitucional	<i>Folha de S.Paulo</i>	31/08/2016
	Julgamento do impeachment terminará até 2 de setembro	<i>O Globo</i>	31/07/2016
Rupturas Constitucionais	Aliados de Temer encurtam rito do impeachment em 20 dias	<i>O Globo</i>	12/08/2016
	Acusação e Planalto agem para acelerar impeachment	<i>O Globo</i>	10/08/2016
	Algoz de Collor, advogado diz que Dilma não cometeu crime	<i>O Globo</i>	04/05/2016
	O capítulo final	<i>O Globo</i>	25/08/2016
	Aliados admitem que protestos fortalecem impeachment	<i>O Globo</i>	14/03/2016
	Núcleo duro tem discursos bem definidos	<i>O Globo</i>	16/05/2016
	Dilma chama Temer e Cunha de chefes do 'golpe' e da 'traição'	<i>O Globo</i>	13/04/2016
	Lava-jato no planalto	<i>O Globo</i>	19/03/2016
	No compasso do Supremo	<i>O Globo</i>	04/08/2016
	Cardozo acusa relator do impeachment agir com 'paixão partidária'	<i>Folha de S.Paulo</i>	03/08/2016
	Chico diz que impeachment 'é golpe' e que Dilma	<i>Folha de S.Paulo</i>	29/08/2016
	Como último ato Dilma decide fazer pronunciamento 'é uma guerreira' no Planalto	<i>Folha de S.Paulo</i>	11/05/2016
	Comunicado à nação	<i>O Globo</i>	18/03/2016
	Relativo Discursos têm imprecisões	<i>O Globo</i>	30/08/2016
	Debate sobre impeachment perde força nas redes sociais e nas ruas	<i>O Globo</i>	14/08/2016
	Dilma diz que sofre '2 golpe' na vida e que Temer terá 'oposição incansável'	<i>Folha de S.Paulo</i>	31/08/2016

Perseguição política	Dilma terá mais direitos que Collor	O Globo	13/05/2016
	Em discurso no Senado, Dilma diz temer a morte da democracia	Folha de S.Paulo	29/08/2016
	Especialistas comentam grampos de Lula	O Globo	17/03/2016
	‘Estado não pode tudo fazer’	O Globo	13/05/2016
	PT tentará impedir que Senado dê andamento ao impeachment	O Globo	09/08/2016
	Falta de mulheres e negros em novo Ministério é criticada	O Globo	13/05/2016
	Fatiamento da votação 'não atenua o que fizeram', diz Dilma	Folha de S.Paulo	02/09/2016
	Dilma ataca grampo e diz que ‘golpes começam assim’	O Globo	18/03/2016
	Impeachment foi 'tropeço da democracia', diz Lewandowski	Folha de S.Paulo	29/09/2016
	Lewandowski permite votação sobre direitos de Dilma em separado	Folha de S.Paulo	31/08/2016
	Ações no TSE preocupam governo, que teme a inclusão de delações	O Globo	11/08/2016
	Moro pede desculpa por polêmica sobre grampo	O Globo	30/03/2016
	Dilma radicaliza discurso	O Globo	23/03/2016
	No Nordeste, grito contra Dilma e Lula se amplia	O Globo	14/03/2016
	No exterior, imprensa ecoa 'momento chave' de Dilma e do PT	Folha de S.Paulo	30/08/2016
	O golpe, na verdade, está só começando	Folha de S.Paulo	01/09/2016
	Países bolivarianos reagem a cassação de Dilma Rousseff e condenam 'golpe'	Folha de S.Paulo	31/08/2016
	Para Temer, fatiamento é ‘pequeno embaraço’	Folha de S.Paulo	03/09/2016
	Pressão por mais rapidez	O Globo	03/08/2016
	Dilma: não sairei desse cargo	O Globo	12/03/2016
	Revista 'The Economist' muda tom pessimista após saída de Dilma	Folha de S.Paulo	02/09/2016
	Rito acelerado	O Globo	10/08/2016
	Ruas explodem em protestos e panelaços...	O Globo	17/03/2016
	‘Processo é ruptura da ordem democrática’	O Globo	25/03/2016
	Senadores pró-Dilma ao voto em separado contra 'traição' e 'golpe'	Folha de S.Paulo	01/08/2016
	Serão extra no Congresso	O Globo	16/04/2016
	Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato	Folha de S. Paulo	23/05/2016
	Tudo pelo impeachment	O Globo	12/06/2016
	Teori manda Moro transferir ao STF investigações sobre Lula	O Globo	23/03/2016
	Todos nós falamos. Agora, o Congresso precisa ouvir	O Globo	18/03/2016
	Para Gilmar Mendes único 'tropeço' do impeachment foi fatiar votação	O Globo	29/09/2016
	Áudio de Temer ‘assumindo’ Presidência vaza para aliados	O Globo	12/04/2016
	Presidente manda Ministro da Justiça apurar vazamentos	O Globo	08/04/2016
	Diálogo ameaça Dilma	O Globo	17/03/2016
	O julgamento da história	Folha de S.Paulo	30/08/2016

Os espaços mentais: manobra política, disputa política, crime, STF, saúde, partes do julgamento, negação do golpe, criminalização de Dilma, defesa de Dilma, efeito de legalidade, rupturas constitucionais e perseguição política são discutidos em toda a investigação, ora na categoria analítica, explicitados com mais detalhes no próximo tópico, ora sendo utilizados nos exemplos das categorias teóricas. Acreditamos que esse *corpus* restrito é uma etapa importante nesta investigação, posto que os espaços mentais além de contribuir na elaboração das mesclagens, podem nortear, controlar a produção discursiva e cognitiva e estabilizar as conceptualizações do evento no discurso jornalístico. Esses textos serão apresentados e discutidos durante toda a tese.

Para chegarmos às categorias analíticas, foi necessário realizar um outro levantamento, o *corpus* específico. Esse *corpus* tem o objetivo de fazer um refinamento metodológico-analítico nas nossas análises, uma vez que seleciona apenas os textos que atuam, especificamente, na construção das conceptualizações do evento. É importante ressaltar que esse *corpus* delimita e explicita os processos discursivos que atuam na conceptualização do evento, como também demonstra, a partir das estratégias cognitivas, o modo como o evento foi construído no discurso jornalístico ao tentar esvaziar e deslegitimar uma conceptualização, e estabilizar e legitimar a outra conceptualização do evento. Segue a tabela 4 com o *corpus* específico:

Tabela 4 - Levantamento do *corpus* específico.

<i>Corpus</i> específico		Total
<i>O Globo</i>	68	98
Folha de S. Paulo	30	

De acordo com a tabela 4, o *corpus* específico é composto por 89 textos, sendo 68 do jornal O Globo e 30 do jornal Folha de S. Paulo. O levantamento do *corpus* específico justifica-se pelo fato de podermos observar, com mais detalhes, o funcionamento político e ideológico das estruturas linguísticas no discurso jornalístico, bem como analisar os efeitos que o discurso jornalístico conseguiu estabilizar nas conceptualizações do evento, a partir dos processos discursivos e das estratégias cognitivas. Esta justificativa aplica-se, ainda, ao propósito de que o discurso jornalístico contribui para a construção e estabilização de sentidos

do evento impeachment/golpe. Isto é, os jornais tem o poder de construir conceptualizações instituindo como a “verdade/realidade” dos fatos acontecidos na sociedade, embora estas “verdades/realidade”, muitas vezes estabilizadas pela mídia e circulada na sociedade, contêm ideologias dos grupos dominantes.

Segue, abaixo, a tabela 5 com os textos do *corpus* específico, contendo: os espaços mentais, os títulos dos textos dos jornais, a data de publicação dos textos e a especificação do gênero textual. Vejamos:

Tabela 5 - Levantamento dos textos do *corpus* específico.

Corpus específico				
Espaços Mentais	Título dos textos	Jornal	Data	Gênero textual
Crise/ Corrupção	Programas sociais têm cortes de 87% com Dilma	<i>O Globo</i>	01/05/2016	notícia
	Dilma acusa oposição de dividir o país e volta a defender Lula	<i>O Globo</i>	08/03/2016	reportagem
	Combate à corrupção já enfrenta ataques	<i>O Globo</i>	10/04/2016	notícia
	Como a crise desembocou no impeachment	<i>O Globo</i>	17/04/2016	análise
	Um passo para o impeachment	<i>O Globo</i>	18/04/2016	artigo de opinião
	Golpe é inflação e desemprego	<i>Folha de S.Paulo</i>	19/05/2016	artigo de opinião
	Com medo de traições, governo deve adiar reformas	<i>O Globo</i>	05/04/2016	notícia
	Pátria educadora naufraga com governo	<i>O Globo</i>	11/05/2016	reportagem
	Nem lá, nem cá: a tribo dos que não apoiam lugar nenhum	<i>O Globo</i>	17/04/2016	reportagem
	Desafio é recuperar a confiança	<i>O Globo</i>	18/04/2016	reportagem
	A soma de todos os erros	<i>O Globo</i>	11/05/2016	reportagem
	Por uma segunda chance	<i>O Globo</i>	03/02/2016	análise
Saúde	Temer: 'jamais interferiria na Lava-Jato'	<i>O Globo</i>	01/04/2016	artigo de opinião
	O remédio (para corrupção) é combater a impunidade'	<i>O Globo</i>	09/12/2015	entrevista
	Não é golpe, mas remédio aos abusos	<i>Folha de S.Paulo</i>	30/12/2015	reportagem
Efeito de legalidade	Pedido de impeachment da presidente Dilma	<i>O Globo</i>	01/02/2016	artigo de opinião
	Cunha diz que impeachment é prova de que agiu com lisura no processo	<i>Folha de S.Paulo</i>	31/08/2016	notícia
	Dentro da Lei, dentro da Constituição	<i>O Globo</i>	12/04/2016	notícia
	Dilma cometeu 'autêntico atentado à Constituição', diz Anastasia	<i>Folha de S.Paulo</i>	10/04/2016	reportagem
	Dilma diz que precisa reconhecer erros e passar por 'transformação'	<i>Folha de S.Paulo</i>	02/08/2016	entrevista
	Rito acelerado	<i>O Globo</i>	10/08/2016	notícia

	Janot diz que são legais grampos com conversas entre Lula e Dilma	<i>O Globo</i>	26/05/2016	reportagem
	Impeachment é chance de PT se refazer, diz senador Cristovam	<i>Folha de S.Paulo</i>	09/08/2016	entrevista
	'Impeachment é uma coisa natural na democracia', diz Michel Temer	<i>Folha de S.Paulo</i>	25/08/2016	reportagem
	Impeachment sem legitimação	<i>Folha de S.Paulo</i>	26/09/2016	artigo de opinião
	Natureza do impeachment	<i>O Globo</i>	11/05/2016	artigo de opinião
	O combate à corrupção nos governos do PT	<i>O Globo</i>	29/02/2016	artigo de opinião
	Impeachment no Estado democrático	<i>Folha de S.Paulo</i>	09/09/2016	artigo de opinião
	OAB declara apoio ao impeachment da presidente Dilma	<i>Folha de S.Paulo</i>	18/03/2016	reportagem
	NUNCA ANTES: Em dia histórico, país deverá ter hoje impeachment e duas posses	<i>O Globo</i>	31/08/2016	notícia
	Defesa de Dilma deve recorrer ao Supremo	<i>O Globo</i>	10/05/2016	reportagem
	Para governo dos EUA, impeachment seguiu ordem constitucional	<i>Folha de S.Paulo</i>	31/08/2016	notícia
	Julgamento do impeachment terminará até 2 de setembro	<i>O Globo</i>	31/07/2016	notícia
Negação do golpe	Impeachment cabe ao Legislativo, diz Barroso	<i>Folha de S.Paulo</i>	29/03/2016	reportagem
	Collor, ex-presidente, não ver golpe	<i>O Globo</i>	31/08/2016	reportagem
	O último ato	<i>O Globo</i>	30/08/2016	notícia
	Cristovam sinaliza pelo impeachment e diz que não teme rótulo de golpista	<i>Folha de S.Paulo</i>	04/08/2016	reportagem
	A esquerda e Lula perdem a credibilidade	<i>O Globo</i>	06/04/2016	entrevista
	Golpe, a palavra que dominou debate	<i>O Globo</i>	30/08/2016	reportagem
	Para Cármen Lúcia, impeachment não é golpe se Constituição for respeitada	<i>Folha de S.Paulo</i>	23/03/2016	notícia
	Ministro esperava ter mais votos; oposição comemora	<i>O Globo</i>	12/04/2016	reportagem
	Dilma cogita retirar menção a 'golpe' em carta aos senadores	<i>O Globo</i>	11/08/2016	notícia
	Não vai mesmo ter golpe	<i>O Globo</i>	17/04/2016	artigo de opinião
	Itamaraty enviou a embaixadas circulares com alerta de 'golpe'	<i>O Globo</i>	23/03/2016	reportagem
	Relator refuta 'golpe' e pede saída de Dilma	<i>O Globo</i>	05/05/2016	reportagem
	Tipos de golpe	<i>O Globo</i>	28/03/2016	artigo de opinião
	Senado é cultura	<i>O Globo</i>	12/05/2016	reportagem
	Aliados de Temer encurtam rito do impeachment em 20 dias	<i>O Globo</i>	12/08/2016	notícia
	Acusação e Planalto agem para acelerar impeachment	<i>O Globo</i>	10/08/2016	notícia
	Algoz de Collor, advogado diz que Dilma não cometeu crime	<i>O Globo</i>	04/05/2016	reportagem
	O capítulo final	<i>O Globo</i>	25/08/2016	notícia

Rupturas Constitucionais	Aliados admitem que protestos fortalecem impeachment	O Globo	14/03/2016	notícia
	Núcleo duro tem discursos bem definidos	O Globo	16/05/2016	análise
	Dilma chama Temer e Cunha de chefes do 'golpe' e da 'traição'	O Globo	13/04/2016	reportagem
	Lava-jato no planalto	O Globo	19/03/2016	artigo de opinião
	No compasso do Supremo	O Globo	04/08/2016	reportagem
	Cardozo acusa relator do impeachment agir com 'paixão partidária'	Folha de S.Paulo	03/08/2016	reportagem
	Chico diz que impeachment 'é golpe' e que Dilma	Folha de S.Paulo	29/08/2016	notícia
	Como último ato Dilma decide fazer pronunciamento 'é uma guerreira' no Planalto	Folha de S.Paulo	11/05/2016	notícia
	Comunicado à nação	O Globo	18/03/2016	artigo de opinião
	Relativo Discursos têm imprecisões	O Globo	30/08/2016	análise
	Debate sobre impeachment perde força nas redes sociais e nas ruas	O Globo	14/08/2016	reportagem
	Dilma diz que sofre '2º golpe' na vida e que Temer terá 'oposição incansável'	Folha de S.Paulo	31/08/2016	reportagem
	Dilma terá mais direitos que Collor	O Globo	13/05/2016	reportagem
	Em discurso no Senado, Dilma diz temer a morte da democracia	Folha de S.Paulo	29/08/2016	reportagem
	Especialistas comentam grampos de Lula	O Globo	17/03/2016	entrevista
	'Estado não pode tudo fazer'	O Globo	13/05/2016	análise
	PT tentará impedir que Senado dê andamento ao impeachment	O Globo	09/08/2016	reportagem
	Falta de mulheres e negros em novo Ministério é criticada	O Globo	13/05/2016	reportagem
	Fatiamento da votação 'não atenua o que fizeram', diz Dilma	Folha de S.Paulo	02/09/2016	reportagem
	Dilma ataca grampo e diz que 'golpes começam assim'	O Globo	18/03/2016	reportagem
	Impeachment foi 'tropeço da democracia', diz Lewandowsk	Folha de S.Paulo	29/09/2016	notícia
	Lewandowski permite votação sobre direitos de Dilma em separado	Folha de S.Paulo	31/08/2016	notícia
	Ações no TSE preocupam governo, que teme a inclusão de delações	O Globo	11/08/2016	reportagem
	Moro pede desculpa por polêmica sobre grampo	O Globo	30/03/2016	notícia
	Dilma radicaliza discurso	O Globo	23/03/2016	análise
	No Nordeste, grito contra Dilma e Lula se amplia	O Globo	14/03/2016	notícia
	No exterior, imprensa ecoa 'momento chave' de Dilma e do PT	Folha de S.Paulo	30/08/2016	notícia
	O golpe, na verdade, está só começando	Folha de S.Paulo	01/09/2016	artigo de opinião
	Países bolivarianos reagem a cassação de Dilma Rousseff e condenam 'golpe'	Folha de S.Paulo	31/08/2016	notícia
	Para Temer, fatiamento é 'pequeno embaraço'	Folha de S.Paulo	03/09/2016	reportagem
	Pressão por mais rapidez	O Globo	03/08/2016	reportagem

Perseguição política	Dilma: não sairei desse cargo	O Globo	12/03/2016	reportagem
	Revista 'The Economist' muda tom pessimista após saída de Dilma	Folha de S.Paulo	02/09/2016	reportagem
	Rito acelerado	O Globo	10/08/2016	reportagem
	Ruas explodem em protestos e panelaços...	O Globo	17/03/2016	notícia
	'Processo é ruptura da ordem democrática'	O Globo	25/03/2016	reportagem
	Senadores pró-Dilma ao voto em separado contra 'traição' e 'golpe'	Folha de S.Paulo	01/08/2016	notícia
	Serão extra no Congresso	O Globo	16/04/2016	notícia
	Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato	Folha de S. Paulo	23/05/2016	notícia
	Tudo pelo impeachment	O Globo	12/06/2016	reportagem
	Teori manda Moro transferir ao STF investigações sobre Lula	O Globo	23/03/2016	reportagem
	Todos nós falamos. Agora, o Congresso precisa ouvir	O Globo	18/03/2016	artigo de opinião
	Para Gilmar Mendes único 'tropeço' do impeachment foi fatiar votação	O Globo	29/09/2016	notícia
	Áudio de Temer 'assumindo' Presidência vaza para aliados	O Globo	12/04/2016	reportagem
	Presidente manda Ministro da Justiça apurar vazamentos	O Globo	08/04/2016	reportagem
	Diálogo ameaça Dilma	O Globo	17/03/2016	reportagem
	O julgamento da história	Folha de S.Paulo	30/08/2016	artigo de opinião

Essa tabela além de destacar os espaços mentais – crise/ corrupção, saúde, efeito de legalidade, negação do golpe, rupturas constitucionais e perseguição política – que contribuem para as mesclagens na estabilização de sentido sobre o evento, destaca os gêneros textuais. Com a especificação dos gêneros textuais, propomos uma discussão sobre a importância da abordagem dos gêneros textuais como um dos elementos que nos ajuda a observar o funcionamento textual-discursivo da construção das conceptualizações do evento, posto que não podemos pensar em texto dissociado do gênero. Tal perspectiva se articula com os pressupostos teóricos explicitados anteriormente e nos ajuda a aprofundar as estratégias cognitivas que podem estabilizar sentidos e podem fortalecer os processos de (des)legitimação nas conceptualizações do evento no discurso jornalístico. Nessa tabela 5, há 98 textos, sendo: cinco entrevistas, nove análises, quinze artigos de opinião, vinte e nove notícias e quarenta e três reportagens. Os gêneros notícia e reportagem estão em maioria. Desse modo, é importante ressaltar que vamos poder mapear o posicionamento da mídia tradicional acerca desse evento e compreender o processo de construção cognitivo-discursiva que legitima uma versão e deslegitima outra e, ao mesmo tempo, observar as relações de poder imbrincadas

nesse processo, analisando linguisticamente o modo como os grupos sociais e políticos interferem na construção do discurso da imprensa e na constituição/imposição de uma realidade.

Após essa construção e constituição do *corpus*, passamos a tratar de forma mais detalhada as análises dessa investigação, como também daremos atenção às questões teórico-metodológicas que envolvem as delimitações das categorias analíticas, justificando-as e exemplificando-as.

1.1.4 Categorias de análise

Com a construção definitiva do *corpus*, passamos à segunda etapa do planejamento metodológico. Nesse momento, vamos delimitar as categorias de análise que nos deu suporte para atender os objetivos pretendidos nesta pesquisa. Para isso, dedicando-nos a uma observação mais detalhada sobre o *corpus* específico, estabelecendo e elegendo três categorias analíticas, a saber:

- ✓ O poder do discurso jornalístico na construção da realidade: um modo de conceptualizar o evento e reproduzir ideologias dos grupos hegemônicos;
- ✓ A legitimação e estabilização discursiva e cognitiva da conceptualização do evento sendo impeachment;
- ✓ O efeito de “esvaziamento” e a construção discursiva e cognitiva da conceptualização do evento sendo golpe.

Com essas categorias, podemos examinar, de modo aprofundado, as estratégias discursivas e cognitivas na construção das conceptualizações do evento. Ao defendermos que a construção das conceptualizações do evento impeachment/golpe é constituída pela tríade discurso-cognição-sociedade e ao situarmos a (des)legitimação como um processo de estabilização de sentido, estabelecemos um diálogo que envolvem os aspectos textuais-discursivos, cognitivos e ideológicos que revelam disputa e relações de poder no discurso jornalístico.

Assim, acreditamos que essas categorias com todas as suas especificidades contribuem para a construção/ativação de modelos mentais que serão essenciais para nortear a compreensão dos discursos e construir sentidos sobre as conceptualizações do evento. Também conseguimos evidenciar no processo de (des)legitimação, o funcionamento das relações de poder estabelecidas no discurso jornalístico e a reprodução de ideologias dos grupos dominantes ao sobrepor e legitimar uma conceptualização e diluir e deslegitimar a outra.

Nas categorias analíticas pretendemos apresentar o modo como os dizeres sobre o evento impeachment/golpe foram formulados e veiculados pela mídia. É importante salientar que o discurso jornalístico controla a circulação dos sentidos sobre esse evento a partir de efeitos embasados pelas vozes do Poder Judiciário, especificamente o STF, e do Poder Legislativo. Desse modo, há um destaque e a prevalência da conceptualização do evento sendo impeachment no discurso jornalístico, uma vez que tal conceptualização é destacada e construída como “a realidade”.

Outro fator que salientamos nas análises é o funcionamento textual-discursivo das estruturas linguísticas construídas pela mídia na construção e no surgimento da conceptualização do evento sendo golpe. Essa conceptualização aparece de modo implícito, uma vez que o discurso jornalístico faz circular essa conceptualização de golpe como uma possibilidade interpretativa sobre o evento e não como a “realidade”. A partir dos espaços mentais: rupturas constitucionais e perseguição política, os quais atuam na mesclagem conceptual: **Tomada de poder com ruptura política é golpe**, conseguimos examinar como a conceptualização do evento sendo golpe é deslegitimada, posto que não é “a realidade”, mas apenas uma interpretação sobre a realidade.

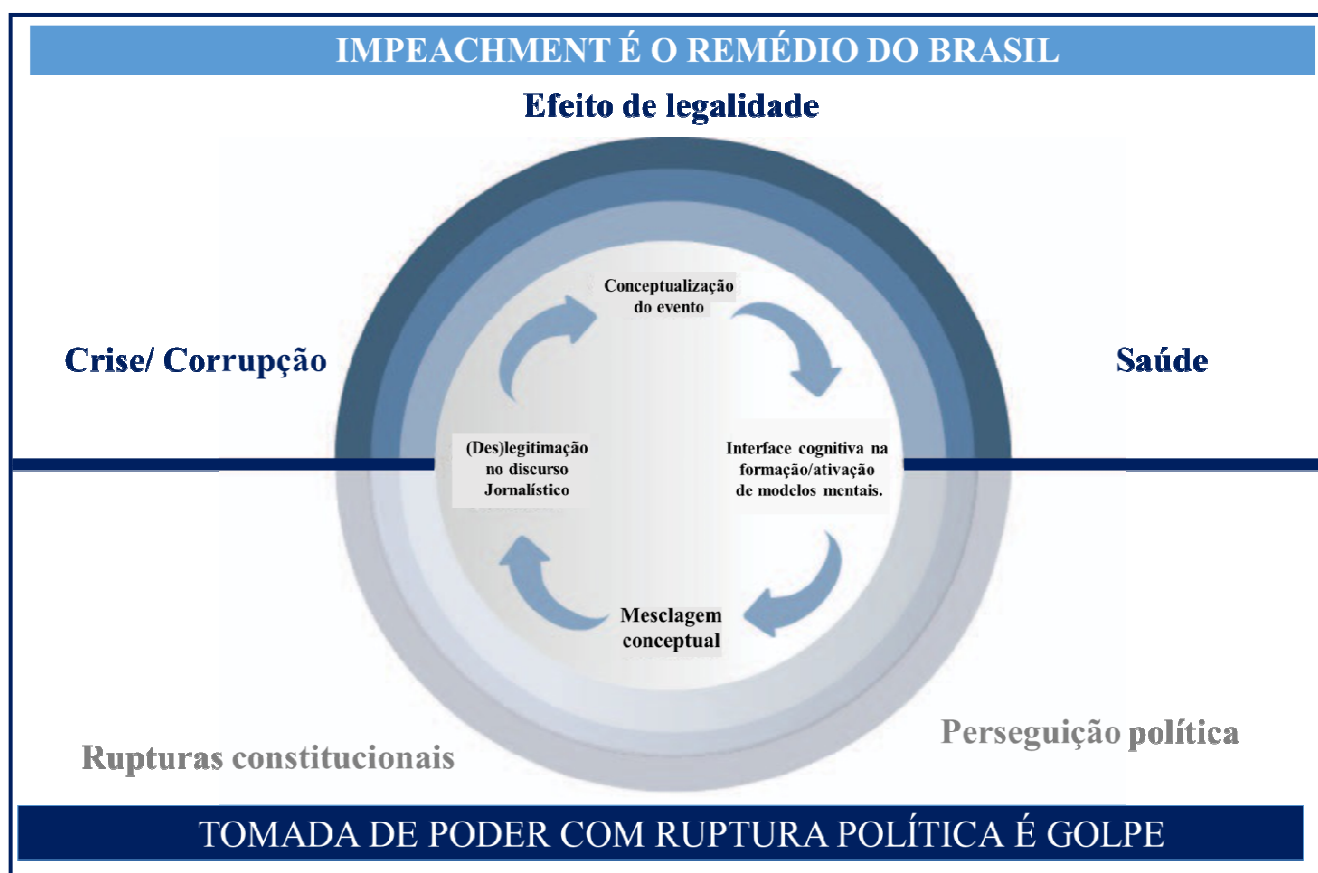
Assim, a conceptualização do evento sendo golpe é uma versão que tem uma circulação em outros espaços, mas no discurso jornalístico tal conceptualização é negada para legitimar a legalidade do processo de impeachment. É importante salientar que a conceptualização do evento sendo golpe está presente no discurso jornalístico assim como a conceptualização de impeachment.

Entretanto, este estudo salienta a diferença, construída pelos jornais, acerca do tratamento das estruturas discursivas e do funcionamento da estabilização de sentido quando se refere à conceptualização do evento como golpe. Na conceptualização do evento sendo golpe, vemos elementos discursivo-cognitivos que operam no discurso como uma tentativa de desarticular “uma memória social” do golpe de 64 a esse evento, para significar e estabilizar o golpe de outra forma. Nessa perspectiva, à medida que é negada e diluída a conceptualização

do evento sendo golpe, legitima-se e estabiliza a conceptualização do evento sendo impeachment.

Portanto, com essas categorias, conseguimos revelar estratégias cognitivo-discursivas para analisar a construção das conceptualizações do evento impeachment/golpe no discurso jornalístico, explicitando os processos de (des)legitimação. Observemos esses aspectos na figura a seguir:

Figura 2 - Dinâmica da construção cognitivo-discursiva do evento impeachment/golpe no discurso jornalístico.



Nesse figura explicitamos, esquematicamente, o modo como o discurso jornalístico construiu as conceptualizações do evento impeachment/golpe, uma vez que compreendemos que há uma sobreposição e uma estabilização de sentido de uma versão como “a realidade” – a conceptualização do evento como impeachment – e uma outra que é diluída e implícita - a conceptualização do evento sendo golpe.

Nas análises que seguem no sexto capítulo deste estudo, deixaremos mais detalhados a construção das conceptualizações do evento e o controle discursivo-cognitivo exercido pelo

discurso jornalístico, os quais interferem nas nossas compreensões sobre as coisas do mundo, pois conforme van Dijk (2012) uma das formas de controlar as compreensões sobre o mundo e de reproduzir ideologias é por meio das construções discursivas.

2 DISCURSO E COGNIÇÃO: *CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS*

A convergência das ciências cognitivas nos estudos discursivos se dá sob o guarda-chuva geral dos processos de significação a partir dos ‘usos’ da língua como realidade simbólica. Nessa perspectiva, relacionar o discurso com a cognição resulta da necessidade de compreendermos que a língua está estreitamente vinculada a alguns processos mentais (FAUCONNIER, 2009), uma vez que as práticas discursivas constroem conceptualizações sobre a realidade a partir de nossa atuação linguística.

Conforme Koch e Cunha-Lima (2004, p. 253), o advento das ciências cognitivas conseguiu influenciar as ciências humanas “fornecendo modelos cognitivamente plausíveis, ou cognitivamente motivados, de diversas capacidades humanas”. Segundo Marcuschi (2007), a introdução da cognição nos estudos da Linguística, em meados do século XX, é considerada uma espécie de “cognitive turn”. Isso significar dizer que a cognição é de extrema importância para os estudos que envolvem a linguagem, uma vez que para o autor “a linguagem caracteriza-se como uma forma de cognição” (MARCUSCHI, 2007, p. 61). Ao se preocupar com as atividades de construção de sentido realizadas no discurso, temos uma visão mais detalhada da atuação das propriedades da cognição e, conseqüentemente, conseguimos examinar o dinamismo das estruturas conceptuais na estabilização das práticas discursivas a partir de frames, metáforas, categorização, mesclagem conceptual, entre outros processos.

Nessa perspectiva, a ponte entre discurso e cognição (e a problematização desses fenômenos), a partir de práticas sociais, começou a ser construída há alguns anos nos estudos das áreas da Linguística Cognitiva e da Análise Crítica do Discurso. No campo da Linguística Cognitiva, por exemplo, os estudos sobre metáfora têm tido um papel muito importante nessa construção, entretanto, para este estudo elegemos a categoria mesclagem conceptual para compreender os processos pelos quais o discurso jornalístico realizou nas construções das conceptualizações e na estabilização de sentidos sobre o evento impeachment/golpe. No campo da Análise Crítica do Discurso, os trabalhos de van Dijk (2000; 2003; 2005; 2012), Wodak (2006), Cristopher Hart (2010) têm, também, se destacado por seu complexo aparato teórico envolvendo discurso e cognição, uma vez que traçam discussões dentro de um quadro analítico-metodológico sobre desigualdade social, relações de poder e (re)produção de ideologias que acontecem na sociedade a partir de práticas discursivas. É importante ressaltar que esse quadro teórico-metodológico é visto pela perspectiva sociocognitiva como algo que se estabelece, também, em níveis mentais.

Neste contexto teórico, vemos o quão frutífero e relevante é a articulação entre esses dois campos epistemológicos para os estudos sobre a/da linguagem, uma vez que trata-se de entender e revelar a construção discursiva e cognitiva como um modo de fabricação do conhecimento e da realidade.

Diante disso, este capítulo apresenta um percurso teórico que perpassa várias concepções de cognição: (1) a perspectiva cognitiva que privilegia a vertente individual e universal da cognição; (2) a concepção da mente/cognição corporificada; e (3) a perspectiva da cognição situada ou cognição social⁴ que discute as mentes individuais (corporificadas) constituem-se na sociedade a partir de processos cognitivos e interações sociais e culturais (SILVA, 2015), isto é, a concepção da cognição como um fenômeno socialmente situado.

Além dessas concepções, tal capítulo traz como ponto central a relevância de uma abordagem sociocognitiva para os estudos do discurso, articulando a Análise Crítica do Discurso com a Linguística Cognitiva. Defendemos, portanto, que a interface cognitiva entre discurso e sociedade é revelada a partir das categorias da Linguística Cognitiva, posto que tais categorias atuam nos processos de significação e destacam estratégias para a compreensão do discurso. Consideremos ainda que a interface cognitiva opera a partir das categorias da LC e de elaborações inferenciais de atores cognitivos, críticos e reflexivos na relação constitutiva entre **discurso** ↔ **cognição** ↔ **sociedade** e passa a dar conta dos aspectos conceptuais e das ideologias implícitas ou explícitas nas estruturas discursivas.

Desse modo, a partir de uma abordagem sociocognitiva e de uma relação constitutiva da tríade, esse estudo assume uma postura de aproximar os aspectos cognitivos, sociais e culturais aos estudos do discurso envolvendo as atividades de construção discursiva e as performances cognitivas. Nessa perspectiva, situamos essa pesquisa no modo como as estratégias cognitivas atuam nas práticas discursivas para conceptualizar e estabilizar sentidos sobre o evento e para construir versões sobre a realidade, pois conforme Marcuschi (2007b, p. 141) “a língua é, assim, uma fonte de possibilidade de trabalhar e retrabalhar as versões públicas do mundo”.

⁴ A concepção da cognição como um fenômeno socialmente situado não é exatamente igual à noção de mente corporificada. Estudos recentes, no âmbito da Linguística Cognitiva, abordam e discutem a noção de cognição social. Há dois conceitos que não são sinônimos e se complementam: "embodiment" e "situatedness". Tais conceitos discutem os aspetos sociais e culturais da linguagem e à correlação entre o cognitivo e o social (SILVA, 2015).

2.1 A PERSPECTIVA COGNITIVA NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

A visão simbólica da cognição, dentro de uma proposta da Ciência Cognitiva, é um termo plural, uma vez que várias áreas do conhecimento como a Linguística, a Neurociência, a Psicologia, a Filosofia, a Antropologia, entre outras, desenvolvem estudos dentro desse campo teórico. Desse modo, cada uma dessas áreas concebe respostas variadas e um pouco distintas à questão do que é cognição, gerando um impacto nas especificidades das áreas, como também refletindo no tipo de pesquisa e no posicionamento que respectivas áreas detêm sobre o fenômeno estudado.

Nessa perspectiva, discussões sobre cognição são desenvolvidas desde os filósofos cartesianos, o que resulta na dicotomia proposta por Descartes entre o físico e o mental, e implica em concepções que foram fortemente adotadas na tradição filosófica ocidental propagada até os dias de hoje (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 1993). Tal dicotomia corpo/mente fundamentou estudos que separam a mente do corpo e entendem a mente como abstrata cuja dimensão é ser pensante, racional, incorpórea, intangível e o corpo como a materialidade física que atua como veículo para contato com o mundo.

Além da dissociação entre corpo e mente, vemos na década de 50 a cognição ser comparada aos processamentos de máquinas computacionais. Desse modo, houve um posicionamento teórico e filosófico que sustentava as dicotomias e outro que, devido aos avanços tecnológicos ocorridos na construção de máquinas computacionais, passou a promover estudos e desenvolver áreas de pesquisa a partir da metáfora MENTE É COMPUTADOR. Nesse contexto, a concepção de cognição humana é intrinsecamente relacionada a um computador, cuja mente resume-se a manipulação de símbolos por regras algorítmicas, visto que “a cognição é um *processamento de informações* sob a forma de computação simbólica determinada por regras” (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 1993).

Os autores ainda discutem que os símbolos são físicos e têm valores semânticos, sendo que esse último atributo é descartado pelos comandos computacionais. Computações são operações representacional *ou* semântica (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 1993). Desse modo, outra limitação da concepção de cognição, voltada para o processamento de informações, é apresentada, uma vez que um computador digital opera apenas na forma física dos símbolos que ele calcula, e, portanto, não tem acesso ao seu valor semântico. O sentido, portanto, não é levado em consideração, pois não há possibilidade da máquina mapear os contextos e as situações socialmente situadas de cada item lexical. Desse modo, as operações

são semanticamente restritas porque toda distinção semântica relevante para seu programa foi codificada na sintaxe de sua linguagem simbólica pelos programadores.

Em um computador, a correspondência entre sintaxe e semântica impõe limites aos comportamentos engendrados na máquina e desconsideram fatores semânticos, intencionais (crenças, propósitos comunicativos, perspectivas) e pragmático-discursivos (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 1993). Então, fica evidente que a concepção de cognição a partir da metáfora MENTE É COMPUTADOR é limitada, posto que os computadores fornecem um modelo mecânico de pensamento, o qual consiste em cálculos físicos e simbólicos.

Na mesma perspectiva dicotômica, situam-se os estudos gerativistas que defendem a cognição pelo viés mentalista na qual a linguística deve priorizar os estudos sobre a língua-I (internalizada) e não da língua-E (externalizada). Além dessa dicotomia interno/externo, Chomsky (1968) desenvolve a concepção do *conhecimento inato*, o qual serve para adquirir qualquer língua natural e relaciona tal conhecimento à Gramática Universal (GU). A questão do inatismo chamou muita atenção para a linguística nos anos 60 e deu notoriedade ao gerativismo. Essa GU é mental, é inata e desarticulada da influência do ambiente no qual o sujeito está inserido.

Ainda sobre os pressupostos mentalistas, destacamos além de Chomsky (1968), os postulados de Jackendoff (1997). De modo geral, o autor dá continuidade a muitos posicionamentos teorizados por Chomsky (1968) e ainda aprofunda algumas questões, traçando um estudo sobre a arquitetura da mente e sua relação com a linguagem. Jackendoff (1997) parte da Gramática Universal (GU) como uma espécie de condição obrigatória para se fazer linguística.

Outra concepção de cognição, numa perspectiva cartesiana e ainda relacionada aos *processos* mentais como uma forma linear e sequencial, é a de que a mente se organiza em módulos (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 1993). Jerry Fodor (1983) propõe uma concepção pautada na modularidade representacional da mente que consiste numa visão da sintaxe, semântica e fonologia como módulos específicos isolados responsáveis pela codificação/decodificação das mensagens. Embora a posição fodoriana da modularidade compartilhe da metáfora computacional como interessante para a estrutura e funcionamento da mente humana, tal posicionamento deixa lacunas no tocante do processamento. Sobre essa visão, Jackendoff (1997) afirma que a posição da modularidade da mente fodoriana apresenta falhas ao não explicar, por exemplo, como os módulos encapsulam e processam as informações.

Jackendoff (1994; 1997) sugere que se a linguagem é uma capacidade mental especializada, processada no cérebro e que pode codificar informações numa certa quantidade de formatos representacionais. O autor ainda afirma que a língua é uma realidade psicológica e não física. Isso significa dizer que as dicotomias ainda são presentes, pois, em seus postulados, separa-se mente/corpo e, ainda, afirma que a palavra é uma conversão interna que fazemos com base na gramática internalizada e não pela análise de uma realidade física como tal (JACKENDOFF, 1994; 1997).

Assim, podemos afirmar que a cognição vista pela perspectiva dicotômica e na tentativa de igualar comportamentos computacionais, ligados à atuação linguística, torna-se limitada e insuficiente, pois destaca *atividades de processamento* e módulos mentais desarticulados de fatores sociais, não permitindo, nessa concepção, a interação dinâmica dos conhecimentos linguísticos com os contextos.

Além dessa perspectiva mentalista e cartesiana, salientamos a concepção conexcionista da cognição nos estudos da linguagem. No que se refere à visão conexcionista de cognição, embora não tenha conseguido romper totalmente com a visão cartesiana, vemos que tal perspectiva caminha em algumas questões importantes e preenche lacunas apontadas na visão anteriormente citada, ao compreender que a mente não é regida por módulos separados que processa na memória (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 1993).

Varela (1988, p. 99) afirma que, sob a ótica conexcionista, “a cognição será entendida como emergência de estados globais a partir da interação entre componentes simples”. Desse modo, a cognição destaca o cérebro, não a mente. O cérebro é o aparato biológico que interessa ao conexcionista entender e simular em redes neurais artificiais, o modo como acontece as extensas interconexões, de forma distribuída e dinâmica.

Com um olhar mais atento ao cérebro, esse modelo de redes ou sociedades neurais, configura-se como um modelo da arquitetura cognitiva que contém detalhes neurológicos. Apresenta com detalhes a cooperação das conexões cerebrais local, global e, ainda, destaca o funcionamento dentro dos subsistemas do cérebro nas conexões entre esses subsistemas. O cérebro é observado e analisado em suas divisões e subseções, dependendo dos tipos de células e áreas, como o tálamo, o hipocampo, o giro cortical, etc., no entanto, o foco é nas conexões que ele pode fazer dinamicamente, fazendo emergir estados globais a partir das interações de componentes simples (nodos/neurônios), (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 1993).

Nessa direção, os autores Varela, Thompson e Rosch (1993) afirmam que a abordagem conexcionista se distancia da perspectiva mentalista da cognição e compreende o

cérebro como um órgão moldado pelas experiências externas as quais transformam e interferem no funcionamento cognitivo. Portanto, a cognição na perspectiva conexionista preocupa-se com o funcionamento do cérebro na emergência dos mais variados tipos de comportamentos cognitivos, inclusive os linguísticos (VARELA, 1988) e se contrapõe a uma concepção de cognição que é vista como uma espécie de máquina mecânica e lógica cujo funcionamento é sob a ótica formal e localizacionista.

Ademais, há a concepção da cognição corporificada. Essa visão apresenta outro viés teórico, o qual é adotado neste estudo, a visão da cognição corporificada (*embodied*). Essa perspectiva de cognição é fortemente adotada por uma vertente da Linguística Cognitiva, a partir dos anos 80, que entende a interação dinâmica entre cérebro, mente, corpo, mundo, biológico, social e defende que a linguagem é um sistema simbólico de grande plasticidade com o qual podemos dizer criativamente o mundo (MARCUSCHI, 2007; 2008).

Vale ressaltar que essa perspectiva de cognição se distancia completamente das teses cartesianas e do modo de se compartimentalizar o tratamento dos aspectos cognitivos e das atividades que constroem conhecimento e atuam na conceptualização do mundo. Para Varela, Thompson e Rosch (1993, p. 180), “a cognição não é simplesmente uma questão de representação, ela depende de nossas capacidades incorporadas de ação”. Sob essa ótica, a cognição é, portanto, ação na interação, uma vez que não se trata meramente em observar processamentos e partes articuladas do aparato biológico do cérebro e do corpo e tampouco um mero dispositivo que é guiado por manipulações e regras simbólicas para ter uma linguagem. A cognição corporificada/encarnada⁵, portanto, decorre das possibilidades neurobiológicas dos organismos em interação com contextos físicos e socioculturais (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 1993).

Nessa perspectiva, apesar da estrutura corpórea limitar e direcionar a nossa atuação no mundo, a cognição relaciona a atuação do corpo físico sobre seu ambiente, possibilitando uma construção e uma conceptualização sobre as coisas do mundo. Desse modo, “o fazer emergir um significado, o agir cognitivamente é visto como resultado de ações e percepções de um agente situado” em que “as pessoas e o ambiente e o ambiente são vistos como partes de um todo mutuamente construído” (PELOSI, 2014, p.18). O tratamento da cognição age como uma rede social, reconhecendo a dimensão material da experiência e impelem-nos, no mesmo movimento, a abandonar dicotomias cartesianas fundadoras da Razão no Ocidente (SALOMÃO, 2017).

⁵ Por mente encarnada/corporificada, compreendemos que é a interação dinâmica – e não pareamentos estáticos – entre corpo e mente que será discutida em toda a tese.

A noção de cognição corporificada está ligada à experiência corpórea, cultural e histórica, bem como está na base de nossos sistemas conceituais e linguísticos para compreendermos e agirmos no mundo. Nessa perspectiva, a noção de cérebro social, postulada por Ehrenberg (2009), é importante para este estudo, pois caracteriza uma integração funcional entre os fatores biológicos e os fatores externos/sociais, uma vez que ambos influenciam não só no desenvolvimento e funcionamento cognitivo, mas nos processos pelos quais interpretamos e interagimos com as coisas do mundo, seja pelos conhecimentos compartilhados de modo intersubjetivo ou perspectivais, seja pelos sentimentos de reconhecimento do outro como um co-específico, seja na compreensão da sociabilidade humana (TOMASELLO, 2003; MORATO 2013; EHRENBURG, 2009).

Assim, a noção de cognição corporificada (embodied) – além de remeter ao sistema conceitual do indivíduo e à hipótese da cognição corporificada (LAKOFF; JOHNSON, 1999) e da hipótese do cérebro social de Ehrenberg (2009) – sustenta a ideia de que a cognição depende do sistema sensório-motor do indivíduo, o qual deriva um sistema conceitual que o mantém em contato com o mundo e o compreende a partir de sua forma/experiência corpórea (LAKOFF; JOHNSON, 1999). Essa relação entre biológico e social, portanto, se tornou um assunto relevante aos estudos e aos aspectos cognitivos, pois existe uma relação entre os fatores sociais e os fatores biológicos individuais na produção de significação e nas produções discursivas para conceptualizar e construir versões de mundo.

Portanto, a noção de uma mente encarnada/uma cognição corporificada consegue relacionar os aspectos biológico, social, corpo, mente, interno, externo, antes vistos como dicotômicos, e suprir lacunas deixadas pela perspectiva cartesiana. Ao propor uma concepção de cognição como fenômeno social situado (KOCH; CUNHA-LIMA, 2004), próximo tópico a ser discutido, apresentaremos uma perspectiva que destaca a “nossa forma de conhecer e conceber o mundo é sempre situada e se dá como fruto de inferenciações produzidas em inserções contextuais coletivamente organizadas” (MARCUSCHI, 2007a). Desse modo, a nossa compreensão sobre as coisas do mundo são construções socialmente situadas a partir de atividades cognitivas e discursivas.

2.2 A COGNIÇÃO COMO UM FENÔMENO SOCIAL SITUADO: *A ABORDAGEM SOCIOCOGNITIVA*

Pensar na cognição como um fenômeno social situado (KOCH; CUNHA-LIMA, 2004) é afastar-se das dicotomias biológico/social, interno/externo, corpo/mente postuladas pela perspectiva cartesiana, apresentando uma visão contínua relacionada à cognição humana e ao desenvolvimento das práticas sociais, elucidando a compreensão de que as práticas discursivas são importantes na construção de sentido, na organização do saber e nas conceptualizações sobre as coisas do mundo.

Desse modo, os estudos a partir da abordagem sociocognitiva e seus desdobramentos apresentam às pesquisas linguísticas uma relação de aproximação e de interação entre o biológico e o cultural/social uma vez que “a mente não se desliga do corpo e está situada em contextos físicos, sociais e históricos carregados de culturas e vivências” (MARCUSCHI, 2007b). Trata-se de uma perspectiva cuja relação instável, social, histórica, política entre linguagem e mundo é mediada pela cognição, superando as visões dicotômicas cartesianas e privilegiando as ações. Assim as versões públicas do mundo e os nossos discursos sobre as coisas do mundo constroem conceptualizações e estabilizam sentidos mediante a co-produção discursiva e cognitiva dos sujeitos (MARCUSCHI, 2007b; MONDADA; DUBOIS, 2003).

Nessa perspectiva sociocognitiva, a cognição é vista como uma ação conjunta, propriamente humana, que inter-relaciona o biológico e o social e reconhece o outro como co-específico, de modo intersubjetivo – no sentido de que é socialmente e culturalmente compartilhada – e perspectival – no sentido que reconhece as intenções próprias e a do seu co-específico (TOMASELLO, 2003). Isso significa dizer que os símbolos linguísticos possuem um caráter perspectivo e intersubjetivo, pois os seres humanos aprendem diversos modos de comunicar uma mesma coisa para atingir objetivos diversos na interação discursiva, ou seja, numa situação socialmente situada. Podemos observar esses modos de dizer as coisas do mundo a partir do processo de categorização, o qual veremos a seguir.

Conforme Marcuschi (2004, p. 11), “categorizar é uma maneira de pensar simbolicamente e não de nomear coisas, fatos, dados e assim por diante”. Para alguns, o evento é um impeachment e, para outros, é um golpe, a depender da posição ideológica dos enunciadores e o modo como compreendem o mundo. Assim, os objetos do mundo passam por um processo de categorização que constroem discursivamente as coisas do mundo de uma

ou outra forma para atuar sobre o mundo⁶. É por esses processos que realizamos na interação e dentro de um contexto cultural situado que evidenciamos as nossas habilidades cognitivas diversas e nos diferenciamos dos demais seres vivos. Tomasello (2003) afirma que os seres vivos interagem com o meio ambiente a fim de sobreviver, adaptando-se tanto ao meio como modificando-o, o que depende muito de sua capacidade de modificação cultural. Quanto a isso, os seres humanos exibem duas heranças: uma cultural e outra biológica.

Tomasello (2003) ainda afirma que o mecanismo biológico é a transmissão social ou cultural que funciona como um processo evolucionário das espécies, isso significa dizer que “cada ser humano possui uma capacidade biologicamente herdada de viver culturalmente” (TOMASELLO, 2003, p. 73). Isto é, a herança e a evolução cultural operam mais rapidamente, e em um tempo cronologicamente mais curto, do que a seleção natural. Conforme Tomasello (2003), a evolução cultural é uma das explicações para as performances cognitivas dos seres humanos, posto que os processos de adaptação ao espaço físico, ao manuseio dos objetos, às relações sociais e à comunicação transformaram habilidades cognitivas individuais em novas habilidades cognitivas culturais com dimensão sociocoletiva.

Os estudos de Morato (2013) corroboram os estudos de Tomasello (2003) ao apresentarem e estabelecerem a importância de uma relação constitutiva entre social e biológico mediada pela cognição. Morato (2013, p.4), assevera que “entender o outro como agente intencional igual a si mesmo possibilita um tipo de conceptualização por meio do qual os indivíduos atuam frente à realidade, cooperam entre si, criam artefatos e práticas culturais”. Assim, as habilidades cognitivas desenvolvidas individualmente, compartilhadas culturalmente e socialmente organizam conhecimentos que ajudam os seres humanos a atuar no mundo a partir de conceptualizações e a construir discursivamente versões sobre as coisas do mundo.

Desse modo, podemos evidenciar três aspectos importantes no papel da comunicação linguística para a transmissão do conhecimento e para o desenvolvimento da cognição humana (TOMASELLO, 2003):

1. a transmissão cultural do conhecimento por meio da ação linguística;
2. a categorização e perspectivação conceptual dos objetos palpáveis e discursivos do mundo; e
3. as maneiras pelas quais a interação linguística pode induzir as representações simbólicas e as versões discursivas do mundo

⁶ O processo de categorização do evento impeachment/golpe será apresentado adiante a partir da página 51.

Em meio a essas considerações sobre a relação entre cognição e linguagem, vemos que a cognição assume a perspectiva de uma mente corporificada e social caracterizada por uma integração entre os fatores biológicos e sociais, uma vez que ambos influenciam não só no desenvolvimento e funcionamento cognitivo, mas nos processos pelos quais interpretamos e agimos no mundo: seja pelos conhecimentos compartilhados, seja pela compreensão da sociabilidade humana (TOMASELLO, 2003; MORATO 2013); e a linguagem, vista pela ótica da sociocognição, ‘encarna’ aspectos sociais, biológicos e culturais que envolvem processos cognitivos os quais acontecem na sociedade, e não exclusivamente nos indivíduos (MORATO, 2013; FALCONE; SOARES DA SILVA, 2015).

A linguagem, portando, configura-se como uma ação conjugada entre os aspectos cognitivos e sociais, uma vez que não estabelece uma relação biunívoca entre linguagem-mundo, nem observa as unidades e as estruturas da linguagem como se fossem entidades autônomas (MARCUSHI, 2007b). Pelo contrário, a linguagem permite uma ação na construção sobre as coisas do mundo e no mundo, estabilizando sentidos na sociedade. Assim, as conceptualizações sobre o mundo são construções cognitivas e discursivas, interativamente semiotizadas e situadas socioculturalmente, posto que os objetos de conhecimento que estão no mundo passam por um processo de discursivização, em que cognição, linguagem e mundo estabilizam cooperativamente sentidos e estabelecem os *objetos de discurso*.

Mondada e Dubois ([1997] 2003) consideram que os objetos de discurso, pelos quais os sujeitos compreendem o mundo, não são preexistentes nem dados, porém, são elaborados nas atividades discursivas, transformando-se a partir dos contextos. Nessa perspectiva, a variabilidade de fatores sociais e culturais que podem incidir nessa atividade discursiva articula-se à instabilidade e à estabilidade dos objetos de discurso no aspecto linguístico e conceptual, uma vez que os mesmos serão constituídos discursivamente e estabilizados no texto.

Para Mondada e Dubois (2003), a instabilidade e estabilidade dos objetos de discurso são construídas a partir de produções sócio-discursivas dos sujeitos situadas histórica e culturalmente. Isso quer dizer que um *objeto de discurso* possui uma instabilidade conceptual a priori. No entanto, ao ser escolhido e situado num contexto social, histórico e cultural, há uma ação discursiva sobre esse objeto para construir conhecimento sobre as coisas do mundo e para, conseqüentemente, produzir sentidos. Assim, os objetos de discurso estabelecem relações com aspectos cognitivos e sociais que orientam e conceptualizam sentidos na atividade discursiva, e ainda podem construir conhecimentos sobre as coisas do mundo a

partir da atribuição e estabilização de sentidos que é negociada, instaurada, modificada ratificada e socialmente compartilhada na ação discursiva (MONDADA; DUBOIS, 2003).

Nessa ação de instabilidade e estabilidade os objetos do mundo transformam-se em objetos *de* discurso, compreendendo que a linguagem está estreitamente vinculada a alguns processos mentais, uma vez que as práticas discursivas constroem versões de mundo, em um contínuo processo histórico e social, envolvendo performances cognitivas as quais guiam os conhecimentos dos escritores/falantes.

Nessa perspectiva, van Dijk (2000a, 2006) afirma que para analisar as complexas relações entre prática discursiva e prática social é necessária uma interface sociocognitiva, pois a cognição opera na interface da relação entre discurso e sociedade. Desse modo, desenvolver esse estudo fundamentado nos estudos da perspectiva sociocognitiva é compreender que a linguagem envolve manifestações de capacidades cognitivas gerais e de processamentos da experiência cultural, social e individual que organiza conceitualmente as coisas do mundo e constrói discursivamente conhecimentos sobre os acontecimentos socialmente situados, como por exemplo, o evento impeachment/golpe.

No texto a seguir pretendemos revelar a construção discursiva do evento a partir do processo de categorização, uma vez que há uma disputa discursiva entre as categorias impeachment e golpe. É interessante ver o processo de categorização para começarmos a entender o funcionamento textual-discursivo das estruturas linguísticas na (des)legitimação do evento, pois aconteceu um evento histórico em 2016 no Brasil o qual resultou na destituição da Presidenta Dilma Rousseff e os jornais discursivizam esse evento categorizando-o e dando o estatuto 'da realidade'. No entanto, pretendemos questionar essa 'realidade' (im)posta pelo discurso jornalístico, expondo o que não está explícito e explicitando o que é obvio nesse evento. Vejamos o texto a seguir:

Imprensa internacional não chama impeachment de golpe⁷

Patrícia Campos Mello

Análise feita pela **Folha** mostra que veículos de referência da mídia estrangeira **não consideram golpe o impeachment da presidente Dilma Rousseff**. A grande maioria dessas publicações, contudo, faz duras críticas ao processo.

O diário econômico britânico "Financial Times", em editorial de 15 de abril, afirma que **falar em golpe é um "exagero", já que o processo é conduzido por um Judiciário independente e está previsto na Constituição**. O diário francês "Le Monde", em seu editorial "**Brasil: Isto não é um golpe de Estado**", afirma que é uma "retórica infeliz" usar a palavra golpe. Mas alguns dias depois o ombudsman do diário afirmou que o editorial

⁷ Jornal Folha de S. Paulo publicado em 29/04/2016.

não tinha sido "equilibrado", por ter omitido que os apoiadores do impeachment são acusados de corrupção e não ter abordado a parcialidade da imprensa nacional.

A **Folha** avaliou editoriais de 11 dos principais veículos de mídia estrangeira. Os editoriais transmitem a visão institucional dos jornais. Não foram analisados artigos assinados, que refletem apenas a opinião do autor do texto, nem reportagens, que devem contemplar todos os lados envolvidos em determinada questão, sem emitir opinião.

O jornal americano "New York Times", em editorial de 18 de abril, **não julga se o impeachment é legítimo ou não. Diz apenas que o processo não está baseado nas "pedaladas fiscais" e trata-se de um "referendo" sobre o governo Dilma.**

No texto, o diário concorda que muitos dos legisladores liderando o processo de impeachment são acusados de crimes muito mais sérios do que os imputados à presidente. Mas diz que ela também não pode driblar os questionamentos sobre corrupção.

O "Washington Post", também em 18 de abril, diz que **o impeachment não é "um golpe contra a democracia".**

O diário econômico americano "Wall Street Journal" publicou várias reportagens sobre a crise política, mas não fez nenhum editorial.

Já a revista britânica "The Economist" pediu a saída de Dilma em editorial de 26 de março, "Hora de ir embora", dizendo que a presidente, ao indicar seu antecessor Lula para um ministério, tinha perdido credibilidade.

Mas ressaltava que, **sem provas de crimes, o impeachment seria apenas pretexto para derrubar uma presidente impopular.** Em 23 de abril, a revista argumenta que a melhor opção seria a realização de novas eleições.

"Se Rousseff for afastada com base em uma tecnicidade, Temer terá dificuldades para ser visto como um presidente legítimo."

Em editorial de 18 de abril, o diário espanhol "El País" afirma que *o processo é baseado em uma "tecnicidade fiscal", "recorrer a empréstimos de bancos públicos para equilibrar o orçamento", e que a presidente Dilma é a única a não ser acusada de enriquecimento ilícito. Mas não usa a palavra golpe.*

O britânico "The Guardian" **questionou os fundamentos para abertura de um processo do impeachment**, mas não se furta a atacar o governo Dilma. Em editorial do dia 18 de abril, o diário diz que Dilma, chamada de "incompetente e inconsistente", cometeu apenas "uma infração, um delito".

O "Miami Herald" também critica a possível destituição. "...**Impeachment é uma punição exagerada para quebra de regras na administração do orçamento**", diz o diário. "Persigam os corruptos e deixem os eleitores decidirem o destino de políticos incompetentes."

O correspondente do jornal alemão "Süddeutsche Zeitung" foi o que chegou mais próximo de classificar o impeachment de "golpe". Em artigo de opinião intitulado "Quase um golpe: o processo contra a presidente é errado", Boris Herrmann afirma que a palavra golpe não é "necessária nem adequada", mas que o processo tem "contornos golpistas". "A tentativa de se livrar de uma presidente eleita" não é "processo democrático".

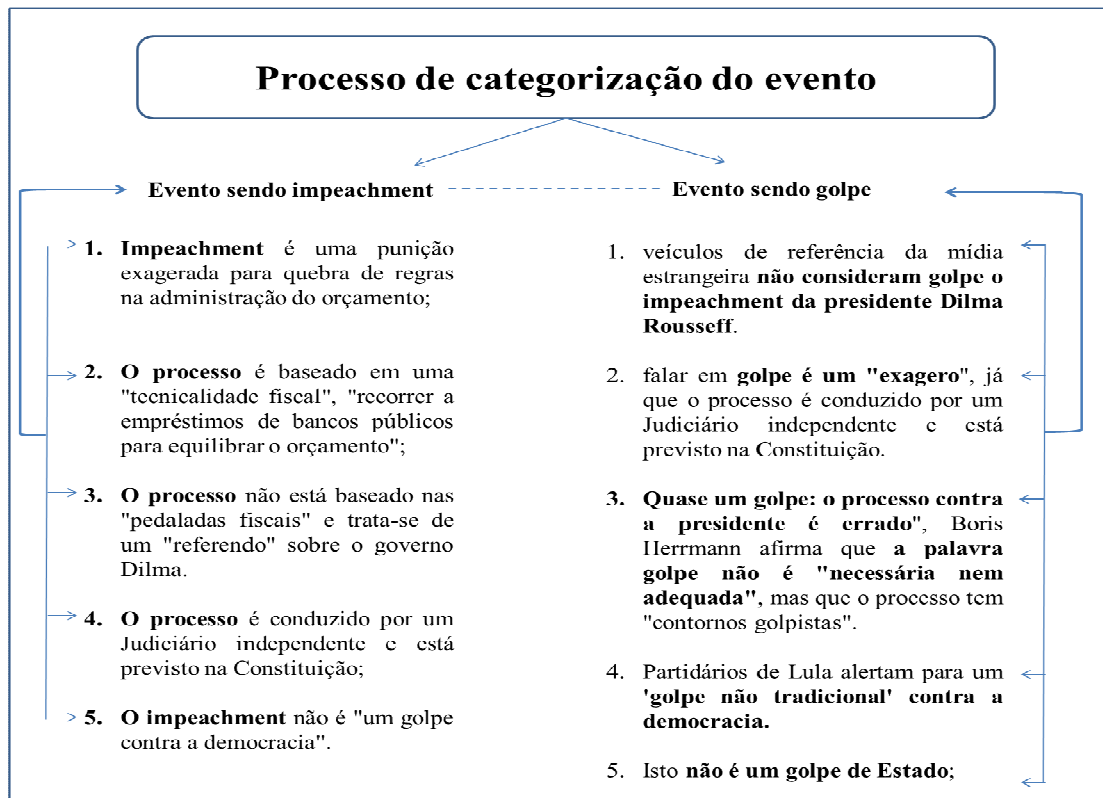
Outro correspondente no Brasil de veículo alemão, Jens Glüsing da revista "Der Spiegel", diz: "Partidários de Lula alertam para um 'golpe não tradicional' contra a democracia. Não dá para dizer que essa preocupação seja totalmente descabida", declara.

Notemos que há uma característica interessante nessa disputa discursiva: (1) o evento é impeachment e o que circula sobre a conceptualização do evento sendo golpe é uma compreensão sobre o evento. Isso significa dizer que o discurso jornalístico dá ênfase a conceptualização do evento sendo impeachment o colocando como 'a realidade', enquanto a conceptualização do evento sendo golpe circula à margem dessa realidade, isto é, como uma interpretação do evento e não como 'a realidade'.

Nessa perspectiva, a construção do evento, portanto, é uma atividade sociocognitiva e uma construção produzida na atividade intersubjetiva e recorrente em que o sujeito não apreende o mundo, o sujeito atua na construção desse mundo instaurando pontos de vistas, guiando a compreensão sobre as coisas do mundo e narrativizando o evento a partir das suas

experiências culturais e posicionamento ideológico. Vemos isso mais explícito com as estruturas linguísticas a seguir:

Quadro 1 - Processo de categorização do evento.



Pelo que fica explícito, temos as categorizações impeachment e golpe. Tais categorizações estão colocadas lado a lado para podermos comparar a construção textual-discursiva do evento no discurso jornalístico e analisarmos as construções sintáticas e o modo como elas significam e estabilizam o evento. Sobre a categorização impeachment, vemos que não há dúvidas sobre o que **é** e o que **não é** impeachment, vejamos:

1. **Impeachment** é uma punição exagerada para quebra de regras na administração do orçamento;
2. **O processo** é baseado em uma "técnica fiscal", "recorrer a empréstimos de bancos públicos para equilibrar o orçamento";
3. **O processo** não está baseado nas "pedaladas fiscais" e trata-se de um "referendo" sobre o governo Dilma.

4. **O processo** é conduzido por um Judiciário independente e está previsto na Constituição;
5. **O impeachment** não é "um golpe contra a democracia".

A categorização impeachment é também retomada por uma expressão nominal **o processo**. Além disso, o que chama a atenção é a regularidade das estruturas linguísticas, posto que as categorizações “impeachment” e “processo” são sempre acompanhadas pelos verbos de ligação **ser** e **estar** para atribuir características e conceptualizações.

Vale ressaltar que quando a predicação é afirmativa o argumento principal é embasado por um argumento do domínio jurídico⁸ – é o que fica exposto no **1**: quebra de regras na administração do orçamento; **2**: "técnicalidade fiscal", "recorrer a empréstimos de bancos públicos para equilibrar o orçamento"; e **4**: conduzido por um Judiciário independente e está previsto na Constituição. Ao analisarmos esses argumentos, vemos que há alguns problemas, uma vez que na lei do impeachment – a lei Nº 1.079/50 da Constituição Federal que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento da Presidenta da República – não condiz com a categorização de impeachment construída pelos jornais. Na predicação: (4) é conduzido por **um Judiciário independente e está previsto na Constituição**; os termos **um Judiciário independente e está previsto na Constituição**, ambos estão postos de modo vago, impreciso e generalizado, porque sabemos que um processo de impeachment não deve ser julgado por ‘qualquer judiciário independente’ precisa de determinações jurídicas fundamentadas pela Constituição, pois se assim o for de modo vago e independente, não estão sendo obedecidos os trâmites legais.

⁸ Adotamos domínio jurídico para enfatizar os argumentos que os jornais utilizam para legitimar o seu posicionamento. No entanto, é interessante observar como se apresenta a ‘lei do impeachment’. A lei que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento da Presidenta da República, lei Nº 1.079/50 da Constituição Federal. Art. 1º São crimes de responsabilidade os que esta lei especifica.

Art. 2º Os crimes definidos nesta lei, ainda quando simplesmente tentados, são passíveis da pena de perda do cargo, com inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, imposta pelo Senado Federal nos processos contra o Presidente da República ou Ministros de Estado, contra os Ministros do Supremo Tribunal Federal ou contra o Procurador Geral da República. [...]

Art. 4º São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal, e, especialmente, contra:

I - A existência da União;

II - O livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados;

III - O exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV - A segurança interna do país;

V - A probidade na administração;

VI - **A lei orçamentária**;

VII - A guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos;

VIII - O cumprimento das decisões judiciais (Constituição, artigo 89).

Outras predicções: (2) é baseado em uma "técnica fiscal"; "recorrer a empréstimos de bancos públicos para equilibrar o orçamento". No processo de categorização do evento sendo impeachment, identificamos problemas legais e jurídicos quando o jornal coloca essas predicções como fatores intrínsecos à categorização de impeachment. Para analisar com mais aprofundamento esses argumentos é necessário fazermos algumas observações sobre as leis que regem 'a técnica fiscal' e as operações de crédito. O professor de Direito Bruno Galindo explica que

não se pode confundir **operações de crédito**, que tem um regramento jurídico próprio, inclusive quanto à vedação contida no artigo 36 da LRF, [...] **a atuação não poderia ser enquadrada em qualquer das hipóteses de crime de responsabilidade do presidente da República por violação da lei orçamentária, conforme previsto pelo artigo 4º, VI da Lei 1.079/50, cujas condutas sancionadas são esmiuçadas exaustivamente no artigo 10 da Lei 1.079/50.** É que a manobra contábil, que vem utilizada desde o segundo governo Fernando Henrique Cardoso, sempre com o beneplácito do Tribunal de Contas da União e do Congresso Nacional [...] **Violar a LRF não é a mesma coisa que violar a LOA.** Esta última é a norma que prevê todas as receitas da União. É aqui que as condutas comissivas e dolosas do presidente da República poderão ensejar, em tese, o crime de responsabilidade. Já a LRF é a norma geral de Direito Financeiro que orienta a elaboração, controle e fiscalização da LOA, mas que não faz qualquer previsão de receitas e despesas e com a lei de normas gerais não se confunde. [...] Portanto, a tentativa de enquadrar as **pedaladas fiscais** nas hipóteses de crime de responsabilidade não encontra qualquer suporte jurídico (GALINDO, 2016, p. 86). Grifos nossos.

Nessa perspectiva, dentro do processo de categorização do evento sendo impeachment, evidenciamos construções linguísticas que apesar de construir e tecer argumentos que colocam o impeachment como 'a realidade', vemos que há lacunas legais que norteiam questionamentos e colocam em dúvida essa conceptualização sobre o evento.

Ainda sobre questionar a categorização impeachment, vemos construções textuais-discursivas interessantes na forma negativa: (3) **O processo** não está baseado nas "pedaladas fiscais" e trata-se de um "referendo" sobre o governo Dilma e (5) **O impeachment** não é "um golpe contra a democracia". Ao utilizar a negação, nesse caso, o discurso jornalístico aponta para o fato de que a categorização impeachment pode dizer o que é ou o que não é impeachment. Isso é muito interessante, pois a negação⁹ tenta imprimir uma legitimidade a categorização impeachment e tentar apagar/diluir as características do golpe no processo de categorização.

Isso é o que está explícito. Contudo, vemos que embora a predição esteja atribuindo valores positivos à categoria impeachment, há, novamente, marcas de fragilidade

⁹ A negação será retomada e aprofundada no próximo capítulo, visto que é uma especificidade relevante para esse estudo.

nessa categorização, uma vez que as "pedaladas fiscais" não se enquadram na lei do impeachment, como explicado por Galindo (2016), e nem é um referendo, pois quem está votando em decidir sobre a permanência de Dilma na presidência não é a população, mas sim os deputados e senadores.

Conforme Marcuschi (2007a), a realidade é a discursivização de um saber sobre o mundo, é uma fabricação discursiva e cognitiva socialmente elaborada e situada. Desse modo, podemos dizer que o processo de categorização do evento sendo impeachment apresenta ações linguísticas, ideologicamente orientadas, que envolvem aspectos culturais, históricos e socialmente situados que permitem construir a realidade e determinar formas de compreensão do mundo.

Vejamos, agora, o processo de categorização do evento sendo golpe. É importante lembrar que as categorizações **impeachment** e **golpe** são objetos de discurso que atuam no mundo construindo discursivamente conceptualizações e estabilizando sentidos sobre o evento de 2016. No entanto, a construção desses objetos de discurso no domínio jornalístico apresenta-se com contrastes que iremos pontuar e discutir. Para Marcuschi (2007b, p.142), “todos os objetos de nosso conhecimento são produzidos no discurso, embora não se achem confinados ao discurso e podem ser intersubjetivamente comunicados”, isso significa dizer que o modo como as categorias são descritas e inscritas no mundo são atuações linguísticas e conceptualizações ideologicamente orientadas sobre as coisas do mundo. Começemos pelas construções textuais-discursivas da categorização golpe.

1. veículos de referência da mídia estrangeira não consideram golpe o impeachment da presidente Dilma Rousseff.
2. falar em golpe é um "exagero", já que o processo é conduzido por um Judiciário independente e está previsto na Constituição.
3. Quase um golpe: o processo contra a presidente é errado", Boris Herrmann afirma que a palavra golpe não é "necessária nem adequada", mas que o processo tem "contornos golpistas".
4. Partidários de Lula alertam para um 'golpe não tradicional' contra a democracia.
5. Isto não é um golpe de Estado;

Ao fazer uma análise comparativa no processo de categorização do evento, vemos que não temos a mesma regularidade nas predicções com os verbos de ligação – quando se refere à categorização do evento sendo impeachment, os jornais colocam: **o processo é; o impeachment é**. Por outro lado, no processo de categorização do evento sendo golpe, as estruturas sintáticas estão mais diversificadas e o discurso jornalístico traz vozes para deslegitimar essa conceptualização do evento sendo golpe, a saber: **veículos de referência da mídia estrangeira não consideram golpe o impeachment; Boris Herrmann afirma que a palavra golpe não é "necessária nem adequada"; Partidários de Lula alertam para um 'golpe não tradicional' contra a democracia**. Desse modo, fica evidenciado que não há construções textuais e sintáticas para dizer **o que é golpe**. O que prevalece nesse processo é o discurso reportado – “Boris Herrmann afirma que a palavra golpe não é "necessária nem adequada”; “veículos de referência da mídia estrangeira não consideram golpe” – para negar a categorização de golpe, neutralizando e deixando em destaque a conceptualização do evento sendo impeachment.

Essa atividade discursiva da construção do evento sendo **golpe** revela o modo como determinadas ‘realidades’ emergem e se estabilizam nas práticas socialmente situadas. A preocupação, neste estudo, não é falsear ou afirmar uma ou outra categorização do evento, mas é apresentar o processo textual e discursivo das categorizações e suas ações discursivas que resultam em conceptualizações tão distintas sobre o evento. Conforme Mondada e Dubois (2003, p. 33), “[...] uma categoria lexical impõe um ponto de vista, um domínio semântico de referência, a concorrer com outras categorias sugeridas, produzindo sentido a partir do contraste com o precedente”.

Desse modo, compreendemos que os discursos materializam-se em categorizações as quais enquadram situações linguísticas socialmente situadas e, ao mesmo tempo, funcionam como poderosas estratégias de manipulação de argumentos, gerando pontos de vista diversos na interpretação do leitor. Assim, defendemos que o processo de categorização está sempre atrelado aos conhecimentos compartilhados, às ideologias e às relações sociais previamente construídas, em que a conceptualização de impeachment é ‘a realidade’ e a conceptualização de golpe é uma interpretação sobre a realidade. Vejamos como o texto, anteriormente citado, constrói o evento a partir do processo de categorização. A construção do evento como golpe é caracterizado por uma variação de itens lexicais.

Variação lexical do evento

Quadro 2 - Construção referencial do evento. Variação lexical.

Evento sendo impeachment	Evento sendo golpe
o processo ↓ o impeachment	Golpe ↓ quase um golpe ↓ a palavra golpe não é necessária, nem adequada ↓ ‘golpe não tradicional’ contra a democracia/ golpe de Estado ↓ "um golpe contra a democracia" ↓ Falar em golpe é um "exagero" ↓ não consideram golpe o impeachment da presidente Dilma Rousseff

Notemos que quando o evento se refere à categorização impeachment há pouca variação lexical, a saber: **o processo** e **o impeachment**, demarcando uma homogeneidade na escolha lexical para categorizar o evento, bem como há um maior controle discursivo por parte dos grupos do poder para não descaracterizar o evento.

Outro fator importante é a determinação. Os itens lexicais vêm acompanhados do artigo definido **o**, ou seja, ao determinar e especificar, fica explícito que não se trata de qualquer processo fadado a apresentar contornos golpistas, mas é “a realidade” que está sendo descrita e posta de modo “objetivo”.

Entretanto, no processo de categorização do evento sendo golpe há um número bem maior quanto à variação lexical, a saber: golpe/ quase um golpe/ a palavra golpe não é necessária, nem adequada/ ‘golpe não tradicional’ contra a democracia/ golpe de Estado/ "um golpe contra a democracia"/ Falar em golpe é um "exagero"/ não consideram golpe o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Diante dessas categorizações, vemos que há a construção de uma cadeia referencial e a ênfase nas informações que aparentemente desconstróem a categorização do evento sendo golpe.

Vejamos duas construções: **“a palavra golpe não é necessária”** e **“Falar em golpe é um "exagero”**. Analisando essas duas categorizações, percebemos uma tentativa de deslegitimar a categorização de golpe. Contudo, vale destacar que ao detalhar o processo da categorização do evento, a partir da categorização **“a palavra golpe não é necessária”**, evidencia-se que a conceptualização do evento sendo golpe é coexistente a conceptualização do evento sendo impeachment no discurso jornalístico.

Ao questionar: a palavra golpe não é necessária por que? para quem? – vemos, explicitamente, que o uso das predicções com verbo de ligação acarreta em um apagamento de marcas verbais que gera um efeito de esvaziamento nos conflitos. Ao rompermos a linearidade sintática dessas estruturas linguísticas, colocando estruturas com verbos que indicam ação – **“a palavra golpe necessita de”** – vemos que com essa construção conseguiríamos evidenciar o conflito, uma vez que o verbo “necessitar” exige um complemento, por exemplo, **a palavra golpe necessita de** “perseguição política”/ “acordos nacionais”/ “atitudes violentas”.

Assim, essa e outras expressões como: **‘golpe não tradicional’ contra a democracia** e **quase um golpe** que se referem à categorização de golpe, são entidades referenciais construídas em contextos sociais situados na atividade discursiva pra nortear pontos de vistas e guiar compreensões sobre o evento. Nessa cadeia referencial e nessas categorizações, podemos dizer que o evento categorizado como impeachment possui uma uniformidade e um efeito homogêneo, enquanto que na categorização do evento como golpe há uma pluralidade de aspectos estruturais e uma variação lexical que não o deixam ser evidenciado como ‘a realidade’, mas como uma possibilidade interpretativa da realidade.

Diante do exposto, vemos que as categorizações não são fixas, mas são móveis, dinâmicas, emergem na interação socialmente situada e podem construir concepções de mundo ideologicamente orientadas, pois um item lexical pode acionar uma série de associações e ativar amplo domínio cognitivo. Dentro de um processo de categorização para construir discursivamente o evento, os itens lexicais relacionam sentidos e enquadram

elementos bem definidos para adquirir contornos argumentativos num contexto em que foi negociado o seu uso e o seu significado (MARCUSCHI, 2007b). O processo de categorização no discurso jornalístico é a parte inicial que destacamos neste estudo sobre a construção discursiva e cognitiva do evento impeachment/golpe, pois esse processo é de grande importância para desenvolvermos as próximas discussões e entendermos melhor a construção do evento.

Assim, discutir a cognição como um fenômeno cujas atividades discursivas socialmente situadas constroem conceptualizações sobre as coisas do mundo, em um contínuo processo histórico, cultural e social, é fazer uma análise aprofundada das performances discursivas e cognitivas as quais guiam os conhecimentos dos sujeitos e norteiam a reprodução das ideologias dos grupos dominantes.

2.3 A INTERFACE COGNITIVA NO ESCOPO DAS ANÁLISES DO DISCURSO

A Análise Crítica do Discurso (ACD) não critica outras abordagens teóricas ou metodológicas da análise do discurso, mas não concorda, em muitos aspectos, com a maneira pela qual as relações sociais são constituídas por meio do discurso. Conforme van Dijk (2001, p. 352), “ACD oferece uma “perspectiva” diferente de teorização, análise e aplicação em todo o campo”. Isso significa dizer que ao ser um analista crítico do discurso é importante ter consciência do seu papel na sociedade, uma vez que tal campo teórico rejeita a tradição de uma ciência neutra, e entende que o discurso significa e marca uma interação social, expondo as relações de poder dos grupos dominantes. Fairclough, Wodak (1997, p. 271) resumem as principais perspectivas da ACD, vejamos:

- ✓ aborda problemas sociais que ficam à margem da sociedade;
- ✓ parte da concepção de que o discurso é histórico e culturalmente situado;
- ✓ A ACD é interpretativa e explicativa, revelando as relações de poder;
- ✓ O discurso é uma forma de ação social;
- ✓ A ligação entre discurso e sociedade é mediada pela cognição.

Essas perspectivas são gerais e podem ser teórica e analiticamente bastante diversificadas dentro do escopo da ACD. No entanto, apesar de diversificadas, elas correspondem a um quadro teórico que se relacionam e se preocupam em investigar o poder

que o discurso tem na construção e na estabilização das conceptualizações sobre as coisas do mundo e na reprodução das ideologias de grupos ou instituições dominantes.

Conforme van Dijk (2001), se o controle discursivo é a uma das formas de propagação de poder, controlar a mente das pessoas é outra forma fundamental de reproduzir o domínio e a hegemonia. Assim, o “controle da mente” envolve mais do que apenas adquirir crenças sobre o mundo através do discurso e da comunicação, é necessário um aspecto cognitivo para interrelacionar o discurso – não apenas o texto e a fala, mas também toda a situação comunicativa – com a formação de modelos mentais e as representações sociais (VAN DIJK, 2012).

Tal reivindicação cognitiva dentro das análises de discurso ocorre devido a dificuldade de construir uma teoria social cognitiva, pois se trata de um projeto que, além de relacionar uma complexidade de teorias, que parte, muitas vezes, de campos epistêmicos distintos: cognição e discurso, incorpora aspectos sociais e culturais à compreensão que se tem das atividades discursivas e cognitivas que acontecem na sociedade, e não exclusivamente nos indivíduos (FALCONE, 2008). Apesar de toda dificuldade e complexidade, o pesquisador Teun A. van Dijk reivindica e propõe um projeto cognitivo para as análises do discurso e situa seus estudos no escopo teórico da Análise Crítica do Discurso.

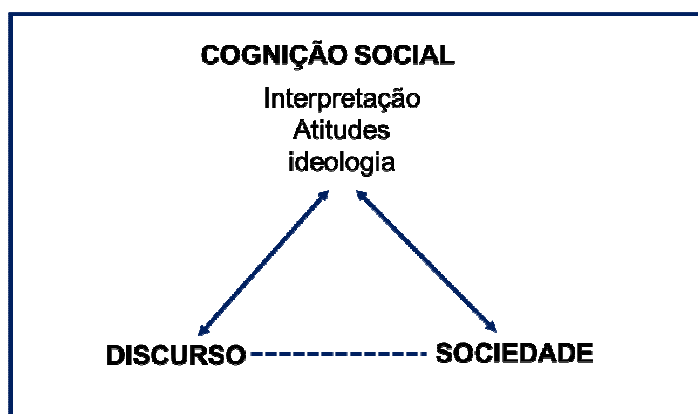
É por considerar a dimensão cognitiva nas práticas discursivas que van Dijk (2000; 2006) propõe uma abordagem sociocognitiva na Análise Crítica do Discurso (ACD), apresentando a tríade: discurso, cognição e sociedade. Conforme essa proposta, a cognição atua na interface do discurso e da sociedade, sustentando estruturas de poder e também reproduzindo ideologias de dominação. Com essa proposta, a preocupação do autor não é criar mais uma análise do discurso, pelo contrário, é ampliar o quadro teórico da ACD, considerando os aspectos cognitivos, as estruturas de dominação que se dão no tempo e no espaço, historicamente e culturalmente situados, e, ainda, analisar ações que legitimam e naturalizam ideologias de grupos poderosos por meio do discurso (FAIRCLOUGH, 2001; VAN DIJK, 2012).

A Análise Crítica do Discurso apresenta o modo como as práticas textuais-discursivas estão imbrincadas nas estruturas sociopolíticas e como as relações de poder e dominação são naturalizadas na sociedade. De acordo com Fairclough (2001, p. 94), “o discurso como prática ideológica constitui, naturaliza e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder”. Nessa perspectiva, a ACD centraliza sua atenção para revelar aquilo que é/está implícito a fim de aumentar a reflexão de como o discurso pode

contribuir para a dominação de umas pessoas por outras, já que essa reflexão é o primeiro passo para a mudança social (FAIRCLOUGH, 2001).

Nessa perspectiva, van Dijk (2000a, 2006) afirma que para analisar as complexas relações entre prática discursiva e prática social é necessária uma interface sociocognitiva, pois a cognição opera na interface da relação entre discurso e sociedade. Desse modo, desenvolver esse estudo fundamentado nos estudos da perspectiva sociocognitiva é compreender que a linguagem envolve manifestações de capacidades cognitivas gerais e de processamentos da experiência cultural, social e individual que organiza conceptualmente as coisas do mundo e constrói discursivamente conhecimentos sobre os acontecimentos socialmente situados, como por exemplo, o evento. Vejamos a figura 3, a seguir, elucidando a tríade da perspectiva sociocognitiva, a relação constitutiva entre discurso, cognição e sociedade.

Figura 3 - Tríade da perspectiva sociocognitiva proposta por van Dijk (2000).



A partir da figura 3, podemos evidenciar a relação constitutiva entre os três vértices: discurso, cognição e sociedade, sendo que a cognição, graficamente, é a interface entre discurso e sociedade. Conforme van Dijk (2016), uma teoria sociocognitiva para relacionar-se com as estruturas sociais precisa ser representada cognitivamente, uma vez que tais representações mentais afetam a compreensão do discurso. O mesmo princípio vale para a relação inversa: o discurso relaciona-se com a estrutura social a partir de estratégias cognitivas, visto que as representações mentais constroem e afetam a compreensão dos fatos e informações que circulam na sociedade.

Pela proposta de van Dijk (2000) trata-se de uma perspectiva teórica que desconstrói as dicotomias biológico X social, externo X interno, uma vez que desenvolve uma análise discursiva que não estabelece os aspectos sociais como a causa de/para tudo (FALCONE,

2008). Além disso, também desconsidera que a linguagem deve ser vista apenas pelo viés biológico (apesar de precisar do aparato biológico). Nessa perspectiva, os elementos discurso, cognição e sociedade apresentam uma relação constitutiva em que atitudes, ideologias e conhecimentos são repassados discursivamente em contextos sociais.

A reivindicação de assumir a importância do aspecto cognitivo aos estudos discursivos é por compreender que a cognição se configura como o elemento que opera na interface entre discurso e sociedade e não se pode desconsiderar nenhum dos componentes da tríade para não reduzir a análise (VAN DIJK, 2012). Desse modo, a cognição apresenta-se como a interface entre discurso e sociedade, cujos conhecimentos e crenças individuais são construídos socialmente a partir de estratégias cognitivas e discursivas, evidenciando, portanto, a relação entre os vértices e indicando os movimentos discursivos e cognitivos na construção da versão social de mundo.

Assim, podemos compreender que não há uma ligação direta entre discurso e sociedade. O que há é uma relação constitutiva mediada pela cognição. O autor salienta que

essa ligação direta não existe: não há uma influência direta da estrutura social sobre a escrita ou a fala. Antes, estruturas sociais são observadas, interpretadas e representadas por membros sociais, por exemplo, como parte de sua interação ou comunicação cotidiana. E outras práticas sociais das pessoas. É essa subjetiva representação, esses modelos mentais de eventos específicos, esse conhecimento, essas atitudes e ideologias que, no fim, influenciam os discursos e outras práticas sociais das pessoas. Em outras palavras, a cognição pessoal e social sempre medeia a sociedade ou as situações sociais e o discurso (VAN DIJK, 2012, p. 26).

Nessa perspectiva, a cognição opera como a interface entre a sociedade e o discurso e, também, é relevante destacar a relação constitutiva entre discurso, cognição e sociedade, em que os elementos são interdependentes, pois do mesmo modo que necessitamos de “uma interface cognitiva para descrever e explicar várias propriedades do discurso, também precisamos de uma base social, tanto para a interação cognitiva quanto discursiva” (VAN DIJK, 2016, p. 17).

Desse modo, as práticas discursivas (a partir do gênero textual, da seleção do léxico, da organização textual-discursiva e da forma de combinações de palavras durante a produção do texto) organizam as estruturas cognitivas (a partir de frames, metáforas, mesclagens conceituais, modelos mentais, integração de domínios cognitivos, contexto) e (re)produzem conhecimentos e crenças que são compartilhados em contextos sociais. Tais escolhas lexicais e as estratégias cognitivas conceptualizam a realidade, constroem os modos de organização do mundo e, ainda, atuam na (re)produção de ideologias de discursos.

Nessa configuração, o discurso está relacionado aos elementos construídos socialmente, em contextos situados, cognitivamente elaborados, cujas estruturas semânticas e pragmáticas subjacentes à produção e compreensão do discurso são relacionados por uma interface cognitiva (VAN DIJK, 2016). De acordo com van Dijk (2000; 2006; 2016), é a partir da relação constitutiva da tríade discurso-cognição-sociedade que entendemos as práticas sociais como construções discursivas, históricas e socialmente situadas, em uma perspectiva dinâmica. Desse modo, as operações cognitivas e as atividades discursivas orientam ideologicamente a compreensão sobre o evento, sendo que tal orientação atua na conceptualização da realidade e na construção de conhecimentos sobre o evento.

No caso deste estudo, os discursos que circulam no discurso jornalístico operam no processo de estabilizar uma conceptualização do evento como ‘a realidade’, conceptualizando esse evento como impeachment e os discursos que conceptualizam o evento como golpe são construídos e colocados à margem dessa realidade e deslegitimados pela mídia. Portanto, diante desse cenário, podemos compreender a complexidade, os desafios e a multiplicidade de conhecimentos e crenças que caracterizam e constituem a construção discursiva e cognitiva da realidade.

Para visualizarmos a atuação da interface cognitiva na relação constitutiva da tríade será necessário trazer para esse estudo algumas categorias da Linguística Cognitiva (LC), pois conforme Dirven (2007), a Linguística Cognitiva contém um aparato teórico-metodológico relevante para uma avaliação crítica das ideologias. Desse modo, compreendemos que a articulação teórico-metodológica da ACD e LC oportuniza um aprofundamento analítico para melhor discutirmos a interface cognitiva entre o discurso e sociedade, conforme veremos no próximo tópico.

2.4 A ARTICULAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA ACD E A LC

A Análise Crítica do Discurso, na perspectiva sociocognitiva, tem como princípio norteador considerar que a cognição opera na interface da relação entre discurso e sociedade (VAN DIJK, 2000, 2006, 2006a), a fim de analisar, compreender e explicar problemas sociais de natureza fundamentalmente interdisciplinar associando concepções linguísticas, cognitivas e sociais. Vale ressaltar que essa proposta não se resume simplesmente em articular as teorias discursivas e cognitivas, visto que não se dá ao modo de uma complementaridade – de que existe uma mais completa que a outra ou vice e versa – mas sim de uma relação que se

constitui para investigar a produção dos sentidos situados no discurso. A ACD e a LC têm seus métodos específicos, no entanto, a partir do contato entre esses dois campos teóricos e das questões que um campo coloca ao outro, temos ressonâncias tanto em uma quanto em outra direção.

Essa articulação surge na perspectiva de especificar categorias teórico-metodológicas da LC com as quais podemos visualizar com detalhamento os elementos linguísticos e cognitivos para a compreensão do discurso. Um dos pontos de contato dessa articulação entre a ACD e a LC reside em evidenciar o modo como os sentidos são estabilizados, bem como a reprodução e perpetuação de ideologias dos grupos dominantes e, particularmente, nos processos de construção de sentido sobre o evento. Queremos destacar, também, que tal articulação é uma etapa necessária para discutirmos e fazermos uma análise discursiva e cognitiva sobre o evento impeachment/golpe, uma vez que a ACD corresponde aos processos discursivos sobre as coisas do mundo (VAN DIJK, 2000, 2006, 2006a, 2012; FALCONE, 2008) e a LC se refere às manifestações de capacidades cognitivas gerais, da organização conceptual, de princípios de categorização, de mecanismos de processamento e da experiência cultural, social e individual materializadas no texto (SILVA, 1997). Assim, tanto a ACD quanto a LC contribuem para uma análise discursiva e cognitiva e nos oferece uma visão ampliada sobre os processo de significação em contexto de uso efetivo da língua.

Metodologicamente, essa articulação envolve um aparato teórico-metodológico que norteia a análise discursiva e cognitiva socialmente situada em que se têm estratégias linguísticas apropriadas para se deixar revelar as ideologias, relações de poder e as desigualdades que se encontram implícitas em textos e discursos e, ao mesmo tempo, traz à tona outras possibilidades interpretativas sobre as coisas do mundo, distintas das que são naturalizadas e estabilizadas pelos grupos dominantes.

Conforme Hart (2010), a LC fornece o elo que falta entre as representações linguísticas no texto e os modelos mentais que a ACD precisa para explicar como o discurso pode ser constitutivo da sociedade. Para Wodak (2006) e Dirven (2007), a ligação entre a ACD e a LC tem sido relevante para os estudos da linguagem, pois tal articulação consegue envolver os aspectos sociais e cognitivos do discurso e, ainda, a LC possibilita ferramentas analíticas para uma avaliação crítica das ideologias, e não apenas foca nas ‘formas ideais de conceptualizar’ (DIRVEN, 2007). Isso significa que não estamos preocupadas em obter estruturas linguísticas que se apresentam descontextualizadas para provar ou invalidar uma perspectiva teórica, pelo contrário, pretendemos investigar e discutir, com esses fundamentos teóricos, os modos pelos quais o discurso jornalístico conseguiu construir as

conceptualizações sobre o evento e estabilizar sentidos que são tidos e postados como a realidade. Koller (2005) afirma que a LC é uma área que fornece subsídios sistemáticos para articular a cognição e a ACD e, ainda, está diretamente alinhada com a perspectiva sociocognitiva da ACD. Desse modo, iremos conciliar a ACD e a LC para observar a atuação que algumas categorias podem realizar na produção de sentido, como também na interface cognitiva entre discurso e sociedade.

Segundo Hart (2010), a abordagem sociocognitiva desenvolvida por van Dijk apresenta uma possibilidade de observar a relação constitutiva entre discurso e sociedade mediada pela cognição social. No entanto, o autor afirma que “embora van Dijk tenha abordado explicitamente o papel da cognição na abordagem sociocognitiva, nenhuma das abordagens convencionais da ACD, incluindo a abordagem sociocognitiva, aplica qualquer teoria cognitiva da linguagem em si” (HART, 2010, p. 23). O autor ainda postula que a abordagem sociocognitiva postulada por van Dijk não descreve as formas precisas das cognições sociais ou exatamente como elas podem ser derivadas de representações linguísticas no texto. Nessa perspectiva, Hart (2010) faz uma crítica à teoria de van Dijk uma vez que em seu construto teórico van Dijk não relaciona suas categorias cognitivas às teorias cognitivas da linguagem, como por exemplo, as categorias que encontramos na Linguística Cognitiva. Ainda sobre essa lacuna, Wodak (2006) reconhece que as teorias cognitivas da linguagem foram, de certa forma, rejeitadas e, muitas vezes por motivos injustificados, excluídas pela ACD. Conforme a autora a LC é utilizada como pano de fundo pela ACD, porém não obtém atenção representativa na literatura (WODAK, 2006).

É a partir dessa lacuna, apontada por teóricos da ACD e da LC, que esta pesquisa, portanto, constitui-se como uma possibilidade de oferecer e detalhar essa interface cognitiva, uma vez que estamos apresentando um espectro de teorias que compõe a ACD, na abordagem sociocognitiva, além do escopo da LC para analisar a manipulação e a reprodução das ideologias na construção discursiva e cognitiva sobre o evento impeachment/golpe. A LC tem sido incorporada nos estudos da ACD devido ao seu caráter descritivo das performances cognitivas, em que podemos examinar a construção de sentidos e os processos de conceptualização em textos e discursos em contextos socialmente situados (HART, 2010; WODAK, 2006).

É importante destacar que essa articulação oportuniza explicar o modo como certos eventos sociais são compreendidos por apenas um ponto de vista e significados de maneira muito específica. Este estudo, portanto, se preocupa em explicar como essas conceptualizações específicas se tornam amplamente acessíveis e como tais conceptualizações

estão ligadas a ideologias de grupos dominantes, em determinados períodos de tempo e em contextos sociopolíticos específicos, marcando e construindo discursivamente e cognitivamente a história de um país.

Assim, há uma produtividade específica quando a LC se posiciona no entremeio com a ACD, pois podemos dizer que esse modo de fazer compreender e visualizar os aspectos cognitivos tem uma consequência positiva para a abordagem sociocognitiva. Isso inclui tanto os estudos relacionados à conceptualização e estabilização de sentidos, posto que explicita a *instabilidade* linguística e conceptual *a priori* e as inferências e as estratégias discursivamente produzidas para chegarmos a *estabilidade* linguística e conceptual no discurso. A Teoria dos Espaços Mentais e a Teoria da Mesclagem Conceptual, a partir dos estudos de Fauconnier & Turner (1996; 2002) nos ajuda a observar processos cognitivos *online* de construção de significado, que ocorrem durante o discurso e resultam em conceptualizações e representações mentais das situações e eventos.

Além disso, neste estudo, já estamos explorando e explicitando o aparato teórico da articulação entre a ACD e a LC, uma vez que apresentamos discussões explicitando a interface cognitiva a partir de categorias da LC e descrevendo como tais categorias podem reproduzir ideologias dos grupos dominantes no discurso jornalístico. Convém mencionar que nessa articulação estamos tratando da **(1)** cognição como um fenômeno corporificado e socialmente situado, a partir dos estudos de Lakoff e Johnson (1980), Salomão (1999), Marcuschi (2004; 2007; 2007a), e Koch; Cunha-Lima (2004); **(2)** os modelos cognitivos e a tríade discurso-cognição-sociedade a partir dos estudos de van Dijk (2000; 2006; 2006a), explicitando como os discursos contribuem para a constituição de memórias sociais e para a elaboração de modelos mentais ideologicamente orientados; **(3)** Significado como conceptualização a partir dos estudos de Soares da Silva (2006; 2013; 2015) e de Langacker (2008); e **(4)** a Teoria da Mesclagem Conceptual a partir dos estudos de Fauconnier & Turner (1996; 2002), para explicitar como os sentidos emergem no discurso, de modo local, e podem conceptualizar o evento.

Tal discussão além de abordar a relação constitutiva entre discurso-cognição-linguagem, apresentada na articulação entre a ACD e a LC, na qual a cognição tem a propriedade de operar na interface entre o que construímos socialmente e o que compreendemos individualmente, observa que “a cognição é fruto de uma operação que executamos cooperativamente sobre o mundo num esforço de construí-lo discursivamente para nosso propósitos” (MARCUSCHI, 2007, p. 86).

Nessa perspectiva, destacamos que o uso da linguagem, no discurso jornalístico, é uma ação cognitiva e discursiva de construir a realidade, visto que a conceptualização de sentidos e construção de conhecimentos sobre as coisas do mundo é decorrente de um modo da compreensão e das atividades discursivas dentro de um contexto social. Isso significa que a forma de perceber, compreender, categorizar resulta de atividades contínuas e situadas, que se dão na interação social (FALCONE, 2015).

Ao trazer esses construtos teóricos, queremos evidenciar que o estudo, no âmbito da abordagem sociocognitiva, situa-se na relação entre discurso, cognição e sociedade e oportuniza uma ampliação teórica e prática sobre os processos discursivos e cognitivos que operam no discurso jornalístico para estabilizar apenas uma conceptualização sobre o evento. Nessa construção discursiva e cognitiva, analisamos a reprodução de ideologias dos grupos dominantes e a forma como tais grupos impõem versões de mundo que são sócio-historicamente fundadas e permeadas pelas relações de poder. Então, é na articulação da LC e da ACD que este estudo pretende discutir que o discurso é uma das possibilidades de construir conceptualizações sobre a realidade, operando na nossa forma de compreender as coisas e dizer as coisas do mundo.

3 INTERFACE COGNITIVA E A REPRODUÇÃO DE IDEOLOGIAS NA DISCURSIVIZAÇÃO DO EVENTO

Neste capítulo, iremos apresentar uma discussão e uma reflexão sobre a produção discursiva como algo que se estabelece, também, em níveis mentais, isto é, pelo viés cognitivo, na qual a mente não é vista apenas como uma produção interna (individual/biológico) ou externa (social), mas parte da perspectiva da mente como uma construção que envolve aspectos culturais, intersubjetivos e sociais. Desse modo, os modelos mentais atuam como uma interface cognitiva a qual pode construir a relação entre discurso e sociedade e, ainda, deixar explícito aspectos mais gerais como atitudes, ideologias, opiniões, preconceitos e relações de poder no discurso jornalístico.

Os modelos mentais não se limitam apenas a representar os fatos tais como os jornais os veem/constroem, mas são importantes para apontar as características relevantes utilizadas pelos jornais para nortear a compreensão dos leitores/ouvintes e também explorar o modo de organização das informações na elaboração das conceptualizações que se estruturam na memória social para significar o evento de um modo e não de outro (VAN DIJK, 2012; 2012a). Essas estruturas linguísticas e representações cognitivas socialmente situadas são amplamente adquiridas, estabilizadas através de discursos. É o que veremos nos discursos dos jornais analisados neste capítulo.

Além dos modelos mentais, os estudos na área da Análise Crítica do Discurso (ACD), na abordagem sociocognitiva, têm apresentado discussões que enfatizam algumas problemáticas como: a (des)legitimação, as relações de poder e a (re)produção de ideologias que acontecem na sociedade a partir de práticas discursivas. Para Van Dijk (2000, p. 245) “o discurso permite que os atores formulem conclusões, geralmente baseadas em experiências, observações; podem descrever acontecimentos passados e futuros; podem descrever e prescrever ações e crenças”. Isso significa dizer que o modo de compreender, descrever, valorizar, categorizar os acontecimentos de uma situação social é um processo de discursivização do mundo, por meio da linguagem (KOCH; MARCUSCHI, 1998).

É importante ressaltar que os estudos discursivos com a abordagem sociocognitiva, encontram-se numa relação dialética entre os conhecimentos individuais e sociais, uma vez que “a cognição tem a propriedade de operar na interface entre o que construímos socialmente e o que praticamos individualmente” (FALCONE, 2008, p. 53). De acordo com van Dijk (2000, 2006, 2012), uma análise discursiva para envolver as complexas relações entre prática

discursiva e prática social só será possível se o aspecto sociocognitivo for adotado como uma interface entre essas duas práticas.

Portanto, é a partir dessa discursivização que propomos um estudo cognitivo e discursivo, salientando que o discurso é visto como uma das formas de conceptualizar e construir a realidade. Assim, a realidade sobre o evento construída discursivamente, pelos jornais analisados, está atrelada a grupos sociais dominantes que utilizam esse discurso para legitimar ou deslegitimar atores sociais, (re)produzir ideologias e para a manutenção do poder hegemônico.

3.1 MODELOS MENTAIS: *A INTERFACE COGNITIVA ENTRE DISCURSO E SOCIEDADE*

Neste tópico discutimos os modelos mentais como estruturas cognitivas que operam nas avaliações e valorações sobre eventos específicos, grupos e atores sociais norteando o nosso entendimento sobre a realidade. Conforme van Dijk (2012a), modelos mentais são representações cognitivas de nossas experiências. Eles são interpretações pessoais daquilo que acontece conosco numa situação socialmente situada. Nessa perspectiva, a compreensão das situações e eventos específicos acontece por meio de modelos mentais. Se estamos lendo ou ouvindo sobre o que acontece no evento impeachment/golpe de 2016, vamos construindo ou atualizando um complexo modelo mental desse evento.

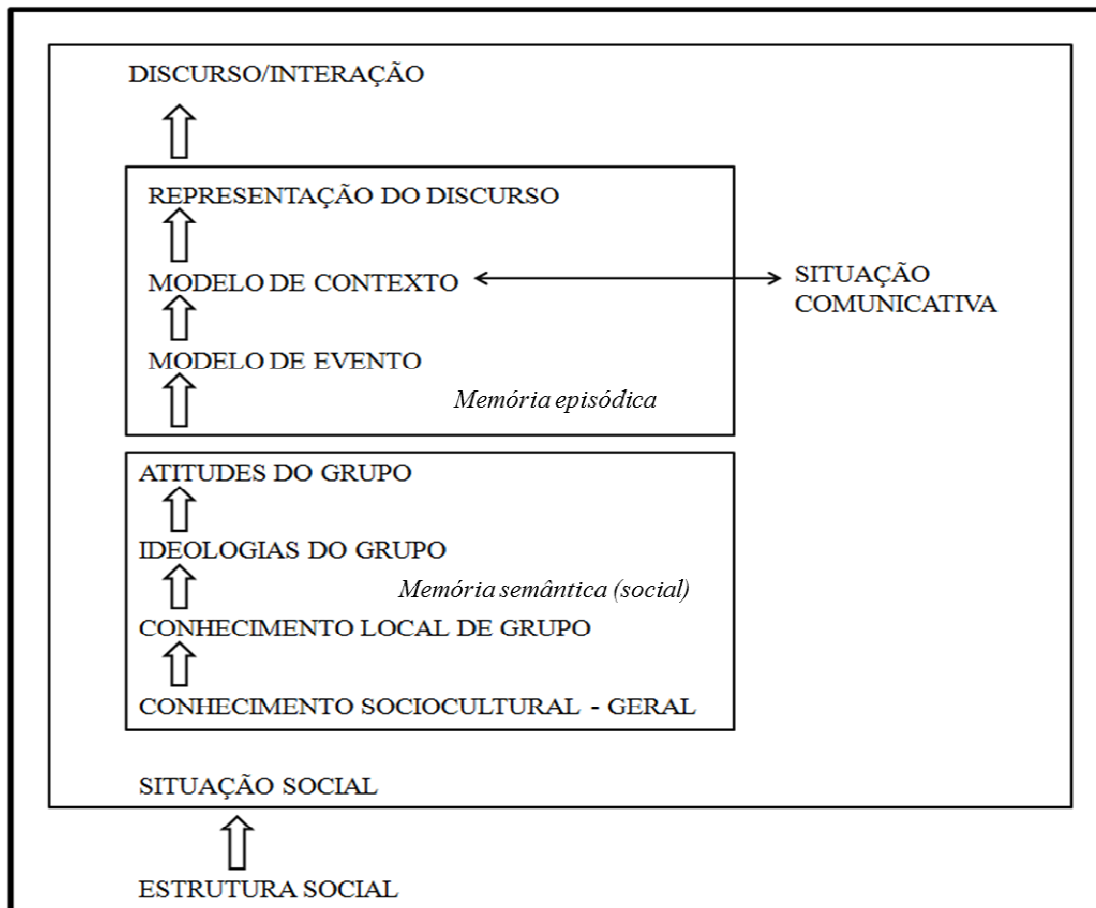
Esse processo de construção cognitiva relaciona vários conhecimentos seja social, envolvendo as reproduções de ideologias e relações de poder, seja pessoal, envolvendo inferências e possibilidades interpretativas e intersubjetivas sobre o evento para estabilizar sentidos. Para van Dijk (2012a), um modelo mental é uma compreensão intersubjetiva de uma situação na memória episódica, que é parte da memória de longo termo. Segundo o autor, a memória episódica relaciona-se como os conhecimentos pessoais e os conhecimentos mais amplos ou abstratos estão presentes na memória social. Essas memórias são úteis no monitoramento e na execução das tarefas que vão acontecendo no dia a dia e na elaboração das informações sobre os eventos. Podemos ter lembrança de detalhes de uma conversa que tivemos nessa manhã com um amigo, ou de uma leitura que fizemos hoje lendo um jornal, no entanto, muitas dessas informações não serão acessíveis passados várias semanas ou meses (VAN DIJK, 2012a).

Na verdade, uma parte geral dessas informações fica em nossa memória e são compartilhadas socioculturalmente relacionando a memória episódica à memória social. Desse modo, o que as pessoas conhecem e compreendem pessoalmente sobre o evento, bem como sua perspectiva e opinião sobre o evento, é representado em seus modelos subjetivos e individuais, os quais se interrelacionam com os modelos de grupos sociais. De acordo com van Dijk (2012a), as estruturas dos modelos mentais configuram-se com categorias gerais, tais como: espaço (tempo lugar); participantes (e suas atuações); um evento, ações, etc.. Assim, a representação mental da situação comunicativa apresenta-se como um modelo mental específico.

Sob essas elaborações sociocognitivas construídas nos modelos mentais é que van Dijk (2000) concebe a ideologia. Conforme van Dijk (2000; 2006), a reprodução das ideologias dependem do modelo mental e das estruturas semânticas elaboradas no discurso. E paralelo às ideologias, vemos as relações de poder, posto que os grupos sociais hegemônicos, estrategicamente, organizam o discurso propagando seu posicionamento valorativo sobre as coisas do mundo. Portanto, os modelos mentais também se constituem pelas crenças e conhecimentos das pessoas as quais elaboram categorias valorativas que definem outros aspectos cognitivos, bem como, permitem a interação entre grupos sociais.

Para o discurso, isso significa dizer que o modelo mental está sendo construído a partir do discurso e, ao mesmo tempo, o discurso está ajudando na elaboração do modelo mental. Em uma teoria da produção e compreensão discursiva e cognitiva, a noção de modelo mental é especialmente relevante, pois explicita a organização das memórias e a relação intersubjetiva entre a compreensão pessoal e social dos grupos e atores sociais. Além disso, discute o modo como adaptamos nossas ações à situação social, isto é, aos contextos situados. Diante dessa discussão, van Dijk (2012a) elabora um esquema que apresenta alguns componentes e processos relevantes da produção do discurso controlado pelos modelos mentais.

Figura 4 - Esquema da produção do discurso (VAN DIJK, 2012a, p.148).



Nesse esquema, o autor menciona alguns componentes relevantes para a produção de discurso controlada pela situação social e pelas memórias social e episódica. Na memória social temos: conhecimento sociocultural (geral); conhecimento local de grupo; ideologias do grupo; e atitudes do grupo. O autor utiliza mais o termo cognição social ao se referir à memória social. Na memória episódica, temos modelo de evento; modelo de contexto e representação do discurso. Essa memória episódica armazena nossas experiências pessoais e, portanto, também pode ser chamada de "memória pessoal". Esses componentes das memórias são combinações de representações mentais socialmente compartilhadas e acionadas em contextos sociais de uso (VAN DIJK, 2000).

Conforme van Dijk (2012a, p. 107), “os contextos são um tipo especial de modelo mental”. Assim, compreendemos que as atividades discursivas elaboradas para significar no discurso vêm articuladas com uma série de aspectos contextuais e conhecimentos que

permitem e condicionam a produção e a interpretação dos textos e das falas (VAN DIJK, 2012).

Nessa perspectiva, a maneira como dizemos ou falamos é (re)definida pelos diferentes modelos que temos armazenados em nossa memória e está intrinsecamente relacionada com o discurso, pois como vemos nesse esquema as categorias elaboradas na memória social serão caminhos para a recuperação na memória episódica. Para van Dijk (2012a), as representações mentais, tais como os modelos mentais, têm uma recuperação das informações relevantes (novas e associação das informações mais velhas) integradas com conhecimentos contextuais.

Segundo Van Dijk (2000, p. 268), “sem a noção de contexto seria impossível explicar como as ideologias podem influenciar não só o que dizemos, mas como o fazemos”. Dessa forma, os conhecimentos e as crenças pessoais e sociais são fundamentais para a formação e atualização dos modelos mentais. Assim, compreendemos que “as ideologias implicam características, polarizações, lutas, conflitos e estas relações se projetam, precisamente sobre as relações sociais dentro de contextos” (VAN DIJK, 2000, p. 281), nessa perspectiva, as ideologias perpassam as categorias dos modelos mentais e chegam ao discurso.

Van Dijk (2012a, p. 147) afirma que “o discurso e sua interpretação (subjetiva) podem influenciar diretamente o modelo de contexto dos receptores: as pessoas e as relações sociais são avaliadas no que fazem ou dizem”. A partir desse ponto, podemos elucidar algumas questões gerais construídas pelo discurso jornalístico para nortear o entendimento dos leitores/ouvintes, bem como na formação do modelo mental sobre o evento impeachment/golpe. Para a elaboração do modelo mental precisamos: (1) situar socialmente o evento; (2) ter um conhecimento sociocultural do que está acontecendo; (3) ter conhecimento local sobre os grupos sociais, ou seja, preciso identificar quais grupos sociais estão envolvidos e, se possível, diferenciá-los de acordo com sua postura social e ideológica; (4) ter conhecimento das representações discursivas que constroem o evento.

Vejamos algumas informações relevantes sobre esse evento na formação do modelo mental construídas pelo discurso jornalístico.

Figura 5 - Texto veiculado pelo domínio jornalístico.

Terça-feira 30.8.2016 2ª Edição | País | GLOBO 7

BATALHA DO IMPEACHMENT

RELATIVO

Discurso tem imprecisões

Dados apresentados por Dilma são exagerados ou contém erros

Barganha
"Não ter me curvado a esta chantagem (de Cunha) motivou o recebimento da denúncia por crime de responsabilidade"
CONTRADITÓRIO
O PT negociou até o último momento o voto no Conselho de Ética a favor de Cunha.

PRETO NO BRANCO
Uma checagem do que foi dito no depoimento da presidente afastada, Dilma Rousseff

FGTS
"A proibição do saque do FGTS na demissão (é uma ameaça no governo Temer)"
FALSO
O governo não divulgou proposta nesse sentido, e nem o presidente interino, Michel Temer, citou a hipótese.

Ação contra a seca
"Está em jogo (...) a conclusão do sonhado e esperado projeto de integração do São Francisco"
CONTRADITÓRIO
As obras da transposição do Rio São Francisco começaram a ser feitas em 2007 e tinham a previsão de ficarem prontas em 2012, ainda no primeiro mandato de Dilma. Atrasos impossibilitaram a conclusão.

Crise
"O que está em jogo é a conquista da estabilidade, que busca o equilíbrio fiscal, mas não abre mão de programas sociais para a nossa população"
CONTRADITÓRIO
O governo Dilma fez cortes no Minha Casa Minha Vida, no Pronatec e em outros programas importantes. Levantamento publicado pelo GLOBO em maio mostra reduções reais de até 87%. As causas foram a crise e o rombo das contas, e não só a decisão política.

Pedrada
"A presidenta não pratica nenhum ato em relação à execução do Plano Safra. Parece óbvio, além de juridicamente justo, que eu não seja acusada por um ato inexistente"
EXAGERADO
O plano é executado pela Fazenda, mas a Presidência é responsável pela política fiscal. O então vice-presidente de Agricultura do Banco do Brasil, Osmar Fernandes Dias, disse que os valores são fruto de "muitas horas de reunião", inclusive com a participação de Dilma.

Lava-Jato
"É notório que durante o meu governo e o do presidente Lula foram dadas todas as condições para que essas investigações fossem realizadas"
CONTRADITÓRIO
A Procuradoria-Geral da República acusa a presidente Dilma Rousseff de obstruir a Justiça ao nomear o ex-presidente Lula para o comando da Casa Civil. Em outro caso, o ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo deixou o cargo após pressão do PT pelo controle da Lava-Jato.

Crimes
"O Ministério Público Federal se recusou a dar sequência ao processo (pena), pela inexistência de crime"
VERDADEIRO, MAS...
Em parecer, o procurador Ivan Marx pediu o arquivamento de investigação de infração penal contra Dilma pelas "pedradas fiscais". Ela responde, entretanto, a crimes de responsabilidade no Congresso, outro tipo de delito. O procurador ainda concluiu que houve delito civil de Dilma em 2014, pela maquiagem das contas públicas.

Sem mulheres
"A eleição indireta de um governo que, já na sua interinidade, não tem mulheres comandando seus ministérios"
VERDADEIRO
Não há mulheres à frente das pastas do governo Temer.

Tendemos a narrar as informações da maneira como compreendemos e isso pressupõe a construção de um modelo mental. Isso significa dizer que a maneira como são organizadas as informações para construir sentido pode (re)definir diferentes modelos que temos armazenados na memória. Nesse texto, o modelo mental que é construído é sobre o evento sendo impeachment. Notemos:

1. **Situação socialmente situada:** evento impeachment/golpe.
2. **Conhecimento sociocultural geral:** No Brasil, em dezembro de 2015, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceitou uma denúncia de crime de responsabilidade realizada procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal.

3. Conhecimento local de grupos: Fica evidente a distinção entre grupos sociais. De um lado: Eduardo Cunha, filiado ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), e representantes de cargos e funções que compõem o judiciário. Do outro lado, tem as informações de Dilma Rousseff, filiada ao PT (Partido dos Trabalhadores). Nesse caso, o que a mídia expõe sobre Dilma Rousseff é que “o discurso dela é impreciso e contraditório”, “por apresentar dados exagerados e conter erros”. Vale ressaltar que essa construção discursiva aciona um modelo mental que além de vincular o governo de Dilma como um governo que cometeu vários erros que prejudicaram o Brasil, também ativa/constrói conhecimentos que associa o posicionamento de Dilma, sobre os fatos, como uma “opinião” e “interpretação” dela.

4. Conhecimento das representações discursivas que constroem o evento no discurso jornalístico: aponta atos *contraditórios* e *exagerados* sobre as ações do governo de Dilma, enfatizando o que a mídia constrói como aspectos negativos e, ao mesmo tempo, norteando a compreensão dos leitores/ouvintes de que o evento como impeachment é legal e legítimo.

Conforme Van Dijk (1994), os discursos contidos na mídia podem construir normas e valores que legitimam as ideologias de um grupo social específico. Assim, compreendemos que os discursos jornalísticos atuam como poderosas formas de construir modelos mentais, manipulando e norteando a compreensão dos sujeitos por um determinado ângulo.

Por conseguinte, devemos dizer que as versões construídas e estabilizadas pelo discurso jornalístico sobre o evento são vistas como representações sociais e mentais, uma vez que na teoria postulada por van Dijk (2000; 2012; 2012a), as memórias (episódica e social), também denominadas cognições sociais, são estruturas e representações mentais socialmente compartilhadas. Embora incorporadas nas mentes dos indivíduos, as cognições são sociais porque são compartilhadas e pressupostas pelos membros do grupo (VAN DIJK, 2012; 2016).

Nesse aspecto, a cognição social apresenta-se em uma relação constitutiva em que não é possível dissociar os aspectos cognitivos dos aspectos sociais, visto que os aspectos cognitivos envolvem as crenças e os conhecimentos de mundo, os quais são adquiridos e repassados discursivamente, em contextos sociais. Nesse evento, vemos a importância dos modelos mentais na construção das versões do evento, posto que tais modelos operam na construção das conceptualizações **impeachment** e **golpe**, relativamente estáveis, na

produção de sentido, e sociocognitivamente elaborados a partir da memória episódica e social – que orientam a compreensão da conceptualização do evento como “a realidade”.

No entanto, vale destacar que a conceptualização de impeachment é explicitada e estabilizada no discurso jornalístico – controlando as informações veiculadas pelos jornais e reproduzindo ideologias – a partir das expectativas e interesses dos grupos hegemônicos. No próximo tópico discutiremos com mais detalhes as noções de ideologias e controle discursivo.

3.2 IDEOLOGIAS E CONTROLE DISCURSIVO E COGNITIVO

Ideologias e controle discursivo são noções relevantes da ACD e, neste estudo, requerem uma atenção especial. A concepção de controle discursivo e cognitivo, a partir do viés da abordagem sociocognitiva, é associada à manipulação, isto é, a uma forma de abuso de poder social, a um modo de controle mental e a compreensão de apenas uma versão discursiva sobre a realidade (VAN DIJK, 2006; 2012). Consideramos manipulação, pois há um controle discursivo e cognitivo na construção dos sentidos sobre os eventos socialmente situados, na circulação das crenças e, também há indiretamente, um controle das ações dos receptores com base em tais crenças manipuladas, implicando no modo como os sujeitos compreendem tais eventos. Conforme van Dijk (2006, p. 361),

a manipulação é um fenômeno social - especialmente porque envolve interação e abuso de poder entre grupos e atores sociais - um fenômeno cognitivo porque a manipulação sempre implica a manipulação das mentes dos participantes e um fenômeno discursivo-semiótico porque a manipulação está sendo exercida através do texto, da fala e mensagens visuais.

Nessa perspectiva, o controle discursivo e cognitivo atua na sociedade com a finalidade de limitar informações aos grupos dominados e socialmente marginalizados, ao produzir conhecimentos que expressam as ideologias e opiniões dos grupos dominantes, confirmando e perpetuando a desigualdade social. Cognitivamente, esse controle também atua na mente, envolvendo processos de compreensão que norteiam a formação de modelos mentais e de representações sociais, como conhecimentos e ideologias (VAN DIJK, 2006). Discursivamente, o controle envolve estratégias textuais-discursivas e formas particulares de dizer as coisas do mundo, enfatizando coisas boas ou ruins a depender das ideologias e dos atores sociais que movem essa construção. Em todos esses níveis, entendemos que há um controle e modos diferentes de manipulação na (re)produção das informações e das ideologias dos grupos dominantes.

Ideologias, a partir de uma visão sociocognitiva, “são conjuntos de ideias específicas e, portanto, objetos mentais” (VAN DIJK, 2000, p. 33). Nessa direção, ideologia tem um viés sociocognitivo que, além de cumprir a função de defender os interesses particulares de grupos, possui a tarefa de, cognitivamente, intervir na construção das representações sociais de alguns grupos e, por consequência, organizar uma produção discursiva contra ou a favor de tais grupos. Assumimos, para este estudo, a concepção de que ideologia é definida, em termos mais gerais, como uma forma básica de cognição social compartilhada pelos membros de um grupo, representando identidades, ações, objetivos, normas e valores grupais (VAN DIJK, 2015).

Desse modo, ideologias representam interesses de grupos sociais e são reproduzidas a fim de organizar e controlar discursos e outras práticas sociais, que podem dominar (ou apresentar resistência a) outros grupos. Assim, as ideologias são entendidas como elementos que operam na interface entre discurso e sociedade e, ao mesmo tempo, fornece crenças, atitudes e opiniões que se propagam nas estruturas discursivas e mentais.

Segundo van Dijk (2003; 2005; 2006), ideologia é compreendida como um sistema de crenças, cujas representações mentais e formas de cognição social – tais como conhecimento, opiniões, atitudes, normas e valores – promovem e orientam práticas sociais e políticas de grupos sociais. Os estudos que discutem ideologia apresentam um enfoque multidisciplinar para essa noção, pois tal noção é vista dentro de um quadro que realça os aspectos políticos, sociais e também cognitivos.

No que se refere aos aspectos políticos, devemos ressaltar o posicionamento favorável (ou não) ao grupo social em desvantagem e pelas práticas de abuso de poder, as quais se limitam às estruturas sociais de dominação. Quanto aos aspectos sociais, destacamos as situações de interações comunicativas e/ou práticas sociais entre grupos (endogrupos e exogrupos) em que são compartilhadas normas sociais, identidades e valores. E no que diz respeito aos aspectos cognitivos, compreendemos a ideologia como um componente sociocognitivo de modelos mentais de experiências individuais e situadas, por um lado, e atitudes, crenças socioculturais, por outro (VAN DIJK, 2015).

Para relacionar estrutura social e individual, faz-se necessária a noção dos modelos mentais, pois de acordo com van Dijk (2012), a compreensão das experiências individuais e das práticas socialmente situadas acontece por meio de modelos mentais. Modelos mentais são representações cognitivas de nossas impressões pessoais intersubjetivas, incorporadas de crenças, experiências, ações e atitudes, representadas na parte da memória episódica e da memória social.

Assim, ao destacar a ideologia numa perspectiva cognitiva, é preciso compreender que de acordo com van Dijk (2000), a ideologia está articulada com aspectos tanto individuais (por ser elaborada a partir de processos de pressuposição e inferenciação), quanto sociais (por serem elaboradas em processos de interação social em que as crenças e atividades são negociadas e coordenadas entre os atores sociais).

Como sistemas socialmente compartilhados de crenças, as ideologias ficam armazenadas na Memória social o que viabiliza a propagação e a difusão de interesses coletivos de determinados grupos sociais (VAN DIJK, 2012). Memória social é um termo utilizado por van Dijk (2012) para indicar as informações referentes aos conhecimentos compartilhados socioculturalmente. Nesse caso, as memórias sociais são adquiridas de forma lenta e se apresentam relativamente estáveis, a fim de servirem como uma base cognitiva fundamental para o discurso cotidiano dos membros do grupo e, conseqüentemente, a conduta social (VAN DIJK, 2015). As memórias sociais são formas de cognição social que compartilham conhecimentos e constroem/acionam informações sobre as situações socialmente situadas.

Desse modo, os modelos mentais construídos por seleções de valores socioculturais e compartilhados por membros de grupos sociais constituem a maneira pela qual as ideologias são “vividas” nas experiências cotidianas (VAN DIJK, 1998). Nessa perspectiva, os modelos mentais atuam na interface entre as influências individuais e sociais e permitem que os interesses de membros de um grupo se transformem em atitudes e práticas sociais, controlando os discursos e selecionando as ideologias dos grupos hegemônicos.

Ideologia, portanto, opera como um componente sociocognitivo entre os atores sociais cujas crenças são também consideradas como “construtos mentais baseados nos aspectos sociais e que constituem os ‘fatos’ característicos da ‘realidade’ social e cultural” (VAN DIJK, 1998, p. 43). Essa visão constitutiva de crenças nos indica que a ideologia se configura como uma estrutura cognitiva complexa que controla a formação, transformação e reprodução de conceptualizações acerca dos objetos do mundo.

Assim, é a partir das interações entre grupos sociais e das conceptualizações que são estabilizadas no discurso que as ideologias são reproduzidas e articuladas a partir de afinidades dos grupos sociais, os quais, conseqüentemente, compartilham e elaboram suas crenças e conhecimentos. Para que as crenças, os conhecimentos e as atitudes de membros de grupos sejam estabilizadas como práticas sociais, é necessário que sejam expressadas ou defendidas em forma de falas e textos e, também, por sistemas de conhecimentos, em termos de *frames* e/ou scripts, isto é, conjuntos organizados de crenças socialmente compartilhadas

(VAN DIJK, 1998). Desse modo, compreendemos que a ideologia se situa na cognição social, uma vez que opera nas atitudes dos sujeitos e são manifestadas no discurso.

Conforme van Dijk (2012) e Falcone (2015), o discurso é uma das práticas sociais que pode reproduzir ou estabilizar ideologias. Nesse sentido, a ideologia é reproduzida na interação e o discurso desempenha um papel central na elaboração dos valores e crenças dos grupos sociais. As crenças

não são pessoais, tampouco emergem espontaneamente como produtos da mente individual. Pelo contrário, muitas delas são adquiridas, construídas e modificadas socialmente, por exemplo: de modo geral, por meio de práticas sociais e da interação, e de modo particular, através do discurso e da comunicação” (VAN DIJK, 1998, p. 44).

O discurso, portanto, organiza as crenças socialmente compartilhadas e funciona como uma monitoração das opiniões e atividades de membros específicos do grupo. Desse modo, um fator que devemos destacar é o monitoramento do discurso e, conseqüentemente, o controle da reprodução de ideologias. Conforme van Dijk (2012a), controlar o discurso é algo crucial para as elites e organizações poderosas, uma vez que tal controle se relaciona com a reprodução de ideologias e com a manipulação de fatos e opiniões.

Assim, compreendemos que o controle não se aplica apenas ao discurso como prática social, mas também às mentes que estão sendo manipuladas, isto é, seus conhecimentos, opiniões, atitudes e as conceptualizações que estão estabilizadas para a manutenção de poder. A manipulação discursiva é, pois, uma das práticas sociais em que os grupos detentores do poder objetiva naturalizar e legitimar discursos que formam opiniões públicas orientadoras de ideologias e de representações sociais. Apesar do discurso e da ideologia parecerem coadunados, são noções distintas.

O discurso e a ideologia, na perspectiva sociocognitiva, são concepções que se aproximam e podem se relacionar, no entanto, há diferenças entre elas. Conforme van Dijk (2015), o discurso é constituído de estruturas linguísticas, por um lado, e uma forma de ação social, por outro. Já as ideologias são estruturas cognitivas que podem ser expressas por outras práticas sociais além do discurso. Isso significa dizer que a ideologia opera como ações de cognição social, ou seja, refere-se ao modo como as pessoas enquanto membros de cultura ou grupos particulares conceptualizam e percebem o mundo social. Assim, uma das formas de expressar e construir essa conceptualização são a partir do discurso, uma vez que ele é um componente fundamental no processo de reprodução da ideologia.

Desse modo, a ação coletiva/individual no processo de (re)construção do conhecimento, das conceptualizações, das crenças e das atitudes relaciona-se com as práticas sociais, as quais podem operar na construção de discursos ideologicamente antagônicos, como é o caso da conceptualização do evento. Na concepção de van Dijk (2006), as ideologias podem atuar para legitimar o poder e a desigualdade, como também podem ocultar e confundir a verdade, a realidade, as condições objetivas, materiais da experiência e os interesses das formações sociais. Nessa perspectiva, as ideologias formam os princípios básicos da legitimação, uma vez que indica os critérios de pertencimento de um determinado grupo social, as atividades, os objetivos, as normas e valores a fim de conseguir estabilizar características, recursos e interesses sociais de tal modo que os membros do grupo possam identificar-se como membros do grupo.

De acordo com van Dijk (2003, p.21), “as ideologias não são apenas uma visão de mundo de um determinado grupo, mas fundamentalmente os princípios que formam a base dessas crenças”. Sendo assim, as ideologias são organizações cognitivas propulsoras e reguladoras de ações que definem interesses de grupos em situações socialmente situadas.

Para que as ideologias sejam compartilhadas em um grupo é preciso que elas sejam expressas a partir de práticas discursivas, van Dijk (2000) postula que ideologias são produzidas e reproduzidas por falas ou textos. Desse modo, as estruturas linguísticas variáveis em todos os níveis do discurso, o encadeamento e a organização dos elementos textuais-discursivos, em contextos comunicativos, reproduzem ideologias. Podemos observar, portanto, as estruturas linguísticas colocadas em primeiro ou segundo plano, essa colocação indica, entre muitas outras estruturas discursivas, a (re)produção das ideologias, uma vez que são tecidas informações para serem destacadas e explícitas ou para serem apagadas e implícitas. Até mesmo a sintaxe de orações na voz ativa ou passiva pode assim ser usada para enfatizar boas qualidades ou ocultar ou colocar em segundo plano as más qualidades (VAN DIJK, 2015).

A legitimação ou ocultação de informações são ações cognitivas e discursivas de estabilizar sentidos no discurso jornalístico, pois são nessas ações que o discurso vai materializar conceptualizações que legitimam ideologias de membros específicos do grupo. Essas estratégias cognitivas e discursivas são formas de observar a reprodução da ideologia dominante, uma vez que para van Dijk (2000; 2015), as ideologias constituem uma forma de cognição social as quais operam nas estruturas semânticos do discurso” (VAN DIJK, 2000, p. 292). As conceptualizações estabilizadas no discurso jornalístico sobre o evento, portanto,

também constroem crenças e conhecimentos socialmente compartilhados os quais permitem a versão “mais” legitimada da realidade na interação entre grupos sociais.

Apresentaremos e discutiremos, a seguir, uma especificidade do evento que interfere na conceptualização do evento no discurso jornalístico. Além disso, demonstra a atuação do controle discursivo e cognitivo na circulação das informações e na reprodução das ideologias dos grupos dominantes, constituindo e salientando fatos importantes na construção global desse estudo. Vejamos os textos:

1. Janaina Paschoal defende análise para além das pedaladas de 2015. 29/04/2016. O Globo. Antes, o jurista Miguel Reale Jr., também autor do pedido de impeachment, disse que o processo de afastamento é contra a 'ditadura da propina'. Ele voltou a vincular a crise econômica às pedaladas fiscais e aos decretos de crédito suplementar assinados por Dilma sem autorização prévia do Congresso. E, ao terminar seu depoimento à comissão, rebateu as acusações do governo de que não haveria prova contra a presidente. - Nunca vi um crime com tanta impressão digital. Estão lá as impressões digitais. Não era possível um delito com tanto prova. Um crime de responsabilidade sem punição, aí sim que é irresponsabilidade, uma forma de golpe, e essa Casa não vai aderir a isso - disse Reale Jr.
2. PMDB e mais 13 partidos criticam Dilma por ‘vitimização’. Nota de repúdio diz que presidente tentou transformar ‘autora de crime em vítima’. 19/04/2016. Folha de S. Paulo. Sra. Presidente da República desconsidera que está sendo acusada de ter cometido um dos maiores crimes que podem ser praticados por uma mandatária, já que a vítima, no caso, é toda a nação. Para defender-se ela inverte sua posição de autora em vítima”, diz a nota, completando: “A vã tentativa de vitimização, sob a alegação de injustiça, não encontra amparo no relatório da Comissão Especial, na decisão do Plenário da Câmara dos Deputados, nas decisões do STF, na realidade dos fatos e na soberana vontade da ampla maioria da população brasileira” diz a nota.

Analisando esses fragmentos, vemos que a ênfase dada às informações circula acerca da *criminalização da presidenta Dilma Rousseff* e não no *crime de responsabilidade de acordo com a Lei do impeachment 1079/50*. Nessa relação entre crime e criminalização, já notamos o caminho pelo qual o discurso jornalístico utilizou para limitar e controlar as informações sobre o evento. Num processo de impeachment, “o crime de responsabilidade de acordo com a Lei do impeachment” é para ser colocado como tópico principal na construção de sentido do texto para justificar ou demonstrar os trâmites jurídicos (legais). No entanto, o crime é construído de modo inconsistente e sem fundamento técnico jurídico, a saber:

- Nunca vi um crime com tanta impressão digital. Estão lá as impressões digitais. Não era possível um delito com tanta prova. Um crime de responsabilidade sem punição, aí sim que é irresponsabilidade, uma forma de golpe, e essa Casa não vai aderir a isso

Diante desse trecho, fica o questionamento: qual o crime cometido por Dilma Rousseff de acordo com a lei do impeachment? De acordo com o que foi exposto discursivamente o crime é: (1) “para além das pedaladas de 2015”; (2) “o processo de afastamento é contra a 'ditadura da propina’”; (3) “a crise econômica”; (4) “Presidente da República desconsidera que está sendo acusada de ter cometido um dos maiores crimes que podem ser praticados por uma mandatária”. Notemos que apesar de nortear o entendimento dos leitores/ouvintes para indicar crime de responsabilidade, as estruturas linguísticas constroem um discurso sobre a criminalização, uma vez que há vários argumentos de diferentes instâncias para incriminar a presidenta Dilma, entretanto, tais informações veiculadas pelos jornais não se enquadram na lei do impeachment 1079/50. E essa criminalização fica ainda mais evidente com o seguinte texto:

A OAB e o impeachment

Carecem de fundamento os que discutem se há ou não dolo nas transgressões à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Reginaldo de Castro, 14/04/2016, Jornal O Globo.

Ao se associar ao clamor público pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, a Ordem dos Advogados do Brasil resgata seu papel histórico, expresso em seu estatuto, de defesa da sociedade, da República e do Estado Democrático de Direito.

O placar acachapante, de 26 a 2, diz tudo: quase unanimidade. A Ordem não se restringiu a chancelar o pedido em curso na Câmara dos Deputados, de autoria dos juristas Miguel Reale Jr., Janaína Paschoal e Hélio Bicudo, que se atém às chamadas pedaladas fiscais, crimes de responsabilidade.

Entendeu as limitações daquele pedido, que, ao tempo em que foi formulado, não dispunha ainda de evidências mais concretas que possibilitassem a inclusão dos crimes apurados pela Operação Lava-Jato, empreendida pelo Ministério Público e a Polícia Federal.

Como, porém, ignorá-los hoje? O parlamentar, ao votar, considera o todo, ainda que à sua frente se encontre apenas parte do contencioso. Sabe, no entanto, que julga não apenas atos específicos, mas, sobretudo, a natureza dos agentes que os praticaram. Al Capone foi preso por sonegação do imposto de renda, mas os que o detiveram sabiam com quem falavam.

Guardadas as proporções, é disso que se trata. O pedido da OAB, não anexado ao que já tramita para não dar margem a impugnações processuais que o protelassem, exerce papel decisivo: lembrar aos que o irão votar a dimensão do que, no fim das contas, está em pauta — a permanência ou não de um governo detentor de vasto prontuário.

Por essa razão, carecem de fundamento os que, ignorando o quadro geral que resultou em ingovernabilidade e rejeição dos governantes — desaprovação de 90%, segundo o Ibope —, discutem se há ou não dolo nas transgressões à Lei de Responsabilidade Fiscal, ou se transgredi-la é suficiente para interromper um mandato presidencial.

Antes de mais nada, a transgressão a uma lei impõe, sim, que se aplique a pena prevista. E a transgressão à LRF, nos termos da Constituição, é crime de responsabilidade, que implica o impedimento do presidente da República.

Ainda que houvesse ocorrido à sua revelia, o que não é crível, não afastaria sua responsabilidade, já que está no comando e responde pelos atos de sua administração. Não é pouco o que disso resultou. Basta olhar o estado de penúria da economia brasileira, o desarranjo das contas públicas — e, o que é pior, a total descrença da sociedade e do mercado quanto à sua recuperação sob o atual comando.

A OAB, ao encaminhar seu pedido de impeachment, considerou tudo isso: a partir de um conjunto de delitos, o conjunto da obra, cujos danos impedem que seus mentores prossigam ditando os destinos do país.

Trata-se de recurso constitucional (artigos 85 e 86), já acionado na vigência da atual Carta, com o apoio entusiástico dos que hoje o detratam, afirmando tratar-se de golpe, ou de que estaria sendo banalizado.

Ora, quem quis banalizar esse instrumento foi o próprio PT, que o propôs a todos os presidentes eleitos na vigência da Carta de 88. E o Congresso teve o bom senso de só adotá-lo contra quem de fato nele estava enquadrado, o ex-presidente Collor.

Analisando este texto, vemos que o jornal inicia o texto dando destaque a Ordem dos Advogados do Brasil, que é a instituição que define regras para o exercício profissional da advocacia no Brasil, afirmando: **“a Ordem dos Advogados do Brasil resgata seu papel histórico, expresso em seu estatuto, de defesa da sociedade, da República e do Estado Democrático de Direito. O placar acachapante, de 26 a 2, diz tudo: quase unanimidade”**, além de destacar a importância que a OAB tem no cenário jurídico do país, pontua a finalidade que tal instituição detém diante da sociedade e, ainda, salienta numericamente o placar “quase unânime”.

Essas informações norteiam a compreensão dos leitores/ouvintes, elucidando um efeito de legalidade¹⁰ e legitimando a conceptualização do evento sendo impeachment. Ainda sobre a ênfase numérica, o jornal coloca **“o quadro geral que resultou em ingovernabilidade e rejeição dos governantes — desaprovação de 90%, segundo o Ibope”**. Vemos o destaque de 90% da reprovação do governo de Dilma, asseverado por uma das maiores empresas de consultas e pesquisas da América Latina. Para van Dijk (2006), uma forma de controlar a circulação das informações consiste em automatizar a compreensão do discurso, salientando quantidades, inserindo instituições legitimadas e de maior prestígio no início do texto. Essas estratégias contribuem para uma melhor fixação das informações e uma melhor representação mental.

Queremos destacar também o trecho do texto: **“Basta olhar o estado de penúria da economia brasileira, o desarranjo das contas públicas — e, o que é pior, a total**

¹⁰ Efeito de legalidade encontra-se mais aprofundado nas categorias analíticas, uma vez que tal categoria se configura como fundamental na conceptualização do evento.

descrença da sociedade e do mercado quanto à sua recuperação sob o atual comando. A OAB, ao encaminhar seu pedido de impeachment, considerou tudo isso: a partir de um conjunto de delitos, o conjunto da obra, cujos danos impedem que seus mentores prossigam ditando os destinos do país.” O jornal evidencia características negativas e enumera os problemas que o governo Dilma vem enfrentando: (1) o estado de penúria da economia brasileira; (2) o desarranjo das contas públicas; (3) a total descrença da sociedade e do mercado quanto à sua recuperação sob o atual comando e salienta (4) **A OAB, ao encaminhar seu pedido de impeachment, considerou tudo isso: a partir de um conjunto de delitos, o conjunto da obra, cujos danos impedem que seus mentores prossigam ditando os destinos do país.** Novamente, o que fica evidente é a *criminalização da presidenta Dilma Rousseff* e não o *crime de responsabilidade de acordo com a Lei do impeachment 1079/50*.

A construção sobre o evento no discurso jornalístico evidencia muitas informações negativas sobre o governo Dilma, seja com números, com instituições legitimadas que atuam no país, seja com fatos que revelam os problemas do seu governo. Esses argumentos não comprovam e nem se configuram como crime de responsabilidade. O que é latente é a afirmação da OAB declarando que o pedido de impeachment foi considerado a partir de “um conjunto de delitos”, “o conjunto da obra”. Então, inferimos que essa declaração e as informações negativas não revelam o crime cometido por Dilma Rousseff, uma vez que “o conjunto da obra” não representa, no âmbito da legalidade, crime de responsabilidade para destituir um presidente de seu cargo.

Compreendemos, portanto, que as informações tecidas no texto não revelam o crime de responsabilidade de acordo com a Lei do impeachment 1079/50, mas sim, a criminalização da presidenta Dilma Rousseff, o que é um indício para conceptualizar o evento sendo golpe. Se há um crime de responsabilidade, a conceptualização do evento sendo impeachment não seria questionada, contudo, ao examinarmos e evidenciar a criminalização ao invés do crime, a conceptualização do evento sendo golpe é revelada.

Tal discussão permite dizer que as informações (im)postas no discurso jornalístico são controladas para revelar apenas uma versão sobre o evento, reproduzindo as ideologias dos grupos dominantes. Esse controle envolve manipulação das crenças das pessoas, colaboram para a formação de modelos mentais, de opiniões e das ideologias que, por sua vez, limitam as ações e as mentes dos leitores/ouvintes (VAN DIJK, 2006). Há diversas maneiras de influência, contudo, segundo van Dijk (2006; 2012), o discurso é uma das mais poderosas, posto que pode influenciar a mente envolvendo informações na memória e

operando no modo como compreendemos o mundo e produzimos conhecimento. No próximo tópico vemos como as ideologias e o controle discursivo e cognitivo conseguem atuar na legitimação do evento sendo impeachment e na deslegitimação do evento sendo golpe.

3.3 LEGITIMAÇÃO E DESLEGITIMAÇÃO

Este tópico apresenta uma discussão sobre as noções de legitimação e deslegitimação no discurso jornalístico. Discutir as noções de legitimação e de deslegitimação é compreender o conflito e a reprodução de ideologias, haja vista o controle da circulação dos sentidos e o mapeamento das estratégias que conceptualizam e estabilizam versões da realidade no discurso.

Assim, compreendemos e assumimos, para este estudo, a legitimação e deslegitimação como fenômenos de natureza discursiva e sociocognitiva (FALCONE, 2008; VAN DIJK, 2000). Conforme van Dijk (2006), o discurso tem um papel fundamental na formação e na mudança de atitudes e ideologias, isto é, o discurso pode ser controlado para deslegitimar um grupo social ou para legitimar outro grupo, controlando as mentes dos sujeitos e estabilizando as conceptualizações da realidade de acordo com os ideais hegemônicos.

A partir dos estudos de van Dijk (2000), Falcone (2008) assevera que a (des)legitimação está atrelada a um processo de afirmação de Uns e, em movimento contrário, a negação – ou estereotipização de Outros. Desse modo, há um processo de construção de legitimação e deslegitimação que envolve uma complexidade de aspectos sociais, cognitivos e discursivos. Nessa perspectiva, a legitimação e a deslegitimação configuram-se como ações discursivas que envolvem conflitos ideológicos, construindo uma imagem positiva de um grupo social e negativa de outro, a seguir apresentamos o processo de (des)legitimação no discurso jornalístico sobre o evento.

Os estudos de Habermas (1996; 1999 [1973]) sobre legitimação é o ponto de partida para as nossas reflexões. Conforme Habermas (1999 [1973]), a força propulsora da constituição do (i)legítimo está nas ações do discurso, e não apenas como uma ação atrelada às instituições do poder. Van Dijk (1998, p. 318) postula que “a legitimação é uma das principais funções sociais das ideologias”, visto que as ideologias são as bases das representações sociais compartilhadas por membros de um grupo e opera na interface do discurso e da sociedade.

Desse modo, o processamento cognitivo do discurso é fundamental para explicar a reprodução das ideologias, como também para demonstrar como o discurso afeta os grupos sociais, formando uma cognição social do grupo dominado (VAN DIJK, 2000). Nessa perspectiva, a ideologia é compreendida como a base para atuar na legitimação dos grupos e dos atores sociais, instaurando normas valores e crenças de forma implícita ou explícita. Van Dijk (2006, p. 322) afirma que

para legitimar a ação de um grupo, não somente para propósitos internos do grupo, mas para propósitos intergrupais, um grupo precisa mostrar que seus princípios básicos são justos, e que, possivelmente, os de outros grupos são incorretos. Ou precisam afirmar que seus princípios básicos são gerais, universais, e por tanto se aplicam a todos.

Tais ações de legitimação fazem-nos entender que não há discursos desinteressados ideologicamente. Pelo contrário, o discurso está sempre associado a atores sociais que tentam propagar a ideologia do grupo hegemônico, de modo que suas práticas tenham um efeito de naturalização e, muitas vezes, com a aparência que é desarticulada de orientações e perspectivas ideológicas. Nessa direção, a legitimação é, portanto, um ato social e (político) de dimensão interativa que pode ser uma prática complexa e contínua, envolvendo um conjunto de discursos inter-relacionados (VAN DIJK, 2000).

Van Dijk (2000) afirma que o discurso legitimador está, geralmente, associado a contextos institucionais, porém, também se evidencia nas atividades cotidianas das pessoas, como um recurso para justificar atitudes ou fazer algum julgamento valorativo. Assim, os discursos legitimadores também pressupõem normas e valores, os quais determinam se uma tomada de ação é coerente ou incoerente, dentro de uma situação estabelecida pela sociedade.

A (des)legitimação é uma noção correlacionada a relação de poder (tópico a ser discutido a seguir), posto que reproduz as ideologias dominantes e limita e deslegitima as ações dos grupos menos favorecidos socialmente. Conforme van Dijk (2000), a (des)legitimação é um processo de construção de representações sociais, ideologicamente orientado, que pode estabilizar normas e valores sobre determinado grupo ou evento social. A (des)legitimação, portanto, é um ato **social** – que atribui características a determinados atores sociais e determina aceitabilidade ou a “inaceitabilidade” a grupos sociais na sociedade; é **discursiva** – sendo a ação discursiva determinante no estabelecimento ou quebra de hegemonias; e é **cognitiva** na ação de organizar e nortear os modelos metais já consolidados socialmente.

Sendo assim, a ação de (des)legitimação resulta de atividades sociocognitivas, nas quais grupos e atores sociais são construídos no discurso a partir de estratégias que contribuem para a conceptualização de sentidos sobre o evento e, mais amplamente, para a estabilização de atitudes dominantes em relação a determinados grupos sociais. Tais atividades de controle discursivo, com funções persuasivas, podem envolver a construção de supostos novas conceptualizações sobre esse evento e a reprodução de ideologias.

Para atingir esse efeito, o discurso jornalístico, por exemplo, inter-relaciona as dimensões discursivas e cognitivas, numa ação complexa, para tentar tornar natural atitudes (i)legítimas de um grupo dominante. Essa naturalização é perigosa, pois, ao mesmo tempo que se naturaliza tais atitudes, o grupo dominante tem seus atos legitimados pela sociedade e, conseqüentemente, as ideologias são reproduzidas pelos grupos dominados. Van Dijk (1998) chama atenção para o fato de que a hegemonia ideológica é uma das muitas formas de resistência mental e social dos grupos dominantes.

Vale ressaltar que o efeito de naturalização atua na propagação da hegemonia ideológica dos grupos dominantes por meio de estratégias cognitivas e discursivas, uma vez que pressupõem normas e valores, explicitamente ou implicitamente. Fica evidente que, se, por um lado, o efeito de naturalização atua na propagação da hegemonia ideológica dos grupos dominantes; pelo outro, tal efeito corrobora para a deslegitimação dos grupos dominados.

Desse modo, estabelecer o legítimo é fazer com que uma conceptualização da realidade (a do grupo dominante) se consolide como “*a realidade*”, ou ainda como um modelo mental socialmente aceito, e a deslegitimação pode ser uma construção que não apresenta aspectos positivos para os grupos dominados. Neste sentido, os modelos mentais integram novas informações, (des)legitimando atores sociais e informações sociais, servindo como o núcleo da interface entre o social e a construção discursiva veiculada no discurso jornalístico.

Nessa relação constitutiva entre discurso-cognição-sociedade, o discurso contribui com a formação de modelos mentais, os quais permitem que as opiniões ou atitudes sociais sejam compartilhadas a partir de fortes estratégias de (des)legitimação (FALCONE, 2003; VAN DIJK, 1991), e também impulsionam a estabilização de sentidos e o controle discursivo e cognitivo das conceptualizações da realidade.

As estratégias de deslegitimação geralmente pressupõem normas, valores e ideologias que se apresentam como universais ou amplamente aceitas na sociedade. Os grupos dominantes, nesse caso, não se referem abertamente a seus próprios

interesses, mas, pelo contrário, eles utilizam argumentos que afirmem que suas ações são para o bem comum, ou são boas para os grupos dominantes mesmo (VAN DIJK, 2003, p. 323).

Nessas estratégias de deslegitimação, os grupos dominantes controlam as instituições que organizam e determinam o tipo de informações e conhecimentos que devem ser veiculados no discurso jornalístico e, ainda, estabelece normas, valores e ideologias. Isso implica em ações e procedimentos deslegitimadores do discurso jornalístico, visto que se tornam públicas conceptualizações da realidade com uma aparente neutralidade e objetividade, o que proporciona o efeito de naturalização dos objetos do mundo por meio do discurso (FALCONE, 2008). Vejamos o modo¹¹ como o discurso jornalístico constrói discursivamente a legitimação do evento sendo impeachment e a deslegitimação do evento sendo golpe.

Apelação rejeitada, O Globo, 15/04/2016.

Recurso do governo é rejeitado no STF e sessão da Câmara é confirmada para domingo

Em sessão convocada de emergência, o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou, por 8 votos a 2, recurso movido pela Advocacia-Geral da União para tentar anular o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. Com a decisão, está mantida para este domingo a votação no plenário da Câmara, na qual os parlamentares decidirão se aprovam ou não o relatório da comissão especial que acusa Dilma de cometer crime de responsabilidade. Se aprovado, o documento será enviado para o Senado, que decidirá se abre processo contra a presidente, o que resultará em seu afastamento por 180 dias.

A Advocacia-Geral da União alegou que a comissão cerceou o direito de defesa de Dilma ao discutir questões que não constavam do pedido original de impeachment, como a delação premiada do ex-senador Delcídio Amaral.

Para a maioria dos ministros do STF, porém, não houve cerceamento de defesa, como o governo alegou. O entendimento é o de que cabe à Câmara apenas decidir sobre a aceitação ou não da denúncia contra a presidente, cabendo ao Senado julgar as acusações.

Os ministros observaram que, no domingo, os deputados analisarão apenas as denúncias originalmente aceitas no processo, ou seja, uma “pedalada” fiscal envolvendo o Banco do Brasil e a edição de decretos de créditos suplementares sem o aval do Congresso Nacional.

A sessão do STF foi convocada em caráter extraordinário para ontem às 17h30, diante da urgência da definição das regras para a votação de domingo. Dos onze integrantes do tribunal, só Dias Toffoli estava ausente, por conta de viagem a trabalho ao exterior.— Situações excepcionais exigem medidas excepcionais — comentou Lewandowski no início da tarde.

Em outra derrota para o governo, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou o critério adotado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, para votação em plenário do processo de impeachment, estabelecendo que os deputados serão chamados por bancadas de estados alternadamente, em sequência Norte/Sul/Sul/Norte. Assim, a bancada de Roraima, o estado mais ao Norte do país, será a primeira votar. Em seguida, votarão os deputados do Rio Grande do Sul e assim por diante, até se chegar ao centro geográfico do país.

Os aliados do governo alegam que a regra adotada por Cunha visa a deixar por último os estados da Região Nordeste, onde o apoio ao impeachment é, em tese, menor.

¹¹ Os textos apresentados nesse tópico serão retomados no tópico a seguir sobre hegemonia e relações de poder.

A manutenção das regras de votação foi tomada no julgamento de dois mandados de segurança propostos pelos deputados Weverton Rocha (PDT-MA) e Rubens Pereira Júnior (PCdoBMA) e de uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) movida pelo PCdoB.

O relator da ação movida pelo PCdoB, ministro Marco Aurélio Mello, defendeu a ordem alfabética para a votação, critério usado no de impeachment do ex-presidente Fernando Collor, em 1992. Depois dessa votação, o regimento da Câmara mudou, mas Marco Aurélio considerou que a regra anterior era mais democrática. Segundo o ministro, outras regras poderiam mudar o comportamento dos deputados. Eles poderiam ficar tímidos na hora de votar com a própria convicção, diante de um eventual placar já formado. Ninguém concordou.

O voto que completou a maioria foi o de Gilmar, que criticou o governo e suas tentativas de mudar a regra de votação do impeachment. — A titular do cargo não tem mais condições de ser presidente. É curioso. Poderíamos caminhar para o deferimento da liminar no sentido de mudar a forma de votação. No momento seguinte se verificará: ah, mas não era o que queríamos. Não queríamos essa concentração, agora estados do Sul estão despejando votos contrários. Para jogador ruim, até as pernas atrapalham — afirmou Gilmar.

No caso dos mandados de segurança, a votação acabou empatada, com cinco ministros concordando com a regra estabelecida por Cunha e outros cinco sugerindo mudanças. A solução foi aplicar a regra segundo a qual, em julgamento de mandado de segurança, o empate significa a manutenção do ato atacado — no caso, a regra de votação estabelecida por Cunha.

Alguns ministros chegaram a ponderar que deveria ter obedecido a critérios geográficos de latitude para determinar a ordem dos estados, mas a maioria do STF decidiu que caberia apenas à Câmara interpretar esse detalhe.

Um dos ministros que concordaram com os deputados foi Ricardo Lewandowski, presidente do STF. Ele também queria que o critério da latitude fosse utilizado, mas acabou derrotado pelos colegas. **Em tom de desabafo, ele afirmou que o tribunal tem legitimidade para rever atos do Legislativo, sem que isso seja uma interferência indevida do Judiciário no Legislativo.**

— É o ato mais grave previsto na Constituição praticado pelo Congresso Nacional. É a mais grave sanção prevista, o afastamento da presidente. É o ato mais grave previsto na Constituição. Isso, se o presidente praticar crime de responsabilidade. É um ato político, sim. E quem é que disse que um ato político não é sindicável por parte do Judiciário? Não tenho nenhum problema. **Como juiz da Suprema Corte do país, eu tenho legitimidade para rever os atos do Poder Legislativo** — declarou Lewandowski.

O advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, que propôs uma ação pedindo a nulidade do da decisão tomada pela comissão especial da Câmara dos Deputados, alega que houve cerceamento de defesa.

Para Cardozo, houve irregularidades no relatório do deputado Jovair Arantes (PTB-GO). Arantes, segundo a AGU, incluiu novas acusações, como a delação de Delcídio, o que não seria permitido nessa fase da tramitação.

Outras ações ainda podem ser propostas, mas Cardozo não antecipou quais. Ele negou que a debandada de partidos da base, que decidiram apoiar o impeachment, tenha influenciado a decisão de acionar o STF.

— O momento para impetração era este. Até a aprovação do relatório, não sabíamos se as liminares seriam acolhidas ou não. A debandada dos partidos não influenciou em nada. Sempre disse que iria à Justiça no momento oportuno. Não é uma avaliação política que nos leva a esse mandado — disse.

Cardozo explicou que não discute o mérito do impeachment no mandado de segurança da Advocacia-Geral da União:

— Parlamentares julgariam fatos que não estão na acusação. Não sei quais fatos da Lava-Jato incriminam a presidente. A antecipação fere de morte o processo, a defesa da presidente. Não sei qual é a imputação de Lava-Jato. A presidente não tem nenhum inquérito contra si.

Notemos que o discurso legitimador é geralmente realizado em contextos institucionais (VAN DIJK, 1998). Nesse caso, o judiciário atua como a instância máxima de legitimação e de deslegitimação ao colocar:

- **“o tribunal tem legitimidade para rever atos do Legislativo, sem que isso seja uma interferência indevida do Judiciário no Legislativo. — É o ato mais grave previsto na Constituição praticado pelo Congresso Nacional. É a mais grave sanção prevista, o afastamento da presidente. É o ato mais grave previsto na Constituição. Isso, se o presidente praticar crime de responsabilidade. É um ato político, sim. E quem é que disse que um ato político não é sindicável por parte do Judiciário? Não tenho nenhum problema. Como juiz da Suprema Corte do país, eu tenho legitimidade para rever os atos do Poder Legislativo — declarou Lewandowski.”**

A legitimação do evento sendo impeachment é asseverada por um dos ministros e presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski. Desse modo, a legitimação da conceptualização do evento sendo impeachment é institucional, “STF”; e é certificada pelo membro do STF, o qual ocupa uma posição de relevância, “o presidente Ricardo Lewandowski”.

Para van Dijk (1998), a legitimação pressupõe restrições institucionais do poder social, conforme definido por lei, há regulamentos, direitos ou deveres que estabelecem os limites da tomada de decisões e ações institucionais. Isso significa dizer que os eventos que acontecem na sociedade precisam de instituições para legitimar suas ações e não é qualquer ator social que pode dar esse estatuto de legitimidade. Nesse caso do impeachment, o discurso do presidente do STF implica na ação de dar credibilidade ao evento, respeitando as normas oficiais e, portanto, permanecendo dentro da ordem moral e constitucional predominante.

Ainda sobre legitimação, van Dijk (1998) postula que os princípios básicos da legitimação de um grupo social especificam as categorias ideológicas com as quais esse grupo interage (atividades, objetivos, posição social, etc), bem como revelam as normas e valores que regulam e organizam as ações dos membros do grupo. Essas normas e valores podem justificar a posição social e a compreensão que um grupo tem sobre as coisas do mundo e, ao mesmo tempo, podem desafiar e deslegitimar grupos que se opõem ou que compreendem as coisas do mundo de um modo diferente desse grupo dominante. É neste ponto que ideologia e legitimação interagem mais especificamente, no controle de relações intergrupais, como as de poder, dominação e resistência. Vejamos o texto a seguir:

Judiciário repudia ofensas e suspende manobra de Lula, Jornal, O Globo, 18/03/2016.
‘Condutas criminosas à sombra do poder jamais serão toleradas’, avisa decano do STF

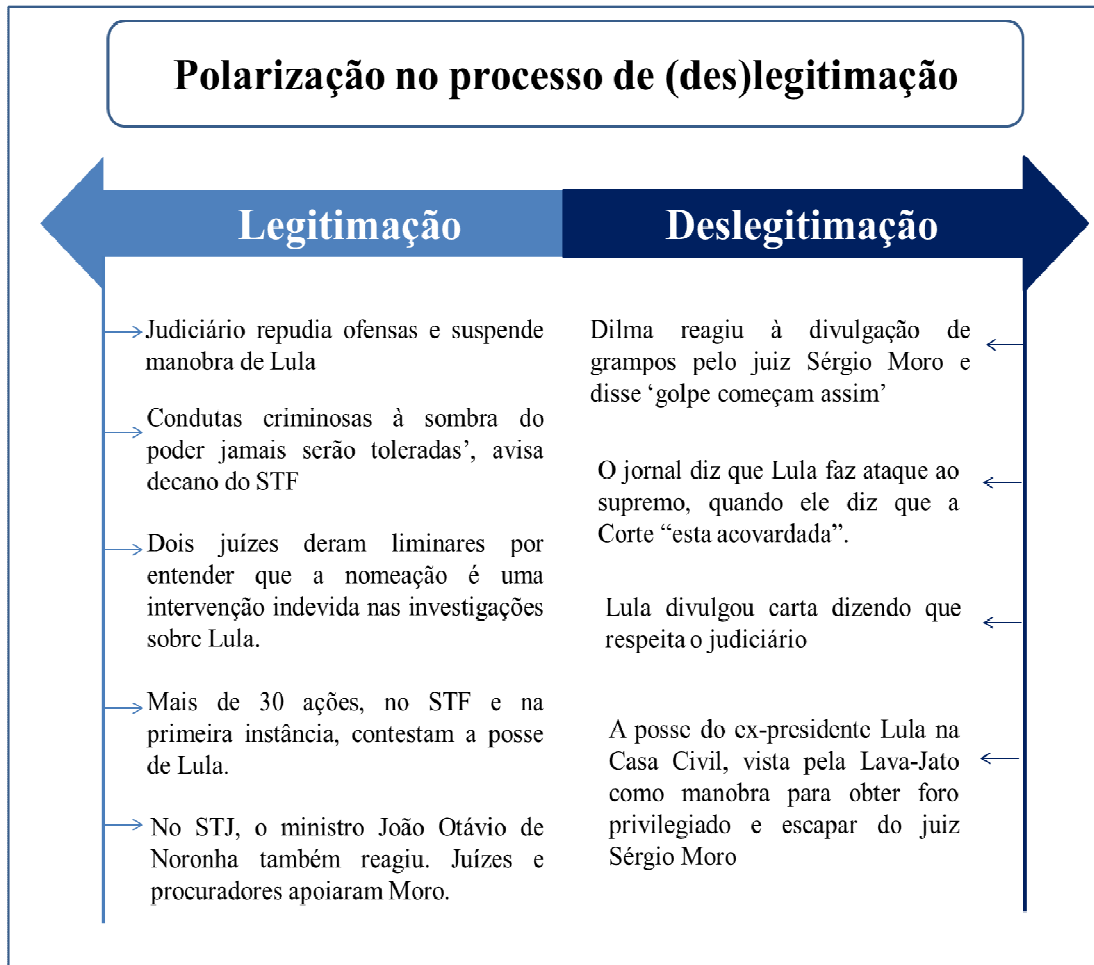
Ex-presidente chegou a ser empossado em solenidade na qual Dilma reagiu à divulgação de grampos pelo juiz Sérgio Moro e disse ‘golpe começam assim’. Em carta no fim do dia, Lula afirmou que respeita o judiciário e pediu justiça.

A posse do ex-presidente Lula na Casa Civil, vista pela Lava-Jato como manobra para obter foro privilegiado e escapar do juiz Sérgio Moro, foi suspensa logo após a solenidade no Planalto. Dois juízes deram liminares, uma já cassada, por entender que a nomeação é uma intervenção indevida nas investigações sobre Lula. Mais de 30 ações, no STF e na primeira instância, contestam a posse por a considerarem uma manobra da presidente Dilma e Lula. No STF, os processos ficarão com o ministro Gilmar Mendes, crítico do PT. Dilma reagiu à divulgação dos grampos e repudiou a tese de blindagem. O Supremo mostrou indignação com ataques de Lula, para quem a Corte “esta acovardada”. O decano Celso de Mello disse que “condutas criminosas à sombra do poder jamais serão toleradas”. No STJ, o ministro João Otávio de Noronha também reagiu. Juízes e procuradores apoiaram Moro. Lula divulgou carta dizendo que respeita o judiciário.

Esse texto envolve atores e instituições que são relevantes na construção e na constituição da (des)legitimação do evento. No título e no lide da notícia já temos: **“Judiciário repudia ofensas e suspende manobra de Lula, ‘Condutas criminosas à sombra do poder jamais serão toleradas’, avisa decano do STF”**. Assim, para legitimar a conceptualização do evento sendo impeachment, em uma situação de desigualdade entre grupos sociais, vemos o lado do judiciário e o lado de quem comete condutas criminosas.

Temos, portanto, a exposição de uma polarização entre o Supremo Tribunal Federal (STF), o juiz Sergio Moro e o Supremo Tribunal Judiciário (STJ), de um lado; e do outro lado, membros do PT, o ex-presidente Lula e a presidenta Dilma Rousseff. Discursivamente, de um lado está o discurso jornalístico construindo e salientando o lugar da legalidade e da legitimidade; e do outro lado, o lugar dos que realizam condutas criminosas e são envolvidos em esquemas de corrupção. Vejamos o quadro que segue.

No quadro abaixo, as setas maiores intituladas “Legitimação” e “Deslegitimação” indicam as direções opostas que o discurso jornalístico estabiliza os argumentos sobre o evento. No que se refere ao processo de legitimação, há setas pequenas que apresentam trechos dos jornais legitimando o evento como impeachment e, do lado oposto, há setas pequenas que apontam para os trechos do discurso jornalístico que atuam na deslegitimação do evento como golpe.

Quadro 3 - Construção discursiva da polarização no processo de (des)legitimação.

Essa construção corrobora e defende a asseveração de van Dijk (2000). Conforme o autor, as ações que são associadas a instituições legitimadoras estão dentro da ordem moral geral e, portanto, podem determinar o que é legítimo ou ilegítimo por meios de estratégias sutis no discurso. É o que visualizamos na construção do evento: a legitimação da conceptualização do evento sendo impeachment é relacionada ao poder judiciário, por isso é legítima e é 'a realidade'; enquanto a deslegitimação da conceptualização do evento sendo golpe é construída no discurso jornalístico, de modo geral, a partir da associação que é feita entre as manobras criminosas e o PT.

Nessa polarização, notamos que as estratégias, na atividade discursiva, assumem várias formas para legitimar a conceptualização do evento sendo impeachment e deslegitimar a conceptualização do evento sendo golpe. Primeiro, os argumentos são embasados no domínio jurídico, realçando instituições (STF, STJ); cargos (ministros, decano, juízes, procuradores) e nomes que ganharam ascensão social na operação Lava Jato, como o do juiz.

Chamamos atenção para a construção textual-discursiva do juiz Sérgio Moro, uma vez que são enfatizados “o apoio que ele ganha de juízes e procuradores” e também “a posse do ex-presidente Lula na Casa Civil, vista pela Lava-Jato como manobra para obter foro privilegiado e **escapar do juiz Sérgio Moro**”. Identificamos, portanto, que o juiz Sérgio Moro consegue o estatuto de “a voz da verdade ou da justiça”, personificando a “eficiência do judiciário”.

Nessa perspectiva, a legitimação da conceptualização do evento sendo impeachment é cada vez mais estabilizada no discurso jornalístico e assegurada pelo discurso do judiciário, pois o judiciário orienta representações negativas dos falantes “ilegítimos” (no caso, Dilma e Lula), desencadeando uma rejeição e uma deslegitimação do que “esses ilegítimos” indicam ser a realidade (a conceptualização do evento sendo um golpe). Assim, as ideologias de grupos sociais podem ser declaradas como ‘a realidade’, e a outra pode ser denominada como ‘senso comum’. Como vimos, a persuasão e a manipulação podem ser combinadas com a legitimação assim que um grupo tenta impor sua ideologia a outro grupo (VAN DIJK, 2000).

Ainda sobre a polarização, constatamos que a deslegitimação da conceptualização do evento sendo golpe ocorre no conflito ideológico entre grupos, em que “o discurso dominante pode ser apresentado como legítimo porque tem autoridade e prestígio e, portanto, está associado à verdade” (VAN DIJK, 1998, p.262), enquanto os grupos dominados estão associados a discursos que apresentam possibilidades interpretativas sobre essas “verdades”. Desse modo, os grupos dominados são confrontados com discursos que têm ‘aparência’ de legalidade, fazendo-os aceitar que, de fato, são inferiores, desviantes ou ilegítimos. Vejamos, a partir do texto anteriormente apresentado, a maneira pela qual a deslegitimação é constituída nessa relação de confronto com o discurso legitimado:

1. Deslegitimação de membros:

Membros do PT: Lula e Dilma;

2. Deslegitimação das ações:

Abordar como criminosa a posse do ex-presidente Lula na Casa Civil para escapar da perseguição política que o juiz Sergio Moro faz ao ex-presidente Lula;

3. Deslegitimação dos objetivos:

Não enfatizar que a divulgação de grampos pelo juiz Sérgio Moro é indício de que “os golpes começam assim”;

4. Deslegitimar normas e valores:

Apesar de Lula dizer que respeitava o judiciário e pedir justiça, o que fica destacado no discurso jornalístico é a indignação do supremo ao considerar “ataque às instâncias jurídicas” o posicionamento de Lula;

5. Deslegitimar a posição social:

O discurso jornalístico coloca os argumentos “da verdade” – apresentada pelo discurso jurídico; em contraposição ao discurso do “senso comum” – apresentado nas declarações de Dilma e Lula.

Por meio dessas ações de (des)legitimação, vemos o controle da circulação dos sentidos, bem como o abuso de poder na hora de construir discursivamente e cognitivamente o evento, pois, o discurso pode formular ou reformular a realidade, controlar ou subverter o poder instituído e também legitimar ou deslegitimar as ideologias dos grupos e atores sociais. Desse modo, a manipulação das informações é uma construção discursiva que constitui a memória social do evento sendo impeachment e, ao mesmo tempo, apresenta a deslegitimação do evento sendo golpe. Isso acontece devido a associação das ações positivas do evento às instituições jurídicas – as quais podem legitimar e deslegitimar eventos e atores sociais – e da articulação das ações corruptas, criminosas relacionadas aos membros do PT.

Conforme van Dijk (2012), o abuso de poder comunicativo pressupõe a manutenção de uma estrutura ideológica orientada por crenças socialmente compartilhadas e relacionadas a interesses de grupos dominantes por meio do discurso. Assim, o discurso pode influenciar mentes, construindo modelos cognitivos que controlam as conceptualizações sobre o evento.

3.4 RELAÇÕES DE PODER E GRUPOS HEGEMÔNICOS

Este tópico discute as relações de poder e os grupos hegemônicos, numa abordagem sociocognitiva, observando como tais noções são apresentadas no discurso jornalístico sobre o evento. Nessa proposta, a noção de *poder* se revela complexa, uma vez que os estudos, a partir de práticas discursivas e cognitivas, pretendem apresentar e “desafiar a desigualdade social” (VAN DIJK, 2016, p. 19), demonstrando como as relações de poder e os grupos hegemônicos (re)produzem ideologias na sociedade.

Partindo do quadro teórico que relaciona discurso-cognição-sociedade, no qual esses três elementos são indissociáveis, a Análise Crítica do Discurso opera em contextos situados socialmente em que as estruturas discursivas são uma forma de exercitar o poder e, ao mesmo

tempo, controlar a mente das pessoas pelo discurso, influenciando suas crenças e fortalecendo a dominância e a hegemonia (VAN DIJK, 2012a).

A noção de grupos hegemônicos é fundamentada sob os pressupostos teóricos de Fairclough (2001). Conforme o autor, a hegemonia fornece um modelo como uma matriz. Esse modelo envolve as crenças, os valores e os interesses que os grupos dominantes parecem seguir, exercendo poder mediante a constituição de alianças e ganhando consentimento de outros grupos. Essa propagação dos modelos dos grupos hegemônicos faz isso, em parte, por meio do discurso e mediante a constituição de ordens discursivas.

Conforme Fairclough (2001), as práticas discursivas naturalizam relações assimétricas de poder as quais perpetuam e reproduzem dimensões culturais e ideológicas da hegemonia. Por conseguinte, cabe aos grupos hegemônicos o papel de sustentar essas relações assimétricas de poder, reproduzindo a ordem social dos grupos dominantes e os indivíduos que a eles pertencem. Esse (abuso de) poder é, não pelo uso da força física, mas pelo consenso, mediante práticas sociais e discursivas. Assim, um objetivo importante dos grupos hegemônicos é a propagação e a disseminação de discursos com regras, normas e convenções do modelo hegemônico (FAIRCLOUGH, 2001).

Além de investigar as relações e o abuso de poder que são evidenciadas no discurso, é necessário um engajamento crítico em favor dos grupos dominados, pois o discurso jornalístico, principalmente a mídia tradicional, consegue estabilizar e disseminar os interesses dos grupos hegemônicos, como se tais interesses fossem comum a todos dentro da sociedade.

O discurso jornalístico, por exemplo, pode construir uma imagem negativa de alguns políticos ou legitimar uma conceptualização sobre o evento impeachment/golpe. Desse modo, a cobertura é tendenciosa e pode atender à concepção de realidade de um determinado grupo social. Para observar o modo de aplicação e implicações que os grupos hegemônicos realizam ao reproduzir, discursivamente e cognitivamente, seus conhecimentos, opiniões, normas e valores, van Dijk (2012a) aponta algumas características do poder, vejamos:

1. Poder social é uma característica da relação entre grupos, classes ou outras formações sociais.
2. As relações de poder social manifestam-se na interação e nas práticas discursivas;
3. O poder social age por meio da mente das pessoas, uma vez que a partir do discurso controlam-se as informações ou opiniões para planejar ações e executar formas de persuasão. Esse controle mental implica nas formas de controle social;

4. O exercício e a manutenção do poder social pressupõem uma estrutura ideológica. Tal estrutura é formada por cognições fundamentais, socialmente compartilhadas e relacionadas aos interesses de um grupo e seus membros;
5. O poder social e a estrutura ideológica relacionado a ele é adquirida, confirmada ou alterada por meio do discurso.

Nessa perspectiva, assumimos a asseveração de Falcone (2015, p. 232), em que “o discurso é um dos nossos principais acessos às práticas sociais. Mais do que o lugar empírico da observação das estruturas cognitivas”, o discurso é constitutivo de relações sociais e cognitivas que reproduz poder e ideologia. Os discursos e as maneiras como o poder é reproduzido são distintos, devido às culturas, às estruturas sociais e às cognições que estão envolvidas nessa reprodução.

Assim, controlar o discurso é algo crucial para as elites e organizações poderosas, pois, ao estabelecer as relações de poder no discurso jornalístico, estão sendo construídos modos de compreensão e modos de dizer as coisas do mundo. Para o poder ser exercido pelos grupos dominantes na sociedade, é preciso ter o controle do discurso e, por sua vez, o controle das mentes. É por esse controle da mente que van Dijk (2012a) situa a cognição como uma interface que relaciona o discurso com as situações socialmente situadas. O autor afirma que

o controle se aplica não só ao discurso como prática social, mas também às mentes daqueles que estão sendo controlados, isto é, aos seus conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, como também às outras representações pessoais ou sociais (VAN DIJK, 2012a, p.18).

Fica evidente, portanto, que os grupos sociais que detêm o poder controlam os vários modos de propagação de conhecimento e de distribuição de informações, especialmente, os meios de comunicação de massa. Conforme van Dijk (2012), tais meios de comunicação não apenas descrevem os eventos, mas apresentam as ações e representam as opiniões das elites política, econômica, militar e social do poder. Nessa perspectiva, os discursos jornalísticos exercem o poder por meio da seleção e das construções discursivas das realidades sociais e políticas (VAN DIJK, 2012a), uma vez que podem influenciar as opiniões dos leitores e a construção das conceptualizações sobre o evento, veiculada pelos jornais. Desse modo, as relações de poder estabilizadas no discurso jornalístico são exercidas de acordo com os interesses de quem detém o poder, em detrimento dos interesses daqueles que são controlados. Observa-se, então, uma situação de abuso de poder.

De acordo com van Dijk (2012a, p. 23), “muitas formas de poder contemporâneo, contudo, devem ser definidas como poder *simbólico*”. O autor ainda afirma que “as elites¹² simbólicas hoje, tais como políticos, jornalistas, escritores, professores, advogados, burocratas e todos os outros que têm acesso especial ao discurso [...] são os que devem ser definidos como poderosos”. Nessa perspectiva, as elites simbólicas dão sustentação ao aparato ideológico que permite o exercício, a manutenção e a propagação do poder dos grupos hegemônicos na sociedade.

O autor ainda associa as elites simbólicas a uma espécie de manipulação do poder por meio do discurso. A manipulação é, pois, uma das práticas sociais discursivas de grupos detentores de poder que objetiva reproduzir e ampliar esse mesmo poder, gerando a possibilidade de tornar natural e legitimar essa relação de poder e dominação, como já foi mencionado anteriormente. Segundo van Dijk (2012a), a manipulação é um fenômeno discursivo, cognitivo e social, visto que é discursivo porque é exercido pelos textos, falas e mensagens visuais; é cognitivo porque implica na dominação das mentes dos leitores/ouvintes; e é social porque os atores sociais precisam compartilhar crenças e critérios pessoais e sociais que os permitam influenciar outros. É importante ressaltar que as relações de poder se relacionam com esses três fenômenos, não podendo ser dissociados.

Assim, a manipulação é uma das práticas sociais, discursivas e cognitivas que os grupos dominantes usam a seu favor para a reprodução de poder e de ideologias. Esses grupos exercem o poder através da persuasão, da organização das informações, da influência dos conhecimentos e crenças, etc. Desse modo, as relações de poder se manifestam na interação entre os atores e os grupos sociais. A partir da proposta de van Dijk (2012a), compreendemos que o poder é exercido, manifestado, descrito, disfarçado ou legitimado por meio das estruturas textuais e pela organização das informações dentro do contexto social.

Van Dijk (2012a) também postula que o poder não apenas aparece *nos* ou *por meio dos* discursos, mas também *por trás dos* discursos. Nessa perspectiva, o poder aparece de modo camuflado, construindo uma realidade social de acordo com os interesses e reproduzindo ideologias dos grupos hegemônicos. Vejamos, a seguir, um exemplo dessa organização textual-discursiva no discurso jornalístico sobre o evento:

¹² Utilizaremos o termo elite ou grupos hegemônicos, a partir do quadro teórico da Análise Crítica do Discurso proposta por van Dijk (1998, 2010, 2012, 2012a), para indicar que há um controle social exclusivo de um pequeno grupo. Desse modo, os interesses e as ideologias das elites são disseminadas por meio dos vários valores, conhecimentos, normas e códigos, por meio de crença disseminada na “liberdade de expressão” nos meios de comunicação de massa. As elites simbólicas desempenham um papel essencial que permite o exercício e a manutenção do poder em nossas modernas sociedades.

1. Até PT avalia que discurso de Dilma não deve evitar sua saída
(Jornal *O Globo*, 30/08/2016).
2. Manifestantes pró-Dilma e PM entram em confronto em São Paulo
(Jornal *Folha de S. Paulo*, 30/08/2016).
3. Dilma faz o diabo para se aguentar no poder
(Entrevista do senador Aloysio Nunes Ferreira ao Jornal *O Globo*, 05/01/2016).
4. Discursos de Senadores indicam maioria pró-impeachment
(Jornal *Folha de S. Paulo*, 09/08/2016).

Nesses títulos dos textos, vemos que o jornal atua na construção de descredibilizar as ações e o governo da Presidenta Dilma Rousseff **(1)** Dilma faz o diabo para se aguentar no poder; **(2)** Senadores indicam maioria pró-impeachment, Dilma; **(3)** Até PT avalia que discurso de Dilma não deve evitar sua saída, Manifestantes pró-Dilma e PM entram em confronto. As estruturas linguísticas desses títulos condicionam a produção de sentido do evento sendo impeachment e, ainda, permitem que apenas uma conceptualização da realidade seja exposta, uma vez que ao examinarmos essas estruturas (tomadas como relevantes pelo jornal) só conhecemos uma conceptualização sobre o evento. A conceptualização do evento sendo impeachment.

Diante desses títulos dos textos, os jornais estão evidenciando os aspectos violentos dos manifestantes pró-Dilma; a presidenta Dilma sem apoio no senado e desacreditada pelo partido (PT). Além disso, compreendemos que as relações de poder são evidenciadas nos argumentos expostos, quando os jornais desfavorecem e manipulam as informações contra os interesses da presidenta Dilma, a saber:

o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou, por 8 votos a 2, recurso movido pela Advocacia-Geral da União para tentar anular o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. Com a decisão, está mantida para este domingo a votação no plenário da Câmara, na qual os parlamentares decidirão se aprovam ou não o relatório da comissão especial que acusa Dilma de cometer crime de responsabilidade.

Com essa construção linguística, o jornal destaca a instituição STF, órgão jurídico que tem o poder de legitimar a conceptualização do evento sendo impeachment, salienta a quantidade de votos (oito votos contra dois) que rejeita o recurso movido pela defesa de Dilma, por quase unanimidade, “reafirmando” a legalidade do processo e dando seguimento a votação do afastamento da presidenta Dilma Rousseff no domingo na Câmara de deputados.

Um fator interessante e que demonstra influência dos grupos dominantes é o fato da votação acontecer no dia de domingo. No Brasil, há uma convenção social e cultural que o domingo é dia de reunir amigos e familiares para algum entretenimento. Nesse caso, o entretenimento foi a votação que desencadeou o afastamento da presidenta Dilma em que vários deputados declararam seus voto fazendo apelos e homenagens a interesses particulares. A partir disso, inferimos que a votação no domingo decorre do controle do poder social, uma vez que tal controle cria estratégias discursivas para excluir grupos contrários ao *status quo*, e faz com que a legitimidade seja estabelecida de apenas um lado como ‘a realidade’, ou seja, o poder dos grupos dominantes faz com que uma realidade se consolide como a realidade, ou ainda como um modelo cognitivo predominante (FALCONE, 2008).

Assim, a partir desse controle discursivo e cognitivo que os jornais detêm sobre a construção da realidade, o leitor pode acessar e aceitar essas conceptualizações dos fatos acontecidos na sociedade uma vez que essa “realidade”, muitas vezes aceita pela sociedade, contém relações de poder que condizem com as ideologias dos grupos dominantes.

O discurso exerce uma função muito importante na construção das versões de mundo, posto que o discurso pode reproduzir ideologias de grupos dominantes legitimando uma conceptualização e deslegitimando a outra. Os grupos dominantes que compõem a hegemonia, conforme colocado anteriormente, não exercem e dominam o poder de toda sociedade, uma vez que há uma resistência dos grupos dominados, a contra-hegemonia. De acordo com SIMIONATTO (2009, s/p),

a superação da condição de subalternidade requer, para Gramsci, a construção de novos modos de pensar, a elaboração de uma concepção de mundo crítica e coerente, necessária para suplantar o senso comum e tornar as classes subalternas capazes de construir uma contra-hegemonia. Superar o senso comum e o modo de pensar corporativo, produto das relações sociais da sociedade burguesa, significa, conseqüentemente, redirecionar a práxis política no sentido de propiciar às classes subalternas a libertação das formas de pensar homogêneas pelo pensamento liberal e o fortalecimento de seus projetos e ações na construção de uma contra-hegemonia.

Nessa perspectiva, a contra-hegemonia institui uma perspectiva crítica ao projeto hegemônico vigente e introduz a contradição e a tensão no que antes parecia estável e homogêneo. As ações contra-hegemônicas são “instrumentos para criar uma nova forma ético-política” (GRAMSCI, 1999, p. 314-315), uma vez que devem ser utilizadas para revelar as questões que estão implícitas e explicitar as condições de exclusão e de marginalização que são naturalizadas na sociedade.

Assim, as condições de marginalização que os grupos dominantes impõem aos demais grupos devem ser explicitadas para que a sociedade tenha consciência das estruturas de dominação que regem as ações e os interesses dos grupos hegemônicos. Desse modo, é necessário que os grupos contra-hegemônicos consigam deixar evidentes tais estruturas e interesses e, também, consigam difundir argumentos alternativos que coexistam ou que permitam um olhar crítico sobre o pensamento hegemônico. Trata-se de apresentar a sociedade outras versões da realidade, reorientando as percepções sobre o mundo vivido e combatendo as homogeneidades hegemônicas, bem como apresentando a realidade como algo passível de várias possibilidades interpretativas.

4 DISCURSO E CONCEPTUALIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO EVENTO IMPEACHMENT/GOLPE

Este capítulo aprofunda a discussão sobre o funcionamento cognitivo-discursivo das estruturas linguísticas na formulação de sentidos para conceptualizar o evento impeachment/golpe. Pretendemos deixar explícito que a linguagem, pela sua função categorizadora, não reflete objetivamente a realidade, mas impõe uma estrutura no mundo, construindo-o, interpretando-o e apresentando a natureza perspectivante-perspectivadora da significação linguística (SILVA, 1997). Assim, se levarmos essa noção para o modo como o discurso jornalístico concebe o evento, passamos a identificar que as construções exibidas pela mídia são construções cognitivo-discursivas não totalizantes, isto é, referem-se a uma perspectiva, a uma possibilidade de significar/conceptualizar as coisas do mundo.

Conforme Lakoff e Johnson (1999), as conceptualizações acontecem devido ao sistema conceptual do indivíduo, o que nos remete à hipótese da cognição corporificada. Desse modo, as relações presentes na construção da conceptualização do evento impeachment/golpe são estabilizadas por meio de movimentos discursivos e cognitivos inevitavelmente constituídos a partir das nossas vivências e experiências, intersubjetividades e sistemas imaginativos, os quais interferem no modo como compreendemos o mundo.

Assim, a inter-relação entre a cognição humana e as práticas sociais e discursivas são importantes na construção das conceptualizações de sentido, na organização do saber e nas versões da realidade, uma vez que, segundo Langacker (1987) e Talmy (2000), as construções linguísticas têm muito a ver com o significado como um fenômeno mental que contém conteúdo conceptual organizado em linguagem. O significado é, portanto, perspectivação conceptual, é conceptualização, é construir o dizer a partir de um ângulo, e, ao mesmo tempo, é exprimir o ‘modo’ como esse dizer é construído.

Por conseguinte, a construção do evento impeachment/golpe passa por um complexo processo de conceptualizações, ideologicamente orientado, o qual constrói discursivamente e cognitivamente um contexto político e histórico do Brasil no discurso jornalístico. Nessa perspectiva, observar os desdobramentos e a estabilização de sentidos desse evento é refletir, em uma perspectiva contínua e complexa, como o discurso pode acionar passados e presentes que se opõem e se articulam na atividade discursiva e cognitiva.

Nesse processo, a construção da conceptualização não é localizada, mas socialmente situada e diversa (SILVA, 2006), e explicita, a partir da cognição e das teorias semânticas, estratégias pelas quais a mídia consegue destacar a conceptualização do evento sendo

impeachment e tenta diluir e ocultar a conceptualização do evento sendo golpe. Contudo, as conceptualizações do evento não se excluem, pelo contrário, elas coexistem e revelam posicionamentos políticos ideológicos em disputa.

4.1 COGNIÇÃO E TEORIAS SEMÂNTICAS: *DAS CONCEPÇÕES FORMALISTAS À CONCEPÇÃO SOCIOINTERACIONAL DO SIGNIFICADO*

É necessário, nesta pesquisa, correlacionar os estudos e pressupostos da cognição às teorias semânticas para discutir e apresentar perspectivas da construção do significado no discurso. Assim como vimos anteriormente nas concepções de Cognição, as teorias semânticas também apresentam várias correntes epistêmicas. Neste tópico salientamos a perspectiva formalista, dentre a qual podemos destacar a Semântica Formal, e a perspectiva funcionalista, da qual salientamos a Semântica Cognitiva.

A aproximação que apresentamos entre cognição e semântica se dá, portanto, sob dois aspectos: (1) o aspecto de explicitar as distinções entre a Semântica Formal e a Semântica Cognitiva no que se refere às concepções da construção do significado; e (2) o aspecto de evidenciar, a partir do construto teórico da Semântica Cognitiva, a concepção sociointeracional do significado. Desse modo, discutir significado linguístico e cognição a partir dessas perspectivas leva a caminhos relevantes e explicativos sobre a construção do evento impeachment/golpe no discurso jornalístico.

As teorias semânticas de base lógico-formal, como por exemplo a Semântica Formal, é mais uma maneira de compreender o significado de uma maneira lógica e objetiva. Objetividade, na Semântica Formal, é ver a língua como instrumento de acesso ao real (sentido/referência). O sentido seria o “caminho” pelo qual temos acesso às coisas do mundo, e a referência é a correspondência entre a forma da língua e o mundo. Existe uma “verdade” para a Semântica Formal, e essa verdade está no mundo, por isso o exame das “condições de verdade da sentença”. O significado, em pressupostos positivistas, tentou seguir parâmetros fundamentados na Lógica cuja realidade era dissociada dos sujeitos que a constituía. Com essa perspectiva objetiva, a realidade é uma forma de adaptar as palavras etiquetando e designando as coisas nesse mundo objetivo, independentemente das situações de uso que os sujeitos utilizam a linguagem (MARCUSCHI, 2007).

Nessa direção, o significado é algo diretamente ligado aos elementos do mundo. Tal visão identifica o significado de uma sentença sob as avaliações de “condições de verdade”.

Essas “condições de verdade” dizem respeito a uma perspectiva objetiva sobre as coisas do mundo, ou seja, os significados das palavras e sentenças são analisados pela semântica lógica formalista cuja preocupação “é fornecer o significado de uma sentença sem fazer referência aos possíveis usos e ações que com ela se produzem” (OLIVEIRA, 2001, p. 50).

Varela, Thompson e Rosch (1993) afirmam que Hilary Putnam (1975) elaborou um teorema na Semântica Formal para mostrar que não pode haver um mapeamento objetivo e único entre palavras e o mundo, pois mesmo que as condições sob as quais as sentenças são verdadeiras, não se pode fixar o modo como seus termos se referem. Para demonstrar a sua visão, o autor utiliza o estereótipo de um tigre. Ao verificar o estereótipo do tigre, evidencia-se a informação de que os tigres têm listras, no entanto, a existência de tigres inteiramente brancos implica no fato de que as listras podem não ser atribuídas a todos os tigres, mas faz parte da ideia convencional do que é um tigre. Sendo assim, a correlação direta e objetiva entre significado e referência pode não determinar a verdade. Conforme Lakoff (1987), Putnam dá um passo importante para longe do objetivismo, uma vez que o autor não assume os significados linguísticos como conceitos que correspondem diretamente a entidades e categorias no mundo.

Ainda dentro o escopo da Semântica Formal, salientamos os estudos gerativos. Na visão gerativa, tradição Chomskyana, o paradigma assumido pela linguagem é privilegiar a competência. Para Chomsky (1968, p. 12), a competência “destaca-se como a capacidade de produzir variadas sentenças, em outras palavras, o sujeito sabe produzir sentenças de acordo com uma gramática interna, sob a qual já sabemos distinguir uma frase gramatical ou agramatical”. Assim, a competência está associada à capacidade inata, que relaciona-se com o biológico (cérebro) e com a faculdade da linguagem, cujo sistema propõe uma coleção de dispositivos algorítmicos que manipulam símbolos sem recorrer ao seu significado.

Desse modo, a linguística gerativa é marcada pela autonomia da sintaxe, da semântica e de qualquer influência cognitiva externa, uma vez que a faculdade da linguagem está implantada num processamento de informações arquitetadas pela mente e orquestrado por um conjunto de operações linguísticas sistemáticas que atua em dois níveis de representação: sistema articulatório-perceptual ou sensorio-motor, e do sistema conceptual-intencional ou sistema de pensamento. O nível do sistema articulatório-perceptual se refere à interface fonética (PF – Phonetic Form), ou seja, é responsável pela interface fonética; e o nível do sistema conceptual-intencional é responsável pelo estabelecimento da interface semântica (LF – Logical Form) (CHOMSKY, 1968).

Nos termos chomskyanos, o Princípio da Interpretabilidade Plena reside no modo interpretativo e, consequentemente, autônomo dos níveis de representação linguística. Isso significa dizer que uma informação expressa por meio de sons da língua só é compreendida pelo nível fonético, enquanto que uma informação produzida por meio de traços semânticos é compreendida apenas pelo nível semântico (LF – Logical Form). Vale ressaltar que a informação do nível fonético não pode ser interpretada no nível semântico, assim como uma informação de natureza semântica não pode ser lida no nível fonético (CHOMSKY, 1968).

Assim, as relações estabelecidas entre o significado e as estruturas linguísticas evidenciam, como parte de uma teoria da linguagem, o funcionamento individual e interno das operações cognitivas, e também apresentam as restrições a que correspondem, respectivamente, movimentos autonomistas e descontextualizadores da perspectiva formalista. Tal teoria salienta, ainda, a concepção de cognição como sendo um fenômeno interno e individual, com propriedades comparadas a de uma máquina que efetua operações lógicas, mensura, determina procedimentos rígidos e tem a tendência de utilizar sistemas formais na descrição dos processamentos cognitivos (EHRENBERG, 2009), para a qual convergiu e se assemelhou a mente dos sujeitos às características da Semântica formal.

Existe, pois, contrária à concepção formalista, a perspectiva funcionalista, uma vez que as perspectivas funcionalistas assumem uma postura que diverge de muitas discussões e pressupostos das concepções formalistas. Na perspectiva funcionalista, o significado se afasta da concepção de ser analisável pelo viés objetivo, inato, individual e diretamente conectado com elementos do mundo e assume uma concepção do significado como uma entidade mental e inevitavelmente conectada com a experiência humana (SILVA, 2006a). Nesse conflito epistêmico de posicionamentos sobre o significado, compreendemos que as visões de significado são mais complexas e heterogêneas, pois nelas contêm os diversos modos de construção e compreensão da realidade.

Essa divergência implica no modo como os estudos sobre o significado, na perspectiva conceitual, instituíram-se e ganharam relevância dentro do escopo da Semântica Cognitiva, desenvolvida a partir dos anos 80 no quadro da Linguística Cognitiva de Langacker (1987, 1991, 1999, 2008), Lakoff (1987) e Talmy (2000) e Silva (1997, 2004; 2006; 2006a). Conforme Silva (2006; 2006a), o escopo teórico dessa perspectiva é pautado numa semântica conceptualista, psicológica, fenomenológica, experiencialista e plenamente (re)contextualizante, em que os significados atribuídos a situações, fatos e eventos, socialmente situados, resultam das experiências, dos movimentos corpóreos, da interação dos seres humanos com o mundo.

Em vez de serem fixos, predeterminados e arbitrariamente determinados, os significados são dinâmicos, intersubjetivos, que emergem dinamicamente na interação social situada e podem construir conhecimentos sobre as coisas do mundo (LANGACKER, 2008; SILVA, 2006). No entanto, para apresentar uma concepção interacional do significado, faz-se necessário pontuar alguns aspectos defendidos por Lakoff (1987, p. xiv), os quais contribuem para a convergência entre a Semântica e a Cognição e, ainda, elucidam que a significação da interação do mundo real (físico) e das nossas experiências corpóreas em interação com o meio. Para o autor,

1. **O pensamento é corporificado** – refere-se à projeção de uma mente encarnada/corporificada, isto é, as estruturas usadas para atuarem no sistema conceptual originam de nossa experiência corpórea e faz sentido a partir dela. Além disso, a nossa compreensão de mundo é decorrente de operações cognitivas conceptuais e experienciais com a existência do mundo real (físico),
2. **O pensamento é imaginativo** – refere-se a capacidade imaginativa que permite o pensamento "abstrato" e leva a mente a fazer associações com outros domínios e ir além do que podemos ver e sentir. A capacidade imaginativa também é incorporada à experiência corporal.
3. **O pensamento tem propriedades gestálticas** – diz respeito às conceptualizações que têm uma estrutura geral, conhecidas como esquemas de imagens que derivam de nossas interações enquanto manipulamos objetos ou nos orientamos no espaço e no tempo.
4. **O pensamento tem uma estrutura ecológica** – refere-se à eficiência do processamento cognitivo, como a aprendizagem e a memória. O pensamento é, portanto, mais do que apenas a manipulação mecânica de símbolos abstratos.

É a partir desses aspectos que o significado se estabelece nas situações socialmente situadas e emerge em meio às nossas experiências enquanto organismos dotados de certa configuração biológica. Lakoff (1987) defende que a experiência corpórea com várias capacidades imaginativas e perceptivas (individuais e socialmente elaboradas) – introduzidas

em um contexto psicológico, biológico e cultural – motiva a construção do significado no pensamento humano e na situação socialmente situada.

Para Lakoff (1987), essa nova visão realista-experencialista propõe uma dinamicidade nas operações de construção de sentido e, ao mesmo tempo, condiciona essa construção de sentido à comunidade linguística, posto que há um mundo físico/real externo que pode ser compreendido a partir da experiência corpórea e biológica do corpo humano. E, é devido a isto, que é possível conhecer a realidade e realizar conceptualizações sobre os objetos no mundo.

Desse modo, o mundo discursivizado é uma ação cognitiva e discursiva que pode conceptualizar a realidade física a partir de (1) um compromisso com a existência do mundo físico/realidade; (2) um reconhecimento que o mundo físico/realidade impõe restrições às conceptualizações (significações das coisas no mundo); (3) uma concepção de verdade/realidade culturalmente e socialmente situada e estabilizada; e (4) um compromisso com a existência de conhecimento estável do mundo, socialmente e culturalmente situada (LAKOFF, 1987).

Conforme Silva (2006a, p. 4-5), o significado linguístico decorre da sua ontologia conceptualista. Para o autor,

- ✓ **o significado é perspectivista:** não reflete objetivamente o mundo, mas constrói-o de acordo com uma determinada maneira ou perspectiva e, assim, de muitas perspectivas diferentes;
- ✓ **o significado é enciclopédico:** intimamente associado ao conhecimento do mundo e, por isso mesmo, não autônomo nem separado de outras capacidades cognitivas;
- ✓ **o significado é flexível:** dinâmico e adaptável às mudanças inevitáveis do nosso mundo e das nossas circunstâncias;
- ✓ **o significado é baseado na experiência e no uso:** na nossa experiência individual corpórea ou biológica e na nossa experiência coletiva, social e cultural e, sempre, na experiência do uso atual da língua.

Assim, a concepção sociointeracional do significado vai se constituindo a partir dos pressupostos teóricos da cognição e semântica, pois conforme Langacker (1987, p. 97) “o significado é um fenômeno mental que deve ser descrito com referência ao processamento cognitivo”. Outro autor que apresenta discussões nessa perspectiva é Talmy (2000). Talmy (2000, p. 4) postula que “a semântica pertence ao aparato conceptual, uma vez que organiza a

linguagem”. Nessa direção, significado é conteúdo mental, é perspectivação sociocognitiva, é conceptualização, porque envolve construções intersubjetivas e cognitivas, a partir de concepções fixas e novas, experiências sensoriais e motoras (corpóreas) e o uso da língua em situações socialmente situadas para estabilizar sentidos sobre coisas do mundo.

4.2 SIGNIFICADO COMO CONCEPTUALIZAÇÃO

Este tópico apresenta uma discussão sobre o significado como conceptualização, uma vez que as atividades discursivas podem conceptualizar e construir versões da realidade. Entender o significado como conceptualização não o torna absolutamente experiencialista nem relativista, pois a conceptualização é uma acomodação mútua entre a mente encarnada, a qual possui a mesma estrutura biológica/corpórea, e os objetos do mundo físico/real, os quais existem na realidade e estão acessíveis à narrativização/discursivização dos sujeitos. É através dessa interação e relação constitutiva, entre mente encarnada e mundo físico, que surgem e se constituem padrões convencionais de atividade a que chamamos linguagem (LANGACKER, 1997).

Conforme Langacker (2008), o significado não é identificado apenas com ‘conteúdos’ conceptuais, mas com a conceptualização, sendo o termo conceptualização escolhido por enfatizar a natureza dinâmica. Para o autor, “mesmo que os ‘conteúdos’ conceptuais sejam tomados como estáticos, a conceptualização não é” (LANGACKER, 2008, p. 30), pois a compreensão do mundo físico, linguístico, social e cultural se desenvolve e se desdobra ao longo do tempo em contextos sociais e negociados pelos interlocutores.

Além dos estudos de Langacker (2008), Silva (2006; 2013) também compartilha da perspectiva de que “a linguagem, pela sua função categorizadora, não reflete objetivamente a realidade, mas impõe uma estrutura no mundo, interpreta-o e constrói-o; donde a natureza perspectivante-perspectivadora da significação linguística” (SILVA, 2013, p. 6).

Nesse sentido, o processo de significação está ligado a uma atividade coletivamente conduzida pela interação nas práticas sociais. No entanto, isso não quer dizer que há uma relativização absoluta do mundo, pois os objetos existem e estão no mundo independente de nossas nomeações. Contudo, o modo como conhecemos esses objetos é, em grande proporção, um conjunto de aspectos culturais, cognitivos e históricos que se estabilizam socialmente.

Para elucidar essa discussão, Marcuschi (2007) nos explica que todos os objetos que compõem o mobiliário do mundo não possuem etiquetas prontas, fixas e determinadas, pois há atividades conceptualizadoras sobre tais objetos que atribuem um efeito de objetividade construído pela intersubjetividade humana, isto é, os objetos que compõem o mobiliário do mundo perpassam por um complexo processo categorial, discursivamente construído para produzir sentidos. Desse modo, o discurso pode conceptualizar sentidos na interação e construir versões de mundo.

Conforme Johnson (1987, p. 38), “nossa corporificação é essencial para aquilo que somos, para aquilo que o significado é, e para nossa habilidade de esboçar inferências racionais e ser criativos”. Nessa perspectiva, o significado é co-construído a partir do nosso corpo em contextos biológicos, sociais, físicos, históricos e carregados de cultura e vivências. Nessa visão, portanto, o significado dá visibilidade ao sujeito “encarnado” (SALOMÃO, 1999), contrapondo-se a concepção de que as categorias são como algo objetivamente construído ou como um espelho da realidade.

Desse modo, o significado de uma expressão linguística não diz respeito a apenas o ‘conteúdo’ conceptual que ela representa, mas também o ‘modo’ como esse conteúdo é construído (SILVA, 2006a). Isso significa dizer que o modo como acessamos as coisas do mundo, a partir do discurso, detém determinadas estruturas cognitivas e semânticas pelas quais construímos perspectivação conceptual, isto é, versões da realidade.

Não se pode, portanto, dicotomizar representações mentais e estruturas linguísticas, pelo contrário, deve-se estabelecer uma relação constitutiva e de interdependência entre cognição e discurso. Assim, as expressões linguísticas são estabilizadas a partir de operações de perspectivação conceptual, na qual uma mesma situação socialmente situada da realidade pode ser construída de modos alternativos e distintos. É essa capacidade cognitiva socialmente situada o motivo maior para esse estudo adotar uma perspectiva conceptualista do significado.

Dentre as abordagens sobre o fenômeno da conceptualização, podemos destacar duas concepções: (1) “*imagery*” imagem convencional postulada por Langacker (1991; 1997; 2008); (2) “*imaging systems*” sistemas imagéticos apresentada por Talmy (2000). Essas abordagens “são as mais representativas da perspectivação conceptual como função central da linguagem e da natureza perspectivista do significado” (SILVA, 2006a, p. 6).

Conforme Langacker (2000), um significado consiste em conteúdo conceptual e em um modo particular de interpretar esse conteúdo. O termo imagem convencional refere-se ao

nosso modo de construir a mesma situação de formas alternativas. Langacker (2008) identifica algumas dimensões importantes da imagética convencional:

- ✓ **Esquematicidade vs. especificidade** – é uma dimensão da conceptualização cujo nível de precisão e detalhe em que uma situação é caracterizada. Assim, uma expressão linguística pode descrever uma situação em detalhes finos, já outras expressões podem revelar apenas algumas características globais. O inverso da especificidade é a esquematicidade. Assim, uma caracterização esquemática é instanciada pela especificações (LANGACKER, 2008).
- ✓ **Plano de fundo “background”** – por meio da expressão linguística, podemos acessar partes específicas do nosso universo conceptual. Refere-se à visão enciclopédica do item lexical, isto é, como parte de seu valor convencional e conceptual, um item léxico fornece acesso direto a um conjunto de domínios cognitivos. Além disso, os domínios cognitivos conseguem acessar conteúdos centrais (no sentido de serem mais acessíveis) em relação aos periféricos (os quais ficam menos acessíveis). Nessa dimensão, a focalização é ainda mais evidente com um item léxico inserido num contexto de uso, numa situação socialmente situada (LANGACKER, 2008).
- ✓ **Proeminência** – a estrutura da linguagem exhibe numerosos tipos de assimetrias que são razoavelmente consideradas questões de destaque. Desse modo, a proeminência refere-se a algo que pode ser saliente de muitas maneiras diferentes, descrever o evento, o objeto como tal não é uma caracterização adequada, mas um ponto de vista sobre o objeto. Na proeminência há os alinhamentos assimétricos perfil/base ou figura/fundo e trajetor/marco “*trajector*”, “*landmark*” – o que organiza, distingue e marca as expressões temporais. Esses alinhamentos remetem para o domínio do tempo e associam (ou desassociam) as características entre dois eventos, em que um precede (ou sucede) o outro (LANGACKER, 2008).
- ✓ **Perspectiva** – se a conceptualização (metaforicamente) é a visualização de uma cena, a perspectiva é a disposição de visualização, cujo aspecto mais óbvio é o ponto de vista assumido. Assim, a perspectiva é dinâmica e se desdobra ao longo do tempo de processamento e diante os contextos de uso (LANGACKER, 2008).

- ✓ **Objetividade e subjetividade** – determinada situação socialmente situada é construída de modo objetivo ou subjetivo. A construção objetiva, portanto, correlaciona-se com a menção proeminente e explícita, e a construção subjetiva apresenta informações que ficam implícitas. Estar implícito não é o mesmo que estar ausente, no entanto, a conceptualização que constitui o significado de uma expressão se estende para além de seu conteúdo explícito, englobando conhecimentos e informações que podem ser recuperadas pelos conceptualizadores que estão em outros domínios cognitivos (LANGACKER, 2008). Silva (2015a) salienta que Langacker entende a subjetividade em termos da dimensão conceptual da perspectiva ou arranjo de visão na relação assimétrica entre sujeito observador/conceptualizador e objeto observado/conceptualizado. Desse modo, a subjetividade é construída no processo pelo qual uma entidade passa de ‘objeto’ a ‘sujeito’ de per/concepção e, consequentemente, conceptualizador/locutor (ou um outro elemento do ato de fala) deixa de ser um observador/elemento externo e passa a fazer parte do conteúdo de conceptualização (SILVA, 2015a).

Assim, de acordo com Langacker (2008), tais dimensões da imagética convencional podem (1) determinar aspectos em detrimento de outros, (2) podem nortear a perspectiva, enfatizando a relevância a partir da qual o evento é visto; e (3) podem realizar abstração de esquematicidade/especificidade para construir compreensões e estabilizar conceptualizações de um evento socialmente situado.

Conforme o autor, “a compreensão global é criada on-line, no contexto da interação discursiva, por conceptualizadores engajados capazes de modelar o significado a partir de qualquer aspecto do seu conhecimento e sensibilidade contextual” (LANGACKER, 1997, p. 248). Podemos dizer que além da sensibilidade e conhecimentos contextuais, estão presentes os sujeitos cognitivos que participam da interação comunicativa e exercem esse papel de contextualizadores.

Desse modo, as capacidades cognitivas humanas podem ser mapeadas a partir da interação entre uma série de mecanismos conceptuais responsáveis pelas operações mentais e uma série de contextos sociais, culturais, históricos e intencionais. Somente por meio dessa interação entre a mente corporificada e o mundo físico, os seres humanos podem construir e estabilizar conceptualizações sobre as coisas do mundo. A significação como conceptualização, portanto, é uma construção produzida pelos sujeitos cognitivos em uma

interação comunicativa socialmente situada, acionando e associando diferentes domínios cognitivos.

Langacker (1997) considera a importância dos aspectos contextuais na visão conceptual do significado, uma vez que a conceptualização estabelece uma relação entre cognição e o conhecimento linguístico, bem como a relação entre cultura, sociedade, cognição e o papel conceptualizador das estruturas semânticas. Para Langacker (1995, p. 108),

o significado reside na conceptualização, no sentido mais amplo do termo. Ele recupera concepções fixas e novas, experiências sensoriais e motoras, concepções instantâneas e aquelas que se deixam descobrir no curso do tempo, e a completa apreensão do contexto físico, social, cultural e linguístico.

Nessa direção, a conceptualização é vista como o *locus* da significação e, ainda, associa a língua à interação sociocultural e a experiência corpórea, descontextualizando as dicotomias entre o que é conhecimento linguístico e extralinguístico. Essas dicotomias são erradicadas por compreendermos que os significados das expressões linguísticas são as próprias conceptualizações, uma vez que as estruturas linguísticas envolvem a compreensão contextual, a abstração dos domínios cognitivos e a correlação com o discurso em uso e socialmente situado.

Além de Langacker (2008), os estudos de Talmy (2000) também apresentam discussões sobre a conceptualização. Para Talmy (2001), as operações de conceptualizações podem ser exploradas a partir de dois sistemas imagéticos: dinâmica de forças e distribuição de atenção. Para o autor, o sistema de dinâmica de forças permite explicar importantes sistemas conceptuais, pois com origem na força física, mas metaforicamente projetado em outros domínios, podemos mostrar o modo como a construção e a estabilização dos sentidos acontece em situações de uso. Na sua forma mais básica, tal sistema envolve uma oposição entre uma entidade que exerce força, a entidade focal ou Agonista, e outra que exerce uma contra-força, o Antagonista, a partir de quatro dimensões: (1) o movimento vs. o repouso; (2) mudança no tempo vs. não mudança; (3) instabilidade vs. estável; (4) influência ('causar') vs. não-influência ('deixar'); e (5) entidade mais forte vs. entidade mais fraca.

No que diz respeito à distribuição de atenção, Talmy (2000) afirma que esse sistema abrange diversos mecanismos, como centro ou foco de atenção, objetivo de atenção, janelas de atenção "*windowing*". Para o autor, as expressões linguísticas podem direcionar a atenção de alguém sobre uma cena. Nesse processo, uma ou mais partes de uma cena serão colocadas em primeiro plano de atenção, enquanto o restante fica em segundo plano. Assim, o modo

como as expressões linguísticas são organizadas norteia esse processo cognitivo e introduz a parte da cena total que deve ser colocada em primeiro plano, como também organiza a parte da cena que deve ser omitida.

Nessa configuração, os sistemas imagéticos propostos por Talmy (2000) têm sido investigados pelos teóricos da cognição, pois esses estudos demonstram e norteiam o modo como os ambientes físicos e as cenas construídas a partir de uma perspectiva influenciam o raciocínio e organizam os contextos de forma a produzir e alterar a compreensão sobre o objeto/ acontecimento ou, metaforicamente, dependem dos contextos para estabilizar e efetuar a compreensão. Esses processos demonstram que a atividade cognitiva depende de muitos agentes e ações, abstratas e não abstratas, funcionando interativamente na construção da conceptualização.

Outro mecanismo importante de conceptualização e de geração de sentidos é a teoria de esquemas imagéticos “*image schema*”, desenvolvida a partir de nossa experiência sensorial e motora, de nossos movimentos no espaço e da nossa manipulação dos objetos, que é projetada em outros domínios cognitivos para gerar uma conceptualização e determinar a sua configuração. Tal teoria é explorada inicialmente por Johnson (1987) e Lakoff (1987, 1990).

Conforme Lakoff (1987, p. 268) há, pelo menos, dois tipos de estrutura em nossas experiências pré-conceptuais:

1. **Estrutura de nível básico:** categorias de nível básico são definidas pela convergência de nossa percepção gestáltica, isto é, nossa capacidade de movimento corporal e nossa capacidade de formar imagens mentais.
2. **Estrutura esquemática da imagem cinestésica:** esquemas de imagens são estruturas que constantemente se repetem em nossa experiência corporal cotidiana: RECIPIENTES, CAMINHOS, LINHAS, FORÇAS, EQUILÍBRIO, e em várias orientações e relações: PARA CIMA – PARA BAIXO, FRENTE – TRÁS, PARTE – INTEIRO, CENTRO-PERIFERIA, etc.

Para o autor, essas estruturas são desenvolvidas e vivenciadas por causa da nossa experiência corpórea e do modo como o nosso corpo interage com o mundo físico. Assim, a estrutura conceptual abstrata surge a partir da estrutura de nível básico e da imagem esquemática: (1) por projeção metafórica do domínio do físico para domínios abstratos; e (2)

pela projeção de categorias de nível básico para categorias superordenadas e subordinadas. Essas estruturas conceituais abstratas são significativas e são entendidas por causa de sua relação sistemática com fenômenos reais e com os esquemas imaginativos. Desse modo, a conceptualização é experiencial e se constrói a partir de nossas interações físicas com o ambiente, uma vez que projeta nas expressões linguísticas esquemas imagéticos baseados em processos perceptivo-conceituais, e ainda considera a experiência corpórea como ativa no processo de conceptualização, funcionando como parte de um mundo físico e social, motivando o que é significativo no pensamento humano (LAKOFF, 1987).

As estruturas conceituais podem ser metaforicamente elaboradas para a compreensão sobre as coisas do mundo. Por exemplo, o esquema CONTAINER define a distinção mais básica entre DENTRO e FORA. Primeiramente, entendemos os nossos corpos como RECIPIENTES, pois podemos ingerir e excretar coisas de nossos próprios corpos. É com base neste esquema: RECIPIENTE – DENTRO – FORA que conseguimos interpretar metaforicamente grande parte da nossa experiência cotidiana. É também a partir desse esquema, por exemplo, que conceptualizamos emoções e estados mentais, posto que o corpo (ou parte dele) funciona, metaforicamente, como um RECIPIENTE de sentimentos, ideias e emoções.

Diante da teoria de esquemas imagéticos proposta por Lakoff (1987); Lakoff & Johnson (1980, 1999) podemos compreender, a partir da metáfora e da metonímia conceituais, outra operação de conceptualização. Os autores afirmam que é por meio da metáfora e da metonímia conceptual que organizamos o pensamento e fazemos associações para entender a linguagem metafórica. Assim, as estruturas esquemáticas e as organizações da imagem cinestésica encapsulam informações que esquematizam o nosso pensamento e o nosso modo de dizer as coisas do mundo. Significar como um ato de conceptualizar, portanto, diz respeito a uma questão de cognição social e não a um fenômeno de base linguística apenas, uma vez que as conceptualizações permitem mobilizar esquemas sensório-motores, a percepção espacial, os esquemas imagéticos, os conhecimentos sociais e culturais e a nossa atuação linguística sobre as coisas do mundo.

Lakoff (1987) afirma que as pessoas compartilham da mesma capacidade geral das estruturas conceituais, no entanto, o modo como as conceptualizações são construídas por meio da língua vai ser variado, posto que a língua possui perspectivas alternativas de dizer a mesma experiência. Nesse sentido, as escolhas lexicais, a especificidade semântica de uma língua, a organização sintática das estruturas linguísticas e as experiências intersubjetivas humanas constroem a conceptualização. Conforme Silva (2006a, p. 14), “a conceptualização

é, pois, necessariamente interactiva: os nossos conceitos, as nossas ‘realidades’ são produtos de mentes individuais em interacção entre si e com os nossos contextos físicos, sócio-culturais, políticos, morais, etc.”

Sob esses pressupostos, compreendemos que a conceptualização está intrinsecamente relacionada às experiências e ao aparato cognitivo que nos permite conceptualizar a realidade por meio da linguagem (LAKOFF; JOHNSON, 2002). Langacker (2008, p. 4) afirma que

conceptualização é baseada na realidade física: consiste na atividade do cérebro, que funciona como parte integral do corpo, que funciona como uma parte integral do mundo. Sentidos linguísticos também são baseados na interação social, sendo negociado por interlocutores com base na avaliação mútua dos seus conhecimentos, pensamentos e intenções.

Assim, o estudo, ora apresentado, também assume a perspectiva de que não há uma relação direta e objetiva entre significado e realidade, visto que conforme defendem os estudos de Lakoff (1987) e Langacker (2008), por exemplo, existem processos imaginativos que são ancorados e ativados na cognição e na cultura para a significação na linguagem humana.

Outra contribuição relevante para o estudo dos processos de conceptualização foi apresentada por Fauconnier (1994, 1997) e Fauconnier e Turner (2002). Os autores apresentam o mapeamento entre espaços mentais e o processo pelo qual podemos encontrar a formação de novas conceptualizações, a partir de espaços mentais distintos, e a construção de sentido, a partir da criação e projeção associativa dos elementos dos espaços mentais pelos sujeitos cognitivos. Essa teoria, dentro de uma das perspectivas da semântica, investiga como a cognição pode atuar na sociedade para estabilizar sentidos sobre a realidade e para estabelecer a integração entre espaços mentais, denominada *mesclagem conceptual*. Conforme Salomão (SALOMÃO, 1997), a *mesclagem conceptual* é uma possibilidade de investigar a emergência da significação tanto no ato cognitivo como social.

A *mesclagem conceptual*, portanto, é outro tipo de perspectivação e projeção conceptual semelhante à da metáfora. Esse processo será detalhado e discutido no capítulo a seguir, pois é o processo que faz parte das categorias teórico-analíticas deste estudo e que apresenta uma possibilidade de nos mostrar o modo como as conceptualizações emergem em meio a integração de diferentes espaços mentais (FAUCONNIER; TURNER, 2002).

É em conformidade com esse construto teórico que consideramos o significado como conceptualização, uma vez que, dentro dessa perspectiva cognitiva e semântica, a conceptualização não é construída autonomamente, ela se constitui na interação socialmente situada entre o mundo físico e a mente corporificada.

4.3 OS PROCESSOS DE CONCEPTUALIZAÇÃO E O SENTIDO SITUADO NO EVENTO IMPEACHMENT/GOLPE

Se o significado é conceptualização, então está relacionado à experiência humana, à interação linguística e sociocognitiva entre mundo físico e os contextos socioculturais. Conforme Langacker (1997; 2008), Lakoff (1987), Lakoff e Johnson, (1999), Talmy (2000), conceptualizamos, verbalizamos, focalizamos a nossa perspectiva e construímos significados sobre as coisas do mundo a partir das mentes corporificadas/encarnadas e em constante interação com as nossas realidades e os sujeitos sociocognitivos.

Não existe cognição desarticulada de um contexto, pois uma perspectiva conceptualista do significado também envolve as dimensões discursivas e pragmáticas da linguagem em que a conceptualização se constrói na interação das situações socialmente situadas. Conforme Silva (2006), as expressões linguísticas se constituem por abstração e convencionalização a partir de eventos de uso. Desse modo, compreendemos que as habilidades cognitivas desenvolvidas individualmente, compartilhadas culturalmente e socialmente, organizam conhecimentos que ajudam os seres humanos a atuar no mundo a partir de conceptualizações e a construir discursivamente versões sobre as coisas do mundo.

A noção de cognição corporificada (*embodied*) sustenta a ideia de que a cognição depende do sistema sensorio-motor do indivíduo, do qual deriva um sistema conceptual que o mantém em contato com o mundo e o compreende a partir de sua forma/experiência corpórea (LAKOFF; JOHNSON, 1999). Assim, a noção de cognição corporificada está ligada à experiência corpórea, cultural e histórica, bem como está na base de nossos sistemas conceptuais e linguísticos para compreendermos e atuarmos no mundo por meio da linguagem.

Desse modo, a estabilização de sentidos e a relação social se tornaram assuntos relevantes aos estudos linguísticos e cognitivos, pois existe uma relação entre os fatores sociais e os fatores biológicos individuais nas conceptualizações e na produção de significação, uma vez que há uma interação entre os aspectos individuais, cognitivos, universais e os aspectos intersubjetivos e sócio-culturais. Assim, uma expressão linguística é

significativa na medida em que pode acionar um conjunto de conhecimentos, seja a partir dos domínios cognitivos propostos por Langacker (1987), dos modelos cognitivos idealizados propostos por Lakoff (1987), dos modelos mentais de van Dijk (2012) ou dos espaços mentais de Fauconnier (1985).

Esses conjuntos de conhecimentos organizam o nosso conhecimento sobre as coisas do mundo e ainda funcionam, em princípio, como um domínio que armazena as experiências. Conforme Silva (2006a, p. 11-12), “estes domínios de experiência envolvem o conhecimento geral do mundo e o conhecimento contextual e, nesta última vertente, a apreensão completa do contexto, incluindo as dimensões discursivas e pragmáticas”. Desse modo, a conceptualização que construímos por meio da/e na língua não é independente da mente e do contexto; pelo contrário, ela envolve a experiência corpórea, cognitiva e os aspectos culturais e intersubjetivos.

Assim, as conceptualizações são produções cognitivo-discursivas que se dão em níveis mentais/individuais e estabelecem relações com os níveis sociais, entendendo a mente como uma construção intersubjetiva e social que elabora sentidos discursivos, a partir de diferentes dispositivos e processos. Ainda sobre a construção da conceptualização em uma situação socialmente situada, Fauconnier e Turner (1996, p.113) asseveram que os pacotes conceptuais são construídos como pensamos e falamos, para fins de compreensão. Eles estão interligados e podem ser modificados conforme o pensamento e o desdobramento do discurso. Neste sentido, a linguagem não reflete diretamente o mundo nem a realidade existe por si mesma, mas se constrói pelas ações de conceptualização.

Conforme Fauconnier (1994, p. 18), “a linguagem não realiza, ela mesma, a construção cognitiva – ela ‘apenas’ nos dá pistas mínimas, mas suficientes, para encontrar domínios e princípios apropriados para a construção em uma dada situação”. A partir dessa concepção de linguagem, compreendemos que a conceptualização de sentidos de um item lexical, de uma sentença ou de um texto não se estabelece apenas pela materialidade linguística, mas sim pelos aspectos sociais e cognitivos, os quais envolvem conceptualizações, conhecimentos de mundo e objetos *de* discurso.

As conceptualizações sobre o evento indicam que “a linguagem não ‘representa’ o significado; ela remete à construção do significado em contextos particulares contendo modelos culturais particulares e recursos cognitivos” (FAUCONNIER, 2003, p. 2). De acordo com Lakoff, ([1987]1990, p. 292), “o significado não é uma coisa; ele envolve aquilo que é significativo para nós. Nada é significativo em si. Significação deriva da experiência de funcionar como um ser de certo tipo em um ambiente de certo tipo” (LAKOFF, [1987]1990,

p. 292). Nessas perspectivas, os significados são conceptualizações construídas pelas expressões linguísticas e estão relacionadas ao seu contexto de uso, isto é, o modo como percebemos, compreendemos, categorizamos e conceptualizamos resulta de atividades contínuas e situadas, que se dão na interação social.

Vamos observar a construção da conceptualização do evento impeachment/golpe no discurso jornalístico. Os textos, a seguir, foram retirados do jornal O Globo no mês de abril de 2016.

Figura 6 - Algumas edições do jornal O Globo do mês de abril de 2016.



Diante das capas dessas edições, vemos que o discurso jornalístico conceptualiza o evento sendo impeachment, uma vez que enfatiza, várias vezes, o item lexical impeachment nas práticas sociais e destaca, no uso, apenas uma perspectiva sobre o evento. Nessa direção, a conceptualização construída pelo discurso jornalístico, a princípio e a partir da circulação dos textos, tenta estabilizar a conceptualização do evento sendo impeachment em situações comunicativas socialmente situadas e em interações sociais.

O discurso jornalístico além de validar apenas uma conceptualização sobre o evento, imprimindo-a como a conceptualização d' 'a realidade', enfatiza a conceptualização que condiz com as perspectivas e posicionamentos dos grupos hegemônicos. O evento poderia ter outras possibilidades de conceptualização, entretanto, a organização discursiva realizada pela mídia satura as possibilidades de produção de sentido a nível sintático, proporcionando um efeito de 'versão única', ou 'versão da realidade', como é o caso desse evento.

A quantidade de vezes e o modo como essa conceptualização é construída e veiculada pelo discurso jornalístico estabiliza a conceptualização do evento como impeachment, como "a realidade" na sociedade brasileira, isto é, como um objeto que não é passível de interpretação, pois "a realidade" já está dita. Contudo, vemos que todo objeto da realidade é exposto a uma interpretação intersubjetiva e é construído a partir de uma perspectivação, ou seja, esse evento pode apresentar várias possibilidades de sentidos a depender da experiência sócio-histórica-cultural e política.

Assim, a conceptualização desse evento passa por um complexo processo de construção de sentido, ideologicamente orientado, o qual constrói discursivamente e cognitivamente um contexto político e histórico do Brasil no discurso jornalístico. Desse modo, observar os desdobramentos e a estabilização de sentidos do evento no discurso jornalístico como um processo cognitivo e discursivo é refletir, sob uma perspectiva contínua e complexa, como as conceptualizações da realidade diluem, ocultam e sobrepõe outras possibilidades de sentido.

Podemos dizer que a construção das conceptualizações do evento pode ser vista a partir de "camadas de sentido", em que ao destacar o evento apenas com a conceptualização de impeachment, tal conceptualização tem sua camada revelada e exposta na superfície, enquanto a camada da conceptualização de golpe está imersa, escondida. Vale salientar que nesse movimento de destacar e tentar ocultar, não se trata de escolher uma ou outra conceptualização. É mostrar que as duas existem, porém a conceptualização do evento sendo impeachment é destacada no discurso da mídia tradicional. Vejamos a figura 7 que apresenta o esquema de camadas de sentido:

Figura 7 - Camadas de sentidos na construção das conceptualizações do evento.



A partir dessa figura, queremos evidenciar que as conceptualizações não se excluem, mas formam camadas de sentidos que são estabilizadas no discurso jornalístico por meio de três movimentos discursivos distintos:

1. Ao construir a conceptualização do evento sendo impeachment, o discurso jornalístico aciona uma memória sobre acontecimentos ocorridos na história política do Brasil, como é o caso dos processos de impeachment que marcaram a história do país;
2. A conceptualização do evento sendo impeachment envolve aspectos das esferas política e jurídica. No entanto, no discurso jornalístico, o impeachment ganha maior relevância na esfera jurídica para garantir a construção da “legalidade Constitucional” e atuar na conceptualização do evento como impeachment. Isto é, o discurso jurídico assegura a conceptualização do impeachment, uma vez que o processo segue os trâmites da Constituição, enquanto a conceptualização do golpe, portanto, circula pela negação junto desse discurso dominante do domínio jurídico.
3. Ao analisarmos a conceptualização do evento como golpe, outro acontecimento que marcou a história política do país, o golpe de 1964, os jornais apresentam discursos que desarticulam esse evento de 2016 ao golpe de 1964, enfatizando as diferenças entre os dois eventos e, ainda, atribuindo aspectos negativos ao governo de Dilma Rousseff.

Em conformidade com essas reflexões, vamos aprofundar esses três movimentos na construção da conceptualização do evento. No que se refere ao primeiro movimento, o discurso jornalístico retoma a história do impeachment e as tentativas de impeachment no país. Vejamos a história e o rito do impeachment postulados pelo jornal o Globo no dia 14/12/2015.

Figura 8 - Jornal O Globo, 14/12/2015.

O GLOBO MENU BRASIL COMPARTILHAR BUSCAR CLIQUE E ASSINE

A história e o rito do impedimento

Saiba mais sobre as origens do impeachment e os casos no país

A PALAVRA "impeachment", na forma inglesa, vem do verbo "impeach", anteriormente grafado como "empeach". O verbo expressa a ideia de ser pego, preso ou impedido, e deriva do latim *impedicare*, que indica a mesma situação

ORIGEM
O instituto do 'impeachment' nasceu na Inglaterra para julgar os ministros do Rei. A **Câmara dos Comuns** fazia as acusações contra os ministros e a **Câmara dos Lordes** era responsável por julgá-las. A natureza institucional do impeachment foi modificado ao longo do tempo

IMPEACHMENT NOS EUA
O modelo é político, inspirado pela experiência inglesa. Na definição de **Alexis de Tocqueville**: "O fim principal do julgamento político é retirar o poder das mãos do que fez mau uso dele, e de impedir que tal cidadão possa ser reinvestido de poder no futuro"

IMPEACHMENT NO BRASIL
No Império, já na **Constituição de 1824**, havia o impeachment, inspirado no exemplo inglês, de uso criminal. Ministros poderiam ser julgados e receber sanções do Senado. A Constituição republicana de 1891, inspirada pelos EUA, mudou a concepção para um julgamento político

OS PROCESSOS E AS TENTATIVAS DE IMPEACHMENT NO PAÍS

TEMPO DE GOVERNO	Presidente	Período	Detalhes
19 anos e 8 meses	GETULIO VARGAS	1930-1945 E 1951-1954	Atuado em denúncias, Getúlio Vargas conseguiu fazer com que uma ação de impeachment fosse rejeitada por 136 votos contra 35. No "mar de lama" denunciado pela imprensa contra o presidente pesavam acusações de tentar implantar uma República sindicalista
2 anos e 9 meses	FERNANDO COLLOR	1990-1992	Eleito em 1989, foi expulso da Presidência. As denúncias de corrupção surgiram em fevereiro de 1992. Em 29 de setembro, a Câmara autorizou o processo de impeachment por 441 votos a 38. No dia 29 de dezembro, Collor renunciou, mas foi condenado pelo Senado por 76 votos a 3
8 anos	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	1995-2003	Contra Fernando Henrique Cardoso foram apresentados 14 pedidos de impeachment. Então presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB) mandou arquivá-los. Quando o pedido de um deputado foi engavetado, a oposição recorreu ao plenário, mas o governo sepultou o pedido por 342 votos a 100
4 anos e 11 meses	DILMA ROUSSEFF	2011-2015	O pedido de impeachment aceito é um entre os 34 que foram entregues à Câmara. Ao aceitar o pedido, Eduardo Cunha disse que a presidente Dilma cometeu crime de responsabilidade, pois o governo teria liberado verba por meio de seis decretos no valor de R\$ 2,5 bi sem autorização do Congresso.

Nessa retrospectiva elaborada pelo jornal O Globo, o evento de 2016 continua sendo conceptualizado de impeachment e não apresenta a conceptualização de golpe. O jornal apresenta uma trajetória histórica que perpassa a origem do impeachment na Inglaterra até a entrada do processo de impeachment de Dilma Rousseff em 2015. O jornal ainda destaca que, no Brasil, houve duas tentativas de impeachment e dois processos que conseguiram destituir os presidentes. No governo do presidente Getúlio Vargas foi iniciada uma ação de impeachment, mas o processo foi rejeitado na Câmara Federal por 136 votos contra 35, e 40 abstenções.

Em 1992, várias denúncias de corrupção resultaram na abertura do processo do impeachment do presidente Fernando Collor de Melo. A Câmara autorizou o processo por

441 votos a 38. Em dezembro, Collor renunciou, porém, foi condenado pelo Senado por 76 votos a 3. No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso também houve pedidos de impeachment, no entanto, o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB), mandou todos para o arquivo. O primeiro pedido de impeachment havia sido formulado pelo deputado Milton Temer (PT). Quando o requerimento foi arquivado, a oposição recorreu ao plenário, mas o governo conseguiu a reprovação do pedido com 342 votos a 100. Em 2016, a presidenta Dilma Rousseff é afastada da presidência do Brasil.

No dia 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados aprovou o andamento do processo de impeachment, 367 deputados votaram a favor e 137 votaram contra. Enviado para o Senado e após três meses de tramitação do processo iniciado, com a votação definitiva no plenário no dia 31 de agosto de 2016, a presidenta Dilma Rousseff perdeu o cargo de Presidente da República por 61 votos a favor do impeachment e 20 votos contra.

O discurso jornalístico controla a circulação e a conceptualização do evento sendo impeachment, por meio da comparação entre outros processos anteriores e das reconstruções sociais e políticas do Brasil. Nessa perspectiva, vemos que, ao controlar a circulação dos discursos e tentar estabilizar, de modo enfático, a conceptualização de impeachment, o discurso jornalístico não torna possível a conceptualização do evento como golpe, pois tal conceptualização circula à margem da conceptualização de impeachment.

No que se refere ao segundo ponto, vamos analisar a construção do evento a partir da negação da conceptualização do golpe e o modo como o discurso jornalístico organiza as estruturas textuais discursivas do discurso jurídico para assegurar a construção da “legalidade Constitucional” e atuar na conceptualização do evento como impeachment. Vejamos, a seguir, a **negação** da conceptualização de golpe:

Quadro 4 - Estruturas discursivas sobre a negação do golpe.

CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS SOBRE A NEGAÇÃO DO GOLPE	
✓	Os ministros Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Celso de Mello já se posicionaram publicamente refutando que impeachment possa ser reconhecido como um “golpe” (Jornal O Globo, 29/03/2016);
✓	Relator do tema na Corte também defendeu que processo não é golpe, como já fizeram três ministros. (Jornal O Globo, 29/03/2016);
✓	Collor, ex-presidente não vê golpe [...] “o país não vive qualquer clima de golpe.

O que o povo brasileiro deseja é decência e firmeza traduzida na transparência e probidade no trato da coisa pública. (Jornal O Globo, 31/08/2016);
✓ Cunha, presidente da Casa, nega golpe. (Jornal O Globo, 31/03/2016);
✓ Aos 82 anos, sociólogo e fundador do PT diz que impeachment de Dilma não é golpe, mas aposta que ele não se concretizará. (Jornal O Globo, 03/04/2016);
✓ Não há golpe em curso, diz Temer, em reação a Lula. (Jornal O Globo, 03/04/2016);
✓ Para Cármen Lúcia, impeachment não é golpe se Constituição for respeitada (Jornal Folha de S. Paulo, 23/03/2016);
✓ Assim como não houve golpe contra Collor, não há também contra Dilma. (Jornal O Globo, 17/04/2016);
✓ Imprensa internacional não chama impeachment de golpe. Diário francês Le Monde em seu editorial “Brasil: isto não é um golpe de Estado, afirma que é uma retórica infeliz usar a palavra golpe. (Jornal Folha de S. Paulo, 29/04/2016);

Entre os vários aspectos que poderíamos explicitar nesses trechos, apontamos, por enquanto, **a negação da conceptualização do evento sendo golpe** na sequência textual-discursiva. Destacamos esse aspecto pela sua relevância e recorrência na construção do sentido dos textos, assim como na própria construção da conceptualização do evento impeachment/golpe. A partir desses trechos, identificamos que a conceptualização de golpe emerge pela negação, isto é, ao tentar evidenciar a conceptualização de impeachment, o discurso jornalístico utiliza a negação para diluir e tentar esvaziar, ocultar a conceptualização do evento sendo golpe. Entretanto, o uso da negação é atestar na/por meio da língua a existência da conceptualização de golpe.

O evento já é trazido como um “não golpe”, pois em todas as ocorrências apresentadas anteriormente, independente da maneira como o evento é categorizado, a construção linguística apresentada pelos jornais é “não é golpe”. Isso é relevante destacar, posto que o que circula sintaticamente são predicados nominais de negação com um sujeito já construído e estabilizado de impeachment. Nesses casos, a própria estrutura linguística acusa

que a conceptualização de impeachment é dizer “da realidade”, “da verdade”, enquanto os dizeres sobre o golpe é uma versão a ser negada.

Ressaltamos que a negação do golpe na sequência textual-discursiva é uma atividade discursiva de destacar a conceptualização de golpe, ou seja, é uma forma de apresentar que as conceptualizações não se excluem ou se anulam, mas coexistem. A negação, nesse estudo, é de extrema relevância não só para a construção da conceptualização do evento, mas para observarmos que a compreensão da realidade estabilizada pelo discurso jornalístico é uma possibilidade interpretativa da realidade. Vejamos, novamente, alguns trechos a seguir:

Quadro 5 - Conceptualização de impeachment e negação do golpe.

CONCEPTUALIZAÇÃO DE IMPEACHMENT E NEGAÇÃO DO GOLPE
1. Os ministros Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Celso de Mello já se posicionaram publicamente refutando que impeachment possa ser reconhecido como um “golpe”
2. Relator do tema na Corte também defendeu que processo não é golpe , como já fizeram três ministros.
3. Para Cármen Lúcia, impeachment não é golpe se Constituição for respeitada.
4. Imprensa internacional não chama impeachment de golpe.

Apesar de vermos a coexistência das duas conceptualizações, impeachment e golpe, verificamos, mais uma vez, que a camada da conceptualização sendo impeachment se sobressai. Notemos nos exemplos acima que, antes da negação, o discurso já traz o evento categorizado por **impeachment/processo** e em seguida é que aparece a negação. Essa estrutura e regularidade textual-discursiva aponta para o fato de que a conceptualização de golpe circula na sociedade como interpretação da realidade e a conceptualização de impeachment circula como “a realidade”.

No caso da conceptualização do impeachment, há um elemento adicional, que é a negação da conceptualização do golpe asseverada pelo Poder Judiciário, como vimos anteriormente nos trechos dos textos. Conforme Pérez-Linan (2016),

o Poder Judiciário, por outro lado, tende a ser menos estratégico no uso da informação do que as fontes internas do governo, porque geram investigações como parte de um processo legal, relativamente público. Porém, está claro que o Poder Judiciário também filtra informações para a imprensa com fins políticos. O caso do juiz Sérgio Moro foi muito claro. A divulgação da ligação interceptada entre Dilma e Lula foi um cálculo estratégico para impedir que Lula se tornasse ministro e que as investigações saíssem das mãos do juiz. Então, é possível dizer que todos os atores, inclusive o setor judicial, utilizam os filtros da imprensa como estratégia política.

Nessa perspectiva, além da negação nessa construção da conceptualização, vemos, também, o modo como o discurso jornalístico destaca a esfera jurídica ao negar a conceptualização do evento como golpe e assegurar a “legalidade Constitucional” nos trâmites do evento. A conceptualização do evento sendo impeachment está associada, na atividade discursiva, aos discursos da esfera política e jurídica, a saber:

pedaladas fiscais – votação na Câmara dos deputados – votação no Senado – votação em plenário – decretos – defesa – acusação – crime de responsabilidade – decisões do Supremo Tribunal Federal

A partir dessa construção das conceptualizações, compreendemos como as camadas de sentidos são organizadas pelo discurso jornalístico, indicando uma ação discursiva na construção da conceptualização do evento e evidenciando confrontos e movimentos os quais implicam aspectos ideológicos, políticos e a historicidade dos sentidos.

Outro aspecto que é saliente na construção da conceptualização do evento é a desarticulação dos aspectos do golpe de 1964 na conceptualização do evento de 2016.

Para compreendermos a ligação entre o golpe de 64 e a conceptualização de golpe nesse evento é necessário fazermos um resgate histórico e político sobre os golpes de Estado. Durante o século XX, a América Latina foi marcada por golpes de Estado com intervenções militares de todo o tipo (PÉREZ-LINAN, 2007). Com o fim da Guerra Fria, recorrer às Forças Armadas era uma atitude comum para resolver problemas que acarretassem manifestações sociais.

Em decorrência disso, na década de 1960, vários golpes de Estado eclodiram na América Latina e iniciaram ciclos de ditaduras que provocaram transformações políticas, sociais e econômicas. Conforme Pérez-Linan (2007), os golpes na América Latina

retrocederam em algumas regiões, mas os presidentes eleitos foram obrigados a se afastar do poder como resultado de crises recorrentes. Na figura 9, a seguir, vemos alguns países:

Figura 9 - Golpes de Estado na América Latina. Elaboração nossa.



Diante desse grande cenário de golpes na América Latina, destacamos o golpe de 1964 no Brasil. No Brasil, o presidente João Goulart (1961-1964), eleito democraticamente pelo povo através do voto direto, tentou mobilizar apoio de massas ao enfrentar uma crescente crise econômica e crescentes demandas populares. Em março de 1964, Goulart anunciou um programa de governo que acarretaria mudanças no âmbito econômico e social do país e, ainda, afetaria diretamente os grupos hegemônicos do Brasil, reforma agrária, nacionalização de refinarias de petróleo, legalização do Partido Comunista e mudança constitucional (PÉREZ-LINAN, 2007). Essas medidas foram vistas como uma ameaça ao Brasil.

Em abril, as forças armadas e os militares solicitaram poderes extraordinários para controlar essas atividades denominadas comunistas, mas o Congresso recusou. Em resposta à

recusa, as forças armadas emitiram o primeiro Ato Institucional (AI), estabelecendo, entre outras coisas, a suspensão dos direitos políticos de mais de 150 líderes e os termos de 44 membros do Congresso - a maioria deles do PTB de Goulart e a eleição indireta do presidente e da autoridade do Ministério das Finanças. O novo Congresso ratificou o general Castello Branco como o novo presidente do Brasil (PÉREZ-LINAN, 2007).

Essa trama acarretou em um novo ciclo na frágil democracia brasileira, culminando em vinte e quatro longos anos de uma ditadura militar, um dos capítulos mais tristes e sombrios da história política e social do Brasil, salienta Toledo (2014). Assim, o golpe civil e militar de 64 foi um movimento que marca a história política do Brasil e revela uma memória de torturas e violências. Para Napolitano (2014), o autoritarismo implantado em 1964, apoiado pela coalizão que reunia liberais e autoritários tinha dois objetivos, (1) afastar as lideranças políticas e sindicais comprometidas com o reformismo trabalhista; e (2) cortar os laços organizativos dos movimentos sociais de base popular, como o movimento operário e camponês. À medida que essa coalizão ditava as regras e os movimentos contestavam, o governo aumentava a repressão e a estrutura autoritária desse regime tornava-se mais violenta e repressora.

Em 2016, em decorrência da destituição da presidenta Dilma Rousseff orquestrada por acordos políticos e sem comprovação de crime de responsabilidade, há também a possibilidade do evento ser conceptualizado de golpe, imprimindo outra compreensão aos fatos, conferindo outra perspectiva ao evento e formando uma camada de sentido. Essa conceptualização passa a existir a partir desse resgate na cognição social. No entanto, esses golpes, ao longo do tempo e da história, vão se transformando e acionando certos contextos e específicas recorrências. Desse modo, o que tenta ser ocultado pela mídia, de algum modo, é relevante e constitui a conceptualização de golpe, na atividade discursiva.

Possenti (2016) afirma que um impeachment pode ser visto como um golpe por outros meios, isto é, pode existir golpes que não utilize de força ou de violência. Nessa perspectiva, a conceptualização de golpe coexiste com a conceptualização de impeachment, já que a conceptualização de impeachment pode ser um golpe disfarçado de legalidade. A construção da conceptualização do evento sendo golpe emerge não apenas da tramitação e da esfera jurídica, mas sim dos acordos políticos¹³. O fato do evento estar em conformidade constitucional, fato tão destacado pela mídia, é um indício de que o processo caracteriza um ato jurídico. Entretanto, o evento possui duas esferas, ele é tanto jurídico quanto político.

¹³ Como veremos a seguir na análise de áudios e textos que circularam no discurso jornalístico.

Assim, o ponto central da construção discursiva realizada pela mídia é destacar a esfera jurídica e desarticular esse evento do golpe de 64. Nesse movimento discursivo de desarticulação e “desconstrução”, o discurso jornalístico atribui novas predicções ao termo golpe.

Para explicitar isso, é necessário apresentar o modo como o discurso dos jornais concebe e organiza a conceptualização de golpe, vejamos o quadro abaixo:

Quadro 6 - Estruturas discursivas sobre o golpe.

CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS SOBRE O GOLPE
✓ O senador Cássio Cunha Lima (PB), líder do PSDB no Senado, também lembrou a palavra dita e repetida pelo PT. Ao questionar Dilma, ele disse que a presidente afastada fez um discurso político, seguindo um “script pronto” para responder às perguntas. O tucano refutou a tese do PT e disse que golpe é se eleger “mentido para o país”. Não pode haver golpe numa mesa composta por chefes dos Poderes da República. Golpe é vencer eleições mentindo ao país, golpe é quebrar a Petrobras, golpe é fazer terrorismo contra os mais pobres como fez em todas as eleições o partido de Vossa Excelência. (Jornal O Globo, 30/08/2016);
✓ Relator refuta ‘golpe’ e pede saída de Dilma - Presidencialismo sem possibilidade de impeachment é monarquia absoluta, é ditadura. Por isso que o mecanismo foi previsto em todas as nossas as Constituições e, inclusive, já utilizado sem traumas institucionais. Nunca se viu golpe com direito e ampla defesa, contraditório, com reuniões às claras, transmitidas ao vivo. Não admito que se diga que há um golpe no Brasil [...]. Não há golpe. Sabe o que está aparecendo esse negócio de golpe? golpe, golpe, golpe ... Já está parecendo uma diarreia verbal que ninguém suporta mais! Afirma, Ronaldo Fonseca. (Jornal O Globo, 05/05/2016);
✓ Já saio como um herói. Fiz um trabalho de herói. Golpista é ir contra a vontade popular. É querer se perpetuar no poder, disse Jovair Arantes. (Jornal O Globo, 12/04/2016);

✓	Dilma cogita retirar menção a golpe em carta aos senadores [...] Dilma ainda elabora como qualificará o impeachment se o chamará de golpe ou não. (Jornal O Globo, 11/08/2016);
✓	A Sra. Presidente da República insistiu no erro de tachar de “ilegal” e “golpista” a ação dos senhores deputados, omitindo propositadamente que o rito do impeachment foi determinado pelo Supremo Tribunal Federal , nos julgamentos das inúmeras e frustradas tentativas de seu governo de impedir a atuação do poder legislativo. “O Impeachment foi cancelado pela Suprema Corte do Brasil”, diz a nota. (Jornal O Globo, 29/03/2016);
✓	Ministros do STF: Dilma ofende instituições ao falar em golpe Toffoli, Gilmar e Celso de Mello criticam acusação e dizem que processo segue regras (Jornal, O Globo, 20/04/2016).

Dentre esses trechos, destacamos o paralelismo sintático, “**golpe é**”:

1. **Golpe é** vencer eleições mentindo ao país;
2. **golpe é** quebrar a Petrobras;
3. **golpe é** fazer terrorismo contra os mais pobres;
4. **Golpista é** ir contra a vontade popular;

Ao longo da construção discursiva, os jornais mostram o que é golpe, desarticulando dos atos violentos do golpe de 64 e, ao mesmo tempo, atribuindo uma ‘nova’ significação a esse item lexical. Desse modo, essas estruturas linguístico-discursivas norteiam a compreensão do evento, desconstruindo a conceptualização do evento como golpe e construindo novas predicções ao acionar a memória de golpe.

E, nesses dizeres, “**vencer eleições mentindo ao país; quebrar a Petrobras; fazer terrorismo contra os mais pobres; e ir contra a vontade popular**”, os jornais além de linearizar e construir características negativas para o governo de Dilma, imprimem à conceptualização de golpe novos atributos ao termo ‘golpe’, (re)orientando a representação discursiva do evento ao longo do tempo e espaço. Vale salientar que essas predicções atuam fundamentalmente na construção discursiva do que é noticiado na mídia e, ainda, destacam a conceptualização do evento sendo impeachment.

Nesse caso, a construção da conceptualização do evento sendo impeachment é estabilizada e construída a partir de atributos negativos do que é ‘golpe’, isto é, há um deslocamento discursivo em que a conceptualização do evento sendo golpe é ocultada e esvaziada pelo que está posto como golpe. Golpe, nessa construção, é “*estar contra o povo*”; e por isso estar contra o povo não é retirar o poder de Dilma Rousseff e sim ‘*quebrar a Petrobras*’ e ‘*fazer terrorismo contra os mais pobres*’.

Outro deslocamento discursivo acontece, “**Presidencialismo sem possibilidade de impeachment é monarquia absoluta, é ditadura**”. Assim, “ditadura” aciona uma memória do golpe de 64, contudo, o modo como está posto, construído e estabilizado é o contrário, “se não houver a destituição de Dilma é ditadura/ é golpe”. Ora, o golpe não se concentra mais em atitudes violentas, nem repressão contra a classe oprimida. O golpe é deixar Dilma “eternizar” os governos do PT, é tornar uma monarquia absoluta.

Portanto, a conceptualização de golpe circula pela (1) negação do golpe junto do discurso dominante do domínio jurídico; e pela (2) (re)organização discursiva do que é golpe, isto é, o discurso jornalístico apresenta um deslocamento discursivo do significado de golpe. O termo golpe foi deslocado do discurso de Dilma e seus aliados – “como, por exemplo, golpe é um processo de tomada de poder antidemocrática”– e foi utilizado com outro significado, acionando uma memória que evoca outras discursividades – “como destacar construções violentas do golpe de 64 “quebrar”, “fazer terrorismo”, “ir contra a vontade popular” e associar ao que Dilma designa golpe”.

Nessa perspectiva, a conceptualização do evento sendo golpe é construída discursivamente a partir da perspectiva dos grupos hegemônicos, seja por meio da negação, seja por meio dos deslocamentos de significados e de evocar uma memória compartilhada por um contexto social, político e histórico de 1964. Assim, essa conceptualização do evento sendo golpe, construída pelos jornais, além de deixar em evidência a conceptualização de impeachment, oculta e tenta dar um efeito de homogeneidade a diversidade dos modos para os dizeres sobre a conceptualização do golpe.

Diante dessas análises, portanto, o que se verifica é que a camada de sentido sobre a conceptualização do evento sendo golpe apresenta formulações textuais-discursivas cuja organização semântica e sintática circula com a presença do discurso dos poderes legislativo e o judiciário e, ainda, estes, atribuem ao governo Dilma aspectos negativos e violentos.

Refletir sobre essas construções e modos de conceptualizações da realidade é discutir como os significados linguísticos integram dimensões perceptivas, funcionais, interacionais, subjetivas e axiológicas (SILVA, 2006a). O discurso jornalístico se torna um espaço de

construção das conceptualizações que apresenta um ato de projeção de uma perspectiva sobre um determinado evento socialmente situado.

A partir da discussão exposta nesse tópico, compreendemos que as conceptualizações constituídas pelo discurso jornalístico sobre o evento são construções da realidade orientadas pelas nossas experiências individuais e intersubjectivas nunca neutras, nunca “ingênuas”, mas repleta de movimentos, confrontos e embates ideológicos para estabilizar uma conceptualização e ocultar outras.

5 MESCLAGENS CONCEPTUAIS: *ESTRATÉGIA COGNITIVA NA CONCEPTUALIZAÇÃO DO EVENTO*

Este capítulo pretende apresentar uma discussão teórica sobre a Teoria dos Espaços Mentais e o processo da mesclagem conceptual, explicitando e discutindo como as mesclagens conceptuais atuam no discurso jornalístico para construir conceptualizações sobre o evento impeachment/golpe e, ao mesmo tempo, apontando a mesclagem conceptual como uma estratégia cognitiva que emerge no discurso para guiar a compreensão dos leitores/ouvintes sobre as situações socialmente situadas.

Conforme Fauconnier e Turner (2002, p. 102), “os espaços mentais estão interconectados na memória de trabalho e podem ser modificados, atualizados e, também, podem ser usados para modelar mapeamentos dinâmicos no pensamento e na linguagem”. Nessa perspectiva, fazemos uma discussão sobre a integração das redes conceptuais e os mapeamentos dos elementos nos espaços mentais evidenciando como os elementos se conectam, se correspondem e produzem a mesclagem. De acordo com Fauconnier (1997, p. 168), quando as mesclagens conceptuais surgem “se tornam uma nova interpretação da realidade”. A mesclagem conceptual, portanto, é um processo cognitivo que se refere “a estruturas conceptuais locais, uma vez que é construída dinamicamente e criativamente na memória de trabalho” (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 103). Desse modo, a mesclagem conceptual é uma importante estratégia cognitiva que constrói numa nova conceptualização no discurso e pode orientar o que pensamos ou falamos numa ação local e criativa.

Silva e Falcone (2015) postulam que as estratégias discursivas implicam processos cognitivos sobre as situações sociais para conceptualizar sentidos sobre o mundo e construir perspectivas conceptuais na interação social, ou seja, as coisas do mundo passam por uma discursivização mediada pela cognição para construir significados. Assim, não podemos separar representação mental e interação discursiva, nem pensamento e (inter)ação, nem, consequentemente, cognição e discurso.

Este estudo chama a atenção para o fato de que a mesclagem conceptual torna-se um meio eficaz de persuasão, de estabilização de sentidos e uma possibilidade de analisar as dimensões ideológicas no discurso (HART, 2010). Tal compreensão destaca a importância do discurso nos estudos da mesclagem conceptual e, ainda, instala a mesclagem conceptual numa perspectiva cognitiva e discursiva, ampliando as possibilidades de entendimento dos processos interacionais.

5.1 DOS ESPAÇOS MENTAIS À EMERGÊNCIA DE UMA NOVA CONCEPTUALIZAÇÃO NA MESCLAGEM CONCEPTUAL: *CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS*

A teoria dos espaços mentais, desenvolvida à luz da Linguística Cognitiva, tem como aspecto central investigar a criação de uma rede de espaços da qual podemos produzir sentidos por meio dos discursos (FAUCONNIER; SWEETSER, 1996). Essas operações mentais podem ser construídas, estruturadas e ligadas, em situações socialmente situadas, a partir da gramática, da cultura e do contexto.

Assim, quando discursivizamos as coisas do mundo e, conseqüentemente, a realidade, estamos acionando e mobilizando vários conhecimentos que são associados a outros conhecimentos, à medida que o discurso evolui, para construir significados. Esses conhecimentos evocados pela nossa mente referem-se às operações mentais que se aplicam a partir, dentro e entre os espaços mentais quando pensamos, agimos ou nos comunicamos (FAUCONNIER, 1997).

Para Fauconnier (1997), os espaços mentais representam estruturas conceptuais que organizam conhecimentos em diferentes contextos, e a partir deles, podemos analisar as operações mentais, projetar domínios e observar como esses espaços se integram para produzir significação em suas interações sociais na linguagem.

Desse modo, podemos compreender que a realidade, assim como é contada/discursivizada, é uma construção cognitiva e discursiva sobre as coisas do mundo, a qual resulta de operações mentais e linguísticas, associações, analogias, mapeamentos entre espaços mentais. Tais espaços são parcialmente estruturados, ativados e conectados a partir da cultura, das experiências e do contexto.

Conforme Fauconnier e Sweetser (1996), a linguagem nos permite falar não só sobre o que é, mas também o que poderia ser, o que será, do que se espera, do que se acredita, do que aconteceu, do que poderia ter acontecido, dentre outras situações. Nessa perspectiva, a linguagem pode construir discursivamente uma versão da realidade, a partir de processos como o das mesclagens conceptuais, cujos sentidos são estabilizados socialmente na situação comunicativa, uma vez que é inerente à cognição humana contextualizar, acessar informações a partir de perspectivas intersubjetivas e culturais (FAUCONNIER; SWEETSER, 1996, p. 8).

Nessa construção discursiva e cognitiva sobre o evento, a teoria dos espaços mentais postulada por Fauconnier (1994; 1997) é relevante, posto que apresenta uma das formas da

mente humana usar a linguagem, em contextos sociais, como um instrumento cognitivo. De acordo com essa teoria, há quatro ou mais espaços mentais envolvidos no processo que origina um novo sentido: (1) espaço genérico; (2) dois ou mais *inputs*; (3) espaço-mescla ou *blending*. Esses espaços mentais são constituídos por estruturas conceptuais de conhecimentos, situados socialmente, que se associam – a partir de projeção, combinação e mistura – entre os espaços para construir uma nova conceptualização (FAUCONNIER, 1994; 1997).

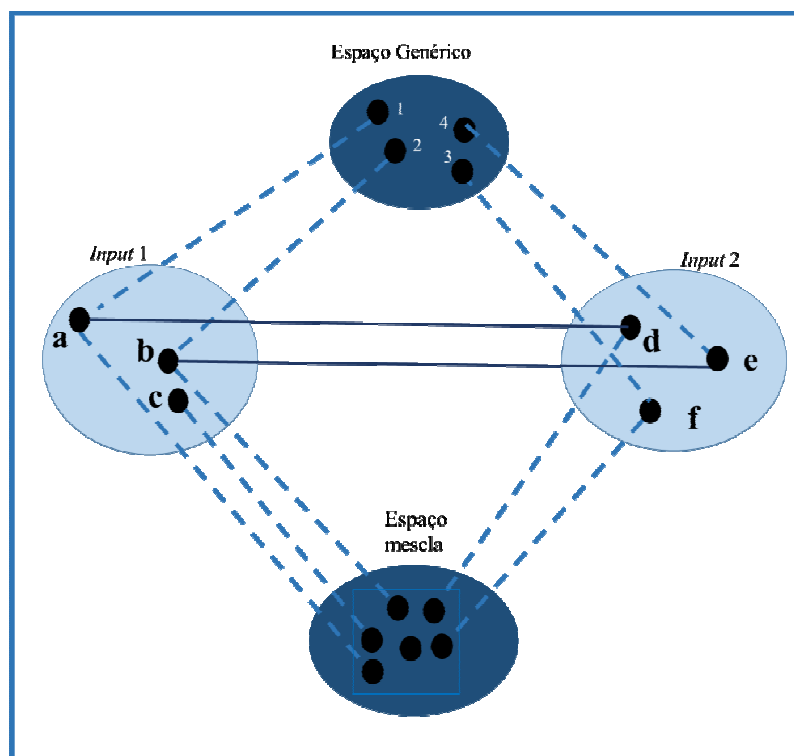
Conforme Fauconnier e Turner (2002, p. 40), “espaços mentais geralmente podem ser usados para mapear modelos dinâmicos no pensamento e na linguagem”. Salomão (2017, p. 155) ainda assevera que

a teoria dos espaços mentais focaliza a dimensão cognitiva do desdobramento do discurso em planos epistêmicos; as relações referenciais realizam-se nestes domínios por natureza temporários, que constituem ferramentas do processamento discursivo: “os “espaços mentais”. Diferentemente de noções comparáveis (como a de “universos possíveis”), os espaços mentais são internamente especificados por herança, seja de bases de conhecimento estabilizado (modelos culturais, *scripts*, esquemas conceptuais), seja de outros espaços mentais previamente originados. Sendo assim, sua especificidade comunicativa de enquadramento ou de especificação. Tais condições fazem da teoria dos espaços mentais um instrumento adequadamente poderoso para explicar a dinâmica da interpretação em tempo real.

Desse modo, os espaços mentais se configuram como um aspecto central na conceptualização de sentido e no processo analítico do funcionamento da linguagem em atividades interativas. O esquema básico desta teoria, ilustrado na figura 10, a seguir, exhibe as características centrais da integração conceptual: os círculos representam os espaços mentais, as linhas sólidas indicam o mapeamento de correspondência entre os espaços influentes (1 e 2), os *inputs*, as linhas pontilhadas indicam conexões entre os *inputs* e o espaço genérico; e o quadrado sólido no espaço mescla representa a estrutura emergente, a mesclagem conceptual (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Conforme Fauconnier e Turner (2002), as linhas que representam projeções e mapeamentos conceptuais deste diagrama básico correspondem a ativações e ligações de conhecimentos.

Para Fauconnier e Turner (2002), os **espaços mentais** são pequenas estruturas conceptuais construídas como pensamos e falamos, para fins de compreensão de situações socialmente e culturalmente situadas. Os espaços estão interligados e podem ser modificados conforme o desenvolvimento do pensamento e do discurso, podendo ativar modelos e fazer mapeamentos dinâmicos do pensamento e da linguagem. Vejamos o esquema a seguir:

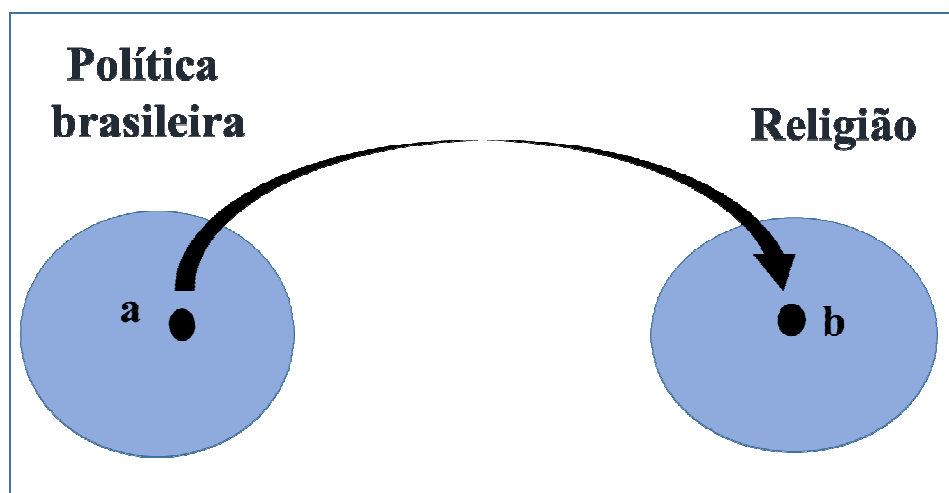
Figura 10 - Esquema do diagrama simples de quatro espaços mentais (FAUCONNIER; TURNER, 2002).



Estruturalmente, o diagrama simples da teoria de Fauconnier e Turner (2002) apresenta: espaço genérico, espaços *inputs* 1 e 2, e o espaço mescla (blending). Conforme Turner (2001), para chegarmos ao resultado da mesclagem conceitual é necessário estabelecermos um conjunto de elos e conexões entre os espaços mentais. Nessa operação cognitiva, há expressões linguísticas que podem ligar espaços a elementos externos ou remeter o participante da interação a um espaço anterior ou posterior.

Conforme Fauconnier (1994), a conexão entre os espaços podem ser representadas por meios de links entre objetos do mundo da realidade e objetos abstratos que fazem parte de crenças, desejos, etc. Assim, a nossa mente pode conectar referências reais, essenciais, por um lado, e projetar essa referência a outras representações mais abstratas (ou pode nem ser abstratas); e nessa combinação de referentes pode acontecer várias novas representações. Sob esse ponto de vista, os gatilhos sempre serão referentes reais, enquanto o outro espaço contém outra representação concreta ou mental. Vejamos a seguir, na figura 11, a associação entre os espaços mentais: política brasileira e religião.

Figura 11 - Conexão¹⁴ entre os *inputs*



Nessa figura, vemos a projeção do espaço **política brasileira** para o espaço **religião**. Nessa conexão é indispensável uma base conceitual para organizar e entender as situações específicas. Fauconnier e Turner (2002) postulam que a mente humana, criando e integrando espaços mentais, projeta estruturas de uns espaços para outros, conceptualizando sentidos, à medida que o discurso evolui na interação, há operações sociocognitivas que a cognição humana realiza para construir sentidos sobre o/do mundo.

Vejamos a função de cada espaço mental no processo da mesclagem conceptual na construção das conceptualizações sobre o evento impeachment/golpe. Para explicitar e compreender a teoria dos espaços mentais, apresentamos o *corpus* da pesquisa.

Os *inputs*, 1 [a; b; c; d] e 2 [e; f; g; h], são espaços cujas estruturas parciais representam e organizam os conhecimentos de mundo e enciclopédicos, tais espaços correspondem-se e combinam-se na projeção. Os espaços *inputs* são parciais e contêm elementos tipicamente estruturados nos círculos. Para ocorrer a mesclagem conceptual, é necessário, pelo menos, dois *inputs*. Os espaços *inputs* podem ser denominados também por “espaço influente”, “contribuidores”, “entradas”. Nesse trabalho vamos adotar para esse espaço o termo *inputs*.

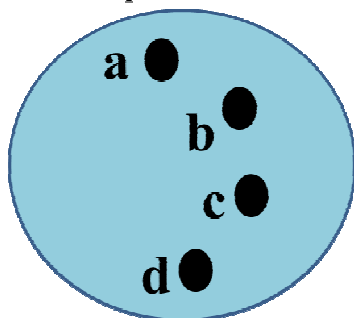
Ao apresentarmos no espaço *input* 1: **política brasileira** e no espaço o *input* 2: **religião**, teremos as noções prototípicas de cada um que se relacionam e fazem parte da nossa compreensão da situação específica e da rede de integração que contribui no processo da

¹⁴ Vale destacar que a conexão entre os espaços pode ser múltipla, pois um único conector também pode produzir mais de uma contraparte por elemento.

emergência de uma nova conceptualização no discurso. Os *inputs* 1 e 2 são elaborados, a partir das inferências, da recuperação dos conhecimentos contextuais. No entanto, vale ressaltar que eles não determinam a mesclagem conceptual, uma vez que o espaço-mescla decorre de todo o processo entre os espaços mentais (FAUCONNIER; TURNER, 2002). Vejamos a organização conceptual dos espaços *inputs*. *Input* 1 e 2, a seguir:

Política brasileira

Input 1



- a. Para tentar conter o avanço do impeachment da presidente Dilma Rousseff, o governo montou uma ofensiva que será deflagrada nesta segunda-feira em três frentes: política, jurídica e social. Logo cedo, Dilma receberá no Palácio do Planalto um batalhão de 30 juristas contrários à abertura do processo de afastamento “por falta de base legal”. O grupo, intitulado Juristas em Defesa da Democracia, entregará à presidente cópias dos trabalhos que fizeram sobre o impeachment. Todos opinam contrariamente ao processo aceito pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), por não estarem presentes os requisitos constitucionais e legais necessários para configurar um eventual crime de responsabilidade fiscal cometido por Dilma.
- b. O presidente da Frente Parlamentar Evangélica da Câmara, o deputado João Campos (PRB-GO), anunciou, nesta quarta-feira, a posição da frente favorável ao impeachment da presidente Dilma Rousseff. Segundo Campos, a bancada evangélica possui hoje 92 integrantes, incluindo a deputada Benedita da Silva (PT-RJ), e sua imensa maioria deverá seguir a orientação de votar a favor do impeachment. Campos afirmou que a decisão foi tomada em reunião realizada na tarde desta quarta-feira, com a participação de 70 deputados, alguns virtualmente. Em nota lida em coletiva no Salão verde da Câmara, Campos afirma que a decisão foi tomada em razão da "grave crise econômica, moral, ética e política que atravessa o país" e dos "recentes escândalos de corrupção praticados pelo governo e crimes de responsabilidade praticados por Dilma que constituem uma afronta ao povo e ao estado democrático de direito". A nota diz ainda que o processo de impeachment está amparado pelo caminho constitucional e é necessário para que o país "restabeleça a esperança, a confiança, a unidade nacional e retomada do crescimento”.
- c. 'É urgente fazer um governo de salvação nacional', diz Temer. Em seu primeiro pronunciamento após assumir o governo, Michel Temer pediu confiança aos brasileiros. Ele afirmou que pretendia fazer uma cerimônia discreta, e pensou em não fazer nenhum discurso, mas percebeu que era 'indispensável' sua manifestação. Unidos poderemos enfrentar os desafios deste momento, que é de grande dificuldade. Reitero, como tenho dito ao longo do tempo,

que é urgente pacificar a nação e unificar o Brasil. É urgente fazer um governo de salvação nacional;

d¹⁵.

14 | O GLOBO

| País |

Quinta-feira 19.2016

IMPEACHMENT

ISTO É TEMER

O estilo do ex-vice em seu exercício

Caráter conciliador do novo presidente marca sua passagem do Legislativo para o Executivo

JÔNIA GAMA
juria.gama@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA. Em pouco menos de quatro meses de gestão, o presidente Michel Temer tomou medidas e teve reações que podem indicar traços de seu perfil. Sua longa trajetória na Câmara dos Deputados — presidiu a Casa em três ocasiões, durante seis mandatos como deputado — forjaram seu caráter conciliador que, no Executivo, gera controvérsias. O peemedebista vem sendo cobrado por aliados a partir para enfrentamentos para poder governar e os recuos que já fez até agora, como o corte de ministérios bem menor que o previsto, também foram alvo de críticas. A Esplanada dos Ministérios é, por si só, um retrato da visão de Temer sobre política. Uma equipe econômica forte e autônoma se destaca em meio ao loteamento para partidos aliados. O formalismo e a fidelidade aos amigos também foram características levadas por Michel Temer ao Palácio do Planalto. As amizades perigosas, com diversos dos investigados na Operação Lava-Jato, também acompanharam o presidente interino.

AUSÊNCIA DE MULHERES

Temer foi criticado pelo fato de não haver nomeado mulheres para o primeiro escalão de seu governo. Para alguns, o motivo é a cultura machista.

BUSCA PELO CONSENSO

Sua formação parlamentar o leva a sempre buscar o acordo entre as partes, o que, em um cargo executivo, pode não funcionar tão bem. Os aliados mais próximos dizem que ele tem que mudar o chip de parlamentar para chefe do Executivo. “É hora de escolher os enfrentamentos que o governo deve fazer”, aponta um auxiliar de Temer.

RECUOS

Fruto de seu perfil conciliador, o governo interino passou por alguns episódios em que teve de recuar. É o caso, por exemplo, do anúncio de corte no número de ministérios, que acabou sendo menor que o previsto depois que os partidos aliados cobraram mais espaço. “Recuo”, aliás, é uma palavra que Temer detesta. Seus aliados dizem que se trata, na verdade, de capacidade de reconhecer erros.

AJUSTE X AUMENTOS

O caráter pouco dado a enfrentamentos levou Temer a atitudes contraditórias. Por um lado, ele defende como pedra basilar da nova gestão o ajuste econômico com corte de gastos, sacrifícios da população com a reforma da Previdência e um possível aumento da carga tributária. Por outro, lava as mãos para os reajustes salariais da elite do funcionalismo público, como os ministros do Supremo Tribunal Federal, o que provocou uma crise com os aliados do PSDB. Auxiliares afirmam que seu governo tem uma forma de resistência “sem estardalhaço”, e que ele evita brigar publicamente.

CAPACIDADE DE DELEGAR

Ao contrário de Dilma, Temer tem uma tendência a dar liberdade aos seus subordinados. Em mais de uma ocasião, o presidente interino pediu a seus auxiliares mais próximos que evitassem comentários sobre economia.

ABERTURA AO DIÁLOGO

Em alguns dias da semana, há mais parlamentares circulando pelo Palácio do Planalto do que pelo Congresso. Se há algo de que os senadores e deputados não podem reclamar é da paciência de Michel Temer para recebê-los e prestigiá-los.

MESÓCLISES E FORMALISMOS

A formalidade é uma característica constante. Se nos tempos de Lula reinavam as metáforas futebolísticas, e no período de Dilma predominava um clima tenso na hora dos discursos, a chegada de Temer resuscitou o latim nos salões do Palácio do Planalto. Ele também adora uma mesóclise.

EQUILIBRISTA

Temer conseguiu se manter na presidência do PMDB nos últimos 15 anos, mesmo tendo enfrentado diversas rebeliões internas. Ao final, sempre consegue construir maiorias no partido com seus adversários. “A principal missão que reflete o caráter do presidente Michel Temer é que o Brasil voltou a ser um país normal e pacificado”, comenta o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha.

FIDELIDADE AOS AMIGOS

Há muito eles já não eram grandes *players* na política nacional, sem conseguir mandatos pelo voto, mas Temer fez questão de privilegiar os amigos de longa data, como Padilha (Casa Civil), Geddel Vieira Lima (Secretaria de Governo) e Moreira Franco (Parcerias de Investimentos).

AMIZADES PERIGOSAS

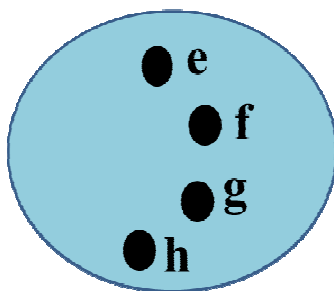
Figuras problemáticas sempre rondaram Temer. O ex-presidente da Câmara e deputado afastado Eduardo Cunha fez questão de manter a proximidade. E o presidente nunca lhe virou as costas, recebendo-o em sua residência oficial e tentando, até o último momento, uma saída honrosa para o colega no processo de cassação. Outro personagem complicado é Henrique Alves. Sem mandato eletivo, ganhou de Temer uma vaga na Esplanada, no Ministério do Turismo, mesmo já estando enrascado até o pescoço na Lava-Jato. Acabou tendo que sair, mas a amizade continua. Com o senador Romero Jucá (PMDB-RR), a relação é semelhante. Mesmo investigado na operação, Jucá foi nomeado ministro do Planejamento, onde durou 11 dias. Nos bastidores, no entanto, seu prestígio continua alto junto a Temer, e sua frequência no Palácio do Planalto gera comentários de que ele continua sendo o ministro de fato. ●



¹⁵ Não faz parte do arcabouço teórico e nem dos objetivos da tese a análise multimodal, porém reconhecemos a relevância dela, ao evidenciar e acionar conhecimentos sobre a mesclagem “o impeachment é a salvação do país”. Nesse texto, o discurso jornalístico apresenta informações sobre o “estilo” de Michel Temer e ao lado o representa com vestes de padre, líder religioso da igreja católica. Essa imagem tem recorrência no nosso *corpus* e acreditamos que ela atua, também, na conceptualização do evento impeachment/golpe. No entanto, não utilizaremos tais aspectos multimodais para este estudo, pois eles serão aprofundados em trabalhos futuros.

Religião

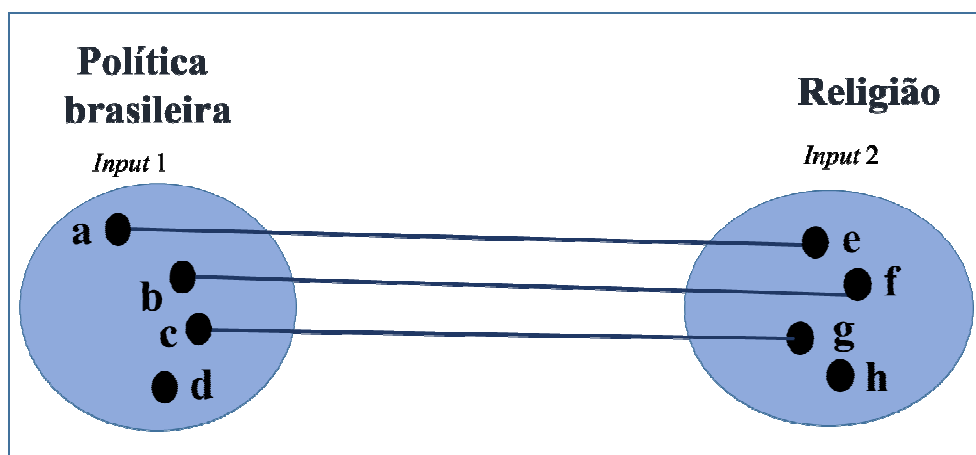
Input 2



- e. Deus derruba a presidenta do Brasil – Deputados justificam seus votos em Deus, na moralidade e a família: o motivo real da votação é esquecido.
- f. **COMO OS EVANGÉLICOS ABENÇOARAM TEMER.** Depois de romper o casamento de interesses com o PT e votar em bloco contra Dilma, a bancada religiosa agora promete orações — e votos;
- g. Marco Feliciano, deputado federal (PSC-SP) e pastor evangélico, fez uma pregação e fala aos missionários[...]‘Nós, que somos religiosos’. Ele é um homem temente, um homem que pede oração humildemente. Tenho certeza de que Deus vai mudar nossa história e a história do Brasil. Eu queria que toda a igreja agora levantasse as mãos para o céu. Nesse momento, nós decretamos que esse espírito que dividiu o país está sumindo daqui. Porque um tempo de unidade, de prosperidade, vai cair sobre a nação brasileira. Ordenamos que todos os demônios desapareçam da nossa nação. E profetizamos que o Brasil é do senhor Jesus.”
- h. Um rosário de lamentações - Na carta, Temer enumera uma série de motivos que demonstram que ele nunca recebeu a confiança da presidente. O rosário de problemas vinha desde a escolha de seu nome para vice na chapa presidencial, em 2010, e seria exposto na próxima conversa privada entre os dois. Ontem à tarde, no entanto, reunido com o ex-ministro Moreira Franco, o vice desistiu do encontro *pri vado* e resolveu enviar o texto. O texto se inicia com uma citação em latim — *Verba volant, scripta manent* — que significa “As palavras voam, mas o escrito fica”. O vice-presidente explica então que escreve um “desabafo que já deveria ter feito há muito tempo”.

Para Turner (2001), os *inputs* são usados para organizar e estruturar os conhecimentos. Assim, os espaços mentais que correspondem aos *inputs* referem-se a um tipo de enquadramento, isto é, um tipo mínimo de combinação conceptual. Para o autor, o "enquadramento", é muitas vezes referido como uma espécie de "cognição esquemática". Por exemplo, nessas porções textuais, podemos ter uma estrutura esquemática para **Política brasileira** e outra estrutura esquemática para **Religião**, mas apesar de espaços distintos eles se conectam e projetam sentidos de um para outro. Vejamos na figura 12 a seguir:

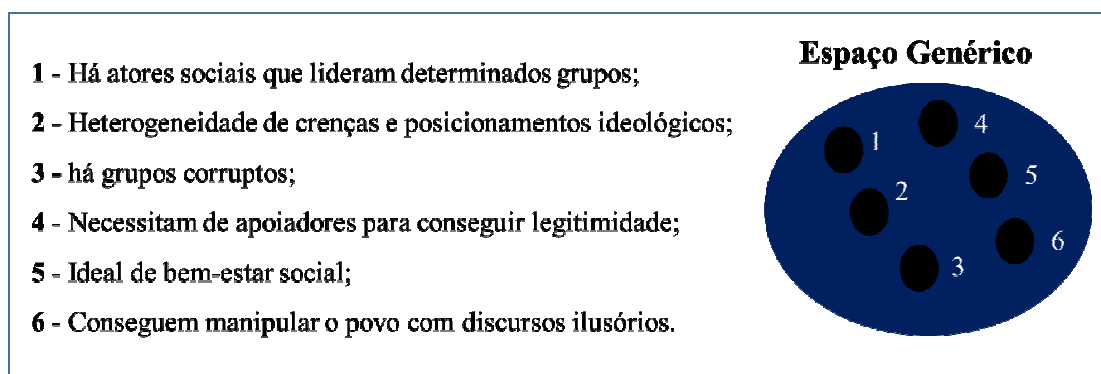
Figura 12 - Espaços mentais dos *inputs* 1 e 2.



Nessa combinação, o *input* 1 corresponde ao espaço mental que organiza um quadro esquemático sobre **Política brasileira** e o outro é o *input* 2 sobre **Religião**. Para acontecer a interação entre os espaços há um mapeamento de espaço cruzado de contrapartes, assim, a **Política brasileira** (*input* 1) é a contrapartida de **Religião** no outro espaço (*input* 2).

Além dessa correspondência entre os *inputs*, há o mapeamento dos *inputs* com o espaço genérico e o espaço-mescla. O **espaço genérico** mapeia o que contém em comum nos espaços *inputs*. Conforme Fauconnier (1997), esse espaço, na construção da rede de sentido, captura os elementos dos *inputs* que, por sua vez, é mapeado em cada um dos *inputs*. Desse modo, o espaço genérico apresenta uma visão global da rede de integração, uma vez que mapeia os elementos relevantes dos *inputs*, estabelecendo relações importantes e também projetando conhecimentos para os *inputs*. Vejamos, na figura 13, os elementos que foram mapeados dos *inputs* 1 e 2 e que também projetam sentidos para os outros espaços mentais:

Figura 13 - Espaço Genérico.



Conforme Fauconnier e Turner (2002), o **mapeamento dos espaços mentais** alude a mapeamentos de projeção, mapeamentos de funções pragmáticas e mapeamentos esquemáticos, os quais são centrais para a compreensão da interpretação da linguagem semântica, pragmática e da construção das operações cognitivas. Os mapeamentos de funções pragmáticas, assim como os mapeamentos de projeção, geralmente são responsáveis pela mudança semântica ao longo do tempo e do espaço. No contexto de uso da linguagem, os mapeamentos de funções pragmáticas permitem que uma entidade seja identificada em termos de sua contraparte na projeção (FAUCONNIER, 1997). É o que acontece entre os *inputs* política brasileira e religião.

A projeção de um espaço para outro é, de certo modo, automática, pois os mapeamentos de projeção de domínio também podem ser configurados localmente e são criativos, ou seja, são parte da construção do discurso em andamento. (FAUCONNIER, 1997). Nessa perspectiva, o mapeamento conecta os conhecimentos e as contrapartes dos espaços mentais – ora com linhas sólidas, ora com linhas tracejadas, conforme Fauconnier e Turner (2002), as linhas entre elementos correspondem a ligações e a ativação de aspectos cognitivos e contextuais – produzindo um outro espaço.

Vale salientar que os espaços mapeados uns sobre os outros são mapeáveis em virtude de serem instâncias de um esquema comum, mais abstrato, é o caso do espaço genérico anteriormente descrito. Assim, as relações que se apresentam no processo de conceptualizar sentido a partir da mesclagem conceptual se encaixam entre todos os espaços (genérico, *inputs* e mescla) e constroem caminhos inferenciais disponíveis por meio dos nossos conhecimentos (contextuais, culturais, sociais) e das associações que são ativadas nesse processo.

Segundo Fauconnier (1997, p. 112 – 113), os espaços mentais podem ser conectados e projetados de duas formas:

- (1) pela relação de ordenação na rede: cada espaço mental é introduzido em relação a outro somente quando um espaço está em foco é que pode conectar e projetar para um novo espaço;
- (2) por conectores que ligam elementos entre espaços, ou seja, uma expressão linguística que nomeia ou descreve um elemento em um espaço mental pode ser usado para acessar uma contraparte desse elemento em outro espaço mental.

Conforme o autor, o mapeamento dos espaços é um ponto crucial na construção imaginativa de uma mesclagem conceptual, pois apesar de parecer um processo com combinações óbvias, demanda conexões, projeções e associações entre todos os espaços mentais. Assim, as operações cognitivas que resultam na mesclagem conceptual são produtos imaginativos, os quais são produzidos em ações criativas cuja linguagem, dentre outras coisas, depende da nossa capacidade cognitiva, construída socialmente, de relacionar as coisas do mundo físico com objetos abstratos para manipular caminhos e realizar mapeamentos entre espaços mentais.

Segundo Fauconnier e Turner (2002, p. 103), “os espaços mentais são construídos dinamicamente na memória de trabalho, mas eles também podem ativar conhecimentos armazenados na memória de longo prazo”. Desse modo, os espaços mentais são locais e estão interconectados na memória de trabalho (curto prazo) e podem acionar outros conhecimentos que ficam armazenados na memória de longo termo.

Assim, de acordo com essa perspectiva, as projeções e o mapeamento conceptual entre os espaços mentais colaboram para as representações (locais) de curto prazo, cuja função é atender às necessidades de conceptualização, que emergem na situação comunicativa (como, por exemplo, o evento impeachment/golpe) para estabilizar sentidos temporários em contextos socialmente situados. Compreendemos, portanto, que tanto os espaços mentais quanto as operações que são realizadas para conceptualizar sentidos na mesclagem conceptual dependem de estruturas cognitivas mais estáveis que acionam conhecimentos, crenças e ideologias estruturadas na cognição social (como os Modelos Mentais, propostos por van Dijk).

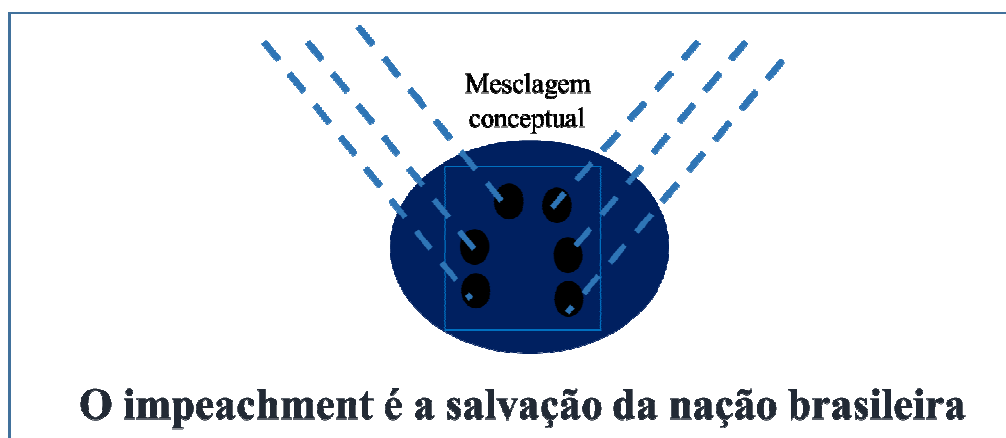
Para Fauconnier e Turner (2002), nem todos os elementos e as relações estabelecidas nos espaços *inputs* serão agregados na mesclagem conceptual, uma vez que a mesclagem conceptual agrega parcialmente os elementos tipicamente estruturados pelos enquadres. Graficamente, esses enquadres são representados por retângulos e quadros no espaço-mescla.

Vale ressaltar que antes da mesclagem conceptual, há a estrutura emergente. A **Estrutura emergente** é desenvolvida no espaço-mescla a partir de estruturas que não estão no espaço *inputs*. A estrutura de emergência é gerada de três maneiras: (1) composição de projeções a partir dos conhecimentos nos *inputs*; (2) conclusão com base em enquadres; e elaboração da mesclagem conceptual ou “execução” da mesclagem, salienta Fauconnier e Turner (2002, p.48). Conforme os autores, a estrutura emergente se desenvolve a partir da composição e das relações que não estão explícitos nos *inputs*. Isso significa dizer que a

estrutura emergente envolve elementos que podem ser compostos pela inclusão separada na mescla ou pela projeção do mesmo elemento no processo de mesclagem conceptual.

No que se refere ao **espaço-mescla (blending/Mesclagem)**, Fauconnier e Turner (2002, p.48) afirmam que tal espaço integra as projeções dos espaços cognitivos, organizando e ativando os conhecimentos por projeções associativas, analogias, identidades metafóricas. A criação de mesclas é orientada por pressões cognitivas e outros aspectos contextuais.

Figura 14 - Espaço-mescla.



Esse estudo destaca a mesclagem como categoria teórico-analítica, no entanto, é necessário compreender todos os processos que envolvem e resultam a mesclagem. Segundo Fauconnier e Turner (2002), o espaço-mescla indica uma nova conceptualização, que é resultado da projeção conceptual e não é encontrada nos espaços *inputs*. Para Fauconnier (1997), a mesclagem conceptual é uma operação mental básica que se configura como fundamental na construção do significado.

Os processos subjacentes à produção de significados pela mente humana, parte do pressuposto de que a conceptualização de sentidos ocorre através de operações complexas são realizadas nas mesclagens conceptuais, são elas: (1) identificação, (2) integração e (3) imaginação. Conforme Fauconnier e Turner (2002, p. 6),

- (1) **Identificação**, que realiza operações de reconhecimento de identidades, igualdades, semelhanças, diferenças, contrastes, etc., entre dois espaços mentais;
- (2) **Integração** é o processo que realiza a conexão entre os espaços, buscando a identidade e oposição que ocorre nas redes de integração com propriedades dinâmicas; e a
- (3) **Imaginação**, que, simultânea e concomitantemente com essas duas operações, realiza, através da projeção de dois ou mais espaços mentais, a configuração do

sentido em sua interação discursiva e cognitiva (cf. FAUCONNIER E TURNER, 2002, p. 6).

Ao adotar a perspectiva sociocognitiva de língua e de conceptualização de sentido, neste estudo, saímos do período em que a **forma** e as estruturas linguísticas detinham todo o sentido e entramos na era da **imaginação** em que “o que está por trás de uma forma não é, de modo algum, um objeto, uma coisa, porém, a capacidade humana de construir sentidos” (FAUCONNIER & TURNER, 2002, p.6). Desse modo, as teorias da corporificação e do cérebro social colocam como centro de investigação os processos de pensamento e compreensão de conhecimento, como as mesclagens conceptuais, e a partir delas podemos entender a natureza cognitiva, social e discursiva da mente.

Tal compreensão propicia refletir sobre a produção discursiva como algo que se dá, também, em níveis mentais e não apenas como uma produção ou apenas social ou apenas mental, entendemos a mente como uma construção social. E são sob esses aspectos da mente corporificada e social (LAKOFF; JOHNSON, [1980] 2002), que o discurso nos possibilita acessar, organizar e construir o mundo por meio de objetos de discurso, elaborando estratégias cognitivas que se instauram e estabilizam sentidos nas práticas sociais.

No quadro 7, então, estão os aspectos relevantes nesse processo da mesclagem conceptual, em uma sequência não destinada a evidenciar os estágios reais do processo, mas uma análise de como a conceptualização no processo da mesclagem foi organizada e criada no contexto situado sobre o evento impeachment/golpe.

Quadro 7 - Mapeamento dos sentidos entre os espaços mentais.

Política brasileira	Religião
Impeachment	Salvação
Bancada evangélica	Servos/Crentes
PT e Dilma Rousseff	Demônios
Temer	Líder religioso (pastor, padre)

A partir desse quadro, compreendemos que o discurso é um dos elementos que nos propicia construir o mundo, operando na nossa forma de compreender as coisas e dizer as coisas do mundo. Nessa perspectiva, as estruturas discursivas e cognitivas têm uma relação intrínseca que se instaura e se integra nas interações sociais, assim como as possibilitam conceptualizações de sentidos sobre o evento. Desse modo, relacionar as mesclagens conceptuais com as práticas discursivas no discurso jornalístico são apresentar processos da construção das conceptualizações e discursivizações em situações de uso social da língua. As mesclagens conceptuais, portanto, são usadas para conceptualizar novos sentidos que são estabilizados nas atividades discursivas sobre o evento impeachment/golpe.

A **política brasileira** no espaço *input* 1 é a contrapartida da **religião** no outro espaço (*input* 2), os quais são mapeados pelos espaços genéricos e geram uma nova conceptualização no espaço-mescla. Os conectores dos espaços cruzam e projetam sentidos entre essas contrapartes, mapeando e associando conceptualizações combinadas ou desconsiderando os sentidos que não se conectam.

No **espaço genérico** temos: (1) há atores sociais que lideram determinados grupos; (2) heterogeneidade de crenças e posicionamentos ideológicos; (3) há grupos corruptos; necessitam de apoiadores para conseguir legitimidade; (4) ideal de bem-estar social; (5) conseguem manipular o povo com discursos ilusórios. Esses elementos do espaço genérico são mapeamentos e apresentam atributos que são semelhantes aos *inputs* (1) **política brasileira** e (2) **religião**, os quais são projetados para o **espaço-mescla**.

No espaço-mescla, há uma estrutura emergente importante, embora quase invisível: criamos o papel do impeachment como o “salvação”, aquele que “salva” e “protege” a nação dos “demônios” e do “mal” que assola o Brasil. E também ativamos a presença do líder “político e religioso” Temer – que funciona no discurso – como o homem que vai guiar a nação brasileira para o caminho do “bem”. Essas combinações “simples” são geralmente esqueléticas e geralmente fornecem estruturas que se transformam em novos enquadres conceptuais e, então, surge a conceptualização no processo da mesclagem conceptual: **impeachment é a salvação da nação brasileira**.

Nessa perspectiva, os espaços mentais estão interconectados na memória de trabalho (memória de curto prazo), podendo também acionar conhecimentos na memória de longo termo, geralmente utilizados para modelar mapeamentos dinâmicos que são construídos no discurso e orientam as nossas compreensões sobre as coisas do mundo. No próximo tópico iremos aprofundar o processo da mesclagem conceptual que emerge no discurso jornalístico para conceptualizar e construir o evento impeachment/golpe.

5.2 A AÇÃO DA MESCLAGEM CONCEPTUAL NA CONCEPTUALIZAÇÃO DO EVENTO NO DISCURSO JORNALÍSTICO

A mesclagem conceptual é uma operação mental que pode ser considerada a origem para conceptualizar novos sentidos, salienta Fauconnier (1997). Esse termo mesclagem refere-se a uma espécie de fusão dos espaços mentais para fazer emergir novos sentidos no discurso (FAUCONNIER, 1997).

Neste estudo, adotamos o termo mesclagem conceptual, no entanto, há três nomenclaturas para se referir a essa estratégia sociocognitiva da linguagem, são elas: mesclagem conceptual, integração conceptual e blending. Embora essa estratégia obtenha essa variedade de nomeações, o processo sobre o qual elas se referem é o mesmo, emergir uma nova estrutura conceptual para a construção e produção de sentido. Conforme Rodrigues (2014, p. 81), “a construção de sentidos é feita, assim, graças a operações básicas efetuadas na mesclagem conceptual”.

Nessa perspectiva, compreendemos que a mesclagem conceptual é um dos caminhos para entender a maneira pela qual os sentidos emergem no discurso, como também para analisarmos o modo como o discurso jornalístico conseguiu estabilizar sentidos sobre o evento impeachment/golpe. Conforme Fauconnier e Turner (2002, p. 333), uma mesclagem conceptual emerge na comunicação, está sujeita ao contexto e à situação socialmente situada, mas parte da relevância nas redes de integração conceptual. É interessante ressaltar que não podemos realizar mesclagens conceptuais sem os espaços mentais interagindo e realizando mapeamentos e projeções entre os espaços e, conseqüentemente, realizando uma integração de conhecimentos e sentidos para produzir uma nova significação.

A mesclagem conceptual, a partir de um processo eminentemente imaginativo e criativo, configura-se numa atividade cognitiva relevante na construção da significação e na estabilização dos sentidos no domínio jornalístico para conceptualizar o evento. Desse modo, as estruturas linguísticas e os processos cognitivos, na interação social, podem estabelecer relações conceptuais que organizam o pensamento e constroem conhecimentos sobre as coisas do mundo (FAUCONNIER; TURNER, 2002).

Para realizar a mesclagem é necessário que os espaços mentais distintos consigam associar e mesclar realidades possíveis que se ativam de forma dinâmica no discurso, em situações socialmente situadas, para atuar na conceptualização e, ao mesmo tempo, produzir novos sentidos (FAUCONNIER, 1994; FAUCONNIER; TUNER, 1996).

Nessa perspectiva, as mesclagens conceptuais fornecem informações e abstrações que direcionam o mapeamento dos espaços mentais para nortear a compreensão sobre o evento, ao atuar e acionar conhecimentos inferenciais para realizar uma ação cognitiva de conceptualização de sentido que combina, projeta e mapeia dois ou mais espaços mentais, conforme postula Fauconnier (1994; 1997).

Desse modo, o processo da mesclagem conceptual pode construir conceptualizações de modo dinâmico, localmente criativo, a partir de categorias provisórias que são estabelecidas em espaços apropriados, conexões temporárias são estabelecidas, novos sentidos são criados *on-line*, o que resulta numa espécie de significado negociado (FAUCONNIER, 1994) e socialmente constituído.

Isso significa dizer que a Teoria da Mesclagem Conceptual além de envolver todos os espaços mentais, “também possui uma capacidade técnica para explicar a conceptualização” (HART, 2010, p. 118). Nesse processo de construção de sentidos, os discursos formulam ou reformulam a realidade, controlam ou subvertem o poder instituído, estabilizam ou desestabilizam sentidos ideologicamente marcados a partir das conceptualizações.

A conceptualização é uma questão central desde a década de 80, com os estudos de Lakoff e Johnson (1980 [2002]) e depois com Fauconnier, (1985 [1994]) e Turner (1987). Podemos observar as ações de conceptualizações a partir das mesclagens conceptuais, por exemplo, uma vez que envolvem operações de comparação, de esquemas imagéticos e de perspectivação conceptual a partir da experiência corpórea dos sujeitos de modo intersubjetivo e socialmente situado.

Desse modo, o processo de mesclagem conceptual na construção das conceptualizações é uma ação cognitiva que abrange capacidades cognitivas gerais, como abstração, comparação, perspectiva e dinamicidade (FAUCONNIER, 1994; LANGACKER, 2008; SILVA; 2006; 2013). Essas capacidades cognitivas são universais, mas podem ser construídas discursivamente, as quais orientam e acionam posicionamentos ideológicos (HART, 2005; 2008). Assim, todas essas operações de conceptualização desempenham um papel fundamental na construção discursiva sobre a realidade que são ideologicamente orientadas e conseguem estabilizar sentidos sobre o evento no discurso jornalístico, a partir das mesclagens conceptuais. Vale ressaltar que há outros processos cognitivos além das mesclagens conceptuais para atuar na construção das conceptualizações no discurso, como é o caso das metáforas conceptuais.

Embora, a mesclagem conceptual seja um processo distinto das metáforas, Brandt e Brandt (2005) ressaltam a importância do processo metafórico nas mesclagens conceptuais e os estudos de Schröder (2010, p. 578) afirmam que “as metáforas representam um subcaso da mesclagem”. Nessa perspectiva, alguns estudos como os de Brandt e Brandt (2005) e Schröder (2010) apontam para o fato de que mesclagem conceptual não são teorias em competição, é possível estabelecer entre ambas teorias uma relação de complementaridade. Para observar essa complementaridade, faz-se necessário apresentar uma breve discussão sobre metáfora conceptual, apontando as contribuições da metáfora tanto no processo da mesclagem conceptual como na construção das conceptualizações.

Lakoff e Johnson ([1980] 2002) desenvolveram a teoria da Metáfora Conceptual a partir da obra fundadora *Metáforas da Vida Cotidiana* (*Metaphors We Live By*), apresentando a influência da metáfora no processo mental de conceptualização, uma vez que as metáforas são compreendidas como um “recurso de pensamento (logo, um aparato cognitivo) que nos faz falar, ver e agir sobre determinados fenômenos de uma maneira e não de outra” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 29). Nessa perspectiva, a metáfora é, portanto, uma metáfora conceptual pelo fato de possibilitar a compreensão de um domínio da experiência em termos de outros (domínio fonte e domínio alvo).

Conforme a afirmação de Lakoff e Johnson (2002, p. 191), há três grupos em que podemos destacar as metáforas conceptuais quanto a sua tipologia: (1) as metáforas orientacionais – baseiam-se na orientação corporal; (2) as metáforas ontológicas – nas relações de entidade, recipiente e pessoa; e (3) as metáforas estruturais – nos usos de um conceito para estruturar outro. Assim, as metáforas têm suas origens nas experiências humanas, nitidamente delineadas, e “permitem-nos construir conceitos altamente abstratos e elaborados”. Nascimento (2015, p. 41) sintetiza, no quadro abaixo, esses três tipos de metáforas conceptuais categorizados por Lakoff e Johnson (2002):

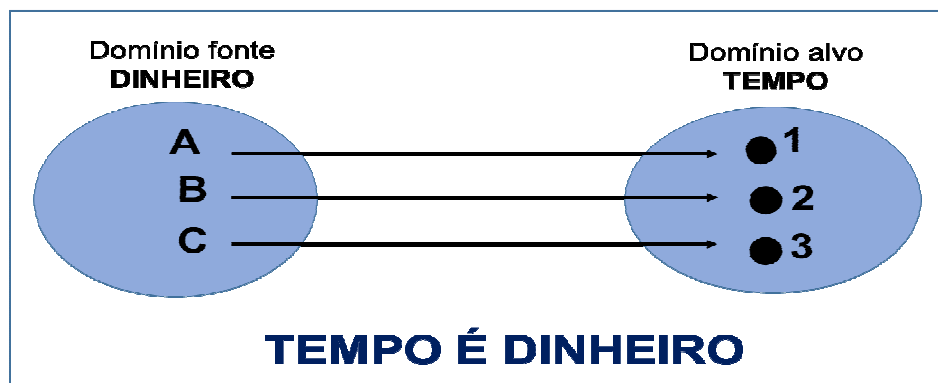
Quadro 8 - Tipologia das Metáforas Conceptuais (NASCIMENTO, 2015, p. 41).

TIPOLOGIA DAS METÁFORAS CONCEPTUAIS ¹⁶		
ORIENTACIONAIS	ONTOLÓGICAS	ESTRUTURAIS
Estruturam conceitos por orientações espaciais e corpóreas: Nossas vendas baixaram no ano passado. (MENOS É PRA BAIXO) O número de livros publicados a cada ano continua subindo. (MAIS É PRA CIMA)	Projetam características de entidade ou substância sobre algo que não as possui: Será que terei que botar juízo na tua cabeça? (MENTE É UM RECIPIENTE)	Estruturam um tipo de experiência ou atividade em termos de outra: Ele me fez ver os problemas dessa teoria. (COMPREENDER É VER) Vejo essa decisão de outro ponto de vista. (COMPREENDER É VER)
	PERSONIFICAÇÃO	
	Projeção de características humanas: Temos certeza que a inflação não nos derrotará. (INFLAÇÃO É UM INIMIGO)	

Os tipos de metáforas conceptuais, apresentadas no quadro 8, norteiam o modo como o ser humano pode observar, atuar [no mundo], se referir aos objetos do mundo, operando na conceptualização e nas práticas que ele desempenha (Lakoff e Johnson, 2002). A teoria da metáfora conceptual organiza a relação e/ou projeção de elementos desde o domínio fonte ao domínio alvo para elaborar conceptualizações e a compreensão de uma determinada metáfora, propomos o esquema com a projeção entre os domínios para exemplificar a projeção. Vejamos a figura 15:

¹⁶ Os exemplos desse quadro foram transcritos de Feltes (2007, p. 155-156).

Figura 15 - Esquema com a projeção entre domínio fonte e domínio alvo.



A metáfora conceptual consiste na projeção ou no mapeamento *unidirecional* de elementos do domínio fonte para os elementos correspondentes no domínio alvo. Desse modo, a metáfora pode ser usada como uma estratégia conceptual para compreender dois domínios distintos e complexos em que se usa um domínio para entender o outro. A partir de domínios mais familiares muitas vezes relacionadas a nossa cultura, nossa experiência corpórea e resultado de nossa interação com o contexto físico e social que nos envolve.

TEMPO É DINHEIRO é uma metáfora ontológica, a qual opera nas ações de referir-se, quantificar, identificar aspectos, identificar causas, traçar objetivos e motivar ações. Esse tipo de metáfora “dar sentido a fenômenos do mundo em termos humanos, como base de nossas próprias motivações, objetivos, ações e características” (LAKOFF E JOHNSON, 2002, p.87-88). Nessa perspectiva, a metáfora cria significados indicando um modo de conhecer, de conceptualizar e de compreender os objetos do mundo os quais orientam nossa vida cotidiana.

Os estudos de Hart (2010) afirmam que a metáfora constrói conceptualizações e ainda é uma estratégia que investiga a dimensão ideológica no discurso. O autor descreve a atuação e os efeitos estratégicos e ideológicos da metáfora e aponta como eles podem funcionar no discurso. Conforme Hart (2010, p.125) “a operação da mesclagem conceptual¹⁷ estabelece e re-estabelece discursos na forma de metáforas conceptuais”.

Nessa perspectiva, compreendemos que esses aspectos teórico-metodológicos da metáfora contribuíram para os estudos da cognição corporificada, visto que há uma relação e perspectivação da linguagem como uma parte integrante da cognição e em interação com outros sistemas cognitivos (percepção, atenção, memória, raciocínio, etc.), corroborando a asseveração de que as metáforas conceptuais desempenham um papel crucial na conceptualização de muitos domínios (SOARES DA SILVA, 2013).

¹⁷ Essa característica será aprofundada em nossas análises, no próximo capítulo.

Fauconnier e Turner (2002) apontam para o fato de que as metáforas representam um subcaso da mesclagem. Nessa perspectiva, as teorias da mesclagem conceptual e da metáfora conceptual se complementam. Hart (2010) afirma que se a teoria da Metáfora Conceptual está preocupada com associações metafóricas bem estabelecidas entre domínios, então, metáforas conceptuais estão entre as estruturas estáveis disponíveis para a exploração no processo da mesclagem conceptual. Assim, as metáforas conceptuais são conexões que orientam a construção e interpretação de mesclagens e, ainda, apontam as dimensões ideológicas (HART, 2010).

Entretanto, apesar dessa complementaridade, podemos observar algumas diferenças, as quais salientamos: (1) a ausência de análises em contextos sociais de uso e de interação, uma vez que os exemplos utilizados para exibir o construto teórico-analítico da teoria proposta por Lakoff e Johnson ([1980] 2002) são proposições elaboradas pelos autores; e a (2) a tese da unidirecionalidade entre os domínios fonte e alvo, posto que na teoria da mesclagem de Fauconnier e Turner (1996), há *inputs* (que podem ser mais de dois); no que se refere ao espaço mescla, essa teoria ativa estruturas dos *inputs* para o espaço mescla, rompendo com a perspectiva da unidirecionalidade da teoria da metáfora conceptual.

Além da discordância da unidirecionalidade e de adotar terminologias distintas da metáfora, Fauconnier e Turner (2009) elaboram um construto teórico cuja rede de integração apresenta dinamicidade entre os espaços e envolve o mapeamento e a projeção parcial, enfatizando que os mecanismos de mesclagem devem ser frequentemente invocados. Os autores postulam que

produtos conceptuais nunca representam o resultado de um único mapeamento. O que nós chamamos metáforas conceptuais, como TEMPO É DINHEIRO ou TEMPO É ESPAÇO, vem a ser construções mentais envolvendo muitos espaços e muitos mapeamentos em redes de integração elaborados, construídos por meio de princípios gerais distintos. Essas redes de integração são muito mais ricas do que os feixes de ligações aos pares tratados em teorias recentes da metáfora (FAUCCONNIER; TURNER, 2009, p. 53).

Sendo assim, vemos que a teoria de Fauconnier e Turner (2009) preocupa-se em analisar a mesclagem conceptual como uma ação cognitiva situada em que a conceptualização não é um simples ato de identificação ou de designação, mas uma atividade criativa complexa entre as redes de integração conceptual. Essa integração conceptual opera de forma indispensável em todas as áreas de pensamento e, também, atua na ação criativa que faz distinguir seres humanos de membros de outras espécies (TURNER, 2007).

Adotar o construto teórico da mesclagem conceptual para esse estudo, a partir de Fauconnier (1994; 1997), Turner (2007) Fauconnier e Turner (1996; 2002), é propor e destacar a importância das estruturas discursivas na elaboração de mesclagem conceptual, bem como situar a importância das estratégias cognitivas na conceptualização de sentidos no discurso.

Além disso, vemos a importância da articulação entre a LC e a ACD, uma vez que com a mesclagem conceptual podemos evidenciar na atividade e nos movimentos discursivos processos cognitivos. Nessa articulação, a mesclagem conceptual é vista como uma possibilidade de observar a construção das conceptualizações em situações socialmente situadas.

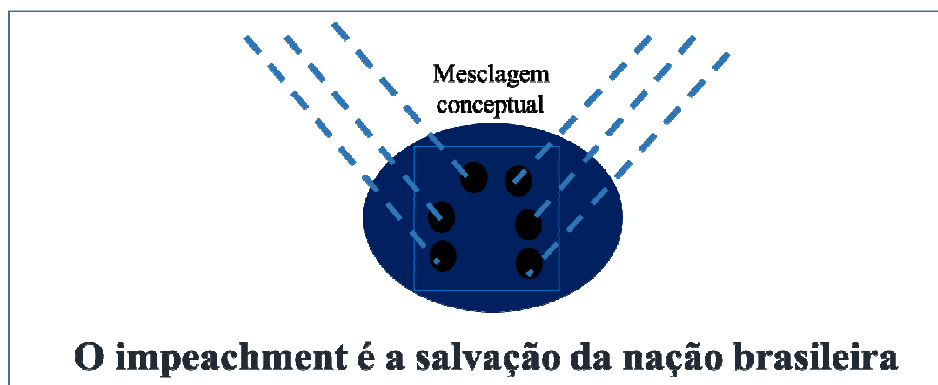
É nessa dinâmica cognitiva e discursiva que analisamos o evento. À luz da Linguística Cognitiva, observamos a teoria da mesclagem conceptual, e à luz da Análise Crítica do Discurso, analisamos o modo como esse novo sentido (que emerge no processo da mesclagem) se apresenta no discurso jornalístico sobre o evento. Nessa perspectiva, este estudo destaca a integração entre as estruturas cognitivas e discursivas, na tentativa de analisar a construção das conceptualizações que circulam na sociedade.

De acordo com Fauconnier e Turner (1996, p. 115), "as combinações dos espaços mentais são locais para o trabalho cognitivo central: pensamento, inferências e desenvolvimento de emoções". Assim, as operações de mesclagem conceptuais são construídas de acordo com a evolução do discurso e sua esquematização vai depender da seleção de elementos em composição, do recrutamento de conhecimento baseado em enquadres e das inferências. Nessa operação cognitiva e discursiva, tais elementos surgem por meio da ativação nos espaços mentais e de alguma forma são dinâmicos e locais porque é a partir da situação situada que esses elementos se conectam, se projetam, se combinam para construir conceptualizações.

Conforme os autores, pensamento e linguagem existem em mentes individuais, mas constroem-se na interação social, visto que a linguagem existe na mente de cada indivíduo, mas pertence às construções sociais. Assim, por meio da mesclagem conceptual conseguimos observar a nossa capacidade cognitiva de compreender, a partir de uma elaboração social, as coisas do mundo e estabelecer relações conceptuais criativas.

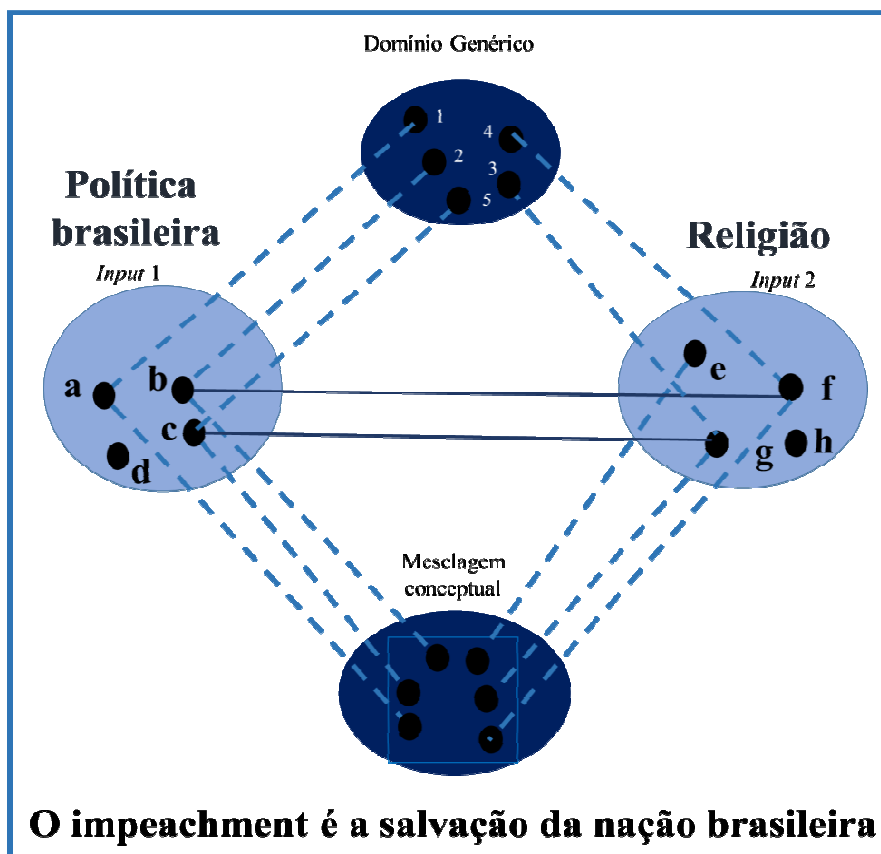
Desse modo, qualquer análise do discurso que pretenda ter uma perspectiva mais integral tem que dar conta da dimensão cognitiva do discurso. A interdependência entre discurso e cognição mostra-se quer na perspectiva do discurso quer na perspectiva da cognição. Vejamos a seguir a mesclagem conceptual construída a partir do nosso *corpus*:

Figura 16 - Mesclagem conceptual.



Fauconnier e Turner (2002) afirmam que uma característica marcante da mesclagem conceptual é que ela agrega em si toda a rede de integração, uma vez que o ‘resultado’ da mesclagem fornecerão inferências e ativam atributos e valores para o restante da rede. Vejamos, na figura 17, o diagrama construído a partir do discurso jornalístico sobre o evento impeachment/golpe. Esse diagrama apresenta toda a rede de integração conceptual que conceptualiza “o impeachment é a salvação da nação brasileira”:

Figura 17 - Esquema do diagrama simples de quatro espaços mentais.



Para Fauconnier e Turner (2002, p. 114), “a mesclagem conceptual é um processo de compreensão por excelência”, uma vez que é a partir das inferências, projeções e mapeamentos¹⁸ realizados nos outros espaços que conseguimos construir uma nova conceptualização emergindo no discurso. Os autores postulam que a mesclagem conceptual é criativa em todos os estágios do processo,

não importa quão variados seus produtos pareçam simples: predicação, piadas, metáforas, descobertas matemáticas, analogias, extensões de categoria, integrações de eventos, combinações de ações e assim por diante, podem usar o mesmo mapeamento esquelético, o mesmo esquemas várias vezes e combiná-los da mesma maneira. E veremos que as expressões linguísticas solicitam esse esquema de mapeamento. Isso é notavelmente eficiente e elegante: a combinação de expressões solicita uma combinação paralela dos espaços mentais e do mapeamento esquelético que eles evocam.

Assim, a composição desse tipo de esquema é relevante para o nosso estudo, pois é a partir dele que mapeamos a construção das conceptualizações construídas pela mídia sobre o evento impeachment/golpe. Para Hart (2010), as mesclagens conceptuais são construídas durante o discurso, posto que os significados que emergem no discurso e são produtos imaginativos, isto é, são modos de dizer as coisas do mundo e “esquemas” conceptuais que guiam a nossa compreensão sobre as coisas do mundo.

Nessa perspectiva, as expressões linguísticas dão indicações sobre o significado e cognitivamente temos a capacidade de fazer projeções, combinar e recombina um conjunto de conhecimento que aciona uma rede criativa da imaginação, conduzindo a uma percepção global, à compreensão em termos humanos de novos significados, além de torná-los relevantes dentro do contexto no qual estamos inseridos. Contudo, vale salientar que a mesclagem não é uma mera adição de significados, há espaços mentais que não se combinam e não se mesclam para gerar uma nova conceptualização (FAUCCONNIER E TURNER, 2002).

Diante do que foi apresentado, compreendemos que a mesclagem conceptual pode ser considerada como *uma estratégia cognitiva utilizada que atua na construção das conceptualizações* a partir de experiências intersubjetivas e de acordo com a situação socialmente situada e, ainda, pode ser *uma estratégia cognitiva que mapeia a dimensão*

¹⁸ Essas associações foram apresentadas no tópico anterior pelo quadro 7, na página 144.

ideológica e “descreve” discursos naturalizados presente na sociedade (FAUCONNIER, TURNER, 2002; HART, 2010).

A partir do processo da mesclagem conceptual conseguimos observar a interface cognitiva atuando nas atividades discursivas, mas para fazermos uma análise cognitiva e discursiva necessitamos de quatro fatores importantes:

- (1) de uma situação situada na qual o discurso evolua e sejam efetuadas construções cognitivas que envolvam conjuntos de conhecimentos organizados e estruturados, de acordo com os domínios locais, mas socialmente elaborados. Por exemplo, o discurso sobre o evento impeachment/golpe pode ser visto/construído por apenas uma perspectiva, mas aciona uma série de outros discursos;
- (2) de observar que as estruturas sociais estão mais tendenciosas a (re)produzir algumas concepções de mundo do que outras, proporcionando estruturas linguísticas que norteiam e estabilizam apenas uma compreensão sobre os acontecimentos;
- (3) de analisar a capacidade dos atores sociais, agências e instituições de acessar e controlar a difusão de textos e, conseqüentemente, formular e organizar a realidade; e
- (4) de mapear a repercussão dos discursos e sua capacidade de mobilizar as pessoas e reproduzir crenças e representações que podem parecer simplesmente naturais, mas são de fato naturalizadas.

Assim, as conceptualizações que emergem na mesclagem conceptual ajudam a naturalizar perspectivas de mundo, as quais contribuem nas construções locais de realidade e atuam nas formas de cognição social.

É importante salientar que nos próximos capítulos iremos aprofundar, a partir de estratégias discursivas e cognitivas, a construção cognitivo-discursiva das conceptualizações no discurso jornalístico, como também analisar o poder institucional que os jornais detêm na estabilização de sentidos sobre o evento no tempo e no espaço, uma vez que o discurso dos jornais pode (des)legitimar e instituir perspectivas sobre a realidade, como “a realidade”.

Para isso, algumas concepções da ACD e da LC são norteadoras para esta pesquisa. Partimos da articulação entre a ACD e a LC para envolver os aspectos sociais e cognitivos do

discurso e também para evidenciarmos uma visão detalhada das relações de poder nos processos de significação sobre o evento impeachment/golpe. Nessa articulação, os modelos mentais atuam como uma interface cognitiva a qual pode construir a relação entre discurso e sociedade e, ainda, deixar explícito aspectos mais gerais como atitudes, ideologias, opiniões, preconceitos, ações e relações de poder (VAN DIJK, 2002; 2006; 2012; 2012a) e a mesclagem conceptual atua como uma espécie de fusão dos espaços mentais para construir e conceptualizar novos sentidos no discurso (FAUCONNIER, 1997; FAUCONNIER; TURNER, 2002).

Os espaços mentais propostos por Fauconnier (1997), Fauconnier e Turner (2002) diferem dos modelos mentais propostos por van Dijk (2001; 2006; 2012). Conforme Fauconnier (1997), Fauconnier e Turner (2002), os espaços mentais, de modo local e criativo, projetam estruturas de uns espaços para outros à medida que o discurso se desenvolve. Tais espaços são uma parte significativa do que está acontecendo nas categorias mais amplas. Já os modelos mentais, apresentados por van Dijk (2001; 2006; 2012), configuram-se como esquemas cujas categorias são muito gerais como: espaço (tempo lugar); participantes (e suas atuações); um evento, ações, etc.

Desse modo, os espaços mentais são estruturados a partir das estruturas mais gerais dos modelos mentais, as quais podem organizar e controlar a mente por meio do discurso (VAN DIJK, 2015). Compreendemos e estruturamos, portanto, os espaços mentais a partir das estruturas construídas e acionadas nos modelos mentais. Neste sentido, os modelos mentais nos permitem construir/acionar informações de uma variedade de categorias para significar/conceptualizar participantes, eventos, ações e espaços (tempo lugar). Para van Dijk (2001), os modelos mentais definem, monitoram a perspectiva e o ponto de vista e, ainda, organiza muitas outras características intersubjetivas do texto e do discurso.

Assim, os modelos mentais e os espaços mentais se articulam e se mostram relevantes para entendermos o processo de conceptualização e mapear as ideologias dos grupos sociais. Os modelos mentais orientam a organização dos espaços mentais, uma vez que tais espaços são categorias socialmente negociadas e situadas em conexões temporárias e, ao mesmo tempo, indicam enquadres locais, ou seja, os espaços mentais especificam, recuperam aspectos relevantes dos modelos mentais para projetar estruturas conceptuais que se conectam e integram informações para construir conceptualizações (FAUCONNIER, 1997). Conforme o modelo de mapeamentos de Fauconnier (1997), os espaços mentais mapeados no discurso jornalístico integram conhecimentos que faz emergir uma nova conceptualização no discurso

no processo da mesclagem conceptual de modo local e situado (FAUCONNIER; TURNER, 2002).

Nessa perspectiva, compreendermos e assumimos a relação constitutiva entre **discurso** ↔ **cognição** ↔ **sociedade**, pois além de analisar as estruturas discursivas e as estratégias cognitivas – mapeando as ideologias, as polarizações, as atitudes e opiniões sobre grupos sociais – podemos evidenciar, a partir dos espaços mentais e, especificamente, da mesclagem conceptual, as conceptualizações e o modo como a mídia (des)legitimou e construiu o evento impeachment/golpe.

6 A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA E COGNITIVA DO EVENTO IMPEACHMENT/GOLPE NO DISCURSO JORNALÍSTICO

Este capítulo dedica-se às análises de nosso estudo com o intuito de elucidar o modo como o discurso jornalístico construiu as conceptualizações sobre o evento. Conforme Soares da Silva e Falcone (2015, p. 9), “todas as unidades linguísticas são abstraídas e convencionalizadas a partir de enunciados, fazendo por isso parte da base conceptual do seu significado qualquer aspeto recorrente do contexto interacional e discursivo”. Assim, a organização das estruturas linguísticas elaborada pelos jornais apresenta um conjunto de saberes sociais, culturais e ideológicos que ativam conhecimentos e atuam na construção da conceptualização do evento como um acontecimento bom ou ruim, pacífico ou violento, legítimo ou ilegítimo, estabilizando, portanto, versões dos acontecimentos socialmente situados e ancorando perspectivas como ‘a realidade’ para a sociedade.

Retomando os nossos objetivos específicos, pretendemos (1) examinar o modo como as conceptualizações sobre o evento impeachment/golpe emergem no discurso e conseguem estabilizar sentidos, apontando as relações de poder imbrincadas nela; (2) analisar os processos de (des)legitimação na conceptualização do evento no discurso jornalístico; (3) observar a construção cognitivo-discursiva do evento impeachment/golpe no discurso jornalístico, explicitando os sentidos formulados [pela mídia] e os modelos mentais que atuam nas conceptualizações e ativam ideologias dos grupos dominantes; e (4) analisar o funcionamento textual-discursivo das estruturas discursivas na conceptualização do evento.

Nessa perspectiva, defendemos que o modo como o discurso jornalístico constrói o evento é uma forma de conceptualizar uma perspectiva sobre o evento e deixar evidenciar posicionamentos ideológicos, atitudes, atores e grupos sociais a partir da visão de mundo dos jornais. Assim, o que circula nos jornais, explicitamente, pode controlar e interferir nas nossas compreensões sobre as coisas do mundo, pois conforme van Dijk (2012) uma das formas de controlar as compreensões sobre o mundo e de reproduzir ideologias é por meio das construções discursivas.

Ademais, conforme van Dijk (2001), se o controle discursivo é a uma das formas de propagação de poder, o “controle das mentes” dos sujeitos também faz parte dessa manipulação. Nessa perspectiva, a construção e a estabilização das conceptualizações sobre o evento se dá a partir de uma discursivização sobre as coisas do mundo e de uma interface cognitiva que opera na relação constitutiva entre discurso ↔ cognição ↔ sociedade.

Os discursos que circulam na mídia operam no processo de estabilizar apenas uma conceptualização como “a realidade” e, ao mesmo tempo, faz circular, à margem do discurso legitimado, conceptualizações que deslegitimam dizeres de “outros grupos sociais”, marcando o evento no tempo e no espaço e orientando a compreensão dos leitores/ouvintes. Diante desse cenário, portanto, vamos apresentar análises que explicitam uma possibilidade de observar a construção discursiva e cognitiva do evento impeachment/golpe.

6.1 O PODER DO DISCURSO JORNALÍSTICO NA CONSTRUÇÃO DA REALIDADE: *UM MODO DE CONCEPTUALIZAR O EVENTO E REPRODUZIR IDEOLOGIAS DOS GRUPOS HEGEMÔNICOS*

O discurso jornalístico e os meios de comunicação têm assumido uma responsabilidade de repassar para os leitores/ouvintes os fatos que acontecem na realidade. Em dezembro de 2015 até agosto de 2016, houve a abertura do processo e o julgamento que poderia destituir a presidenta Dilma Rousseff do cargo de presidente da república. Assim, abre-se uma disputa pela discursivização desse evento no discurso jornalístico. Essa disputa apresenta várias camadas, tanto no sentido de compreensão da realidade (pois há a conceptualização do evento sendo impeachment e sendo golpe), quanto das camadas sociais que detêm o poder sobre a “máquina discursiva” de construir e (des)legitimar uma conceptualização sobre a realidade.

A história do Brasil já presenciou o discurso jornalístico apoiando um golpe civil e militar de 64 e já acompanhou o impeachment do presidente Fernando Collor. Desse modo, em 2016, como esse evento foi construído? Quais são os acontecimentos mais destacados? Como eles estão organizados discursivamente? Tais questionamentos são norteadores para entendermos o modo como o discurso jornalístico construiu a disputa entre os que eram a favor do afastamento de Dilma Rousseff e os que estavam contra esse afastamento. Nessa perspectiva, este estudo apresenta o modo como o discurso jornalístico construiu o evento impeachment/golpe e, ainda, indica como essas construções podem acionar/estabilizar modelos mentais, ideologicamente marcados, sobre tal evento, instituindo e legitimando uma realidade.

Essa organização discursiva orquestrada pelos jornais nos aponta para a perspectiva de que estamos constantemente imersos numa realidade que é óbvia, objetiva, imparcial e evidente, o que é um grande problema, pois tal visão pressupõe que o que é veiculado pelos

jornais pode ser comparado a algum tipo de realidade objetiva ou a algum tipo de veiculação neutra ou “a verdade/ a realidade.

No entanto, essa realidade representada e veiculada pelos jornais é “uma construção ideológica, baseada nas definições dadas pelas fontes credenciadas de jornalistas, como o governo ou os dirigentes sindicais” (VAN DIJK, 1988, p. 11). Isso significa dizer que a mídia não é uma construção neutra nem objetiva, mas sim uma formulação de estruturas linguísticas que conceptualizam os eventos apresentando pontos de vista, posicionamentos ideológicos e reproduzindo ideologias pré-formuladas sobre os eventos.

A partir das discussões críticas de van Dijk (1988) conseguimos entender, de modo mais aprofundado, os movimentos discursivos que os jornais realizam para (des)legitimar eventos e atores sociais, apresentando relações de poder que estão implícitas nas informações veiculadas pela mídia. Essas informações, fatos e opiniões são difundidos a partir de gêneros textuais, os quais atuam constitutivamente na organização discursiva. Conforme Falcone (2008), os jornais controlam os gêneros textuais resultando, em parte, num controle discursivo e cognitivo sobre o que se lê nos jornais e como os gêneros orientam a compreensão sobre as coisas do mundo.

Conforme van Dijk (1978), o conhecimento e as informações organizadas no texto pode ser um componente da cognição. Nessa perspectiva, a relação entre cognição e gênero textual dá-se porque entendemos que os conhecimentos e as estruturas linguísticas estão imersas na prática social, agindo na constituição recíproca da produção textual e das práticas sociais. Para Marcuschi (2004; 2008), os gêneros textuais integram-se funcionalmente nas culturas em que se desenvolvem e apresentam características cognitivas e pragmáticas que interferem tanto na produção sobre as coisas do mundo, como também na compreensão.

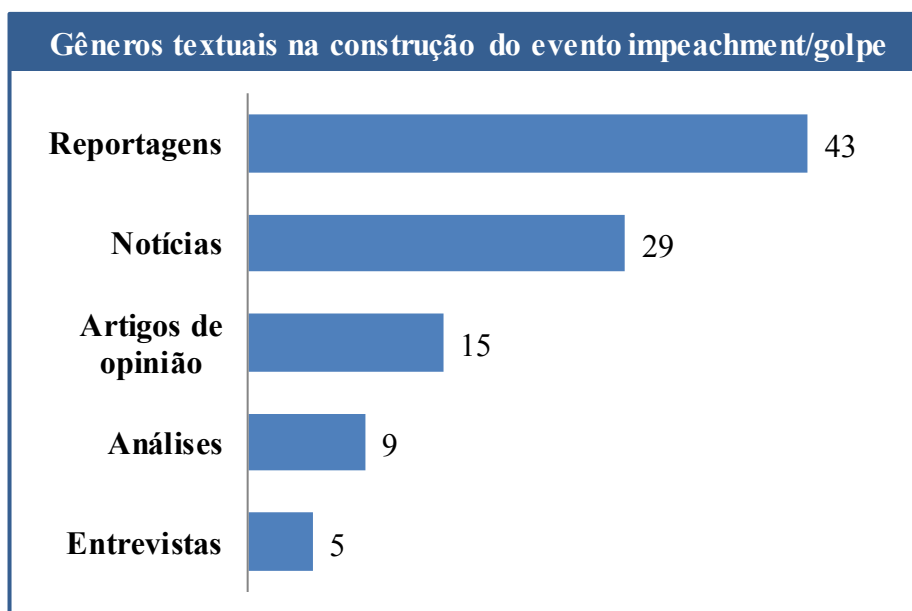
Assim, os gêneros textuais e as informações contidas neles produzem (e constituem) uma forma de cognição social, a qual aciona um conjunto de conhecimentos, de crenças por meio do discurso (VAN DIJK, 1988; 2012) no domínio jornalístico. Desse modo, os gêneros jornalísticos tendem a ser institucionalizados e operam no modo como os discursos são interpretados em contextos sociais (FALCONE, 2008).

Para van Dijk (1988), tais gêneros veiculam um conjunto de informações que se referem a uma compreensão semelhante desse contexto social, e a partir dele, modelos mentais são formados não apenas pela situação do texto, mas também pela própria situação socialmente situada.

Neste estudo, vemos que os gêneros textuais atuam na construção do evento, uma vez que apresenta movimentos discursivos que podem legitimar uma versão sobre a realidade

e deslegitimar outra, a partir das relações que o gênero detém com as práticas sociais e com a organização dos elementos discursivos. Por isso, mostra-se relevante apresentar quais gêneros foram mais utilizados na cobertura do evento, e como esses gêneros podem atuar na construção das conceptualizações sobre o evento impeachment/golpe. Vejamos no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Gêneros textuais na construção do evento impeachment/golpe.



O gráfico, acima, apresenta os gêneros textuais¹⁹ que tiveram maior circulação no discurso jornalístico para construir o evento. Vale salientar que os gêneros com maior quantidade foram: **notícias** com vinte e nove; e **reportagens** com quarenta e três. Esses dados quantitativos indicam que esses gêneros orientam os sentidos que se manifestam durante a cobertura e, ainda, norteiam, nesta pesquisa, a construção discursiva sobre o evento.

Para Kindermann (2003), o gênero notícia se refere à cobertura de um fato ou uma série de fatos, enquanto a reportagem faz o levantamento de um assunto, contendo a descrição dos acontecimentos sem exibir posicionamento sobre o que foi apresentado e noticiado. Estruturalmente, conforme Lage (1979), a reportagem é escrita com critérios de nomeação, ordenação e seleção similares aos da notícia e apresentada com diagramação idêntica. Desse modo, os gêneros notícia e reportagem, na prática discursiva jornalística ancoram fatos, a partir de textos, que apontam para fatores contextuais.

¹⁹ Esses gêneros textuais referem-se ao *corpus* específico, os quais foram contabilizados e apresentados em gráfico. Esse recorte metodológico foi necessário para um maior aprofundamento nas análises.

De acordo com van Dijk (1988), os gêneros jornalísticos, sobretudo a notícia, configuram-se como formas particulares de prática social e institucional em que os textos veiculados pelos jornais demonstram muita atenção em alguns aspectos e restrições em outros. Nessa direção, as informações que circulam nos gêneros jornalísticos podem ancorar e construir conhecimentos no tempo e no espaço sobre o evento, “apesar da crença de que notícias só expõem os fatos e não opinião” (VAN DIJK, 1988, p.5).

Assim, abre-se, a partir dessa crença, uma perspectiva para a visão de que os gêneros notícia e reportagem narrativizam os eventos mostrando uma realidade mais “objetiva” dos fatos ou realizando “uma transposição da realidade”. Conforme salienta van Dijk (1988), Marcuschi (2008) e Falcone (2003), as notícias, por exemplo, são utilizadas para além da narrativização dos eventos, uma vez que podem instituir o poder dos grupos hegemônicos, organizar os elementos textuais-discursivos e, ao mesmo tempo, controlar as informações sobre os atores sociais e (des)legitimar ações e grupos sociais.

A partir dessa construção discursiva sobre as coisas do mundo, cria-se uma memória, a qual pode acionar e construir modelos mentais. Van Dijk (1988) afirma que as informações contidas nos textos permitem a formação de modelos mentais. Tais modelos envolvem informações e conhecimentos, para atender às necessidades sociais, como também constituem memórias socialmente compartilhadas (pelo menos parcialmente similares), o que permite a ativação de conhecimentos semelhantes sobre o evento atual e uma estabilização de sentido para interações futuras.

Tais compreensões socialmente compartilhadas pelos jornais transformam-se em discursos públicos cuja circulação é de grande alcance e permite que grupos grandes de pessoas tenham modelos semelhantes das mesmas situações. Assim, os modelos mentais podem ser usados novamente para acionar conhecimentos sobre eventos socialmente situados. Esses modelos mentais são elaborados a partir das informações dos textos que são analisados e armazenados na memória para fortalecer a construção do jornal como a versão que se refere “à realidade”.

Nessa construção, o discurso jornalístico privilegia uma organização discursiva a qual (1) evidencia o armazenamento da informação textual na memória; (2) organiza o modo como se deve ser entendida a situação socialmente situada; e (3) influencia a crença pretendida e as mudanças de opinião. Esses movimentos são realizados de modo sutil, em que as estruturas linguísticas e sociais vão sendo tecidas e formuladas para conceptualizar o mundo apenas por uma perspectiva. Vejamos a notícia a seguir:

No Nordeste, grito contra Dilma e Lula se amplia

Recife teve maior manifestação da região, com 120 mil pessoas, oito vezes mais que em março de 2015

O Globo 14/03/2016 - 06:00 / Atualizado em 14/03/2016



Manifestantes contrários ao governo Dilma Rousseff durante manifestação realizada ontem no Corredor Vera Arruda, Orla de Maceió.

Foto: Brazil Photo Press / Alisson Frazão.

RIO - Região que mais deu votos para Dilma Rousseff na eleição de 2014, e que sempre garantiu alta popularidade ao ex-presidente Lula, o Nordeste foi ontem palco de grandes protestos contra o governo e a corrupção e a favor da operação Lava-Jato. Manifestações em capitais como Recife (PE), Fortaleza (CE) e Salvador (BA) e cidades médias do interior registraram forte aumento no número de participantes em relação a 2015.

A capital de Pernambuco foi a cidade com maior participação. Segundo a Polícia Militar, foram às ruas do Recife 120 mil pessoas, oito vezes mais do que os 15 mil do primeiro grande protesto contra o governo de Dilma, realizado em 15 de março do ano passado. O ato começou pouco depois das 10h na *Avenida Boa Viagem, Zona Sul da capital*, e ocupou a orla até o início da tarde de domingo. Em Campina Grande, no oeste pernambucano, 3 mil pessoas protestaram.

A PM calculou 35 mil manifestantes em Fortaleza (CE), onde um grupo foi à Praia de Iracema para realizar a “dancinha do impeachment”, coreografia muito compartilhada (e criticada) nas redes sociais durante a semana.

Em Maceió, foram 25 mil manifestantes segundo a PM (mais que o dobro dos 10 mil de março de 2015). A passeata, que tomou a principal avenida da orla da capital alagoana, **contou com várias alegorias que lembravam um carnaval, entre elas uma grande cobra jararaca com a cabeça do ex-presidente Lula.**

Vinte mil pessoas reuniram-se em Salvador, a maior manifestação contrária ao governo federal na Bahia desde o início dos protestos. Organizadores coordenaram o ato em cima de um minitrio-elétrico estacionado no Farol da Barra, cartão postal da cidade. Em Natal, o ato durou duas horas e meia e reuniu 20 mil pessoas, segundo os organizadores. A PM estimou que 11 mil pessoas foram até a Praça Cívica, na Zona Leste da cidade.

A partir do texto exibido, faz-se necessário expor uma discussão sobre essa notícia, apresentando o modo como ela foi organizada e também evidenciar estratégias utilizadas pelo discurso jornalístico para construir o evento.

A maioria dos jornais tende a “esquematizar” o gênero notícia. Para van Dijk (1988) a estrutura de uma notícia contém “summary” que corresponde ao título da notícia precedido do lead. O *summary* tem a função de abordar o assunto principal do acontecimento e deve responder a alguns questionamentos norteadores (Quem? O que? Onde? Quando? e Como?).

Falcone (2008, p.126 – 127), declara que “de acordo com os manuais de redação jornalística, essas respostas teriam a função da ‘objetividade’, pois trariam logo no início do texto as questões ‘mais relevantes’, o que tornaria a leitura da notícia mais ágil”.

O título e o lead dessa notícia são: “No Nordeste, grito contra Dilma e Lula se amplia. Recife teve maior manifestação da região, com 120 mil pessoas, oito vezes mais que em março de 2015”. Com base no que foi defendido por van Dijk (1988) e de acordo com o que analisamos nessa notícia verificamos:

Quadro 9 - “Summary” da notícia.

O “ <i>summary</i> ” da notícia do O Globo 14/03/2016	
Quem?	Manifestantes contra Dilma Rousseff e Lula
O que?	Protestos a favor do impeachment
Onde?	No nordeste
Quando?	Durante o andamento do julgamento de Dilma

Como uma estratégia de guiar a compreensão sobre a notícia, vemos que o *summary* desta notícia exhibe a esquematização proposta por van Dijk (1988) e também demonstra um posicionamento político e ideológico de pessoas que são a favor do afastamento da presidenta Dilma Rousseff.

Nessa perspectiva, o título e o *lead* parecem estar descrevendo apenas a realidade com as afirmações de que o “Recife teve maior manifestação da região” e o “grito contra Dilma e Lula se amplia”. No entanto, o jornal destaca que o Nordeste, região do Brasil que apoia os governos de Lula e Dilma, está com “um movimento crescente”, “um grande número de pessoas” que apoiam o impeachment de Dilma.

As formulações “No Nordeste” e “Recife teve maior manifestação da região” parecem ser “objetivas”, apresentando o lugar das manifestações, mas elas destacam, por seu uso constante e repetitivo, uma visão elaborada pelo jornal de que a população de todo o Brasil, inclusive do Nordeste, está insatisfeita como governo de Dilma. A construção da “insatisfação do Nordeste com o governo de Dilma” não está explícita, mas neutralizada pela formulação das estruturas linguísticas. Conforme Falcone (2008), é a partir dessa organização

e formulação rígida (título – lead) que os jornais têm o maior controle sobre os discursos que circulam na sociedade, como também têm maior controle na institucionalização do gênero.

Outra maneira de construir o evento é o encadeamento textual-discursivo das informações na notícia. Vejamos:

- ✓ Região que mais deu votos para Dilma Rousseff na eleição de 2014, e que sempre garantiu alta popularidade ao ex-presidente Lula, o Nordeste foi ontem palco de grandes protestos contra o governo e a corrupção e a favor da operação Lava-Jato. [...]
- ✓ A capital de Pernambuco foi a cidade com maior participação. Segundo a Polícia Militar, foram às ruas do Recife 120 mil pessoas, oito vezes mais do que os 15 mil do primeiro grande protesto contra o governo de Dilma, [...]
- ✓ A PM calculou 35 mil manifestantes em Fortaleza (CE), onde um grupo foi à Praia de Iracema para realizar a “dancinha do impeachment”, coreografia muito compartilhada (e criticada) nas redes sociais durante a semana. [...]
- ✓ Em Maceió, foram 25 mil manifestantes segundo a PM [...] contou com várias alegorias que lembravam um carnaval, entre elas uma grande cobra jararaca com a cabeça do ex-presidente Lula. [...]
- ✓ Vinte mil pessoas reuniram-se em Salvador, a maior manifestação contrária ao governo federal na Bahia desde o início dos protestos.

Nesse encadeamento, percebe-se a regularidade e a recorrência no que se refere:

- (1) **o ato de fazer uma marcação (espaço-temporal) nos locais em que aconteceu os protestos contra Dilma**, “capital de Pernambuco; Fortaleza (CE) - Praia de Iracema ; Em Maceió e Salvador”;
- (2) **a ênfase nos elementos quantitativos apresentados para permitir comparações “exatas” e “sem distorções”, calculados conforme a Polícia Militar**, “Segundo a Polícia Militar, foram às ruas do Recife 120 mil pessoas, oito vezes mais do que os 15 mil do primeiro grande protesto”; “A PM calculou 35 mil manifestantes”; “Em Maceió, foram 25 mil manifestantes segundo a PM”; e
- (3) **as escolhas discursivas operadas pelo jornal para destacar ações “festivas” e “críticas” nos protestos ao invés de violência**, “dancinha do impeachment”, coreografia muito compartilhada”; “alegorias que lembravam um carnaval, entre elas uma grande

cobra jararaca com a cabeça do ex-presidente Lula”; “a maior manifestação contrária ao governo federal na Bahia desde o início dos protestos com o minitrio”.

Ao analisarmos esse encadeamento estruturado na notícia, identificamos o efeito de objetividade (FALCONE, 2008), uma vez que a “objetividade” é demonstrar o apoio pacífico, sucessivo e festivo do povo do nordeste ao afastamento da presidenta Dilma. Assim, tal notícia fornece ao leitor/ouvinte regularidades discursivas para a compreensão desse texto e, ainda, aponta elementos que institui/aciona modelos mentais, os quais são necessários para indicar uma visão do mundo.

A partir dessas regularidades, o evento é construído e memorizado pelos sujeitos da sociedade, estabilizando, além de sentidos, uma memória sobre o evento. O discurso jornalístico desempenha um papel que institui e legitima apenas um grupo social e faz circular dizeres que parecem ser “objetivos” ou “a realidade”. No entanto, percebemos que o discurso jornalístico destaca uma perspectiva interpretativa sobre o evento, uma vez que os jornais constroem modelos mentais que associam a saída de Dilma Rousseff ao (1) “início da punição dos políticos corruptos”, (2) “redução dos privilégios”, (3) “combate à corrupção”, (4) “fim da crise econômica”, entre outros que veremos a seguir.

Desse modo, o discurso jornalístico continua atuando como uma “máquina de conceptualizar a realidade” na construção de um discurso que serve de subsídio para a estabilização de modelos mentais sobre o evento, a partir de uma visão dos grupos sociais que detém poder na sociedade brasileira. Conforme Lopes (2016, p. 101),

Quatro famílias decidiram [*o desfecho do evento*]²⁰: Basta! Fora! Os Marinho (Organizações Globo), os Civita (Grupo Abril/Veja), os Frias (Grupo Folha) e os Mesquita (Grupo Estado). A essas famílias somaram-se outras com mídias de segunda linha, como os Alzugaray (Editora Três/Isto é) e os Saad (Rede Bandeirantes), ou regionais, como os Sirotsky (RBS, influente no sul do país). Colocaram em movimento uma máquina de propaganda incontrastável, sob o nome de “imprensa”, para criar opinião e atmosfera para o golpe de Estado contra o governo de Dilma Rousseff, eleito por 54 milhões de pessoas em 26 de outubro de 2014 (LOPES, 2016, p. 101).

O autor afirma que os jornais de grande circulação no país controlam e constroem os discursos e legitimam versões em favor de seus posicionamentos políticos e ideológicos. Dias e Souza (2018) ainda acrescentam que o discurso jornalístico constitui a legalidade e a legitimidade dos “donos do poder”. Os autores salientam que a construção discursiva nos

²⁰ Grifo nosso.

jornais inicia com “uma campanha de convencimento de que o país está quebrado e a única alternativa para salvá-lo é a implementação das reformas trabalhista e previdenciária, pois somente assim o país se recuperaria da ‘grave crise causada pelos governos petistas’” (DIAS; SOUZA, 2018, p. 53).

Nessa perspectiva, o discurso jornalístico exerce poder na sociedade, que é capaz de instituir e legitimar uma versão da realidade como “a realidade” e, ainda, reproduzir as ideologias e as concepções dos grupos que detém mais poder no país.

O discurso da mídia, portanto, apresenta, constrói e aciona um modelo parcial da realidade, estabilizando compreensões sobre o evento de um modo que institui efeitos de “evidência”/ “clareza”/ “objetividade” sobre os fatos. São a partir desses efeitos estabelecidos pelo discurso jornalístico que a construção do evento destaca a conceptualização de impeachment e deixa à margem a conceptualização de golpe.

Vejamos, a seguir na figura 18, a construção do discurso jornalístico na cobertura do evento impeachment/golpe: a ordem cronológica da discursivização. Esta figura apresenta, em ordem cronológica, algumas manchetes veiculadas pelos jornais, as quais ajudam a ancorar os conhecimentos sobre o evento no espaço e no tempo.

A construção do discurso jornalístico na cobertura do evento impeachment/golpe: a ordem cronológica da discursivização

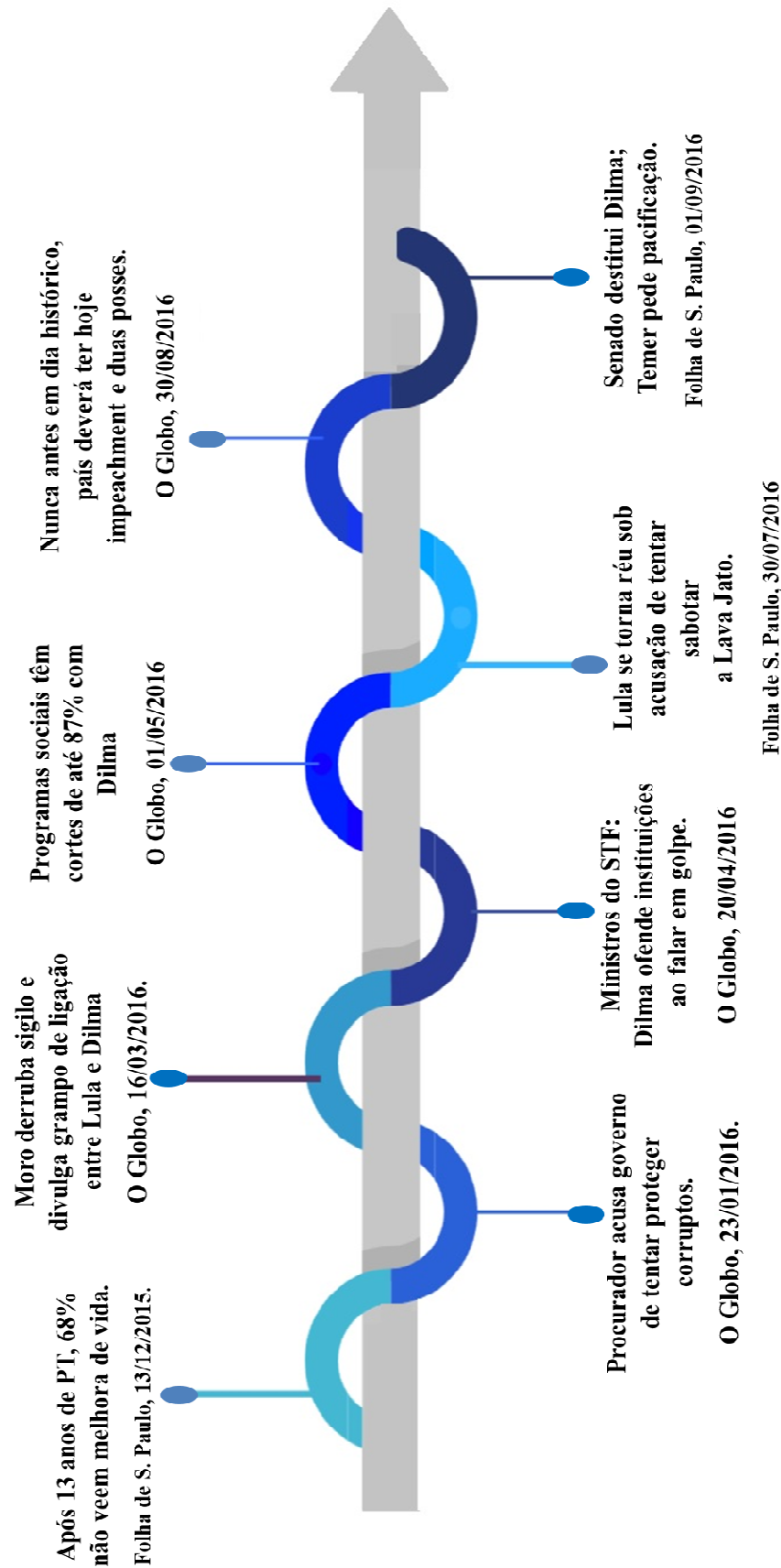


Figura 18 – A construção do discurso jornalístico na cobertura do evento impeachment/golpe: a ordem cronológica da discursivização

Durante a cobertura do evento impeachment/golpe, os leitores/ouvintes são informados sobre os acontecimentos que são discursivizados pelos jornais. Nessa perspectiva, o discurso veiculado pelos jornais, este que vai estabelecer relações de poder, vai construir/acionar modelos mentais e, ainda, vai propagar uma visão de mundo. A figura 18 apresenta algumas manchetes²¹, as quais vão nos guiar na análise e mostrar o que foi destacado pelo discurso da mídia, desde a abertura do processo de impeachment realizada pelo presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha, em dezembro de 2015 até o mês de setembro de 2016. No mês de setembro o julgamento já havia acontecido e Dilma Rousseff já tinha sido destituída do cargo da presidência.

No início da cobertura, em dezembro, **13/12/2015**, o jornal Folha de S. Paulo exibe “após 13 anos de PT, 68% não veem melhora de vida”. Nessa manchete verificamos que o jornal não destaca apenas o governo da presidenta Dilma, mas os “13 anos do PT” e a ênfase dada é no quantitativo de que 68% da população brasileira não avistaram melhorias de vida. Isso significa dizer, de modo geral, que o governo do PT em muitos anos de administração pública não proporcionou melhorias à população brasileira.

Em janeiro, **23/01/2016**, o jornal O Globo salienta “Procurador acusa governo de tentar proteger corruptos”. A partir do que está posto nesse fragmento, identificamos que o jornal evidencia o posicionamento do governo Dilma contrário ao que alega a justiça, pois fica destacado que o governo Dilma “protege” corruptos. Além disso, constata-se que os corruptos são ou os que apoiam o PT e o governo de Dilma ou os que integram o partido do PT.

Em março, **16/03/2016**, o jornal O Globo apresenta “Moro derruba sigilo e divulga grampo de ligação entre Lula e Dilma”. Nessa construção discursiva do jornal fica demonstrada a consolidação de que o Poder Judiciário está atento às manobras políticas do governo de Dilma e não “aceita” nenhum tipo de “acordo” político, descredibilizando a atitude de Dilma e, ainda, incriminando Lula. Vale ressaltar, porém, que a divulgação desses áudios foi no momento em que Lula estava prestes a ser nomeado ministro da Casa Civil e seria submetido à jurisdição do Supremo. Posteriormente, essa divulgação foi declarada pelo ministro Teori Zavascki como ilegal. Conforme (VIEIRA, 2018, p. 33), “o vazamento seletivo de informações, contribuem para a percepção de falta de imparcialidade do aparato de aplicação da lei” e, além disso, “causa grande impacto na consolidação de uma base de apoio

²¹ A seleção dessas manchetes mostra-se relevante para evidenciarmos a polarização discursiva e cognitiva que o discurso jornalístico construiu e estabilizou na cobertura sobre o evento impeachment/golpe.

social às investigações”. Nessa perspectiva, a divulgação desses áudios foi estratégica para intensificar a comoção popular contra o governo de Dilma.

Em abril, **20/04/2016**, o jornal O Globo destaca “Ministros do STF: Dilma ofende instituições ao falar em golpe”. Novamente, o jornal formula uma manchete em que dar ênfase ao fato de que Dilma se encontra do lado oposto ao judiciário/da justiça, destacando o STF. Ou seja, ao falar de golpe, Dilma está “afrontando” as instituições que estão “de acordo com a Democracia/Constituição” e “seguem os trâmites do processo de impeachment”.

Em maio, **01/05/2016**, o jornal O Globo mostra “Programas sociais têm cortes de até 87% com Dilma”. Essa manchete faz parecer que o governo de Dilma não apresenta melhorias para a população brasileira, realizando corte de até 87% nos programas sociais. Vale lembrar ainda que o jornal inicia a manchete com “programas sociais”, na tentativa de sensibilizar e informar os leitores/ouvintes que o corte realizado nos programas sociais pelo governo de Dilma, além de ter sido muito alto, prejudica e afeta a população do país com menos poder aquisitivo, isto é, a população mais carente.

Em julho, **30/07/2016**, o jornal Folha de S. Paulo afirma “Lula se torna réu sob acusação de tentar sabotar a Lava Jato”. Nessa construção linguística, o jornal, mais uma vez, coloca Lula, que é um dos líderes do PT, do lado oposto da justiça por “sabotar a Lava Jato”. Além disso, aponta-o como um “criminoso”, “violador” de regras/ de leis, ao declarar “Lula se torna réu”.

Em agosto, **30/08/2016**, o jornal O Globo expõe “Nunca antes em dia histórico, país deverá ter hoje impeachment e duas posses”. Essa manchete antecipa a decisão do julgamento de Dilma Rousseff, uma vez que a votação ainda não tinha acontecido. Com essa estrutura linguística, vemos que a saída de Dilma já estava confirmada e validada pelo discurso jornalístico.

Em setembro, **01/09/2016**, o jornal Folha de S. Paulo exhibe “Senado destitui Dilma; Temer pede pacificação”. Essa manchete veicula dois momentos discursivos centrais, (1) Senado destitui Dilma, destacando o fato de que a destituição de Dilma foi realizada por uma instituição legitimada para tal ação “o Senado” e (2) Temer pede pacificação, nessa construção infere-se que no governo de Dilma havia violência, pois é preciso Temer “pedir paz”. Com essa elaboração discursiva, o jornal demonstra que com o impeachment de Dilma Rousseff o país tem a oportunidade de se unir e ter paz, destacando, ao mesmo tempo, que o governo de Dilma foi conturbado e não harmonioso.

Esse percurso cronológico se mostra interessante, pois, a partir dele, vemos que os jornais deixam explicitar apenas a conceptualização do evento sendo impeachment durante

toda a cobertura. Além disso, a mídia constrói uma polarização, ao longo do tempo, entre quem é a favor da destituição da presidenta Dilma (o lado da “justiça” e da “legalidade”), e os que são contra a destituição (o lado dos “corruptos” e dos que “intensificaram a crise social e econômica do Brasil”).

Como vimos, as manchetes utilizam itens lexicais que apresentam julgamentos valorativos, posicionamentos ideológicos sobre o evento e instauram conhecimentos que são organizados na memória coletiva da sociedade, isto é, constroem e ativam conhecimentos que formam modelos mentais e constituem uma cognição social sobre o evento impeachment/golpe.

Nessa perspectiva, as construções exibidas pelos jornais nos mostram que as estruturas discursivas acionam sentidos que estão armazenados na memória socialmente compartilhada e, ao mesmo tempo, ancoram conhecimentos que podem se tornar parte de nossa história e cultura, a partir de nossas experiências socialmente situadas. Pelo que está explícito, o jornal evidencia o evento sendo impeachment, como também deslegitima o governo de Dilma (e do PT) e o líder do PT (Lula). Para entender melhor essa (des)legitimação, vejamos o quadro:

Quadro 10 - (Des)legitimação de atores e ações.

Aspectos negativos do governo Dilma e líder do PT	Ações positivas do Poder Judiciário e do Poder Legislativo
Lula se torna réu	Procurador acusa governo
Programas sociais têm cortes	Moro derruba sigilo
Dilma ofende instituições	Senado destitui

Ao analisar as estruturas discursivas vemos que o discurso jornalístico seleciona verbos que indicam posicionamentos. Conforme Marcuschi (2007, p. 146), “apresentar ou citar o pensamento de alguém implica, além de uma oferta de informações, também uma certa tomada de posição diante do exposto”. Desse modo, vemos que a seleção desses verbos, apresentados no quadro, propicia identificar opinião dos jornais em relação ao evento, como

também a construção de aspectos atribuídos ao evento o que acarreta numa memória social compartilhada que indica uma legitimação às ações realizadas pelo Poder Judiciário e pelo Poder Legislativo e uma deslegitimação ao governo Dilma e ao ex-presidente Lula.

Ao analisarmos as estruturas discursivas encontramos uma ocorrência de passividade para ocultar os agentes: (1) Programas sociais têm cortes; e uma ocorrência de voz reflexiva: (2) Lula se torna réu.

Na ocorrência (1), verificamos que não se explicita quais programas foram cortados, nem os motivos pelos quais esses programas tiveram que ser cortados. O que o jornal aponta de mais importante é o fato do governo de Dilma ter efetuado cortes, indicando o agravamento da “crise brasileira” e demonstrando a instabilidade econômica que afeta o governo.

Na ocorrência (2), elucidamos o destaque negativo atribuído a Lula ao evidenciá-lo como “réu”. Outro ponto interessante é o modo como é apresentada a voz reflexiva na estrutura linguística “Lula se torna réu”. O verbo “se tornar” não explicita a agência, pois pode ser uma característica atribuída pelo jornal a Lula, “Lula foi transformado em réu”, mas também aponta para uma ação executada por Lula, “Lula decidiu/escolheu ser réu”.

Nessa perspectiva, o jornal aponta para a circunstância de que Lula é o agente da ação, deixando implícita a informação de que “Lula violou alguma regra constitucional”, por isso é “culpado”, é “réu”. Como também notamos a possibilidade de que “um delito foi cometido por Lula”, salientando o cenário de que o sujeito sofre a ação, ou seja, em decorrência de algum delito cometido por Lula, ele “culpado”, é “réu”. Na voz reflexiva, o sujeito da oração tanto realiza a ação, quanto é o sujeito paciente da oração. Nessa ocorrência (2), a mídia mostra o sujeito, “Lula”, nessa situação tanto de realizar a “ação criminosa”, quanto de “responder” por “atos criminosos” cometidos por ele.

Ao compararmos a construção das estruturas discursivas do grupo social que tem os aspectos descritos como positivos temos: (1) Procurador acusa governo; (2) Moro derruba sigilo; e (3) Senado destitui. Ao contrário do que foi mostrado anteriormente, todas as ocorrências estão na voz ativa e os agentes estão explícitos: “Procurador”, “Moro” e “Senado”, esses agentes evidenciados pelo discurso jornalístico são do Poder Legislativo e do Poder judiciário, órgãos que adicionam legitimidade ao que está sendo dito no discurso jornalístico.

Além dos agentes explícitos, apresentando uma “objetividade/naturalidade/linearidade” aos fatos, estão os verbos: (1) Procurador **acusa**

governo; (2) Moro **derruba** sigilo; e (3) Senado **destitui**. Tais verbos indicam ações afirmativas que transmitem informações e tomadas de decisões fixas e imutáveis.

Entretanto, salientamos a estrutura discursiva elaborada pelo jornal para comunicar ação de Dilma, a saber: (3) “Dilma **ofende** instituições”. Nessa estrutura, o jornal realça um “erro” cometido por Dilma ao “ofender as instituições”. Além disso, o verbo “ofender” retoma o discurso de que Dilma está contra a justiça/contra o Poder Judiciário.

Essa diferença nas estruturas discursivas permite visualizarmos um confronto ideológico entre grupos sociais, em que o discurso jornalístico formula informações que constroem uma opinião positiva sobre quem é a favor do evento sendo impeachment, “Moro”, “Temer”, “Procurador”. E, ao mesmo tempo, nota-se a construção de opiniões que aludem e associam o governo de Dilma e a imagem de Lula a atitudes “criminosas”, de “desrespeito às instituições” e de “instabilidade econômica”.

Por isso, vemos o discurso jornalístico, na cobertura cronológica, induzir os leitores/ouvintes à compreensão de que a condução do impeachment foi “legal” devido à presença do Poder Judiciário e do poder Legislativo.

Ademais, houve, perante a visão dos jornais, o realce às “crises econômica e política” do governo Dilma, à “criminalização” de Lula e Dilma por corrupção, ao “não crescimento do país em 13 anos” e à “contenção de gastos ocasionando cortes aos programas sociais”. Nessa direção, a mídia constrói uma superexposição negativa sobre Dilma e Lula na tentativa de vincular e aderir uma opinião de rejeição popular a esse governo e retirar essa liderança política do país.

A opinião pública, partindo dos conhecimentos veiculados pelos jornais, tornou-se uma prioridade para os grupos hegemônicos, pois é a partir da construção discursiva, da circulação de conhecimentos e das atitudes realçadas pelos jornais que se estabilizam opiniões, versões da realidade e se constituem visões de mundo. E a partir da construção discursiva, formam-se modelos mentais, os quais organizam as situações socialmente situadas, de modo dinâmico e norteando a compreensão dos leitores/ouvintes sobre o evento.

Assim, o discurso jornalístico tem se tornado fundamental para analisarmos a construção cognitivo-discursiva do evento especialmente porque a opinião [veiculada por ele] é reproduzida nas práticas sociais e fundamenta outras ações e discursos semelhantes, propagando, portanto, ideologias e crenças dos grupos hegemônicos.

Vejamos nos próximos tópicos, a partir do processo de mesclagem conceitual, uma possibilidade de analisar o modo como as conceptualizações são formuladas no discurso

jornalístico para estabilizar “a realidade” e construir modelos mentais que formam e acionam uma memória social e institucional²² sobre o evento.

6.2 A LEGITIMAÇÃO E ESTABILIZAÇÃO DISCURSIVA E COGNITIVA DA CONCEPTUALIZAÇÃO DO IMPEACHMENT

Este tópico é destinado às análises do discurso legitimador da conceptualização do evento sendo impeachment, uma vez que vamos evidenciar uma possibilidade cognitivo-discursiva de compreender um dos processos pelo qual a conceptualização de impeachment é estabilizada e legitimada pelo discurso jornalístico. Compreendemos que há vários processos que podem investigar a construção e a disputa pela discursivização do evento impeachment/golpe, visto que essa construção é contínua, é cronológica e se dá ao longo de toda a cobertura jornalística, não se esgotando com essa categoria analítica. Contudo, pretendemos apontar e examinar como o processo da mesclagem conceptual é relevante para observar que a produção discursiva é algo que se estabelece, também, em níveis mentais, isto é, pelo viés cognitivo.

Assim, vamos fazer uma análise cognitivo-discursiva para explicitar o modo como a mídia conseguiu estabilizar e legitimar a conceptualização do impeachment como “a realidade” e, analisar detalhadamente a relação intrínseca entre discurso, cognição e sociedade. Para Falcone (2008, p. 53), “a cognição tem a propriedade de operar na interface entre o que construímos socialmente e o que praticamos individualmente”.

Desse modo, os estudos discursivos e cognitivos encontram-se numa relação dialética entre os conhecimentos individuais e sociais que tanto ativam quanto ancoram conhecimentos que são mobilizados no texto. É a partir dessa mobilização no/do texto que podemos identificar e analisar o funcionamento textual-discursivo das estruturas linguísticas, da construção/ativação dos modelos mentais e mapear os espaços mentais, as projeções de sentido sobre o evento sendo impeachment.

Portanto, é a partir dessa discursivização e do processo de mesclagem conceptual que propomos um estudo cognitivo e discursivo, o qual salienta a importância da relação constitutiva entre discurso e cognição como uma das formas de conceptualizar e estabilizar versões sobre as coisas do mundo. Assim, a conceptualização do impeachment sendo “a realidade” está atrelada a grupos sociais dominantes que utilizam esse discurso para legitimar

²² A influência das instituições, nesse acaso, é o poder que elas exercem na sociedade estabelecendo as relações de poder e tendo o controle discursivo e cognitivo sobre os discursos públicos.

ou deslegitimar atores sociais, (re)produzir ideologias e para a manutenção do poder hegemônico.

Vejamos os textos²³ a seguir:

Texto I:

Deltan Dallagnol: ‘O remédio (para corrupção) é combater a impunidade’
Coordenador da força-tarefa diz que Lava-Jato ‘trata do tumor e não do câncer’

Renato Onofre, jornal O Globo, 09/12/2015

SÃO PAULO — Em entrevista ao GLOBO, o coordenador da força-tarefa da Lava-Jato, procurador da República Deltan Dallagnol, diz que a operação trouxe esperança no combate à corrupção e que “trata do tumor e não do câncer”. E ainda que impeachment não é remédio para combater corrupção. “Não se trata de fazer ou não impeachment, e sim determinar quais são as mudanças necessárias”.

Como chegamos a esse nível de corrupção no Brasil?

corrupção no Brasil vem desde o período colonial. Existem fatores culturais que levaram a este quadro, mas algo que certamente influencia isso: a impunidade que existe desde sempre. Em 1820, no Rio, havia um versinho que dizia: “Quem rouba muito é barão, mas quem rouba muito e esconde passa de barão à visconde”. A punição no Brasil é algo extraordinariamente raro. As pessoas confiam que não serão pegadas e que, se forem pegadas, não serão punidas.

E qual o remédio?

O remédio é combater a impunidade. É necessário a existência de uma efetiva e proporcional punição àqueles que cometem corrupção.

E como combatê-la?

Vivemos uma janela de oportunidade para mudanças. Se nós não mudarmos neste momento em que tanta corrupção é revelada, em que a população está tão consciente, quando nós mudaremos? Eu acredito que hoje é o dia, que hoje é o tempo que decidiremos o país que nós queremos ter para nós e para as futuras gerações. Precisamos transformar a indignação em ação. E foi como mote de canalizar esse momento que o Ministério Público propôs as 10 medidas contra a corrupção (veja abaixo).

Qual é o eixo dessas medidas?

As 10 medidas contra a corrupção têm três focos centrais. O primeiro é evitar que a corrupção aconteça. O segundo é dar um basta na impunidade e trazer uma punição àqueles que praticam corrupção proporcional ao mal que eles causaram a sociedade. E o terceiro eixo é a recuperação do dinheiro que foi desviado.

Como está o processo para aprovação dessas medidas?

Estamos colhendo assinatura e recebendo a adesão da sociedade. Já atingimos mais de 800 mil assinaturas das 1,5 milhão necessárias para o projeto de lei de iniciativa popular. Depois, a discussão será no Congresso.

O senhor confia que este Congresso aprovará medidas que podem afetar parte de seus integrantes envolvidos em casos de corrupção?

Um dos feitos mais maléficos da corrupção é o cinismo. É a dúvida que se desenvolve a respeito do sistema, do funcionamento das instituições. Todo mundo passa a acreditar que nada funciona, que não

²³ Esses textos compõem a maior parte do mapeamento para ativar e construir a mesclagem conceptual analisada neste tópico.

adianta lutar. A Lava-Jato, nesse sentido, trouxe esperança. Mas ela não é a solução para todos os males da corrupção. A verdade é que a Lava-Jato trata de um tumor, mas não do câncer. Nós precisamos avançar para tratar o sistema aprovando as 10 medidas.

A Lava-Jato contribuiu para o agravamento da crise?

A Lava-Jato revela é que a corrupção caminhou de mãos dadas com a ineficiência econômica. Por exemplo, quando nós olhamos o caso de Pasadena, nós vemos que a própria escolha da compra da refinaria pode ter sido influenciada pelo recebimento de propina. No campo político, a Lava-Jato acaba sim por contribuir para o agravamento da crise. Mas nós culpamos as investigações pela crise política é o mesmo que, usando uma analogia do juiz Sérgio Moro, culpar o investigador pela descoberta de um cadáver. Como se ele fosse o responsável pelo homicídio. Quem trouxe essa crise foram aqueles que praticaram corrupção no passado. E não a Lava-Jato.

O texto I publicado no dia 09 de dezembro de 2015 corresponde ao gênero entrevista, cujo entrevistado é Dalton Dallagnol, coordenador da operação das investigações da Lava-Jato. Nesse texto, o jornal atribui relevância ao fato de que “a operação [*Lava-Jato*] trouxe esperança no combate a corrupção e que ‘trata do tumor e não do câncer’. [...] Impeachment não é remédio para combater a corrupção. ‘Não se trata de fazer ou não impeachment, mas sim de determinar quais são as mudanças necessárias’”.

De acordo com Dallagnol, o impeachment está dentre as medidas para combater a impunidade no Brasil. Nessa perspectiva, o jornal declara que “O primeiro é evitar que a corrupção aconteça. O segundo é dar um basta na impunidade e trazer uma punição àqueles que praticam corrupção proporcional ao mal que eles causaram a sociedade. E o terceiro eixo é a recuperação do dinheiro que foi desviado”. Assim, a construção que o jornal apresenta é apenas a perspectiva e os argumentos favoráveis ao impeachment, uma vez que esse evento se mostra como “necessário” para o atual cenário político brasileiro.

Texto II:

Artigo: O povo apoia Gleisi Hoffmann

POR ANCELMO GOIS, Jornal O Globo, 29/08/2016.

Num momento doloroso da vida da nação, em que só falta à boa parte da população (à la Sivuca, da Scuderie Le Cocq) dizer que “político bom é político morto”, a senadora Gleisi Hoffmann tem, acho, o apoio da galera quando diz que o Senado não tem condição moral de julgar Dilma. É verdade. As pessoas estão enojadas “desses políticos todos”, inclusive de Dilma.

Essa face da nossa tragédia consiste na putrefação, no imaginário popular, da atividade política, na base — errada, diga-se — de que ninguém presta nesse meio. Mas a política é essencial numa democracia. O ser humano, por mais criativo que seja, a ponto de inventar o Pokémon, só criou dois tipos de regime: o dos tanques (de direita ou de esquerda, pouco importa) e o da política.

A crise moral atual se deve muito ao PT de Gleisi. Claro que o partido de Lula não inventou a farra — há menos peixinhos a nadar no mar do que acusações contra Eduardo Cunha, um dos líderes do

processo de impeachment. Mas boa parte do PT caiu de cabeça na gandaia, como mostra a Lava-Jato. O próprio Lindbergh Farias, que junto com Gleisi e Vanessa Grazziotin são valentes na defesa de Dilma no Senado, é um dos investigados.

É imoral, para dizer o mínimo, Antônio Palocci ter recebido, a título de consultoria, em pleno governo petista, R\$ 5,7 milhões da Amil, uma empresa que pode ir ao céu ou ao inferno dependendo do nível de reajuste anual dos planos de saúde, decidido pelo governo.

É imoral, para dizer o mínimo, Zé Dirceu ter trabalhado, em pleno governo petista, para todas as grandes empreiteiras do país, um setor que, no mundo inteiro, é capaz de pisar no pescoço da mãe para conseguir obras públicas.

Talvez esses comissários tenham levado a sério o pensamento marxista de que não há verdades morais eternas. Mas o professor da NYU Steven Lukes, 74 anos, autor de “Marxismo e moral”, lembra que há um paradoxo nesta visão, “porque a maior parte das pessoas que se tornam marxistas o faz principalmente por motivos morais”. O mestre, pelo visto, não conhece o Patropi.

O texto II corresponde ao gênero artigo de opinião de Ancelmo Goes publicado no dia 27 de agosto de 2016. Nesse texto, a partir da organização textual-discursiva, identificamos informações que são consideradas como relevantes pelo jornal e, ainda, salientam aspectos contextuais sobre o evento.

O jornal evidencia que “A crise moral atual se deve muito ao PT de Gleisi” e que “Num momento doloroso da vida da nação, em que só falta à boa parte da população dizer que ‘político bom é político morto’”. Esse fragmento elucida a “crise brasileira” associada ao PT.

Ainda nesse texto, o jornal traz “a senadora Gleisi Hoffmann tem, acho, o apoio da galera quando diz que o Senado não tem condição moral de julgar Dilma. É verdade. As pessoas estão enjoadas ‘desses políticos todos’, inclusive de Dilma”. Esse trecho apresenta informações que demonstram a insatisfação da população acerca das atitudes realizadas pelos políticos brasileiros, ressaltando a presidenta Dilma.

Esse tipo de texto acentua a “violência” discursiva que se instaura contra o PT, contra o governo de Dilma Rousseff e, ainda, apresenta um posicionamento de que a população brasileira está a favor do impeachment, pois a população encontra-se “enjoada” com todos esses escândalos de corrupção, uma vez que o jornal destaca “boa parte do PT caiu de cabeça na gandaia, como mostra a Lava-Jato”.

Os argumentos construídos pelos jornais de que o impeachment de Dilma “salva” o país de “problemas/disfunções/enfermidades” são retomados não só ao longo desse texto, mas durante toda a cobertura do evento.

Texto III:

‘Impeachment é o remédio jurídico da nossa democracia’, diz presidente da OAB

Claudio Lamachia garante que a entidade não tem posição partidária e tomou uma decisão técnica

Eduardo Bresciani, O jornal O Globo, 27/03/2016

RIO - O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Claudio Lamachia, garante que a entidade não tem posição partidária e tomou uma decisão técnica, ao apoiar o afastamento de Dilma.

Como a OAB passou a apoiar o impeachment?

Esse processo de exame no âmbito da instituição foi absolutamente democrático. Em um primeiro momento, pedi que as OABs estaduais ouvissem suas bases e os conselheiros. Finalmente, no Conselho Federal, dos 27 estados, 26 votaram favoravelmente. É uma decisão democrática e que levou em consideração a posição da advocacia brasileira. Esses conselheiros foram eleitos de forma direta por praticamente um milhão de advogados. Nossa instituição defende e pratica a democracia e chegou a uma decisão quase unânime com relação a um tema extremamente delicado. Foi uma decisão absolutamente técnica. A Ordem não se movimenta de acordo com paixões partidárias ou ideológicas, mas com seu compromisso com a Constituição e as leis.

Uma comissão tinha dado parecer contrário, o que mudou?

Aquela comissão era prévia. Foi um grupo de cinco pessoas e tomaram uma decisão por três votos a dois, numa linha de não consideração, porque se discutia apenas as pedaladas fiscais. A partir de um determinado momento, entendemos por ampliar o debate e pedimos informações ao Supremo e à primeira instância sobre a Lava-Jato. Construímos então uma decisão mais ampla do que aquele parecer.

As escutas telefônicas do ex-presidente Lula foram levadas em conta?

Não foram consideradas na decisão. Tanto é que a Ordem está oficiando o juiz Sérgio Moro para que se possa tomar conhecimento dos fatos e verificar se houve interceptações de conversas entre advogados e clientes, o que é inadmissível. Se detectarmos esses fatos, vamos tomar as medidas judiciais cabíveis. Não levamos em conta como prova, mas claro que não posso dizer que desconsideramos o que ouvimos. Imagino que no sentimento de cada conselheiro ele pode até ter considerado o que ouviu, mas não foi objeto de fundamentação do voto, que levou em conta outras provas que nos deram convicção de que a nomeação do ex-presidente como ministro em um Diário Oficial extra no último momento do dia foi um fato real e grave.

A delação do senador Delcídio Amaral foi importante para a tomada de decisão?

A delação do senador é um dos elementos que trouxeram a convicção do relator no seu voto, que foi acompanhado pela quase unanimidade do Conselho Federal. Tanto a delação como outros elementos compõem um conjunto da obra, junto com outros elementos que estão no processo.

Defensores do governo comparam o impeachment a um golpe, qual sua opinião?

Acho a comparação totalmente descabida. Não vivemos nada semelhante a 1964 ou a 1954. Quando se busca questionar a própria lisura de um processo de impeachment, está se desconhecendo a Constituição. O impeachment consta na nossa Constituição como remédio jurídico da nossa democracia. É esse o caso em que estamos. Tanto não se está a falar em golpe que o próprio Supremo Tribunal Federal regulamentou o processo de impeachment. Não existe a mínima possibilidade de ter retrocesso, temos instituições consolidadas, nossa democracia é forte e saberá ultrapassar este momento.

Em 1992 a OAB liderou o processo. Agora só tomou a decisão com o impeachment em tramitação. Qual a diferença?

Na época do ex-presidente Fernando Collor de Mello, ele não tinha base política, partidária e ideológica tão firme quanto o atual governo tem hoje, e isso faz com que se tenha agora um enfrentamento e uma resistência maior. Mas entendo que a OAB ganha protagonismo por propor um exame mais abrangente que o processo que está correndo com um trabalho feito de forma técnica, célere e com a oportunidade de um debate amplo na classe e no aspecto jurídico. O partido da OAB é o Brasil, e sua ideologia, a Constituição. A Ordem não é governo, nem oposição, é do cidadão. Enquanto for presidente, quero deixar claro que partido não entra.

Além do novo pedido, vão apoiar o que está em andamento?

Vamos fazer as duas coisas. Vamos protocolar o novo processo na segunda-feira e também entregar um ofício formal da OAB com cópia da denúncia para o presidente da comissão em andamento. Caberá a ele aditar, juntar ou até desconsiderar. Nossa peça entende que as pedaladas são crime de responsabilidade, significa dizer que o principal argumento do que está lá em andamento, nós apoiamos.

O senhor vai entregar o novo pedido nas mãos de Eduardo Cunha?

Não vou entregar nas mãos dele. Vou entregar no protocolo, e o presidente da Câmara dará o trâmite que entender correto. Cabe à sociedade cobrar o que será feito. Também me traz desconforto ver que a denúncia por crime de responsabilidade feita pela OAB contra a presidente será despachada por um presidente da Câmara sobre quem já manifestamos a posição de que deveria ser afastado imediatamente. Entendemos que Eduardo Cunha deve sair porque sua permanência desrespeita o processo legal, uma vez que ele tem condição de interferir nos processos que correm contra si. Reitero a manifestação da OAB de que não achamos bom para a democracia que tenhamos um presidente da Câmara nas condições que está tendo a oportunidade de estar a frente de um momento como este.

O ex-presidente Lula chamou a Lava-Jato de “República de Curitiba”. Como vê a afirmação?

As manifestações divulgadas são bastantes ofensivas às instituições. Não posso aceitar que se veja de alguma forma o Poder Judiciário dessa maneira. Temos que acreditar nas nossas instituições. O que cabe ao poder Judiciário, seja de Curitiba ou o STF, é dar respostas céleres e julgar de forma isenta esses processos e nos termos da Constituição.

Há abusos na Lava-Jato?

Não sou advogado especificamente desse caso e não tenho tanto conhecimento. O que estamos avaliando é a questão do respeito às prerrogativas dos advogados. Aqueles que por uma razão ou outra queiram enfraquecer o advogado amanhã ou depois podem precisar de um. É preciso registrar que, sempre que se desrespeita uma prerrogativa, está se enfraquecendo o cidadão, que são os representados. É um equívoco confundir a atuação do advogado com a do cliente. O advogado é indispensável para o estado democrático de direito e precisa ter seu papel respeitado.

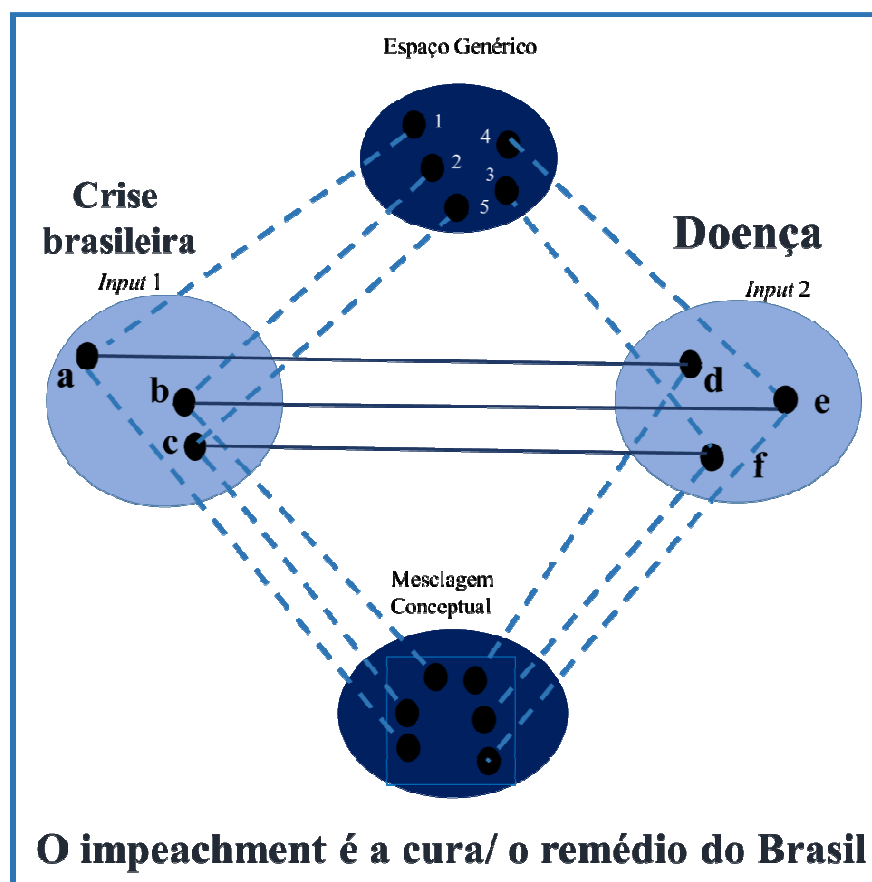
O texto III corresponde ao gênero entrevista, cujo entrevistado é Claudio Lamachia, presidente da OAB, publicado no dia 27 de março de 2016. Essa entrevista tem o objetivo de situar o leitor sobre o evento, apontando para o fato de que o “impeachment é o remédio jurídico da nossa democracia” e, por sua vez, também norteia a compreensão dos leitores à versão de que o impeachment é o tratamento, o remédio para “combater” a corrupção e a crise econômica que assola o país.

Esses textos selecionados foram importantes para a organização do diagrama, o qual vai evidenciar o surgimento no discurso jornalístico da conceptualização: **o impeachment é o remédio do Brasil**. É a partir desse diagrama, e do funcionamento textual-discursivo dos

elementos que o compõe, que analisamos como o discurso jornalístico legitima a conceptualização do evento sendo impeachment. Além disso, também explicitamos o modo como os modelos mentais podem acionar/construir visões de mundo que permitem perpetuar os interesses de um grupo, os quais se transformam em atitudes e práticas sociais.

Vejamos o diagrama básico, a seguir, o qual corresponde à ativação, projeção e ligação de conhecimentos que legitimam a conceptualização do evento sendo impeachment:

Figura 19 - Esquema do diagrama dos espaços mentais. Elaboração nossa.



A figura 19 exhibe o mapeamento dos espaços mentais e aponta as relações e associações cognitivo-discursivas do nosso *corpus* para chegarmos à conceptualização: **o impeachment é o remédio do Brasil**. Assim, estruturalmente, esse diagrama apresenta:

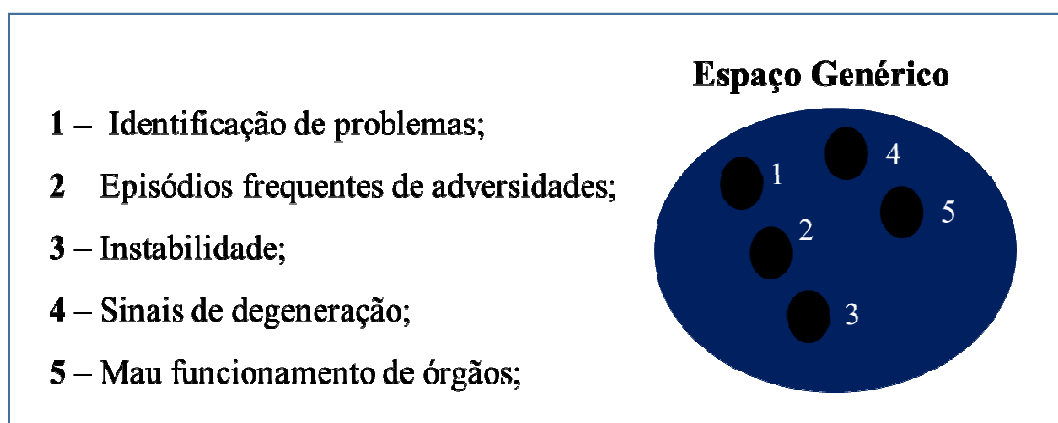
- ✓ espaço genérico;
- ✓ input 1: crise brasileira;
- ✓ input 2: doença;
- ✓ mesclagem conceptual: o impeachment é o remédio do Brasil.

Sobre a estrutura do diagrama, vemos que o espaço genérico mapeia e projeta os sentidos que estão em ambos os *inputs*. Os *inputs* 1 e 2 conectam-se a partir dos

conhecimentos e associações realizadas nas contrapartes desses espaços mentais. Assim, a partir da relação entre os espaços mentais (espaço genérico e espaço *inputs*), surge uma nova conceptualização no espaço-mescla (a mesclagem conceptual).

O processo de conceptualização, desta forma, envolve o reconhecimento da integração entre todos os espaços, em que os espaços organizam e regulam a forma como se constrói um novo sentido no discurso. Para a construção de um espaço-mescla, levamos em consideração a organização, projeção e mapeamento dos espaços mentais e das atividades localmente situadas do enfoque discursivo. Vejamos a seguir esse detalhamento do diagrama com as produções discursivas dos jornais.

- ✓ espaço genérico;

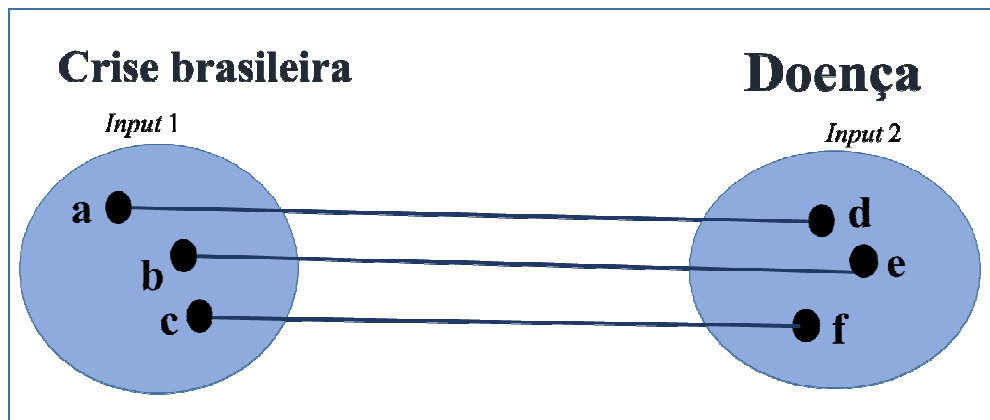


No espaço genérico, a partir dos textos analisados, abriga os esquemas conceptuais mais abrangentes de crise brasileira e doença: (1) identificação de problemas; (2) episódios frequentes de adversidades; (3) instabilidade; (4) sinais de degeneração; e (5) mau funcionamento de órgãos.

Nesses trechos, interessa-nos também apontar o discurso veiculado por trás das “descrições” dos jornais, os quais estabilizam e constroem: o governo de Dilma Rousseff como uma presidência que apresenta “problemas”, “adversidades”, “instabilidades e mau funcionamento dos órgãos”, “sinais de degeneração” na administração. Isso significa dizer que os jornais constroem uma narrativa que remete à uma enfermidade as ações e o andamento do governo de Dilma, estabilizando o sentido de que crise brasileira e doença são facetas da gestão de Dilma.

Vejamos a organização e projeção dos espaços *input* 1 e *input* 2:

- ✓ *input* 1: crise brasileira
- ✓ *input* 2: doença;



Crise brasileira:

- a) Com Dilma contra a Lava Jato, ficou incontornável: é o impeachment ou o triunfo da velha ordem [...] Nas múltiplas evidências recentes do financiamento das campanhas de Dilma, em 2010 e 2014, por dinheiro oriundo da corrupção encontram-se motivos suficientes para o impeachment. [...] Impeachment já, pois o Brasil não é a Venezuela (IMPEACHMENT, URGENTE! Folha de S. Paulo, 12 de março de 2016, Demétrio Magnoli).
- b) O impeachment pode romper impasses que impedem o Executivo de ter apoio político e base parlamentar para fazer as necessárias mudanças estruturais (Jornal O Globo, 05/12/2015).
- c) Rejeição que se volta não apenas contra um governo atolado na incompetência administrativa, na crise econômica e na arrogância pessoal de seus integrantes, mas contra um modelo político fundamentado na mistificação ideológica e nutrido pela corrupção (RECADO CABAL. Editoriais. Folha de S. Paulo, 14 de março de 2016).

Doença:

- d) O remédio (para corrupção) é combater a impunidade' Em entrevista ao GLOBO, o coordenador da força-tarefa da Lava-Jato, procurador da república Deltan Dallagnol, diz que a operação trouxe esperança no combate à corrupção e que 'trata do tumor e não do câncer'. E ainda que impeachment não é remédio para combater corrupção. "Não se trata de fazer ou não impeachment, e sim determinar quais são as mudanças necessárias" (Entrevista - Dalton Dallagnol - Jornal O Globo, 09.12.2015).
- e) Paralisia, lerdeza e indefinição são as três tristes graças do Brasil neste recomeço provisório do ano [...] O governo não apresentou planos e meios de contenção da baixa econômica. Eduardo Cunha promete emperrar a Câmara pelo menos até que o Supremo esclareça sua decisão sobre o trâmite do impeachment (Folha de S. Paulo, 04 de fevereiro de 2016).

- f) ‘Impeachment é o remédio jurídico da nossa democracia’ - O impeachment consta na nossa Constituição como remédio jurídico da nossa democracia” (ENTREVISTA – Claudio Lamachia [presidente da OAB] – Jornal O Globo, 27.03.2016).

Notemos que os jornais enfatizam um conjunto de características que arquitetam, na ação discursiva, sucessivas informações que apontam o impeachment sendo a melhor opção para o Brasil nesse contexto político e econômico. A construção discursiva é muito importante na organização dos espaços mentais, posto que consegue envolver elementos socialmente constituídos, contextualmente situados e cognitivamente elaborados na estabilização de uma realidade e na reprodução de ideologias veiculadas pelos jornais.

As informações veiculadas pelo discurso jornalístico estabilizam o afastamento de Dilma Rousseff como uma ação benéfica para o Brasil, uma vez que o governo vai poder promover desenvolvimento e romper impasses entre setores que não dialogam.

Conforme o jornal, “o impeachment pode romper impasses que impedem o Executivo de ter apoio político e base parlamentar para fazer as necessárias mudanças estruturais”. O jornal também apresenta “com Dilma contra a Lava Jato, ficou incontornável: é o impeachment ou o triunfo da velha ordem”.

Assim, diante esses fragmentos verificamos que além de o jornal destacar o crescimento do país com a destituição de Dilma, o jornal deixa explícita a informação de que Dilma não colabora com a investigação da operação Lava Jato e isso acarreta na “continuação” da impunidade e no “triunfo da velha ordem”, posto que “a velha ordem” é a continuação do governo do PT na presidência.

Nessas estruturas linguísticas, podemos dizer que a imagem que se constrói sobre o governo de Dilma é que ela faz oposição às investigações da Lava-Jato, perpetuando a corrupção e, ainda, é vista como um problema que impede o desenvolvimento político e econômico do Brasil.

Além disso, verificamos a “gravidade” que é a continuação de Dilma na presidência, visto que a construção discursiva do jornal associa “corrupção”, “crise brasileira” e “rejeição da população brasileira” como aspectos intrínsecos ao contexto do governo de Dilma.

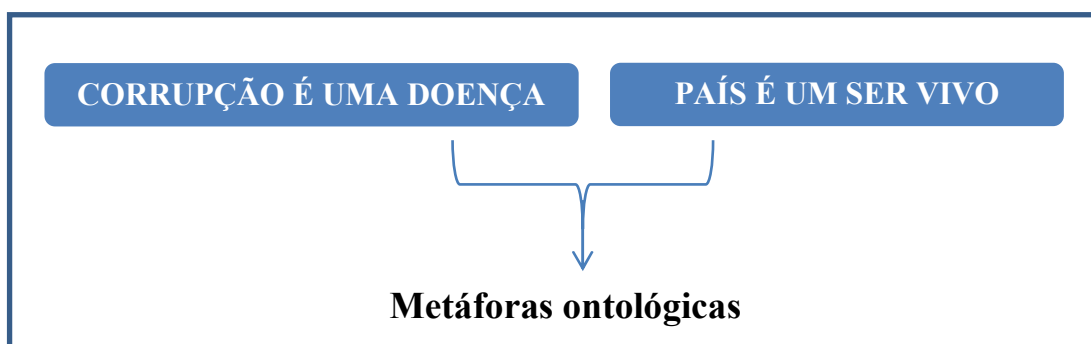
No que se refere a rejeição, o jornal salienta “rejeição que se volta não apenas contra um governo atolado na incompetência administrativa [...] contra um modelo político fundamentado na mistificação ideológica e nutrido pela corrupção”.

Assim, a mídia vai tecendo uma discursivização sobre o evento e construindo modelos mentais em que estabiliza a “eficiência” (econômica, política), os “benefícios” e os “avanços” que o Brasil pode dispor com o impeachment de Dilma Rousseff. Ao mesmo tempo em que o discurso jornalístico constrói esse modelos, impõe à sociedade brasileira conhecimentos que dizem respeito apenas uma versão sobre o evento. Nessa direção, apenas a conceptualização do evento sendo impeachment é convocada e explicitada para significar o evento.

Nessa construção do evento sendo conceptualizado de impeachment pelo discurso jornalístico, foram identificadas duas metáforas ontológicas no processo da mesclagem conceptual. Nessa perspectiva, é importante lembrar que a Metáfora Conceptual ao representar um subcaso da Mesclagem Conceptual, pode organizar conceptualmente conhecimentos que serão acionados na mesclagem conceptual (SCHRÖDER, 2010). Assim, a projeção e o mapeamento conceptual entre o domínio fonte e o domínio alvo orientam a compreensão do leitor/ouvinte, como também ancora o funcionamento cognitivo-discursivo das expressões linguísticas distintas nesse contexto do evento.

Isso significa dizer que as metáforas que foram identificadas, no processo da mesclagem conceptual, assumem um papel importante no surgimento da nova conceptualização, uma vez que a projeção entre os domínios confere à expressão metafórica aspectos que as palavras em seu “significado literal” não poderiam apresentar. As metáforas identificadas foram: PAÍS É UM SER VIVO e CORRUPÇÃO É UMA DOENÇA.

Quadro 11 - Metáforas ontológicas.



Conforme Lakoff e Johnson (2002), as metáforas ontológicas transformam conceitos abstratos em entidades. Nessa perspectiva, as metáforas estão presentes em todos os discursos, esferas, níveis e domínios da sociedade, sendo concebidas como operações linguístico-

cognitivas essenciais para a atuação do ser humano na sociedade, contribuindo para a construção discursiva, para o entendimento de mundo e para a compreensão de um discurso.

As metáforas ontológicas PAÍS É UM SER VIVO e CORRUPÇÃO É UMA DOENÇA são veiculadas no discurso jornalístico para nortear sentidos e opiniões sobre a conceptualização do evento. Vejamos, a seguir, o mapeamento cognitivo-discursivo da metáfora PAÍS É UM SER VIVO:

Quadro 12 - Mapeamento cognitivo-discursivo da metáfora: PAÍS É UM SER VIVO.

Mapeamento cognitivo-discursivo da metáfora: PAÍS É UM SER VIVO	
Domínio-fonte	Domínio-alvo
Células	O povo brasileiro
Órgãos	As instituições do governo
Células ruins	Políticos
Sintomas	Brasileiros enjoados dos políticos

Nesse mapeamento, vemos que a construção dos jornais orienta a compreensão de que o povo brasileiro são as células; as instituições são os órgãos, os políticos são as células ruins e os enjoos são os sintomas da doença.

Desse modo, quando o jornal propõe que o povo brasileiro está enjoado dos políticos e destaca inclusive de Dilma (sendo o enjoo um sintoma de doença), o jornal evidencia a construção de que os políticos são células ruins (célula com má formação congênita, no DNA, isto é, na ética e na moral), o que estaria na base das causas da doença, do câncer.

Além disso, vemos o destaque e a associação da degeneração das instituições, corroborando a perspectiva de que as instituições do governo sendo os órgãos estão se deteriorando por causa das células ruins. Assim, o processo de impeachment é entendido sendo um momento doloroso para o país.

Vejamos, a seguir, o mapeamento cognitivo-discursivo da metáfora CORRUPÇÃO É UMA DOENÇA:

Quadro 13 - Mapeamento cognitivo-discursivo da metáfora: CORRUPÇÃO É UMA DOENÇA.

Mapeamento cognitivo-discursivo da metáfora: CORRUPÇÃO É UMA DOENÇA	
Domínio-fonte	Domínio-alvo
um câncer	Corrupção do Brasil
um tratamento	Processo de impeachment
um tumor	Governo Dilma Rousseff
uma cirurgia	impeachment

No mapeamento dessa metáfora, vemos que a construção dos jornais segue a perspectiva da metáfora PAÍS É UM SER VIVO, no entanto, na metáfora CORRUPÇÃO É UMA DOENÇA, conseguimos revelar o argumento norteador dessa construção cognitivo-discursiva elaborada pelos jornais, que é estabilizar o sentido de que a corrupção é um problema que acarreta a crise brasileira e, conseqüentemente, adoece o país. Vale ressaltar que a corrupção, dita nos jornais, é associada com mais ênfase ao governo Dilma e ao PT, **“A crise moral atual se deve muito ao PT de Gleisi. Claro que o partido de Lula não inventou a farra - há menos peixinhos a nadar no mar do que acusações contra Eduardo Cunha, um dos líderes do processo de impeachment. Mas boa parte do PT caiu de cabeça na gandaia, como mostra a Lava-Jato”**.

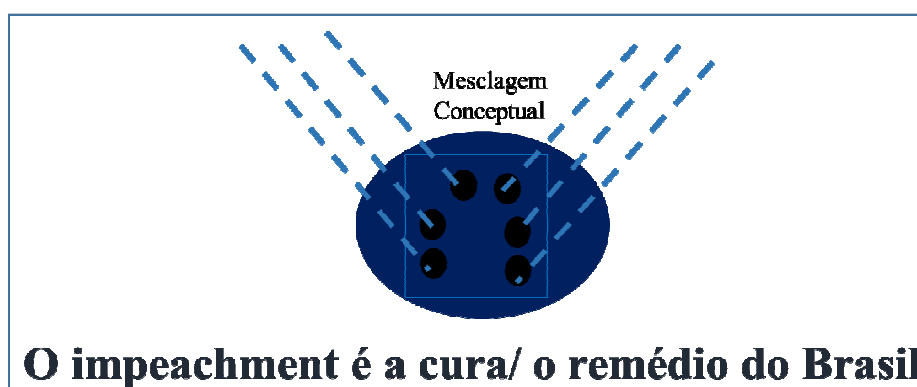
Nessa perspectiva, a corrupção é entendida sendo a doença que está acometendo o país; o governo Dilma é o tumor, ponto “perceptível” da doença; o impeachment seria o tratamento, uma cirurgia, um remédio, algo indicado para “resolver” a doença. Contudo, vemos que o impeachment de Dilma Rousseff não é a cura para a corrupção, mas é um paliativo que deve ser feito para “estancar a sangria” e evitar o “perecimento” do país. Nesse caso, o impeachment agiria no foco principal, segundo os “especialistas” (Dalton Dallagnol e Claudio Lamachia) para os sintomas da doença, numa tentativa de remover o tumor que assola o Brasil.

Essas ponderações formuladas no discurso jornalístico orientam uma compreensão específica sobre o evento social que, por sua vez, formam discursos que englobam opiniões negativas, aspectos (sociais, culturais e políticos) que interferem nos conhecimentos do leitor/ouvinte, bem como ajuda a construir modelos e versões de mundo sobre o evento.

Conforme Luques (2010, p.36) “a metáfora é um importante aspecto imaginativo do raciocínio no que diz respeito à categorização, isto é, tem um papel muito relevante na maneira como construímos significado a partir de nossas experiências”. É nessa perspectiva que compreendemos que as propriedades cognitivas são construídas na prática social, como também vemos a relação constitutiva entre a tríade discurso-cognição-sociedade, uma vez que essas abstrações associativas revelam o controle discursivo e cognitivo dos jornais na elaboração de modelos mentais que ancoram ideologias, conhecimentos e opiniões por meio do discurso.

Ratificamos, portanto, o pressuposto de Fauconnier e Turner (2002) e Schröder (2010), quando os autores afirmam que as metáforas representam um subcaso da mesclagem conceptual. Além disso, vemos que as metáforas conceptuais constituem-se como um recurso muito importante para a conceptualização e a estabilização de sentidos, uma vez que podem ancorar ideologias e guiar o leitor às expectativas e interesses do discurso jornalístico.

Nessa perspectiva, vejamos a conceptualização no processo da mesclagem conceptual:



No processo da mesclagem conceptual emergiu a conceptualização: **o impeachment é o remédio do Brasil**. Nesse caso, temos o surgimento de uma nova conceptualização no discurso, resultante de um processo cognitivo.

A partir da integração do espaço genérico, do *input 1* (crise brasileira) e do *input 2* (doença), surge uma nova configuração no espaço-mescla que, além de possuir traços característicos e locais dos espaços que se projetaram, possui uma estrutura discursivo-cognitiva que pode nortear visões de mundo sobre a realidade, estabilizando sentidos. Neste caso, a partir da integração conceptual dos espaços, os jornais conseguem destacar e divulgar

o sentido pretendido, construindo um discurso que é visto como “a realidade”, operando na construção do evento como impeachment e legitimando tais conhecimentos.

A mesclagem conceptual configura-se como uma operação cognitiva que podemos analisar o surgimento da conceptualização no discurso de modo localizado. A partir da mesclagem, podemos exhibir e explicitar os conhecimentos mais amplos que são acionados na conceptualização e constroem memórias (cognição social) sobre o evento e representações coletivas, as quais reproduzem as ideologias e as atitudes dos grupos que detêm mais poder na sociedade brasileira.

Desse modo, a conceptualização **o impeachment é o remédio do Brasil** demonstra que o modo como o domínio jornalístico veicula seus textos e aciona conhecimentos não é aleatório, nem neutro, uma vez que já estabiliza o evento sendo impeachment, encobrendo a conceptualização de golpe e, ainda, destaca e estabiliza que o impeachment é o remédio do Brasil, isto é, o remédio para a crise, para a corrupção do Brasil. Desse modo, essa conceptualização configura-se como uma construção cognitivo-discursiva que aciona modelos de conhecimento socialmente compartilhados, os quais são armazenados na nossa memória e interferem na nossa maneira de agir e compreender as coisas do mundo.

É interessante, também, salientar que a conceptualização recai sobre o “remédio” e não sobre “a cura”. Se a ênfase recair sobre a “cura” o impeachment é compreendido como algo conclusivo, isto é, o impeachment (1) “iria acabar com a crise brasileira”; (2) “iria resolver os problemas relacionados à corrupção”.

Contudo, a ênfase em “remédio” apresenta um aspecto “mais transitório”, isto é, retoma o caráter da legalidade do processo, pois o sentido que se quer evidenciar é que o impeachment é o remédio “mais plausível” para a doença que infesta o país. Nessa perspectiva, o remédio não indica que a crise brasileira e a corrupção irão acabar, mas indica que, para o momento, é o procedimento jurídico e democrático “mais acertado” a se fazer para o país voltar a “reagir” e, conseqüentemente, “melhorar” dessa enfermidade.

Além de a mesclagem conceptual notabilizar o evento sendo impeachment, ressaltamos outro aspecto que também estabiliza essa conceptualização e demonstra que o discurso veiculado pelos jornais é “a realidade” sobre o evento: o efeito de legalidade.

O efeito de legalidade caracteriza-se por apresentar o foco na questão dos aspectos legais do processo. Nessa perspectiva, o efeito de legalidade construído pelos jornais constitui, ratifica e estabiliza a conceptualização do impeachment, transformando as estruturas cognitivo-discursivas em conhecimentos lineares, ou seja, conhecimentos que parecem provar

o que está “certo”, que são legitimados por instituições que mantêm a “ordem” e a justiça do país.

As estruturas cognitivo-discursivas construídas pelo discurso jornalístico têm sido estratégias influenciadoras para elaboração de conceptualizações que podem ajudar na reprodução de crenças e opiniões, como também para expressão e propagação de sentidos (VAN DIJK, 2012). De acordo com van Dijk (2012, p.138), “os discursos não só são formas de práticas interacionais ou sociais, mas também expressam e transmitem sentidos”. Assim, a circulação da conceptualização do evento sendo impeachment é a camada evidenciada pelo discurso jornalístico e tal conceptualização se apresenta explícita durante toda a cobertura do evento, diluindo, portanto, a conceptualização do evento sendo golpe.

Para analisar o efeito de legalidade, salientamos algumas construções veiculadas pelos jornais para ancorar a conceptualização do evento sendo impeachment. Vejamos, a seguir, alguns títulos de textos veiculados pelos jornais:

1. Para governo dos EUA, impeachment segue ordem constitucional.
(Folha de S. Paulo, 31/08/2016)
2. 'Impeachment é uma coisa natural na democracia', diz Michel Temer.
(Folha de S. Paulo, 25/08/2016)
3. Discursos de senadores indicam maioria pró-impeachment.
(Jornal O Globo, 9/08/2016)
4. Revista 'The Economist' muda tom pessimista após saída de Dilma.
(Jornal O Globo, 5/08/2016)
5. Cunha diz que impeachment é prova de que agiu com lisura no processo.
(Folha de S. Paulo, 31/08/2016)
6. Procuradores pedem a grupos antiDilma apoio a medidas.
(Jornal O Globo, 5/08/2016)
7. Imprensa internacional repercute destituição de Dilma.
(Jornal O Globo, 31/08/2016)
8. Senado cassa mandato de Dilma; Congresso dará posse efetiva a Temer.
(Folha de S. Paulo, 31/08/2016)

Títulos dos textos dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo.

Nesse panorama exposto pelos jornais, numerosos discursos sobre a legalidade são convocados para ilustrar e destacar a conceptualização do impeachment. Desse modo, o efeito de legalidade construído pelos jornais estabiliza sentidos, os quais evidenciam rotulações e conceptualizações que guiam o leitor/ouvinte às expectativas e interesses do que o jornal expõe no texto.

Para explicitar o efeito de legalidade, elencamos algumas materialidades linguísticas que sustentam essa construção. Tais materialidades linguísticas foram analisadas na articulação e na atividade textual-discursiva do texto, estabilizando a conceptualização do evento sendo impeachment. Vejamos o quadro 14:

Quadro 14 - Materialidade linguística que sustenta/ ativa a construção do efeito de legalidade.

Atores sociais legitimados	Espaços legitimados	Atributos de processo legal	Ações
Governo dos EUA Revista britânica Senadores Procuradores Grupos antiDilma	Senado Congresso	coisa natural na democracia cassação de mandato de Dilma dar posse efetiva a Temer (vice presidente)	agir com lisura no processo seguir ordem constitucional

Esse quadro apresenta construções discursivas que organizam as informações veiculadas pelos jornais para estabilizar a conceptualização do evento sendo impeachment a partir do efeito de legalidade. Vale ressaltar que essas categorias não são fixas, elas foram pensadas a partir dos aspectos textuais-discursivos que operam na construção da conceptualização do evento sendo impeachment.

No quadro 14, vemos os **atores sociais legitimados**: governo dos EUA, revista inglesa, senadores, procuradores, grupos antiDilma; os **espaços legitimados**: Senado e Congresso; os **atributos de processo legal**: coisa natural na democracia, cassação de mandato de Dilma e dar posse efetiva a Temer; e as **ações**: seguir ordem constitucional, agir com lisura no processo. Com essa discursivização, podemos visualizar de modo mais sistemático os elementos textuais-discursivos que constroem o efeito de legalidade e ajudam a construir modelos mentais sobre o evento.

Salientamos que a construção da mídia é pautada na legitimidade do evento assegurado pelo discurso da legalidade, uma vez que ao evidenciar “os atributos de processo legal”, “os espaços e atores legitimados” atribui ao evento aspectos que garante, discursivamente, os trâmites Constitucionais.

Além disso, o modo como o discurso jornalístico associa “procuradores”, “Senado”, “Congresso” e “ações” retoma o argumento de que o impeachment defende o “Estado de Direito Democrático” e ancora conhecimentos nas instâncias jurídica e legislativa, validando,

mais uma vez, a conceptualização de impeachment como “a realidade”. Nessa perspectiva, o Poder Judiciário e o Poder Legislativo protegem o argumento de que o impeachment “segue ordem Constitucional” e deslegitima a conceptualização do evento sendo golpe.

Desse modo, temos a legitimação do evento sendo impeachment, resultante de um processo discursivo e cognitivo. Diante dos títulos dos textos supracitados, verificamos que a conceptualização do afastamento de Dilma Rousseff é legal, por parte dos jornais, pois segue ordem constitucional; e também democrática, por ser votado na Câmara e no Senado pelos representantes do povo brasileiro. Assim, a camada de sentido do evento sendo impeachment é evidenciada e estabilizada no discurso jornalístico.

Vejamos mais trechos dos jornais que legitimam a conceptualização do evento sendo impeachment:

1. O presidente interino, Michel Temer, negou nesta quinta-feira 25 que esteja nervoso com a fase final do processo de impedimento da presidente afastada, Dilma Rousseff, e afirmou que o impeachment é "uma coisa tão natural na democracia" (FOLHA S. PAULO, 25 de agosto de 2016).
2. A destituição da presidente afastada Dilma Rousseff foi amplamente repercutida na imprensa internacional [...] Na sequência de uma derrota esmagadora de 61 a 20 na Câmara, ela será substituída pelos dois anos e três meses restantes de seu mandato por Michel Temer (O GLOBO, 31 de agosto de 2016).
3. O deputado federal Eduardo Cunha (PMDBRJ) divulgou nota em que diz que o afastamento da expresidente Dilma Rousseff é a prova de que seus atos à frente da Câmara dos Deputados no início do processo de impeachment foram corretos (FOLHA S. PAULO, 31 de agosto de 2016).

Nesses trechos, os jornais asseveram o fato de que (1) “o impeachment é uma coisa tão natural na democracia”; (2) “o afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff é a prova de que seus atos à frente da Câmara dos Deputados no início do processo de impeachment foram corretos”; e (3) “O afastamento definitivo da presidente Dilma Rousseff seguiu o ordenamento constitucional”. Nessa perspectiva, vemos que construir a conceptualização do evento sendo impeachment é conectar aspectos linguísticos e cognitivos em um processo dinâmico que envolve atividade discursiva dos objetos de discurso, inferenciação e organização do texto e dos discursos.

Nesses trechos, chamamos a atenção para o termo afastamento. Os jornais usam com recorrência esse item lexical com alguns desdobramentos e intensificadores, a saber: (1) “afastamento da ex-presidente”; (2) “afastamento definitivo da presidente Dilma Rousseff”; (3) “a destituição da presidente afastada Dilma Rousseff”. Compreendemos que essa

recorrência indica mais uma vez a “legalidade” do processo de impeachment, pois para haver os trâmites jurídicos, o “afastamento” é necessário. Desse modo, o termo afastamento aponta para o sentido de que Dilma Rousseff está impossibilitada de exercer o cargo de Presidente da República, função pela qual foi eleita democraticamente pelo povo brasileiro.

Outro fator importante, ativado pela construção do efeito de legalidade, é o fato de os jornais apresentarem dados quantitativos a favor do impeachment, a saber: (1) “O Palácio do Planalto, sob comando do presidente interino Michel Temer (PMDB), espera obter cerca de 60 votos nessa fase do processo”; (2) “Na sequência de uma derrota esmagadora de 61 a 20 na Câmara”; e (3) “senadores indicam maioria pró-impeachment”. Essa marcação enfática na quantidade numérica acentua a construção de que a cassação segue ordem constitucional – porque seguiu os procedimentos legais estabelecidos pela constituição brasileira para o sistema presidencialista, sendo votado na câmara de deputados e no senado – e é democrática porque, além de os deputados e os senadores serem os representantes democraticamente eleitos pelo povo, correspondem à maioria na votação a favor do impeachment de Dilma Rousseff.

O jornal acrescenta informações que dão visibilidade aos atores do Poder Judiciário, como “procuradores”, “Ministro do Supremo Tribunal Federal”. Vejamos:

1. Procuradores pedem a grupos antiDilma apoio a medidas (FOLHA de S. PAULO, 25 de agosto de 2016).
2. O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luís Roberto Barroso disse nesta segunda-feira (1) que torce para o bem da presidente afastada Dilma Rousseff, que deverá ter o julgamento de seu processo de impeachment concluído pelo Senado este mês, sem dever nada a ela (O GLOBO, 01 de agosto de 2016).

Compreendemos que o jornal evidencia esses atores para dar legitimidade e veracidade aos fatos, bem como para assegurar o sentido de legalidade ao processo de impeachment. Há, também, outros atores relevantes utilizados pelos jornais para indicar o efeito de legalidade: (1) “o governo dos EUA”; (2) “revista britânica e imprensa internacional”.

Vale salientar que esses atores são construídos e legitimados na atividade discursiva, uma vez que os jornais os apresentam ora entre aspas, ora com algumas palavras dos seus discursos reportados entre aspas, na tentativa de acentuar o posicionamento e os valores que

esses atores têm em relação ao evento e, ao mesmo tempo, instituir e legitimar uma imagem positiva ao afastamento da presidenta Dilma.

A capa da revista britânica "The Economist" oficializou uma mudança de tom em sua cobertura relacionada ao Brasil: Esta é a "hora de Temer", diz o título da reportagem sobre o novo presidente (FOLHA S. PAULO, 2 de setembro de 2016).

O afastamento definitivo da presidente Dilma Rousseff seguiu o ordenamento constitucional, considera o governo dos EUA, que espera manter a "forte relação bilateral" e avançar em temas de interesse mútuo (FOLHA S. PAULO, 31 de agosto de 2016).

A destituição da presidente afastada Dilma Rousseff foi amplamente repercutida na "imprensa internacional" (O GLOBO, 31 de agosto de 2016).

Nesses trechos, mais uma vez é reforçada a legitimação do evento sendo impeachment, posto que, socialmente, esses atores enfatizados e colocados em destaque na organização dos textos são (re)conhecidos com 'notoriedade' no cenário mundial. Neste sentido, ao exibir e dar vozes a esses atores, o jornal aumenta o efeito de legalidade em suas publicações, como também influencia a compreensão dos leitores/ouvintes sobre o evento.

Assim, essa organização discursiva também se configura como uma poderosa estratégia de estabilização de sentido no discurso jornalístico, visto que os sentidos e os discursos veiculados são uma associação inferencial de aspectos linguísticos, sociais, culturais ideológicos e cognitivos.

Desse modo, compreendemos que tanto a organização textual-discursiva e o funcionamento das estruturas linguísticas como a mesclagem conceptual são importantes na estabilização do evento como impeachment, pois além de relacionar o aspecto cognitivo aos estudos discursivos, analisa o modo como as construções conseguem instituir e eleger modelos mentais que expressam e manejam nossas compreensões sobre as coisas do mundo. Van Dijk (2012) afirma que essa interface discurso-cognição explica como as ideologias e as relações de poder são transmitidas, compartilhadas e reproduzidas na sociedade, uma vez que o discurso jornalístico pode acentuar, relacionar e estabilizar aspectos negativos sobre o evento com características que conceptualizam o evento sendo impeachment para ocultar a conceptualização de golpe.

O modelo mental construído nesse discurso se refere ao efeito de legalidade, uma vez que o jornal norteia a compreensão sobre os atores sociais, os espaços legitimados, os atributos de processo legal e as ações jurídicas e políticas. Essas informações veiculadas pelo

discurso jornalístico foram construídas para sinalizar que os trâmites constitucionais estão sendo seguidos, garantindo “lisura no processo” e, ainda, apontam para o fato de que a nossa democracia é mantida com o impeachment.

Assim, há a indicação de que o impeachment de Dilma Rousseff permite a continuação do Estado Democrático, já que o processo segue a “ordem constitucional” e assegura que o país não ficará debilitado “com crise política” e “corrupção sem impunidade”. Uma vez que as instituições “Senado” “Câmara” e “procuradores” apoiam o impeachment, isso não pode se configurar/apresentar como uma ruptura da ordem constitucional do Brasil, pois o impeachment é “coisa natural na democracia”.

Na estabilização desse modelo mental, vemos o modo como esse discurso consegue expressar os benefícios da destituição de Dilma e construir opiniões que norteiam a compreensão sobre o evento. O que é dito, como é dito e o modo como é formulado esses dizeres institui posicionamentos ideológicos que faz emergir a conceptualização do evento sendo impeachment e funcionar, na atividade discursiva, como um conjunto de conhecimentos que atuam na “imposição” simbólica de uma realidade sobre o evento.

Os jornais, portanto, elaboram sentidos a partir de estratégias cognitivas e construções discursivas para estabilizar sentidos e (re)produzir ideologias sobre o evento, com a conceptualização: **o impeachment é o remédio do Brasil**. Conforme Fauconnier e Turner (2002), as analogias e associações entre os espaços mentais são fundamentais para a nova conceptualização surgir no discurso. Propor uma análise sobre as conceptualizações que estabilizam sentidos no discurso jornalístico, a partir do construto teórico de Fauconnier e Turner (2002) e van Dijk (2012), é compreender que a interface cognitiva opera na constituição, na (re)produção e na manutenção dos sistemas de poder da sociedade e dos discursos. Nessa perspectiva, tanto o processo da mesclagem conceptual, quanto o efeito de legalidade são construções formuladas pelos jornais para evidenciar e estabilizar o evento sendo impeachment.

No processo da mesclagem conceptual, a conceptualização **o impeachment é o remédio do Brasil** indica uma construção cognitivo-discursiva revelada e estabilizada pelos jornais, pois a conceptualização que emerge no discurso veicula dizeres e posicionamentos sociais e ideológicos que são acessados por toda a sociedade, disseminando, por meio do poder de circulação do discurso jornalístico, a conceptualização do impeachment como a realidade “evidente”.

Essa conceptualização, em outras palavras, envolve controle discursivo e cognitivo sobre a compreensão do evento, tornando-se, então, “a realidade”, enquanto outros discursos

que também circulam na sociedade são compreendidos como “interpretações” sobre a realidade. Assim, a mesclagem destacada no discurso jornalístico, **o impeachment é o remédio do Brasil**, se naturaliza na sociedade e é reproduzida, difundida e compartilhada por vários grupos da sociedade, uma vez que ela é constituída pelas evidências, como é o caso do efeito de legalidade destacado pelos jornais²⁴.

Vejam, no próximo tópico, a análise da camada de sentido que fica implícita no discurso jornalístico, a conceptualização de golpe. Porém, com o nosso aparato teórico-metodológico podemos explicitar e trazê-la à superfície, analisando o que está diluído e não consegue ser visto/reproduzido (de modo evidente) pela sociedade. Assim, é interessante observar que a conceptualização do evento sendo golpe coexiste juntamente com a conceptualização do impeachment.

6.3 O EFEITO DE “ESVAZIAMENTO” E A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA E COGNITIVA DA CONCEPTUALIZAÇÃO DO GOLPE

Pelo que foi discutido e apresentado nas considerações teórico-analíticas, as análises nos indicam que o discurso jornalístico não apenas “descreve” as informações já prontas, transpondo a realidade. O discurso jornalístico pode destacar uma realidade, veiculando informações, selecionando, elaborando estruturas discursivas que estabilizam e legitimam uma realidade sobre o evento. Ao fazer essa construção discursiva, o discurso jornalístico aciona/formula modelos mentais em que o evento passa a ser compreendido como impeachment, e não como golpe.

Desse modo, defendemos que o evento construído e veiculado pelo discurso jornalístico não é “a realidade”, mas a discursivização de uma perspectiva sobre a realidade transformada em uma construção discursiva que também pode acionar/construir operações cognitivas e modelos mentais que ancoram e norteiam a compreensão dos leitores/ouvintes. Assim, o discurso jornalístico constrói os fatos, conceptualizando uma realidade e deixando acessível/visível a opinião, a camada de sentido que diz respeito ao posicionamento político e ideológico dos jornais.

Nessa perspectiva, este tópico se debruça em examinar a camada implícita da construção da mídia sobre o evento. No entanto, vale ressaltar que tal camada está tão presente quanto a camada explícita/ evidente, posto que a construção do evento pelos jornais é

²⁴ O efeito de legalidade será detalhado a seguir neste tópico.

uma possibilidade de analisar as inúmeras maneiras de ver, perceber e compreender os acontecimentos a partir da discursivização das coisas do mundo.

Conforme Dias e Souza (2018), “há diferentes narradores para um mesmo acontecimento, é possível também considerar que há interesses divergentes nas diversas instâncias de disputa do poder que consagrou o passado, controla o presente e anuncia as possibilidades de futuro”. Desse modo, a conceptualização de uma realidade é um ponto de vista, é tornar explícitos posicionamentos ideológicos, cuja (des)legitimação é resultado de compreensões sobre o mundo e de estabilização de sentido na história num processo contínuo de relações de poder dentro do tempo e do espaço.

A constituição dessas estruturas discursivas atribui uma compreensão sobre as coisas do mundo, neste caso, sobre o evento, desempenhando um papel que forma opiniões e dissemina ideologias, em que há os grupos sociais que detém o poder e, ao mesmo tempo, opondo os grupos sociais que são deslegitimados e criminalizados pela mídia.

Assim, vamos discutir e detalhar uma análise cognitivo-discursiva para também deixar explícita a conceptualização do evento sendo golpe. Apesar do discurso jornalístico tentar diluir essa conceptualização, encontramos estruturas discursivas que faz emergir a conceptualização do evento sendo golpe no discurso jornalístico. Vejamos o texto²⁵:

Texto I:

Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato

Folha de S. Paulo 23/05/2016

Em conversas ocorridas em março passado, o ministro do Planejamento, senador licenciado Romero Jucá (PMDB-RR), sugeriu ao ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado que uma "mudança" no governo federal resultaria em um pacto para "estancar a sangria" representada pela Operação Lava Jato, que investiga ambos. [...]

Primeiro trecho [...]

Machado fez uma ameaça velada e pediu que fosse montada uma "estrutura" para protegê-lo: "Aí fodeu. Aí fodeu para todo mundo. Como montar uma estrutura para evitar que eu 'desça'? Se eu 'descer'...". [...]

Machado disse que novas delações na Lava Jato não deixariam "pedra sobre pedra". Jucá concordou que o caso de Machado "não pode ficar na mão desse [Moro]".

²⁵ Acreditamos que esse texto agrega a mesclagem conceptual analisada neste tópico. No entanto, iremos destacar trechos de outros textos para observar como essa operação mental pode emergir em situações situadas no decorrer do discurso.

O atual ministro afirmou que seria necessária uma resposta política para evitar que o caso caísse nas mãos de Moro. "Se é político, como é a política? Tem que resolver essa porra. Tem que mudar o governo para estancar essa sangria", diz Jucá, um dos articuladores do impeachment de Dilma. Machado respondeu que era necessária "uma coisa política e rápida".

"Eu acho que a gente precisa articular uma ação política", concordou Jucá, que orientou Machado a se reunir com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) e com o ex-presidente José Sarney (PMDB-AP).

Machado quis saber se não poderia ser feita reunião conjunta. "Não pode", disse Jucá, acrescentando que a ideia poderia ser mal interpretada.

Segundo trecho [...]

O senador relatou ainda que havia mantido conversas com "ministros do Supremo", os quais não nominou. Na versão de Jucá ao aliado, eles teriam relacionado a saída de Dilma ao fim das pressões da imprensa e de outros setores pela continuidade das investigações da Lava Jato.

Jucá afirmou que tem "poucos caras ali [no STF]" ao quais não tem acesso e um deles seria o ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no tribunal, a quem classificou de "um cara fechado".

[...]

ROMERO JUCÁ - Eu ontem fui muito claro. [...] Eu só acho o seguinte: com Dilma não dá, com a situação que está. Não adianta esse projeto de mandar o Lula para cá ser ministro, para tocar um gabinete, isso termina por jogar no chão a expectativa da economia. Porque se o Lula entrar, ele vai falar para a CUT, para o MST, é só quem ouve ele mais, quem dá algum crédito, o resto ninguém dá mais crédito a ele para porra nenhuma. Concorda comigo? O Lula vai reunir ali com os setores empresariais?

MACHADO - Agora, ele acordou a militância do PT.

JUCÁ - Sim.

MACHADO - Aquele pessoal que resistiu acordou e vai dar merda.

JUCÁ - Eu acho que...

MACHADO - Tem que ter um impeachment.

JUCÁ - Tem que ter impeachment. Não tem saída.

MACHADO - E quem segurar, segura.

JUCÁ - Foi boa a conversa mas vamos ter outras pela frente. [...]

JUCÁ - Você tem que ver com seu advogado como é que a gente pode ajudar. [...] Tem que ser política, advogado não encontra [inaudível]. Se é político, como é a política? Tem que resolver essa porra... Tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria. [...]

MACHADO - Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer].

JUCÁ - Só o Renan [Calheiros] que está contra essa porra. 'Porque não gosta do Michel, porque o Michel é Eduardo Cunha'. Gente, esquece o Eduardo Cunha, o Eduardo Cunha está morto, porra.

MACHADO - É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.

JUCÁ - Com o Supremo, com tudo.

MACHADO - Com tudo, aí parava tudo.

JUCÁ - É. Delimitava onde está, pronto. [...]

JUCÁ - É, a gente viveu tudo. * JUCÁ - [Em voz baixa] Conversei ontem com alguns ministros do Supremo. Os caras dizem 'ó, só tem condições de [inaudível] sem ela [Dilma]. Enquanto ela estiver ali, a imprensa, os caras querem tirar ela, essa porra não vai parar nunca'. Entendeu? Então... Estou conversando com os generais, comandantes militares. Está tudo tranquilo, os caras dizem que vão garantir. Estão monitorando o MST, não sei o quê, para não perturbar.

MACHADO - Eu acho o seguinte, a saída [para Dilma] é ou licença ou renúncia. A licença é mais suave. O Michel forma um governo de união nacional, faz um grande acordo, protege o Lula, protege todo mundo. Esse país volta à calma, ninguém aguenta mais. Essa cagada desses procuradores de São Paulo ajudou muito. [referência possível ao pedido de prisão de Lula pelo Ministério Público de SP e à condução coercitiva dele para depor no caso da Lava jato]

JUCÁ - Os caras fizeram para poder inviabilizar ele de ir para um ministério. Agora vira obstrução da Justiça, não está deixando o cara, entendeu? Foi um ato violento...

MACHADO - E burro [...] Tem que ter uma paz, um...

JUCÁ - Eu acho que tem que ter um pacto. [...]

MACHADO - Um caminho é buscar alguém que tem ligação com o Teori [Zavascki, relator da Lava Jato], mas parece que não tem ninguém.

JUCÁ - Não tem. É um cara fechado, foi ela [Dilma] que botou, um cara... Burocrata da... Ex-ministro do STJ [Superior Tribunal de Justiça].

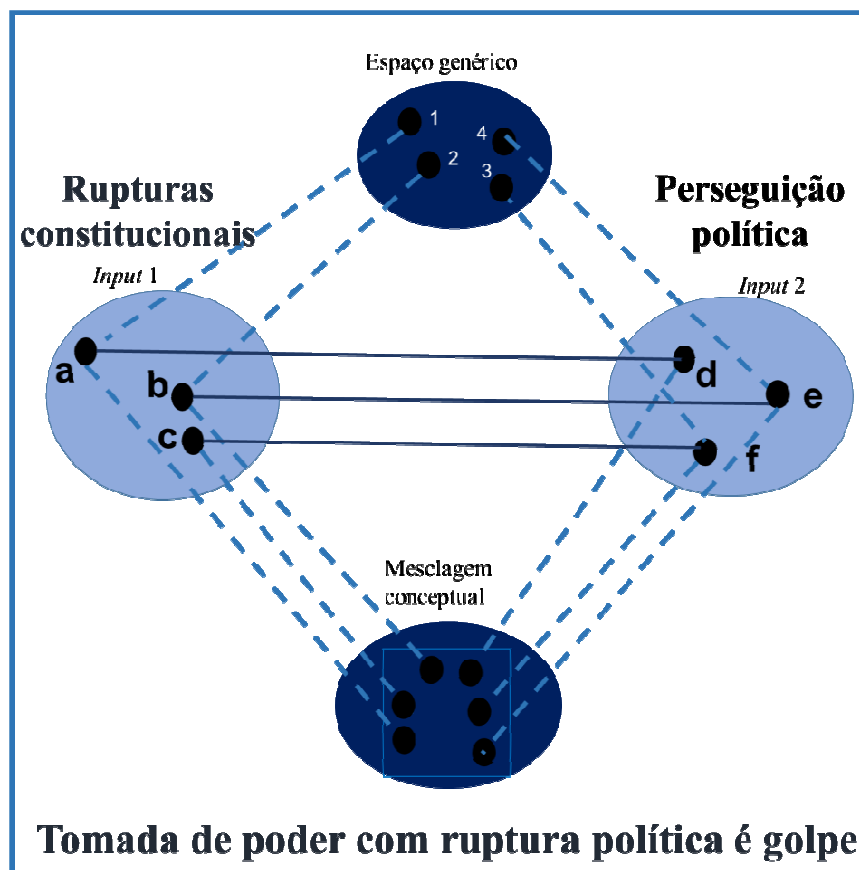
Apesar do discurso jornalístico não “defender” e explicitar a conceptualização do evento sendo golpe, esse texto revela tal conceptualização, uma vez que o áudio aponta para o fato de que o afastamento de Dilma Rousseff é mais um “golpe” na democracia do país para manter os grupos hegemônicos no poder. Conforme Holanda (1995, p. 160- 161),

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido [...] É curioso notar-se que os movimentos aparentemente reformadores, no Brasil, partiram quase sempre de cima para baixo: foram de inspiração intelectual, se assim se pode dizer, tanto quanto sentimental. Nossa independência, as conquistas liberais que fizemos durante o decurso de nossa evolução política vieram quase de surpresa; a grande massa do povo recebeu-as com displicência, ou hostilidade. Não emanavam de uma predisposição espiritual e emotiva particular, de uma concepção da vida bem

definida e específica, que tivesse chegado à maturidade plena. Os campeões das novas ideias esqueceram-se, com frequência, de que as formas de vida nem sempre são expressões do arbítrio pessoal, não se “fazem” ou “desfazem” por decreto (HOLANDA, 1995, P. 160- 161).

Nessa perspectiva, a partir de alguns textos veiculados pelo discurso jornalístico e baseada na teoria de Fauconnier e Turner (2002), analisamos o surgimento da conceptualização: **tomada de poder com ruptura política é golpe**. Vejamos o diagrama básico, a seguir, o qual corresponde à ativação, projeção e ligação de conhecimentos que apresenta a conceptualização do evento:

Figura 20 - Esquema do diagrama dos espaços mentais. Elaboração nossa.

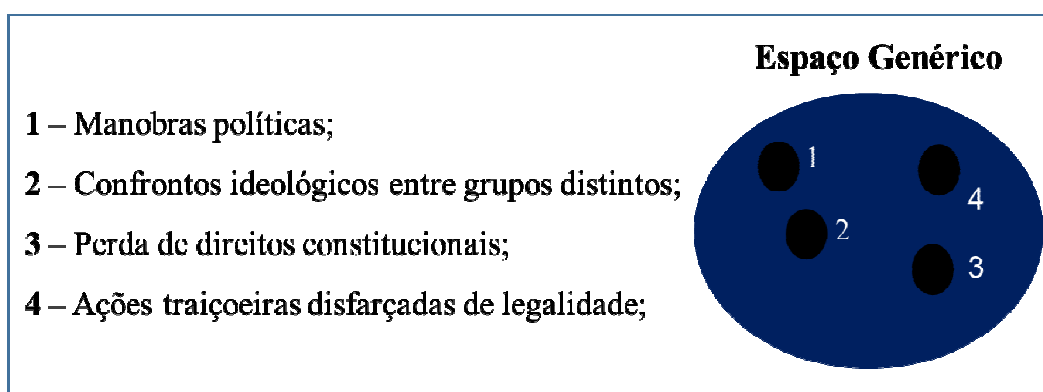


Esse diagrama apresenta a integração conceitual e dinâmica entre os espaços, apontando os mapeamentos e projeções que correspondem as coativações e conexões na nova conceptualização. A figura 20 exhibe o mapeamento dos sentidos das estruturas linguísticas e aponta as relações e associações cognitivo-discursivas do nosso *corpus* para chegarmos à conceptualização **tomada de poder com ruptura política é golpe**. Assim, estruturalmente, esse diagrama apresenta:

- ✓ espaço genérico;
- ✓ input 1: rupturas constitucionais;
- ✓ input 2: perseguição política;
- ✓ mesclagem conceptual: tomada de poder com ruptura política é golpe.

Desse modo, a integração conceptual é importante para compreender que a linguagem envolve manifestações de capacidades cognitivas gerais e de processamentos da experiência cultural, social e individual que organiza conceptualmente as coisas do mundo e constrói discursivamente conhecimentos sobre os acontecimentos socialmente situados. Vejamos a seguir o detalhamento desse diagrama com as produções discursivas dos jornais.

- ✓ espaço genérico;

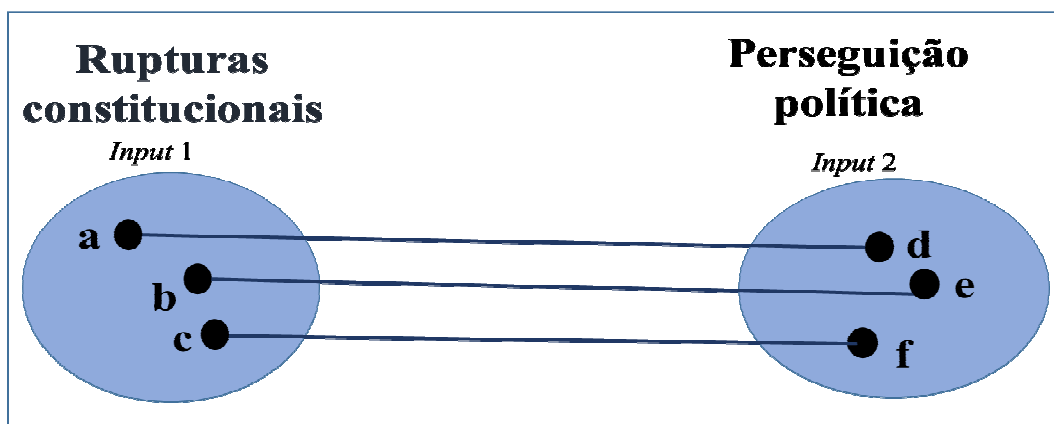


O espaço genérico, a partir dos textos analisados, comporta as estruturas conceptuais abstratas, compartilhadas pelos dois espaços influentes, *input 1*, rupturas constitucionais, e *input 2*, perseguição política. Assim, o espaço genérico apresenta (1) manobras políticas; (2) confrontos ideológicos entre grupos distintos; (3) perda de direitos constitucionais; e (4) ações traiçoeiras disfarçadas de legalidade.

No espaço *inputs 1 e 2*, acontece uma espécie de mapeamento de correspondências entre os *inputs*, cujas linhas retas e pontilhadas integram e projetam de um espaço para outro, aspectos culturais, cognitivamente ativos e criativos a partir de um contexto local e pragmático (FAUCONNIER & TURNER, 2002). Interessa-nos mostrar também que esse processo aponta para o fato de que o Poder Judiciário e o Poder Legislativo tornaram-se parte

ativas nessa conceptualização. Vejamos a organização e projeção dos espaços *input* 1 e *input* 2:

- ✓ *input* 1: rupturas constitucionais;
- ✓ *input* 2: perseguição política;



Rupturas constitucionais

- a) Jornal Folha de S. Paulo, 20 de abril de 2016. **Bolsonaro fez apologia de crime na votação do impeachment.** Em nota, o Conselho Federal da OAB classificou a fala de Bolsonaro de apologia de crime. Ao anunciar seu voto, o parlamentar homenageou o primeiro militar reconhecido pela Justiça brasileira como torturador, o coronel Brilhante Ustra. Ele comandou o DOI-Codi de São Paulo, entre 1970 e 1974, período em que Dilma esteve presa na capital paulista.[...] O texto critica a postura do parlamentar. "Não é aceitável que figuras públicas, no exercício de um poder delegado pelo povo, se utilizem da imunidade parlamentar para fazer esse tipo de manifestação num claro desrespeito aos Direitos Humanos e ao Estado Democrático de Direito". A declaração que provocou indignação em diversos setores foi a seguinte: "Perderam em 64. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff". [...] De acordo com tratados internacionais, a tortura como crime contra a humanidade.
- b) Jornal O Globo, 19/03/2016. Artigo de opinião. Críticos à divulgação das gravações dizem que é preciso respeitar as leis do país. Os defensores afirmam que escondê-las poderia até mesmo ser considerado um crime de prevaricação [...] o juiz Moro e os procuradores da República

rasgaram Constituição e espezinharam a lei ao divulgar ilegalmente as gravações do ex-presidente Lula, incluindo a presidente Dilma. Este é um ato inaceitável pela consciência democrática do país e se constitui num golpe político-jurídico contra poderes legalmente constituídos com o aval da soberania popular. Nas próximas semanas, o Procurador Geral, Rodrigo Janot, terá que dizer se faz parte desta conspiração ou se observa a Constituição. A ação política, partidarizada e parcial de Moro e dos procuradores destrói o Estado democrático de Direito. O próprio STF terá que dizer se faz vistas grossas à violência jurídica do juiz Moro e dos procuradores ou se quer dar um basta no estado de exceção judicial.

- c) Jornal O Globo, 19/03/2016. Artigo de opinião. Rito acelerado. Juristas antecipam entrega da peça final de acusação para antecipar julgamento final de Dilma. “Estamos em vias de aprovar o impeachment sem um empurrão, sem uso de arma, usando a constituição” (afirma, Agripino Maia, DEM-RN). O palácio do Planalto e o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), atuaram durante todo o dia de ontem para agilizar a votação da chamada pronúncia da presidente afastada, Dilma Rousseff, fase do processo de impeachment em que se decide se ela irá a julgamento. O governo orientou os senadores aliados a não “caírem em provocações” dos defensores de Dilma e incentivou desistências de discursos para abreviar a sessão. A estratégia surtiu efeito. Com o avanço célebre da sessão de ontem, os juristas responsáveis pela acusação no processo de impeachment, Miguel Reale Jr. e Janaína Conceição Paschoal, vão protocolar hoje o libelo, peça final da acusação, sem usar o prazo de 48 horas a que tinham direito. [...] O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, que assumiu ontem o comando do processo de impeachment, tornou-se um aliado inesperado, ao impor desde cedo celeridade à sessão.

Perseguição política

- d) Jornal Folha de S. Paulo, 23/05/2016. **Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato.**

[MACHADO: Tem que ter um impeachment.

JUCÁ: Tem que ter impeachment. Não tem saída.

MACHADO: E quem segurar, segura.

MACHADO: É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.

JUCÁ: Com o Supremo, com tudo./ Conversei ontem com alguns ministros do Supremo. Os caras dizem 'ó, só tem condições de [inaudível] sem ela [Dilma]. Enquanto ela estiver ali, a imprensa, os caras querem tirar ela, essa porra não vai parar nunca'. Entendeu? Então... Estou

conversando com os generais, comandantes militares. Está tudo tranquilo, os caras dizem que vão garantir. Estão monitorando o MST, não sei o quê, para não perturbar.

- e) Jornal O Globo, 19/03/2016. Artigo de opinião. A Ação de Moro, de divulgar os grampos, além de social e politicamente irresponsável, pois visa criar um clima de convulsão social e de respaldar a violência de grupos cada vez mais fora de controle, é o desdobramento de um processo de ilegalidades sacramentado em mais de 100 conduções coercitivas, de tortura psicológica de presos e de prisões arbitrárias, transformado a exceção em regra e produzindo graves riscos institucionais. É preciso conter este quisto perigoso que se coloca acima da lei e se apresenta como justiceiro universal da nação. Aldo Fornezi (Professor da Escola de Sociologia e Política (SP)).
- f) Jornal O Globo 25/03/2016. **‘Processo é ruptura da ordem democrática’**. Em entrevista à imprensa estrangeira, Dilma diz que Lula irá para o governo de qualquer jeito. “Nós tivemos golpes de Estado militares. Em um sistema democrático, esses golpes mudam de forma. Cada regime tem seu tipo de golpe”.

Dilma Rousseff.

Na véspera, ministros do Supremo defenderam legitimidade de processo.

O mais influente diretório e símbolo da fidelidade à presidente Dilma, o PMDB do Rio decidiu romper com o governo. A decisão, comunicada ao vice Michel Temer, sinaliza a tendência da maior parte da legenda. Ontem, um dia após ministros do STF afirmarem que impeachment não é golpe e está previsto na Constituição, Dilma disse a jornais estrangeiros que seu impedimento seria a “ruptura da ordem democrática”. Dilma alegou que tirá-la do cargo deixaria cicatrizes duradouras para a democracia e que apelará, “com todos os modos legais disponíveis”, para não sair da Presidência. Diante da repercussão internacional da crise política em que está envolvida, a presidente Dilma Rousseff reforçou ontem, a jornalistas estrangeiros, o discurso de que o processo de impeachment carece de bases legais, e que tirá-la do poder sem justificativa é golpe. Segundo ela, o movimento que estaria sendo engendrado agora não se compara ao golpe militar executado em 1964, mas o sucesso do impeachment seria a ruptura da ordem democrática. Dilma afirma que querem a renúncia dela para evitar retirarem um mandato legítimo de forma “indevida, ilegal e criminoso”.

— Nós tivemos golpes de Estado militares em nossa História. Em um sistema democrático, esses golpes mudam de forma. Cada regime tem seu tipo de golpe. A Constituição garante direitos, e em um golpe você subverte esses direitos e perverte a ordem democrática. E isso é perigoso. Sem base legal, esse processo é um golpe contra a democracia. E as consequências disso não sabemos, porque não temos capacidade de prever o futuro — afirmou, segundo o diário espanhol “El País”.

Na véspera, os ministros do STF Dias Toffoli e Cármen Lúcia afirmaram que, se for respeitada a Constituição, impeachment não é golpe. A entrevista foi concedida a jornalistas dos jornais “El País” (Espanha), “The Guardian” (Inglaterra), “The New York Times” (Estados Unidos), “Le Monde” (França) e “Página 12” (Argentina).

O “Guardian” ressaltou que Dilma distinguiu o que seria o golpe atual do golpe militar que jogou o Brasil numa longa ditadura.

— Eu não estou comparando o golpe de agora com os golpes militares do passado, mas seria a ruptura da ordem democrática no Brasil — disse a presidente.

A decisão de convocar jornalistas de veículos internacionais vem sendo executada desde o início da semana. Depois que importantes publicações passaram a defender, em seus editoriais, a renúncia da presidente, José Eduardo Cardozo (advogado-geral da União) falou com correspondentes estrangeiros em São Paulo, e Jaques Wagner (chefe de gabinete de Dilma) fez o mesmo no Rio.

O mapeamento e a projeção entre os *inputs* são estabelecidos e organizados localmente para “modelar” projeções dinâmicas entre pensamento e linguagem à medida que o discurso se desdobra.

No *input* 1 (rupturas constitucionais), há a construção de que “o Deputado Bolsanaro”, “o juiz Moro e os procuradores da República” transgrediram regras constitucionais. Destacamos o fato de que esses atores sociais são dos Poderes Legislativo e Judiciário. Assim, abre-se uma lacuna para questionar que o impeachment não é “a salvação”, não é “o remédio” do Brasil, mas uma estratégia para destituir o governo do PT da presidência e colocar um presidente do PMDB, Michel Temer.

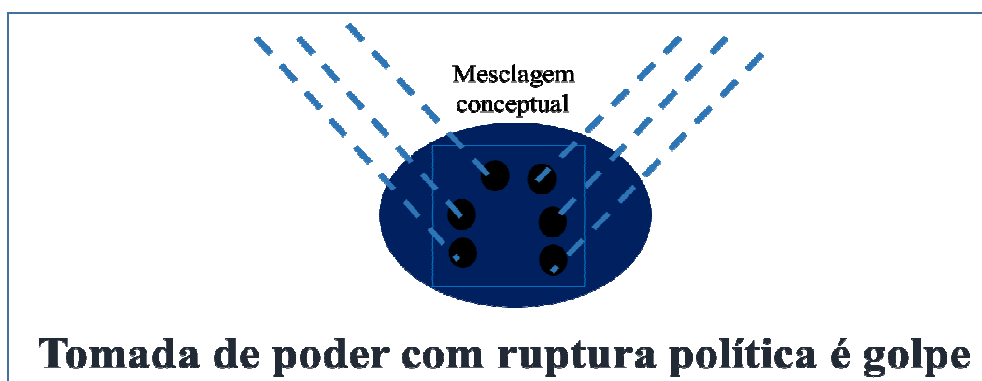
No *input* 2 (perseguição política), a partir do áudio de Jucá e dos outros trechos dos textos, apresentados anteriormente, temos pistas de que a conceptualização do golpe coexiste a conceptualização do impeachment. No áudio que expõe a conversa de Jucá e Machado, o texto aborta, “num grande acordo nacional. Com o Supremo, com tudo./ Conversei ontem com alguns ministros do Supremo. Os caras dizem 'ó, só tem condições de [inaudível] sem ela [Dilma]”.

Esse áudio sinaliza o caminho que foi adotado pelo núcleo político a favor do impeachment de Dilma, denunciando os “acordos” e as “arbitrariedades”, tanto políticas quanto jurídicas, realizadas para a destituição da presidenta Dilma Rousseff. Trata-se de uma organização em que diversos atores de distintos setores da sociedade, não necessariamente do mesmo partido ou filiação política, se articularam para tomar a presidência de Dilma, independentemente, do perfil de governo instaurado por Dilma.

Assim, diante do que foi posto, a organização dos espaços mentais nos indica que para haver a conceptualização no espaço-mescla, as situações, as ações, os atores sociais precisam interagir localmente para construir um novo sentido no discurso. Em outras palavras, os elementos que são mapeados e projetados entre os textos precisam de um conjunto de associações para realizar a fusão e funcionar como um “conceptualizador” de sentidos. Nesse caso, os elementos (a-d; b-e; c-f) apresentam aspectos correspondentes que se conectam e ativam conhecimentos *ad hoc* para o discurso, construindo modelos mentais que se armazenam numa memória social.

Essas estruturas discursivas são norteadoras para o processo da mesclagem conceptual, uma vez que tais estruturas não realizam por si só a construção cognitiva, mas oferecem pistas suficientes para fazermos inferências e acionarmos conhecimentos apropriados para cada situação situada. Nessa perspectiva, vejamos a conceptualização revelada no processo da mesclagem conceptual:

- ✓ conceptualização revelada no processo da mesclagem conceptual: tomada de poder com ruptura política é golpe.



Pela proposta de Fauconnier & Turner (2002), a conceptualização **tomada de poder com ruptura política é golpe** se constitui em decorrência de uma operação cognitiva de integração conceptual entre espaços mentais num processo de construção de sentido localmente situado. Além do mapeamento dos *inputs* 1 e 2, temos os conhecimentos de mundo, as inferências e o contexto para a projeção dos sentidos para o espaço conceptual chamado de mesclagem conceptual.

Nesse caso, a mesclagem conceptual possibilitou a conceptualização **tomada de poder com ruptura política é golpe**. Fauconnier & Turner (2002) asseveram que a mesclagem é uma parte crucial do trabalho imaginativo, não é apenas a simples adição de um

significado para outro, como se estivéssemos obtendo a sua soma. Nessa mesclagem conceptual, portanto, encontramos: integração; formação de associações de sentido e conexões; "desempacotamento" (unpacking) para reconstrução de outros espaços; topológica, pelo fato de criar condições para as contrapartes correspondentes mescladas. Com essas operações cognitivas e discursivas, as entradas projetadas no espaço-mescla não podem ser desintegradas, nem desconectadas, uma vez que a mesclagem conceptual é resultado de um processo de integração entre os espaços mentais que faz emergir uma nova conceptualização no discurso, como também proporciona a ativação/construção de modelos mentais que organizam uma memória social sobre o evento.

Assim, diante da atividade textual-discursiva e a partir das operações cognitivas, verificamos o surgimento da conceptualização: **Tomada de poder com ruptura política é golpe**, para indicar que a conceptualização do evento sendo golpe também está presente no discurso jornalístico, mas encontra-se esvaziada e implícita. No entanto, vale ressaltar que apesar dessa conceptualização está presente no discurso jornalístico, ela não é destacada com a mesma ênfase que a conceptualização do evento sendo impeachment.

A conceptualização, **Tomada de poder com ruptura política é golpe**, realizada a partir dos espaços mentais estáveis e locais (FAUCONNIER; TURNER, 2002) executam compreensões sobre o evento e apresenta alguns aspectos que precisamos detalhar. A partir dos trechos dos textos que organizamos os espaços mentais, vemos que “ruptura constitucional”, “tomada de poder”, “acordos nacionais” e “ruptura política” nos acionam uma memória sobre democracia. Nessas circunstâncias, inferimos que a construção do evento impeachment/golpe no discurso jornalístico há um “fio condutor” de sentido que ancora e aciona conhecimentos sobre a Democracia/Constituição.

A Democracia e a Constituição funcionam no discurso como elementos que orientam e regem a compreensão sobre o evento na atividade discursiva. Vejamos alguns trechos:

Quadro 15 - A construção discursiva da Constituição/Democracia no discurso jornalístico.

CONSTITUIÇÃO E DEMOCRACIA	
✓	“A maioria dos ministros da Corte, porém, entendeu que a forma e a <u>ordem estabelecidas por Cunha segue o Regimento da Câmara e não contraria a Constituição</u> ”.
✓	“não há como justificar o atentado que querem cometer contra a democracia”.
✓	“o impeachment de Dilma Rousseff além de outros casos importantes ocorridos

nos últimos cinco anos, foram feitos em total respeito à Constituição e às leis do país”.
✓ “a Constituição brasileira prevê o processo de impeachment”

A partir dessa atividade discursiva, a conceptualização do evento se desenvolve no discurso jornalístico como um modo de estabilizar a conceptualização do evento sendo impeachment e esvaziar, por meio da Democracia e da Constituição, a conceptualização do evento sendo golpe, uma vez que o discurso jornalístico apresenta a conceptualização de impeachment sendo uma “prática jurídica, fundamentada pela constituição, e um processo “natural” da democracia”.

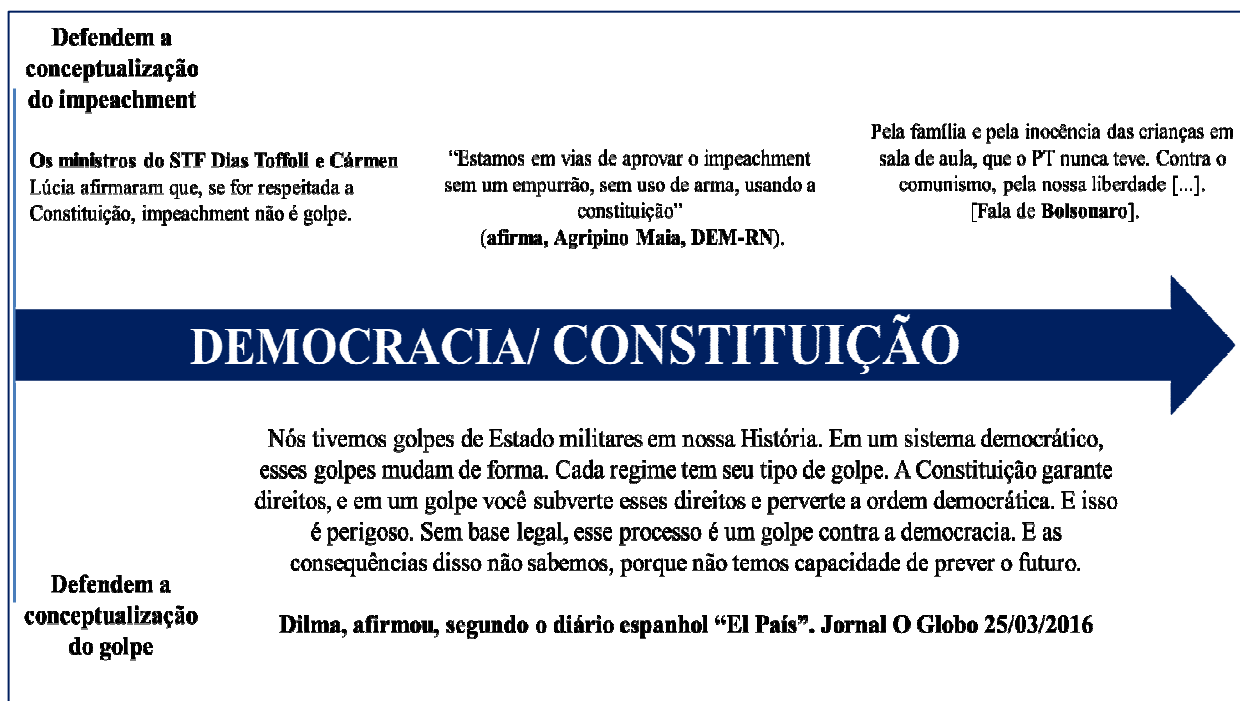
Desse modo, vamos analisar como o discurso jornalístico constrói os atores sociais que defendem a democracia/constituição. É necessário indicar que para observar essa construção é relevante fazermos uma divisão entre os grupos sociais:

- (1) grupos que defendem a conceptualização do evento como impeachment; e
- (2) o outro grupo que apresenta a conceptualização do evento como golpe.

Essa polarização é vista explicitamente no discurso jornalístico e gera impactos distintos, uma vez que o grupo do Poder Legislativo e Judiciário exhibe o modo como entende a democracia e a constituição. Enquanto o grupo representado pelos dizeres de Dilma Rousseff apresenta-se, no discurso jornalístico, como se o posicionamento defendido por eles não estivessem veiculados às concepções de democracia/constituição, mas pela “interpretação” sobre o que Dilma Rousseff e seus apoiadores compreendem sobre democracia/constituição.

Vejamos:

Figura 21 - A polarização e (des)legitimação dos grupos sociais no discurso jornalístico.



Vemos a polarização e a deslegitimação da conceptualização do golpe a partir dos dizeres, posto que a mídia revela apenas o discurso de Dilma Rousseff para “defender” a conceptualização do evento sendo golpe. Porém, vale lembrar que a própria Dilma está sendo julgada nesse processo, o que contribui para a deslegitimação do que ela postula e defende.

Se fizermos uma leitura comparativa para analisarmos quais são os atores sociais destacados pela mídia para defender o impeachment como parte da Democracia/Constituição, identificamos uma quantidade maior do que os atores que defendem a conceptualização do evento sendo golpe.

Além de apresentar maior quantidade de defensores do impeachment, o jornal apresenta atores sociais que compõem o Poder Judiciário e o Poder Legislativo. Os jornais destacam “os ministros do STF, Dias Toffoli e Cármen”, “Agripino Maia, DEM-RN” e “Bolsonaro, Deputado Federal”. Tais atores defendem e sustentam a conceptualização do evento sendo impeachment com o argumento de que “apenas cumprem a Constituição” e que estão protegendo a “Democracia”.

Essa construção destaca o poder que essas referências políticas e jurídicas têm nas funções partidárias de influenciar seus partidos na votação do afastamento da presidenta, como também na “garantia” constitucional fundamentada pelos atores do STF, Dias Toffoli e Cármen. Isso significa dizer que a Constituição seria a materialidade jurídica da democracia,

significada por quem tem o poder de criar, elaborar e executar as leis. Essas estruturas discursivas elaboradas pelo discurso jornalístico direcionam ideologicamente as opiniões dos leitores/ouvintes de forma evidente e racional, contribuindo para um efeito de esvaziamento sobre a conceptualização do evento sendo um golpe.

O efeito de esvaziamento da conceptualização do evento sendo golpe é sustentado pelos discursos do Poder Jurídico e do Poder Legislativo, uma vez que esses Poderes têm a incumbência de estabelecer o Estado de Direito e a Democracia política no Brasil. Nessa perspectiva, a conceptualização do evento sendo golpe se esvazia pelo motivo de significar junto desses Poderes, já que o jornal sustenta a “legalidade” e assume a “legitimidade” do processo a partir dos discursos dessas esferas que são, historicamente e socialmente, autorizadas a legitimar ou deslegitimar atores e eventos.

É importante ressaltar que o efeito de esvaziamento, fortalece a conceptualização do evento sendo impeachment, já que as informações e os conhecimentos formulados pela mídia deslegitimam a conceptualização evento sendo golpe para legitimar a conceptualização do evento sendo impeachment. Vejamos como mídia realiza esse movimento de (des)legitimação que gera o efeito de esvaziamento da conceptualização de golpe:

Os ministros do STF Dias Toffoli e Cármen Lúcia afirmaram que, se for respeitada a Constituição, impeachment não é golpe.

Nesse fragmento construído pelo discurso jornalístico, temos o esvaziamento da conceptualização de golpe, quando a mídia ressalta “impeachment não é golpe”. Ademais, o efeito de esvaziamento é sustentado pelo discurso do Poder Jurídico, nesse caso, a mídia traz “os ministros do STF Dias Toffoli e Cármen Lúcia” para representar os atores sociais do Poder jurídico e, ao mesmo tempo, significar o impeachment a partir da perspectiva da “legalidade”. Verificamos, portanto, que ao deslegitimar a conceptualização do evento sendo golpe, há, ao mesmo tempo, a legitimação da conceptualização do evento sendo impeachment.

Assim, as relações de poder são estabilizadas e explicitadas no discurso jornalístico. De um lado, encontramos os discursos do Legislativo e do Judiciário para defender a conceptualização de impeachment; e do lado oposto, os discursos da presidenta Dilma Rousseff para defender a conceptualização de golpe.

A mídia, portanto, a partir do efeito de esvaziamento, deixa à margem a conceptualização do golpe e ainda confirma o posicionamento de Dilma Rousseff oposto ao que está “exposto” na lei, enfatizando e construindo o evento a partir de um ângulo de polarização. Nessa perspectiva, o discurso jornalístico atribui características a Dilma que a coloca em lado oposto ao Poder Judiciário, já que ela defende a conceptualização de golpe.

Assim, o modo de apresentar esse confronto, permite destacar não só o posicionamento dos jornais em relação ao evento, mas também de indicar para os leitores/ouvintes uma possibilidade de compreensão sobre a realidade.

Contudo, apesar da conceptualização do golpe circular à margem da conceptualização de impeachment e de modo velado no discurso jornalístico, vemos a partir da conceptualização, **tomada de poder com ruptura política é golpe**, uma estrutura que constrói um posicionamento sobre o evento de 2016 e retoma conhecimento relacionado ao golpe de 1964.

Desse modo, essa conceptualização do evento sendo golpe apresenta uma relação associativa com o passado e com presente, uma vez que são veiculadas informações pelo discurso jornalístico, as quais podem acionar/construir modelos mentais que são recuperados/ativados em outros acontecimentos no decorrer da história, ao longo do tempo e, ainda, podem instituir formas de cognição social.

Nesse sentido, ao veicular essa conceptualização, o discurso jornalístico elucida a construção do evento a partir da perspectiva de golpe, posto que as informações e os conhecimentos que se associam a essa conceptualização ganharam visibilidade com o áudio entre Jucá e Machado, como também nos debates públicos. Vejamos mais trechos de textos que sustentam a conceptualização do evento sendo golpe:

Quadro 16 - Estruturas discursivas que apontam a conceptualização de golpe.

TOMADA DE PODER COM RUPTURA POLÍTICA É GOLPE
1. O juiz Moro e os procuradores da República rasgaram Constituição e espezinharam a lei ao divulgar ilegalmente as gravações do ex-presidente Lula, incluindo a presidente Dilma. Este é um ato inaceitável pela consciência democrática do país e se constitui num golpe político-jurídico contra poderes legalmente constituídos com o aval da soberania popular. Nas próximas semanas, o Procurador Geral, Rodrigo Janot, terá que dizer se faz parte desta conspiração ou se observa a Constituição. [...] A Ação de Moro, de divulgar os grampos, além de social e politicamente

irresponsável, pois visa criar um clima de convulsão social e de respaldar a violência de grupos cada vez mais fora de controle, é o desdobramento de um processo de ilegalidades sacramentado em mais de 100 conduções coercitivas, de tortura psicológica de presos e de prisões arbitrárias, transformado a exceção em regra e produzindo graves riscos institucionais.

2. Nós tivemos golpes de Estado militares em nossa História. Em um sistema democrático, esses golpes mudam de forma. Cada regime tem seu tipo de golpe. A Constituição garante direitos, e em um golpe você subverte esses direitos e perverte a ordem democrática. E isso é perigoso. Sem base legal, esse processo é um golpe contra a democracia. E as consequências disso não sabemos, porque não temos capacidade de prever o futuro.

Nesses trechos, o discurso jornalístico não transmite apenas a informação, mas fornece ao leitor/ouvinte elementos fundamentais para compreender o evento (ancorar fatos, atores sociais e grupos sociais). A construção e o modo como esses elementos são representados no discurso jornalístico apresentam perspectivas sobre as coisas do mundo e envolvem posicionamentos ideológicos e relações de poder.

No trecho (1) o jornal veicula informações sobre a divulgação “ilegal”, realizada pelo juiz Moro, da conversa entre Lula e Dilma. Além da divulgação ilegal, o jornal destaca o posicionamento do Procurador Geral, Rodrigo Janot, ao firmar que o procurador terá alternativas “faz parte desta conspiração ou se observa a Constituição”.

De acordo com que o jornal afirma, esse procurador terá que se posicionar sobre a divulgação ilegal das gravações, visto que esse “ou” articula essas estruturas coordenadas alternativas. Desse modo, é preciso explicitar que o Procurador Geral, Rodrigo Janot, terá de fazer uma escolha “ou” vai fazer parte da conspiração ou se observa a constituição. Assim, fazer parte da conspiração, nesse caso, é realizar ações antidemocráticas, como por exemplo, divulgar áudios para causar manifestações sociais contra Dilma Rousseff e Lula. **Ou** realizar ações democráticas que é respeitar a constituição e não destituir uma presidenta que foi eleita pela maioria da população do Brasil e não cometeu crime de reponsabilidade.

Essa formulação trazida pelo discurso jornalístico instala a construção de que o Judiciário e o Legislativo realizam ações políticas “partidarizadas e parciais”, “desestabilizando o Estado Democrático de Direito”. Assim, a conceptualização do evento sendo golpe é acionada pelo discurso veiculado pela mídia, visto que o procurador da República não deve seguir por preceitos pessoais, mas sim pelo que está posto na Constituição.

Ainda sobre o trecho (1), podemos destacar a ação ilegal do juiz Sergio Moro ao divulgar áudios entre Dilma e Lula. Esse vazamento seletivo de informações provoca na sociedade uma agitação que prejudica o governo e norteia a opinião pública em relação às atitudes de Dilma. Essa divulgação demonstra a gravidade que é partir do Poder Jurídico informações que desacreditam e deslegitimam o governo de Dilma, pois tais informações constroem/estabilizam aspectos negativos e estereótipos fundamentados em argumentos jurídicos sobre o governo de Dilma.

Assim, a conceptualização do evento sendo golpe toma forma de um discurso que circula como a interpretação da realidade, uma vez que os argumentos, os conhecimentos sobre o evento e a força simbólica do evento sendo golpe é diluída pelo discurso jurídico. Ao veicular essas informações sobre a conceptualização de golpe, o discurso jornalístico mostra, de certo modo, a articulação política e jurídica que está presente nesse evento.

A construção da conceptualização do evento sendo impeachment, portanto, não obedece às regras jurídicas nem legislativas (pelo que vimos na divulgação seletiva dos áudios, e dos “acordos nacionais”), mas é evidenciada como legítima pelo poder que essas esferas têm no modo de interferir na legitimação de posicionamentos na sociedade. Pois, à medida que as informações construídas são disseminadas na sociedade pela mídia, aumenta o apoio da população à destituição da presidenta Dilma. Assim, a conceptualização do evento sendo golpe se apresenta implícita ou pelo menos esvaziada no discurso jornalístico.

Essas duas formas de conceptualizar o evento são estratégias realizadas pelo discurso jornalístico para deslegitimar o golpe e, ao mesmo tempo, é um modo arbitrário de impor à sociedade uma conceptualização sobre o evento.

O trecho (2) mostra o posicionamento de Dilma Rousseff sobre o evento. Dilma afirma “Em um sistema democrático, esses golpes mudam de forma. Cada regime tem seu tipo de golpe”. Vemos que Dilma sinaliza para o fato de que o evento deve ser conceptualizado sendo golpe, uma vez que em sistemas democráticos, há golpe que não utilizam da violência, mas conseguem realizar “acordos nacionais” entre os que têm o poder de retirar a soberania das urnas e destituir uma presidenta democraticamente eleita pela maioria dos brasileiros sem crime de responsabilidade.

Nessa perspectiva, quando a presidenta argumenta: “Sem base legal, esse processo é um golpe contra a democracia”, identificamos a defesa da conceptualização do evento sendo golpe. Na afirmação, Dilma defende a ilegalidade do processo de impeachment, já que o crime de responsabilidade não foi comprovado, como também afirma que esse processo é “contra a democracia”.

Nesse sentido, ir contra a democracia, conforme a declaração de Dilma Rousseff, é ir além da injustiça da destituição de uma presidenta. É retirar o que foi conquistado em anos “para” as minorias (mulheres, negros, indígenas, LGBTQs, entre outras), pois essas minorias foram reprimidas, socialmente e historicamente, pelos grupos hegemônicos. Nessa perspectiva, a conceptualização do evento sendo golpe é acionada pelo discurso da presidenta, uma vez que as minorias começaram a ter visibilidade a partir das políticas inclusivas e das reformas sociais que deram apoio às minorias durante os governos do PT.

Vale ressaltar também, no trecho (2), a declaração de Dilma: “E as consequências disso não sabemos, porque não temos capacidade de prever o futuro”. Tal declaração foi proferida em 2016, projetando/construindo uma memória social compartilhada sobre as consequências dessa “tomada de poder com ruptura política”. Conforme Baptista (2018), o Golpe de 2016 interrompe este processo de melhorias pelo qual o país vinha adquirindo e o retorna ao seu curso original, voltando a ser uma colônia do capitalismo neoliberal hegemônico. Assim, as consequências, sinalizadas por Dilma, geram efeitos e continuará gerando em futuros próximos, “nunca tão poucos espoliaram tantos em tão pouco tempo”, salienta Alves (2017, p.10).

Desse modo, a conceptualização do evento sendo golpe no discurso jornalístico coexiste perante os argumentos: (1) da divulgação ilegal de gravações sigilosas em poder da justiça; (2) da destituição sem comprovação de crime de responsabilidade contra a presidenta Dilma; e de (3) “um grande acordo nacional. Com o Supremo, com tudo” (áudio de Jucá e Machado). Nessa direção, o que sustenta e aciona a conceptualização do evento sendo golpe é a articulação política, no âmbito Legislativo, e as rupturas constitucionais, no âmbito jurídico.

Vejam os quadros, a seguir, destacando a articulação política e jurídica veiculada pelo discurso jornalístico:

Quadro 17 - Construção discursiva da manobra política e jurídica.

TOMADA DE PODER COM RUPTURA POLÍTICA É GOLPE	
Construção das crises	✓ Ao se associar ao clamor público pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, a Ordem dos Advogados do Brasil resgata seu papel histórico, expresso em seu estatuto, de defesa da sociedade, da República e do Estado Democrático de Direito. O placar acachapante, de 26 a 2, diz tudo: quase unanimidade. ✓ Basta olhar o estado de penúria da economia brasileira, o desarranjo das contas públicas — e, o que é pior, a total descrença da sociedade e

	do mercado quanto à sua recuperação sob o atual comando.
Ausência da presidenta Dilma na Operação Lava Jato	✓ Entendeu as limitações daquele pedido, que, ao tempo em que foi formulado, não dispunha ainda de evidências mais concretas que possibilitassem a inclusão dos crimes apurados pela Operação LavaJato, empreendida pelo Ministério Público e a Polícia Federal.
Violação constitucional	✓ Antes de mais nada, a transgressão a uma lei impõe, sim, que se aplique a pena prevista. E a transgressão à LRF, nos termos da Constituição, é crime de responsabilidade, que implica o impedimento do presidente da República. ✓ Trata-se de recurso constitucional (artigos 85 e 86), já acionado na vigência da atual Carta, com o apoio entusiástico dos que hoje o detratam, afirmando tratar-se de golpe, ou de que estaria sendo banalizado. Ora, quem quis banalizar esse instrumento foi o próprio PT, que o propôs a todos os presidentes eleitos na vigência da Carta de 88. E o Congresso teve o bom senso de só adotá-lo contra quem de fato nele estava enquadrado, o ex-presidente deputado Eduardo Cunha. ✓ A OAB, ao encaminhar seu pedido de impeachment, considerou tudo isso: a partir de um conjunto de delitos, o conjunto da obra, cujos danos impedem que seus mentores prossigam ditando os destinos do país.

Esse quadro apresenta trechos do texto “A OAB e o impeachment²⁶” que aponta a fragilidade jurídica e política do impeachment e, ao mesmo tempo, sustenta a conceptualização do evento sendo golpe.

Ao emergir a conceptualização, **tomada de poder com ruptura política é golpe**, no discurso jornalístico, identificamos que além da integração entre os espaços mentais, há outros fatores que contribuem para o fortalecimento dessa conceptualização. Tais fatores foram mapeados para explicitar, a partir das estruturas discursivas veiculadas pelos jornais, as relações de poder e o poder que a mídia tem na construção sobre as coisas do mundo. Esses dois requisitos se relacionam, ao passo que conseguem naturalizar discursos que circulam na sociedade e reproduzir ideologias dos grupos hegemônicos.

Os jornais deslegitimam a conceptualização do evento sendo golpe a partir das crises (econômica, política), do combate à corrupção e da rejeição popular do governo Dilma

²⁶ Texto, A OAB e o impeachment, do Jornal O Globo, de Reginaldo de Castro 14/04/2016.

Rousseff. Isto é, a partir da construção e ênfase dessas crises, a conceptualização do evento sendo golpe é deslegitimada. De acordo com o jornal “Basta olhar o estado de penúria da economia brasileira, o desarranjo das contas públicas e, o que é pior, a total descrença da sociedade e do mercado quanto à sua recuperação sob o atual comando”.

Nesse contexto, a mídia discursiviza um cenário político e econômico que norteia o leitor/ouvinte para a compreensão de que o Brasil se apresenta com uma crise em vários setores e a responsável por essa “desordem” (financeira, política e social) é o governo de Dilma. Além das crises construídas pelos jornais, verificamos a associação das crises à diminuição dos apoiadores do governo Dilma. Nesse sentido, os jornais evidenciam o argumento da rejeição do governo de Dilma e, ao mesmo tempo, anulam os 54 milhões de votos, com os quais Dilma Rousseff foi eleita.

Outro fator que sustenta a conceptualização do evento sendo golpe é o não envolvimento da presidenta Dilma nas investigações da operação Lava Jato. No que se refere a operação Lava Jato, o jornal apresenta “[A OAB] Entendeu as limitações daquele pedido [de impeachment], que, ao tempo em que foi formulado, não dispunha ainda de evidências mais concretas que possibilitassem a inclusão dos crimes apurados pela Operação Lava Jato, empreendida pelo Ministério Público e a Polícia Federal”.

O jornal apresenta como uma ressalva o fato de no pedido de impeachment não haver “ainda” evidências do envolvimento de Dilma nos crimes apurados pela Operação Lava Jato. A operação Lava Jato é responsável pela investigação para combater a corrupção no Brasil, entretanto, Segurado (2018, p. 113) afirma que

a operação ganhou amplo espaço na mídia nacional e internacional, com ampla cobertura midiática de suas ações, tendo colocado o combate à corrupção no centro da cobertura jornalística do país, principalmente pelo fato de as averiguações envolverem importantes lideranças políticas do país, dirigentes de grandes construtoras e outros empresários. As investigações realizadas são objeto de política no campo jurídico e político, tanto pelos procedimentos adotados pelos juízes, quanto pela espetacularização de políticos e empresários.

Nessa perspectiva, a Lava Jato configura-se como uma operação de “combate à corrupção” e também funciona como uma plataforma midiática para divulgar a articulação entre os campos jurídico e político. No entanto, vale ressaltar que a presidenta Dilma não é enquadrada e nem relacionada a esquemas de corrupção, o que provoca uma ruptura na construção da discursivização de criminalizar a presidenta Dilma e associar suas atitudes ao esquema de corrupção. Logo, essa ruptura sustenta a conceptualização do evento sendo golpe,

pois Dilma Rousseff não está envolvida em esquemas de corrupção, o que confirma a ausência de dolo/culpa da presidenta.

No que se refere à criminalização da presidenta Dilma, o jornal destaca,

- ✓ Antes de mais nada, a transgressão a uma lei impõe, sim, que se aplique a pena prevista. E a transgressão à LRF, nos termos da Constituição, é crime de responsabilidade, que implica o impedimento do presidente da República.

- ✓ Trata-se de recurso constitucional (artigos 85 e 86), já acionado na vigência da atual Carta, com o apoio entusiástico dos que hoje o detratam, afirmando tratar-se de golpe, ou de que estaria sendo banalizado. Ora, quem quis banalizar esse instrumento foi o próprio PT, que o propôs a todos os presidentes eleitos na vigência da Carta de 88. E o Congresso teve o bom senso de só adotá-lo contra quem de fato nele estava enquadrado, o ex-presidente deputado Eduardo Cunha.

- ✓ A OAB, ao encaminhar seu pedido de impeachment, considerou tudo isso: a partir de um conjunto de delitos, o conjunto da obra, cujos danos impedem que seus mentores prossigam ditando os destinos do país.

De acordo com o que está evidenciado pelos jornais, Dilma violou a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), realizando as chamadas pedaladas fiscais, o que nos termos da “Constituição”, é crime de responsabilidade, que implica o impedimento do presidente da República, destaca o jornal.

No entanto, vale ressaltar, primeiramente, que crime de responsabilidade não se enquadra na LRF, pois conforme Galindo (2016), a LRF é uma norma geral do Direito Financeiro que orienta a elaboração, controle e fiscalização do orçamento da União, porém não é crime de responsabilidade. Desse modo, a prática das pedaladas fiscais é regida juridicamente pela LRF, mas a LRF não diz respeito a lei do impeachment.

O termo “pedaladas fiscais” é a designação utilizada para indicar atrasos nos recursos do Tesouro Nacional para que as instituições financeiras paguem os benefícios sociais (o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, etc). Isso significa dizer que as pedaladas fiscais é um crédito em decorrência de um inadimplemento contratual e a União, como qualquer outra

contratante, deve ser responsável por esse crédito. No entanto, esse crédito “extraordinário” não se enquadra em crime de responsabilidade (GALINDO, 2016).

Nessa perspectiva, o jornal faz uma construção discursiva apontando as pedaladas fiscais como crime de responsabilidade, isto é, o jornal constrói informações alegando que as pedaladas fiscais se enquadram juridicamente na Lei do impeachment. Contudo, isso é um equívoco e uma compreensão imprecisa, pois de acordo com Ribeiro (2015), a tentativa de enquadrar as pedaladas fiscais em crime de responsabilidade não encontra suporte jurídico, uma vez que para ser crime de responsabilidade a presidenta precisaria ter violado a Lei Orçamentária Anual (LOA). A Lei Orçamentária Anual faz parte da lei do impeachment e está prevista na lei 1079/1950 (Lei do impeachment).

O jornal evidencia o “recurso constitucional (artigos 85 e 86²⁷)”. Esse recurso está presente na lei do impeachment e são artigos expostos pelos defensores do impeachment, o presidente da Câmara dos Deputados, os juristas Miguel Reale Jr., Janaína Paschoal e Hélio Bicudo.

A acusação de Dilma embasa o pedido de impeachment alegando que o atraso no repasse do pagamento às instituições financeiras, equivale a operação de crédito vedada pela LRF. Nessa direção, o professor de Direito Constitucional explica, “violar a LRF não é a mesma coisa que violar a LOA. Esta última é a norma que prevê todas as receitas da União. É

²⁷ Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I - a existência da União;

II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;

III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV - a segurança interna do País;

V - a probidade na administração;

VI - a lei orçamentária; [LOA]

VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

§ 1º O Presidente ficará suspenso de suas funções:

I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal;

II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.

§ 2º Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

§ 3º Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.

§ 4º O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

aqui que as condutas comissivas e dolosas do presidente da República poderão ensejar, em tese, o crime de responsabilidade” (GALINDO, 2016, p. 86).

Nessa explicação, verificamos que se trata de direcionamentos diferentes, visto que a lei que fundamenta a destituição de um presidente é a LOA e o pedido do impeachment partiu do entendimento da LRF. Desse modo, diante do aparato técnico jurídico, temos as lacunas legais presentes no pedido de impeachment e a indicação de que a conceptualização do evento sendo golpe se fortalece no discurso jornalístico, pois o que é veiculado sobre o pedido é a imprecisão sobre os termos jurídicos, não deixando explícita essa diferença entre LRF e LOA.

Ainda sobre a construção da conceptualização sendo golpe, o jornal realça o posicionamento de uma das denunciante e defensoras do processo contra Dilma Rousseff, a Ordem dos Advogados do Brasil. O jornal apresenta: “a OAB, ao encaminhar seu pedido de impeachment, considerou tudo isso: a partir de um conjunto de delitos, o conjunto da obra, cujos danos impedem que seus mentores prossigam ditando os destinos do país”.

Nesse direcionamento, o pedido de impeachment é encaminhado pela OAB a partir da alegação do “conjunto de delitos” e do “conjunto da obra”. Esse posicionamento da OAB, veiculada pelo discurso jornalístico, sustenta e aciona a conceptualização do evento sendo golpe, uma vez que não são apresentados argumentos fundamentados pela Constituição para dar a consistência de legalidade, nem deixa explícito o que seria o “conjunto de delitos”, “conjunto da obra”.

Pelo que foi posto sobre a OAB, compreendemos que a instituição demonstra fragilidade jurídica na acusação de Dilma, pois não explicita, nem apresenta as violações constitucionais cometidas pela presidenta para ser validado a destituição da mesma. Sendo assim, a conceptualização do evento sendo golpe é fortalecida, pois a destituição de Dilma é sem a comprovação do crime de responsabilidade, mas pelo “conjunto da obra”.

Essa construção da conceptualização do evento sendo golpe no discurso jornalístico é também sustentada pela fragilidade das informações veiculadas pelo jurídico, uma vez que o modo como as informações estão sendo evidenciadas, são juridicamente questionadas e tecnicamente imprecisas. Desse modo, as informações e as instituições que, simbolicamente, poderiam garantir a execução da Constituição encontram-se articuladas e vinculadas à ausência de garantias constitucionais, as quais implicam em arbitrariedade e punição seletiva.

Assim, a partir dessas estruturas discursivas e das operações cognitivas, a conceptualização do evento vai se construindo no discurso jornalístico e operando numa perspectiva de disputa, em que a conceptualização do evento sendo impeachment é estabilizada e construída como “a realidade” e a conceptualização do evento sendo golpe se

apresenta como uma possibilidade interpretativa sobre a realidade. No entanto, ao observar as formulações das estruturas discursivas e o surgimento de novas conceptualizações sobre o evento sendo golpe se faz revelar e emergir novas conceptualizações de modo “forçoso”, no discurso jornalístico, para tentar romper com discursos que estão naturalizados na sociedade há décadas, apresentando outras possibilidades de visões de mundo e de realidade.

Esse rompimento é complexo, pois, pelo que analisamos, a conceptualização do evento sendo golpe é construída e significada pelo discurso dominante do “Poder Legislativo” do “Poder Judiciário” e da “Constituição/Democracia”, ou seja, a conceptualização do evento sendo golpe apresenta um efeito de esvaziamento, pois ela não consegue ser revelada da mesma forma que a conceptualização do evento sendo impeachment. A conceptualização de golpe está presente nas entrelinhas da conceptualização de impeachment no discurso jornalístico.

Desse modo, o alcance e a estabilização da conceptualização de golpe se dão de outra maneira, permitindo quebrar com a linearidade da conceptualização de impeachment e construindo/acionando modelos mentais que vão atuar na interface entre discurso e sociedade para compreender o evento.

Nesse evento, é interessante observar os modelos mentais que são construídos/acionados pelo discurso jornalístico, uma vez que duas perspectivas sobre o evento é ativada: (1) o discurso jornalístico aciona um modelo mental dos golpes que já aconteceram na história do Brasil, especificamente o de 1964, com intervenção das forças armadas, da violência e da tortura; e (2) o discurso jornalístico constrói um modelo mental que aciona conhecimentos sobre a validade e a legitimidade do Poder jurídico na conceptualização do evento sendo impeachment, visto que ao construir essa validação está estabilizando as ações realizadas pelo jurídico como atitudes “legal” e “legítima”.

Nessa perspectiva, há nos modelos mentais um percurso ideológico que demarca relações de poder e institui sentidos, estabiliza uma conceptualização sobre o evento e, ainda, evidencia um ponto de vista que norteia a compreensão dos leitores/ouvintes. A partir dessa construção e dessa ativação de modelos mentais, o discurso jornalístico apresenta que o “golpe” sofrido por Dilma Rousseff em 2016 não é um golpe, pois não houve atos de violência e nem instauração da ditadura civil-militar. Desse modo, o discurso jornalístico ao destacar a afirmação do senador Agripino Maia, “Estamos em vias de aprovar o impeachment sem um empurrão, sem uso de arma, usando a constituição”, deslegitima a conceptualização do evento como golpe, pois nesse evento há características distintas do golpe de 1964.

Além disso, o discurso jornalístico deixa explícito e, de forma variada, evidencia a conceptualização do evento sendo impeachment ao exhibir os desdobramentos jurídicos e políticos do processo de impeachment. Desse modo, o fato do processo de impeachment ocorrer em conformidade constitucional é um indício de que caracteriza “a lisura do processo” e “segue o rito previsto na Constituição/Democracia”.

Entretanto, vale ressaltar que o posicionamento de Dilma Rousseff sobre o evento também aciona um modelo mental, o qual é deixado implícito ou nas entrelinhas do discurso jornalístico. Esse modelo mental constrói/aciona conhecimentos que marca ideologicamente as atitudes e valores de outro grupo social (Dilma, Lula e o PT), distinto do grupo social que se refere aos Poderes Legislativo e Jurídico, e aponta para a conceptualização do evento sendo golpe. Na perspectiva defendida por Dilma Rousseff, a conceptualização de golpe emerge no discurso jornalístico a partir dos discursos da articulação política e das rupturas constitucionais.

Desse modo, em 2016, o impeachment de Dilma Rousseff também é conceptualizado sendo um golpe, uma vez que para Possenti (2016, p. 1094), “um impeachment pode ser um golpe por outros meios”. Isso significa dizer que um impeachment pode ser um golpe disfarçado de legalidade, já que o problema do golpe não é a tramitação jurídica do processo de impeachment, mas sim os acordos políticos e as rupturas constitucionais realizadas pelo jurídico e por manobras políticas.

Portanto, o ponto central do modelo mental que é acionado/construído na conceptualização do evento sendo golpe – que é esvaziada e diluída pelo discurso jornalístico – é embasada por “**tomada de poder**”. Assim, **tomada de poder** foi golpe em 1964 pelo uso da força e da violência, como também, em 2016, **tomada de poder** foi golpe por envolver acordos políticos e jurídicos. É sobre esses confrontos e embates ideológicos na construção/ativação dos modelos mentais que analisamos o modo como o discurso jornalístico conceptualiza e estabiliza os sentidos sobre o evento de 2016 no Brasil.

A conceptualização do evento sendo golpe no discurso jornalístico é veiculada pela mídia não como um discurso “evidente”, mas como um discurso que circula à margem da conceptualização do impeachment, o qual apresenta estruturas discursivas dispersas que não consegue se mostrar como é. Isso significa dizer o discurso jornalístico não o estabiliza com propriedades indiscutíveis, posto que a Constituição/Democracia está sendo significada e estabilizada pelos poderes Jurídico e Legislativo, enquanto o posicionamento de Dilma Rousseff, defendendo a conceptualização do evento sendo golpe, é construída como oposta ao que é “defendido pela Democracia” e “pelos poderes Legislativo e Judiciário”.

Nessa relação de poder, vimos que os jornais destacam uma camada de sentido, o evento sendo impeachment, para evidenciar e naturalizar uma realidade, como também tentam diluir a outra camada de sentido, o evento sendo golpe, para não ser notada. E ao ser visível, a conceptualização do evento sendo golpe, os jornais atribuem a aparência que é negativo ou se trata de uma interpretação sobre o evento/ a realidade.

Assim, a conceptualização do evento sendo golpe é apresentada como uma interpretação sobre a realidade, dando-lhe uma aparência imprecisa para que fosse vista de modo ilegítimo e, conseqüentemente, adquirindo um efeito de “esvaziamento”. Essa construção jornalística, portanto, exerce o papel de formar opiniões sobre o evento na sociedade e, ainda, reproduzir ideologias dos grupos hegemônicos, uma vez que fornece aos leitores/ouvintes estruturas discursivas para compreender o evento de uma forma e não de outra.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi discutido e apresentado, este estudo teve o propósito de avançar nos estudos que envolvem Discurso e Cognição, explicitando uma possibilidade do modo como o discurso jornalístico estabiliza discursos que norteiam a compreensão dos leitores/ouvintes acerca das conceptualizações sobre a realidade. Além disso, pudemos averiguar o quão relevante se faz analisar a construção cognitivo-discursiva do discurso jornalístico sobre o evento impeachment/golpe, procurando deixar explícito o que há nas entrelinhas do discurso e “desnaturalizando” as “evidências” trazidas pelos jornais.

São nesses movimentos discursivos e a partir de estratégias cognitivas que este estudo se situou e mostrou o poder que o discurso jornalístico tem ao “evidenciar” apenas uma conceptualização sobre o evento. Assim, a conceptualização do evento sendo impeachment é evidenciada como “a realidade”, enquanto que a conceptualização do evento sendo golpe, é deslegitimada pelo discurso jornalístico e circula à margem do discurso da “legalidade”.

Neste estudo, pudemos considerar que a interface cognitiva entre discurso e sociedade é observada a partir das mesclagens conceptuais e dos modelos mentais, uma vez que as mesclagens conceptuais são operações cognitivas pelas quais conseguimos mapear e explicitar os modelos mentais. Nessa perspectiva, este estudo apresentou a mesclagem como um modo de construir conceptualizações e uma possibilidade “visível” de acessar/mapear os modelos mentais socialmente compartilhados na sociedade. Ademais, a mesclagem conceptual se configura como uma poderosa operação cognitiva para observar a ativação de ideologias dos grupos sociais.

Analisar o discurso jornalístico, a partir de um escopo teórico discursivo e cognitivo, mostra o quanto que as informações e conhecimentos veiculados por esse domínio não é “uma transposição” nem “uma descrição” da realidade, de modo neutro e objetivo, mas assinala uma perspectiva política, um posicionamento ideológico e demarca uma construção sobre as coisas do mundo que acontecem na sociedade no tempo e no espaço. Entendê-lo desse modo permite-nos afirmar que as estruturas discursivas postas nos textos e a seleção dos itens lexicais estabilizados na atividade discursiva são formulações que constroem sentidos e podem construir/acionar modelos mentais, os quais instauram uma memória social compartilhada.

Em se tratando de instituir e legitimar uma memória no decorrer do tempo, verificamos que o discurso jornalístico exerce o poder de “conceptualizar” e legitimar uma

versão da realidade como “a realidade”. Desse modo, as informações veiculadas pelo discurso jornalístico propagam apenas a visão de mundo dos grupos hegemônicos. Nesse caso, vimos que as “máquinas” discursivas (os jornais) representam as concepções de mundo dos grupos sociais que detêm o poder na sociedade brasileira e podem “orientar” o que pode ser dito, o que é dito e o modo como é dito, instituindo “uma perspectiva sobre a realidade” como “a realidade” e naturalizando discursos que estabilizam opiniões e atitudes, como foi visto no discurso de alguns deputados, na votação que destituiu a presidenta eleita democraticamente pelo povo brasileiro, Dilma Rousseff. Na votação, os deputados dedicavam seus votos a “pela família”, “pela liberdade” e “pela inocência das crianças que o PT nunca teve”.

Essas estruturas linguísticas ancoram discursos naturalizados na sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, acionam uma memória social compartilhada que revela relações de poder e ideologias dos grupos hegemônicos, as quais forjam uma aparente homogeneidade na conquista dos direitos. Entretanto, estão sobrepondo os interesses pessoais (desses grupos hegemônicos) em detrimento dos interesses coletivos (dos grupos que são minorias, não numéricas, mas de poder).

Neste estudo, portanto, vemos que a mídia propaga esses discursos hegemônicos e consegue estabilizar a conceptualização do evento sendo impeachment, uma vez que tal conceptualização é construída junto das vozes do Poder Judiciário e do Poder Legislativo. Enquanto que as vozes que defendem a conceptualização do evento sendo golpe é deslegitimada a partir de discursos que associam os atores sociais (Dilma Rousseff, Lula e o PT) à corrupção, crise brasileira e do lado oposto à justiça.

Assim, este estudo buscou mostrar o implícito e romper com o efeito de objetividade e com a “evidência” que naturaliza discursos e reproduz de apenas um grupo social. Esse rompimento ativa modelos mentais que faz revelar o que ao longo da história do país ficou/fica à margem da sociedade, possibilitando “novas” conceptualizações e construções “outras” sobre a realidade, pois, de acordo com Mondada (2007), a maneira como dizemos aos outros as coisas do mundo é decorrência de nossa atuação linguística sobre o mundo.

Durante toda a pesquisa, questionamentos e discussões foram traçadas para deixar explícito que o discurso veiculado pela mídia não é neutro, mas apresenta posicionamentos ideológicos que reproduz as visões de mundo dos grupos dominantes e exibem as relações de poder implícitas no discurso. Além disso, vimos que é uma estratégia dos jornais tentar homogeneizar as conceptualizações sobre a realidade para instituir/eleger uma perspectiva da realidade como “a realidade”. Isso significa dizer que a perspectiva evidenciada pelo discurso jornalístico pode nortear a compreensão de mundo do leitor/ouvinte sobre o evento.

Essa pesquisa nos mostrou que:

1. o discurso jornalístico tem o controle discursivo e cognitivo da conceptualização do evento sendo impeachment, a partir do efeito de homogeneidade e do efeito de legalidade, posto que as estruturas discursivas constroem os mesmos conhecimentos durante a cobertura do evento – “corrupção”, “crise brasileira”, “criminalização de Dilma”, “Lula, o líder da corrupção”, “Moro, o juiz justiceiro”, “a Lava jato, uma operação que vai tirar os corruptos da nação”, “o Brasil em 13 anos não cresceu com o PT”, “o impeachment segue rito constitucional” – e acionam os modelos mentais que estabilizam o sentido de que o impeachment é a “solução” do país, é “o remédio jurídico” da nação brasileira;

2. apesar do discurso jornalístico veicular a conceptualização do evento sendo golpe, essa conceptualização é mostrada de modo implícito e, muitas vezes, é deslegitimada pelo fato de o discurso apresentar uma comparação do evento de 2016 com o evento de 1964, e também ativar conhecimentos que “reforçam a deslegitimação”, pois no evento de 2016 não houve “violência”, nem a intervenção das forças armadas como em 1964. Nessa perspectiva, esse estudo mostra, a partir das estruturas discursivas e cognitivas veiculadas pelo discurso jornalístico, que o modelo mental construído sobre o evento sendo conceptualizado de golpe, rompe com essa memória e atualiza esse modelo mental ao identificar que “em sistemas democráticos esses golpes mudam de forma”, ou seja, há novos atributos para a conceptualização do golpe de 2016 que não é a “tomada de poder” com intervenção das forças armadas, mas “tomada de poder” com perseguição política e rupturas constitucionais. Desse modo, este estudo também se debruçou em exibir uma possibilidade do modo como a mídia esvaziou a conceptualização do evento sendo golpe, a partir da legitimação de um “impeachment” embasado por um “acordo nacional”, “com supremo”, “com tudo”, e sem fundamento técnico e jurídico da Constituição.

3. a polarização e a construção discursiva dos grupos sociais são mais uma estratégia, utilizada pelo discurso jornalístico, para ter o controle discursivo e cognitivo das conceptualizações sobre o evento, uma vez que de um lado está o grupo hegemônico (Poder Jurídico, Poder Legislativo), construído e estabilizado com estruturas discursivas que são tidas como positivas diante a sociedade, estabelecendo uma associação das atitudes desse grupo em prol da moral/ordem (seguindo a

Constituição/Democracia) do Brasil. Do outro lado, está o grupo dos Movimentos Sociais, do líder do PT (ex-presidente Lula) e de Dilma Rousseff, que é construído pela mídia a partir de associações que apenas os colocam em oposição à “justiça”, contra “o combate à corrupção”, acionando/construindo modelos mentais que os evidenciam como grupos sociais “antidemocráticos”, que instituíram uma “ditadura petista” ou “uma ditadura de propina”. Nessa perspectiva, no discurso jornalístico, esse grupo é desfavorecido, posto que há uma construção discursiva e cognitiva destacando aspectos que a mídia coloca como negativos. Desse modo, a mídia estabiliza uma polarização instituindo o lado da “Democracia/Constituição”, da “salvação” e do “remédio jurídico do Brasil” – o Poder Judiciário (Ministros do STF, Juiz Sérgio Moro, Procuradores, Investigadores da Lava Jato, Gilmar Mendes, Rodrigo Janot). E salienta o lado oposto – Dilma Rousseff (do PT) e Lula (do PT) – como “violadores” de regras previstas na Constituição, elucidando a construção cognitiva e discursiva do posicionamento que considera a corrupção que “adoece” o país e agrava a “crise brasileira” como consequência dos governos do PT.

A partir desses três aspectos, salientamos que a construção das conceptualizações elaboradas pelo discurso jornalístico faz circular discursividades do Poder Jurídico e do Poder Legislativo, afirmando que o impeachment “segue os trâmites da Constituição e da Democracia”. Assim, a conceptualização de impeachment é destacada como “a realidade”, enquanto a conceptualização de golpe que circula à margem dessas discursividades é tida como “uma interpretação sobre a realidade”.

Nessa direção, vimos como essa segunda construção causa impactos distintos, pois há estruturas discursivas como, por exemplo, “não é golpe”, que tem uma ocorrência quantitativa relevante no nosso *corpus*. Com essa estrutura, o evento já é estabilizado na mídia como um “não golpe”, ou seja, ao negar a conceptualização de golpe, há, ao mesmo tempo, a indicação de que o evento é conceptualizado sendo impeachment. Isso gera um efeito esvaziamento na construção da conceptualização do evento sendo golpe e salienta a “evidencia” da conceptualização do evento sendo impeachment.

A negação do evento sendo golpe foi a construção mais destacada pela mídia, contudo, constatamos que nessa estrutura discursiva de negação “não é golpe”, “não golpe”, está presente a afirmação pela/na língua. Isso significa dizer que a negação da conceptualização do evento sendo golpe é a confirmação de que tal conceptualização coexiste com a conceptualização de impeachment, a diferença é que a conceptualização de

impeachment é legitimada e realçada pelos jornais, enquanto a conceptualização de golpe é deslegitimada e esvaziada.

Desse modo, esvaziar o sentido de golpe a partir dos discursos dos Poderes Legislativo e Judiciário, deslegitima também a conceptualização do evento sendo golpe defendida pelos discursos de Dilma e Lula. Além dessa deslegitimação, o discurso jornalístico faz circular um sentido de golpe como “medida antidemocrática” e “violenta”, uma vez que “golpe é quebrar a Petrobrás”, “golpe é mentir para o país”. Assim, as ações, os atores sociais e os grupos sociais que são contra a conceptualização do evento sendo impeachment são deslegitimados, a partir das construções discursivas e cognitivas, e, simultaneamente à deslegitimação, o discurso jornalístico evidencia e legitima a conceptualização de impeachment. Nessas estruturas, a mídia faz parecer que a conceptualização de impeachment é a medida que pode “solucionar” o problema do Brasil da corrupção e da crise econômica e política.

Portanto, a conceptualização do evento sendo golpe foi esvaziada e apresentada de modo implícito no discurso jornalístico, mas causa fortes efeitos na sociedade, uma vez que com a destituição de Dilma Rousseff, o jornal aponta para a “solução” das crises que adoce o país, como também para o “fim” de “atitudes arcaicas” que envolve esquemas de corrupção. Em outras palavras, essa ênfase construída pelos jornais nada mais é do que a revogação da “velha ordem colonial e patriarcal, com todas as consequências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar” (HOLANDA, 1995, p. 180).

Nessa perspectiva, o modo como se evidencia o evento no discurso jornalístico transforma o que seria um “golpe” em um evento “que salva”, “que cura”, “que protege” o Brasil de todos “os males”, através do impeachment de Dilma Rousseff. Esse posicionamento marca a tentativa de orientar a compreensão dos leitores/ouvintes e, ainda, de instaurar na sociedade um modelo mental que ancora e aciona opiniões e atitudes de ódio contra o PT (e contra quem é a favor da conceptualização de golpe). Isso significa dizer que essa construção discursiva e cognitiva se reflete numa estabilização de conhecimentos que organiza o modo que compreendemos o evento e, ao mesmo tempo, faz circular opiniões institucionais que reproduzem o que a mídia elenca como negativo, antidemocrático e anticonstitucional, relacionado a Dilma Rousseff, a Lula e ao PT.

Ainda há muito a ser investigado sobre o evento impeachment/golpe no discurso jornalístico, no entanto, com este estudo, podemos dizer que uma das peculiaridades do discurso jornalístico na estabilização de sentido sobre o evento é a repetição das estruturas discursivas “**golpe é**” – (1) golpe é um “exagero”; (2) Golpe é vencer eleições mentindo ao

país; (3) golpe é quebrar a Petrobras; (4) golpe é fazer terrorismo contra os mais pobres; (5) Golpista é ir contra a vontade popular; (6) Golpe é inflação e desemprego – e “**não é golpe**” – (1) processo não é golpe; (2) impeachment de Dilma não é golpe; (3) impeachment não é golpe se Constituição for respeitada; (4) Corte também defendeu que processo não é golpe; (5) Não é golpe, mas remédio aos abusos; (6) Não é golpe, diz Temer, em reação a Lula. Com essas estruturas discursivas, a mídia consegue o controle das formulações de sentido e, ainda, aponta o modo como os conhecimentos são organizados de acordo com as expectativas, interesses e ideologias dos jornais e são reforçados, retomados, “reditos” durante toda a cobertura cronológica do evento.

Além disso, verificamos que o discurso jornalístico, a partir dos efeitos de esvaziamento, de objetividade, de homogeneidade, institui conhecimentos que se estabelecem na sociedade como “a realidade” dos fatos e isso ancora/constrói/aciona uma forma de cognição social que ganha legitimidade no tempo e na história. Assim, esse discurso veiculado pelos jornais é transformado em “evidência”, construindo/constituindo modelos mentais que se tornam difíceis de serem rompidos, pois são estabilizados como “a realidade”. Ou seja, veiculam informações que mantêm e propagam as ideologias de apenas um grupo social, a partir da relação de poder institucional exercida pelo discurso jornalístico.

Ressaltamos ainda, a partir dessa investigação, o indicativo de que mais pesquisas devem ser realizadas sobre a construção do evento impeachment/golpe, visto que este estudo não esgota as possibilidades analíticas desse evento que marcou a história política e social do país, nem finda a observação sobre o modo como os grupos hegemônicos reproduzem ideologias e naturalizam discursos a partir da perspectiva dominante ao longo do tempo e do espaço.

E sendo assim, para estudos futuros, vemos a possibilidade de investigar, a partir da perspectiva discursiva e cognitiva, não só o evento impeachment/golpe, mas outros eventos e atores sociais que têm seus discursos significados por vozes dos grupos hegemônicos, ou são construídos, cognitivo-discursivamente, a partir das visões dos grupos hegemônicos. Além disso, poderíamos expandir a análise do evento impeachment/golpe em outros veículos de comunicação, como as redes sociais, a fim de observar a construção cognitivo-discursiva sobre esse evento em outros contextos de uso reais e autênticos da língua, segundo os quais pode-se também legitimar ideologias e nortear a compreensão de leitores/ouvintes sobre as coisas do mundo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Pequena enciclopédia da miséria brasileira. In: ALVES, Giovanni et al. (org.) **Enciclopédia do golpe I**. Bauru: Canal 6, 2017.

ATWOOD, Margaret, **O Conto da Aia**, 1927-1930

BRANDT, L.; BRANDT, P. A. Making sense of a blend. A cognitive-semiotic approach to metaphor. **Annual Review of Cognitive Linguistics**, Rioja, n. 3, p. 216- 149, 2005.

BRASILIO S. Jr.; CASARÕES G. S. P. **O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo**. Lua Nova, São Paulo, 82, 2011, p. 163-200.

CHOMSKY, N. **Language and mind**. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1968.

DIRVEN, R. Cognitive Linguistics, Ideology, and Critical Discourse Analysis. In: Dirk Geeraerts & Hubert Cuyckens (eds.), **The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 1222-1240.

DIAS, L. A.; SOUZA, R. L. Golpes e narrativas: a imprensa em 1964 e 2016. In: **O golpe de 2016: razões, atores e consequências**. Organização de Luiz Antonio Dias e Rosemary Segurado. São Paulo: Intermeios; PUC-SP-PIPEq, 2018.

EHRENBERG, Alain. O cérebro «social» Quimera epistemológica e verdade sociológica. **Periferia**. vol.1, n. 2, 2009.

FALCONE, K. **O acesso dos excluídos ao espaço discursivo do jornal**. Publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE. 2004.

FALCONE, K. **(Des)legitimação**: ações discursivo-cognitivas para o processo de categorização social. 2008. 682 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística, Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

FALCONE, K. Higienização/Higienização Social: discursos antagônicos entre o literal e o metafórico. **Revista Portuguesa de Humanidades. Estudos Linguísticos**, 2015, p. 229-252.

FAUCONNIER, G. **Mental Spaces**. Cambridge: CUP, 1994.

FAIRCLOUGH, Norman; WODAK, R. Critical discourse analysis. In: VAN DIJK, T. A. (Ed.). **Discourse as social interaction**. London: Sage, 1997. p. 258-284.

FAUCONNIER, G.; TURNER, Mark. Blending as a central process of grammar. In: GOLDBERG, Adele E. (Ed.). **Conceptual Structure, Discourse, and Language**. Stanford, CA: Center for the Study of Language and Information, 1996.

FAUCONNIER, G.; Eve SWEETSER. **Spaces, worlds, and grammar**. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

FAUCONNIER, G. **Mappings in Thought and Language**. Cambridge: CUP, 1997.

FAUCONNIER, G. **The way we think**. Conceptual blending and the mind's hidden complexities. Basic Books, 2002.

FAUCONNIER, G. Generalized integration networks. In V. Evans & S. Purcell (Eds.) **New directions in cognitive linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 2009.

FODOR, J. A. **The Modularity of Mind: An Essay on Faculty Psychology**. Cambridge, MA: MIT Press, 1983.

GALINDO, Bruno. **À Luz do Constitucionalismo Contemporâneo - Incluindo Análises dos Casos Collor e Dilma**. Curitiba: Juruá, 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Antônio Gramsci: introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Ed. e trad. de Carlos N. Coutinho. Coed. de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

HABERMAS, J. **Between Facts and Norms**. Cambridge, Institute of Technology Press. 1996.

HABERMAS, J. **A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio**. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro. 1999 [1973].

HART, Christopher. Analysing political discourse: Toward a cognitive approach. **Critical Discourse Studies** 2(2), 2005, p. 189–201.

HART, Christopher. Critical discourse analysis and metaphor: Toward a theoretical framework. **Critical Discourse Studies** 5 (2), 2008, p. 91–106.

HART, Christopher. **Critical Discourse Analysis and Cognitive Science: New Perspectives on Immigration Discourse**. Basingstoke: Palgrave, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo : Companhia das Letras. 1995.

JACKENDOFF, R. **Patterns in the Mind**. Basic Books, 1994.

JACKENDOFF, R. **The Architecture of the Language Faculty**. MIT Press, 1997.

JOHNSON, Mark. **The Body in the Mind: the Bodily Basis of Meaning, Imagination, and Reason**. Chicago: The University of Chicago Press. 1987.

KINDERMANN, Conceição Aparecida. A reportagem jornalística no Jornal do Brasil: desvendando as variantes do gênero. **Dissertação** (Mestrado em Ciências da Linguagem) Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Santa Catarina, 2003.

LAGE, N. **Ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

KOCH, I.G.V.; CUNHA-LIMA, M. L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à lingüística**: fundamentos epistemológicos. V. 3. São Paulo: Cortez, 2004. p. 251-300.

KOLLER, V. Critical discourse analysis and social cognition: Evidence from business media discourse. **Discourse & Society**. 16(2), 2005, p. 199–224.

LAKOFF, G. A metáfora, as teorias populares e as possibilidades do diálogo. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. n. 9, p. 49-68, 1985.

LAKOFF, G. **Women, fire, and dangerous things**. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G. The Invariance Hypothesis: is abstract reason based on image-schemas?. **Cognitive Linguistics** 1-1, 1990, p. 39-74.

LAKOFF, G. **Philosophy in the Flesh. The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought**. New York, Basic Books, 1999.

LAKOFF, G.; Johnson, M. **Metáforas da vida cotidiana**. São Paulo: Educ/Mercado de Letras, 2002. [Edição original: 1980].

LAKOFF, G. **Don't Think of an Elephant!** Berkeley, Chelsea Green, 2004.

LANGACKER, R. W. **Foundations of Cognitive Grammar**. Vol. 1: Theoretical Prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LANGACKER, R. W. **Foundations of Cognitive Grammar**. Vol. 2: Descriptive Application. Stanford: Stanford University Press, 1991.

LANGACKER, R. W. The contextual basis of cognitive semantics. In: Jan Nuyts & Eric Pederson (eds.). **Language and Conceptualization**. Cambridge: Cambridge University Press, 229-252, 1997.

LANGACKER, R. W. Conceptualization, symbolization, and grammar. In: Michael Tomasello (ed.), **The New Psychology of Language. Cognitive and Functional Approaches to Language Structure**. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.

LANGACKER, R. W. Why a mind is necessary. Conceptualization, grammar and linguistic semantics. In: Liliana Albertazzi (ed.), **Meaning and Cognition**. Amsterdam: John Benjamins. 2000, p. 25-38.

LANGACKER, R. W. **Cognitive Grammar. A Basic Introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LOPES, Mauro. “As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático”. In JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.) **Por que gritamos golpe?** [recurso eletrônico]: **para entender o impeachment e a crise** / organização. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016. (Tinta vermelha). P. 100-106.

LUQUES, S. U. **Metáforas e argumentação**: uma análise crítica do discurso político. 2010. 172 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

LURIA, A. R. **Fundamentos da Neuropsicologia**. Traduzido por Juarez Aranha Ricardo. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. O Léxico: Lista, Rede ou Cognição Social?. In: Negri; Maria José Foltran e Roberta Pires de Oliveira (orgs.). **Sentido e Significação. Em torno da obra de Rodolfo Ilari**. São Paulo: Contexto, 2004. pp. 263-284.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa. In: **Cognição, linguagens e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Atividades de referenciação, inferenciação e categorização na produção de sentido. In: **Cognição, linguagens e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007a.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A construção do mobiliário do mundo e da mente: linguagem, cultura e categorização. In: **Cognição, linguagens e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007b.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gênero e compreensão**. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: **Referenciação**. Mônica Magalhães Cavalcante, Bernadete Biasi Rodrigues, Alena Ciulla (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2003.

MORATO, E.M. A controvérsia inatismo x interacionismo no campo da linguística: a que será que se destina?. **Com Ciência**. Outubro de 2013.
<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=92&id=1138>.

NASCIMENTO, V. N. Metáforas sistemáticas trabalhistas no discurso jornalístico. Recife, 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística, Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014, 365p.

PELOSI, A. C. Cognição e Linguística. In: **Cognição e linguística : explorando territórios, mapeamentos e percursos** / org. Ana Cristina Pelosi, Heloísa Pedroso de Moraes Feltes, Emília Maria Peixoto Farias. – Caxias do Sul, RS : Educs, 2014, p. 8-28.

PÉREZ-LIÑÁN, A. **Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America**. Cambridge University Press, 2007.

PÉREZ-LIÑÁN, A. O impeachment de 2016 no contexto das crises presidenciais da América Latina (Entrevista com Aníbal Pérez-Liñán). **Revista Compolítica**. vol. 6, 2016.

PIRES DE OLIVEIRA, R. **Semântica Formal – uma breve introdução**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

POSSENTI, Sírio. Diferenças condensadas em palavras. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v.26, n.3, 2016, p. 1075-1099.

PUTNAM, Hilary. **Mind, Language, and Reality. Philosophical Papers**. vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

RODRIGUES, J. E. COGNIÇÃO E SEMÂNTICA: da representação formal à conceptualização. In: **Cognição e linguística: explorando territórios, mapeamentos e percursos** / org. Ana Cristina Pelosi, Heloísa Pedroso de Moraes Feltes, Emília Maria Peixoto Farias. – Caxias do Sul, RS : Educs, 2014, p. 64-87.

SALOMÃO, M.M. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. **Veredas**. vol. 4, pp. 61-79, 1999.

SALOMÃO, M.M. Razão, realismo e verdade: o que nos ensina o estudo sociocognitivo da referência. In: **Referência e Discurso**. 2017, p. 151- 168.

SCHRÖDER U. A mesclagem metafórica de Fauconnier & Turner e nas teorias de Karl Bühler e Wilhelm Stählin: antecipações e complementos. **Revista da ABRALIN**, Curitiba, n.9, p.129-154, 2010a.

SEGURADO, Rosemary. A corrupção entre o espetáculo e a transparência das investigações: análise da atuação da mídia na prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. In: **O golpe de 2016: razões, atores e consequências**. Organização de Luiz Antônio Dias e Rosemary Segurado. São Paulo: Intermeios; PUC-SP-PIPEq, 2018.

SILVA, Augusto Soares da. A linguística cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. In: **Revista portuguesa de humanidades**. v. 1, 1997, p. 59-101.

SILVA, Augusto Soares da. Introdução: linguagem, cultura e cognição, ou a Linguística Cognitiva. In: Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres & Miguel Gonçalves (orgs.), **Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva**. Vol. I. Coimbra: Almedina, 1-18, 2004.

SILVA, Augusto Soares da. **O Mundo dos Sentidos em Português: Polissemia, Semântica e Cognição**. Coimbra: Almedina, 2006.

SILVA, Augusto Soares da. Significado, conceptualização e experiência: sobre a natureza do significado linguístico. In: **Revista Portuguesa de Humanidades**. v. 10, 2006a.

SILVA, Augusto Soares da. Metáforas da crise económica e das políticas de austeridade na imprensa portuguesa: mente corpórea, discurso e ideologia. In Soares da Silva, Augusto; Martins Cândido, José; Magalhães, Luísa; Gonçalves, Miguel (orgs), **Comunicação Política e Económica Dimensões Cognitivas e Discursivas**. Braga: ALETHEIA, Publicações da Faculdade de Filosofia, 2013, p. 349-368.

SILVA, Augusto Soares da. Discurso na mente e na comunidade Para a sinergia entre Linguística Cognitiva e Análise (Crítica) do Discurso. In: **Revista Portuguesa de Humanidades**, 2015, p. 53-78.

SILVA, Augusto Soares da. Subjetificação, objetificação e (des)gramaticalização nas construções completivas infinitivas em português, em comparação com outras línguas românicas. In: Engwall, Gunnel & Fant, Lars (eds.) **Festival Romanistica. Contribuciones lingüísticas – Contributions linguistiques – Contributi lingvistici – Contribuições linguísticas. Stockholm Studies in Romance Languages**. Stockholm: Stockholm University Press. 2015a, pp. 64–91. DOI: <http://dx.doi.org/10.16993/bac.d>. License: CC-BY

SILVA, Augusto Soares da; Leite, Jan Edson Rodrigues. Apresentação: 34 anos de Teoria da Metáfora Conceptual. Fundamentos, problemas e novos rumos. **Revista Investigações**. Universidade Federal de Pernambuco, v. 28, n.2, 2015.

SILVA, Augusto Soares da; FALCONE, K. Discurso e Cognição. **Revista Portuguesa de Humanidades. Estudos Linguísticos**, 2015, p. 9-18.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. Rev. **Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, junho de 2009.

TALMY, L. **Toward a Cognitive Semantics**. Vol. I: Concept Structuring Systems. Vol. II: Typology and Process in Concept Structuring. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2000.

TOLEDO, C. N. A democracia populista golpeada. In: Caio Navarro Toledo (org.). **1964: visões críticas do golpe**. 2ª ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014, p. 39 – 57.

TOMASELLO, M. **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TURNER, Mark. Deep play. In: TURNER, Mark. **Cognitive dimensions of social science: the way we think about politics, economics, law and society**. New York: Oxford University Press, 2001.

VAN DIJK, T. A. **La ciencia del texto: un enfoque interdisciplinario**. Barcelona/Buenos Aires: Ediciones Piadás, 1978.

VAN DIJK, T. A. **News as Discourse**. New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates. 1988.

VAN DIJK, T. A. Discourse, Power and Access. In Caldas-Coulthard, C.R & Coulthard, M. (Eds.) **Texts and Practices. Readings in Critical Discourse Analysis**. London and New York, Routledge, 1991, p. 85 - 104.

VAN DIJK, T. A. El Discurso como Interacción en la Sociedad. In: **El Discurso como Interacción Social**. van Dijk, T.A (Compilador). Barcelona, Gedisa Editorial, 2000, p.p 19-66.

VAN DIJK, T. A. Multidisciplinary CDA: A Plea for Diversity. In Ruth Wodak and Michael Meyer (eds) **Methods of Critical Discourse Analysis**. London: Sage, 2001.

VAN DIJK, T. A. **Ideologia y discurso**. Barcelona: Ariel, 2003.

VAN DIJK, T. A. **Discurso, notícia e ideologia**. Porto, Campo das Letras, 2005.

VAN DIJK, T. A. Discourse and manipulation. **Discourse & Society**. 17(3), 359–383, 2006.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. Teun A. Van Dijk; Judith Hoffnagel; Karina Falcone (Orgs.), 2^a. ed., 1^a reimpressão – São Paulo: Contexto, 2012.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e Contexto: uma abordagem sociocognitiva**; tradutor: Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012a.

VAN DIJK, T. A. Critical Discourse Analysis. **Discourse & Society**. p. 466–485, 2015.

VAN DIJK, T. A. **Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso**. Porto Alegre, v. 9, n. esp. (supl.), p. 8-29, nov. 2016.

Varela, F. **Conhecer: as ciências cognitivas tendências e perspectivas**. Lisboa: Instituto Piaget, 1988.

_____.; THOMPSON, E. & ROSCH, E. **The Embodied Mind: Cognitive Science and Human Experience**. Cambridge: Massachussets Institute Press, 1993.

VIEIRA, Oscar Vilhena. **A batalha dos poderes: da transição democrática ao mal-estar constitucional**. Companhia das Letras, 2018.

WODAK, R. Mediation between discourse and society: Assessing cognitive approaches in CDA. **Discourse Studies**. 8, v 1, p. 179-190.

ANEXO A - PROGRAMAS SOCIAIS TÊM CORTES DE ATÉ 87% COM DILMA

Embora Planalto diga que governo Temer é ameaça a iniciativas no setor, dez ações já perderam verbas este ano

Renata Mariz e Cristiane Jungblut

01/05/2016 - 06:00 / Atualizado em 01/05/2016 - 15:47

BRASÍLIA — A despeito das críticas da presidente Dilma Rousseff de que um eventual governo Temer acabaria com programas sociais, as ações nesta área já vêm sofrendo cortes significativos em função do ajuste fiscal e da retração da economia. Pelo menos dez iniciativas importantes em diversos setores — como reforma agrária, creches, combate às drogas e até o Bolsa Família — perderam recursos neste ano em comparação com o Orçamento de 2015.

Levantamento da assessoria técnica do DEM, que corrigiu os números de 2015 pelo IPCA (inflação) de 10,67%, mostra quedas reais de até 87%. É o caso da construção de creches. Se, em 2015, o valor foi de R\$ 4,2 bilhões para esse fim, neste ano caiu para R\$ 502 milhões. O programa Minha Casa Minha Vida perdeu 74% das verbas. No Pronatec, a diminuição foi de 59%. Programas importantes de segurança e Saúde, como Crack, é possível vencer e Rede Cegonha, tiveram redução superior a 20%.

A desidratação dos programas, como o fenômeno é chamado pelos técnicos, ocorreu principalmente nos últimos dois anos, com o agravamento do rombo das contas públicas. O governo anunciou uma tesourada no Orçamento de 2016, quando refez as contas e precisou cortar R\$ 30,5 bilhões. Na época, o Minha Casa Minha Vida foi o mais atingido: teve sua previsão inicial reduzida de R\$ 15,6 bilhões para R\$ 7 bilhões.

Em 2015, o governo suspendeu o Minha Casa Melhor, que oferecia crédito para compra de móveis e eletrodomésticos a beneficiários do Minha Casa Minha Vida. A iniciativa, criada em 2013 como desdobramento do programa habitacional para baixa renda, acabou em menos de dois anos.

NEM VITRINES DO GOVERNO ESCAPAM DE REDUÇÃO

Grande vitrine das gestões petistas, que alcança um quarto da população brasileira, o Bolsa Família não ficou imune às tesouradas. Em valores reais, corrigidos pela inflação, a verba do programa caiu 5,7% — de R\$ 30,4 bilhões para R\$ 28,7 bilhões. Os cortes atingiram também as políticas para a reforma agrária, que perderam cerca de 30% em verbas.

Para o doutor em Ciências Políticas José Matias-Pereira, da Universidade de Brasília, os programas sociais só teriam sido preservados, em meio à falta de recursos, se fossem submetidos a uma gestão séria, diligente e sem viés eleitoral:

— A grande falha dos governos do Brasil nas últimas décadas é a incapacidade de avaliar as políticas públicas. Os programas sociais foram alvo de uma verdadeira orgia de alocação de recursos que, em tese, tinha objetivos interessantes, mas com resultados limitados. Vimos então um salto num primeiro momento e, agora, com a situação de baixa arrecadação, os problemas começam a ficar evidentes.

— A situação das finanças públicas é tão grave que um novo presidente não deveria começar prometendo benesses. Até porque não adianta dizer que vai ter um montante específico no Orçamento para determinada ação e, na hora de desembolsar, não haver recursos disponíveis.

Especialista em Orçamento e professora-associada do Coppead/UFRJ, Margarida Gutierrez aponta três fatores para a mudança no perfil dos gastos sociais: os novos decretos de despesas terem de passar por autorização após os problemas das pedaladas fiscais, queda brusca na arrecadação do governo e um engessamento dos gastos. Do total do Orçamento, só 8% são despesas livres para corte, sendo o restante de despesas obrigatórias, como gastos previdenciários.

— A queda brusca na arrecadação já ocorreu em cima de uma queda no ano anterior e tiveram que cortar as despesas discricionárias. Com isso, nem preservar os programas sociais de cortes o governo está conseguindo mais — disse Margarida.

Uma das áreas mais simbólicas do governo, que tem o slogan “Pátria Educadora”, a Educação também sofre cortes. Além da redução de recursos para a construção de creches e para o Pronatec, programas de apelo social, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), diminuíram. No caso do Fies, a

queda foi menor, de 5%. O quadro aponta para um “equivoco na eleição de prioridades do governo”, segundo Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação:

— Quando o governo federal restringe recursos para creches, além de atingir as crianças e as famílias, inclusive com impacto na empregabilidade das mães, sabe que a cobrança por esse serviço recai sobretudo em cima dos prefeitos. Por outro lado, preserva o Fies, em que o sucesso estará atrelado diretamente à esfera federal.

COMBATE AO CRACK TAMBÉM PREJUDICADO

Na Saúde, a situação não é diferente. O programa Unidades Básicas de Saúde, estratégico para desafogar os hospitais, perdeu 23,7% dos recursos. Iniciado em 2011, o programa Crack, é possível vencer, está com orçamento de R\$ 395,2 milhões, ante R\$ 786 milhões de 2015, uma redução de 49,7%.

Lígia Bahia, médica sanitária e doutora em Saúde Pública, considera que a crise econômica não justifica a redução de recursos em programas basilares da área. Ela propõe que os cortes ocorram em outras áreas e aponta a política de subsídios como mais uma falha do governo:

— No momento em que falta vacina, penicilina e antibiótico nos hospitais, não faz sentido continuar financiando hospitais filantrópicos que não atendem ninguém do SUS e todas as deduções fiscais concedidas hoje. Vamos cortar a Saúde ou o salário do Judiciário? A Saúde ou um grande número de cargos públicos? — questiona.

Os ministérios que executam os programas citados mencionam a necessidade de readequação das ações em virtude do ajuste fiscal. Sobre o Minha Casa Minha Vida, o Ministério das Cidades afirma que espera um aporte adicional de até R\$ 4,8 bilhões de recursos do FAT. E minimiza a queda de 74% na verba, argumentando que o programa tem várias fases e que a necessidade de verbas em 2016 é menor do que em 2015. O Ministério da Saúde argumenta que a previsão de orçamento para unidades básicas, considerando investimento e custeio, chega a R\$ 1,7 bilhão, 40% maior que o executado em 2015, mas com valores sem correção. Sobre a Rede Cegonha, a pasta reconhece reduções, mas afirma que, conforme os serviços são instalados, é natural que a demanda diminua, passando a pressionar uma outra fonte de repasse de recursos: o teto de alta e média complexidade.

O Incra destacou que vem buscando novas fontes de recursos para a política agrária, inclusive com o BNDES. Já a Educação informa que fez modificações no Fies e ProUni para economizar sem diminuir o acesso aos estudantes. As pastas de Desenvolvimento Social e da Justiça não se manifestaram.

Em meio à necessidade de ajuste fiscal, iniciativas na área social foram suspensas ou canceladas. O Ciência Sem Fronteiras é um deles. O último edital, que beneficiou 101 mil estudantes de graduação ou pós com bolsas fora do país, foi em 2014. Ainda estão suspensas novas bolsas no exterior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O outro braço de apoio da pós-graduação, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação, suspendeu mais de 7 mil bolsas.

Para o líder do DEM no Senado, Ronaldo Caiado (GO), os números destroem o discurso de Dilma de que protege os programas sociais:

— Eles estão falando na possibilidade de cortes de um novo governo, mas já estão fazendo os cortes. Isso deixa claro que o discurso é uma coisa e a prática, outra

Dilma acusa oposição de dividir o país e volta a defender Lula

Presidente diz que opositores tentam dividir o país e condena forma como Lula foi levado para depor: "Ele sempre foi prestar depoimento ao ser convidado. Não tem o menor sentido conduzi-lo sob vara."

Dilma durante visita a Lula em São Bernardo do Campo, no sábado passado

A presidente Dilma Rousseff acusou nesta segunda-feira (07/03) a oposição de agravar a crise política e voltou a criticar o controverso mandado de condução coercitiva para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, executado na sexta-feira passada.

"Justiça seja feita: sempre o presidente Lula aceitou, ao ser convidado para prestar esclarecimentos, ele sempre foi. Não tem o menor sentido conduzi-lo sob vara para prestar depoimento se ele jamais se recusou a ir", afirmou Dilma, em visita oficial a Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul.

Lula foi levado para depor na sexta-feira sob suspeita de ser beneficiário de dinheiro desviado de negócios envolvendo a Petrobras, aproximando ainda mais a Operação Lava Jato do governo Dilma.

No sábado, o juiz federal Sergio Moro, que autorizou a operação, emitiu nota oficial para justificar a ação. Criticado por alguns juristas e apoiadores do governo por suposto exagero, ele afirmou que a condução coercitiva faz parte de medidas investigatórias que visam o esclarecimento da verdade e não significam antecipação de culpa do ex-presidente.

Dilma rebateu ainda a alegação do Ministério Público Federal e de Moro de que o mandado de condução coercitiva tinha como objetivo evitar eventual tumulto no caso de um depoimento previamente marcado de Lula.

"Não cabe alegar que estavam protegendo [o Lula]. Como disse um juiz, era necessário saber se ele queria ser protegido porque tem certo tipo de proteção que é muito estranho", afirmou Dilma, que no sábado visitou Lula em São Bernardo do Campo e, um dia antes, já fizera um pronunciamento em defesa do ex-presidente.

Críticas à oposição

Em meio a um momento de forte recessão e de turbulência política, acentuada pelas investigações da Lava Jato, Dilma disse que parte do atual momento do país decorre do comportamento daqueles que estão "inconformados" com a derrota em 2014 e querem antecipar a eleição de 2018.

"A oposição não pode sistematicamente ficar dividindo o país", disse a presidente. "Tem certo tipo de luta política que cria um problema sistêmico, não só para a política, mas para a economia, para a criação de empregos, para o crescimento das empresas, porque ninguém fica satisfeito quando começa aquela briga."

A oposição anunciou nos últimos dias que pretende obstruir as votações na Câmara dos Deputados para acelerar o processo de impeachment da presidente. Opositores estão também participando ativamente da mobilização para as manifestações populares contra o governo, marcadas para o próximo domingo.

Texto 3.

Combate à corrupção já enfrenta ataques

POR CLEIDE CARVALHO

10/04/2016 6:00 / atualizado 10/04/2016 20:30

SÃO PAULO — Nos últimos dois anos, enquanto a Operação Lava-Jato revelava minúcias da corrupção no Brasil, inúmeros projetos foram apresentados ao Congresso para regular o tema. Em 2015, foram cerca de 200 proposições, cinco vezes a média dos últimos dez anos. O que se vê, no entanto, é que a preocupação com o assunto pode não resultar em maior resguardo da população brasileira. As propostas que tramitam com mais rapidez são justamente as que podem criar dificuldades para investigações ou embutem mecanismos que abrandam punições.

RISCO DE IMPUNIDADE

No total, 528 proposições que versam sobre corrupção tramitam pelas comissões da Câmara dos Deputados e do Senado sem que se transformem em leis capazes de moralizar a administração pública. Algumas estão no Congresso há uma década. Em 2005, Anselmo de Jesus, um agricultor que chegou à Câmara eleito pelo PT de Rondônia, decidiu cortar na própria carne. Apresentou uma proposta de emenda à Constituição que extingue o foro privilegiado para deputados e senadores. Em dez anos, recebeu um único parecer favorável, até hoje não votado.

— No Congresso, o mais fácil é fazer um projeto parar. Difícil é fazer andar — diz o deputado Mendes Thame (PV-SP), presidente da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção.

Na contramão da proposta de Anselmo de Jesus, parlamentares passaram a discutir nas últimas semanas a ampliação do foro privilegiado a ex-ocupantes de cargos públicos, como presidentes da República. Incomodados com os dois anos de atuação da Lava-Jato, muitos parlamentares já defendem um prazo máximo de duração para as investigações. Um projeto de lei do senador Blairo Maggi (PR-MT), por exemplo, estabelece o prazo de 12 meses, prorrogável por igual período uma única vez, para a conclusão de inquérito. Se esse prazo já estivesse em vigor, muitos inquéritos abertos pela Lava-Jato seriam prejudicados.

Projetos que tramitam com rapidez têm gerado receios entre os adeptos de medidas duras contra a corrupção. No fim de março, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), determinou que o

projeto de revisão do Código Penal, apresentado em 2010, passasse a tramitar em comissão especial, agilizando seu andamento. Mais de 80 projetos de lei já foram apensados — 44 deles apresentados depois do início da Lava-Jato. A corrida gera incertezas.

— A sociedade precisa ficar atenta. Chama atenção que mudanças importantes no Código Penal entrem na pauta de discussões neste momento conturbado — afirma Rodrigo Chemin, procurador da República no Paraná.

Para Chemim, o Brasil corre o risco de repetir o que aconteceu na Itália depois da Operações Mãos Limpas, quando os políticos passaram a mudar as leis para garantir a impunidade e evitar que continuassem a ser alcançados por investigações sobre pagamento de propinas.

Em 2014, quando a Polícia Federal cumpriu a primeira fase da Lava-Jato, o alvo ainda era a atuação de doleiros. O esquema de corrupção na Petrobras, com participação de partidos políticos e das maiores empreiteiras do país, só foi desvendado no decorrer das investigações. Até março, haviam sido instaurados 1.114 procedimentos investigatórios.

— É pelo Parlamento que pode começar a mudança para alcançar maior efetividade da legislação penal em crimes do colarinho branco; mas é também pelo Parlamento que o caminho inverso pode se concretizar, permitindo a perpetuação de modelos corruptos de fazer política — alerta Chemim.

Mendes Thame vê nas discussões do marco regulatório de bingos e cassinos no Brasil, hoje proibidos, uma facilitação da lavagem de dinheiro. O lobby, segundo Thame, é poderoso, ao sinalizar com empregos e investimentos internacionais:

— É a maior lavanderia do mundo. De um lado, o dono do bingo simula perda. De outro, o dono da fortuna ilícita simula ganho e legaliza o dinheiro sujo — explica.

Para Thame, porém, nada é mais grave do que a tentativa do próprio governo de beneficiar as empreiteiras com uma medida provisória que muda as regras do acordo de leniência, permitindo que eles sejam negociados sem a participação do Ministério Público. A medida, que está em vigor mas precisa ser confirmada pelo Congresso até 29 de maio para não perder seus efeitos, também prevê que a celebração do acordo impede a continuação de ações de improbidade.

— Projetos tentam burocratizar as investigações, obrigando que o Ministério Público notifique o advogado do investigado a cada ato. Todos sabemos que a demora leva à impunidade — diz o promotor Roberto Livianu, do Ministério Público Democrático e do Instituto Não Aceito Corrupção.

Segundo Livianu, com a bandeira de moralizar o pagamento a servidores, o Executivo incluiu num projeto o corte de auxílios pagos a juízes e procuradores.

— É uma clara retaliação às investigações feitas pelo Ministério Público.

PROPOSTAS DO MPF PODEM VIRAR LEI EM UM ANO

O procurador Deltan Dallagnol, que integra a força-tarefa da Lava-Jato - Fabio Seixo / Agência O Globo / 27-7-2015

Em apenas nove meses, a campanha “10 Medidas Anticorrupção”, idealizada pelo Ministério Público Federal, obteve dois milhões de assinaturas para virar projeto de lei. Numa única proposta de iniciativa popular foram reunidas medidas para inibir a corrupção e punir o enriquecimento ilícito de agentes públicos.

O projeto de Lei 4.850/2016 reúne 20 propostas legislativas, divididas em 10 temas, e a previsão é que sua tramitação na Câmara dos Deputados, que ocorrerá em Comissão Especial, dure pelo menos um ano. A campanha foi coordenada pelo procurador da Operação Lava-Jato Deltan Dallagnol.

O deputado Mendes Thame (PV-SP), que subscreveu a proposta, explica que já existiam no Congresso muitos projetos de lei destinados a coibir a corrupção, que ficavam emperrados. Agora, segundo ele, a notoriedade dada à corrupção pela Operação Lava-Jato deve ajudar a mobilizar a sociedade para aprovação, como ocorreu com a Lei da Ficha Limpa.

Uma das novidades é a vinculação do tempo de pena ao volume de recursos envolvidos. Para valores até R\$ 80 mil o tempo de pena varia de quatro a 12 anos. Para quantias entre R\$ 80 mil e R\$ 799 mil, a pena varia de sete a quinze anos de prisão. Se o valor for maior do que R\$ 800 mil, a prisão será de 10 a 18 anos. Em casos de quantias superiores a R\$ 8 milhões, a pena alcança entre 12 e 25 anos de reclusão.

O tratamento para altos valores seria o mesmo do crime hediondo.

A punição mínima para o crime de corrupção passa de dois para quatro anos.

O enriquecimento ilícito de agentes públicos também passaria a ser crime. Caso possua recursos incompatíveis com sua renda e que não possa comprovar a origem, o servidor público pode ser condenado a pena entre três a oito anos de prisão.

Segundo o promotor Roberto Livianu, do Instituto Não Aceito Corrupção, a discussão centrada em torno do impeachment tira o foco dos demais projetos em tramitação no Congresso Nacional.

MEMÓRIA: ITÁLIA TEVE DECRETO SALVA-LADRÕES

Estudioso da Operação Mãos Limpas, o procurador Rodrigo Chemim reuniu uma série de leis adotadas na Itália para livrar políticos de investigações e perpetuar a corrupção. A lista assusta e dá uma ideia de até onde políticos podem chegar em benefício próprio.

Num só decreto, o ministro da Justiça, Giovanni Conso, eliminou, em 1993, as penas do financiamento ilícito a partidos políticos e determinou a volta do sigilo das investigações, que havia sido eliminado do Código de Processo Penal italiano em 1988.

Em 1994, foi aprovado o Decreto Biondi, que ficou conhecido como “salvaladri” - salva-ladrões. O decreto proibiu a prisão preventiva para crimes contra a administração pública e o sistema financeiro. No máximo, os acusados podiam ser colocados em prisão domiciliar. Segundo Chemim, o decreto foi tão escandaloso e deixou a população tão indignada que ficou em vigor apenas uma semana.

Assim como na Lava-Jato acusados contestam as provas vindas da Suíça, na Itália o primeiro ministro Silvio Berlusconi chegou a aprovar uma lei que anulava todas as provas provenientes do exterior por cartas rogatórias. As provas teriam sido enviadas diretamente aos investigadores, sem passar antes pelo Ministro da Justiça. A medida, segundo Chemim, resultou numa forte insatisfação dos demais países envolvidos. Mais tarde, os tribunais concluíram que a lei contrariava convenções internacionais assinadas pela Itália.

Uma lei também suspendeu processos contra os presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado, do Conselho dos Ministros e da Corte Constitucional. Adotada em junho de 2003, ela acabou durando menos de um ano. Foi julgada inconstitucional.

Golpe é inflação e desemprego

RIO DE JANEIRO - Em comentário na CBN desta semana, o assunto que me deram foram as manifestações de rua e protestos, alguns violentos contra o impeachment, Temer, Eduardo Cunha, "et caterva". Não tinha opinião a dar, nem negar nem aprovar.

Contudo, lembrei-me de um programa radiofônico bastante antigo, que era o de maior audiência naquele tempo. Seu produtor e apresentador era o radialista, hoje completamente esquecido, chamado Julio Louzada, que chegou a ser personagem de um jingle do Miguel Gustavo, que dizia: "a mulher do meu melhor amigo me manda bilhete todo dia, desde que me viu, ficou apaixonada, me aconselha seu Julio Louzada".

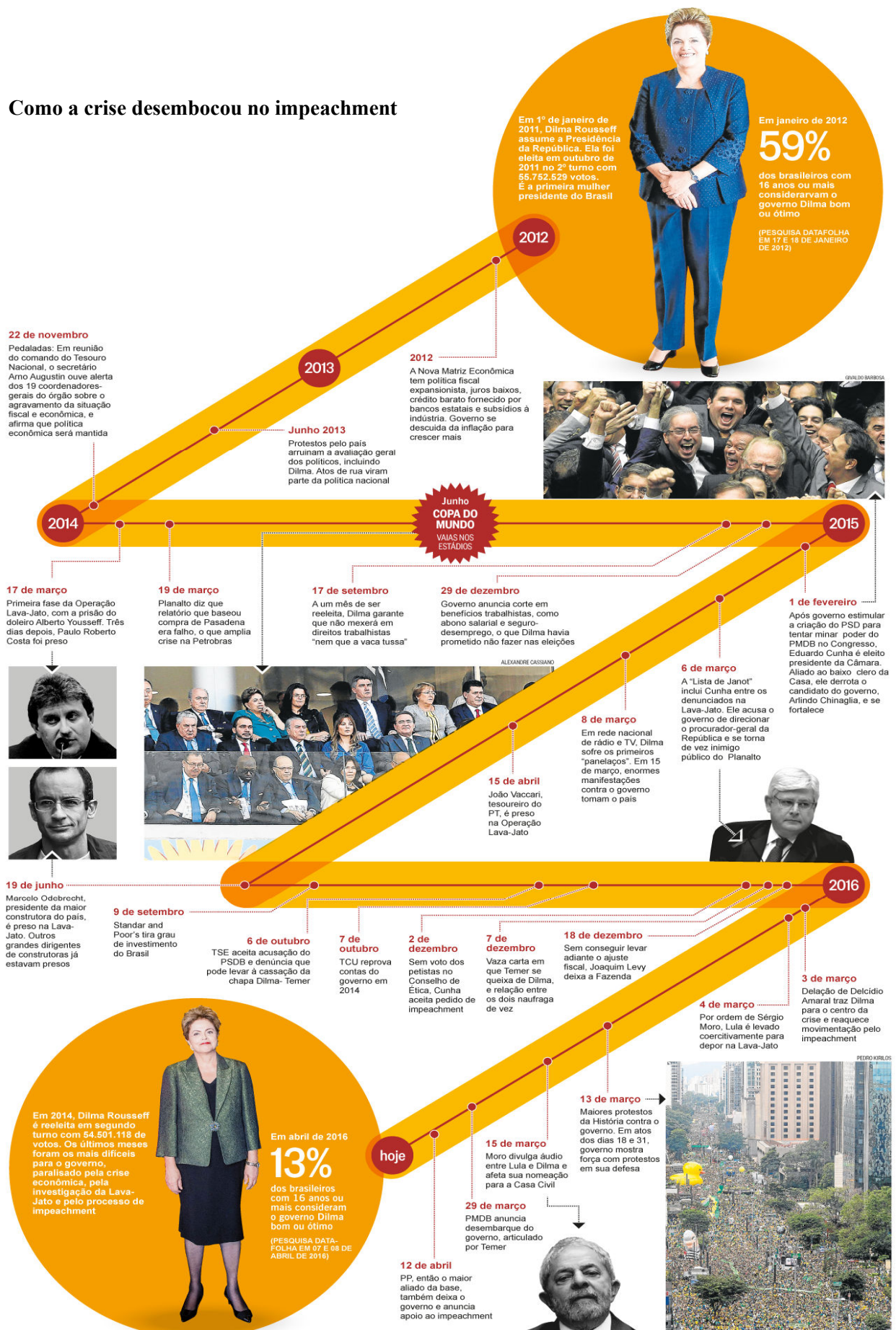
Genericamente, era o tom dos conselhos pedidos. A resposta que o Julio Louzada dava era simples e direta: "vão tomar vergonha na cara!" De uma forma ou outra isso devia resolver o impasse. Na atual situação que atravessamos, não temos um Julio Louzada para dar uma orientação tão eficaz e necessária.

Não se trata de briga de marido e mulher, mas de um conflito que dividiu a nação em adversários que se esculhambam reciprocamente, apelando para as soluções mais radicais e imbecis.

Infelizmente não temos um Julio Louzada que dê o conselho definitivo e redentor: "vão tomar vergonha na cara". Isso serve para todos os personagens envolvidos na atual crise política, jurídica e econômica. Enquanto isso, os problemas nacionais e pessoais crescem a cada dia. Não interessa se Dilma cometeu crimes de responsabilidade ou se Temer e Cunha são golpistas.

O trágico nisso tudo é que temos milhões de desempregados, inflação em alta, descrédito internacional, falências, até mesmo um filme que conta a história do roubo da Taça Jules Rimet — drama que, até hoje, como o caso dos ossos de Dana de Teffé, não foi esclarecido. A solução é tomarmos vergonha na cara.

Como a crise desembocou no impeachment



Com medo de traições, governo adia reforma ministerial

Planalto tende a entregar comando de ministérios só após a votação do impeachment

Catarina Alencastro, Cristiane Jungblut e Simone Iglesias
05/04/2016 - 06:00 / Atualizado em 05/04/2016 - 08:27

BRASÍLIA — Diante do temor de que novos aliados que assumam ministérios traíam a presidente Dilma Rousseff na votação do impeachment, o governo estuda entregar os cargos só após a votação no plenário da Câmara. A falta de segurança não é só no governo. Os aliados também hesitam em aceitar o comando das pastas devido à pressão de eleitores contra Dilma.

A intenção do Planalto de nomear novos ministros e confirmar cargos no segundo escalão só após a votação do impeachment deixou parlamentares aliados que estão negociando com o governo com um pé atrás. Eles reclamam da falta de “credibilidade” do governo, que não tem o histórico de honrar compromissos. Mas as negociações seguem intensas.

Há aliados que defendem que Dilma distribua os cargos até sexta-feira, antes da votação na comissão especial, prevista para ocorrer no próximo dia 11. A presidente resiste a entregar duas pastas: Minas e Energia, sob o comando do peemedebista Eduardo Braga, e Educação, desejo de parlamentares do PP. Na segunda-feira, um dos cenários discutidos era a transferência do ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, para a presidência da Caixa Econômica Federal; já o ministério iria para um parlamentar do PP.

Como o PP se tornou maior com o troca-troca partidário, o partido quer mais. Semana passada, em reunião das bancadas da Câmara e do Senado, os parlamentares do PP decidiram, em acordo com o presidente da sigla, Ciro Nogueira, realizar uma convenção dia 11, quando decidirão se aceitarão novos cargos.

Aos nanicos, o governo está oferecendo cargos no segundo escalão. Ao PROS, com seis deputados, foi oferecido o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do Ministério da Educação responsável pelo pagamento de merenda e transporte escolar.

PRIMEIRO, “MOSTRAR SERVIÇO”

O adiamento da reforma ministerial é, segundo um auxiliar da presidente, uma forma de garantir que os partidos “mostrem serviço” na votação do pedido de impeachment na comissão especial e no plenário da Câmara.

O Planalto está preocupado com a possibilidade de os partidos estarem negociando com os dois lados: com o governo e com os aliados do vice-presidente Michel Temer. Movimento semelhante ocorreu durante o processo contra o ex-presidente Fernando Collor, em 1992, que negociou apoio de parlamentares que acabaram votando contra ele.

— A ideia é ver se haverá fidelidade dos partidos. Por isso, vamos ver se essa proposta vai colar, porque é a mais correta — disse um petista, ligado ao ex-presidente Lula.

‘Pátria educadora’: prioridade para o 2º mandato naufraga com governo

Troca de ministros e cortes no orçamento agravaram crise na Educação

Alessandra Duarte, 11/05/2016 - 05:00

BRASÍLIA — “Nosso lema será: ‘Brasil, pátria educadora’. A Educação será a prioridade das prioridades... Só a Educação liberta um povo e lhe abre as portas de um futuro próspero”. Ao Congresso que pouco mais de um ano depois julgaria seu afastamento, a presidente reeleita Dilma Rousseff, então recém-empossada, anunciou no discurso de 1º de janeiro de 2015 o que seria o slogan do segundo governo. Mas o lema não pegou: a economia do país em recessão, que levou à contenção de programas-chave como o Pronatec, e a crise política, que incluiu a mudança de ministros da Educação — três em menos de um ano —, solaparam o “Pátria educadora” como slogan de governo.

O problema do lema começou na sua origem, conta Renato Janine Ribeiro, ministro da Educação ano passado, após a saída do ex-governador Cid Gomes da pasta. Janine ficaria de abril a setembro, e sairia para a entrada do atual Aloizio Mercadante, parte da reforma ministerial que Dilma fez na época como tentativa de agradar a aliados.

— Não foi um lema criado pelo MEC, mas no Palácio (do Planalto). Fez-se um documento pela SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos, extinta) sobre ele, mas essa elaboração não teve cooperação com a Educação, e deveria ter havido. Penso que foi algo pensado para um ministério com Cid. Mas, depois, o convite feito a mim não incluía relação com a SAE — diz Janine, professor de Ética e Filosofia Política da USP.

O documento com diretrizes relativas ao “Pátria educadora”, segundo Janine, “não levava em conta o PNE”, o Plano Nacional de Educação aprovado em 2014, com metas para o setor até 2024:

— Foi um documento criticado por educadores. Não tomava conhecimento do próprio PNE, algo que já estava na lei.

Presidente executiva do Movimento Todos Pela Educação, Priscila Cruz também narra essa falta de integração entre as diretrizes desenvolvidas para o lema e a área da Educação:

— Esse documento (do “Pátria educadora”) não decolou. Não porque as ideias que trazia eram ruins, mas porque foi mal articulado, cozinhado dentro de um órgão federal, sem discussão com o setor. Então, o lema se esvaziou junto com ele — afirma Priscila. — O próprio MEC não aderiu, porque havia essa disputa com a SAE. O Mangabeira Unger (então titular da SAE) tinha uma ligação com Cid. Quando Cid saiu, ficaram duas pastas paralelas falando de Educação.

CORTE DE R\$ 12 BILHÕES

Além dessa desarticulação entre uma área que se pretendia estratégica e uma secretaria que tinha “Assuntos Estratégicos” no nome, e da troca de titulares da pasta para acomodar a negociação com aliados, a falta de recursos com a crise econômica também prejudicou a implementação de políticas da área do lema.

Exemplo do efeito da crise na Educação foi a redução dos gastos discricionários (não obrigatórios, sem vínculo com gastos como folha de pagamento, e usados, por exemplo, para investimentos). De R\$ 40 bilhões previstos para gastos discricionários da pasta, foram liberados em torno de R\$ 28 bilhões, corte de R\$ 12 bi, ressalta Janine.

— Esses valores foram em 2015. Para 2016, o próprio total previsto já foi de R\$ 26 bilhões, menor até do que o liberado ano passado. Na Educação, os gastos discricionários incluem as bolsas; então, criou-se um ambiente de pouco dinheiro e muita revolta. Quem estava acostumado a receber continuou cobrando — sublinha o ex-ministro. — “Pátria educadora” é o lema certo, mas, com a falta de recursos, tornou-se inviável. E olha, em um momento de crise econômica, era um slogan que tinha a ver, porque o Pronatec (de estímulo à educação profissional e tecnológica) poderia ajudar na retomada do crescimento.

Priscila Cruz cita redução também no Mais Educação (de apoio ao horário integral na rede pública) e no Pró-Infância (de apoio à educação infantil):

— Ficou meio contraditório o governo ter lançado um lema sobre Educação e depois cortar na área. Houve, claro, necessidade de racionalização de gastos, com a crise, mas, se fosse de fato estratégico como se falou, isso poderia ter sido contrabalançado com medidas que não dependessem tanto de aumento de recursos — diz Priscila. — Esse quadro ocorreu não só pela economia, mas porque, depois da saída de (Fernando) Haddad, o MEC ficou errático. Cada ministro que entrava tentava linha nova. Do começo de 2015 para cá, praticamente o que andou foi só a discussão da Base Nacional Comum (de mudanças no currículo escolar).

“NA CESTA DA BARGANHA”

A presidente do Todos Pela Educação e o ex-ministro Janine criticam a entrada do MEC na negociação de cargos do eventual governo Temer com partidos aliados. Janine diz, ainda, que “chama a atenção a falta da menção à educação infantil e à universidade” nos objetivos para a Educação citados no texto “A travessia social”, divulgado pelo PMDB como plataforma de políticas sociais para o governo Temer. O ministério foi negociado por Temer para o DEM.

— É lamentável o MEC ter entrado na cesta da barganha — resume Priscila Cruz. — O ministro precisa ter conhecimento de política educacional. É uma pasta de perfil técnico.

— O MEC sempre foi blindado nos governos do PT e antes, com Fernando Henrique. Agora, parece que se tornou um ministério menos importante. Na hora em que você coloca para a negociação partidária, não protege mais — conclui Janine. — Na Educação, os efeitos vêm a longo prazo, quando a lógica dos políticos é oposta, porque sempre vão querer resultado em 1 ano, para a próxima eleição.

Perguntado sobre quais ações foram propostas ou enfatizadas pelo “Pátria educadora”, e sobre o que teria sido alcançado desde o início de 2015 em relação a elas, o MEC, por meio da assessoria de imprensa, listou programas do ministério. Em relação ao Pronatec, por exemplo, a pasta destacou que, em 2015, o programa teve 2,4 milhões de matrículas. A própria pasta, porém, apontou dados que mostram que em 2014 e 2013 esse número tinha sido maior: 3 milhões e 2,7 milhões, respectivamente. Os números trazidos sobre o Ciência sem Fronteiras também demonstram a contenção do programa: se em 2014 foram mantidas 39.290 bolsas pela Capes, em 2015 foram 35.223. O MEC afirma, no entanto, que o Ciência sem Fronteiras “alcançou a meta de concessão de 101 mil bolsas de estudos entre 2011 e 2014”.

ENSINO SUPERIOR

Sobre outro programa destacado, o Pró-Infância, enquanto de 2013 para 2014 foram aprovadas 981 novas obras de construção na rede de educação infantil, de 2014 para 2015 foram aprovadas apenas mais duas novas obras.

O ministério ressaltou também ações sobre o ensino superior: “por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), do ProUni e do Fies, somente no primeiro semestre de 2016, foram ofertadas 637 mil vagas em instituições de ensino superior públicas e privadas”. Sobre o ProUni, a pasta mencionou que em janeiro deste ano “foram ofertadas pelo MEC 203.602 bolsas, e chegou-se a mais de 1,8 milhão de alunos beneficiados com o programa”; e, sobre o Fies, que no último ano o programa “ofereceu 314 mil novas vagas”.

ALGUNS DOS PROGRAMAS DO SETOR

Pronatec. Em 2015, o programa de educação profissional teve 2,4 milhões de matrículas. Em 2014 e 2013, esse número tinha sido maior: 3 milhões e 2,7 milhões, respectivamente.

Ciência sem Fronteiras. Em 2014, foram mantidas 39.290 bolsas no exterior, pela Capes; em 2015, foram 35.223.

Ensino superior. No último ano, o Fies, programa de financiamento estudantil, ofereceu 314 mil novas vagas. A expectativa do MEC é que número similar ao do ano passado seja oferecido em 2016. Sobre o ProUni, de concessão de bolsas, o MEC afirma que em janeiro deste ano foram ofertadas 203.602 bolsas, chegando-se a mais de 1,8 milhão de alunos beneficiados.

A soma de todos os erros: Dilma abriu buraco fiscal e comprometeu ganhos sociais

Com estímulos artificiais, governo deixou PIB retroceder ao nível de cinco anos atrás

Flávia Barbosa

11/05/2016 - 05:00

BRASÍLIA — A política econômica dos anos Dilma Rousseff dialoga diretamente com o estilo da presidente que a conduziu, a partir de janeiro de 2011. Administradora voluntariosa, economista de formação, Dilma engendrou um plano que é espelho de sua persona gestora, ancorado na ideia de que o Estado é capaz de tomar as melhores decisões. Da taxa de juros ao manejo das finanças públicas, do caixa de estatais listadas em Bolsa à regulação de setores essenciais, pouco escapou do intervencionismo nesses 65 meses. O resultado é o maior desastre da história econômica do Brasil — cuja capacidade de gerar riquezas, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB), retrocedeu ao nível de cinco anos atrás, quando a petista chegou ao poder.

Dilma herdou de seu antecessor e patrocinador, Luiz Inácio Lula da Silva, uma economia crescendo 7,5%. Pode deixar o Palácio do Planalto com uma recessão da mesma magnitude — o PIB, que teve retração de 3,8% em 2015, este ano terá queda adicional de 3,9%. Este indicador é produto da soma de todos os erros cometidos na condução da economia, que levaram o país a alto grau de desequilíbrio fiscal e monetário, corrosão da capacidade de investimento e perda acentuada de credibilidade.

Não é ciência exata determinar o início da política que, mais tarde, seria conhecida como Nova Matriz Econômica — uma combinação de juros baixos, desonerações, subsídios e protecionismo, supostamente indutora do crescimento. O embrião foi a gestão exitosa do pós-crise financeira internacional. Com estímulos fiscais e tributários, o Brasil passou rapidamente pelos mares mais turbulentos de 2008 e 2009. Mas o primeiro passo radical de intervencionismo deu-se em agosto de 2011.

Naquele mês, bastante popular, Dilma pressionou o Banco Central (BC), presidido por Alexandre Tombini, a reduzir a Selic, relataram interlocutores da presidente ao GLOBO. Iniciou-se um longo ciclo de corte de juros, que culminou com a taxa mais baixa já registrada no Brasil, de 7,25% ao ano, 14 meses mais tarde. Juros baixos animariam crédito a famílias e empresas.

Havia uma pedra no meio do caminho, porém. A farra de crédito para consumo na era Lula gerou brasileiros endividados, deixando os bancos mais cautelosos na concessão de empréstimos. A economia começou a desacelerar, com a hoje irônica ajuda de um aperto fiscal do então ministro da Fazenda, Guido Mantega, e seu secretário do Tesouro, Arno Augustin.

No início de 2012, sem uma queda sensível dos juros ao consumidor e o PIB fraco, Dilma declarou guerra aos elevados spreads bancários, ordenando aos bancos públicos a redução de suas taxas (e de sua rentabilidade). Esta ofensiva foi escalada em 2013 e 2014, com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil (BB) ampliando o crédito direcionado com juros subsidiados.

A tática de guerrilha foi reforçada com o financiamento para garantir os investimentos de quem produz. O BNDES lançou no segundo semestre de 2012 um programa de R\$ 500 bilhões, bancado pelo Tesouro Nacional, que contribuiu para a elevar a dívida bruta. Coube à União também arcar com parte significativa do custo dos prazos e subsídios generosos do programa.

““A soma dos erros levou a uma perda do apoio da sociedade. Mas acho que não é hora de olhar para trás. O ponto é olhar para a frente””

Rodadas de desonerações amplas — que reduziram a arrecadação em R\$ 393 bilhões, entre 2011 e 2016 — também foram feitas a diferentes setores, como o automotivo e o de semicondutores, passando pelo corte de tributo sobre a folha de pagamento. As importações foram desestimuladas, abrindo brecha à alta de preços.

O ano de 2012 foi um marco também por mudanças regulatórias, que tiveram implicações muito negativas para a percepção de risco e a credibilidade da economia brasileira. As concessões de geração e transmissão elétrica foram unilateralmente revogadas para impor tarifas mais baixas, e as novas regras para a exploração de portos e mineração e os modelos de concessão foram considerados pouco atraentes pelo setor privado.

— Dilma, que foi brizolista a vida toda até entrar para o governo Lula, incorporou Leonel Brizola naquele ano — brinca uma fonte, em referência ao receituário nacionalista do ex-governador.

Agrupadas, essas frentes de estímulo promoveram uma enxurrada de recursos na economia. A inflação passou a subir rapidamente. Do lado do caixa da União, abiu-se um rombo fiscal. Para piorar, 2012 marcou o início da queda dos preços das commodities, importante fonte de recursos na era Lula e catalisador de investimentos de gigantes como Vale e Petrobras.

— O maior erro do governo Dilma talvez tenha sido não só continuar os erros do segundo mandato de Lula, mas agravá-los, com políticas expansivas, de favorecimento a consumo. Também errou ao deixar a taxa de câmbio ter se valorizado por tanto tempo — avalia Joaquim Elói Cirne de Toledo, ex-professor da USP.

Para corrigir erros, o governo redobrou a intervenção e aprofundou as incertezas acerca da economia do Brasil. A Petrobras foi impedida de aumentar os preços da gasolina; o Tesouro usou bilhões de reais para impedir reajustes da conta de luz; e os juros voltaram a subir fortemente. A credibilidade do BC caiu. O câmbio foi sobrevalorizado, por sua repercussão positiva para a inflação.

““Cada erro produzia efeitos ruins e nova medida equivocada para consertá-lo. E a presidente não ouvia os alertas, de dentro e de fora do governo””

EX-INTEGRANTE DA EQUIPE ECONÔMICA

O dinheiro sumiu e para fechar as contas públicas, o Tesouro acelerou as chamadas “pedaladas”, que quadruplicaram entre o início e o fim do primeiro mandato de Dilma. O descrédito da política fiscal desencadeou uma onda de pessimismo ainda em 2013, retraindo a disposição de investimento das empresas. A Operação Lava-Jato, desencadeada em março de 2014 com seus efeitos para os setores de óleo e gás e de construção civil especialmente, foi a pá de cal na confiança, e a economia entrou em rota recessiva.

— Cada erro, como estímulos enlouquecidos, produzia efeitos ruins e nova medida equivocada para consertá-lo, numa espiral. E a presidente simplesmente não ouvia os alertas, de dentro e de fora do governo. O grande problema foi o afastamento do Lula, em outubro de 2011, para tratar o câncer. A Dilma ficou sem supervisão (política) por muito tempo — afirmou um ex-integrante da equipe econômica.

Insistir em negar a crise e só reconhecer a influência da economia internacional é outro custo que, avaliam analistas, o governo Dilma impôs ao país.

— Se eu não sei nem onde estou, como é que posso saber para onde irei? — questiona o economista José Roberto Afonso, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O legado mais perverso da política econômica, porém, é o desmonte dos ganhos sociais experimentados no governo Lula. O mercado de trabalho, que produziu 15 milhões de vagas entre 2003 e 2010, chegou ao primeiro trimestre de 2016 com mais de três milhões de desempregados, em apenas um ano. A renda média, que estava em R\$ 2.031 no ano passado, teve queda inédita para R\$ 1.966 este ano.

— A política social não resiste a uma queda de 4% do PIB no ano passado e mais 4% neste ano — afirma o economista Antonio Corrêa de Lacerda, da PUC-SP.

E o pouco apreço de Dilma pela política piorou as coisas, sem avanços em áreas estruturais, com a Previdência e a carga tributária.

— Ela chegou a “demitir” seus líderes no Senado e na Câmara. A esnobada que a Dilma deu no Congresso custou alto, porque não tinha apoio lá para tocar qualquer outra agenda — relata outro integrante do governo Dilma.

Luiz Carlos Prado, professor do Instituto de Economia da UFRJ, lembra que o preço pago foi alto demais.

— A soma dos erros levou a uma perda clara do apoio da sociedade. Mas acho que agora não muito hora de olhar para trás. O ponto é olhar para a frente e apresentar à sociedade as escolhas que ela deve fazer — afirma Prado.

Temer nega tentativa de interferir na Lava Jato

O vice-presidente chamou de 'notícias plantadas' as informações de que ele estaria trabalhando para eliminar a operação.

01/04/2016 08h40 - Atualizado em 01/04/2016 09h39

O vice-presidente, [Michel Temer](#), declarou na quinta-feira (31) que jamais iria interferir na Operação Lava Jato. Temer deu esta declaração durante um almoço com empresários, em [São Paulo](#).

Essa declaração foi feita em um encontro fechado. A imprensa não pode acompanhar. O vice-presidente chamou de 'notícias plantadas' as informações de que ele estaria trabalhando para eliminar a Operação Lava Jato.

Para os empresários ele lembrou sua formação jurídica e disse que jamais interferiria ou tentaria influenciar outro poder. Disse que isso seria uma violação à constituição - que determina a independência e a harmonia entre os três poderes.

Michel Temer também negou que esteja negociando cargos para um futuro governo.

Deltan Dallagnol: ‘O remédio (para corrupção) é combater a impunidade’

Coordenador da força-tarefa diz que Lava-Jato ‘trata do tumor e não do câncer’

Renato Onofre, jornal O Globo, 09/12/2015

SÃO PAULO — Em entrevista ao GLOBO, o coordenador da força-tarefa da Lava-Jato, procurador da República Deltan Dallagnol, diz que a operação trouxe esperança no combate à corrupção e que “trata do tumor e não do câncer”. E ainda que impeachment não é remédio para combater corrupção. “Não se trata de fazer ou não impeachment, e sim determinar quais são as mudanças necessárias”.

Como chegamos a esse nível de corrupção no Brasil?

corrupção no Brasil vem desde o período colonial. Existem fatores culturais que levaram a este quadro, mas algo que certamente influencia isso: a impunidade que existe desde sempre. Em 1820, no Rio, havia um versinho que dizia: “Quem rouba muito é barão, mas quem rouba muito e esconde passa

de barão à visconde". A punição no Brasil é algo extraordinariamente raro. As pessoas confiam que não serão pegadas e que, se forem pegadas, não serão punidas.

E qual o remédio?

O remédio é combater a impunidade. É necessário a existência de uma efetiva e proporcional punição àqueles que cometem corrupção.

E como combatê-la?

Vivemos uma janela de oportunidade para mudanças. Se nós não mudarmos neste momento em que tanta corrupção é revelada, em que a população está tão consciente, quando nós mudaremos? Eu acredito que hoje é o dia, que hoje é o tempo que decidiremos o país que nós queremos ter para nós e para as futuras gerações. Precisamos transformar a indignação em ação. E foi como mote de canalizar esse momento que o Ministério Público propôs as 10 medidas contra a corrupção (veja abaixo).

Qual é o eixo dessas medidas?

As 10 medidas contra a corrupção têm três focos centrais. O primeiro é evitar que a corrupção aconteça. O segundo é dar um basta na impunidade e trazer uma punição àqueles que praticam corrupção proporcional ao mal que eles causaram a sociedade. E o terceiro eixo é a recuperação do dinheiro que foi desviado.

Como está o processo para aprovação dessas medidas?

Estamos colhendo assinatura e recebendo a adesão da sociedade. Já atingimos mais de 800 mil assinaturas das 1,5 milhão necessárias para o projeto de lei de iniciativa popular. Depois, a discussão será no Congresso.

O senhor confia que este Congresso aprovará medidas que podem afetar parte de seus integrantes envolvidos em casos de corrupção?

Um dos feitos mais maléficos da corrupção é o cinismo. É a dúvida que se desenvolve a respeito do sistema, do funcionamento das instituições. Todo mundo passa a acreditar que nada funciona, que não adianta lutar. A Lava-Jato, nesse sentido, trouxe esperança. Mas ela não é a solução para todos os males da corrupção. A verdade é que a Lava-Jato trata de um tumor, mas não do câncer. Nós precisamos avançar para tratar o sistema aprovando as 10 medidas.

A Lava-Jato contribuiu para o agravamento da crise?

A Lava-Jato revela é que a corrupção caminhou de mãos dadas com a ineficiência econômica. Por exemplo, quando nós olhamos o caso de Pasadena, nós vemos que a própria escolha da compra da refinaria pode ter sido influenciada pelo recebimento de propina. No campo político, a Lava-Jato acaba sim por contribuir para o agravamento da crise. Mas nós culpamos as investigações pela crise política é o mesmo que, usando uma analogia do juiz Sérgio Moro, culpar o investigador pela descoberta de um cadáver. Como se ele fosse o responsável pelo homicídio. Quem trouxe essa crise foram aqueles que praticaram corrupção no passado. E não a Lava-Jato.

DEZ MEDIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO, SEGUNDO DALLAGNOL

Prevenção à corrupção: Testes de integridade simulando situações de corrupção

Enriquecimento ilícito: Penas de 3 a 8 anos

Crime hediondo para corrupção de altos valores: Penas de 12 a 25 anos

Mudanças nos recursos penais: Diminuição dos recursos na Justiça

Celeridade nas ações de improbidade administrativa: Criação de varas, câmaras e turmas especializadas.

Ajustes nas nulidades penais: Diminuir dispositivos de nulidades

Reforma do sistema penal: Mudanças nas prescrições

Responsabilização dos partidos políticos e caixa 2: Criminalização do caixa 2

Prisão preventiva para evitar a perda do dinheiro desviado: Assegurar que recursos sejam usados para financiar a fuga ou defesa dos investigado

Recuperação do lucro: Permissão para confiscar a parte do patrimônio que corresponda à diferença entre o patrimônio de origem e o dinheiro ilícito

Não é golpe, mas remédio aos abusos

Aloysio Nunes Ferreira
30/12/2015 02h00

Nunca é tarde para se reafirmar: impeachment não é golpe. É remédio da democracia aos abusos do poder. O que a presidente Dilma Rousseff fez preenche os requisitos da lei para ser enquadrado como crime: é fato típico e antijurídico, e estão presentes o dolo e a finalidade.

Típico porque previsto na lei como infração penal (lei nº 1.079, artigo 10, incisos 6 a 9). Antijurídico porque afronta o ordenamento jurídico nacional. O dolo salta aos olhos: foi meticulosamente planejado, com a finalidade de esconder a realidade financeira do país para garantir a reeleição.

A presidente cometeu um crime de consequências gravíssimas. Isso não pode ser ignorado, a despeito das tentativas de desqualificar o impeachment. Um dos principais argumentos contrários ao processo de afastamento de Dilma, que tem sido entoado exaustivamente como uma cantilena de mau gosto, é o de que as acusações são infundadas porque "pedalada fiscal" não é crime.

Sustentam os que defendem a presidente que as operações envolvendo recursos de bancos públicos são meros "contratos de prestação de serviços" e, portanto, não configuram crime de responsabilidade.

Dilma, nesse tipo de raciocínio, não descumpriu a lei ao pegar empréstimos de bancos públicos para manter em dia pagamentos de programas como Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida. Ora, a Lei de Responsabilidade Fiscal condena a prática como crime nos artigos 36 e 37.

Quando afirmam que atentar contra leis orçamentárias não é justificativa para destituir a presidente, querem, na realidade, convencer a população de que existem categorias de malfeitos mais ou menos ofensivos à sociedade. Como se agir contra a lei não fosse suficientemente grave a alguém que ocupa o mais alto cargo da nação.

Por isso, o governo do Partido dos Trabalhadores partiu para o vale-tudo: busca-se a todo instante convencer os brasileiros de que as leis que regem as finanças públicas foram feitas para serem desrespeitadas. Nada mais falacioso e irresponsável.

O que está em jogo é a soberania popular. Ao achincalhar o processo de impeachment, a presidente revela desdém e escárnio. A lei é expressão da vontade popular.

Impeachment não é golpe, mas resposta constitucional contra o abuso e a perversão decorrentes do apego ao poder político. Atentar contra a responsabilidade fiscal e as leis orçamentárias é, sim, crime de responsabilidade. É o que dizem a Constituição e a lei nº 1.079.

Quando um presidente da República atenta contra o orçamento, sua ação repercute diretamente sobre a vida dos brasileiros: as "pedaladas" trouxeram altas taxas de desemprego, desvalorização da moeda, diminuição do poder aquisitivo, retração da economia, rombo nas contas públicas e rebaixamento do Brasil pelas agências de risco.

Esse cenário desalentador exige, agora, tempos de ajustes fiscais: corte de gastos, de investimentos públicos e aumento de tributos. Portanto, quando Dilma comete "pedaladas", age de forma criminoso, com graves consequências.

No fim, é o cidadão quem paga a conta. Nos regimes democráticos, o povo é o juiz dos governantes. Nada mais justo, então, do que submeter a presidente ao julgamento pelos representantes do povo no Congresso.

O impeachment, além de uma ferramenta constitucional, é, também, instrumento legítimo da consciência popular. Desqualificar o processo é o mesmo que vilipendiar o próprio regime democrático.

ALOYSIO NUNES FERREIRA, 70, é senador (PSDB-SP)

Cunha diz que impeachment é prova de que agiu com lisura no processo

WÁLTER NUNES
DE SÃO PAULO

31/08/2016 14h46 - Atualizado às 15h12

O deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ) divulgou nota em que diz que o afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff é a prova de que seus atos à frente da Câmara dos Deputados no início do processo de impeachment foram corretos.

"Como protagonista do processo, tendo praticado o primeiro ato da aceitação da denúncia oferecida por crime de responsabilidade contra a ex-presidente, vejo que todos os meus atos foram confirmados por sucessivas votações, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, atestando a lisura dos meus atos", diz a nota.

Ele diz lamentar que "uma democracia jovem como a nossa tenha que passar pelo trauma de mais um afastamento de um presidente da República". A nota diz também que a defesa de Dilma fez acusações falsas contra ele para esconder que não havia razões suficientes para inocentá-la.

"O Brasil passou e passa por momentos delicados em que práticas do governo afastado, além de terem sido repudiadas pela sociedade obtiveram, enfim, a punição prevista no nosso ordenamento constitucional", diz.

No fim da nota Cunha fala sobre a saída do PT da Presidência e deseja sorte ao governo do correligionário Michel Temer. "Esperamos que o fim desse processo possa virar uma página negra deste país com o afastamento também das nefastas práticas do governo afastado e desejamos sucesso ao novo governo que se instala a partir de hoje de forma definitiva", conclui a nota.

O voto de cada senador.

Dentro da Lei, dentro da Constituição

O país vive a sua maior crise política desde a redemocratização, as paixões estão à flor da pele, mas ninguém vislumbra uma saída que seja à margem da Carta

EDITORIAL
12/04/2016 - 00:00

O Brasil vive hoje a sua maior crise política desde a redemocratização. Embora pesquisas mostrem que mais de 60% da população apoiam o impeachment, 33% defendem a presidente Dilma Rousseff.

E isso tem levado a uma intensa luta política, com expressões de intolerância de parte a parte, o que não se viu durante o processo de afastamento de outro presidente, Fernando Collor de Mello. As paixões estão à flor da pele, o radicalismo é enorme, mas a boa notícia é que ninguém, em sã consciência, apesar de slogans meramente retóricos, vislumbra o risco de uma saída à margem da Constituição. Não há prova maior de maturidade de nossa democracia, já com 28 anos ininterruptos sem rupturas institucionais, no estado democrático de direito.

O jornalismo profissional, demonstrando mais uma vez sua excelência, tem publicado livre e destemidamente tudo o que diz respeito ao que já pode ser rotulado como o maior esquema de corrupção que vitimou o Brasil.

Em muitos casos, está à frente das investigações, escancarando o que de errado foi feito neste país. Age, assim, sob a proteção da Constituição, que garante ampla liberdade de imprensa.

A Polícia Federal e o Ministério Público têm investigado tudo, também como assegura a Constituição, sob estreita supervisão do Supremo Tribunal Federal, a quem as partes recorrem toda vez que imaginam que seus direitos estão sendo lesados. A Justiça, em todas as suas instâncias, tem agido com espírito republicano.

O Tribunal de Contas da União, também cumprindo seu papel constitucional, tem examinado as contas da presidente e denunciado irregularidades gravíssimas que explicam, em grande medida, a terrível crise econômica por que passa o país. Os números frios atestam com clareza.

É um quadro de uma dramaticidade ímpar, cuja origem e desenvolvimento não podem deixar de ser atribuídos tanto à ação quanto à inação da presidente Dilma Rousseff. Diante dele, cidadãos, como assegura a Constituição, têm tido livre acesso ao Congresso para denunciar o que consideram crimes de responsabilidade da presidente e pedir a abertura de processos de impeachment.

A Câmara aceitou até aqui um deles, porque considerou que preenchia os requisitos formais. Quando tentou estabelecer um rito próprio ao impeachment, foi corrigida pelo Supremo Tribunal Federal, que determinou que o rito deveria seguir a jurisprudência constitucional daquela Corte.

Agora, cabe à Câmara, e somente à Câmara, decidir se as denúncias descritas no pedido de impeachment devem ser levadas a julgamento pelo Senado. O relator decidiu que sim, e foi seguido pela maioria da comissão formada para julgar a admissibilidade do processo — 38 votos a favor a 27 contra o impeachment.

Nos próximos dias, todos os deputados federais, por maioria qualificada, decidirão se concordam com essa decisão. Eles são os legítimos representantes do povo brasileiro, aqueles a quem a Constituição incumbiu dessa tarefa. E os brasileiros respeitarão sua decisão, seja qual for, porque é isso o que exige a nossa Constituição. Simples assim.

Se o pedido de abertura do processo de impeachment vier a ser aprovado, em sessão inicialmente prevista para o final de semana, o julgamento de Dilma caberá ao Senado, sob o comando do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski. Sempre conforme o roteiro estabelecido pela própria Corte e a Constituição.

Espera-se, agora, que as ameaças feitas por diversas vezes pelo advogado-geral da União, ministro José Eduardo Cardozo, de recorrer ao Judiciário (STF) sempre que considerar que direitos da presidente estejam sendo desrespeitados, não se confirmem. É certo que a defesa tem absoluto lastro legal para usar de todos os recursos previstos em lei, e a qualquer momento que assim considerar necessário. Mas, na crise grave por que passa o país, deve ser levado em consideração por todos, oposição e situação, que o tempo conspira contra a nação.

Seja qual for o desfecho do processo de impeachment, ele precisa vir o mais rapidamente possível. O somatório da crise política com a crise econômica, semeada em parte durante uma campanha eleitoral em que a presidente vendeu um futuro fantasioso, apenas para conquistar a reeleição — enquanto aprofundava os equívocos do “novo marco macroeconômico” —, paralisa o país há quase um ano e meio. E projeta um indezassável horizonte de incertezas.

A inflação que fugiu ao controle, em 2015, com a consequente retração do consumo, e o mergulho em parafuso da produção nas fábricas geram um quadro social insustentável.

As próprias conquistas sociais tão alardeadas como patrimônio privado pelo PT estão se dissolvendo diante de um desemprego que avança hoje a taxas de dois dígitos, agravado por uma inflação em queda, mas ainda muito elevada, acima do limite da meta, de 6,5%.

Como em boa medida as decisões dos agentes de mercado, inclusive consumidores, se constroem a partir de expectativas, e, como elas continuam muito negativas com relação ao Brasil, a crise tem conseguido se projetar para a frente, num círculo vicioso cujo desfecho pode ser ainda mais dramático. Romper o impasse político do impeachment é o passo que precisa ser dado no Congresso. Não que seja uma solução mágica. A votação final do impeachment, no Senado, independentemente do resultado, não será o desfecho da crise. Deve-se ser realista.

Em qualquer hipótese, ela deverá persistir. Pode-se lamentar esse prognóstico, mas não temê-lo. Porque a Constituição continuará a indicar o caminho para a superação dos males que afligem os brasileiros.

Já se foi o tempo em que este país apelava para soluções heterodoxas e inconstitucionais, como a adoção do parlamentarismo para evitar a posse de Jango na Presidência, ou a soluções de força, como o golpe militar que o apeou do poder e tantos males trouxe à nação.

Por esse motivo, não faz sentido o chamamento para eleições antecipadas, a menos que isso seja a consequência constitucional de julgamento de processos em curso no Tribunal Superior Eleitoral, onde tramitam acusações sobre a origem de recursos da campanha de Dilma. O Brasil está maduro. Fora da Constituição, não há saída. O caminho pode ser tortuoso, sofrido, trazer sacrifícios extras, mas será a nossa Lei Maior, e apenas ela, que nos conduzirá à superação dessa grave crise que paralisa o país.

Dilma cometeu 'autêntico atentado à Constituição', diz Anastasia

MARIANA HAUBERT
DE BRASÍLIA

02/08/2016 13h09 - Atualizado às 14h16

O relator do processo do impeachment no Senado, Antonio Anastasia (PSDB-MG), apresenta nesta terça-feira (2) seu relatório, com 441 páginas, favorável à saída definitiva da presidente afastada, Dilma Rousseff. O tucano lerá o documento na Comissão Especial que analisa o caso ao longo desta tarde. A expectativa é de que ele demore cerca de três horas para concluir a leitura.

No parecer, Anastasia afirma que há provas, por ação direta ou omissão, de que houve crime de responsabilidade nos dois casos em que é acusada: a abertura de créditos suplementares sem autorização do Congresso Nacional e as pedaladas fiscais, que são atrasos nos pagamentos de valores devidos a bancos e fundos públicos.

"A gravidade dos fatos constatados não deixa dúvidas quanto à existência não de meras formalidades contábeis, mas de um autêntico atentado à Constituição", afirma Anastasia no documento.

Para o tucano, os decretos assinados por Dilma, e que foram analisados pela comissão, promoveram alterações na programação orçamentária incompatível com a obtenção da meta de resultado primário vigente à época. Para Anastasia, Dilma tinha "plena consciência" de que a meta de resultado não seria cumprida, "o que revela conduta irresponsável". Para ele, a presidente promoveu um "vale-tudo orçamentário" em nome de um programa político.

PEDALADAS

Em relação às pedaladas, o relator diz que a omissão da presidente permitiu o financiamento de despesas primárias pelo Banco do Brasil por meio de operação de crédito, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. De acordo com o relatório, o comportamento da petista foi deliberado já que, para ele, os passivos do Tesouro Nacional com os bancos públicos eram impossíveis de serem saldados sem a participação direta de Dilma.

A sessão da comissão especial começou às 12h30. Anastasia iniciou a leitura de seu parecer por volta das 14h. No início da reunião, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) pediu que a comissão pudesse marcar uma data para que o procurador do Ministério Público Federal no Distrito Federal, Ivan Cláudio Marx, fosse ouvido. Ele arquivou, em 8 de julho, um procedimento criminal que apurava o caso, argumentando que as pedaladas fiscais do governo não configuram crime.

Leia a íntegra do relatório de Anastasia

Para os aliados do petista, o fato ocorreu após o encerramento da fase de oitivas de testemunhas na comissão especial e, por isso, ainda seria possível chamá-lo a falar. Lindbergh também pediu que a questão das pedaladas fossem retiradas do relatório final. Os dois pedidos foram negados pelo presidente da comissão, Raimundo Lira (PMDB-PB).

Após a conclusão da leitura do relatório de Anastasia, o PT e o PDT apresentarão um voto em separado em que culpam o presidente interino, Michel Temer, e o Tribunal de Contas da União pela abertura do processo. Eles também defendem a tese de que houve desvio de poder por parte do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que decidiu, segundo eles, dar início ao processo por vingança contra os petistas, que não quiseram o apoiar no Conselho de Ética da Casa.

A senadora Vanessa Grazziotin (PC do B-AM) também apresentará um outro voto, com o apoio do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) em que também defende a inocência de Dilma. De acordo com a congressista, o texto abordará principalmente o conteúdo exposto pelas testemunhas ao longo do processo.

Os três documentos serão discutidos nesta quarta (3) e votados pela comissão especial na quinta (4). Pela composição da comissão, que é majoritariamente favorável ao impeachment de Dilma, o parecer de Anastasia deverá ser aprovado.

Assim, ele será votado pelo plenário do Senado em 9 de agosto. Para que o processo prossiga, é preciso que 41 dos 81 senadores, votem a favor do parecer do tucano.

Em seguida, a acusação tem 48 horas para apresentar um documento que resume os argumentos em prol da condenação da presidente afastada (chamado de libelo acusatório) e o rol de testemunhas que participarão da fase final do processo. Depois, a defesa também tem dois dias para apresentar seus argumentos e suas testemunhas.

De acordo com a legislação em vigor, Lewandowski tem que esperar dez dias para marcar a data do julgamento final do caso a expectativa é de que o julgamento final comece em 29 de agosto e dure cerca de cinco dias.

Dilma diz que PT precisa reconhecer erros e passar por 'transformação'

A presidente afastada, Dilma Rousseff, afirmou que seu partido, o PT, precisa passar por uma "grande transformação" e reconhecer erros cometidos do ponto de vista ético e "do uso de verbas públicas".

"Eu acredito que o PT precisa passar por uma grande transformação. Primeiro, uma grande transformação em que se reconheça todos os erros que cometeu do ponto de vista da questão ética e da condução de todos os processos de uso de verbas públicas", disse Dilma em entrevista à revista "Fórum" nesta terça (2), no Palácio da Alvorada, em Brasília.

A petista afirmou que a atitude é necessária para manter o legado do partido, segundo ela, formado por uma "corrente imensa de experiências políticas que deram sua contribuição para esse país". Ela ressaltou que as falhas foram cometidas por algumas pessoas, e não por toda a entidade.

"Nós vamos ter de resgatar isso [o legado]. Não é possível que se confunda o erro individual de algumas pessoas, que são passíveis de erros, com o erro de uma instituição. A instituição tem de ser preservada", disse.

"O PT tem sobrevida se as suas lideranças souberem fazê-lo seguir em frente", acrescentou.

Nos últimos dias, Dilma voltou a responsabilizar o PT pela suspeita de pagamentos de caixa dois para o marqueteiro João Santana, afirmando que ele cobrou dívidas da sua campanha de 2010 para a tesouraria da sigla.

Em depoimento à Justiça, Santana e sua mulher, Mônica Moura, afirmaram ter recebido ilicitamente US\$ 4,5 milhões para compensar uma dívida do partido com o casal. Segundo eles, em 2013, o então tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, os orientou a procurar o engenheiro Zwi Skornicki, que tinha negócios com a Petrobras e efetuou o pagamento.

"Ele [Santana] diz que recebeu isso em 2013. Ora, a campanha começa em 2010 e até o final do ano, antes da diplomação, ela é encerrada. A partir do momento em que ela é encerrada, tudo o que ficou pendente de pagamento da campanha passa a ser responsabilidade do partido", disse Dilma no último dia 27.

"Como disse o próprio João Santana, com quem ele tratou essa questão foi com a tesouraria do PT."

As afirmações desagradaram a membros da legenda. Apesar disso, o presidente do partido, Rui Falcão, divulgou nesta segunda-feira (1º) uma nota em que afirmou "repudiar" a ideia de que o partido teria abandonado a presidente afastada na defesa contra seu processo de impeachment.

Na nota, publicada no site do partido, Falcão disse que o partido "reafirma seu compromisso integral na luta pelo retorno à Presidência da companheira Dilma".

FUTURO

Na entrevista desta terça, Dilma voltou a chamar o seu processo de impeachment de "golpe" –segundo ela, capitaneado por um grupo integrado pela oposição tradicional, pelo PMDB, pela "grande mídia" e pelo empresariado.

Questionada sobre como quer ser lembrada após a Presidência, Dilma afirmou ter esperança de não ser cassada no processo atualmente em curso no Senado.

"Eu serei lembrada como a primeira mulher presidente. [Mas] Eu quero ser lembrada como a primeira mulher presidente que superou um processo de impeachment sem base [legal]. Essa é a minha esperança", disse.

Rito acelerado

Cristiane Jungblut, Eduardo Bresciani, Júnia Gama, Maria Lima e Simone Iglesias
10/08/2016

A GUERRA DO IMPEACHMENT - Juristas antecipam entrega da peça final de acusação para antecipar julgamento final de Dilma

O Palácio do Planalto e o **presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL)**, atuaram durante toda a terça-feira para agilizar a votação da chamada pronúncia da presidente afastada, Dilma Rousseff, fase do processo de impeachment em que se decide se ela irá a julgamento. O governo dos defensores de Dilma e incentivou desistências de discursos para abreviar a sessão.

A estratégia surtiu efeito. Com o avanço célere da sessão de ontem, os juristas responsáveis pela acusação no processo de impeachment, Miguel Reale Jr. e Janaina Conceição Paschoal, vão protocolar nesta quarta-feira o libelo, peça final da acusação.

Assim, será possível iniciar a fase final a partir de 23 de agosto — o que praticamente garante a votação final do processo ainda este mês, como deseja o presidente interino, Michel Temer.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, que assumiu ontem o comando do processo de impeachment, tornou-se um aliado inesperado, ao impor desde cedo celeridade à sessão.

A decisão da acusação de antecipar seus prazos vai impactar a estratégia da defesa. Os advogados da presidente afastada terão somente até sexta-feira para apresentar sua contestação à acusação.

— Até o início da tarde será apresentado. É um resumo, uma síntese da acusação. É mera formalidade — disse ao GLOBO Miguel Reale Jr., negando que tenha recebido qualquer pedido direto do Palácio do Planalto para antecipar a entrega do documentos.

SENADORES ABREM MÃO DE DISCURSO

A partir da entrega dos posicionamentos da defesa e da acusação, Lewandowski terá de marcar a data da última etapa do processo com uma antecedência mínima de dez dias. Com isso, a expectativa é que ele agende o começo do julgamento para 23 de agosto. Técnicos que atuam no processo garantem que ele seguirá os prazos. A ideia inicial do presidente do Supremo era começar o julgamento no dia 29.

Mesmo admitindo pouca chance de vitória, os aliados de Dilma insistiram ontem em manobras protelatórias. Ao mesmo tempo em que os senadores Renan Calheiros, Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Aécio Neves (PSDB-MG) atuaram para convencer aliados a abrirem mão de seus discursos, o que levou a uma economia de quase duas horas.

Eunício conversou com os 19 senadores do partido e conseguiu um acordo para que quase todos deixassem de falar. O peemedebista foi chamado ao Planalto por Temer, no meio da tarde. Ao voltar ao Senado, propôs que a sessão terminasse o quanto antes. Nesse esforço, em almoço da bancada do PSDB, ficou decidido que apenas Aécio falaria pela bancada.

— Conversamos com os companheiros para tentar acabar com isto o mais rápido possível. Alguns devem abrir mão de falar e outros falarão por um tempo mais curto — afirmou o líder tucano, Cássio Cunha Lima (PB).

O presidente do STF também reduziu a pausa de uma hora, prevista das 18h às 19h, para apenas meia hora. E desistiu de paralisar a sessão por uma hora a cada quatro de trabalho durante a noite. Paralelamente ao esforço para agilizar a sessão de ontem, Renan defendeu que o julgamento final, última etapa do processo, não seja interrompido no fim de semana de 27 e 28 deste mês. Afinado com o Planalto, ele disse que é “obrigatório” prosseguir os trabalhos no fim de semana.

APREENSÃO COM DELAÇÕES PREMIADAS

O sentimento geral entre os peemedebistas e os tucanos é de apreensão com as delações premiadas em curso, em especial a da Odebrecht, que poderá atingir o governo e alguns dos principais partidos da base. Por isso, foi deflagrada a operação para acelerar o julgamento da petista.

A intenção dos aliados do governo é concluir o impeachment antes que novas revelações possam comprometer a permanência de Temer na Presidência.

No PSDB, a possível aprovação do impeachment não tem gerado alívio. Há uma preocupação cada vez maior com o conteúdo das delações premiadas que estão por vir. Além da citação a Temer, os vazamentos indicam que parte da cúpula tucana pode ser fortemente envolvida.

Já o PT irá discutir o “dia seguinte” a partir de hoje. O ex-presidente Lula está em Brasília para conversar com senadores e deputados do PT. Os aliados de Dilma analisam a conjuntura política e como o partido deve se portar nas semanas que antecederão o julgamento final do processo.

Dilma receberá hoje, em almoço no Palácio da Alvorada, parlamentares petistas para discutir a situação. Há expectativa de que ela apresente uma carta, até o final desta semana, defendendo um plebiscito sobre a antecipação da eleição presidencial. Dilma sondou, por intermediários, senadores da

base para saber se aceitariam não questioná-la, caso vá ao julgamento no Senado. Recebeu como resposta que isto não seria possível. Assim, não decidiu se comparecerá.

FRASES

“Estamos em vias de aprovar o impeachment sem um empurrão, sem uso de arma, usando a Constituição”

Agripino Maia (DEM-RN)

“Quem está dando o golpe é o Parlamento. É Eduardo Cunha. Vamos até o fim contra essa marcha da insensatez”

Jorge Viana (PT-AC)

“Falam em farra fiscal, pretexto para derrubar a presidenta Dilma. Que país surreal, que Congresso surreal”

Humberto Costa (PT-PE)

“Ganhamos todos com este julgamento. Ganha o país, que tem a chance de ver resgatadas as condições políticas para dar seguimento à estabilidade econômica”

Lúcia Vânia (PSB-GO)

Janot diz que são legais grampos com conversas entre lula e dilma

Procurador-geral não analisou se houve ou não ilegalidade na divulgação de escutas

Por: Carolina Brígido

-BRASÍLIA- O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou parecer ao Supremo Tribunal Federal (STF) defendendo a legalidade das escutas de conversas travadas em março entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a então presidente Dilma Rousseff, hoje afastada do cargo. O parecer foi dado a respeito de um pedido da Advocacia Geral da União (AGU) para anular a validade das escutas e também a divulgação dos áudios. O grampo a telefones de Lula foi autorizado pelo juiz federal Sérgio Moro, que conduza Operação Lava Jato na primeira instância.

A AGU alega que Moro invadiu a competência do Supremo, porque caberia apenas à mais alta Corte do país apurar indícios contra quem tem direito a foro especial—no caso, a presidente. No parecer, Janot explica que não houve usurpação das tarefas do STF. Isso porque, segundo ele, quando os áudios foram gravados não havia elementos mínimos de que a presidente cometeu crime. No parecer, o procurador-geral não analisou se houve ou não ilegalidade na divulgação das escutas telefônicas.

“Mesmo se admitindo eventual irregularidade no levantamento do sigilo (e não se faz qualquer juízo de mérito nessa parte), o fato é que esse elemento, por si só, igualmente não caracteriza violação da competência criminal do Supremo Tribunal Federal. É preciso enfatizar a exaustão: só poderias e cogi tarde violação de competência se, diante da prova produzida (mesmo que lícitamente, no caso), a reclamação indicasse, a partir desta, elementos mínimos da prática de um fato que pudesse em princípio caracterizar crime por parte da presidente da República”, escreveu Janot em seu despacho enviado ao STF.

O recurso da AGU contra a legalidade dos grampos será julgado pelo STF em data ainda não agendada. Em março, o ministro Teori Zavascki, relator da Lava-Jato no Supremo, determinou que Sérgio Moro enviasse para a Corte as investigações contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva — inclusive os áudios, que passaram a ser sigilosos.

TENTATIVA DE OBSTRUÇÃO DA JUSTIÇA

Em seguida, o plenário do STF confirmou a decisão. Na ocasião, Teori alertou para o risco de haver nulidade de provas obtidas de forma ilegal. E lembrou que, no passado, o STF e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já anularam investigações inteiras por conta desse fator.

— Eventuais excessos que se possam cometer, com a melhor das intenções de apressar o desfecho das investigações, nós já vimos esse filme, isso pode se reverter num resultado contrário. Não será a

primeira vez que, no curso de uma apuração penal, o STF e o STJ anularam procedimentos penais nessas situações. Temos que investigar e processar, mas dentro das regras da Constituição, que assegura o amplo direito de defesa e o devido processo legal. É nessa linha que tenho procurado me pautar — afirmou Teori.

Os documentos e os áudios das investigações seguiram para o STF. Em seguida, a PGR somou outros elementos a essas provas, como a delação premiada do ex-senador Delcídio Amaral (sem partido-MS) e discursos da presidente — e pediu abertura de inquérito contra Dilma e Lula. O caso está sob sigilo, e o tribunal não informa se as investigações foram abertas. A suspeita é que houve tentativa de obstrução da Justiça.

Em uma das conversas, Dilma diz que está enviando a Lula, por meio de um emissário do Palácio do Planalto, o termo de posse na Casa Civil, para ele usar se for necessário. A suspeita é que o documento livraria o ex-presidente das investigações de Moro, já que ele teria direito a foro especial depois de empossado. O ministro Gilmar Mendes concedeu, na época, liminar para anular a posse de Lula, que ficou impedido de assumir a Casa Civil.

No recurso apresentado ao STF em março, a AGU argumentou que Moro não poderia gravar uma conversa envolvendo a presidente Dilma, por conta do foro especial. O órgão do governo pediu para ser declarada ilegal a decisão de Moro que deu publicidade aos diálogos, por ter colocado “em risco a soberania nacional”.

Impeachment é chance de PT se refazer, diz senador Cristovam

MARIANA HAUBERT DE BRASÍLIA 09/08/2016 02h00

Cortejado tanto pela presidente afastada, quanto pelo presidente interino, Michel Temer, o senador Cristovam Buarque (PPS-DF) diz que o impeachment de Dilma Rousseff será a única chance de o PT se reconstruir —o que faz parte, afirma, de uma estratégia para as eleições presidenciais de 2018. Em entrevista à Folha, o senador confirma o voto pelo afastamento definitivo da petista e, fazendo a ressalva de que Michel Temer está "gastando muito", afirma que ele tem condições de "trazer algo novo". O ex-ministro de Lula fala que, ao apoiar o impeachment, está perdendo prestígio mesmo é nas rodas internacionais. "Para eles é como se estivesse tirando o Mujica ou o papa Francisco." * Folha - O que o convenceu a votar pelo impeachment? Cristovam Buarque - O impeachment não é golpe. Se estivéssemos no parlamentarismo, eu não teria a menor dúvida de que deveríamos dar um voto de desconfiança, pela inflação, desperdício, mentiras na campanha. Mas do ponto de vista presidencialista, eu disse desde o começo que só decidiria depois que o processo se esgotasse. E o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) [relator do processo] terminou seu parecer demonstrando que houve crime. Eu vejo até que foi um crime pequeno, mas foi um crime. Temer também passará por processo semelhante? Não acredito. É muito raro ter dois terços contra quem está no poder. A presidente Dilma só conseguiu isso porque não soube fazer o trabalho parlamentar. Faltou ter o respeito ao Parlamento. Ao desrespeitar, paga-se o preço. Os próprios deputados do PT contam que não eram recebidos por ela. Eu fui ministro dela e nunca fui recebido [na verdade Cristovam foi ministro da Educação de Lula, de janeiro de 2003 a janeiro de 2004]. O senhor sente mágoa dela ou do PT? Sinto uma frustração de não termos aproveitado esse momento. Eu fui quatro vezes a Dilma neste período e fui uma vez ao Temer. Tentei que houvesse uma saída diferente. Na última vez, quando não havia mais jeito, eu propus que ela renunciasse e desafiasse o Temer a renunciar também. Ela reagiu muito duramente. Eu tenho certeza de que se o voto fosse secreto, o PT votaria pelo impeachment. Porque é a chance do PT de se reconstruir. Ele vai jogar a culpa de tudo o que fez de errado nos ombros do Temer. Inflação, desemprego, dívida, deficits da Previdência. Aí vão para a oposição onde ficam em uma posição cômoda. E tentando fazer valer a bandeira do golpe. É um papel dentro de uma estratégia eleitoral da bandeira do golpe em que vão dizer que brigaram até o fim. Qual a avaliação do senhor sobre o governo Temer até agora? Apesar de ter estado com Dilma por 12 anos, vejo que Temer pode trazer algo novo. Acho que ele tem mais condições de reequilibrar o processo econômico, barrar a inflação. Mas também me preocupo porque está gastando muito. Embora eles digam que tudo

isso estava previsto, eu acho que eles estão abrindo um flanco muito perigoso. E ele vai nos dar uma travessia porque já não é mais a esquerda no poder. Vai nos obrigar a buscar alternativas. Na Comissão Especial do Impeachment, o senhor disse que também está perdendo muito prestígio internacional. É onde realmente eu estou perdendo, é no prestígio que construí no exterior: as cartas que recebo de grandes personalidades. Lá fora fica a impressão de que estão tirando a presidente. Ninguém sabe quem é Sergio Moro, ninguém sabe que tem presos do PT, pedalada. Então o que é que se sabe: a presidente [que é] do PT que tem uma simpatia muito grande, o ex-presidente Lula que ainda é muito respeitado e é um mito. Para eles é como se estivesse tirando o Mujica [ex-presidente do Uruguai] ou o papa Francisco.

'Impeachment é uma coisa natural na democracia', diz Michel Temer

GUSTAVO URIBE DE BRASÍLIA 25/08/2016 16h31

O presidente interino, Michel Temer, negou nesta quinta-feira (25) que esteja nervoso com a fase final do processo de impedimento da presidente afastada, Dilma Rousseff, e afirmou que o impeachment é "uma coisa tão natural na democracia". Na história do país, contudo, houve apenas a abertura de dois processos de impeachment pelo Congresso Nacional: do ex-presidente Fernando Collor de Mello, que renunciou ao cargo, e agora de Dilma Rousseff. A afirmação do peemedebista foi feita após cerimônia de acedimento da tocha paraolímpica, no Palácio do Planalto. Em entrevista à imprensa, o presidente interino foi questionado se estava nervoso com a última etapa do processo de impeachment, iniciada nesta quinta-feira (25) pelo Senado Federal. "Imagine. É uma coisa tão natural na democracia", disse. Na quarta-feira (24), ao ser questionado pela Folha, o peemedebista já havia negado nervosismo e indicou estar seguro de que já tem os votos necessários para que assuma definitivamente o comando do Palácio do Planalto. Perguntado sobre quantos votos acredita ter a seu favor, ele foi direto e sucinto: "Cinquenta e quatro". Para que a petista tenha o mandato cassado, é necessário o voto de pelo menos 54 dos 81 senadores no julgamento que deve concluído no dia 30 ou na madrugada do dia 31. Apesar de trabalhar intensamente pela aprovação do impeachment, e nos bastidores contar com um apoio maior do que os 54 votos necessários, o peemedebista nunca havia explicitado a certeza da vitória antes. A expectativa do Planalto, nos bastidores, é ter até 63 votos pelo impeachment —quatro a mais em relação à votação que deu aval para o julgamento da petista. Para chegar a esse placar estimado, o governo tem trabalhado, por exemplo, para conseguir o apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e dos senadores Otto Alencar (PSD-BA) e Elmano Férrer (PTB-PI). O primeiro não votou e os dois últimos se posicionaram contra o afastamento.

Impeachment sem legitimação

Pablo Holmes, 26/09/2016 02h00

Em artigo publicado nesta Folha, o professor João Maurício Adeodato procura justificar juridicamente o processo de impeachment de Dilma Rousseff. O autor parece se inspirar na teoria dos sistemas do sociólogo alemão Niklas Luhmann, mas nesse intento comete equívocos teóricos graves. Primeiramente, o autor não observa que a legitimação procedimental, no Estado democrático, depende de um "apoio generalizado" ao procedimento. Para haver isso, também os derrotados têm que aceitar e reconhecer o processo como legítimo, embora insatisfeitos com o conteúdo final da decisão. Se este é amplamente contestado, pode ocorrer carência de legitimação e, em casos limite, até mesmo desobediência civil. Outro grave equívoco consiste na simplificação do conceito de legitimação como resultado de puro formalismo, mesclando-o estranhamente com uma situação em que autoridades podem decidir quase como queiram. Em democracias não há valores morais absolutos, todavia as regras materiais do jogo político precisam ser respeitadas, caso não se queira produzir igualmente conflitos generalizados, ilegitimidade crônica ou transitar para formas ditatoriais. Imaginemos, por exemplo, que um líder carismático fizesse aprovar pelo Congresso emenda constitucional que abolisse

a propriedade privada ou o direito de voto de afrodescendentes. "Autoridade competente" e "rito de elaboração" não seriam capazes de "legitimar" tal emenda, pois ela violaria várias cláusulas pétreas. Se o Judiciário viesse a chancelá-la, seria difícil não admitir violados os direitos fundamentais e a segurança jurídica. Nesse novo regime, os donos do poder poderiam impor sua vontade de modo autoritário, servindo-se do direito como bem entendessem. Não se poderia mais falar em "legitimação pelo procedimento", muito menos em "democracia", apenas em ditadura com apoio popular. No caso do impeachment da presidenta, o "procedimento" foi amplamente contestado, no Brasil e no exterior, por ser considerado um mero ritual imposto por maioria política eventual. Faltou "apoio generalizado" em vários momentos do processo, com acusações de que se teriam violado os direitos da acusada, sobretudo porque vários julgadores votaram pela condenação, mas admitiram explicitamente não haver crime de responsabilidade. Os protestos políticos se seguiram também à decisão, questionando o respeito a regras formais e materiais do procedimento. Enfim, na sua tentativa de mesclar "formalismo" jurídico com "decisionismo" político, Adeodato propõe uma legitimação procedimental "sui generis". Por trás dela, encontra-se não o modelo democrático, mas o "decisionismo" do filósofo e jurista alemão Carl Schmitt. Na década de 1930, afirmava que a legitimidade de qualquer decisão de Hitler advinha do fato de ele ser detentor do poder.

"Dominantes e decisivas não são as visões e concepções em termos gerais, mas as visões de seres humanos de determinado tipo. No Estado alemão do presente, o movimento nacionalsocialista tem a liderança. Portanto, a partir dos princípios deste, deve ser determinado o que são bons costumes, boa-fé, exigências razoáveis, segurança e ordem pública etc." PABLO HOLMES, doutor em sociologia pela Universidade de Flensburg (Alemanha), é professor de teoria política na Universidade de Brasília

Artigo de opinião: 'Natureza do impeachment', por Antonio Anastasia

BRASÍLIA — A origem do processo de impeachment encontra-se na tradição jurídica inglesa, mas foi nos Estados Unidos que o instituto se desenvolveu e se expandiu para outros países, tal como no caso brasileiro. O maior fundamento de processos dessa natureza está justamente na concepção de que o Chefe do Poder Executivo, no regime presidencialista, não é um monarca absoluto. Existem limites, constitucionalmente previstos, para sua atuação que devem ser observados. Entre estes temas, destaca-se a questão orçamentária. Aliás, a origem do controle sobre o poder absoluto do soberano surge, exatamente, na imposição de limites ao poder de tributar e na consequente alocação das despesas públicas em consonância com os limites impostos pelo Poder Legislativo. Não sem razão, portanto, a desobediência à Lei Orçamentária foi um dos tópicos constitucionais protegidos contra a ação desmedida do Poder Executivo (artigo 85, inciso VI, da Constituição Federal).

A figura jurídica que leva ao processo de impedimento denomina-se crime de responsabilidade, mas, a despeito da denominação "crime", não se insere no âmbito do Direito Penal, por se tratar de uma infração político-administrativa, constitucionalmente prevista. A sanção para sua ocorrência, após o devido processamento, é a perda do mandato e a inabilitação para exercício de função pública por oito anos.

O rito do impeachment está previsto na Lei 1079/50, mas foi todo recentemente detalhado por decisão do Supremo Tribunal Federal, que é o guardião dos aspectos formais deste processo. Todavia, quanto ao mérito, a decisão é exclusiva do Poder Legislativo, convertido em órgão julgador. Este, inclusive, foi o entendimento do ministro Lewandowski no Mandado de Segurança nº 30.672/DF: "Questões referentes à conveniência ou ao mérito dessas denúncias, na esteira dos pronunciamentos deste Tribunal, não competem ao Poder Judiciário, sob pena de substituir-se ao Legislativo na análise eminentemente política que envolvem essas controvérsias".

O atual processo de impeachment vem seguindo fielmente este rito, sem qualquer nódoa ou mácula. Todos os aspectos formais estão sendo atendidos, e a defesa tem tido ampla oportunidade de manifestação. Pela análise constante do parecer da Comissão Especial, de minha relatoria, estão presentes todos os elementos necessários para a admissibilidade, que é a atual etapa, objeto da deliberação do plenário do Senado Federal desta tarde. Não há ainda julgamento ou condenação, tão somente o reconhecimento dos indícios suficientes para a abertura do processo, quando, aí sim, na devida fase probatória, todo o alegado, quer pela acusação, quer pela defesa, será comprovado ou não.

O combate à corrupção nos governos do PT

Pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada em novembro de 2015, mostrou um dado importante: pela primeira vez, desde que a série histórica teve início em 1996, a corrupção superou a saúde, a educação e a segurança pública, e passou a ser o maior problema do Brasil, na percepção dos brasileiros. Muitos se apressaram a concluir que houve aumento da corrupção no país. Será essa a realidade?

A corrupção está presente no Brasil desde 1500. Porém, devido à omissão da história oficial, a informação não chegou completa ao nosso conhecimento. No entanto, há pesquisas, relatos e estudos críticos que revelam, por exemplo, o envolvimento de muitas lideranças políticas em escândalos de corrupção ao longo dos tempos.

Na última década, as atuações da Polícia Federal e do Ministério Público passaram a ser mais vigorosas, com o aumento das investigações e punições a quem pratica atos ilícitos.

Mesmo com um longo caminho a ser percorrido, atestamos que o momento atual é muito diferente de um passado recente, em que os escândalos de corrupção eram jogados para debaixo do tapete ou para dentro das gavetas da impunidade. Isso explica, em certa medida, por que a percepção dos brasileiros sobre a corrupção era menor anos atrás.

Com o aumento do combate à corrupção, cresceu também a exposição do tema em todos os meios sociais. Soma-se a isso a tentativa perversa de desestabilizar o atual governo. Esta ação articulada tem o protagonismo de setores importantes da mídia, de lideranças da direita brasileira ligadas aos partidos, a órgãos de investigação e da Justiça, que trabalham para colar nas imagens do governo e do PT toda a responsabilidade pela corrupção praticada no Brasil nos últimos anos.

Para isso, promovem vazamentos de denúncias — sem provas — contra pessoas ligadas ao governo, escondem investigações e denúncias contra membros da oposição, além de investigarem e punirem seletivamente.

Embora na atualidade haja no país maior combate à corrupção, os erros cometidos por alguns membros do governo federal e do PT serviram de combustível e álibi para a direita construir a tentativa de golpe. É absurda e imoral a ação que tenta responsabilizar um governo, e um partido, por todos os problemas de corrupção no Brasil.

Devemos admitir os erros cometidos por alguns membros dos governos do PT, mas não podemos permitir retrocessos e nem a interrupção do processo de consolidação da democracia brasileira.

Defendo com firmeza que todos os que tiverem envolvimento comprovado com práticas de corrupção, de todos os partidos, devem ser punidos exemplarmente.

Helder Salomão é deputado federal (PT/ES)

Impeachment no Estado democrático

09/09/2016 02h00

Numa definição simples e realista, o Estado democrático de Direito se qualifica a partir da independência do jurídico em relação ao político. O jurídico é o que se chama, tecnicamente, de procedimento. O procedimento democrático se caracteriza por tornar secundário o "resultado", o que efetivamente se decide, privilegiando quem decide (o que os juristas denominam "autoridade competente") e como se decide (o "rito de elaboração"). Consequentemente, argumentos sobre o resultado -não importa o que adversários e defensores achem de sua justiça moral, política, religiosa etc.- são ignorados pelo direito. Dentre esses argumentos frágeis, quero ressaltar três, muito utilizados nos recentes eventos. 1) "O impeachment foi um golpe de Estado." Esse argumento se tornou mais obsoleto ainda na medida em que a própria ex-presidente, seus assessores e os políticos que a apoiavam participaram do procedimento. Os defensores da tese alegam que "não houve" o alegado "crime de responsabilidade fiscal" e o Tribunal de Contas da União "mudou seu entendimento" sobre o caso, dentre vários outros similares. Ora, o sistema jurídico diz, simplesmente, que quem determina a ocorrência dos fundamentos são as autoridades designadas: a Câmara dos Deputados, o Senado e o

Supremo Tribunal Federal. Como essas autoridades divergem, o sistema jurídico também prevê a sequência, o prazo, o quórum e demais partes dos ritos para que essas autoridades se pronunciem. Eventuais falhas passadas ou modificações futuras do procedimento podem ser questionadas e decididas, também por meio de autoridades competentes e ritos de elaboração. Eu, por exemplo, em que pesem os descabimentos do antigo governo e meu desprezo pessoal pela imensa maioria das autoridades da República nos três Poderes, sempre me pronunciei contra o impeachment. Infelizmente, a Constituição não me colocou como parte do procedimento. 2) "Os políticos que julgaram a presidente são menos honestos do que ela. Réus, corruptos, dilapidam a nação." Sem dúvida, esses argumentos de conteúdo ético são procedentes e verdadeiros: talvez nenhum país no mundo contemporâneo, fora da periferia abaixo da linha da miséria, tenha um corpo político de tão baixa qualidade quanto o Brasil. Há, contudo, uma falha nesse raciocínio: a qualidade moral ou técnica das autoridades competentes não fazem parte do procedimento. Ao contrário, essas autoridades competentes foram designadas por outros procedimentos constitucionais legítimos para determinar o impeachment. São os representantes do "povo". Essa segunda linha de frágil argumentação defende a "vontade do povo" como fonte de legitimidade em um momento (elegeu Dilma Rousseff) e a ignora em outro (elegeu deputados e senadores que decidiram, por esmagadora maioria, pelo impeachment). Mais uma vez: o "povo" é uma ficção jurídica cuja "vontade" se realiza (deixa de ser ficção para se tornar realidade) no procedimento. 3) "O impeachment contraria a vontade popular que elegeu a presidente." Essa é a linha mais fraca, se é possível compará-las, a que mais demonstra ignorância jurídica. O impeachment, em sentido geral, foi criado, precisamente, para se sobrepor ao procedimento da vontade popular que elegeu o Executivo. Ou seja, em qualquer Constituição que o abrigue, ele existe somente para destituir eleitos. Isso é o direito no presidencialismo democrático. A civilização ocidental criou a democracia e seu procedimento justamente por causa das divergências inconciliáveis de opinião na sociedade. Regimes não democráticos se caracterizam por não respeitar o procedimento, por colocar perspectivas de justiça deste ou daquele grupo social acima das autoridades e ritos constituídos. Não há democracia acima do procedimento. Uma solução a longo prazo é melhorar a qualidade das pessoas concretas (educação), para assim melhorar a qualidade do "povo" e de seus políticos. E, por que não, modificar os procedimentos. Que o Brasil melhore com essa crise.

OAB declara apoio ao impeachment da presidente Dilma

18/03/2016 20h42 - Atualizado às 22h02

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) vai apoiar o impeachment da presidente Dilma Rousseff. A decisão foi tomada nesta sexta-feira (18) pelo Conselho Federal da entidade e foi apoiada por 26 votos favoráveis e dois contrários. Apoiaram o afastamento de Dilma as bancadas do: AC, AL, AP, AM, BA, CE, DF, ES, O, MA, MT, MS, M, PB, PR, PE, PI, R,RN,RS, RO, RR, SC, SP, SE, TO. A bancada do Pará e ex-presidente da OAB Marcelo Lavenere, membro honorário vitalício, foram os dois votos contrários. Agora, a diretoria da OAB vai avaliar se apresenta um novo pedido de impeachment ao Congresso, se apoiam o que está em análise na Cmara, ou as duas opções. O presidente da OAB, Claudio Lamachia, disse que a decisão da entidade foi técnica, tomada a partir de provas recolhidas, mas que não deve ser comemorada porque o desejo da ordem era que o governo estivesse apresentando bons resultados à sociedade. Os conselheiros aprovaram o parecer da comissão que analisa o pedido de afastamento de Dilma apresentado pelo o advogado Eric Venâncio que foi favorável ao processamento da petista por suposto cometimento de crimes de responsabilidade. Em seu relatório, ele apontou que Dilma cometeu crime de responsabilidade em três situações: suposta interferência na Operação Lava ato - como apontou a delação do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), pelas pedaladas fiscais (atrasos nos repasses feitos pelo Tesouro aos bancos públicos para cobrir despesas com subsídios e programas sociais) e renúncia fiscal concedida para a realização da Copa do Mundo de 2014. A nomeação do ex-presidente Lula, também investigado na Lava ato, foi considerada uma "ingerência" da presidência, por indicar que houve uma tentativa de levar as apurações do petista para o STF (Supremo Tribunal Federal). "Essas condutas demonstram de forma clara que a presidente se afastou de seus deveres constitucionais, incorrendo em crimes de responsabilidade, que devem ser sim apurados pela via do processo de impeachment", disse o relator. Venâncio afirmou que a Ordem

não está condenando ninguém porque o julgamento é do Congresso. O ministro José Eduardo Cardozo (Advocacia-Geral da União) foi escalado para fazer a defesa de Dilma no plenário da OAB. Em relação às pedaladas, o ministro defendeu que não há fato imputável a partir disso e que as manobras fiscais ocorreram em mandato anterior, o que não permitiria processar a presidente. Para Cardozo, se houvesse algo a ser imputável, não haveria configuração da violação da Lei de Responsabilidade Fiscal. O ministro classificou de "mentira" as acusações de Delcídio, em sua colaboração premiada da Lava Jato, afirmando que Dilma teria tentando interferir junto ao STF e o ST (Superior Tribunal de Justiça) em favor de presos acusados de envolvimento com o esquema de corrupção da Petrobras. Segundo o ministro, a delação de Delcídio ainda precisa ser confirmada e não pode ser considerada como prova de irregularidade. Cardozo fez uma comparação ao impeachment do ex-presidente e senador Fernando Collor (ex-PTB-AL). "Collor teve direito a uma CPI que o investigasse. Nós pedimos só o direito a sermos investigados antes que esse colegiado tome decisão inclusive fazendo referência a provas que nós advogados sempre repudiamos", disse.

Defesa de Dilma deve recorrer ao Supremo

31/08/2016 13h35 - Atualizado em 31/08/2016 14h40

A posse de Temer na Presidência da República vai ser realizada, às 16h, no plenário do Senado. A decisão de afastar Dilma definitivamente do comando do Palácio do Planalto foi tomada na primeira votação do julgamento final do processo de impeachment. A pedido de senadores aliados de Dilma, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, decidiu realizar duas votações no plenário.

Veja como cada senador se posicionou na votação sobre o afastamento de Dilma

A primeira, analisou apenas se a petista deveria perder o mandato de presidente da República.

Na sequência, os senadores apreciaram se Dilma devia ficar inelegível por oito anos a partir de 1º de janeiro de 2019 e impedida de exercer qualquer função pública.

Na votação, 42 senadores se posicionaram favoravelmente à inabilitação para funções públicas e 36 contrariamente. Outros 3 senadores se abstiveram. Para que ela ficasse impedida de exercer cargos públicos, eram necessários 54 votos favoráveis.

Veja como cada senador votou no julgamento da inabilitação de Dilma

Segundo a assessoria do Supremo, ainda nesta quarta, oficiais de Justiça notificarão a ex-presidente e o presidente em exercício Michel Temer sobre o resultado do julgamento.

Temer deve ser empossado presidente da República ainda nesta quarta, em sessão do Congresso Nacional que será realizada no plenário da Câmara.

Já Dilma deverá desocupar em até 30 dias o Palácio da Alvorada, residência oficial da Presidência, em Brasília, e terá reduzida para oito servidores sua equipe de assessores, seguranças e motorista.

Processo de impeachment

A condenação de Dilma se deu após seis dias de julgamento no Senado. Até o impeachment, houve sete votações no Congresso.

O primeiro parecer foi aprovado na comissão especial da Câmara, em 11 de abril de 2016, por 38 a 27 (veja todas as etapas do processo).

A autorização para a abertura do processo foi dada em 2 de dezembro de 2015, pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, no mesmo dia em que a bancada do PT decidiu votar pela continuidade do processo de cassação contra ele no Conselho de Ética.

Em 12 de maio, o Senado decidiu afastar Dilma, e Temer assumiu a Presidência interinamente. Desde então, o processo de impeachment passou a ser conduzido pelo presidente do Supremo.

Condenação

O pedido de impeachment contra Dilma, apresentado pelos juristas Miguel Reale Júnior, Janaina Paschoal e Hélio Bicudo, apontou que ela cometeu crime de responsabilidade ao editar três decretos de créditos suplementares sem autorização do Legislativo e ao praticar as chamadas "pedaladas fiscais", que consistiram no atraso de pagamentos ao Banco do Brasil por subsídios agrícolas referentes ao Plano Safra.

Segundo os juristas – e agora o Congresso – Dilma descumpriu a Lei Orçamentária de 2015 e contraiu empréstimo com instituição financeira que controla – o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Aliados da petista e seus advogados argumentaram, ao longo de todo o processo, que Dilma não cometeu ilegalidade e que não houve dolo ou má-fé na abertura de créditos suplementares. Além disso, que as chamadas “pedaladas” não são empréstimos, mas prestações de serviços cujos pagamentos foram regularizados após orientações do Tribunal de Contas da União (TCU).

A defesa da ex-presidente afirmou ainda que o processo de impeachment foi aberto como ato de “vingança” do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) por não ter recebido apoio da bancada do PT para barrar o processo de cassação contra ele.

Para governo dos EUA, impeachment seguiu ordem constitucional

31/08/2016 15h4

O afastamento definitivo da presidente Dilma Rousseff seguiu o ordenamento constitucional, considera o governo dos EA, que espera manter a "forte relação bilateral" e avançar em temas de interesse mútuo. A declaração foi divulgada pelo Departamento de Estado pouco depois da votação do impeachment no Senado. O governo americano classificou como "essencial" a relação com o Brasil. "Imos notícias de que o Senado brasileiro, de acordo com o ordenamento constitucional do Brasil, votou para remover a presidente Dilma Rousseff do cargo. Estamos confiantes que continuaremos a forte relação bilateral que existe entre nossos países", disse John Kirby, porta-voz do Departamento. Desde a abertura do impeachment, o governo americano tem mostrado cautela, mas com elogios à solidez das instituições brasileiras e reiterando que o impeachment seguia as regras da democracia e da Constituição. "Como as duas maiores democracias do hemisfério, Brasil e Estados Unidos são parceiros comprometidos. Os Estados Unidos cooperam com o Brasil para encarar temas de interesse mútuo e os desafios mais urgentes do século 21. Planejamos continuar essa colaboração essencial". Antes da votação, o governo mostrava-se disposto a fazer um recomeço nas relações com o Brasil, com a expectativa de que a colaboração em diversos temas possa ser retomada depois que a incerteza dos últimos meses passar.

Julgamento do impeachment terminará até 2 de setembro

Cristiane Jungblut, 31/07/2016

Sessão no Senado começa no dia 29 de agosto, segundo Lewandowski

O julgamento do impeachment de Dilma começará em 29 de agosto e terminará até 2 de setembro, segundo cronograma definido pelo presidente do STF, que comanda o processo. -BRASÍLIA- O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, acertou com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que o julgamento final da presidente afastada, Dilma Rousseff, começará em 29 de agosto, com o término previsto para 2 de setembro. Caso Dilma seja definitivamente afastada, Michel Temer poderá viajar para a reunião do G-20, na China, a partir de 6 de setembro, não mais na condição de ocupante interino do Palácio do Planalto.

Pelas regras do processo de impeachment, Lewandowski preside o processo, desde o afastamento de Dilma. O cronograma foi relevado ontem pelo site do GLOBO e confirmado pelo Supremo, em nota. Segundo técnicos que participaram das discussões, a data foi escolhida por ser uma segunda-feira, já que os senadores não costumam trabalhar em finais de semana.

APROVAÇÃO, SÓ COM 54 VOTOS

Dilma está afastada desde 12 de maio, quando o Senado aprovou a abertura do processo de impeachment contra a petista, confirmando a decisão da Câmara dos Deputados. Pela legislação, ela

pode ficar afastada até 180 dias. O impeachment tem que ser aprovado por dois terços dos senadores, ou seja, por pelo menos 54 dos 81 parlamentares.

O Palácio do Planalto considera fundamental a conclusão do impeachment antes de 6 de setembro, quando haverá o encontro do G-20. Temer quer viajar tranquilo, já como presidente efetivo. O presidente do STF também quer concluir o cronograma dentro dos prazos legais, até porque seu mandato à frente da Corte acaba em 10 de setembro.

Desde o início, o único consenso entre aliados de Dilma e os defensores do impeachment é sobre a conclusão do processo na gestão de Lewandowski. A ministra Cármen Lúcia deverá tomar posse como nova presidente do STF em 14 de setembro.

Assessores de Lewandowski ressaltam que o ministro tem cobrado o estrito cumprimento do cronograma legal e que não há qualquer tentativa para atrasar o processo. Em nota, o Supremo disse que “as decisões do presidente do STF, no exercício da presidência do processo de impeachment, notadamente sobre rito e o calendário, são regidas pela Constituição Federal e pela lei 1.079/ 50 (a chamada Lei do Impeachment), não cabendo interferências em questões alheias aos requisitos técnicos”. Além disso, é tido como base o rito adotado em 1992, no processo de impeachment do então presidente Fernando Collor.

NÚMERO DE TESTEMUNHAS CAI

Como presidente do processo de impeachment, Lewandowski comandará as sessões do Senado nesta fase final. Na prática, há três grandes votações no Senado: a aprovação da abertura do processo, que ocorreu em 12 de maio; a sentença de pronúncia, quando o Senado dirá se há elementos para o julgamento; e o julgamento definitivo de Dilma.

Lewandowski presidirá as sessões da sentença de pronúncia e o julgamento final. Já há negociações entre defesa e acusação para que seja reduzido o número de testemunhas no julgamento final, chegando a cinco para cada lado. Renan presidiu a primeira sessão (a de abertura do processo) e disse que não votaria nas outras duas ocasiões. Ele foi aliado até o último momento de Dilma, mas, recentemente, aproximou-se de Temer.

PARECER DE ANASTASIA

Todos os prazos legais terminarão em 25 de agosto. O julgamento final poderia ser marcado para o dia seguinte, uma sexta-feira. Porém, os senadores avisaram que não querem passar o final de semana debatendo o assunto. Lewandowski concluiu que será melhor iniciar o julgamento no dia 29, uma segunda-feira.

Na próxima terça-feira, o processo de impeachment entra numa fase decisiva. Nesse dia, o relator do processo de impeachment na comissão especial, senador Antonio Anastasia (PSDBMG), lerá seu relatório final, a chamada sentença de pronúncia. Em 4 de agosto, o parecer de Anastasia será votado na comissão.

SESSÃO PODE DURAR 20 HORAS

Em 9 de agosto, o Senado então votará o parecer de Anastasia, que deverá reafirmar que há elementos para o julgamento de Dilma. Segundo o acerto, Renan abrirá a sessão às 9h e passará os trabalhos a Lewandowski, que explicará as regras da votação. A expectativa é que a sessão dure de 15 a 20 horas, como a que ocorreu em maio. O parecer, mais uma vez, precisa ser aprovado por maioria simples, ou seja, pelo menos 41 dos 81 senadores.

Ao final da sessão de pronúncia, Lewandowski determinará a intimação para que a acusação apresente em 48 horas o libelo acusatório e para que a defesa, 48 horas depois, apresente sua contradição.

O Planalto já contabiliza uma maioria para aprovar o impeachment. A ideia é ter os 54 votos já na votação do dia 9, para mostrar força.

Impeachment cabe ao Legislativo, diz Barroso

Relator do tema na Corte também defendeu que processo não é golpe, como já fizeram três ministros

Eduardo Bresciani, Em 29/03/2016 ÀS 11:27

BRASÍLIA – O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso afirmou ontem que a Corte não tem pretensão de fazer juízo de mérito sobre o processo do impeachment da

presidente Dilma Rousseff, ou seja, de avaliar se houve a prática de crime de responsabilidade. Barroso, que foi relator do tema na Corte, afirmou que o processo não pode ser chamado de golpe, enquanto o presidente da Corte, Ricardo Lewandowski, por sua vez, afirmou que tal expressão não cabe no debate jurídico. Os ministros Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Celso de Mello já se posicionaram publicamente refutando que impeachment possa ser reconhecido como um “golpe”. Barroso e Lewandowski receberam ontem deputados da Comissão do Impeachment em reuniões abertas à imprensa. O relator afirmou aos deputados que a decisão do STF sobre o rito devolveu o assunto às mãos dos parlamentares e que cabe a eles decidir o futuro de Dilma.

– O que os senhores decidirem vai prevalecer, na Câmara e no Senado. O Supremo não tem pretensão de fazer juízo de mérito nessa matéria – afirmou Barroso.

‘UM INEVITÁVEL FLA-FLU’

O ministro afirmou que impeachment não é “golpe”, que há um “inevitável Fla-Flu” sobre o tema e que cabe à Corte o papel de árbitro da disputa.

– Impeachment não é golpe, é um mecanismo previsto na Constituição para afastar presidente da República, mas se impõe respeito à Constituição e às normas estabelecidas – disse o ministro.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, afirmou que a expressão “golpe” utilizada pelo governo para contestar o processo de impeachment, pertence ao debate político e não ao andamento jurídico do tema.

– Golpe é uma expressão que pertence ao mundo da política, nós aqui usamos apenas expressões do mundo jurídico – afirmou Lewandowski, após se reunir com deputados da comissão do impeachment.

O presidente ressaltou que a Corte, na decisão que proferiu sobre o impeachment, se limitou a reafirmar a jurisprudência do processo de 1992, que levou à saída do presidente Fernando Collor de Mello. Disse ainda que o objetivo da decisão tomada pelo STF não foi afrontar a forma como a Câmara conduzir o processo, mas colaborar com o andamento dos trabalhos. Ele reconheceu que podem haver novos questionamentos sobre o processo. Afirmou que caso isso ocorra a Corte se posicionará com celeridade. O ministro disse ainda aos parlamentares que é necessário serenidade e trabalhar para evitar conflitos no andamento do processo.

Participaram das reuniões no STF o presidente da Comissão do Impeachment, **Rogério Rosso(PSD-DF)**, o relator, Jovair Arantes (PTB-GO), e os demais integrantes da mesa do colegiado, Carlos Sampaio (PSDB-SP), Maurício Quintella Lessa (PR-AL) e Fernando Coelho Filho (PSB-PE). O relator ressaltou que a intenção é levar os trabalhos de forma a evitar que o tema retorne para discussão no STF.

– Estamos agindo com isenção e não vamos dar oportunidade de que isso aconteça cometendo qualquer erro premeditadamente – afirmou Jovair.

O presidente da comissão afirmou que sua intenção é continuar levando o trabalho adiante com cautela, serenidade e respeito às instituições.

Na Câmara, o presidente Eduardo Cunha (PMDB-RJ) manteve ontem a decisão tomada pela comissão especial do impeachment na semana passada de não incluir a delação premiada do senador Delcídio Amaral na análise do processo contra a presidente. Em decisão lida no plenário, Cunha afirma que não cabe à Presidência da Casa interferir em decisão tomada pela comissão especial e que ao colegiado definir que documentos irão compor a análise. O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) queria que a delação fosse considerada por entender que ela é “pública e notória”

Depois de ouvir a decisão de Cunha, o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) anunciou que também recorrerá à CCJ contra ela, para evitar qualquer manobra de retirada do pedido. A CCJ ainda não foi instalada na Casa e isso só deverá acontecer na próxima semana.

Cunha minimizou as críticas do PT, que pede que a presidente seja novamente notificada em função da retirada dos documentos de Delcídio.

Senador não declara posição, mas indica que votará contra Dilma.

O senador Fernando Collor (PTC-AL), alvo de impeachment em 1992 e que ainda não declarou como votará no caso de Dilma Rousseff, ocupou ontem a tribuna do Senado e fez críticas ao governo petista, dando a entender que votará pelo afastamento. Atento, o plenário fez um silêncio incomum para ouvir a fala do senador.

Collor disse que o impeachment “é um remédio constitucional de urgência no presidencialismo quando o governo, além de cometer crime de responsabilidade, perde as rédeas do comando político e econômico do país”.

O senador afirmou que, quando passou pelo processo de impedimento, foi forjada uma situação inexistente.

— Forças conjugadas simularam uma crise política de governabilidade, forjaram uma instabilidade econômica que não existia e transformaram hipotética infração comum em crime de responsabilidade do presidente.

COMPARAÇÃO DE PROCESSOS

Para ele, o cenário agora é outro:

— Hoje a situação é completamente diversa: além de infração às normas orçamentárias, o governo afastado transformou sua gestão numa tragédia anunciada. É o desfecho típico de um governo que faz da cegueira econômica o seu calvário, e da surdez política o seu cadafalso. Isso até poderia ensejar um golpe de Estado clássico para solucionar uma aguda crise política. Não foi o caso — afirmou o ex-presidente da República.

Citando documentos históricos, Collor finalizou o discurso dizendo que, hoje, o país não vive “um clima de golpe”.

— Fazendo minhas hoje as palavras de dois documentos daquele período. O primeiro diz que a constatação de que a crise que abala a nação não é nem fantasiosa nem orquestrada, mas originada do próprio Poder Executivo, que se torna assim o único responsável pela ingovernabilidade que ele mesmo criou — afirmou.

Collor citou ainda um segundo documento, redigido pela OAB, em 1992, e disse que o que ocorre hoje são “inúmeras dissimulações”.

— O país não vive qualquer clima de golpe. O que o povo brasileiro deseja é decência e firmeza traduzidas na transparência e probidade no trato da coisa pública. Faço minhas hoje essas palavras: Ontem, eram inúmeras as simulações; hoje, inúmeras são as dissimulações.

Cristovam sinaliza pelo impeachment e diz que não teme rótulo de golpista

O senador Cristovam Buarque, que foi ministro da Educação e deixou o PT

MARIANA HAUBERT GABRIEL MASCARENHAS DE BRASÍLIA 04/08/2016 13h57

Tido como um dos senadores indecisos que poderiam definir o placar do impeachment, Cristovam Buarque (PPS-DF) afirmou nesta quinta (4) que não irá "votar com medo nem mesmo de ser chamado de golpista" durante seu discurso na Comissão Especial do Impeachment. O senador sempre evitou declarar claramente como iria votar no julgamento final da presidente afastada, Dilma Rousseff, mas hoje ele sinalizou posição favorável ao impeachment ao rebater uma fala do líder do PT, Humberto Costa (PE), que comparou o atual processo contra Dilma com o golpe militar de 1964. Ao comparar a situação atual com a do então presidente João Goulart, que foi deposto pelo golpe, Cristovam afirmou que hoje em dia não existem tanques de guerra nas ruas, o direito de defesa foi garantido e um comando militar não tutela o Congresso Nacional. "O Comando Militar em 64 não deu 180 dias para o Parlamento julgar o presidente sob o controle, o comando do Superior Tribunal Militar.

Texto 33.

‘A esquerda e Lula perderam a credibilidade’, diz fundador do PT

Francisco de Oliveira diz que impeachment de Dilma não é golpe, mas aposta que ele não se concretizará

03/04/2016 - 06:00

Para Francisco Oliveira, a iniciativa de tornar Lula ministro “foi uma manobra infeliz”, por tornar evidente a tentativa de salvar o ex-presidente

SÃO PAULO — Aos 82 anos, sociólogo e fundador do PT Francisco de Oliveira diz que impeachment de Dilma não é golpe, mas aposta que ele não se concretizará.

O senhor entende, como dizem os defensores do governo, que o impeachment de Dilma é golpe?

É um jogo pesado mas não é golpe. Não tem as características institucionais de um golpe, é apenas um jogo extremamente pesado. O processo de perda de credibilidade do Lula é o que deveria preocupar mais o PT. Dilma se salvará do impeachment. É difícil reunir a quantidade de votos necessários para derrubá-la. Fazer declarações é uma coisa, mas, na hora de votar, o que acontece é outra. Agora, a direita está muito forte. O governo Dilma está acabado, independentemente do resultado de impeachment. O governo está apenas cumprindo prazos, os quatro anos constitucionais que lhe cabem, mas Dilma está muito desgastada, não tem mais força política para nenhuma iniciativa, não vai aprovar nada no Congresso. O difícil é saber o que vem depois disso, em 2018.

O que o senhor achou da nomeação de Lula para o ministério da presidente Dilma?

Foi uma manobra infeliz. Quem tem a experiência do Lula não pode cometer um passo em falso desses. Ficou muito evidente que era uma jogada para salvar o próprio Lula e o governo. Isso político experiente não faz, fica muito na cara! E deu tudo errado. Foi surpreendente, o Lula não é um aprendiz, está lá há 50 anos. Só o que explica é o desespero para tentar segurar o governo, o que também é uma bobagem, já que o governo Dilma não existe mais.

Que erros levaram o PT ao ponto em que está?

Há uma forte acusação ao PT que se reflete em cima do Lula, que de fato não conseguiu formar um partido. A explicação é que ele personalizou tanto o partido que na prática o PT não existe. Quem são os quadros do partido? José Dirceu está na cadeia, Genoino apagou-se, a saída da Marta foi uma perda inominável. O (prefeito Fernando) Haddad é um universitário, ele não tem uma pegada forte. Para ser referência, ele teria que perder o ar acadêmico, esse estilo de falar, e ser mais populista. Não sobrou nem surgiu ninguém, então eles primeiro recorreram a Dilma e, depois, sempre o recurso único foi o Lula. O PT hoje não tem ninguém, não acredito que o Lula será o candidato para 2018. O PT, que tirou a esquerda brasileira do limbo em que ela sempre vegetou e a levou à Presidência, já perdeu no confronto de forças políticas. E a esquerda voltou para o limbo. A esquerda e Lula perderam a credibilidade.

Como o senhor vê a disputa de 2018?

Da perspectiva do Lula, ele tem que fazer campanha todo dia até lá. Como ele está fazendo, tem que estar na mídia todo dia, precisa incendiar a massa para não acabar incendiado. É uma manobra tática muito arriscada do Lula se lançar candidato, ninguém pode garantir o que acontecerá até lá, mas acho improvável isso se confirmar. O Lula está tentando reaglutinar as forças, organizar a tropa. E espera que o pau coma do lado adversário, o que também pode acontecer, porque (José) Serra, (Geraldo) Alckmin e Aécio (Neves) precisam decidir quem comanda a articulação de oposição. Isso vai desgastá-los. Mas, de qualquer maneira, o cabeça da oposição terá grande chance de ganhar.

Qual a sua interpretação sobre a saída do PMDB do governo?

O PMDB é isso que sempre foi, uma aglutinação heterogênea que nunca define chapa de cabeça. A ruptura não é para valer. O PMDB embaralha as cartas mas não as dá. Ele é um agregado, não forma forças nacionais. Quem acredita no (vice-presidente Michel) Temer? Quem se entusiasma com ele? O risco para o PT não é o PMDB, são os tucanos. Não é à toa que o Serra voltou a aparecer. Ele é um risco real para o PT, é um político competente, duro e contundente. Está sempre com os dados na mão.

Como seria um eventual governo Temer, caso Dilma seja impedida?

Não vai fazer nada, vai ser um refém das forças que fizeram o processo contra Dilma. Vai ser um governo fraco, incapaz de formulações. Até porque a somatória dessas forças anti-PT é muito heterogênea, aquilo é um saco de gatos. Os próprios tucanos não lideram nem definem as diretrizes em um governo Temer. Aquele programa “Uma ponte para o futuro” é meramente formal. Se você me pedir, eu faço um programa daqueles em meia hora aqui nessa mesa.

Marina Silva desponta como uma candidata forte em 2018?

Não. A Marina, com essa história de sustentabilidade, não comove ninguém, não tem apelo popular. Em política, ou você dá um murro na mesa, ou sai da frente. Ela é uma preferência civilizada do eleitor, mas não passa disso.

Qual é a sua avaliação sobre a Operação Lava-Jato?

É evidente que (o juiz) Sérgio Moro está fazendo uma opção política. Quem quiser acreditar que ele está orientado pela busca da verdade jurídica, que acredite, mas estamos assistindo a uma operação política poderosa. Ele não dorme de touca e sabe que está tirando a credibilidade do Lula, que é o alvo, e do PT e beneficiando o PSDB. Isso ficou claro no episódio do áudio entre Lula e Dilma, muito embora a conversa seja de uma ingenuidade gigantesca da presidente. Como dois políticos experimentados vão ter uma conversa como essa pelo telefone?

Mas se a operação é política, quem a patrocina?

Não acho que alguém esteja patrocinando a operação com algum fim, a situação vai se desenhando. O que não tira a gravidade da coisa. Dar encaminhamento jurídico a uma disputa política é um erro.

Para Cármen Lúcia, impeachment não é golpe se Constituição for respeitada

A ministra do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia

DO RIO 23/03/2016 22h50

No Rio para receber o Prêmio Faz Diferença, do jornal "O Globo", a ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), disse, nesta quarta (23), que o impeachment não configura um golpe se a Constituição for respeitada.

A ministra comentava o pronunciamento dado pela presidente Dilma Rousseff na última terça-feira (22) no qual ela afirmou que "o que está em curso é um golpe contra a democracia.

"Não ouvi [o discurso], mas tenho certeza que a presidente deve ter dito que, se não se cumprir a Constituição, poderia haver algum problema. Não acredito que ela tenha dito que impeachment é golpe porque ele é previsto na Constituição. O que não pode acontecer é que não se observe as regras constitucionais", disse a ministra.

Cármen Lúcia disse ainda que não vê as declarações da presidente como uma crítica ao rito do impeachment, aprovado pelo STF.

"Acredito que ela tenha querido fazer apenas um alerta para que se observem as leis da República, e isso, com certeza, num estado democrático, será observado."

A ministra também negou ver politização na Lava Jato. "Estão sendo observadas rigorosamente a Constituição e as leis."

Tampouco vê abusos na atuação do Judiciário. "A atividade do Judiciário é acionada pelos cidadãos. O Judiciário não atua isoladamente, de ofício, é por provocação. Então, quando se fala em ativismo judicial, é que o Judiciário ultrapassaria, e não há demonstração nenhuma de que isso esteja acontecendo."

A ministra recebe na cerimônia desta quarta o prêmio de personalidade do ano por sua atuação como relatora da ação que derrubou no STF, por nove votos a zero, a exigência de autorização prévia para a publicação de biografias no Brasil

Ministro esperava ter mais votos; oposição comemora

Comissão especial aprova apreço pelo afastamento da presidente Dilma Foto: Jorge William / Agência O Globo

BRASÍLIA - Petistas e oposição comemoraram resultado na comissão especial do impeachment, que aprovou o parecer do relator Jovais Arantes pelo afastamento da presidente Dilma. Foram 38 votos a favor e 27 contra. Apesar da derrota na Comissão por uma diferença de 11 votos, os petistas comemoraram o fato de a oposição não ter obtido dois terços dos votos na Comissão, o que mostra, segundo eles, poder de recuperação do governo para a votação no plenário, que deverá ocorrer no próximo domingo. O relator do impeachment, Jovair Arantes (PTB-GO), disse que sai como herói.

- Mostrou que eles não têm dois terços, e claro que isso no plenário se multiplica. Muito dificilmente eles vão alcançar 342 votos no plenário. Não foi uma derrota de jeito nenhum, é uma derrota esperada na comissão, o número bateu com o que a gente esperava, ficou com diferença de um (voto) a mais para eles - disse o deputado Wadhi Damous (PT-RJ).

Para Paulo Teixeira (PT-SP), um dos mais incisivos na luta contra o impeachment da presidente Dilma Rousseff, a oposição não alcançou seu objetivo:

- A oposição é que tem que ter dois terços e eles não conseguiram. Não alcançaram o objetivo deles, e vamos essa semana assegurar esse resultado, com um trabalho forte - afirmou o petista.

Defensores do impeachment comemoraram o resultado. O presidente nacional do PSDB considerou muito ruim para a presidente o resultado. Ele avalia que será uma semana muito tensa, mas haverá uma pressão "avassaladora" das ruas para que o impeachment seja aprovado também no plenário.

- Esse resultado vai levar a uma onda crescente de apoio ao impeachment nos próximos dias, vai funcionar como uma ventania avassaladora que vai soprar e derrubar do muro os indecisos para o lado direito da Esplanada no domingo. O resultado é muito ruim para o governo. Prova que apenas a distribuição escandalosa de cargos e benefícios não vão segurar o afastamento da presidente Dilma - disse Aécio.

O presidente do PSDB disse que, embora com um número de votos contra mais reduzido do que a aposta do governo na véspera, o resultado mostra a impossibilidade de se defender "o indefensável".

Para o líder do PSDB na Câmara, Antonio Imbassahy (BA), foi uma derrota enorme para o governo e que deverá amplificar o movimento de desembarque de partidos da base aliada.

- Os dois terços era impossível conquistarmos porque a comissão foi majoritariamente composta através de indicações dos líderes dos partidos que apoiam a presidente. Portanto, era de se esperar que o o governo ganhasse, mesmo que com uma diferença pequena. E governo perdeu com diferença expressiva que já repercutiu entre os deputados da base que se preparam para desembarcar - disse Imbassahy, acrescentando:- Foi uma derrota acachapante do governo.

Favoráveis ao impeachment, deputados do PMDB comemoravam e recebiam os parabéns nos corredores da Câmara logo após o resultado da Comissão. Para Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA), não importa se houve ou não dois terços dos deputados a favor do impedimento. Ele afirmou que esse discurso, adotado pelo PT, é "puro mimimi".

- Vejo com muita alegria, quem tinha a obrigação de vencer era o governo, eles anularam a nossa comissão e montaram uma comissão chapa branca e mesmo assim perderam. Essa história de não ter dois terços é puro mimimi.

O deputado Manoel Junior (PMDB-PB), um dos aliados do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), comemorou o resultado:

- Ganhamos por mais de dez votos, ultrapassou as estimativas. Agora vai haver pressão muito grande em cima do plenário. Não tem mais volta - comemorou, comentando ainda a decisão do líder do PMDB, Leonardo Picciani (RJ), que liberou a bancada para votar:

- Ele sentiu a bancada, você não é líder de você mesmo. Ele nos respeitou, parabéns pra ele.

PRESIDENTE DA CPI DO COLLOR SE DIZ EMOCIONADO

Presidente da CPI que investigou o então presidente e hoje senador Fernando Collor (PTC-AL) em 1992, o deputado Benito Gama (PTB-BA), um dos integrantes da Comissão do Impeachment, disse estar emocionado com o resultado obtido pela oposição. Enfrentando o seu segundo impeachment, ele afirmou ver com alegria não o momento pelo qual passa o país, mas o fato de que o brasileiro "se negou a cometer os erros do passado".

- É o meu segundo impeachment, vejo que o brasileiro não deixa que a gente volte ao passado e cometa os mesmos erros. Vejo isso com muita emoção - declarou Gama.

Na noite desta segunda-feira, 38 dos 65 deputados da Comissão do Impeachment aprovaram a abertura de processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, contra 27 votos contrários ao impedimento da petista.

Benito Gama disse que se abre agora uma "nova página" do país. Porém, para que o processo vá ao Senado, onde é dada a palavra final, ele ainda tem que ser aprovado por 342 dos 513 deputados, que votarão no plenário da Câmara no próximo domingo.

- Ela (Dilma) jurou, mas descumpriu a Constituição e deve ser responsabilizada. É uma nova página na história do Brasil - disse o petebista.

Texto 37.

Não vai mesmo ter golpe

Importante é que, seja ou não aprovada a admissibilidade do processo de impeachment da presidente Dilma, tudo transcorre sem quebra da ordem institucional

EDITORIAL, 17/04/2016

Depois de 24 anos, o país volta a se encontrar, pela segunda vez na História, com a situação limite do impeachment de um presidente da República. No caso de Fernando Collor, em 1992, estava em questão a honradez, o decoro do cargo manchado pela corrupção; com Dilma Rousseff, um crime tipificado de responsabilidade, devido ao notório desprezo da presidente pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — registrado por analistas, denunciado pela imprensa profissional pelo menos desde 2013 —, reforçado pela realização de despesas sem a aprovação do Congresso, um ato monárquico. Não se trata de “questão contábil”, como procura minimizar o advogado-geral da União, ministro José Eduardo Cardozo, defensor de Dilma no Congresso e perante o Supremo Tribunal Federal.

Entre os dois casos, há uma importante diferença: Collor, um desconhecido do eleitorado, governador de Alagoas, favorecido por um desses momentos perigosos em que a degradação da imagem da política dá chances a oportunistas que se transvestem em “salvadores” do Brasil, não contava com o suporte de qualquer partido forte. Teve de se abrigar no nanico PRN, para registrar a candidatura.

Já Dilma, brizolista, depois filiada ao PT, criatura de Lula, tem o apoio do bloco de esquerda, minoritário entre os eleitores, porém organizado. Durante os 13 anos no Planalto, no entanto, soube cooptar movimentos ditos sociais e organizações em geral, entre as quais se destacam sindicatos, com benevolente distribuição de dinheiro do Tesouro.

Além disso, o PT foi beneficiado pela decisão do primeiro governo Lula de manter as bases de uma política econômica sensata, ajudada pela sorte de haver um ciclo importante de alta de cotações de commodities. O governo aproveitou e expandiu programas sociais herdados dos tucanos, e assim Lula turbinou a popularidade. Já Collor não tinha esse apoio, nem contou com a sorte de um ciclo mundial de crescimento.

Pesquisa mostra que 61% dos brasileiros querem o impeachment, mas os 33%% do lado contrário, segundo a Datafolha, contam com máquinas — nos aparelhos encravados em segmentos da burocracia pública, em sindicatos e em movimentos ditos sociais cevados com dinheiro público. Não deverá ser uma tramitação tranquila a do impeachment, em todas as etapas.

O ponto comum entre os processos de Collor e Dilma são as instituições republicanas. Ministério Público, Polícia Federal, Judiciário e Legislativo deram, no escândalo de Collor, o primeiro exemplo de atuação, desde a redemocratização, à margem de pressões de poderosos. E dariam demonstração mais forte ainda nestes 13 anos de PT e Lula em Brasília.

Primeiro, no mensalão, e, desde 2014, com a Lava-Jato, no petrolão. Houve incontestável assalto ao dinheiro público por meio do controle de estatais (Banco do Brasil, Petrobras, Eletrobras etc.). Chegando ao ápice no petrolão, escândalo de corrupção dos maiores do planeta.

O mesmo instrumento institucional mobilizado contra Collor, por sua vez visto como das “elites”, tem sido acionado pelo Estado, também sem qualquer deslize inconstitucional, desta vez contra Dilma e companheiros, Lula incluso, num governo “popular”. As instituições precisam ser impessoais, como têm sido.

Assim como não houve golpe contra Collor, não há também contra Dilma, seja a admissibilidade do pedido de julgamento do seu impeachment aprovado hoje ou não. Qualquer que seja o resultado, a democracia representativa brasileira sairá mais forte.

Itamaraty enviou a embaixadas circulares com alerta de ‘golpe’

No mesmo dia, secretário-geral ordenou desconsiderar as mensagens Gabriela Valente

23/03/2016 - 06:00 / Atualizado em 23/03/2016 - 11:26

Ministério de Relações Exteriores tem mantido contato com outros países com interesse na região
Foto: Gustavo Miranda / Arquivo Globo

BRASÍLIA - Na última sexta-feira, dia em que manifestantes foram às ruas defender o mandato da presidente Dilma Rousseff, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) enviou telegramas a todas as embaixadas e representações do Brasil no exterior recomendando a difusão de mensagens de entidades alertando para o risco de um golpe político no país. A mensagem partiu da Secretaria de Estado de Relações Exteriores do Itamaraty (SERE). O texto pedia que cada posto designasse um diplomata para dialogar com as organizações da sociedade civil locais. A ordem acabou abortada por determinação da Secretaria Geral do Itamaraty na própria sexta-feira, mas depois que as mensagens já haviam sido disparadas para postos diplomáticos em todo o mundo.

Nos telegramas despachados de Brasília havia reprodução de comunicados que conclamavam à resistência democrática. O GLOBO teve acesso à comunicação diplomática, que já foi invalidada pelo MRE. Nesta terça-feira, o diplomata perdeu o direito de autorizar comunicações no Itamaraty, segundo revelou o colunista Lauro Jardim.

Perto do meio-dia da última sexta-feira, o Itamaraty disparou o telegrama ostensivo de número 100.752, em que pedia a designação de um servidor — de preferência um diplomata — para ficar responsável por “apoiar adequadamente” o diálogo entre o Itamaraty, a sociedade civil brasileira e a local.

— A ideia era espalhar pelo mundo que há um golpe aqui. E que os governos e a sociedade civil do mundo inteiro se solidarizassem com o PT — disse um diplomata ouvido pelo GLOBO sob a condição de anonimato.

A mensagem do Itamaraty foi enviada pelo ministro Milton Rondó Filho, responsável pela área de combate à fome do MRE. Segundo colegas de trabalho, ele é um ferrenho defensor do governo. Às 16h18, o Itamaraty enviou outro comunicado, novamente feito por Rondó. O telegrama 100.755 retransmite uma nota da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), que reúne 250 entidades. O texto começa com a seguinte frase: “É momento de resistência democrática!”, fala em “profunda preocupação” com os rumos do processo político e ataques dos grandes grupos econômicos e da mídia a governos legitimamente eleitos, e conclama, independentemente das posições políticas e ideológicas, a sociedade para a luta pela democracia: “Não ao Golpe! Nossa luta continua!”.

Cerca de uma hora e meia depois desse telegrama, o secretário-geral do Itamaraty, Sérgio Danese, enviou outro comunicado aos postos no exterior em que pedia para que fossem ignorados os comunicados anteriores.

“Dou instruções. Rogo desconsiderar e tornar sem efeito as circulares telegráficas 100752 e 100755”.

Mesmo após essa instrução, outra comunicação foi enviada. O telegrama 100.757 reproduziu a “Carta aos Movimentos Sociais da América Latina”, que denuncia um “processo reacionário que está em curso no país contra o Estado Democrático de Direito”. A correspondência, assinada por centrais sindicais e outras ONGs, diz que retrocessos não serão admitidos.

SEM AUTORIZAÇÃO SUPERIOR

“A situação agravou-se nos últimos dias”, afirmam as ONGs ao citarem a ação da Polícia Militar na União dos Metalúrgicos em Diadema e o ataque à sede da União Nacional dos Estudantes (UNE). Para elas, isso revive os ataques que precederam o golpe militar de 1964 no Brasil.

Segundo o Itamaraty, mesmo que esse telegrama tenha sido enviado após a ordem que anulava a comunicação do ministro Rondó, ele também estaria cancelado. Isso porque o secretário derrubou o primeiro comunicado que pedia a divulgação desse tipo de correspondência.

Consultado, o Ministério das Relações Exteriores informou que essas circulares foram expedidas sem autorização superior e, por isso, foram anuladas. De acordo com fontes do órgão, assim que os primeiros telegramas foram enviados, houve uma reação dos funcionários que criticavam o uso da máquina do Estado para defender o atual governo. Até a noite de ontem, nenhuma medida administrativa foi tomada contra Rondó.

Relator refuta 'golpe' e pede saída de Dilma

'Presidencialismo sem possibilidade de impeachment é monarquia absoluta, é ditadura'

CRISTIANE JUNGBLUT E
EDUARDO BRESCHIANI
opais@oglobo.com.br

ANÁLIA. Em um relatório técnico, lido em três horas, o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) defendeu ontem a abertura de processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff — e o consequente afastamento do cargo — pela prática de crimes de responsabilidade nas pedaladas fiscais de 2015 e na edição de decretos de crédito suplementar no mesmo ano. Ele refutou o discurso governista de que o processo trata-se de um "golpe" e afirmou que a defesa de um presidencialismo absoluto iguala-se a uma "ditadura". O relatório será discutido hoje e votado amanhã na comissão. No dia 11, o plenário decidirá se admite a denúncia e afasta Dilma.

"Querer defender o presidencialismo sem impeachment é querer, mais uma vez, o melhor de dois mundos: o Executivo forte do presidencialismo, mas sem a possibilidade de retirada do poder em caso de abuso. Presidencialismo sem possibilidade de impeachment é monarquia absoluta, é ditadura. Por isso que o mecanismo foi previsto em todas as nossas Constituições, e inclusive já utilizado sem traumas institucionais", afirmou o relator.

Anastasia ressaltou ainda que as seguintes audiências para ouvir a defesa e o fato de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter fixado o rito dão legitimidade ao processo. "Nunca se viu golpe com direito a ampla defesa, contraditório, com reuniões às claras, transmitidas ao vivo, com direito à fala por membros de todos os matizes políticos, e com procedimento ditado pela Constituição e pelo STF", argumentou.

Anastasia optou por manter o processo restrito ao que foi aprovado pela Câmara. Com isso, apesar de constarem na denúncia original, as acusações de



Pelo afastamento. Tucano Anastasia se prepara para ler seu relatório na comissão do Senado

corrupção alvos da Operação Lava-Jato ficaram de fora. No entanto, Anastasia utilizou como "contextualização" as pedaladas realizadas sobretudo em 2013 e 2014. Quando recebeu a denúncia no ano passado, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), havia excluído as citações à Lava-Jato e as pedaladas do primeiro mandato, o que foi mantido pelo plenário da Câmara.

O relator no Senado sustentou que as pedaladas ofendem a Lei de Responsabilidade Fiscal por se tratarem de empréstimos e observou que houve crescimento dos débitos no ano de 2015, chegando a R\$ 58,7 bilhões em novembro, e que a quitação não encerra o problema.

Anastasia argumenta não ser crível que a presidente não tivesse conhecimento. "Não é razoável supor que a presidente da República não soubesse que uma divida da ordem de R\$ 50 bilhões junto a bancos públicos federais pairava na atmosfera fiscal da União. O tucano afir-

mou, porém, que só na próxima fase será possível analisar se o crime foi cometido por Dilma por ação ou omissão.

Em relação aos decretos, Anastasia fez uma análise individual de cada um e concluiu que em cinco deles houve violação à regra da lei orçamentária que permitia a edição somente se a meta fiscal estivesse sendo cumprida. "Sob interpretação mais restritiva, porém adequada ao caso concreto, não apenas três, mas cinco decretos apresentaram repercussão negativa, no valor consolidado de R\$ 1.814,4 milhões, relativamente à obtenção da meta de resultado primário, em inobservância à condicionante fiscal gravada no art. 4º da LOA 2015", afirmou.

Analisou também preliminares levantadas pela defesa de Dilma, rejeitando todas. Negou que Cunha tenha cometido "desvio de poder" ao aceitar o impeachment e ressaltou que o ato do presidente da Câmara é defendido

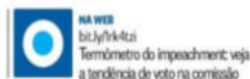
pelo próprio governo quando se trata de restringir a denúncia. Ressaltou ainda que o processo que chega ao Senado é fruto de decisão do plenário da Câmara e não de ato individual de Cunha.

Anastasia diz que o impeachment não coloca em "seque" o regime presidencialista e resalta que o cargo não dá a Dilma um "salvo conduto". "Por outro lado, não se cuida de abonar a linha de defesa da Senhora Chefe do Poder Executivo, que pretende, por estratégia retórica, a ela (Dilma) atribuir um salvo conduto para que transite pela história como a Senhora do bem, que para além da linha dos anjos", diz.

Senadores que defendem a presidente Dilma Rousseff acusaram Anastasia de ter ampliado os casos em análise em seu relatório sobre o processo de impeachment por ter feito a citação a anos anteriores. Cogitam inclusive um recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir mais prazo para a defesa.

— Ele ampliou o objeto. Fundamentou com anos anteriores, com Caixa, com BNDES, mas o objeto é só o caso do Plano Safra no Banco do Brasil em 2015. Estamos trabalhando com fatos concretos, não pode ser conjunto da obra, porque aí não tem direito de defesa — afirmou Lindbergh Farias (PT-RJ). — É um relatório pior que a encomenda, que passa por cima da Constituição — complementou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), elogiou o parecer, que classificou como mais robusto que o aprovado na Câmara e "demolidor para o governo". (Colaborou Maria Lima) ●



“

"Presidencialismo sem possibilidade de impeachment é monarquia absoluta, é ditadura. Por isso que o mecanismo foi previsto em todas as nossas Constituições e, inclusive, já utilizado sem traumas institucionais."

"Nunca se viu golpe com direito a ampla defesa, contraditório, com reuniões às claras, transmitidas ao vivo."

Antonio Anastasia
Senador (PSDB-MG), relator da comissão do impeachment

apoio parlamentar desses congressistas com a roubalheira do Mensalão e do Petrolão, confirmando seu julgamento de que eram mercenários? E se toda essa roubalheira houvesse também financiado a eleição e a reeleição de Dilma? E se algumas indicações para o Supremo Tribunal Federal fossem apostas na reciprocidade em busca de favores jurídicos?

E se as nomeações de Lula e Eugênio Aragão para os ministérios da Casa Civil e da Justiça se desnudassem como tentativas de obstrução da Justiça, uma operação "Mãos Sujas" que sai da clandestinidade para virar programa de governo e ocultar as bases legais do impeachment? E se Sarney e Renan reaproximassem o PMDB do governo Dilma, com Lula e seu ministro Aragão afastando Sergio Moro, acobertando a compra do Legislativo pela asfixia do Judiciário, garantindo o mandato de Dilma e até mesmo uma nova eleição de Lula, graças às práticas não republicanas permitidas pela excessiva concentração de poderes e recursos nas mãos de um Leviatã bolivariano do

século XXI? A presidente Dilma teria razão: golpes mudam de forma, e estaríamos diante de um novo tipo de golpe contra a democracia.

Mas é claro que não era a esse tipo de golpe que se referia Dilma. Convencida de que não há base legal especificamente dirigida contra ela, considera seu impeachment um golpe contra a democracia. Algumas vezes escrevi aqui que era tão cedo para a oposição pedir o impeachment quanto para o governo e seus militantes denunciarem como golpe esse processo absolutamente constitucional.

Como Pilatos no credo, Dilma lavara as mãos em meio a toda essa roubalheira, apesar de sua presença no Ministério de Minas e Energia, no Conselho de Administração da Petrobras e depois na Presidência da República. O desesperado abraço de Dilma e Lula parece não ser o bastante para resolver a dissolução de sua base no Legislativo, como saberemos amanhã na reunião do Diretório Nacional do PMDB. Mas pode ser o que faltava para condená-la no Judiciário.

Temer considera 'pequeno embaraço' decisão de manter direitos políticos de Dilma

O presidente Michel Temer disse nesta sexta-feira que a decisão do Senado de preservar os direitos políticos da ex-presidente Dilma Rousseff após cassar o mandato da petista em julgamento de impeachment é um "pequeno embaraço", mas minimizou a importância do fato para a estabilidade do governo. "Eu estou acostumado a isso. Há mais de 34 anos que eu estou na vida pública e acompanho permanentemente esses pequenos embaraços, que logo são superados", disse Temer a jornalistas, durante viagem à China para participar de uma reunião de cúpula do G20. "Eu sempre disse que desde o começo eu aguardo respeitosamente a decisão do Senado Federal. Se o Senado tomou essa decisão, certo ou errado, não importa, o Senado tomou a decisão", acrescentou a repórteres na sexta-feira, durante encontro empresarial em Xangai, em sua primeira viagem internacional desde que assumiu a Presidência da República. Temer assumiu o cargo em definitivo na quarta-feira logo depois que o Senado decidiu cassar o mandato de Dilma por crime de responsabilidade, mas os senadores surpreenderam ao manter os direitos políticos da petista apesar do impeachment. Partidos da base aliada de Temer, como PSDB e DEM, decidiram recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar o fatiamento da votação do impeachment que permitiu essa separação. Logo depois da polêmica votação, integrantes dos partidos demonstraram publicamente seu descontentamento tanto com o fatiamento quanto com a postura de senadores do PMDB, o partido de Temer, que apesar de condenarem a ex-presidente não a inabilitaram para assumir cargos públicos. Apesar da divisão na base aliada, Temer minimizou eventuais impactos na estabilidade de seu governo. "Ontem mesmo antes de sair (do Brasil) eu falei com os companheiros do PMDB, do PSDB, do DEM, e essa questão toda será superada, não tenho a menor dificuldade em relação a isso", acrescentou. Segundo o presidente, a questão agora sairá do plano político para ser decidida pela Justiça, "o que convém para as instituições brasileiras", afirmou Temer.

Datafolha: 61% apoiam impeachment de Dilma e 58%, de Michel Temer

Pesquisa também ouviu a opinião dos entrevistados sobre a avaliação do governo e sobre a atuação do Congresso Nacional.

O instituto Datafolha divulgou levantamento sobre o impeachment da presidente Dilma. A maioria dos brasileiros é favorável à medida. O Datafolha também perguntou sobre a renúncia da presidente e do vice, Michel Temer. A maioria dos brasileiros também defende a renúncia dos dois.

A pesquisa ouviu 2.779 pessoas, nos dias 7 e 8 de abril, em 170 municípios. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos. Em fevereiro, 60% dos entrevistados eram a favor do impeachment da presidente Dilma. Em março, o índice subiu para 68%. E agora caiu para 61%.

Os contrários ao impeachment da presidente Dilma eram 33% em fevereiro; 27% em março e, agora, de novo, 33%.

A pesquisa também perguntou aos entrevistados se a presidente deveria ou não renunciar. Em março, 65% eram favoráveis a renúncia. Agora, o índice caiu para 60%. Em março, 32% achavam que ela não deveria renunciar. Agora são 37%. E 3% não souberam responder em março e agora.

Pela primeira vez, o instituto Datafolha perguntou também o que os eleitores acham sobre o afastamento do vice-presidente, Michel Temer. O presidente da Câmara Eduardo Cunha tinha recusado um pedido de

impeachment contra ele em janeiro. O autor do pedido recorreu ao Supremo e o ministro Marco Aurélio, em medida liminar, mandou que a Câmara instalasse uma comissão para analisar o impeachment de Temer. A Câmara recorreu e, agora, o plenário do Supremo vai analisar a questão.

E 58% disseram que são a favor do impeachment de Temer; 28% disseram que são contra; 9% não sabiam; 5% se disseram indiferentes.

Sobre se Termer deveria ou não renunciar, 60% disseram que ele deve; 30% disseram que ele não deve renunciar; e 10% não sabiam.

A pesquisa também ouviu a opinião dos entrevistados sobre a avaliação do governo. A reprovação do governo Dilma continua alta, mas recuou. Em fevereiro, 64% dos entrevistados consideravam o governo ruim ou péssimo. Em março, eram 69%. E agora o índice caiu para 63%.

Os que consideravam o governo regular eram 25% em fevereiro; 21% em março e agora são 24%.

Em fevereiro, 11% dos entrevistados consideravam o governo Dilma ótimo ou bom; 10% em março; e agora são 13%.

A pesquisa Datafolha quis saber também como os brasileiros avaliam o processo de cassação do mandato do presidente da câmara, Eduardo Cunha, do PMDB, que tramita no conselho de Ética. Três em cada quatro brasileiros disseram que são favoráveis.

Em março, 80% dos entrevistados eram favoráveis à cassação do mandato de Eduardo Cunha. Agora são 77%. Os contrários à cassação eram 8%, agora são 11%.

Perguntados se Eduardo Cunha deveria renunciar, 73% disseram que sim; 15% disseram que não; e 12% não opinaram.

O Datafolha também quis saber a avaliação dos brasileiros sobre a atuação do Congresso Nacional.

Em junho, 12% consideravam o desempenho do Congresso bom ou ótimo. Em dezembro, 8%. E agora, 11%. Em junho, 40% achavam regular. Em dezembro, 34%. E agora, 43%. Em junho, 42% dos brasileiros consideravam ruim ou péssima a atuação do Congresso Nacional. Em dezembro, 53%. E hoje, 43%.

O Datafolha também perguntou a opinião dos entrevistados sobre o desempenho do juiz Sérgio Moro e sobre o futuro da operação Lava Jato.

Cinquenta e cinco por cento acreditam que a Lava Jato vai investigar até o fim os políticos envolvidos em corrupção; 38% acham que a operação poderá parar sem chegar a nenhum resultado.

Em relação ao juiz Sérgio Moro, 64% dos entrevistados consideram bom ou ótimo o trabalho dele na Lava Jato; 16% acham regular; 13% desaprovam o desempenho do juiz; e 8% não opinaram.

Núcleo duro do governo Temer tem discursos bem definidos

Análise de falas e entrevistas mostra divisão clara de temas

Fábio Vasconcellos, 16/05/2016 - 06:00 / Atualizado em 16/05/2016 - 09:07

RIO - Nos dias que antecederam a decisão do Senado pelo afastamento da presidente Dilma Rousseff, as atenções do Brasil estiveram voltadas para dois endereços do poder em Brasília. No Palácio do Planalto, a presidente apresentou, em eventos quase diários, inúmeros discursos contra o impeachment. Não muito distante dali, no Palácio do Jaburu, o então vice-presidente e hoje presidente interino Michel Temer recebia aliados. Na agenda, conversas sobre nomes do seu futuro ministério e as primeiras medidas, caso viesse a assumir.

No contexto de crise política e econômica, nunca se falou tanto na capital federal como na última semana. Com tantos discursos, uma constatação. O novo núcleo duro do governo tem buscado um alinhamento nas suas falas, com uma divisão bem clara sobre os temas de economia e política que cabem a cada um.

Antes da posse dos nova equipe, o Núcleo de Dados do GLOBO analisou como os integrantes do núcleo duro se posicionam publicamente. Para isso, foram reunidas entrevistas e artigos escritos na imprensa, nos últimos 15 dias, pelos ministros Romero Jucá (Planejamento), Henrique Meirelles (Fazenda) e do coordenador de Infraestrutura, Moreira Franco. Foi incluída também uma entrevista concedida pelo presidente Temer.

FOCO NA ECONOMIA

O estudo utilizou um software de análise de discurso baseado em resultados estatísticos que leva em consideração não só a frequências das palavras mais comuns utilizadas pelo comando do atual governo, como também o grau de associação entre essas palavras. Os resultados formam grupos mais consistentes estatisticamente e que podem ser utilizados para interpretar os discursos de Temer, Jucá, Franco e Meirelles. A análise indica que os discursos do núcleo duro foram formados por três grupos de palavras, um relativo ao tema da economia, que concentrou 39% das palavras mais associadas; um segundo focado em política, que concentrou na defesa das críticas que Temer recebeu do PT ou de integrantes do governo Dilma, e um terceiro, também de política, mas explicitamente associado à formação da base parlamentar e distribuição de cargos no novo governo. Essas três temáticas acabaram por antecipar a fala de Temer, durante a sua posse na quinta-feira. Uma forte ênfase na questão econômica e no desenvolvimento e também falas direcionadas ao Congresso Nacional, de que o presidente dependerá para aprovar medidas nesses primeiros meses.

Dois gráficos em forma de aranha reúnem não apenas as palavras mais frequentes, como aquelas com forte associação estatísticas entre os discursos. No tema político de defesa do governo, prevalecem termos como “Temer”, “não”, “social”, “dificuldade”, “respeito” entre outros. Essas palavras constituem argumentos que a equipe de Temer procurou apresentar quando foram acusados de quererem reduzir programas sociais. Já no tema econômico, prevaleceram as palavras como “investimento”, “economia”, “crescimento”, “país” entre outros.

A análise também permite compreender como Temer, Jucá, Meirelles e Moreira Franco estiveram mais ou menos próximos desses três temas. Novamente, prevaleceu um alinhamento quase perfeito. O ministro da Fazenda foi o maior responsável pelos discursos de economia, enquanto Jucá e Moreira Franco focaram na defesa do governo. A Temer coube o discurso mais institucional, com referência a termos como a formação do Ministério ou declarações sobre a espera da decisão do Senado Federal.

Texto 46.

Dilma declara guerra a vice e chama Temer de um dos chefes do golpe

Por Lisandra Paraguassu

BRASÍLIA (Reuters) - A presidente Dilma Rousseff declarou guerra aberta ao vice-presidente, Michel Temer, a quem classificou de conspirador e um dos chefes do que chamou de “golpe do impeachment”, em um duro discurso que marcou o fim de qualquer possibilidade de retomada das relações entre os dois.

“Ontem ficou claro que existem sim dois chefes do golpe que agem em conjunto e de forma premeditada... tomei conhecimento e confesso que fiquei chocada com a farsa do vazamento que foi deliberado, premeditado, vazando para eles mesmos”, discursou Dilma, referindo-se ao vazamento de um áudio de 14 minutos no qual o vice-presidente fala como se o processo de impeachment já tivesse sido aprovado pela Câmara dos Deputados.

Em entrevista, Temer afirmou na segunda-feira que o áudio foi enviado por engano a um grupo de líderes peemedebistas, mas que tudo o que dizia ali não era novidade.

Uma fonte palaciana revelou à Reuters que Dilma ficou “inconformada” não apenas com a pretensão de Temer ao gravar o discurso como pelo que classificou de “pretenso vazamento” --o Planalto não acredita que a divulgação tenha sido feita sem querer.

A ordem agora, disse a fonte, é “guerra total e absoluta”.

O discurso de Dilma, feito em mais um evento no Palácio do Planalto de apoio ao governo e sem citar Temer nominalmente, não deixou dúvidas de que o governo queimou os navios na relação com o vice e sua parte do PMDB.

“Se ainda havia alguma dúvida sobre o golpe, a farsa e a traição em curso, não há mais. Se havia alguma dúvida sobre a minha denúncia que há um golpe de Estado em andamento, não pode haver mais. Os golpistas podem ter chefe e vice-chefe assumidos, não sei direito qual é o chefe e qual é o vice-chefe”, afirmou.

No discurso, Dilma liga Temer e o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, até então seu maior desafeto político, e responsável por dar andamento ao processo de impeachment, no que o governo sempre tratou como uma vingança por não tê-lo ajudado a se livrar do processo de cassação no Conselho de Ética. Cunha é do PMDB e Temer, presidente licenciado do partido.

“Um deles é a mão, não tão invisível assim que conduz com desvio de poder e abusos inimagináveis o processo de impeachment. O outro esfrega as mãos e ensaia a farsa do vazamento de um pretenso discurso de posse”, disse.

O discurso ocorre um dia depois de a comissão especial da Câmara ter aprovado parecer favorável ao impeachment e num momento em que o governo luta voto a voto para tentar derrotar em plenário a abertura do processo contra Dilma.

Neste cenário, o vazamento do áudio foi visto pelo Planalto como uma forma de provar que Temer age para derrubar a presidente e reforçar a colagem da imagem de golpista no vice-presidente. “É uma semana de tudo ou nada para o Planalto. Mais tudo do que nada”, disse a fonte palaciana.

Logo depois do vazamento do áudio, na segunda-feira, ministros palacianos passaram a bater na tecla do golpismo do vice. O ministro-chefe do gabinete da Presidência, Jaques Wagner, defendeu que, sendo derrotado o impeachment, Temer teria de renunciar.

“Cai a máscara dos conspiradores. O Brasil e a democracia não merecem tamanha farsa. O fato é que os golpistas que se arrogam a condição de chefe e vice-chefe do gabinete do golpe estão tentando montar uma fraude para interromper no Congresso o mandato que me foi conferido pelos brasileiros. No entanto, trata-se da maior fraude jurídica e política de nossa história. Sem ela, o impeachment sequer seria votado”, disse Dilma.

A presidente aproveitou ainda para criticar parte do conteúdo do discurso vazado de Temer, no qual o vice diz que será necessário impor sacrifícios ao povo e fala de união nacional.

"Pergunto eu: com que legitimidade fará isso? É uma atitude de arrogância e desprezo pelo povo, do qual certamente tentará retirar direitos que sem o golpe seriam inalienáveis", disse Dilma. "Como acreditar em um pacto de salvação e unidade nacional sem sequer uma gota de legitimidade democrática de quem propõe?"

Apesar do discurso duríssimo, a presidente tentou evitar um incitamento à violência dizendo que seu governo e aliados não perseguem pessoas. "Não divergimos de nossos adversários com gestos de ódio."

"Este não será o país do ódio, definitivamente este não será o país do ódio, por isso quero dizer que nós estamos aqui para que este não se torne o país do ódio e não se construa o ódio como uma forma de se fazer política no nosso país."

Ao lado de Dilma durante a cerimônia, estava um dos ministros peemedebistas que se recusaram a deixar o cargo quando o partido rompeu com o governo no final do mês passado, Celso Pansera, da Ciência e Tecnologia.

O ministro aproveitou para anunciar que ele, Marcelo Castro (Saúde) e Mauro Lopes (Secretaria de Aviação Civil) deixarão os cargos provisoriamente esta semana para ir a Câmara dos Deputados votar contra o impeachment da presidente.

“Vamos encerrar o terceiro turno da eleição de 2014, vamos ganhar. E espero que agora respeitem o resultado. Esse país precisa trabalhar”, afirmou Pansera em discurso. “Qual é o sentido do impeachment se não é a disputa da política pela política? Vamos insistir. Vamos ganhar e queremos respeito ao resultado do terceiro turno.”

Cardozo (centro) conversa com Anastasia e o presidente da comissão do impeachment

O ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo acusou quarta-feira (3) o relator do processo de impeachment de Dilma Rousseff, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), de ter elaborado seu relatório final com "paixão partidária" e não com rigor legal. Assim, o tucano teria feito "malabarismos retóricos" para comprovar o crime de responsabilidade. "Eu pessoalmente tinha uma grande expectativa em relação a como seria o relatório por uma razão muito simples: conheço o senador, homem correto, jurista. E, diante das provas dos autos, de tudo aquilo que foi provado pela perícia, pelas testemunhas, pelos documentos, tinha eu uma expectativa: conseguiria o senador se libertar da paixão partidária e olhar os autos, olhar as provas, olhar direito? Conseguiria ele utilizar todo o potencial que sempre teve para buscar a verdade, ao invés de curvar-se à paixão?", questionou Cardozo, advogado de defesa da presidente afastada. "Com todas as vênias, o nobre relator, com toda a sua genialidade, não conseguiu isso; conseguiu defender com o brilhantismo de praxe a tese do seu partido, mas, efetivamente, ele não conseguiu reunir e captar a verdade desses autos", completou. Para ele, Anastasia foi obrigada "pela paixão e não por má-fé" a fazer algumas concessões aos elementos

probatórios reunidos ao longo do processo. Cardozo analisou o relatório apresentado por Anastasia nesta terça à comissão especial do impeachment no Senado. Antes do advogado, os integrantes da comissão também discutiram o parecer por mais de cinco horas. Cada um pode falar por até oito minutos. Antes dele, o advogado da acusação, João Correia Serra, também falou por cerca de 20 minutos. O advogado de Dilma afirmou ainda que Anastasia não conseguiu esclarecer como a edição de decretos de crédito suplementar editados pela presidente feriram a legislação porque, de acordo com ele, os decretos não feriram a meta fiscal traçada na época e, por isso, não ensejaram nenhum gasto extra. Cardozo também acusou o tucano de, "na ânsia e na necessidade de reunir provas que não tinha", ter sido obrigado a "truncar depoimentos" das testemunhas arroladas tanto pela acusação quanto pela defesa. Por diversas vezes, Cardozo afirmou que o tucano cometeu erros em seu parecer ou fez manobras retóricas no documento por "paixão partidária". "Por causa disso, o senhor não pode fazer concessões a nenhum tipo de prova", disse. Cardozo reclamou ainda que Anastasia não discutiu a tese do desvio de poder em seu relatório. "Que medo têm os senhores de discutir isso? De discutir que há ou não uma condução deliberada para afastar a presidente do seu cargo", disse. Esta foi a última vez que Cardozo pode falar durante o processo. Ele só poderá se pronunciar novamente se Dilma não comparecer ao julgamento final. Após a fala do advogado, Anastasia afirmou que não poderia fazer comentários porque, pelas regras do processo, a defesa é a última a falar em cada etapa. "Falarei em plenário. Apesar da paixão, não posso falar agora. Mas muitas vezes sou criticado justamente por ser muito frio", disse. A discussão do relatório pelos senadores foi marcada pela explicitação dos posicionamentos de cada lado. Os senadores favoráveis à saída definitiva de Dilma elogiaram o parecer e referendaram os argumentos apresentados por Anastasia para a condenação de Dilma. Já os aliados da petista criticaram o relator e acusaram o seu parecer de ser incompleto e de suprimir fatos apontados por testemunhas e por documentos entregues à comissão. O relatório de Anastasia será votado pela comissão nesta quinta, às 9h. Os senadores registrarão seus votos em um placar eletrônico e a expectativa é de que o processo acabe antes do meio-dia. Assim, os trabalhos da comissão especial se encerrarão amanhã.

Se aprovado, o relatório será apreciado pelo plenário do Senado na próxima terça (9), em uma votação prévia. O julgamento final deve acontecer no fim do mês. **POLÊMICA** O início da sessão desta quarta foi marcada por protestos da oposição sobre a data de início do julgamento final da presidente Dilma. Para o senador Lindbergh Farias (PT-RJ), líder da oposição no Senado, Temer está interferindo indevidamente na Casa e no STF para pressionar pela antecipação do início do julgamento do impeachment. A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) endossou o colega e disse que não vê ânsia da sociedade para que o processo termine rapidamente. "Essa ânsia é apenas desses senadores golpistas", disse. Os senadores acusaram Temer de fazer pressão sobre o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para que a votação comece na semana de 25 de agosto e não no dia 29, como foi inicialmente divulgado pela assessoria do STF no último fim de semana. Nesta terça, Renan defendeu a data antecipada depois de ter almoçado com Temer e outros senadores do PMDB. Ele sugeriu, inclusive, que a Casa pudesse trabalhar durante o fim de semana, algo que antes era rechaçado por ele. De acordo com o presidente da Comissão Especial do Impeachment, Raimundo Lira (PMDB-PB), Lewandowski o informou nesta terça que não marcará sessões no sábado e domingo por considerar que isso não é praxe do senado. Ele não quer dar margens para questionamentos em relação ao rito. Segundo Cardozo, a defesa não vê problemas se a votação começar em 25 ou 26 de agosto. "Para nós, é absolutamente indiferente. Mas não podem interferir no nosso direito de defesa. Que não castrem o nosso direito ou atropelem o processo. Ele tem que andar com agilidade mas sem açodamento", disse. O ex-ministro, no entanto, criticou a gestão feita por Temer na questão e se disse estarrecido pela articulação feita pelo governo. "O que chama atenção é o presidente interferir. Isso não pode ser possível. Ele pode ir para a China como interino, não há problema algum nisso. Agora, ele interferir é uma incorreção republicana em todos os sentidos. Ele é o principal beneficiário deste processo", completou.

Texto 51.

Como último ato, Dilma decide fazer pronunciamento no Planalto

A presidente Dilma Rousseff decidiu fazer um pronunciamento público na manhã desta quinta-feira (12) como último ato antes de seu afastamento do cargo por até 180 dias. Segundo assessores, o formato será uma declaração à imprensa marcada para as 10h no segundo andar do Palácio do Planalto. Depois disso, o vídeo que a presidente gravou na tarde desta quarta-feira (11) deve ser divulgado nas redes sociais. Dilma passou a manhã escrevendo os discursos, que devem seguir o mesmo tom que ela tem adotado nos últimos dias, de que vai resistir até o fim e recorrer a todas as instâncias possíveis, visto que é "vítima de um golpe" e que, segundo ela, o governo de Michel Temer é "ilegítimo". No vídeo, por exemplo, Dilma ressalta que não desistiu de lutar por seu mandato e que, se for preciso, recorrerá a todos os fóruns jurídicos pra impedir seu afastamento definitivo. A presidente acusa Temer de não ter legitimidade para assumir a Presidência da República por não ter sido eleito em um pleito direto e diz que os partidos de oposição tentam inviabilizar seu mandato desde o dia seguinte da eleição de 2014, uma vez que, segundo ela, "ficaram inconformados com a derrota". A equipe da presidente chegou a cogitar convocar cadeia nacional de rádio e televisão para o pronunciamento, mas descartou por receio de implicações jurídicas. O vice-presidente Michel Temer (PMDB) também não pretende fazer pronunciamentos em rádio e T nos próximos dias. Ele deve assumir por volta das 15h desta quinta (12). O plano é fazer um discurso e dar posse aos ministros já escolhidos.

Texto 53.

Manifestantes pró-impeachment passam a noite em barracas no RS

Grupo na capital pede o impeachment da presidente Dilma Rousseff.
Manifestação chegou a reunir cerca de 1 mil pessoas na noite de quinta.

Manifestantes favoráveis ao impeachment da presidente Dilma Rousseff passaram a madrugada desta sexta-feira (18) acampados na Avenida Goethe, em Porto Alegre. Eles chegaram na noite de quinta-feira (17), após um ato contra o governo federal.

O grupo prosseguiu no local pelo menos até o final da tarde. Segundo a Brigada Militar, por volta das 17h30 havia entre seis e 10 barracas e um número reduzido de pessoas com bandeiras do Brasil. O tráfego na via ficou bloqueado até às 8h30, quando os manifestantes deixaram as pistas e se concentraram na calçada. De acordo com a polícia e os organizadores do ato, 12 manifestantes permanecem no local.

Segundo a Brigada Militar, a aglomeração começou por volta das 17h de quinta (17), **quando aproximadamente 1 mil pessoas chegaram a se aglomerar no local**. Um grupo montou barracas na pista, no sentido Centro - Zona Sul, e o tráfego foi interrompido. Durante o acampamento, três linhas de ônibus que passam na Avenida Goethe foram desviadas.

Os manifestantes carregam faixas e bandeiras pedindo o impeachment da presidente e em apoio ao juiz Sérgio Moro, responsável pelas investigações da Operação Lava Jato. O grupo diz que pretende ficar no local por tempo indeterminado.

Debate sobre impeachment perde força nas redes sociais e nas ruas

Assunto gera desinteresse, e movimentos já apostam no pós-Dilma

RIO, SÃO PAULO e BRASÍLIA — O processo contra a presidente afastada, Dilma Rousseff, ainda não acabou, mas o interesse pelo assunto diminuiu consideravelmente nas ruas e até mesmo nas redes sociais. Segundo levantamento da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (DAPP/FGV), as menções ao “impeachment” caíram drasticamente desde abril.

No Twitter, entre quinta e sexta-feira, quando Dilma virou ré por decisão do Senado, foram registradas cerca de 257 mil menções ao assunto. Em 17 de abril, no dia da aprovação do processo pela Câmara, foram 1,9 milhão. Já em 12 de maio, quando Dilma foi afastada, foram 1,1 milhão.

— O debate nas redes sobre o impeachment da presidente Dilma reflete o sentimento de fato consumado que parece ter se consolidado nas últimas semanas — avalia Marco Aurelio Ruediger, diretor da DAPP.

MOVIMENTOS ENFRAQUECEM

Até mesmo nas páginas de movimentos que lideraram os protestos pela perda do mandato de Dilma as menções foram mais comedidas. O Movimento Brasil Livre (MBL) fez apenas três publicações sobre o tema na sua página no Facebook e o Vem Pra Rua, quatro. O Nas Ruas também teve uma atuação tímida, e fez apenas quatro publicações — numa delas, usou a imagem com a inscrição “Tchau querida”, em alusão à conversa flagrada entre Dilma e o ex-presidente Lula.

Para Rogério Chequer, porta-voz do Vem Pra Rua, a diminuição do interesse pelo tema é normal, porque a maioria já não duvida que o impeachment ocorrerá. Carla Zambelli, do Nas Ruas, diz que o grupo já se planeja para o cenário pós-impeachment, com novas pautas de mobilização. Uma delas é o chamado “Dia D+1”, que pedirá a saída do senador Renan Calheiros. Ela reconhece, entretanto, que a possibilidade de gerar manifestações de rua é pequena

— A partir de agora, vai haver interesse pontual por fatos relevantes. Em 2013, quando houve o surgimento das manifestações, alguns movimentos surgiram e depois acabaram. Agora vai ser outro momento de peneirar, saber quem tem força — avalia.

Dilma diz que impeachment é 2º golpe de estado que enfrenta na vida

Senado aprovou nesta quarta, por 61 a 20, afastamento definitivo da petista.

Dilma fez pronunciamento a jornalista no Alvorada após decisão de senadores.

Em seu primeiro pronunciamento após a [aprovação do impeachment pelo Senado](#), a agora ex-presidente Dilma Rousseff afirmou nesta quarta-feira (31) que a decisão dos senadores é o segundo golpe de estado que enfrenta na vida. A petista disse ainda que os senadores que votaram pelo seu afastamento definitivo rasgaram a Constituição e consumaram um golpe parlamentar.

"É o segundo golpe de estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo."

A petista comparou ainda a decisão do Senado a uma "eleição indireta" que substitui o resultado das eleições de 2014, em que ela foi reeleita. E afirmou que irá "recorrer em todas as instâncias possíveis" contra o impeachment.

"Hoje, o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a história das grandes injustiças. Os senadores que votaram pelo impeachment escolheram rasgar a Constituição Federal. Decidiram pela interrupção do mandato de uma presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar.", disse.

Dilma fez o pronunciamento no Palácio da Alvorada, em Brasília, ao lado de um grupo de aliados, entre eles o ex-presidente [Luiz Inácio Lula da Silva](#). Também acompanharam o discurso cerca de 30 manifestantes contrários ao impeachment que protestavam em frente ao Alvorada e que foram autorizados a entrar.

O plenário do Senado aprovou nesta quarta, por 61 votos favoráveis e 20 contrários, [o impeachment de Dilma Rousseff](#). A presidente afastada foi condenada sob a acusação de ter cometido crimes de responsabilidade fiscal — as chamadas "pedaladas fiscais" no Plano Safra e os decretos que geraram gastos sem autorização do Congresso Nacional, mas não foi punida com a inabilitação para funções públicas. Com isso, ela poderá se candidatar para cargos eletivos e também exercer outras funções na administração pública.

Corruptos investigados

Em seu pronunciamento, Dilma também disse que, com seu impeachment, "políticos que buscam desesperadamente escapar do braço da Justiça" junto aos "derrotados nas últimas quatro eleições" assumem o poder.

"Causa espanto que a maior ação contra a corrupção da nossa história, propiciada por ações desenvolvidas e leis criadas a partir de 2003 e aprofundadas em meu governo, leve justamente ao poder um grupo de corruptos investigados."

Dilma também afirmou que o impeachment interrompe o "projeto nacional progressista, inclusivo e democrático" que ela representa e que isso está sendo feito por uma "poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa e venal."

"O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido."

"O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência", afirmou a petista.

Em uma fala que durou 12 minutos, Dilma afirmou que se dirigia, principalmente, aos brasileiros que, durante os governos dela e de Lula, "superaram a miséria, realizaram o sonho da casa própria, começaram a receber atendimento médico, entraram na universidade e deixaram de ser invisíveis aos olhos da nação, passando a ter direitos que sempre lhes foram negados."

Em seguida, a agora ex-presidente declarou que a descrença e a mágoa, "que nos atingem em momentos como esse", são "péssimas conselheiras" e pediu aos brasileiros: "Não desistam da luta".

Ao lado de aliados, Dilma foi enfática: "Ouçam bem: eles pensam que nos venceram, mas estão enganados. Sei que todos vamos lutar. Haverá contra eles a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer."

"Quando o presidente Lula foi eleito pela primeira vez, em 2003, chegamos ao governo cantando juntos que ninguém devia ter medo de ser feliz. Por mais de 13 anos, realizamos com sucesso um projeto que promoveu a maior inclusão social e redução de desigualdades da história de nosso país", afirmou.

A petista ainda frisou que "esta história não acaba assim", por estar "certa" de que "a interrupção deste processo pelo golpe de Estado não é definitiva."

"Nós voltaremos. Voltaremos para continuar nossa jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano. Espero que saibamos nos unir em defesa de causas comuns a todos os progressistas, independentemente de filiação partidária ou posição política. Proponho que lutemos, todos juntos, contra o retrocesso, contra a agenda conservadora, contra a extinção de direitos, pela soberania nacional e pelo restabelecimento pleno da democracia", afirmou.

Pós-presidência

Dilma ainda afirmou que deixa a Presidência da República "como entrou". "Sem ter incorrido em qualquer ato ilícito, sem ter traído qualquer de meus compromissos, com dignidade e carregando no peito o mesmo amor e admiração pelas brasileiras e brasileiros e a mesma vontade de continuar lutando pelo Brasil."

Não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores. A história será implacável com eles.

Em discurso no Senado, Dilma diz temer a morte da democracia

DE BRASÍLIA 29/08/2016 22h50 - Atualizado em 30/08/2016 às 01h01 Afastada do poder há mais de cem dias e com pouquíssimas chances de mudar o desfecho da crise política, a presidente Dilma Rousseff usou a ida ao Senado nesta segunda-feira (29) para defender sua biografia e dizer ter sido vítima de um golpe parlamentar orquestrado pela oposição ao seu governo e pelo deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-R). A petista lembrou de sua condenação pelo "tribunal de exceção" da ditadura, e de sua recente luta contra um câncer. Afirmando que, primeiro torturada, e depois, doente, teve medo de morrer. Relacionando os dois episódios ao momento atual, concluiu: "Hoje, eu só temo a morte da democracia". Dilma foi recebida por um plenário silencioso e, sem aplausos ou vaias, fez um discurso de 4 minutos em que afirmou ser inocente, disse que não cometeu crime de responsabilidade e chamou o governo do presidente interino, Michel Temer (PMDB), de "usurpador". A previsão é a de que Temer tenha nesta terça (30) ou na quarta (31), caso o julgamento se estenda no mínimo 59 votos a favor da destituição de Dilma dos 81 possíveis, cinco a mais do que o necessário para ele ultrapassar a interinidade. "Tenho a consciência tranquila. Não pratiquei nenhum crime de responsabilidade. As acusações dirigidas contra mim são injustas e descabidas. Cassar em definitivo meu mandato é como me submeter a uma pena de morte política", sustentou Dilma. Em linhas gerais, a presidente afastada sustentou aos senadores a tese de que desde o início do seu segundo mandato foi alvo de "boicote" político e parlamentar patrocinado por adversários, o que, segundo ela, contribuiu para o agravamento da crise econômica pela qual passa o país. Em todos os momentos, fez questão de se dirigir aos

senadores com respeito e ponderação e os diferenciou da junta militar que a condenou na ditadura. "Tenho por todos o maior respeito, mas continuo de cabeça erguida, olhando nos olhos dos meus julgadores. Sofro de novo com o sentimento de injustiça e o receio de que, mais uma vez, a democracia seja condenada junto comigo", disse. Ao concluir seu pronunciamento, foi aplaudida por aliados, entre eles o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o cantor e compositor Chico Buarque, que assistiram Dilma da galeria do Senado. EBATE Após o discurso, replicou a postura respeitosa no embate direto com os parlamentares. Esse era o momento mais temido por aliados da petista, famosa por ser explosiva na adversidade. Nem o confronto com seu adversário nas eleições de 2014, Aécio Neves (PSDB-M), fugiu ao roteiro da civilidade. Aécio abriu sua fala dizendo que "não poderia imaginar" que ele e Dilma voltariam a se encontrar "nessa condição". Ele trouxe a temática do estelionato eleitoral para o cenário do impeachment e questionou o quanto Dilma se sentia responsável, por exemplo, pelos 12 milhões de desempregados contabilizados hoje no país. A presidente usou um elogio a Aécio para alfinetar Temer, dizendo que respeitava o tucano por ele ter disputado "uma eleição direta", mas acusou a oposição de sabotar seu governo e patrocinar as chamadas "pautas-bomba". Nesse contexto, ela menciona Cunha, que terá seu processo de cassação ele é réu em dois processos do petrolão votado em setembro. Afirmando ter sido alvo de chantagem do então presidente da Câmara, que teria exigido do PT apoio para escapar da cassação em troca de barrar o impeachment, Dilma diz que seu governo sofreu um "boicote" no Congresso. "Tenho a clareza de que se uniram duas forças: a que queria estancar a sangria da Lava ato e a que não queria por fim à crise que o país vivia", afirmou. Em nota, Cunha disse que Dilma mente e que foi o governo dela quem propôs um acordão. Senadores aliados à petista deram ao seu discurso um caráter "histórico". á a oposição disse que a presidente afastada politizou questões técnicas. "Ela sempre fala a mesma coisa, não importa. Se voc indagar se ela fez as pedaladas fiscais ou se ela sabe quem matou Odete Roitman personagem de uma novela dos anos 80, ela vai responder a mesma coisa", ironizou Aécio. Num dos raros momentos de exaltação, Dilma demonstrou decepção com a fala de José Aníbal (PSDB-SP). "Seu governo já não existe mais. Daqui a algumas horas, sua presidência não existirá", disse o tucano. Dilma, que militou contra a ditadura ao lado do senador e o conhece há mais de 50 anos, foi direta. "Estou estarecida que isso tenha partido do senhor, que me conhece há tantos anos." Mesmo com o esforço da presidente, a avaliação entre senadores é de que a aprovação do impeachment, em votação marcada para esta terça (30), é irreversível. São necessários 54 de 81 votos para que a petista seja cassada, o que a levaria a perder seus direitos políticos por oito anos e transformaria Michel Temer (PMDB) em presidente efetivo até 2018. Até esta segunda, 52 senadores declaravam apoio ao afastamento de Dilma, 18 se posicionavam contrariamente e 11 não haviam declarado seu voto. Em cerimônia com atletas olímpicos em Brasília, Temer não quis comentar a performance de Dilma no Senado. Afirmou apenas que aguarda uma definição "com tranquilidade". Em São Paulo, um ato contra o impeachment na avenida Paulista teve confronto com a polícia, que lançou bombas de gás nos manifestantes.

Falta de mulheres e de negros em Ministério de Temer é criticada

Novo ministro do Planejamento, Jucá culpa partidos políticos pela ausência de mulheres
Aline Macedo e Sérgio Roxo

RIO E BRASÍLIA — A equipe ministerial anunciada pelo presidente em exercício, Michel Temer, não foi bem recebida por ativistas de causas sociais e em defesa das minorias. Entre os 23 nomes confirmados para o primeiro escalão do peemedebista, não há nenhuma mulher ou negro.

— É quase inacreditável que tenhamos retrocedido quase três décadas. Foram duas grandes perdas: o fato de não termos nenhuma ministra e o desaparecimento da Secretaria das Mulheres, que foi incorporada pelo Ministério da Justiça — critica a escritora e presidente da entidade Rio Como Vamos, Rosiska Darcy de Oliveira.

Desde que a primeira mulher assumiu o comando de uma pasta do primeiro escalão, a ministra da Educação Esther de Figueiredo Ferraz, do governo de João Figueiredo (1979-1985), todos os presidentes sempre tiveram colaboração feminina em algum momento. Sarney contou com apenas uma ministra; Collor e Itamar, duas, cada um; já Fernando Henrique Cardoso, ao longo de seus dois mandatos, teve quatro ministras; Lula, também em oito anos, reuniu dez mulheres na equipe. Já Dilma Rousseff, quando assumiu seu primeiro mandato, empossou outras dez mulheres. Sem contar ministras interinas, 14 mulheres ocuparam os gabinetes da administração de Dilma.

— Em que mundo vivem esses governantes? Pensei que nunca mais fosse repetir esses argumentos. Denuncio a invisibilidade das mulheres há mais de 40 anos. Não tenho dúvida que na população brasileira existe um número expressivo de mulheres que poderiam ocupar ministérios em todas as áreas — acrescenta.

Lúcia Xavier, da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, endossa as críticas à extinção do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos. A ativista explica que a proposição de políticas para populações historicamente oprimidas vai além da garantia de justiça, envolvendo também áreas como educação, saúde e economia:

— Na Justiça, a secretaria fica legada a uma área técnica, como se esse fosse o único problema. A ideia dos ministérios específicos era transversal: eles tinham uma atuação em torno das interseccionalidades das opressões, para evitar discriminações e constituir pontes entre os direitos — diz ela, completando:

— O que nos assusta é Temer ter passado pelo mandato anterior da presidente Dilma e não ter compreendido que esse foi um processo de conquista da sociedade. Não foi um partido que construiu esse processo, foi uma luta histórica das mulheres e dos negros por seus direitos.

Romero Jucá, novo ministro do Planejamento, não se pronunciou em relação à falta de negros na equipe. Ele creditou a falta de ministras às articulações políticas que apoiam o governo.

— Isso precisa ser discutido com os partidos que negociaram e indicaram técnicos ou políticos para compor essa base — disse Jucá, garantindo que haverá nomes femininos em cargos como as secretarias nacionais. Ex-ministra do Supremo Tribunal Federal, Ellen Gracie foi convidada para assumir a AGU, mas recusou o convite.

DESIGUALDADE HISTÓRICA

Marcelo Dias, que integra a comissão de Igualdade Racial da OAB/RJ, é outro que não vê com bons olhos a falta de diversidade étnica do novo governo. Ele reforça que, no Brasil, mulheres recebem menos do que homens, e negros são mais mal remunerados que mulheres brancas. Na base da pirâmide, ficam as mulheres negras, com os salários mais baixos.

— Estou cético com relação à continuidade das políticas afirmativas e de inclusão que tivemos nos últimos anos. Qual é a força que uma secretaria vai ter para continuar essas políticas? As conferências de igualdade racial, de mulheres, de direitos humanos vão continuar? — questiona.

Ele também se mostra preocupado com o novo ministro da Justiça e Cidadania, Alexandre de Moraes, que ocupava até então a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Para o advogado, as declarações do novo ministro de poucos dias atrás, equiparando as manifestações contra o governo Temer a “atos de guerrilha”, são “estranhadoras”:

— Isso significa que vai vir muita repressão contra as manifestações contra o presidente interino e seu ministério — conclui.

Frei David, da ONG Educafro, vê como um “desrespeito” e uma “afronta” o fato de haver apenas homens brancos no ministério:

— Todos os setores da vida nacional precisam rever a exclusão do povo negro em seus espaços: indústria, comércio, etc. Quantos negros os ministros brancos irão chamar, pelo menos, para o segundo escalão? Somos 53,7% de brasileiros, e o conjunto da sociedade brasileira tem nos excluído.

Os ativistas relatam que já estão se organizando para evitar a perda de conquistas recentes. Entre as políticas citadas, estão as de cotas raciais, o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida. Lúcia Xavier, que participa da organização da Marcha das Mulheres Negras, pretende manter os eventos de rua, além de realizar reuniões para denunciar eventuais supressões de direitos:

— Vamos buscar fazer valer a constituição.

Frei David, por outro lado, já tem o primeiro evento na agenda: apesar de estar marcado há cerca de oito meses, o Encontro de Estudantes e Coletivos Negros Universitários (EECUN), que acontece de

sexta-feira até domingo no campus da Ilha do Fundão, da UFRJ, vai incluir debates sobre o novo governo na pauta.

Fatiamento da votação 'não atenua o que fizeram', diz Dilma

A ex-presidente Dilma Rousseff comentou pela primeira vez nesta sexta-feira (2) o fatiamento do julgamento de seu impeachment e disse que a medida "não atenua" a decisão dos senadores de cassar seu mandato. Segundo ela, o afastamento definitivo foi a decretação de sua "pena de morte política". "Eu não acho que atenua o que fizeram, acho que são detalhes e decorrências do que fizeram. O fato gravíssimo é que me condenaram à pena de morte política ao me tirarem da Presidência da República", afirmou Dilma em entrevista à imprensa internacional no Palácio da Alvorada, transmitida em suas redes sociais. Ao lado de seu advogado, José Eduardo Cardozo, a petista disse achar "estranhíssimo essa votação dupla" dos senadores, que cassaram seu mandato por 61 votos a 20, mas não tiraram seus direitos de ocupar funções públicas. Foram 42 a 36 votos, mais três abstenções, pela inabilitação de Dilma, quando eram necessários 54 senadores para que ela perdesse os direitos de exercer função pública. "Acho que é estranhíssimo essa votação dupla. Vota de um jeito em uma e de outro jeito na outra", declarou. A bancada do PT no Senado apresentou, pouco antes da votação do impeachment na quarta-feira (31), um requerimento pedindo a divisão entre a condenação e a habilitação para ocupar funções públicas, acatado pelo presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) e do julgamento, Ricardo Lewandowski. O ministro do Supremo afirmou que a medida era prevista na Lei do Impeachment. Apesar disso, Dilma disse aos jornalistas que a lei "tem que ser mudada" porque permite o que ela chamou de "golpe parlamentar". "De todos os presidentes eleitos no Brasil só quatro cumpriram inteiramente seu mandato. Isso é extremamente grave. Tem que ser mudada essa lei, porque permite esse golpe parlamentar". Dilma lembrou que foi condenada por três vezes na ditadura militar e que, em uma delas, com pena de quatro anos, teve seus direitos políticos cassados por dez anos. A pena, porém, caiu. "A cassação [de meu mandato] é, de fato, uma pena principal. Você tem um impeachment sem crime de responsabilidade e tira os direitos políticos por oito anos também sem crime?", questionou. Sobre a tentativa de aliados do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) de usar o fatiamento da votação de seu impeachment para tentar reduzir a punição do peemedebista, Dilma rechaçou: "Está se tentando criar uma teoria na mídia de que, já que se mantiveram os meus direitos, tem que se manter os do Cunha também. Não, não mesmo, essa não". FUTURO Advogado de Dilma, Cardozo acredita que, com a absolvição na segunda votação, Dilma pode se candidatar a qualquer cargo eletivo mas a chefe, por sua vez, disse que "ainda não tem um projeto eleitoral elaborado". A petista afirmou que vai se mudar para Porto Alegre nos próximos dias – a mudança está prevista para domingo (4) – e que pretende viajar a alguns países, como Chile, Argentina e Uruguai, mas garantiu que isso não deve acontecer tão cedo. "Não ficarei em Brasília. Pretendo ir para Porto Alegre e tenho a possibilidade de ficar um tempo no Rio porque a minha mãe, tradicionalmente, mora no Rio de Janeiro. Na semana que vem vou para Porto Alegre, pretendo fazer isso no início da semana. Tenho que levar tudo do Palácio e isso requer logística e suor", disse. "Visitarei todos esses países... mas daqui a pouco, não. Não tenho condições de falar da minha agenda agora", completou. NOVA AÇÃO NO STF A defesa de Dilma vai protocolar até a próxima terça-feira (6) uma nova ação no STF (Supremo Tribunal Federal) para pedir a anulação de todo o processo, um mandado de segurança alegando que não há "justa causa" para o impeachment. Nesta quinta-feira (1), a defesa já havia protocolado uma ação no Supremo pedindo a anulação da decisão do Senado que a cassou e pedindo a realização de um novo julgamento. Segundo Cardozo, é "impossível" que a corte anule apenas uma das duas votações do processo. "Impossível o STF anular só aquela decisão.

Impeachment oi 'tropeço da democracia', diz Lewandowski

O ministro do STF Ricardo Lewandowski, na votação do processo de impeachment de Dilma Rousseff

A declaração foi registrada pela revista "Caros Amigos", que publicou uma gravação de trechos de uma aula que Lewandowski ministrou na Faculdade de Direito da SP, da qual é professor titular. O ministro, que presidiu o julgamento da ex-presidente no Senado, fazia considerações sobre a participação popular na democracia brasileira quando passou a falar sobre a deposição da petista.

"Esse impeachment encerra novamente um ciclo daqueles aos quais eu me referi. A cada 25, 30 anos, no Brasil, nós temos um tropeço na nossa democracia", afirmou. O ministro disse que o modelo do presidencialismo de coalizão, com a existência de vários partidos políticos hoje, são 35 registrados no Tribunal Superior Eleitoral culminou no processo que cassou a petista.

"O presidencialismo de coalizão saiu disso da falta de participação popular, com grande número de partidos políticos, até por erro do Supremo, que acabou com a cláusula de barreira, e deu no que deu", afirmou. Ao fim do julgamento da petista, Lewandowski tomou a decisão de permitir o "fatiamento" da votação. Assim, o Senado pôde manter os direitos políticos de Dilma, mesma retirando-a do governo. A decisão é contestada, no STF, por partidos políticos de oposição ao PT. MEDIDA ROVISRIA Lewandowski também criticou a reforma curricular do Ensino Médio, que foi feita através de medida provisória editada pelo governo de Michel Temer (PMDB) na última quinta-feira (22). "Alguns inominados, fechados lá no gabinete, que resolveram: 'vamos tirar educação física, artes, isso e aquilo'. Não se consultou a população", afirmou. O STF recebeu, na terça-feira (2), um mandado de segurança que pede a suspensão da medida. No início do trecho gravado, que dura pouco mais de dois minutos, Lewandowski defende que o governo realize maior número de plebiscitos e referendos. Ele defendeu que todas as leis importantes devem ser submetidas a consultas populares antes de entrarem em vigor, citando o caso do desarmamento tema de referendo de abrangência nacional em 2005 como exemplo. "Entre nós, a participação popular é muito limitada", afirmou. "Raramente houve plebiscito ou referendo."

Lewandowski permite votação sobre direitos de Dilma em separado

O presidente do STF, Ricardo Lewandowski, preside sessão do Senado ao lado de Renan Calheiros ARIAA AUBERT BORA LVARES VALO RU DE BRASÍLIA 31/08/2016 12h28 No comando da fase final do impeachment de Dilma Rousseff, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, decidiu acatar o pedido da defesa da petista de votar separadamente à perda de mandato a inabilitação. O recurso usado pela defesa de Dilma pretende minimizar os impactos do esperado resultado final do julgamento, que deve afastá-la em definitivo do cargo. Isso porque, se inabilitada, além de deixar a Presidência da República, a petista fica impedida de exercer qualquer função na administração pública. Apesar dos apelos da base de Temer, Lewandowski acatou o pedido, atendendo a um pedido do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que o procurou ontem com a solicitação. O ministro argumentou que precisava manter a coerência com a conduta que tem adotado até então e deferir o cumprimento do Regimento Interno do Senado. Acatada a proposta de votar em separado a inabilitação para cargos públicos para Dilma Rousseff, os aliados da presidente afastada acreditam que, pelo menos nesta questão, vão conseguir uma votação favorável à petista. "Na perda de mandato, a situação está muito difícil, mas na inabilitação, se for votada em separado, temos grandes chances de ganhar", afirmou o senador Lindbergh Farias (PTR). Segundo o petista, os aliados de Dilma conseguiram a promessa de alguns senadores, que vão aprovar o afastamento definitivo da presidente, de votar a favor dela na questão da inabilitação para cargos públicos. É o caso do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), que já declarou seu voto a favor do afastamento definitivo de Dilma, mas defendeu a separação da inabilitação no momento da discussão do assunto no início da sessão. "Nesse caso, estou do lado dela Dilma". Reservadamente, petistas dizem que muitos senadores podem votar a favor de Dilma no tópico da inabilitação de cargos para "reduzirem o peso na consciência" de aprovarem a perda de mandato da petista.

Golpe, na verdade, está só começando

O Senado consumou nesta quarta (31) o golpe contra o mandato da presidenta Dilma Rousseff: 61 votos senatoriais cassaram, numa eleição indireta, 54 milhes de votos populares. Mas isso é só o prenúncio do que está por vir. O golpe, na verdade, está apenas começando. Michel Temer, ainda como interino, recebeu os primeiros avisos do mercado de que o prazo para "medidas consistentes" em defesa de seus interesses é o fim do ano. A banca cobra a fatura. Afinal, quem mais poderia faz-lo?

Temer não foi eleito e, ao que tudo indica, não pretende disputar reeleição. Não precisa prestar contas a ninguém e não ser aqueles que sustentaram a manobra que o levou ao Planalto. Quanto ao Parlamento, a questão se resolve com a distribuição de cargos, em grande medida já efetuada. Cunha é um caso à parte e é de se esperar uma atuação decidida de Temer para abrandar sua pena e evitar a prisão. A grande fatura é mesmo devida à elite empresarial e financeira, que deu inequívoco suporte ao impeachment, e exige um pacote de reformas regressivas, um verdadeiro golpe aos direitos sociais e trabalhistas. As medidas antipopulares estão organizadas em três grandes frentes. Primeiro, um golpe contra a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Eliseu Padilha já deu a senha de como será. Basta torná-la sem efeito. É o que se pretende apoiando a aprovação de alguns projetos no Congresso: o PLC 30, que autoriza a universalização dos contratos precários ao permitir a terceirização das atividades-fim e o PL 4193, que autoriza a prevalência do negociado sobre o legislado e o PL 42, que institui a negociação individual entre empregado e empregador. Com a aprovação desses projetos, a CLT deixa de ser obrigatória, perdendo na prática qualquer efetividade. Nem a ditadura militar, em seus 20 anos sombrios, ousou destruir a CLT. Temer pretende faz-lo em dois anos. Segundo, um golpe contra a Previdência. A reforma que querem aprovar ainda em 2016 é de uma perversidade que faz lembrar o ex-ministro das Finanças japonês Taro Aso, que chocou o mundo ao dizer que os idosos deveriam "se apressar e morrer" para poupar gastos públicos. As principais medidas são o estabelecimento de uma idade mínima de 65 anos e a desvinculação do reajuste do salário mínimo com a aposentadoria. É desolador e não para por aí. O terceiro grande golpe é contra a Constituição de 1988 e sua rede de proteção social. A PEC 241 pretende congelar o investimento público por 20 anos, atingindo gastos com educação, saúde e programas sociais. Na prática, trata-se de constitucionalizar a política de austeridade. Por tudo isso, o dia não marca a conclusão de um golpe, mas o início. Essa agenda não foi eleita e jamais seria. Só pode ser aplicada com um cerceamento da democracia, pela anulação do voto. Seria, contudo, acreditar em conto de fadas supor que um golpe dessa dimensão passará sem resistência. A maioria do povo não foi às ruas até aqui nem de um lado nem de outro por acreditar que não era com eles. Quando começar a perceber o que de fato está em jogo, o cenário será outro.

Países bolivarianos reagem a cassação de Dilma Rousseff e condenam 'golpe'

Venezuela, Equador e Bolívia anunciaram nesta quarta-feira (31) que tomarão medidas diplomáticas em protesto ao impeachment de Dilma Rousseff. Tanto o Equador quanto a Venezuela anunciaram a retirada de seus embaixadores no país. Já a Bolívia, convocou o seu diplomata para consulta. Em resposta ao posicionamento adotado pelos governos bolivarianos, antigos aliados dos governos Lula e Dilma, o Itamaraty deverá divulgar nas próximas horas comunicado convocando seus embaixadores nos três países para consulta. O presidente do Equador, Rafael Correa, anunciou nesta que iria retirar o embaixador do país no Brasil minutos após a aprovação do impeachment da presidente Dilma Rousseff pelo Senado brasileiro. Veja "Destituíram a Dilma. Uma apologia ao abuso e à traição. Retiraremos nosso encarregado da embaixada", escreveu Correa em sua conta no Twitter. O chanceler venezuelano, Guillaume Long, confirmou que a embaixada ficará a cargo do terceiro secretário, mas não se referiu a um congelamento de relações entre os dois países. "Provavelmente haverá algum efeito nas relações bilaterais entre os países, vamos revisar todos os aspectos e tomaremos decisões sobre cada um deles em função da nossa posição frente a este golpe de Estado no Brasil", afirmou. Mais tarde, foi a vez do governo do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, anunciar a retirada de seu embaixador do Brasil e o congelamento das relações com o país devido ao que designou como "golpe parlamentar". Segundo comunicado da chancelaria venezuelana, o país "decidiu retirar definitivamente seu embaixador na República Federativa do Brasil e congelar as relações políticas e diplomáticas com o governo surgido deste golpe parlamentar". Na manhã desta quarta (31), antes da votação da cassação de Dilma, o presidente boliviano, Evo Morales, também

aliado de Dilma, havia dito que iria convocar seu embaixador em Brasília caso o impeachment da petista fosse aprovado.

Veja "Se prosperar o golpe parlamentar contra o governo democrático de @dilmabr, a Bolívia convocará seu embaixador. Defendamos a democracia e a paz", escreveu o presidente boliviano. Após a votação, já na tarde desta quarta, Morales cumpriu a promessa e convocou para consulta o seu embaixador no país —em escala de severidade, a medida está um grau abaixo da tomada pela Venezuela. A chancelaria do país aproveitou a oportunidade para "fazer um chamado a todos os Estados da região a rechaçar estes golpes de Estado 'suaves' ante o perigo de um enfraquecimento institucional da democracia, provocado por oposições incapazes de ganhar os votos necessários para formar um governo".

Nos últimos anos, o Brasil se tornou um importante parceiro comercial desses países, que contam com forte participação de empresas brasileiras e do governo do país em suas economias, especialmente nos setores de construção civil e energia.

No início deste mês, o senador americano Bernie Sanders, pré-candidato à Presidência derrotado nas prévias democratas, também criticou o processo de impeachment de Dilma. "Para muitos brasileiros e observadores o controverso processo de impeachment se parece mais com um golpe."

Sanders pediu uma posição mais forte dos EUA contra o afastamento de Dilma. O governo de Barack Obama tem se mantido distante do tema.

Por 61 votos a 20, o Senado condenou Dilma por crime de responsabilidade pelas chamadas "pedaladas fiscais", que são o atraso no repasse de recursos do Plano Safra a bancos públicos, e pela edição de decretos de créditos suplementares sem aval do Congresso. Foram 7 votos a mais do que o mínimo necessário —54 das 81 cadeiras do Senado.

Dilma Rousseff convoca a imprensa para dizer que não vai renunciar

"Aqueles que querem a renúncia estão reconhecendo que não há uma base real para o pedido da minha saída desse cargo", diz a presidente.

Diante da crise política brasileira, a presidente [Dilma Rousseff](#) julgou necessário na sexta (11) convocar a imprensa no Palácio do Planalto para dizer que não vai renunciar. A presidente chegou sorrindo para conversar com os jornalistas, mas para tratar de um assunto nada usual: reforçar que não vai renunciar, que não está conformada com o agravamento da crise política. "Eu não estou resignada diante de nada. Não tenho, não tenho essa atitude diante da vida, e acredito que é por isso que eu represento o povo brasileiro, que também não é um povo resignado", declara Dilma Rousseff. "Não renuncio. Então deixa eu falar sobre isso. A renúncia é um ato voluntário. Aqueles que querem a renúncia estão, ao propô-la, reconhecendo que não há uma base real para pedir da minha saída desse cargo", afirma. Na entrevista, ela voltou a defender o ex-presidente Lula e criticou o pedido de prisão preventiva feito pelo Ministério Público de São Paulo. "O governo repudia em gênero, número e grau esse ato praticado contra o presidente Lula. Chama o país a mais diálogo, a mais calma, a menos turbulência, a menos pessoas tentando se promover em situações que não cabem isso", afirma a presidente da República. Dilma desconversou sobre um assunto que circula desde o começo da semana quando Lula foi à Brasília: a possibilidade do ex-presidente se tornar ministro. Integrantes do governo defendem abertamente a ideia. Lula passaria a ter foro privilegiado no STF. Mas o ex-presidente tem resistido e disse a parlamentares que poderia pegar mal e que pode ajudar o governo estando fora dele. Dilma não confirmou que ofereceu um ministério. "Eu não costumo discutir como é que eu formo meu ministério. Eu teria o maior orgulho de ter o presidente Lula no meu governo porque o presidente Lula é uma pessoa com experiência, é uma pessoa com grande capacidade de formulação de políticas, e aí eu estou dizendo da capacidade gerencial do presidente Lula, e por isso posso garantir a vocês que teria um grande orgulho de ter ele no meu governo". Na entrevista de cerca de 20 minutos, a presidente também disse que o governo está analisando quando vai apresentar a reforma da Previdência e que o ministro da Fazenda está firme no cargo, apesar de críticas do PT à condução da política econômica. No fim, por iniciativa própria, voltou ao tema. "Agora, por favor, pelo menos testemunhem que eu não tenho cara de quem vai renunciar. Obrigada", declara Dilma. O governo está muito preocupado com a convenção do [PMDB](#) no sábado (12). Ao longo do dia, ministros conversaram com lideranças do PMDB para tentar uma reaproximação com o partido que está a cada dia se afastando mais do governo. Uma ala peemedebista, principalmente na [Câmara](#), defende o rompimento. Outros avaliam que não é o momento de sair, e cresce,

entre os parlamentares, a percepção de que, dependendo da decisão do PMDB, o processo de impeachment pode ganhar defensores.

Revista 'The Economist' muda tom pessimista após saída de Dilma

DANIEL BUARQUE, 02/09/2016 02h00

A capa da revista britânica "The Economist" havia defendido, em março, o que se consolidou nesta semana. Era hora de Dilma Rousseff partir, dizia, criticando seu governo e a chamando de "inepta". Nesta quinta (1º), um dia depois do impeachment, a publicação oficializou uma mudança de tom em sua cobertura relacionada ao Brasil: Esta é a "hora de Temer", diz o título da reportagem sobre o novo presidente. A mudança de governo, e as alterações da política econômica sempre afetam a cobertura que a revista faz sobre o Brasil, segundo a pesquisa de doutorado da socióloga Camila Maria Risso Sales, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Seu estudo revela que a "Economist" alterna historicamente sua cobertura sobre o Brasil em momentos entusiasmo e de decepção dependendo do rumo tomado pela política econômica adotada pelo governo brasileiro. Isso explica as famosas capas em que o Cristo Redentor decolava, e a seguinte, em que ele perdia o rumo. Em entrevista à Folha, Sales disse que, a partir disso, é possível ver semelhanças entre a cobertura da revista nos dias de hoje e na época do golpe militar, em 1964, por exemplo. Nos dois casos fica clara a defesa de uma mudança na política econômica. "Há uma tendência a uma visão mais positiva quanto às políticas que seriam implementadas pelo novo governo", explica. Quase como comprovação de sua tese, depois do afastamento de Dilma, a revista publicou, em junho, um artigo em que defendia que o governo Temer abria espaço para que o país recuperar a economia. "A visão da Economist é mais positiva sobre o Brasil se a política econômica do país se aproxima mais do viés liberal", disse Sales. Ela ressalta que, como "a revista é sobre economia, é natural que ela dê mais ênfase aos aspectos econômicos". Mas alega que saber desse viés ajuda a avaliar de forma mais crítica sua cobertura. Segundo ela, a revista se importa com estabilidade e o livre mercado, e houve momentos durante a ditadura em que isso foi priorizado no lugar da democracia. Isso mudou desde então, segundo a socióloga. "Não é possível dizer que os valores democráticos sejam hoje secundários para a revista", explicou. Ela alega, entretanto, que a publicação deu pouca voz à defesa de Dilma. Apesar da abordagem crítica, Sales admite que a publicação não "inventa" um Brasil diferente da realidade, e que foi objetiva em relação ao processo de impeachment.

Ruas explodem em protestos e panelaços

Ao menos 19 estados e o DF tiveram atos nesta quarta-feira (16). Atos foram contra nomeação de Lula ministro e pediram renúncia de Dilma.

Manifestações contra o governo da presidente da República, [Dilma Rousseff](#) (PT), à nomeação do ex-presidente Lula como chefe da Casa Civil e o PT aconteceram nesta quarta-feira (16) em ao menos 19 estados do país (AC, AL, AM, BA, CE, ES, GO, MT, MS, MG, PA, PR, PE, RJ, RO, RN, RS, SC, SP) e no Distrito Federal.

Os protestos foram pacíficos, com poucos incidentes isolados. Grande parte dos manifestantes vestiu verde e amarelo e levou cartazes contra Lula, o governo federal e o PT. Houve registros de 'panelaços' e 'buzinaços' em várias cidades do país.

O Palácio do Planalto anunciou nesta quarta, por meio de nota oficial, a nomeação do ex-presidente, investigado na operação Lava Jato, para o cargo de ministro da Casa Civil, no lugar de Jaques Wagner, que será deslocado para a chefia de gabinete da presidente Dilma Rousseff.

Os protestos foram convocados, segundo os organizadores, após o anúncio de que Lula assumiria a Casa Civil e da [divulgação dos grampos telefônicos de conversas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da](#)

[Silva com aliados](#) - entre eles, um diálogo com a presidente, que provocou reação imediata nos meios políticos e nas ruas.

ACRE

[Rio Branco](#) - Grupo de aproximadamente 40 pessoas fez ato em frente ao Palácio Rio Branco, no Centro da capital.

Segurando a bandeira do Brasil e cartazes, os manifestantes pediam a saída de Dilma da presidência.

ALAGOAS

[Maceió](#) - Cerca de mil pessoas, segundo o Movimento Brasil (MB), se concentraram na orla de Maceió nesta noite. Elas pediram a renúncia da presidente.

A polícia estima a participação de 250 manifestantes. No local, os manifestantes, vestidos com roupas em verde e amarelo, fizeram uso de faixas, cartazes, bandeiras do Brasil e apitos.

AMAZONAS

[Manaus](#) - Manifestantes se concentraram em um posto de gasolina na Zona Centro-Sul.

De acordo com informações atualizadas da Polícia Militar (PM-AM), cerca de 300 pessoas participaram do ato. A organização do ato chegou a estimar cerca de 1.500 pessoas.

O ato iniciou por volta das 19h na Avenida Djalma Batista. Após ocuparem parte da via em frente ao posto, manifestantes seguiram para o Amazonas Shopping, ainda na Djalma Batista, e depois para a Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam), na Avenida Mário Ypiranga. O ato foi encerrado às 23h40, após o grupo cantar o hino nacional em frente à sede do órgão.

BAHIA

[Salvador](#) - Cerca de 100 pessoas, segundo os organizadores, saíram em caminhada do Farol da Barra, por volta das 22h, foram até o final do calçadão e retornaram para o Farol. A polícia não acompanhou o ato.

O grupo exibiu cartazes contra a nomeação de Lula e pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, e gritaram palavras de ordem. A manifestação não causou retenções no trânsito.

CEARÁ

[Fortaleza](#) - Manifestantes fizeram protesto na Praça Portugal, no Bairro Aldeota. Segundo os manifestantes, o ato concentrou cerca de 2 mil pessoas. A polícia não divulgou estimativa.

Os manifestantes afirmaram que são contra a nomeação do ex-presidente Lula como ministro da Casa Civil.

"A nomeação é uma forma de obstruir as investigações, de o ex-presidente se livrar do juiz Sérgio Moro; se não é pra se livrar, que ele então renuncie ao foro privilegiado", disse o advogado Sérgio Morais, de 46 anos.

DISTRITO FEDERAL

[Brasília](#) - Manifestantes protestaram fechando todas as faixas do Eixo Monumental, em frente ao Palácio do Planalto. Cerca de 5,5 mil pessoas estavam no local por volta das 21h10, segundo a Polícia Militar. Os organizadores disseram que 6 mil participavam do ato.

Por volta das 18h15, a PM chegou a disparar gás de pimenta para evitar confronto entre o grupo e participantes de um ato em favor do petista. Um homem foi detido e solto em seguida por suspeita de explodir uma bomba caseira próximo à sede do Executivo. Houve confronto entre polícia e participantes do ato.

O protesto durou cerca de sete horas – das 17h à 0h – e deixou pelo menos três feridos. Policiais usaram bomba de efeito moral e spray de pimenta. Os manifestantes reagiram atirando garrafas PET.

ESPÍRITO

SANTO

[Vitória](#) - Um grupo de 70 pessoas, segundo a Polícia Militar, protestou na orla da Praia de Camburi vestido com camisas amarelas e segurando as bandeiras do Brasil e do Espírito Santo. Os organizadores disseram que 120 pessoas estavam no local.

A manifestação começou depois das 19h e terminou às 21h30. Segundo a Guarda Municipal, o grupo fechou duas faixas no sentido Serra e o trânsito ficou complicado próximo ao Clube dos Oficiais.

GOIÁS

[Goiânia](#) - Manifestantes protestaram contra o governo da presidente Dilma Rousseff (PT), o ex-presidente Lula (PT) e em apoio às investigações da Polícia Federal em frente à sede da corporação em Goiânia.

Segundo a PM, cerca de 40 pessoas estavam no local. As manifestações começaram por volta de 19h, mas às 20h10 as pessoas já haviam se dispersado.

Ainda conforme a PM, duas pessoas de manifestações opostas trocaram ameaças e foram levadas para a delegacia.

MATO GROSSO

[Cuiabá](#) - Cerca de 100 pessoas, segundo a PM, realizaram protesto na Praça 8 de Abril, na região central. O protesto foi convocado pelas redes sociais após a confirmação da nomeação do ex-presidente Lula ao ministério, teve início por volta das 18h e terminou às 22h.

Os manifestantes levaram cartazes, bandeiras, faixas e um boneco “pixuleco”. Motoristas que apoiam a causa também fizeram buzinação ao passar pela praça, que fica em frente à sede do Ministério Público Federal (MPF).

MATO GROSSO DO SUL

[Campo Grande](#) - Manifestantes fecharam uma das vias da avenida Afonso Pena e o trânsito no local foi interrompido no sentido Centro-bairro, na frente da sede do MPF. O grupo chegou ao MPF por volta das 19h45 (de MS).

Segundo a organização, 3 mil pessoas participaram do ato. A Polícia Militar (PM) calculou 500 pessoas no início do protesto, mas não divulgou mais estimativas de público. O ato foi encerrado à meia-noite.

Os manifestantes carregaram bandeiras do Brasil. Uma viatura da Polícia Militar esteve no local e foi recebida com hostilidade pelos manifestantes. A organização pediu para os participantes protestarem sem violência.

MINAS GERAIS

[Belo Horizonte](#) - Grupo se reuniu, no fim da tarde, na Praça da Liberdade, na Região Centro-Sul, e fechou parcialmente o trânsito no local. A Polícia Militar informou que 3,5 mil pessoas participaram do ato 22h; já os organizadores não divulgaram estimativa.

Às 23 horas eles estavam na Praça Sete, no Centro da capital mineira e logo após se dispersaram.

O grupo carregou uma grande bandeira de Minas Gerais, além de bandeiras do Brasil e cartazes e faixas contra Lula, Dilma, o PT e a corrupção.

[Uberlândia](#) - Grupo se reuniu na Praça Tubal Vilela, na região Central, no cruzamento entre a Avenida Floriano Peixoto com a Rua Olegário Maciel. Até as 21h15, a Polícia Militar (PM) contou 300 pessoas na manifestação.

Os manifestantes gritavam palavras de ordem e pediam a renúncia da presidente. Alguns veículos que transitavam pelo local buzonavam em apoio.

PARÁ

Belém - moradores fizeram 'panelaço' nos bairros do Umarizal e Nazaré em protesto contra o governo Dilma.

PARANÁ

[Curitiba](#) - Manifestantes realizaram protesto em frente à sede da Justiça Federal, onde trabalha o juiz Sérgio Moro. O local é onde ocorrem os julgamentos dos processos relacionados à Operação Lava Jato, em primeira instância.

Com cartazes, bonecos e bandeiras do Brasil, o grupo gritava palavras de ordem. Motoristas que passavam na região buzonavam, mostrando apoio ao protesto. A Polícia Militar acompanhou a manifestação, que foi pacífica.

PERNAMBUCO

[Recife](#) - Grupo protestou em Boa Viagem, na Zona Sul da cidade. Vestidas nas cores verde e amarela e com bandeiras do Brasil, cerca de mil pessoas, segundo a polícia, se concentraram no trecho da avenida, que fica em frente ao Segundo Jardim.

No local, os manifestantes gritavam mensagens de ordem, como "Fora Lula", "Fora Dilma" e "Fora PT". Em vários bairros da cidade, como Rosarinho, Aflitos, e Boa Viagem foram registrados panelaços.

RIO DE JANEIRO

[Rio de Janeiro](#) - Manifestantes contra o ex-presidente Lula e o atual governo fizeram um protesto na orla de Copacabana, no Rio de Janeiro. O ato bloqueou a Avenida Atlântica, em Copacabana, nos dois sentidos. Em seguida, a passeata foi para a Avenida Nossa Senhora de Copacabana, também fechando a via.

Segundo organizadores, cerca de 3 mil pessoas estavam no protesto. O batalhão da Polícia Militar de Copacabana estimou em 1 mil o número de participantes.

Os manifestantes gritam frases de ordem contra a nomeação de Lula e pedem a renúncia da presidente Dilma Rousseff. Houve tentativa de agressão a um manifestante pró-Dilma, o único tumulto registrado na manifestação, mas ele foi retirado do ato por policiais militares. O ato acabou por volta da 1h.

RIO GRANDE DO NORTE

[Natal](#) - Manifestantes fizeram um protesto na noite desta quarta-feira (16) na Zona Sul a cidade contra a nomeação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva como ministro-chefe da Casa Civil.

De acordo com a Polícia Militar, cerca de 150 pessoas participaram e fecharam parcialmente o trânsito no local. Para os organizadores, eram 500 os que protestaram.

RIO GRANDE DO SUL

[Porto Alegre](#) - Manifestantes protestaram na noite desta quarta nas imediações no Parcão na Região Central.

Segundo a Brigada Militar, pouco antes das 23h, cerca de 25 mil pessoas participaram do protesto, conforme estimativa do tenente Leandro Flores, oficial de serviço do 9º Batalhão da Brigada Militar (BPM), responsável pelo policiamento na área. Já os organizadores falaram em 35 mil.

No início do ato, o grupo havia bloqueado o trânsito na esquina da Rua Mostardeiro com a Avenida Goethe, o que exigiu o desvio de linhas de ônibus. O trânsito no cruzamento foi liberado por volta das 21h40.

Por volta das 23h30, a multidão começou a dispersar, finalizando a manifestação. Pouco depois da meia-noite, não havia mais ninguém no local.

RONDÔNIA

[Porto Velho](#) - Ao menos 50 pessoas, com faixas e bandeiras do Brasil, se reuniram nesta noite em frente ao shopping de Porto Velho.

Até as 23h, a Polícia Militar estimou o número de pessoas no ato, nem os organizadores. Não houve nenhum ato de vandalismo.

SANTA CATARINA

Florianópolis - moradores fizeram 'panelaço' no Centro da cidade em protesto contra o governo Dilma.

SÃO PAULO

[São Paulo](#) - Grupo se concentrou no vão livre do Masp no fim da tarde. Segundo a Polícia Militar, a manifestação teve início às 18h15. A PM estimou em 15 mil pessoas o pico de participantes na Avenida Paulista. Segundo a assessoria de imprensa do movimento Vem Pra Rua, ao final da noite o protesto reunia 70 mil pessoas no local.

Os manifestantes gritaram frases de ordem contra a nomeação de Lula e pediram a renúncia de Dilma. Quatro quarteirões da Paulista foram pelos manifestantes.

Às 19h20, os manifestantes bloqueavam todo o sentido Consolação da Avenida Paulista, na altura da Rua Professor Otávio Mendes, na região central da capital. Pouco depois, a via foi interditada nos dois sentidos. O ato seguia com pouco mais de 100 pessoas por volta das 4h30, quando o sentido Paraíso da via foi liberada. Mas pouco depois das 5h o trânsito voltou a ser bloqueado nos dois sentidos da avenida.

A manifestação começou sem liderança, mas ao longo da noite movimentos contrários ao governo apareceram na Avenida Paulista. Eles ergueram o boneco Pixuleco, com a imagem de Lula como presidiário, e um pato gigante amarelo, presente em outros protestos.

[Andradina](#) - Cerca de 50 carros, segundo os organizadores, fizeram uma carreata pelas principais ruas do centro. A Polícia Militar também contabilizou 50 veículos durante a passeata, com direito a buzinação.

[Araçatuba](#) - Manifestantes também foram para as ruas da cidade nesta noite para protestar contra o governo federal. O protesto é organizado pelo Movimento Brasil Livre e cerca de 30 pessoas estão no local.

Segundo os organizadores, eles se reuniram na Avenida Pompeu de Toledo, perto da Justiça Federal, e saíram em carreata. Segundo a Polícia Militar, 300 carros participaram da carreata.

[Bauru](#) - Grupo de manifestantes se reuniu em frente à sede da Polícia Federal. Cerca de 100 pessoas participam do ato por volta das 21h30, segundo a Polícia Militar. Já os organizadores estimam 150.

Com painéis, faixas e apitos, os manifestantes gritavam palavras de ordem como “Lula na cadeia”, “Vem para rua” e “fora PT”.

O sentido bairro-centro da avenida foi interditado pela Polícia Militar.

[Campinas](#) - Manifestantes fizeram um ato para protestar na região central de Campinas. De acordo com a PM, pelo menos 80 pessoas, participam do ato, que era pacífico. Eles estavam vestidos de verde e amarelo e com faixas e cartazes com frases como “Somos todos Moro”.

[Fernandópolis](#) - Protesto foi em forma de carreta e, segundo polícia e organizadores, cerca de 250 carros passaram pela Avenida Expedicionários Brasileiros. A manifestação foi organizada pelo Movimento Vem Pra Rua.

[Itapeva](#) - Manifestantes se concentraram com faixas e cartazes na praça de Eventos Zico Campolim. A concentração começou por volta das 21h, após o protesto ter sido organizado nas redes sociais.

O grupo saiu em ‘buzinaço’ e panelaço pela rua João Alonso Médico, avenida Acácio Piedade e percorreram as ruas da área central. De acordo com a organização, 50 veículos participaram do protesto. Já a Polícia Militar afirma que foram 30 veículos.

[Jundiá](#) - Cerca de 50 pessoas se reuniram na avenida Nove de Julho em manifestação contra o governo atual. Além disso, carros apoiaram a manifestação com buzinaço e pessoas nos prédios ao redor fazem panelaço. Com bandeiras do Brasil, os moradores gritam "Fora PT, Vem pra Rua e Lula devolve meu dinheiro".

[Ribeirão Preto](#) - Grupo protesta na Zona Sul da cidade. Segundo a Polícia Militar, 300 pessoas se concentram no cruzamento das avenidas Presidente Vargas e Professor João Fiúsa, Organizadores do ato, o Movimento Brasil Limpo e o Vem Pra Rua, estimam a participação de mil manifestantes.

A concentração teve início por volta das 19h30 após o juiz Sérgio Moro ter retirado o sigilo de interceptações telefônicas do ex-presidente [Luiz Inácio Lula da Silva](#). As conversas gravadas pela Polícia Federal incluem diálogo desta quarta com a presidente Dilma Rousseff, que o nomeou como ministro chefe da Casa Civil.

[São José dos Campos](#) - Manifestantes fecharam a Via Dutra por 30 minutos, nos dois sentidos, por volta das 23h30. De acordo com a Polícia Militar, além da rodovia, que é um dos principais corredores viários do país, houve ainda ao menos outros quatro pontos de manifestação na cidade, na região da avenida 9 de Julho.

Segundo a corporação, no local estavam cerca de 150 pessoas que protestam pacificamente. Já a concessionária falou em 200 pessoas.

[São José do Rio Preto](#) - Manifestantes se reuniram na avenida Alberto Andaló. O protesto é organizado pelo MCB (Movimento Cidadania Brasil) e começou por volta das 20h.

Os organizadores afirmam que 300 pessoas estão no local. Segundo estimativa da Polícia Militar, 300 pessoas estão na Andaló para protestar.

[Sorocaba](#) - Grupo começou a se formar por volta das 21h30 em uma praça na avenida Antonio Carlos Comitre, no Campolim para protestar, principalmente, contra a nomeação do ex-presidente Lula para ser ministro da Casa Civil.

Aproximadamente, 40 manifestantes estão carregando bandeiras do Brasil e faixas no local. Com bandeiras do Brasil, eles gritam palavras de ordem e pedem apoio dos motoristas que passam pela região. A ação segue pacífica sem acompanhamento da Guarda Civil Municipal (GCM) ou da Polícia Militar (PM).

‘ Processo é ruptura da ordem democrática’

Em entrevista à imprensa estrangeira, Dilma diz que Lula irá para o governo de qualquer jeito
 “Nós tivemos golpes de Estado militares. Em um sistema democrático, esses golpes mudam de forma.
 Cada regime tem seu tipo de golpe”

Dilma Rousseff

O mais influente diretório e símbolo da fidelidade à presidente Dilma, o PMDB do Rio decidiu romper com o governo. A decisão, comunicada ao vice Michel Temer, sinaliza a tendência da maior parte da legenda. Ontem, um dia após ministros do STF afirmarem que impeachment não é golpe e está previsto na Constituição, Dilma disse a jornais estrangeiros que seu impedimento seria a “ruptura da ordem democrática”. Dilma alegou que tirá-la do cargo deixaria cicatrizes duradouras para a

democracia e que apelará, “com todos os modos legais disponíveis”, para não sair da Presidência. Diante da repercussão internacional da crise política em que está envolvida, a presidente Dilma Rousseff reforçou ontem, a jornalistas estrangeiros, o discurso de que o processo de impeachment carece de bases legais, e que tirá-la do poder sem justificativa é golpe. Segundo ela, o movimento que estaria sendo engendrado agora não se compara ao golpe militar executado em 1964, mas o sucesso do impeachment seria a ruptura da ordem democrática. Dilma afirma que querem a renúncia dela para evitar retirarem um mandato legítimo de forma “indevida, ilegal e criminosa”.

— Nós tivemos golpes de Estado militares em nossa História. Em um sistema democrático, esses golpes mudam de forma. Cada regime tem seu tipo de golpe. A Constituição garante direitos, e em um golpe você subverte esses direitos e perverte a ordem democrática. E isso é perigoso. Sem base legal, esse processo é um golpe contra a democracia. E as consequências disso não sabemos, porque não temos capacidade de prever o futuro — afirmou, segundo o diário espanhol “El País”.

Na véspera, os ministros do STF Dias Toffoli e Cármen Lúcia afirmaram que, se for respeitada a Constituição, impeachment não é golpe. A entrevista foi concedida a jornalistas dos jornais “El País” (Espanha), “The Guardian” (Inglaterra), “The New York Times” (Estados Unidos), “Le Monde” (França) e “Página 12” (Argentina).

O “Guardian” ressaltou que Dilma distinguiu o que seria o golpe atual do golpe militar que jogou o Brasil numa longa ditadura.

— Eu não estou comparando o golpe de agora com os golpes militares do passado, mas seria a ruptura da ordem democrática no Brasil — disse a presidente.

A decisão de convocar jornalistas de veículos internacionais vem sendo executada desde o início da semana. Depois que importantes publicações passaram a defender, em seus editoriais, a renúncia da presidente, José Eduardo Cardozo (advogado-geral da União) falou com correspondentes estrangeiros em São Paulo, e Jaques Wagner (chefe de gabinete de Dilma) fez o mesmo no Rio.

PREVISÃO CONSTITUCIONAL

Personalidade da edição 2016 do Prêmio Faz Diferença, do GLOBO em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Cármen se posicionou na noite de quarta-feira sobre a legalidade do processo:

— Tenho certeza de que a presidente deve ter dito que se não se cumprir a Constituição é que poderia haver algum desbordamento. Não acredito que ela tenha falado que impeachment é golpe. O impeachment é um instituto previsto constitucionalmente.

Já Dias Toffoli disse que o impeachment é um instrumento democrático:

— Não se trata de um golpe. Todas as democracias têm instrumentos de controle, e o impeachment é um tipo de controle.

Sobre a participação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu Ministério, o que ainda depende de decisão do plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), Dilma disse que não há como impedir que ele ajude o governo, seja como ministro da Casa Civil, seja como assessor. De acordo com o jornal “El País”, a presidente afirmou que seu antecessor é “seu companheiro” e o defendeu das acusações de que ele só decidiu entrar no governo para escapar das investigações da Lava-Jato. A argumentação da oposição é que, com foro privilegiado, Lula passa a ser investigado pelo STF.

— O que acontece é que Lula iria fortalecer meu governo, e os partidários do quanto pior, melhor não querem isso. Agora, digo uma coisa: ou ele vem como ministro ou vem como assessor, de uma maneira ou de outra. Não tem como impedir.

Dilma investe sobre a imprensa estrangeira para registrar a sua visão sobre a crise política que enfrenta. Em um evento com centenas de juristas pela legalidade e em defesa da democracia esta semana, no Planalto, a presidente radicalizou o discurso, denunciando um “golpe em curso”. Ontem, com os repórteres estrangeiros, voltou a dizer que não renunciará.

— A oposição me pede que eu renuncie. Por quê? Por que sou uma mulher fraca? Não, não sou uma mulher fraca. Minha vida não foi isso. Pedem que eu renuncie para evitar tirarem uma presidente eleita, de forma ilegal, indevida e criminosa. Pensam que devo estar muito afetada, que devo estar completamente desestruturada, muito pressionada. Mas não estou assim, não sou assim — disse, lembrando que lutou duramente contra a ditadura militar.

Segundo reportagem do “Guardian”, Dilma argumentou que qualquer tentativa de tirá-la do poder ilegalmente deixaria cicatrizes profundas na democracia brasileira. Aos jornalistas, Dilma apontou que o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que deu início ao processo de impeachment, é

rêu por corrupção. Afirmou que a oposição não aceitou a derrota apertada que sofreu nas últimas eleições e vem sabotando a agenda legislativa, o que está afundando o país.

De acordo com o jornal “El País”, Dilma disse que Cunha quis barganhar com o governo o apoio da base aliada contra a abertura de um processo de cassação do mandato dele no Conselho de Ética da Câmara em troca de não aceitar o pedido de impeachment.

Dilma se disse favorável aos protestos de rua, porque veio de “uma geração em que se você abrisse a boca poderia ir para a prisão”, mas ressaltou que os que se manifestaram pelo impeachment representam menos de 2% da população brasileira. A presidente também criticou “métodos fascistas” usados por alguns opositores. O “New York Times” descreveu como Dilma diz reagir aos protestos pelo impeachment.

— Não vou dizer que é agradável ser vaiada, mas eu não sou uma pessoa depressiva. Eu durmo bem à noite — garantiu.

Com relação às acusações que pesam sobre o marqueteiro de suas campanhas eleitorais, João Santana, Dilma negou que tenha recebido financiamento ilegal. Perguntada se aceitará a decisão do Congresso de tirá-la da Presidência, caso o impeachment seja aprovado, Dilma respondeu:

— Nós iremos apelar com todos os métodos legais disponíveis.

Segundo os repórteres do “Guardian”, Dilma estava animada e calma ao longo de toda a entrevista e só demonstrou irritação quando perguntada sobre a decisão do juiz Sérgio Moro de divulgar as conversas que teve com Lula, o que ateou mais fogo na crise política. Ao defender que houve violação da privacidade, dizem os jornalistas, Dilma bateu na mesa.

OPOSIÇÃO CRÍTICA ENTREVISTA

A oposição criticou a fala da presidente, classificando-a como um discurso que tenta confundir a população.

— O momento é de desespero do governo. A legalidade se rompe quando ela quer nomear um ministro para criar uma fuga da Justiça — afirmou o vice-líder do PSDB na Câmara, Nilson Leitão, referindo-se à escolha de Lula para a Casa Civil.

O líder do DEM no Senado, Ronaldo Caiado (GO), criticou o teor da entrevista:

— Dilma acha que dar entrevistas alardeando mentiras a correspondentes vai convencer. Os jornalistas estrangeiros acompanham de perto a crise criada pelo PT e sabem que foi o próprio partido que cavou o buraco em que está. O impeachment é legal, constitucional e tem respaldo do STF.

Já o presidente do PSB, Carlos Siqueira, afirmou que o discurso da presidente pode causar danos à imagem do país:

— Dizer que há um golpe de Estado, nós não podemos aceitar. Essa mentira vai custar caro à imagem do nosso país. O ministro Dias Toffoli foi claro e até pedagógico para demonstrar que no Brasil não está havendo golpe contra quem quer que seja.

Senadores pró-Dilma farão voto em separado contra 'traição' e 'golpe'

Apoiadores da presidente afastada Dilma Rousseff apresentam nesta terça-feira (2) ao Senado voto em separado para sessão sobre o impeachment da petista. No texto, o presidente interino, Michel Temer, é acusado de traição por participar de trama para a deposição de Dilma.

Segundo o texto, Temer “traíu o projeto que o fez vice-presidente do Brasil” e se valeu da agenda oficial para “construir o impeachment”.

O texto aponta o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e o TCU (Tribunal de Contas da União) como protagonistas do que chamam de golpe. As senadoras Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Vanessa Grazziotin (PC do B-AM) foram escaladas para a leitura do documento, que traz forte oposição a um eventual governo Temer.

Segundo o texto, o impeachment de Dilma nasce da promessa de que a operação Lava Jato seja enterrada. Os senadores pró-Dilma também acusam o governo interino de ameaçar os direitos sociais em benefício dos ricos. “O governo provisório de Michel Temer ainda não chegou ao FMI moderno. Ficou parado na ‘reaganomics’ – política econômica adotada pelo [então] presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, durante a década de 80. A mesma política que resultou, em última instância, nesta gravíssima crise mundial.”

O texto chama de “insanas” as medidas anunciadas pelo governo interino. “Para além do demérito das políticas do governo interino e ilegítimo, a questão principal aqui tange à democracia: as políticas

aprovadas pelas urnas do governo Dilma Rousseff estão sendo substituídas por políticas que não foram submetidas ao imprescindível crivo do voto popular", afirma.

Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato

Em conversas ocorridas em março passado, o ministro do Planejamento, senador licenciado Romero Jucá (PMDB-RR), sugeriu ao ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado que uma "mudança" no governo federal resultaria em um pacto para "estancar a sangria" representada pela Operação Lava Jato, que investiga ambos.

Gravados de forma oculta, os diálogos entre Machado e Jucá ocorreram semanas antes da votação na Câmara que desencadeou o impeachment da presidente Dilma Rousseff. As conversas somam 1h15min e estão em poder da PGR (Procuradoria-Geral da República).

O advogado do ministro do Planejamento, Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, afirmou que seu cliente "jamais pensaria em fazer qualquer interferência" na Lava Jato e que as conversas não contêm ilegalidades.

Machado passou a procurar líderes do PMDB porque temia que as apurações contra ele fossem enviadas de Brasília, onde tramitam no STF (Supremo Tribunal Federal), para a vara do juiz Sergio Moro, em Curitiba (PR).

Primeiro trecho

Gravação de Romero Jucá - primeiro trecho

Leia a transcrição dos áudios

Em um dos trechos, Machado disse a Jucá: "O Janot está a fim de pegar vocês. E acha que eu sou o caminho. [...] Ele acha que eu sou o caixa de vocês".

Na visão de Machado, o envio do seu caso para Curitiba seria uma estratégia para que ele fizesse uma delação e incriminasse líderes do PMDB.

Machado fez uma ameaça velada e pediu que fosse montada uma "estrutura" para protegê-lo: "Aí fodeu. Aí fodeu para todo mundo. Como montar uma estrutura para evitar que eu 'desça'? Se eu 'descer'...".

Mais adiante, ele voltou a dizer: "Então eu estou preocupado com o quê? Comigo e com vocês. A gente tem que encontrar uma saída".

Machado disse que novas delações na Lava Jato não deixariam "pedra sobre pedra". Jucá concordou que o caso de Machado "não pode ficar na mão desse [Moro]".

O atual ministro afirmou que seria necessária uma resposta política para evitar que o caso caísse nas mãos de Moro. "Se é político, como é a política? Tem que resolver essa porra. Tem que mudar o governo para estancar essa sangria", diz Jucá, um dos articuladores do impeachment de Dilma. Machado respondeu que era necessária "uma coisa política e rápida".

"Eu acho que a gente precisa articular uma ação política", concordou Jucá, que orientou Machado a se reunir com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) e com o ex-presidente José Sarney (PMDB-AP).

Machado quis saber se não poderia ser feita reunião conjunta. "Não pode", disse Jucá, acrescentando que a ideia poderia ser mal interpretada.

Segundo trecho

Gravação de Romero Jucá - segundo trecho

Leia a transcrição dos áudios

O atual ministro concordou que o envio do processo para o juiz Moro não seria uma boa opção. "Não é um desastre porque não tem nada a ver. Mas é um desgaste, porque você, pô, vai ficar exposto de uma forma sem necessidade."

E chamou Moro de "uma 'Torre de Londres'", em referência ao castelo da Inglaterra em que ocorreram torturas e execuções entre os séculos 15 e 16. Segundo ele, os suspeitos eram enviados para lá "para o cara confessar".

Jucá acrescentou que um eventual governo Michel Temer deveria construir um pacto nacional "com o Supremo, com tudo". Machado disse: "aí parava tudo". "É. Delimitava onde está, pronto", respondeu Jucá, a respeito das investigações.

O senador relatou ainda que havia mantido conversas com "ministros do Supremo", os quais não nominou. Na versão de Jucá ao aliado, eles teriam relacionado a saída de Dilma ao fim das pressões da imprensa e de outros setores pela continuidade das investigações da Lava Jato.

Jucá afirmou que tem "poucos caras ali [no STF]" ao quais não tem acesso e um deles seria o ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no tribunal, a quem classificou de "um cara fechado".

Machado presidiu a Transpetro, subsidiária da Petrobras, por mais de dez anos (2003-2014), e foi indicado "pelo PMDB nacional", como admitiu em depoimento à Polícia Federal. No STF, é alvo de inquérito ao lado de Renan Calheiros.

Dois delatores relacionaram Machado a um esquema de pagamentos que teria Renan "remotamente, como destinatário" dos valores, segundo a PF. Um dos colaboradores, Paulo Roberto Costa disse que recebeu R\$ 500 mil das mãos de Machado.

Jucá é alvo de um inquérito no STF derivado da Lava Jato por suposto recebimento de propina. O dono da UTC, Ricardo Pessoa, afirmou em delação que o peemedebista o procurou para ajudar na campanha de seu filho, candidato a vice-governador de Roraima, e que por isso doou R\$ 1,5 milhão.

O valor foi considerado contrapartida à obtenção da obra de Angra 3. Jucá diz que os repasses foram legais.

-

LEIA TRECHOS DOS DIÁLOGOS

Data das conversas não foi especificada

SÉRGIO MACHADO - Mas viu, Romero, então eu acho a situação gravíssima.

ROMERO JUCÁ - Eu ontem fui muito claro. [...] Eu só acho o seguinte: com Dilma não dá, com a situação que está. Não adianta esse projeto de mandar o Lula para cá ser ministro, para tocar um gabinete, isso termina por jogar no chão a expectativa da economia. Porque se o Lula entrar, ele vai falar para a CUT, para o MST, é só quem ouve ele mais, quem dá algum crédito, o resto ninguém dá mais crédito a ele para porra nenhuma. Concorda comigo? O Lula vai reunir ali com os setores empresariais?

MACHADO - Agora, ele acordou a militância do PT.

JUCÁ - Sim.

MACHADO - Aquele pessoal que resistiu acordou e vai dar merda.

JUCÁ - Eu acho que...

MACHADO - Tem que ter um impeachment.

JUCÁ - Tem que ter impeachment. Não tem saída.

MACHADO - E quem segurar, segura.

JUCÁ - Foi boa a conversa mas vamos ter outras pela frente.

MACHADO - Acontece o seguinte, objetivamente falando, com o negócio que o Supremo fez [autorizou prisões logo após decisões de segunda instância], vai todo mundo delatar.

JUCÁ - Exatamente, e vai sobrar muito. O Marcelo e a Odebrecht vão fazer.

MACHADO - Odebrecht vai fazer.

JUCÁ - Seletiva, mas vai fazer.

MACHADO - Queiroz [Galvão] não sei se vai fazer ou não. A Camargo [Corrêa] vai fazer ou não. Eu estou muito preocupado porque eu acho que... O Janot [procurador-geral da República] está a fim de pegar vocês. E acha que eu sou o caminho.

[...]

JUCÁ - Você tem que ver com seu advogado como é que a gente pode ajudar. [...] Tem que ser política, advogado não encontra [inaudível]. Se é político, como é a política? Tem que resolver essa porra... Tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria.

[...]

MACHADO - Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer].

JUCÁ - Só o Renan [Calheiros] que está contra essa porra. 'Porque não gosta do Michel, porque o Michel é Eduardo Cunha'. Gente, esquece o Eduardo Cunha, o Eduardo Cunha está morto, porra.

MACHADO - É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.

JUCÁ - Com o Supremo, com tudo.

MACHADO - Com tudo, aí parava tudo.

JUCÁ - É. Delimitava onde está, pronto.

[...]

MACHADO - O Renan [Calheiros] é totalmente 'voador'. Ele ainda não compreendeu que a saída dele é o Michel e o Eduardo. Na hora que cassar o Eduardo, que ele tem ódio, o próximo alvo, principal, é ele. Então quanto mais vida, sobrevida, tiver o Eduardo, melhor pra ele. Ele não compreendeu isso não.

JUCÁ - Tem que ser um boi de piranha, pegar um cara, e a gente passar e resolver, chegar do outro lado da margem.

*

MACHADO - A situação é grave. Porque, Romero, eles querem pegar todos os políticos. É que aquele documento que foi dado...

JUCÁ - Acabar com a classe política para ressurgir, construir uma nova casta, pura, que não tem a ver com...

MACHADO - Isso, e pegar todo mundo. E o PSDB, não sei se caiu a ficha já.

JUCÁ - Caiu. Todos eles. Aloysio [Nunes, senador], [o hoje ministro José] Serra, Aécio [Neves, senador].

MACHADO - Caiu a ficha. Tasso [Jereissati] também caiu?

JUCÁ - Também. Todo mundo na bandeja para ser comido.

[...]

MACHADO - O primeiro a ser comido vai ser o Aécio.

JUCÁ - Todos, porra. E vão pegando e vão...

MACHADO - [Sussurrando] O que que a gente fez junto, Romero, naquela eleição, para eleger os deputados, para ele ser presidente da Câmara? [Mudando de assunto] Amigo, eu preciso da sua inteligência.

JUCÁ - Não, veja, eu estou a disposição, você sabe disso. Veja a hora que você quer falar.

MACHADO - Porque se a gente não tiver saída... Porque não tem muito tempo.

JUCÁ - Não, o tempo é emergencial.

MACHADO - É emergencial, então preciso ter uma conversa emergencial com vocês.

JUCÁ - Vá atrás. Eu acho que a gente não pode juntar todo mundo para conversar, viu? [...] Eu acho que você deve procurar o [ex-senador do PMDB José] Sarney, deve falar com o Renan, depois que você falar com os dois, colhe as coisas todas, e aí vamos falar nós dois do que você achou e o que eles ponderaram pra gente conversar.

MACHADO - Acha que não pode ter reunião a três?

JUCÁ - Não pode. Isso de ficar juntando para combinar coisa que não tem nada a ver. Os caras já enxergam outra coisa que não é... Depois a gente conversa os três sem você.

MACHADO - Eu acho o seguinte: se não houver uma solução a curto prazo, o nosso risco é grande.

*

MACHADO - É aquilo que você diz, o Aécio não ganha porra nenhuma...

JUCÁ - Não, esquece. Nenhum político desse tradicional ganha eleição, não.

MACHADO - O Aécio, rapaz... O Aécio não tem condição, a gente sabe disso. Quem que não sabe? Quem não conhece o esquema do Aécio? Eu, que participei de campanha do PSDB...

JUCÁ - É, a gente viveu tudo.

*

JUCÁ - [Em voz baixa] Conversei ontem com alguns ministros do Supremo. Os caras dizem 'ó, só tem condições de [inaudível] sem ela [Dilma]. Enquanto ela estiver ali, a imprensa, os caras querem tirar ela, essa porra não vai parar nunca'. Entendeu? Então... Estou conversando com os generais, comandantes militares. Está tudo tranquilo, os caras dizem que vão garantir. Estão monitorando o MST, não sei o quê, para não perturbar.

MACHADO - Eu acho o seguinte, a saída [para Dilma] é ou licença ou renúncia. A licença é mais suave. O Michel forma um governo de união nacional, faz um grande acordo, protege o Lula, protege todo mundo. Esse país volta à calma, ninguém aguenta mais. Essa cagada desses procuradores de São Paulo ajudou muito. [referência possível ao pedido de prisão de Lula pelo Ministério Público de SP e à condução coercitiva dele para depor no caso da Lava jato]

JUCÁ - Os caras fizeram para poder inviabilizar ele de ir para um ministério. Agora vira obstrução da Justiça, não está deixando o cara, entendeu? Foi um ato violento...

MACHADO - ...E burro [...] Tem que ter uma paz, um...

JUCÁ - Eu acho que tem que ter um pacto.

[...]

MACHADO - Um caminho é buscar alguém que tem ligação com o Teori [Zavascki, relator da Lava Jato], mas parece que não tem ninguém.

JUCÁ - Não tem. É um cara fechado, foi ela [Dilma] que botou, um cara... Burocrata da... Ex-ministro do STJ [Superior Tribunal de Justiça].

Com isso, investigações sobre ex-presidente saem da alçada de Moro. Lula não ganhou foro privilegiado e a posse como ministro segue suspensa.

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal, determinou na noite desta terça-feira (22) que o juiz federal Sérgio Moro envie para o STF as investigações da Operação Lava Jato que envolvem o ex-presidente [Luiz Inácio Lula da Silva](#).

Com a decisão, as investigações sobre Lula saem da alçada de Moro, responsável pela Operação Lava Jato na primeira instância da Justiça Federal. As apurações tratavam, por exemplo, da suspeita de que construtoras envolvidas em corrupção na Petrobras prestaram favores ao ex-presidente na reforma de um sítio em Atibaia (SP) e de um triplex em Guarujá (SP).

Isso não significa que Lula ganhou foro privilegiado. Ao determinar que o juiz [Sérgio Moro](#) mande as investigações sobre Lula para o Supremo, o ministro Teori seguiu a jurisprudência do STF, já que durante a investigação do crime de uma pessoa sem foro privilegiado surgiram conversas com autoridades com foro, como a presidente Dilma e o ministro Jacques Wagner.

Nada foi decidido sobre a posse do ex-presidente Lula como ministro da [Casa Civil](#). Se a nomeação de Lula for validada aí sim ele ganha foro privilegiado automaticamente

Assim, a determinação de Teori Zavascki, relator da Operação Lava Jato no Supremo, não derruba decisão da última sexta (18), do ministro [Gilmar Mendes](#), que suspendeu a nomeação de Lula para o cargo de ministro da Casa Civil. Mas inviabiliza outra ordem de Gilmar Mendes que, na mesma decisão, havia determinado que as investigações sobre Lula ficassem com Moro.

Às 23h50, o **G1** tentou acessar a página onde estavam disponíveis os áudios do ex-presidente, mas a página estava bloqueada.

Na decisão, o ministro Zavascki atende a um pedido do governo, que apontou ilegalidade na divulgação, autorizada por Moro, de conversas telefônicas interceptadas por ordem judicial, entre Lula e a presidente [Dilma Rousseff](#) e ministros.

Depois que Moro enviar a documentação sobre as investigações, o material remetido à Procuradoria Geral da República, que vai analisar se houve crime de Dilma e de outras autoridades. Caberá ao STF posteriormente analisar o que ficará sob investigação da Corte e o que poderá ser reencaminhado para a primeira instância.

Na prática, como os áudios das escutas já foram divulgados, se o Supremo considerar que Moro agiu de modo indevido, o conteúdo poderá ser desconsiderado como prova.

São relevantes os fundamentos que afirmam a ilegitimidade dessa decisão [de Moro]. Em primeiro lugar, porque emitida por juízo que, no momento da sua prolação, era reconhecidamente incompetente para a causa, ante a constatação, já confirmada, do envolvimento de autoridades com prerrogativa de foro, inclusive a própria Presidente da República. Em segundo lugar, porque a divulgação pública das conversações telefônicas interceptadas, nas circunstâncias em que ocorreu, comprometeu o direito fundamental à garantia de sigilo."

Ministro Teori Zavascki, do STF

Na decisão, Zavascki diz que compete somente ao STF avaliar como deve ser feita a divisão de investigações quando há indícios de envolvimento de autoridades com foro privilegiado, como Dilma e ministros. Quanto aos áudios, o ministro diz que a lei proíbe "expressamente a divulgação de qualquer conversação interceptada" e determina a "inutilização das gravações que não interessem à investigação criminal".

"Não há como conceber, portanto, a divulgação pública das conversações do modo como se operou, especialmente daquelas que sequer têm relação com o objeto da investigação criminal. Contra essa ordenação expressa, que – repita-se, tem fundamento de validade constitucional – é descabida a invocação do interesse público da divulgação ou a condição de pessoas públicas dos interlocutores atingidos, como se essas autoridades, ou seus interlocutores, estivessem plenamente desprotegidas em sua intimidade e privacidade", escreveu o ministro.

No mesmo despacho, Zavascki decretou novamente o sigilo sobre as interceptações. No prazo de dez dias, Moro deverá prestar informações ao STF sobre a retirada do segredo de Justiça das investigações.

Ao decretar novamente o sigilo sobre as gravações, Zavascki diz que, apesar de já terem se tornado públicas, é preciso "evitar ou minimizar os potencialmente nefastos efeitos jurídicos da divulgação, seja no que diz

respeito ao comprometimento da validade da prova colhida, seja até mesmo quanto a eventuais consequências no plano da responsabilidade civil, disciplinar ou criminal”.

"Procede, ainda, o pedido da reclamante para, cautelarmente, sustar os efeitos da decisão que suspendeu o sigilo das conversações telefônicas interceptadas. São relevantes os fundamentos que afirmam a ilegitimidade dessa decisão. Em primeiro lugar, porque emitida por juízo que, no momento da sua prolação, era reconhecidamente incompetente para a causa, ante a constatação, já confirmada, do envolvimento de autoridades com prerrogativa de foro, inclusive a própria Presidente da República. Em segundo lugar, porque a divulgação pública das conversações telefônicas interceptadas, nas circunstâncias em que ocorreu, comprometeu o direito fundamental à garantia de sigilo, que tem assento constitucional", escreveu o ministro.

AGU moveu ação

Na ação, a Advocacia Geral da União, que representa o governo junto à Justiça, argumenta que Moro não poderia ter quebrado o sigilo das conversas, decisão que, no entendimento da AGU, caberia somente ao próprio STF.

Isso porque alguns dos interlocutores de Lula nas conversas interceptadas são autoridades, como a presidente Dilma Rousseff e ministros, com foro privilegiado no [Supremo Tribunal Federal](#).

De acordo com a AGU, Moro colocou em risco a soberania nacional e os atos dele apresentam, segundo o governo, "vício de incompetência absoluta", uma vez que só o Supremo poderia ter divulgado os áudios.

Para a AGU, as informações que "não têm a ver" com a investigação foram tornadas públicas de forma indevida.

Gilmar Mendes diz que ‘tropeço no impeachment’ foi fatiar pena de Dilma

Fala é uma reação a declaração do ministro Lewandowski sobre o processo

Isabel Braga

BRASÍLIA - O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Gilmar Mendes, reagiu nesta quinta-feira às declarações do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski. Em uma aula na Faculdade de Direito, na segunda-feira, o ministro afirmou que o impeachment de Dilma Rousseff foi um "tropeço da democracia". Gilmar Mendes, que também integra o STF, disse que o impeachment ocorreu dentro da normalidade e foi regulamentado até de forma exagerada pela Corte. E, em crítica direta ao colega, disse que o tropeço pode ter sido do próprio Lewandowski quando concordou em fatiar a votação de penas impostas a Dilma Rousseff.

Já recebe a newsletter diária? Veja mais opções

— Eu tenho impressão que esse processo correu com normalidade. Esse processo, em linha de princípio, foi exageradamente regulado pelo Supremo Tribunal Federal. O Supremo praticamente emitiu uma norma complementando o crime de responsabilidade — disse Gilmar, acrescentando:

— Eu acho que o único tropeço que houve foi aquele do fatiamento, aquele DVS da Constituição (Federal), para o qual teve contribuição decisiva o presidente do Supremo — disse Mendes.

Lewandowski presidiu o processo de impeachment e, no dia da votação, concordou com o fatiamento das penas impostas à ex-presidente Dilma. Ela perdeu o mandato, mas pode manter, em outra votação e com o apoio de parte dos senadores do PMDB, a habilitação para funções públicas.

Áudio de Temer pós-impeachment repercute no Congresso

PT diz que foi proposital; PSDB minimiza e PV diz que vice deu ‘trombada no bom senso’

O vice-presidente Michel Temer Foto: Givaldo Barbosa / Agência O Globo / 11-4-2016

BRASÍLIA — O vazamento do áudio do vice-presidente Michel Temer pregando a "pacificação" e "reunificação" das forças do país pós-impeachment da presidente Dilma Rousseff causou divergência no Congresso Nacional. Parlamentares do PT reagiram à divulgação e chamaram Temer de “maestro do golpe” e conspirador, ironizando o áudio onde ele já fala em governo de “salvação nacional”, como

se o impeachment já tivesse sido aprovado na Câmara. Deputados da comissão do impeachment também fizeram críticas ao vice e tentaram exibir o áudio nos microfones. No Senado, o líder do PSDB minimizou a divulgação, e a liderança do DEM admitiu que a fala do vice presidente pode ter sido “inoportuna”. Horas depois do vazamento, Temer afirmou que o conteúdo do áudio não é “novidade” e que sua divulgação aconteceu por “equivoco”.

Depois do vazamento, aliados de Temer decidiram difundir o áudio. O deputado Carlos Marun (PMDB-MS) mandou a seguinte mensagem, além do áudio: “Amigos, o vice-presidente Michel Temer, consciente da responsabilidade de estar preparado para assumir o comando da nação em conformidade com o seu papel constitucional, analisava uma ideia do que dizer à nação no caso de o impeachment ser aprovado na Câmara no próximo dia 17, e o áudio desta reflexão vazou na internet. Assim sendo, remeto aos amigos para conhecimento”.

PT DIZ QUE VAZAMENTO FOI PROPOSITAL

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), criticou as declarações do vice. Ele disse que há um roteiro para levar o vice à Presidência da República.

— Há um núcleo político constituído, formado por Michel Temer, a oposição, em especial o PSDB, e alguns partidos satélites. Achem justo um vice se prestar a esse papel?! Esse pedido de impeachment não tem causa. É uma ação política. Fiquei chocado com as declarações do vice — disse Guimarães, que negou que governo esteja cooptando parlamentares a votar a favor do governo.

— Não negocie nada que não seja do ponto de vista constitucional e republicano.

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse, no Twitter, que o vazamento do áudio mostra está “comprovada a conspiração de Temer contra Dilma”. Já os deputados Paulo Teixeira (PT-SP) e Paulo Pimenta (PT-RS) lançaram a campanha “vaza, Temer”, numa brincadeira com o vazamento do áudio.

“A conspiração de Temer para derrubar Dilma está agora comprovada. Haja oportunismo político!”, escreveu Gleisi Hoffmann

“Se o vazamento foi proposital, revela-se o golpista; se foi por engano, revela-se incapaz. Como governar um país se não controla o WhatsApp”, completou.

Paulo Pimenta reagiu com ironia ao vazamento do áudio. Para ele, foi um vazamento proposital, mas idealizado pelo mesmo “estrategista” que vazou a carta em que Temer se queixa à presidente Dilma Rousseff por ser tratado como um “vice decorativo”. O petista chegou a gravar um vídeo para redes sociais, simulando uma fala com militantes e, brincando, pede que não vazem o conteúdo.

— Esse áudio do Temer que vazaram chega a ser ridículo. Qualquer pessoa sabe que é um vazamento forçado, deve ser o mesmo estrategista da história da carta do Temer para Dilma. Num gesto de desespero vaza uma espécie de carta de compromissos, tentando sinalizar para a sociedade brasileira alguns compromissos com problemas sociais e transparecer aos deputados que têm os votos para o impeachment — diz Pimenta no vídeo.

Segundo o petista, é preciso “ser muito bobo” para acreditar nessa “conversa mole” de que o áudio foi vazado por acaso. Mantendo a simulação de que também vaza o vídeo por acaso, ele diz que todos devem ficar atentos e tranquilos porque o governo já pensa em ações para anunciar na segunda-feira, pós-impeachment.

— Tem muita violência, hostilidade contra o nosso pessoal, temos que ficar atentos e tranquilos. Já estamos pensando na segunda-feira pós-votação. Queremos anunciar mudanças da política econômica, o país precisa voltar a crescer, gerar emprego, está tudo pensado para a próxima semana. Mas, cuidado: esse áudio não pode vazar, é conversa interna nossa, que a gente vazou por gosto para mandar recado para nosso pessoal.

Já Paulo Teixeira chamou Temer de “maestro do golpe”:

“Vazamento prova que Temer é maestro do golpe e rege uma orquestra cujo cantor principal é o Cunha (presidente da Câmara, Eduardo Cunha), aspirante a vice-presidente. #vazatemer” disse Paulo, no Twitter.

DEPUTADO EXIBE ÁUDIO NA COMISSÃO

Na comissão especial da Câmara, parlamentares contrário ao afastamento reagiram ao discurso de Temer, que disse que é preciso um governo de “salvação nacional” que reúna forças de todos os partidos. Um dos vice-líderes do governo na Câmara, Sílvio Costa (PTdoB-PE) tentou exibir um

trecho do áudio na comissão do impeachment, mas a qualidade do som estava ruim. Costa fez duros ataques a Temer e o chamou de "traidor do Brasil".

— Vocês vão ouvir aqui a voz de um homem que está tentando virar presidente no próximo domingo. É o maior conspirador da história. Ele trama à noite — disse Costa, que foi vaiado pelos deputados a favor do impeachment.

— Esse Michel Temer sempre foi um grande dissimulado, de tabelinha com Eduardo Cunha. Esse Michel Temer tramou um golpe com Eduardo Cunha. O que foi que Dilma fez de tão mal para vocês? É uma mulher digna e honrada — completou.

Já o líder do Psol, Ivan Valente (SP), disse que o conteúdo revela a existência de um acordão entre Temer e partidos da oposição para que derrubem Dilma.

— Ninguém tocou no áudio vazado sem querer querendo e que acena para um acordo de cargos e distribuição posterior. Foi um monumental tiro no pé. O vice-presidente está testando a nação antes da hora. Ele sentou na cadeira antes da hora, como fez Fernando Henrique (na disputa para prefeito de São Paulo), e o Jânio Quadros ganhou. O Michel Temer não pode trabalhar como golpista e trabalhador. Ele tem 1% das intenções de voto e 58% da população quer também seu impeachment — disse Ivan Valente, em referência à pesquisa Datafolha divulgada no sábado.

REAÇÕES DIVERGENTES NO SENADO

O líder do PV no Senado, Álvaro Dias (PR), criticou a divulgação do áudio. Para ele, o Brasil está no fundo do poço e vive uma época de "pilhéria, deboche e mediocridade".

— O vice já está ensaiando o seu governo, considera favas contadas o impeachment. Isso demonstra o governo que temos, a presidente Dilma, o vice Michel Temer... É muita trombada no bom senso, trombada naquele valor fundamental da lealdade e da coerência — criticou Álvaro Dias.

O líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima (PB), minimizou o impacto do vazamento do áudio. Para o tucano, foi uma fala imprevidente mas premonitória porque antecipa o resultado. Na avaliação de Cunha Lima, o discurso pode não ter sido vazado por acidente, mas para funcionar como uma vacina, para trazer tranquilidade sobre seu eventual governo.

— Lógico que vai dar munição para o governo. Mas o efeito será mais tranquilizador do que desestabilizador. A desestabilização já está posta, portanto a fala de Temer vai trazer segurança em meio a tantas incertezas sobre um eventual governo de união nacional — disse Cássio Cunha Lima.

Na oposição, o líder do DEM no Senado, Ronaldo Caiado (GO), admitiu que a fala de Temer pode ter sido "inoportuna", mas não a considerou desrespeitosa. Para Caiado, Temer reagiu aos constantes ataques feitos pelo PT e tentou mostrar seus planos para o governo.

— A fala de Michel Temer pode ser vista como inoportuna, mas não vejo a fala como falta de respeito ou qualquer adjetivo negativo prefiro analisar por duas vertentes. O PT tem assumido a tribuna da Câmara e do Senado para atingi-lo e colocar em sua conta a uma falsa retirada dos direitos sociais e que ele não teria governabilidade. Como isso, quis dar uma resposta — disse Caiado.

Temer considera 'pequeno embaraço' decisão de manter direitos políticos de Dilma

O presidente Michel Temer disse nesta sexta-feira que a decisão do Senado de preservar os direitos políticos da ex-presidente Dilma Rousseff após cassar o mandato da petista em julgamento de impeachment é um "pequeno embaraço", mas minimizou a importância do fato para a estabilidade do governo. "Eu estou acostumado a isso. Há mais de 34 anos que eu estou na vida pública e acompanho permanentemente esses pequenos embaraços, que logo são superados", disse Temer a jornalistas, durante viagem à China para participar de uma reunião de cúpula do G20. "Eu sempre disse que desde o começo eu aguardo respeitosamente a decisão do Senado Federal. Se o Senado tomou essa decisão, certo ou errado, não importa, o Senado tomou a decisão", acrescentou a repórteres na sexta-feira, durante encontro empresarial em Xangai, em sua primeira viagem internacional desde que assumiu a Presidência da República. Temer assumiu o cargo em definitivo na quarta-feira logo depois que o Senado decidiu cassar o mandato de Dilma por crime de responsabilidade, mas os senadores surpreenderam ao manter os direitos políticos da petista apesar do impeachment. Partidos da base aliada de Temer, como PSDB e DEM, decidiram recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para

questionar o fatiamento da votação do impeachment que permitiu essa separação. Logo depois da polêmica votação, integrantes dos partidos demonstraram publicamente seu descontentamento tanto com o fatiamento quanto com a postura de senadores do PMDB, o partido de Temer, que apesar de condenarem a ex-presidente não a inabilitaram para assumir cargos públicos. Apesar da divisão na base aliada, Temer minimizou eventuais impactos na estabilidade de seu governo. "Ontem mesmo antes de sair (do Brasil) eu falei com os companheiros do PMDB, do PSDB, do DEM, e essa questão toda será superada, não tenho a menor dificuldade em relação a isso", acrescentou. Segundo o presidente, a questão agora sairá do plano político para ser decidida pela Justiça, "o que convém para as instituições brasileiras", afirmou Temer.

O julgamento da história

SÃO PAULO - Como a história julgará Dilma Rousseff? Ela própria e seus apoiadores tentam organizar a narrativa da queda sob o eixo da justiça. Nesse "framing", uma presidente honesta está sendo apeada do poder por forças conservadoras muito menos honestas que ela e com base em frágeis pretextos contábeis.

Concordo com alguns pontos. Até aqui, nada indica que Dilma tenha se beneficiado pessoalmente de esquemas de corrupção, o que não se pode dizer de outras lideranças, tanto do PT como mais próximas do atual governo. De todo modo, eu hesitaria um pouco antes de declarar Dilma uma vestal. Ou ela foi conivente com vários episódios de desvio de dinheiro ou então não os percebeu, o que não seria muito menos grave.

Também compreendo o sentimento de injustiça experimentado pelos petistas. Dilma, afinal, está objetivamente sendo julgada e condenada por atos que vários outros presidentes praticaram. Isso, porém, só ocorre porque a acusação contra ela acabou ficando limitada tanto no tempo —só foram aceitos fatos do segundo mandato— quanto no escopo —o pedido de impeachment da OAB, por exemplo, trazia vários outros temas.

O ponto central, me parece, é que não dá para restringir o julgamento de Dilma ao aspecto da justiça. Penso que a narrativa só fica completa se incorporar o eixo da política, que é o determinante tanto para o desfecho do caso como para o juízo da história. Aqui, não dá para ignorar tudo aquilo que não entrou na peça acusatória, mas os senadores levarão em conta na hora de votar: o volume das pedaladas de 2014, a tentativa de esconder o estado das contas públicas na campanha, o estelionato eleitoral, as barbeiragens no Congresso e, principalmente, a ruína econômica que resultou de seu governo.

Até acho que a história será generosa com a honorabilidade pessoal de Dilma, mas não vejo como deixaria de classificar sua gestão como desastrosa, que foi o que a inviabilizou.

Diálogo com Lula ameaça Dilma e traz indícios de obstrução à Justiça

Sérgio Moro divulga gravações em que a presidente diz ao antecessor que enviaria termo de posse para impedir sua prisão

RIO - Uma trama que envolve grampo telefônico, tentativa de obstrução da Justiça e personagens que estão na cúpula do poder em Brasília enredou o país nesta quarta-feira em um capítulo inédito de sua História. De desfecho cada vez mais imprevisível. No dia em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltava ao cenário em que foi soberano por oito anos, para dividir com a sua sucessora, a presidente Dilma, o protagonismo no Planalto, o juiz Sérgio Moro decidiu retirar o sigilo do processo que investigava Lula por envolvimento com a Lava-Jato. O resultado foi que, às 15h37, quatro horas e meia depois de o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), anunciar, via rede social, que o ex-presidente se tornaria ministro da Casa Civil, começavam a se tornar públicas conversas entre Lula e autoridades do governo. A que de imediato repercutiu, primeiro pelos gabinetes de Brasília, depois pelas ruas do país, foi gravada nesta quarta-feira, às 11h20 da manhã, entre o ex-presidente e Dilma. "Seguinte, eu tô mandando o 'Messias' junto com o papel... pra gente ter ele. E só usa em caso

de necessidade, que é o termo de posse, tá?!”, disse a presidente, se referindo a Jorge Rodrigo Araújo Messias, subchefe de Assuntos Jurídicos da Casa Civil.

A frase mostra que Dilma enviaria a Lula uma espécie de termo preventivo de posse, já que inicialmente a cerimônia que oficializaria o retorno dele ao governo estava marcada para a próxima terça-feira, dia 22. Depois da divulgação da conversa, o governo antecipou a posse para hoje, às 10h.

Integrantes da Lava-Jato viram sinais de tentativa de obstrução à Justiça nos diálogos, assim como juristas ouvidos pelo GLOBO.

A presidente Dilma reagiu a Moro, classificando a divulgação de “flagrante violação da lei e da Constituição, cometida pelo juiz autor do vazamento”. Disse ainda que tomará “medidas judiciais cabíveis”.

O juiz Sérgio Moro, em nota, defendeu a decisão de tirar o sigilo da investigação, sustentando que “governados devem saber o que fazem os governantes”. Para ele, “levantar sigilo permite saudável escrutínio público”

Em outra conversa, em fevereiro, com o ministro Nelson Barbosa (Fazenda), Lula pede interferência na Receita Federal, que investiga seu instituto. “É preciso acompanhar o que a Receita está fazendo com a Polícia Federal. Vocês precisam se inteirar do que eles estão fazendo no Instituto. Eu acho que eles estão sendo filhos da puta demais. Estão procurando pelo em ovo. Vou pedir para o Paulo Okamoto tudo no papel porque era preciso você chamar o responsável e falar: ‘Que porra que é essa?’”. (CONFIRA TRECHOS DA CONVERSA DE LULA E DILMA)

Manifestações pelo país

Houve obstrução da Justiça?

O grampo e sua divulgação são legais?

Termo de posse evitaria prisão?

Manifestações pelo país

Manifestante bate panela em protesto contra a presidente Dilma na Avenida Paulista - Marcos Alves

À medida que as gravações iam se tornando públicas, manifestantes se dirigiam espontaneamente às ruas, em protestos por todo o país. Na noite de quarta-feira, foram registrados atos em pelo menos 15 estados e no DF. Panelaços foram ouvidos de Norte a Sul. Em frente ao Palácio do Planalto, chegou a haver tumulto.

A repercussão, no entanto, não foi a mesma nas Cortes mais altas do país, também citada nas gravações. Em uma das conversas com Dilma, o ex-presidente faz críticas contundentes à atuação do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. “Nós temos uma Suprema Corte totalmente acovardada, nós temos um Superior Tribunal de Justiça totalmente acovardado, um Parlamento totalmente acovardado, somente nos últimos tempos é que o PT e o PC do B é que acordaram e começaram a brigar”, disse Lula. Procurados, ministros dos tribunais superiores optaram pelo silêncio.

O diagnóstico do ex-presidente para o alcance das denúncias da Lava-Jato é desolador. Ao se referir aos presidentes da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), ambos investigados por relação com desvios na Petrobras, foi enfático: “Nós temos um presidente da Câmara fodido, um presidente do Senado fodido, não sei quanto parlamentares ameaçados, e fica todo mundo no compasso de que vai acontecer um milagre e que vai todo mundo se salvar”. O desabafo leva aquele já apontado como mito político do país sucumbir a um medo: “Tô assustado com a República de Curitiba”, disse.

Houve obstrução da Justiça?

'Presidente Lula terá os poderes necessários para ajudar', diz Dilma - André Coelho / Agência O Globo - Carlos Velloso (Ex-ministro do STF)

Tudo indica que sim. Mas quem tem que avaliar é o Ministério Público. Acho esse diálogo um absurdo. Um absurdo porque revela a nomeação do ex-presidente Lula para o ministério simplesmente para que ele escapasse de uma investigação do juizado federal de Curitiba. É o que se constata desse diálogo. Um diálogo altamente antirrepublicano.

- Fernando Castelo Branco (Instituto de Direito Público/SP)

Não é normal um presidente mandar um termo de nomeação “em caso de necessidade”. O conteúdo da gravação é um fortíssimo indício de um desvio de finalidade da nomeação de Lula como ministro, o

que pode se caracterizar numa eventual tentativa de obstrução da Justiça. Não é uma prova cabal, mas um forte indício, que pode levar à nulidade dessa nomeação. É uma conduta que deverá ser analisada no Congresso ou no Supremo Tribunal Federal.

João Carlos Castelar (Criminalista)

Não tenho essa interpretação da que a presidente Dilma tenha feito obstrução da Justiça. O Lula não é réu. O ato dela não é jurídico, é político. A Rosinha, quando era governadora no Rio, fez isso com o (Anthony) Garotinho. O Lula continua sendo investigado. Só muda quem o julga. Nada impede de ele ser preso a pedido do Supremo. Tivemos um senador preso. Nesse áudio, não vejo indícios de tentativa de obstrução da Justiça.

Taiguara Souza (Ibmec/RJ)

Eu vejo um clima de radicalismo no qual se tenta encontrar em qualquer filigrana uma irregularidade. Pelo o que vi até agora, não há indício de irregularidade. Não havia nenhuma ordem de prisão. É um desejo que exista. O ex-presidente não é sequer réu. Não há o que falar da nomeação. Ela, como presidente, tem essa prerrogativa.

O grampo e sua divulgação são legais?

O juiz federal Sergio Moro autorizou a condução coercitiva de Lula - Geraldo Bubniak / Geraldo Bubniak/29-7-2015

Taiguara Souza (Ibmec-RJ)

Se o Lula já tivesse sido nomeado ministro, poderia haver, sim, um crime. Tem que analisar em que circunstâncias isso aconteceu. Se existir uma suspeita de crime contra a presidente, isso teria que ir para a instância competente. O que é claro é que existe uma espetacularização do processo penal. Não vejo um objetivo judicial na divulgação da gravação.

André Perecmanis (PUC-RJ)

Existem documentos cujo sigilo é garantido em qualquer circunstância. Não se pode divulgar documentos fiscais, sigilo bancário, etc, mesmo que não haja sigilo no processo em si. As conversas só poderiam ser divulgadas para as pessoas que estão como parte. O Lula também tinha direito a esse sigilo. Divulgar a voz dele, o coloca num nível de exposição que não é condizente com a Constituição Brasileira.

João Carlos Castelar (Advogado criminalista)

Parece-me que, tomando conhecimento que a outra parte era a presidente, o áudio tinha que ir para o Supremo. A divulgação me parece mais um ato político do que uma medida judicial. A interceptação do Lula não tem problema. O Lula é um cidadão comum. Já divulgação pode ser vista como abuso de poder. Por ser a Dilma, ele deveria ter mandando para o Supremo, no mínimo, como medida de cautela.

Breno Melaragno (PUC-RJ)

Sobre o grampo em si, foi determinada a interceptação do ex-presidente. Sob o ponto de vista formal, o juiz era competente para isso, independente da pessoa com quem Lula estivesse falando. Já a divulgação dos áudios é um tema polêmico: em geral, o magistrado usa o princípio constitucional da publicidade. Mas a questão é: havia a necessidade de revogação do sigilo telefônico?

Termo de posse evitaria prisão?

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva - Michel Filho / Agência O Globo / 14-8-2014

Ivar Hartmann (FGV Direito Rio)

Se o ex-presidente apresentasse esse documento, não acho que a Polícia Federal, cumprindo um possível mandado de prisão, deixaria de prendê-lo naquele momento. Iam aguardar manifestação do Supremo Tribunal Federal ou do juiz Sérgio Moro. Acho pouco provável que o documento, por si só, iria protegê-lo. O documento não é um habeas corpus preventivo. Se entrassem com um habeas corpus para soltá-lo por causa da competência, o STF ou o Moro decidiriam rapidamente.

Breno Melaragno (PUC-Rio)

O ministro tem a posse efetiva do cargo quando assina o termo e há a publicação em Diário Oficial da União. A apresentação desse termo pelo ex-presidente para garantir o foro privilegiado, no caso de um eventual mandado de prisão, poderia impedir a consumação dessa prisão, mas é algo que seria motivo de muita discussão, geraria muita polêmica.

Thiago Bottino (FGV Direito Rio)

Não, porque o juiz Sérgio Moro só perde a competência para julgar quando ele for comunicado que a pessoa ganhou o foro de prerrogativa de função. Se tivesse uma ordem de prisão, a Polícia Federal a cumpriria contra o ex-presidente. Tem que se protocolar junto ao Moro que a pessoa tem foro por prerrogativa de função (para que ele encaminhe o processo ao STF).

Fernando Castelo Branco (Instituto de Direito Público/SP)

Esse termo seria o suficiente para livrá-lo (Lula) de uma prisão. Seria um impeditivo legal. Mas, é uma situação tão esdrúxula mandar um termo de posse para que o ex-presidente o deixasse na gaveta. Mostra o caráter emergencial e desesperado das atitudes de Lula e de Dilma.